

En Mohammed ElHajji, Denise Cogo y Amparo Huertas, *Migrações internacionais, interculturalidade, políticas e comunicação*. Barcelona (España): InCom-UAB Publicacions, 20. Bellaterra: Institut d.

Relações Estado diaspóra os casos brasileiro e equatoriano.

Maria del Carmen Villarreal Villamar.

Cita:

Maria del Carmen Villarreal Villamar (2020). *Relações Estado diaspóra os casos brasileiro e equatoriano*. En Mohammed ElHajji, Denise Cogo y Amparo Huertas *Migrações internacionais, interculturalidade, políticas e comunicação*. Barcelona (España): InCom-UAB Publicacions, 20. Bellaterra: Institut d.

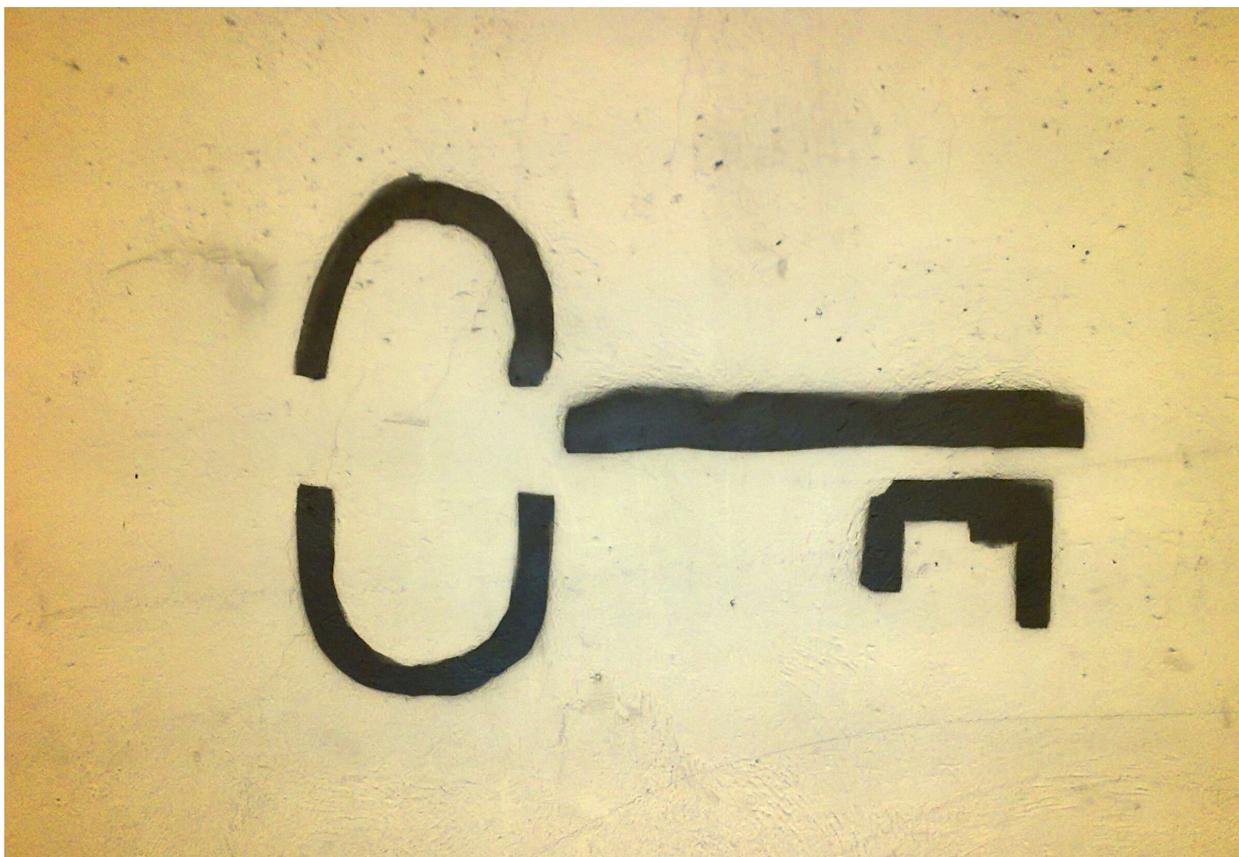
Dirección estable: <https://www.aacademica.org/maria.del.carmen.villarreal.villamar/39>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pbMf/Fy7>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.



Migrações transnacionais, interculturalidade, políticas e comunicação
Migraciones transnacionales, interculturalidad, políticas y comunicación
Migrations transnationales, interculturalité, politiques et communication
Transnational migrations, interculturality, policies and communication

Organizadores
Editeurs
Editors

Mohammed ElHajji
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Brasil

Denise Cogo
Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) - Brasil

Amparo Huertas
Universidade Autònoma de Barcelona (UAB) - Espanha

Direcció

José Luis Terrón, Universitat Autònoma de Barcelona

Comité académico

Carmen Echazarreta, Universitat de Girona

Mònika Jiménez, Universitat Pompeu Fabra

Jordi Farré, Universitat Rovira i Virgili

Gustavo Cardoso, OberCom

Rita Espanha, OberCom

Nelson Zagalo, Universidade de Aveiro

José Carlos Lozano, Texas A&M International University

Tanius Karam, Universidad Autónoma Ciudad de México

Laura Regil, Universidad Pedagógica Nacional

Angel Badillo, Universidad de Salamanca

Marta Martín, Universidad de Alicante

Mohammed ElHajji; Denise Cogo; Amparo Huertas (Eds.) (2020): *Migrações transnacionais, interculturalidade, políticas e comunicação; Migraciones transnacionales, interculturalidad, políticas y comunicación; Migrations transnationales, interculturalité, politiques et communication; Transnational migrations, interculturality, policies and communication*. InCom-UAB Publicacions, 20. Bellaterra: Institut de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona.
ISBN: 978-84-120344-8-6

Institut de la Comunicació (InCom-UAB)

Universitat Autònoma de Barcelona
Campus UAB - Edifici N, planta 1. Despatx N-1003
E- 08193 Bellaterra (Cerdanyola del Vallès)
Barcelona. Espanya
<http://incom.uab.cat>



ISBN: 978-84-120344-8-6

Comitê editorial / Comité Editorial / Editorial Committee:

Camila Escudero
Catalina Revollo Pardo
Gabriela Azevedo de Aguiar
Suzana Duarte Santos Mallard
Otávio Cezarini Ávila

Apoio editorial / Apoyo editorial / Support éditorial / Editorial support:

Catarina Gonçalves
Hadriel Theodoro
João Paulo Rossini Teixeira Coelho

Traduções / Traducciones / Traductions / Translations:

Camila Escudero
Catalina Revollo Pardo
Francisca Azevedo de Aguiar
Gabriela Azevedo de Aguiar
Jenny Fonseca Tovar
María del Carmen Villarreal Villamar
Mohammed ElHajji
Suzana Duarte Santos Mallard

Comitê Científico
Comité Científico
Comité Scientifique
Scientific Committee

1. Alain Pascal Kaly - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
2. Alfonso Hinojosa - Instituto Internacional de Integración, Bolivia - CLACSO
3. Aline Bemfica - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
4. Ángela Facundo - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
5. Beatriz Becker - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
6. Bertrand Cabedoche - Université Grenoble Alpes, France
7. Camila Daniel - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
8. Camila Escudero - Universidade Metodista de São Paulo, Brasil
9. Catalina Revollo Pardo - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
10. Claudia Miranda - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
11. Claudio Santiago Cavas - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
12. Cristina Rego Monteiro da Luz - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
13. Demetrio Soster - Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil
14. Edson Dalmonte - Universidade Federal da Bahia, Brasil
15. Elaine Javorski - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Brasil
16. Fatima Cristina Regis Martins de Oliveira - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
17. Fernando Gonçalves - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
18. Fernando Pacchi - Universidade Paulista, Brasil
19. Florence Marie Dravet - Universidade Castelo Branco, Brasil
20. Gabriel Sena Jardim - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
21. Giuseppe Cocco - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
22. Guilherme Curi - Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
23. Inesita Soares de Araujo - Fundação Oswaldo Cruz, Brasil
24. Isabel Travancas - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
25. Isabelle Surun - Université de Lille, France
26. Ivone de Lourdes Oliveira - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil
27. Jacques Ramírez - Universidad de Cuenca, Ecuador

28. Jairo Getulio Ferreira -
Universidade do Vale do Rio
Sinos, Brasil
29. Jean Claude Métraux - Université
de Lausanne, Suisse
30. Jiani Adriana Bonin -
Universidade do Vale do Rio
Sinos, Brasil
31. João Maia - Universidade do
Estado do Rio de Janeiro (*in
memorium*), Brasil
32. Joëlle Rachel Rouchou -
Fundação Casa de Rui Barbosa,
Brasil
33. Julia Bertino - Universidade
Federal do ABC, Brasil
34. Katia Lerner - Fundação
Oswaldo Cruz, Brasil
35. Leonel Aguiar - Pontifícia
Universidade Católica do Rio de
Janeiro, Brasil
36. Liliane Dutra Brignol -
Universidade Federal de Santa
Maria, Brasil
37. Luiz Roberto Alves -
Universidade Metodista de São
Paulo, Brasil
38. Marcio de Oliveira - Universidade
Federal do Paraná, Brasil
39. Márcio Souza Gonçalves -
Universidade Metodista de São
Paulo, Brasil
40. Mariléia Inoué - Universidade
Federal do Rio de Janeiro, Brasil
41. Martha Pinheiro - Universidade
Federal do Rio de Janeiro, Brasil
42. Micael Herschmann -
Universidade Federal do Rio de
Janeiro, Brasil
43. Miriam Abdouche Kaiuca -
Colégio Aplicação da
Universidade Federal do Rio de
Janeiro, Brasil
44. Miriam Debieux - Universidade
de São Paulo, Brasil
45. Mohammed Nadir - Universidade
Federal de Santa Maria, Brasil
46. Mônica Machado - Universidade
Federal do Rio de Janeiro, Brasil
47. Nadja Nara Barbosa Pinheiro -
Universidade Federal do Paraná,
Brasil
48. Norberto Kuhn Junior -
Universidade Feevale, Brasil
49. Papa Sakho - Anta Diop
University, Senegal
50. Paulo Castro - Universidade
Federal do Rio de Janeiro, Brasil
51. Ricardo Freitas - Universidade do
Estado do Rio de Janeiro, Brasil
52. Ronaldo George Helal -
Universidade do Estado do Rio
de Janeiro, Brasil
53. Thays Teixeira - Universidad
Nacional de La Pampa -
UNLPam
54. Valdir José Morigi - Universidade
Federal do Rio Grande do Sul,
Brasil
55. Valter Sinder - Universidade do
Estado do Rio de Janeiro e
Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro, Brasil

56. Wania Mesquita - Universidade Estadual do Norte Fluminense, Brasil
57. Zilda Barbosa - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
PRESENTACIÓN	10
PRÉSENTATION	11
PRESENTATION	12
PREFÁCIO. «Nosso norte é o Sul»: como pode a pesquisa em comunicação intercultural poscolonizar-se?	15
PREFACIO. «Nuestro norte es el Sur»: ¿cómo puede la investigación en comunicación intercultural poscolonizarse?	19
PRÉFACE. «Notre nord est le Sud»: comment la recherche en communication interculturelle peut-elle se <i>postcoloniser</i> ?	23
PREFACE. «Our north is the South»: How can intercultural communication research post-colonize itself?	27
Seção 1. Interculturalidade, Comunicação e Migrações Transnacionais: Fronteiras, Políticas e Cidadania / Interculturalidad, comunicación y migraciones trasnacionales : fronteras, política y ciudadanía / Interculturalité, communication et migrations transnacionales : frontières, politique et citoyenneté / Interculturality, communication and transnational migrations: borders, politics and citizenship	31
1.1 Reflexões sobre conflitos ambientais à luz do racismo ambiental e da injustiça ambiental – Anne Kassiadou e Celso Sánchez	33
1.2 O acesso de imigrantes às políticas de seguridade social – Evelyn Secco Faquin e Lúcia Maria Bettiol Lanza	43
Seção 2. Migrações transnacionais e tecnologias da comunicação / Migraciones transnacionales y tecnologías de comunicación / Migrations transnacionales et technologies de la communication / Transnational migrations and communications technologies	55
2.1 Eléments d'épistémologie pour l'analyse de sites web de migrants de la diaspora – Claire Scopsi e Asmaa Azizi	57
2.2 Dos usos comunitários da webradiofonia no contexto migratório transnacional – Mohammed Elhajji e João Paulo Malerba	81
2.3 Geopolítica cultural: a identidade lusófona nos jornais de Língua Portuguesa de Macau – Camila Escudero	99
2.4 La couverture médiatique de la fusillade de Québec (Canada) – Farrah Bérubé e Vicky Girard	111
2.5 Como falar de imigração sem ouvir os imigrantes? – Mônica C P Sousa	123
2.6 Cine Migrante e Alteridade na Obra de Llorenç Soler – Rafael Tassi Teixeira e Denise Cogo	133
2.7 A internacionalização acadêmica em sítios eletrônicos e em instituições cariocas – Isabela Cabral Félix de Sousa	145

Seção 3. Interculturalidade e migrações - panoramas e perspectivas sociocomunicacionais/ Interculturalidad y migraciones - panoramas y perspectivas sociocomunicacionales / Interculturalité et migrations - panoramas et perspectives socio-communicationnelles / Interculturality and migrations - overview and socio-communicational perspectives	155
3.1 Identidade, projeto e mobilidade – Gisele Maria Ribeiro de Almeida	157
3.2 O refúgio à luz do direito internacional e do direito comunitário europeu – Sidney Guerra e Elizabeth Accioly	171
3.3 Fleeing Central America's northern triangle: a silent humanitarian crisis – Jean-François Véran, Renata Reis e Marc Bosch Bonacasa	183
3.4 Identidades, interculturalidade e relações (pós)coloniais: latino-americanos em Portugal e Espanha – Julia Alves Brasil	193
3.5 Fluxos migratórios recentes no Brasil: o cenário pós crise econômica de 2008 – Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira	207
3.6 Relações Estado-Diáspora: os casos brasileiro e equatoriano – María del Carmen Villarreal Villamar	221
3.7 Traces et patrimoines des migrations. Une expérience de recherche impliquée – Marina Chauliac	239
Seção 4. Mobilizações políticas e socioculturais de migrantes / Movilizations políticas y socioculturales de migrantes / Mobilisations politiques et socioculturelles des migrants / Political and socio-cultural mobilizations of migrants	251
4.1 Inovação em políticas locais para imigrantes: a experiência do Centro de Referência e Atendimento a Imigrantes de São Paulo – Viviana Peña e Guilherme Otero	253
4.2 A luta por reconhecimento na mobilização política de migrantes a partir dos casos Zulmira Cardoso e Brayan Capcha – Augusto Veloso Leão	265
4.3 Cabo Verde - Formação profissional e inclusão sociolaboral das imigrantes oeste africanas – Clementina Furtado	293
4.4 En tiempos de Sóngoro cosongo: memorias de los encuentros interculturales migrantes en la ciudad de Rio de Janeiro – Catalina Revollo Pardo e Mohammed Elhajji	307
4.5 Diáspora cabo-verdiana no Rio de Janeiro: identidade (trans) cultural, integração e cidadania – Maria de Fátima Carvalho Alves	317
4.6 Movimentos de solidariedade em trânsito: a experiência do Coletivo Malinalli – Jimena de Garay Hernández, Andrea Santos Baca e Livia Moreira de Alcântara	329
4.7 Migrantes Empreendedores: Um estudo sobre ONGs e inclusão econômica de imigrantes no Brasil – Sofia Cavalcanti Zanforlin	341
4.8 Um olhar antropológico sobre a comida chinesa em Salvador, Bahia – Ana Claudia de Sá Teles Minnaert	351

APRESENTAÇÃO

Em 2017, a Universidade Federal do Rio de Janeiro sediou, no Brasil, o IX Fórum das Migrações e o Migratic, dois eventos que constituíram um espaço para apresentação e debate de pesquisas e experiências desenvolvidas por acadêmicos, imigrantes e ativistas de movimentos migratórios que atuam em diferentes contextos nos quais a diversidade da presença e das questões migratórias são também singulares em suas configurações locais e nacionais e ao mesmo tempo encontram convergência em uma perspectiva transnacional.

O tema geral - Interculturalidade, Comunicação e Migrações Transnacionais: Fronteiras, Políticas e Cidadania - foi debatido em mesas e grupos de trabalho que, sob a perspectiva interdisciplinar, abrangeram interfaces temáticas como os meios, as mediações e o ativismo migrante; as políticas migratórias, fronteiras e cidadania; as diásporas, a alteridade e as identidades culturais; os diálogos interculturais e a inclusão social; as migrações, ação e representação; refúgio e migrações forçadas; e as migrações e as geopolíticas de exclusão.

A seleção, por um comitê científico internacional, de um conjunto de textos apresentados no IX Fórum das Migrações / Migratic 2017 que compõem essa obra, oferecem percursos de reflexão e memória em torno de um campo de pesquisas e práticas migratórias que assumem a interculturalidade e a comunicação como eixos centrais. Nessa perspectiva, a obra dá continuidade à publicação, em 2013, por iniciativa dos três organizadores, de outro e-book multilíngue intitulado *Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais*, e editada também pelo InCom-UAB.¹

A obra aqui apresentada está organizada em três partes: Migrações transnacionais, comunicação e tecnologias; Interculturalidade e migrações - panoramas e perspectivas sociocomunicacionais; e Mobilizações políticas e socioculturais de migrantes – que, se entrecruzam e, ao mesmo tempo, buscam evidenciar algumas das principais abordagens que conformaram o debate interdisciplinar em torno das Migrações, Comunicação e Interculturalidade durante o IX Fórum das Migrações / Migratic 2017, na cidade do Rio de Janeiro.

Boa leitura a todas e todos!

Rio de Janeiro, São Paulo, Barcelona, 15 de maio de 2019. Mohammed ElHajji (Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil), Denise Cogo (ESPM -Escola Superior de Propaganda e Marketing- Brasil) y Amparo Huertas (Universidade Autônoma de Barcelona – Espanha).

¹ http://www.portalcomunicacion.com/nov_editoriales_det.asp?id=2112&lng=por

PRESENTACIÓN

En 2017, la *Universidade Federal do Rio de Janeiro* en Brasil, fue sede del *IX Fórum das Migrações* y el *Migratic*, dos eventos que constituyeron un espacio para la presentación y el debate de investigaciones y experiencias desarrolladas por académicos, inmigrantes y activistas de movimientos migratorios que trabajan en diferentes contextos, en los que la diversidad de la presencia de las cuestiones migratorias son también singulares en sus configuraciones locales y nacionales y al mismo tiempo convergen en una perspectiva transnacional.

El tema general - Interculturalidad, Comunicación y Migraciones Transnacionales: Fronteras, Políticas y Ciudadanía - fue debatido en mesas y grupos de trabajo con perspectiva interdisciplinar, abarcaron interfaces temáticas como los medios, las mediaciones y el activismo migrante; las políticas migratorias, fronteras y ciudadanía; las diásporas, la alteridad y las identidades culturales; los diálogos interculturales y la inclusión social; las migraciones, acción y representación; refugio y migraciones forzadas; las migraciones y las geopolíticas de exclusión.

Esta obra está compuesta por la selección, por un comité científico internacional, de un conjunto de textos presentados en el *IX Fórum das Migrações / Migratic 2017*. Estos ofrecen trayectorias de reflexión y memoria en torno a un campo de investigación y prácticas migratorias que asumen la interculturalidad y la comunicación como ejes centrales. Con esta perspectiva, la obra da continuidad a la publicación, en 2013, por iniciativa de los tres editores de otro ebook titulado *Diásporas, migraciones, tecnologías de la comunicación e identidades transnacionales*, también editado por el InCom-UAB².

La presente obra está organizada en tres partes: Migraciones transnacionales, comunicación y tecnologías; Interculturalidad y migraciones - panoramas y perspectivas socio-comunicacionales; y Movilizaciones políticas y socio-culturales de migrantes. Las mismas se entrecruzan y, a la vez, buscan evidenciar algunos de los principales abordajes que conforman el debate interdisciplinar en torno de las Migraciones, Comunicación e Interculturalidad durante el *IX Fórum das Migrações / Migratic 2017*, desarrollado en la ciudad de Rio de Janeiro.

¡Deseamos que todos y todas disfruten de la lectura!

Rio de Janeiro, São Paulo, Barcelona, 15 de mayo de 2019. Mohammed ElHajji (*Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil*), Denise Cogo (*ESPM -Escola Superior de Propaganda e Marketing – Brasil*) y Amparo Huertas (*Universitat Autònoma de Barcelona – España*).

² http://www.portalcomunicacion.com/nov_editoriales_det.asp?id=2112&lng=por

PRÉSENTATION

En 2017, l'Université Fédérale de Rio de Janeiro (Brésil) a accueilli le IX Forum sur les migrations et le Migratic. Ces deux événements ont constitué un espace pour la présentation et le débat sur les expériences des chercheurs, des immigrants et des militants des mouvements migratoires qui agissent dans différents contextes, marqués simultanément par la diversité de présence humaine et les questions d'ordre migratoire qui lui sont reliées, la singularité de leurs configurations locales et nationales, et par leur convergence au niveau transnational.

Le thème général – “Interculturalité, communication et migrations transnationales: frontières, politiques et citoyenneté” – a été débattu en tables rondes et en groupes de travail qui englobaient, dans une perspective interdisciplinaire, diverses interfaces thématiques telles que les médias, les médiations et l'activisme des migrants ; les politiques migratoires, frontières et citoyenneté ; les diasporas, l'altérité et les identités culturelles ; les dialogues interculturels et l'inclusion sociale ; les migrations, action et représentation ; le refuge et migrations forcées ; et la géopolitique des migrations et de l'exclusion.

La sélection, par un comité scientifique international, d'un ensemble de textes présentés au IX Forum des migrations / Migratic 2017 et qui composent cet ouvrage, propose des parcours de réflexion et mémoire autour d'un champ de recherches et de pratiques migratoires qui assument l'interculturalité et la communication comme axes centraux. Dans ce sens, l'ouvrage poursuit l'initiative entreprise en 2013 par les trois organisateur.e.s, à l'occasion de la publication d'un premier e-book à propos des « Diasporas, migrations, technologies de la communication et identités transnationales », également multilingue et aussi publié par InCom-UAB.³

L'ouvrage, ici présenté, est structuré en trois parties : Migrations transnationales, communication et technologies ; Interculturalité et migrations : perspectives socio-communicationnelles ; et les mobilisations politiques et socioculturelles des Migrants. Volets qui se relient et, au même temps, cherchent à mettre en exergue certaines des principales approches qui ont donné forme au débat interdisciplinaire sur les migrations, communication et interculturalité lors du IX Forum des migrations/Migrations 2017, à Rio de Janeiro.

Bonne lecture à tous !

Rio de Janeiro, São Paulo, Barcelone, le 15 mai 2019. Mohammed ElHajji (Université Fédérale de Rio de Janeiro – Brésil), Denise Cogo (École Supérieure de Propagande et Marketing -ESPM-Brésil) y Amparo Huertas (Université Autonome de Barcelone – Espagne).

³ http://www.portalcomunicacion.com/nov_editoriales_det.asp?id=2112&lng=por

PRESENTATION

In 2017, the Universidade Federal do Rio de Janeiro hosted in Brazil the IX Migrations Forum and the V Migratic Symposium, two events that offered a space for presentations and discussions of researches and experiences developed by academics, immigrants and migratory movement activists who work in different contexts in which the diversity of presence and migratory issues are also unique in their local and national configurations and, at the same time, converge through in a transnational perspective.

The general theme – Interculturality, Communication and Transnational Migration: Frontiers, Policies and Citizenship – was discussed at parallel sections that, from an interdisciplinary perspective, were about media, mediations and migrant activism; migration policies, borders and citizenship; diasporas, *alterity* concept and cultural identities; intercultural dialogues and social inclusion; migration, action and representation; refuge and forced migration; and migration and exclusion geopolitics.

One part of the papers presented at IX Forum of Migrations / V Migratic Symposium was selected by an international scientific committee to compose this e-book and to offer reflection and memory paths around a research field and migratory practices that have interculturality and communication as central points. In this perspective, this collection is a kind of continuation of *Diasporas, migrations, communication technologies and transnational identities*, another e-book published in 2013, organized by the same professors and also edited by InCom-UAB⁴.

The papers are organized in three parts: Transnational migration, communication and technologies; Interculturality and migrations – socio-communication aspects and perspectives; and political and socio-cultural mobilizations of migrants. They all intersected each other at the same time they highlight some of the main approaches that compose the interdisciplinary debate about Migration, Communication and Interculturality during the Migration Forum / Migratic Symposium, in Rio de Janeiro city.

Enjoy it!

Rio de Janeiro, São Paulo, Barcelona, May 15, 2019. Mohammed ElHajji (Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brazil), Denise Cogo (ESPM -Escola Superior de Propaganda e Marketing- Brazil) y Amparo Huertas (Universitat Autònoma de Barcelona – Spain).

⁴ http://www.portalcomunicacion.com/nov_editoriales_det.asp?id=2112&lng=por

PREFÁCIO

“Nosso norte é o Sul”⁵: como pode a pesquisa em comunicação intercultural poscolonizar-se?

Que seja dito: as migrações são tão antigas quanto a humanidade e suas formas são múltiplas: voluntárias, forçadas, intracontinentais, internacionais, políticas, econômicas etc.! As questões associadas à migração também podem ser formuladas de várias maneiras: Para que servem as migrações? Quais são as oportunidades e obstáculos associados à migração? Quais são os perigos da migração para nossas sociedades? Quais são as causas da migração? Qual é a diferença entre "migração", "imigração" e "emigração"? Além dessas questões clássicas, outras questões podem surgir: quando ocorrerá a (re)emigração? Como evitar a desestruturação de nossos países por migrantes? Quando serão criadas leis para encarcerar os migrantes? Em suma, o tema da migração levanta questões que podem ser diametralmente opostas e que mobilizam debates muito emotivos.

A pesquisa científica deveria ser capaz de fornecer respostas a essas múltiplas perguntas, desprendendo-se da emoção e do afeto. No entanto, uma anedota não documentada atribuída ao General de Gaulle lhe faz dizer que: "Pesquisadores que buscam, são encontrados. Pesquisadores que encontram, são procurados." Ou seja, ainda procuraremos, por muito tempo, pesquisadores que irão achar respostas para as principais questões levantadas pela migração!

Mais seriamente, se nos posicionarmos ao lado da epistemologia, o papel da ciência e da pesquisa é crucial no conhecimento relacionado aos fenômenos sociais como as migrações. Se Popper (1973) argumenta que a ciência se baseia no ideal da busca pura da verdade, ele desenvolveu a noção de refutabilidade, porque considera que uma teoria científica nunca é nada mais que uma hipótese, uma conjectura que será um dia refutada e substituída por outra. Ao mesmo tempo, Kuhn se pergunta sobre a forma como a ciência evolui. Assim, pensou essa evolução em termos de paradigmas: "Pessoas cujas pesquisas são baseadas no mesmo paradigma aderem às mesmas regras e às mesmas normas na prática científica" (Kuhn, 1983, p. 30). Além desses pesquisadores, outros também são considerados epistemólogos ou filósofos reconhecidos: Kant, Descartes, Husserl, Schütz, etc.

No entanto, aqui reside uma das dificuldades fundamentais da pesquisa quando se trata de abordar tópicos que não se encaixam em uma determinada visão da ciência: como as epistemologias tradicionais podem explicar os problemas que saem dos enquadres usados habitualmente? Uma das pistas está na relação entre saber e poder; e esta reflexão está no coração das pesquisas de Foucault e de alguns pensadores que são apresentados hoje como pós-coloniais: Spivak, Bhabha, etc. Por exemplo, Foucault (1975, p. 32) argumenta que "não há relação de poder sem a constituição correlativa de um campo de saber, nem de saber que não suponha, ao mesmo

⁵ “Nosso norte é o sul” é uma frase de Joaquín Torres García, um artista uruguaio.

tempo, relações de poder". E, infelizmente, a pesquisa científica ainda permanece tingida de ocidentalismo, ou mesmo de uma franca "branquitude". Para Carr (2010), branquitude remete ao impacto hegemônico dos Brancos em vários processos, como políticos, econômicos, sociais, educacionais, artísticos e culturais das sociedades do mundo que é praticamente ausente do discurso acadêmico. Na esteira das perspectivas críticas sobre a branquitude na pesquisa, após pesquisar a composição racial dos autores e suas citações em publicações da Ciências da Comunicação, Chakravartty, Kuo, Grubbs e McIlwain (2018) observaram uma sub-representação de pesquisadores não-brancos em periódicos de referência nesta disciplina. Essa ideia de branqueamento da ciência e do conhecimento foi abordada por alguns pesquisadores (Bilge, 2015). Essa constatação permite que Smith (2005, p. 39) afirme "Research has not been neutral in its objectification of the Other."⁶

Essas análises merecem maior atenção quando se trata de lidar com questões que dizem respeito às migrações.

Nas últimas décadas, questões relacionadas à interculturalidade, pluralismo e migração transnacional tornaram-se centrais para a pesquisa em comunicação. De fato, a pesquisa em comunicação tem tradicionalmente se concentrado em propaganda, jornalismo e mídia. Originalmente, tratava-se de entender o papel dos jornalistas na sociedade. Paralelamente, com questões de propaganda relacionadas à Primeira e Segunda Guerras Mundiais, tem-se interrogado a influência da mídia sobre indivíduos e grupos. Posteriormente, todo o segmento da comunicação organizacional tornou-se um eixo estruturante da pesquisa em comunicação ao lado do polo midiático dessas pesquisas. A comunicação organizacional objetivava, assim, compreender a comunicação na organização com foco na gestão enfatizando a análise dos sistemas (Taylor & Delcambre, 2011).

Ao mesmo tempo, um campo de pesquisa em comunicação se desenvolveu em torno da comunicação intercultural. Este desenvolvimento do tema se deu em função de fatores socio-históricos, sendo que o mundo sempre foi marcado por questões interculturais. De fato, quer através do genocídio dos indígenas ou da escravidão caracterizada pelo comércio transatlântico que afetou a África, Europa e América, a alteridade teve de compor com alguma forma de comunicação. Além da exploração de mais de 10 milhões de seres humanos e da negação de suas características enquanto indivíduos, o comércio triangular foi sobretudo uma oportunidade involuntária para a comunicação intercultural. Da mesma forma, a colonização e o processo de descolonização dela decorrente resultou em uma outra forma de comunicação intercultural marcada pelo encontro entre diferentes povos teoricamente apresentados como iguais e semelhantes, mas que na verdade foram marcados por uma lógica de desigualdade.

Devido à importância dos movimentos migratórios e às múltiplas questões associadas ao encontro entre pessoas de diferentes culturas, a pesquisa em comunicação começou a se interessar pela comunicação intercultural. A fundação deste campo é atribuída a Edward T. Hall em razão de seu papel na formação de diplomatas americanos enviados ao exterior através da *Foreign Service Institute* (FSI), uma instância do governo dos Estados Unidos criada em 1946 (Montgomery & Agbobl, 2017). Para promover a comunicação entre esses portadores de diferentes culturas, Hall se interessou pelas dimensões ocultas da cultura e do papel dos dois elementos sensíveis, que são o tempo e o espaço. Na sequência dos trabalhos de Hall, o desenvolvimento da pesquisa em comunicação intercultural foi realizado principalmente no contexto anglosaxão, em particular nos EUA, Austrália, Canadá (incluindo Quebec) e no Reino Unido. Stoiciu (2008) identifica, assim,

⁶ "A pesquisa não tem sido neutra em sua objetivação do Outro".

três campos práticos para essa área: 1) a imigração e interculturalidade; 2) as relações internacionais e a interculturalidade; 3) a gestão intercultural. Além disso, podemos observar que os países nos quais a pesquisa em comunicação intercultural se desenvolveu se caracterizam pela escolha de um modelo de gestão da diversidade em torno do multiculturalismo, que pode ser formulado de várias maneiras.

Na francofonia, a comunicação intercultural se desenvolveu de maneira muito tímida, particularmente por causa do modelo assimilacionista que se impôs na França e em vários países africanos francófonos. São principalmente os trabalhos de Ladmiraal e Lipiancky (1989) que desempenharam um papel precursor, seguido por Abdallah-Preteuille (1999), Kilani-Schoch (1997) e Ogay (1999). No entanto, essas obras são fruto de especialistas da educação, do serviço social ou da pragmática. Na disciplina de comunicação, foi necessário aguardar as obras de Gina Stoiciu, Christian Agbobli e Gaby Hsab, bem como Alexander Frame, para que a comunicação intercultural abrangesse esta zona lingüística.

Nos países hispanófonos e lusófonos, a interculturalidade tem crescido, concentrando-se sobre os povos indígenas e afrodescendentes (Mato, 2008), e no contexto do Brasil em conexão com a noção de Democracia racial (Guimarães, 2002). Mais especificamente, a comunicação intercultural se expandiu em torno dos temas da diáspora e das tecnologias, especialmente sob a liderança do trabalho de Cogo, ElHajji e Huertas (2012).

De fato, o desenvolvimento de pesquisas e escritos em comunicação intercultural demonstram a pertinência deste campo para se analisar questões da comunicação relacionadas à migração e à interculturalidade. No entanto, este campo de pesquisa deveria levar mais em conta as vozes consideradas como minoritárias e lhes conceder mais espaço para tratar das problemáticas de cidadania e fronteiras. Vozes oriundas das sociedades pós-coloniais que permitem empreender um verdadeiro debate científico suscetível de nos aproximar do conhecimento. Assim, é urgente indagar as questões econômicas da migração, não apenas do ponto de vista individual do imigrante, mas também de acordo com as perspectivas macroeconômicas que permitem ao *Centro* manter sua dominação sobre as *periferias*. Sendo, por outro lado, a questão dos meios de comunicação central nas pesquisas em comunicação, a comunicação intercultural se beneficiaria levando em conta a análise realizada por pesquisadores dos Suls. Por exemplo, no que diz respeito aos meios de comunicação e tecnologias, os debates em torno da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC) ou da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (SMSI) mostraram o desequilíbrio existente e persistente dos fluxos de informação e comunicação e dos limites das representações midiáticas de cidadãos oriundos dos países do Sul (ainda que a escolha desta categorização não seja adequada) ou cidadãos integrantes de grupos minoritários. Pesquisas conduzidas por cientistas *outros* são necessárias para permitir a pluralidade de análises sobre essas questões.

Outro subcampo da comunicação intercultural é o da diáspora. A noção de diáspora já foi abordada em oposição com o fato de ser imigrante. Com efeito, nos debates sobre cidadania, podia-se ser migrante, isto é, alguém que deixa seu país de origem para se estabelecer em uma nova sociedade e que mantém relações esparsas com a sociedade de origem; mas era difícil ser membro da diáspora que mantém laços regulares com a sociedade de origem. Hoje, a oposição parece desaparecer em razão da natureza fluida das diásporas que navegam entre as fronteiras, permitindo assim que culturas e pesquisas tentem se encontrar.

O livro dirigido pelos professores Mohamed ElHajji, Denise Cogo e Amparo Huertas é baseado em uma aposta: a circularidade dos saberes que autoriza as tradições disciplinares a se encontrarem, as posturas epistemológicas a se implantarem e as dimensões objetivas da pesquisa a apreenderem e reconhecerem as outras dimensões subjetivas desta. Além da aposta, o desafio: que possam esses pesquisadores vindos de tantos horizontes se lerem e tentarem entender uns aos outros, apesar das quatro línguas que compõem a obra!

É através da comunicação intercultural, enquanto encontro entre portadores de diferentes culturas, que emerge este livro que promove a comunicação intercultural sob diversos ângulos: da troca, da partilha entre diferentes culturas (que não têm uma dimensão meramente étnica).

Christian Agbobli⁷

⁷ Christian Agbobli é professor titular do Departamento de Comunicação Social e Pública da Université du Québec à Montréal (UQAM) e especialista em comunicação internacional e intercultural. Em termos de pesquisa, Christian Agbobli é co-fundador do Grupo de Estudos e Pesquisas com foco em comunicação internacional e intercultural (GERACII), onde é diretor há 10 anos. Ele também ocupa o cargo de presidente da UNESCO em Comunicação e Tecnologias para o Desenvolvimento. Ele publicou inúmeros livros e artigos sobre comunicação internacional, comunicação intercultural e diásporas.

PREFACIO

“Nuestro norte es el Sur”⁸: ¿cómo puede la investigación en comunicación intercultural poscolonizarse?

Quede dicho: las migraciones son tan antiguas como la humanidad y sus formas son múltiples: voluntarias, forzadas, intercontinentales, internacionales, políticas, económicas etc. Los interrogantes asociados a la migración también pueden ser formulados de varias formas: ¿Para qué sirven las migraciones? ¿Cuáles son las oportunidades y obstáculos asociados a la migración? ¿Cuáles son los peligros de la migración para nuestras sociedades? ¿Cuáles son las causas de la migración? ¿Cuál es la diferencia entre "migración", "inmigración" y "emigración"? Además de estas preguntas clásicas, otros interrogantes pueden surgir: ¿Cuándo ocurrirá la (re)emigración? ¿Cómo evitar la desestructuración de nuestros países por los migrantes? ¿Cuándo serán creadas leyes para encarcelar a los migrantes? Resumiendo, el tema de la migración genera preguntas que pueden ser diametralmente opuestas y que movilizan debates muy emotivos.

La investigación científica debería ser capaz de darnos respuestas a estas múltiples preguntas, desprendiéndose de la emoción y del afecto. Sin embargo, una anécdota no documentada atribuida al General de Gaulle le hizo decir que "investigadores que buscan, son encontrados. Investigadores que encuentran, son buscados." O sea, continuaremos buscando, por mucho tiempo, ¡investigadores que hallen respuestas para los principales interrogantes generados por la migración!

Si de forma más seria nos posicionamos del lado de la epistemología, el papel de la ciencia y de la investigación es crucial en el conocimiento relacionado a los fenómenos sociales como las migraciones. Popper (1973) argumenta que la ciencia se basa en el ideal de la búsqueda pura de la verdad; él desarrolló la noción de refutabilidad, porque considera que una teoría científica nunca es nada más que una hipótesis, una conjetura que será un día refutada y reemplazada por otra. Al mismo tiempo, Kuhn se pregunta sobre la forma cómo la ciencia evoluciona. Así, pensó esa evolución en términos de paradigmas: "Personas cuyas investigaciones están basadas en el mismo paradigma se adhieren a las mismas reglas y a las mismas normas en la práctica científica" (Kuhn, 1983, p. 30). Además de estos investigadores, otros también son considerados epistemólogos o filósofos reconocidos: Kant, Descartes, Husserl, Schütz, etc.

Sin embargo, aquí reside una de las dificultades fundamentales de la investigación cuando se trata de abordar tópicos que no encajan en una determinada visión de la ciencia: ¿cómo las epistemologías tradicionales pueden explicar los problemas que salen de los marcos usados habitualmente? Una de las pistas está en la relación entre saber y poder; y esta reflexión está en el

⁸ “Nuestro norte es el sur” es una frase de Joaquín Torres García, artista uruguayo.

corazón de las investigaciones de Foucault y de algunos pensadores que son presentados hoy como poscoloniales: Spivak, Bhabha, etc. Por ejemplo, Foucault (1975, p. 32) argumenta que "no hay relación de poder sin la constitución correlativa de un campo de saber, ni de saber que no suponga, al mismo tiempo, relaciones de poder". Infelizmente, la investigación científica aún permanece teñida de occidentalismo, o de una cierta "blanquitud". Para Carr (2010), la blanquitud remite al impacto hegemónico de los blancos en varios procesos, como los políticos, económicos, sociales, educativos, artísticos y culturales de las sociedades del mundo, pero que está prácticamente ausente del discurso académico. A partir de perspectivas críticas sobre la blanquitud en la investigación, después de investigar la composición racial de los autores y sus citas en publicaciones de las Ciencias de la Comunicación, Chakravartty, Kuo, Grubbs y McIlwain (2018) observaron una subrepresentación de investigadores no-blancos en periódicos de referencia en esta disciplina. Esta idea de blanqueamiento de la ciencia y del conocimiento fue abordada por algunos investigadores (Bilge, 2015). Esta constatación permite que Smith (2005, p. 39) afirme "Research has not been neutral in its objectification of the Other."⁹

Estos análisis merecen una mayor atención cuando se trata de lidiar con asuntos relacionados a las migraciones.

En las últimas décadas, temas relacionados con la interculturalidad, el pluralismo y La migración transnacional se volvieron centrales para las investigaciones en comunicación. De hecho, la investigación en comunicación se ha concentrado tradicionalmente en temas como la propaganda, el periodismo y los medios. Originalmente, se trataba de entender el papel de los periodistas en la sociedad. Paralelamente, a través del estudio de la propaganda relacionadas con la Primera y Segunda Guerras Mundiales, se ha interrogado la influencia de los medios de comunicación sobre individuos y grupos. Posteriormente, todo el segmento de la comunicación organizacional se transformó en un eje estructurador de la investigación en comunicación al lado del polo mediático de estas investigaciones. De esta forma, la comunicación organizacional tiene como objetivo, comprender la comunicación en la organización con foco en la gestión, haciendo énfasis en el análisis de los sistemas (Taylor & Delcambre, 2011).

Al mismo tiempo, un campo de investigación en comunicación se desarrolló alrededor de la comunicación intercultural. Este desarrollo se dio en función de factores socio-históricos, ya que el mundo siempre estuvo marcado por asuntos interculturales. De hecho, sea a través del genocidio de los indígenas o de la esclavitud caracterizada por el comercio transatlántico que afectó a África, Europa y América, la alteridad tuvo que lidiar con alguna forma de comunicación. Además de la explotación de más de 10 millones de seres humanos y de la negación de sus características como individuos, el comercio triangular fue sobre todo una oportunidad involuntaria para la comunicación intercultural. De la misma forma, la colonización y el proceso de descolonización llevaron a otra forma de comunicación intercultural marcada por el encuentro entre diferentes pueblos teóricamente presentados como iguales y semejantes, pero que en realidad fueron marcados por una lógica de desigualdad.

Debido a la importancia de los movimientos migratorios y a las múltiples cuestiones asociadas al encuentro entre personas de diferentes culturas, la investigación en comunicación comenzó a interesarse por la comunicación intercultural. La fundación de este campo es atribuida a Edward T. Hall gracias a su papel en la formación de diplomáticos estadounidenses enviados al exterior a través de la *Foreign Service Institute* (FSI), una instancia del gobierno de los Estados Unidos creada en 1946 (Montgomery & Agboblí, 2017). Para promover la comunicación entre estos

⁹ "La investigación no ha sido neutral en su objetivación del Otro".

portadores de diferentes culturas, Hall se interesó por las dimensiones ocultas de la cultura y por el papel de los dos elementos sensibles, que son el tiempo y el espacio. En paralelo a los trabajos de Hall, el desarrollo de la investigación en comunicación intercultural fue realizado principalmente en el contexto anglosajón, en particular en los EUA, Australia, Canadá (incluyendo Quebec) y en el Reino Unido. Stoiciu (2008) identifica, así, tres campos prácticos para esta área: 1) la inmigración y la interculturalidad; 2) las relaciones internacionales y la interculturalidad; 3) la gestión intercultural. Además, podemos observar que los países donde la investigación en comunicación intercultural se desarrolló, se caracterizan por escoger un modelo de gestión de la diversidad en torno al multiculturalismo, que puede ser formulado de varias maneras.

En la francofonía, la comunicación intercultural se desarrolló de forma muy tímida, particularmente por causa del modelo asimilacionista que se impuso en Francia y en varios países africanos francófonos. Principalmente los trabajos de Ladmiral y Lipianky (1989) desempeñaron un papel precursor, seguidos por Abdallah-Preteuille (1999), Kilani-Schoch (1997) y Ogay (1999). Sin embargo, estas obras son fruto de especialistas en educación, en servicio social o en pragmática. En la disciplina de la comunicación fue necesario esperar las obras de Gina Stoiciu, Christian Agboblí y Gaby Hsab, así como la de Alexander Frame, para que la comunicación intercultural abarcara esta zona lingüística.

En los países de lengua hispana y lusófonos, la interculturalidad ha crecido, concentrándose sobre los pueblos indígenas y afrodescendientes (Mato, 2008), y en el contexto de Brasil en conexión con la noción de Democracia racial (Guimarães, 2002). Más específicamente, la comunicación intercultural se expandió alrededor de los temas de la diáspora y de las tecnologías, especialmente bajo el liderazgo del trabajo de Cogo, ElHajji y Huertas (2012).

De hecho, el desarrollo de investigaciones y escritos en comunicación intercultural demuestran la pertinencia de este campo para analizar asuntos de la comunicación relacionados con la migración y con la interculturalidad. Sin embargo, este campo de investigación debería tener más en cuenta las voces consideradas como minoritarias y concederles más espacio para tratar las problemáticas de ciudadanía y fronteras. Voces oriundas de las sociedades poscoloniales que permitan emprender un verdadero debate científico que nos aproxime al conocimiento. Así, es urgente indagar las cuestiones económicas de la migración, no solo desde el punto de vista individual del inmigrante, sino también de acuerdo a las perspectivas macroeconómicas que permiten al *Centro* mantener su dominación sobre las *periferias*. Por otro lado, al ser la cuestión de los medios de comunicación central en las investigaciones en comunicación, la comunicación intercultural se beneficiaría teniendo en cuenta el análisis realizado por investigadores de los Sures. Por ejemplo, respecto a los medios de comunicación y tecnologías, los debates en torno al Nuevo Orden Mundial de la Información y de la Comunicación (NOMIC) o de la Cúpula Mundial sobre la Sociedad de la Información (SMSI) mostraron el desequilibrio existente y persistente de los flujos de información y comunicación y de los límites de las representaciones mediáticas de ciudadanos oriundos de los países del Sur (aunque la elección de esta categorización no sea adecuada) o de los ciudadanos integrantes de grupos minoritarios. Son necesarias investigaciones conducidas por *otros* científicos para permitir la pluralidad del análisis de estos asuntos.

Otro subcampo de la comunicación intercultural es el de la diáspora. La noción de diáspora ya fue abordada en oposición al hecho de ser inmigrante. De hecho, en los debates sobre ciudadanía, se podía ser migrante, es decir, alguien que deja su país de origen para establecerse en una nueva sociedad y que mantiene relaciones distantes con la sociedad de origen; pero era difícil

ser miembro de la diáspora que mantiene lazos regulares con la sociedad de origen. Hoy, la oposición parece desaparecer ya que la naturaleza fluida de las diásporas que navegan entre las fronteras, permitiendo así que culturas e investigaciones intenten encontrarse.

El libro dirigido por los profesores Mohamed ElHajji, Denise Cogo y Amparo Huertas está basado en una apuesta: la circularidad de los saberes, la cual permite que las tradiciones disciplinares se encuentren, que las posturas epistemológicas se implanten y que las dimensiones objetivas de la investigación aprendan y reconozcan otras dimensiones subjetivas de la misma. Además de esta apuesta, el desafío es que estos investigadores venidos de tantos horizontes puedan leerse e intentar entenderse los unos a los otros, ¡a pesar de los cuatro idiomas que componen la obra!

Es a través de la comunicación intercultural, en cuanto encuentro entre portadores de diferentes culturas, que emerge este libro, el cual promueve la comunicación intercultural bajo diversos ángulos: el del intercambio, el del compartir entre diferentes culturas (que no tienen una dimensión meramente étnica).

Christian Agbobli¹⁰

¹⁰ Christian Agbobli es profesor titular del Departamento de Comunicación Social y Pública de la Université du Québec en Montréal (UQAM) y especialista en comunicación internacional e intercultural. En términos de investigación, Christian Agbobli es cofundador del Grupo de Estudios e Investigaciones con foco en comunicación internacional e intercultural (GERACII), donde es director hace 10 años. Él también ocupa el cargo de presidente de la UNESCO en Comunicación y Tecnologías para el Desarrollo. Ha publicado números libros y artículos sobre comunicación internacional, comunicación intercultural y diásporas.

PREFÁCE

« Notre nord est le Sud »¹¹ : comment la recherche en communication interculturelle peut-elle se *postcoloniser* ?

Qu'on se le dise : les migrations sont aussi anciennes que l'humanité et leurs formes sont multiples : volontaires, forcées, intracontinentales, internationales, politiques, économiques, etc. ! Les interrogations associées aux migrations peuvent également se décliner de diverses manières : À quoi servent les migrations ? Quels sont les opportunités et les obstacles associés aux migrations ? Quels sont les dangers des migrations pour nos sociétés ? Quelles sont les causes des migrations ? Quelle est la différence entre « migration », « immigration » et « émigration » ? Outre ces questions somme toute classiques, d'autres questions peuvent surgir : à quand la rémigration ? Comment empêcher la déstructuration de nos pays par les migrants ? À quand des lois visant à enfermer les migrants ? Bref, la question des migrations suscite des interrogations qui peuvent être aux antipodes les unes des autres et entraîne également des débats très émotifs.

La recherche scientifique devrait pouvoir apporter des réponses à ces multiples questions en se départissant de l'émotion et de l'affect. Toutefois, une boutade attribuée et non documentée au Général de Gaulle lui fait dire : « Des chercheurs qui cherchent, on en trouve. Des chercheurs qui trouvent, on en cherche. » Autant dire qu'on cherchera longtemps des chercheurs qui trouveront des réponses aux enjeux majeurs soulevés par les migrations !

Plus sérieusement, si l'on se place du côté de l'épistémologie, le rôle de la science et de la recherche est crucial dans les connaissances liées aux phénomènes sociaux tels que les migrations. Si Popper (1973) avance que la science repose sur l'idéal de la recherche pure de la vérité, il a développé la notion de réfutabilité, car il considère qu'une théorie scientifique n'est jamais qu'une hypothèse, une conjecture qui sera un jour réfutée et remplacée par une autre. Dans le même temps, Kuhn s'interroge sur la manière dont la science évolue. Il a ainsi pensé cette évolution en termes de paradigmes : « Les hommes dont les recherches sont fondées sur le même paradigme adhèrent aux mêmes règles et aux mêmes normes dans la pratique scientifique » (Kuhn, 1983, p. 30). À côté de ces chercheurs, d'autres sont également considérés comme des épistémologues ou philosophes reconnus : Kant, Descartes, Husserl, Schütz, etc.

Or, ici réside une des difficultés fondamentales de la recherche lorsqu'il s'agit d'aborder des sujets qui ne cadrent pas avec une certaine vision de la science : en quoi les épistémologies traditionnelles peuvent-elles rendre compte des problèmes qui sortent des cadres habituellement utilisés ? L'une des pistes réside dans le rapport du savoir au pouvoir ; et cette réflexion se situe au

¹¹ « Notre nord est le Sud » il s'agit d'une phrase de Joaquín Torres García, un artiste uruguayen.

cœur des recherches de Foucault et de certains penseurs qui sont présentés aujourd'hui comme post-coloniaux : Spivak, Bhabha, etc. Par exemple, Foucault (1975, p. 32) soutient « qu'il n'y a pas de relation de pouvoir sans constitution corrélatrice d'un champ de savoir, ni de savoir qui ne suppose en même temps des relations de pouvoir ». Et malheureusement, la recherche scientifique reste encore trop teintée d'occidentalisme, voire de « blanchitude » notoire. Pour Carr (2010), la blanchitude renvoie à l'impact hégémonique des Blancs dans différents processus, notamment politiques, économiques, sociaux, éducatifs, artistiques et culturels des sociétés du monde qui est quasi absent des discours académiques. Dans le sillage des perspectives critiques concernant la blanchitude de la recherche, en effectuant une recherche sur la composition raciale des auteurs et des citations dans les publications en sciences de la communication, Chakravarty, Kuo, Grubbs et McIlwain (2018) ont observé une sous-représentation de chercheurs non blancs dans les revues de références dans cette discipline. Cette idée d'un blanchiment de la science et du savoir a été traitée par certains chercheurs (Bilge, 2015). Ce constat permet à Smith (2005, p. 39) d'avancer « Research has not been neutral in its objectification of the Other. »

Ces analyses méritent une attention plus fine lorsqu'il s'agit de traiter des enjeux touchant les migrations.

Depuis quelques décennies, les problématiques liées à l'interculturalité, au pluralisme et aux migrations transnationales deviennent centrales dans la recherche en communication. En effet, traditionnellement, la recherche en communication a surtout porté sur la propagande, le journalisme, les médias. À l'origine, il s'agissait de comprendre le rôle des journalistes dans la société. Parallèlement, avec les enjeux de propagande liés à la Première et à la Deuxième Guerre mondiale, on s'est interrogé sur l'influence des médias sur les individus et les groupes. Par la suite, tout le volet de la communication organisationnelle est devenu un axe structurant des recherches en communication à côté du pôle médiatique de ces recherches. La communication organisationnelle visait ainsi à comprendre la communication dans l'organisation avec un accent mis sur la gestion et insistait sur l'analyse des systèmes (Taylor & Delcambre, 2011).

Parallèlement, un champ de la recherche en communication s'est développé autour de la communication interculturelle. Ce développement du domaine s'est réalisé en raison de facteurs socio-historiques, le monde ayant toujours été marqué par des enjeux interculturels. En effet, que ce soit à travers le génocide des Autochtones ou l'esclavage caractérisé par le commerce transatlantique qui a touché l'Afrique, l'Europe et l'Amérique, l'altérité a dû composer avec une certaine forme de communication. Au-delà de l'exploitation de plus d'une dizaine de millions d'êtres humains et le fait de nier leur caractéristique d'individus, ce commerce triangulaire a surtout été l'occasion involontaire de communication interculturelle. De même, la colonisation et le processus de décolonisation qui en a découlé a entraîné une autre forme de communication interculturelle marquée par la rencontre entre peuples différents théoriquement présentés comme égaux et semblables, mais qui dans les faits étaient marqués par une logique inégalitaire.

En raison de l'importance des mouvements migratoires et des multiples enjeux associés à la rencontre entre porteurs de cultures différentes, la recherche en communication a commencé à s'intéresser à la communication interculturelle. La fondation de ce domaine est attribuée à Edward T. Hall en raison de son rôle dans la formation des diplomates américains envoyés à l'étranger par le biais du *Foreign Service Institute* (FSI), une instance gouvernementale américaine créée en 1946 (Montgomery & Agbobli, 2017). Pour favoriser la communication entre ces porteurs de cultures différentes, Hall s'intéresse aux dimensions cachées de la culture ainsi qu'au rôle des deux éléments sensibles que sont le temps et l'espace. Suite aux travaux de Hall, le développement de la recherche en communication interculturelle s'est réalisé surtout en milieu anglosaxon, notamment aux USA,

en Australie, au Canada (dont le Québec), au Royaume-Uni. Stoiciu (2008) identifie ainsi trois terrains pratiques à ce domaine : 1) l'immigration et l'interculturalité ; 2) les relations internationales et l'interculturalité ; 3) Le management interculturel. Par ailleurs, on peut constater que les pays dans lesquels s'est développée la recherche en communication interculturelle s'illustrent avec le choix d'un modèle de gestion de la diversité autour du multiculturalisme, qui peut être décliné de diverses façons.

Dans la francophonie, la communication interculturelle s'est développée de manière très sobre, notamment en raison du modèle assimilationniste qui s'est imposée en France et dans plusieurs pays d'Afrique francophone. Ce sont surtout les travaux de Ladmiral et Lipianky (1989) qui ont joué un rôle précurseur, suivis par Abdallah-Preteille (1999), Kilani-Schoch (1997), Ogay (1999). Toutefois, ces travaux sont le fruit de spécialistes de l'éducation, du travail social ou de la pragmatique. Dans la discipline qu'est la communication, il a fallu attendre les travaux de Gina Stoiciu, Christian Agbobli et Gaby Hsab ainsi qu'Alexander Frame pour que la communication interculturelle se déploie davantage dans cette zone linguistique.

Dans les pays hispanophones et lusophones, l'interculturalité s'est développée en mettant l'accent sur les peuples indigènes et les afro-descendants (Mato, 2008), et dans le contexte du Brésil en lien avec la notion de Démocratie raciale (Guimarães, 2002). Plus spécifiquement la communication interculturelle s'est déployée autour des thèmes de diaspora et de technologies, notamment, sous la houlette des travaux de Cogo, ElHajji, Huertas (2012).

Certes, le développement des recherches et des écrits en communication interculturelle montre la pertinence de ce domaine pour analyser les enjeux communicationnels liés aux migrations et à l'interculturalité. Toutefois, ce champ de recherche mériterait davantage la prise en compte et la prise de parole par des voix considérées comme minoritaires pour traiter des enjeux de frontières et de citoyenneté. Des voix issues des sociétés postcoloniales qui permettent la mise en place d'un véritable débat scientifique susceptible de nous rapprocher de la connaissance. Ainsi, il urge de s'interroger sur les enjeux économiques de la migration, non pas du point de vue simplement individuel de l'immigrant, mais aussi selon les perspectives macroéconomiques permettant au *Centre* de maintenir sa domination sur les *périphéries*. La question des médias étant par ailleurs centrales dans les recherches en communication, la communication interculturelle gagnerait à prendre en compte l'analyse effectuée par les chercheurs des Suds. Par exemple, en ce qui concerne les médias et les technologies, les débats autour du Nouvel ordre mondial de l'information et de la communication (NOMIC) ou du Sommet mondial sur la société de l'information (SMSI) ont montré le déséquilibre existant et persistant des flux de l'information et de la communication et les limites des représentations médiatiques de citoyens issus des pays du Sud (même si le choix de cette catégorisation est impropre) ou de citoyens provenant de groupes minoritaires. Les recherches menées par des scientifiques *autres* sont nécessaires pour permettre la pluralité des analyses concernant ces questions.

Un autre sous-champ de la communication interculturelle est celui de la diaspora. La notion de diaspora a pu faire l'objet d'une analyse la mettant en opposition avec le fait d'être un immigrant. En effet, dans les débats sur la citoyenneté, on pouvait être un immigrant, c'est-à-dire quelqu'un qui quitte son pays d'origine pour s'établir dans une nouvelle société et qui a des relations éparées avec sa société d'origine ; mais on pouvait difficilement être un membre de la diaspora qui maintient des liens réguliers avec sa société d'origine. Aujourd'hui, l'opposition semble disparaître

en raison du caractère fluide des diasporas qui naviguent entre les frontières, permettant ainsi aux cultures et aux recherches de tenter de se rencontrer.

Le livre dirigé par les professeur.e.s Mohamed ElHajji, Denise Cogo et Amparo Huertas repose sur un pari : celui de la circularité des savoirs qui autorise les traditions disciplinaires à se rencontrer, les postures épistémologiques à se déployer et les dimensions objectives de la recherche à apprivoiser et à reconnaître les autres dimensions subjectives de celle-ci. Outre le pari, le défi : puissent ces chercheurs provenant de tous les horizons se lire et tenter de se comprendre entre eux, malgré les quatre langues qui constituent l'ouvrage !

C'est par la communication interculturelle, comme rencontre entre porteurs de cultures différentes que se déploie ce livre qui valorise la communication interculturelle sous divers angles : celui de l'échange, du partage entre différentes cultures (qui n'ont pas une dimension simplement ethnique).

Christian Agboblí¹²

¹² Christian Agboblí est professeur titulaire au Département de communication sociale et publique de l'Université du Québec à Montréal (UQAM) et est spécialiste en communication internationale et interculturelle. Sur le plan de la recherche, Christian Agboblí est co-fondateur du Groupe d'études et de recherches axées sur la communication internationale et interculturelle (GERACII) dont il a été le directeur pendant 10 ans. Il est également titulaire de la Chaire UNESCO en communication et technologies pour le développement. Il a publié de nombreux livres et articles sur la communication internationale, la communication interculturelle et les diasporas.

PREFACE

“Our North is the South”¹³: How can intercultural communication research post-colonize itself?

We must to say: the migrations processes are as old as humanity history and their forms are multiples: voluntary, forced, international, intercontinental, political, economic etc.! The questions about migration can also be formulated in several ways: What is the purpose of migrations processes? What are the opportunities and barriers about migration? What dangers does migration bring to our societies? What are the causes of migration? What is the difference between “migration”, “immigration” and “emigration”? Beyond these classic questions, others may arise: when will (re)emigration take place? How to avoid the disruption of our countries by migrants? When will laws be created to contain migrants? To sum up, the topic of migration highlights issues that can be diametrically opposed and that mobilize emotional debates.

Scientific research should be able to provide answers to these multiple questions without emotion and affection. However, in an undocumented joke attributed to General de Gaulle, he would have said: “Researchers that seek are found. Researchers that find are sought”. In other words, we will still be looking for researchers that will find answers to the key issues raised by migration!

Sincerely, if we are on the epistemology side, the role of science and research is crucial to understand a social phenomenon such as migration. If Popper (1973) argues that science is based on the ideal of the pure pursuit of truth, he has developed the notion of refutability because he considers that a scientific theory is never anything more than a hypothesis, a conjecture that will be refuted and replaced by another one. At the same time, Kuhn asks: how does science evolve? Thus, he thought of this evolution in terms of paradigms: “Person whose research is based on the same paradigm adheres to the same rules and standards in scientific practice” (Kuhn, 1983, p. 30). In addition to these researchers, there are others that are also considered epistemologists or recognized philosophers that have approached the topic: Kant, Descartes, Husserl, Schütz etc.

However, we have here one of the fundamental difficulties of research about study of topics that do not fit into a particular view of science: how can traditional epistemologies explain problems that emerge from commonly used frameworks? One of the clues is in the relation between knowledge and power; and this thought is at the heart of the researches by Foucault and by some other thinkers that are presented today as postcolonial: Spivak, Bhabha etc. For example, Foucault (1975, p. 32) argues that “there is no power relation without a correlative constitution to a knowledge field, at the same time, there is not knowledge that not supposes power relations”.

¹³ “Our north is the south” it is a phrase of Joaquín Torres García, an Uruguayan artist.

And, unfortunately, scientific research still remains tinged with Westernism, or even with a known “whiteness”. According to Carr (2010), whiteness refers to the hegemonic impact of white people in several social processes around the world, such as political, economic, social, educational, artistic and cultural, that is virtually absent from academic discourse. Following the critical perspectives about whiteness in research, Chakravarty, Kuo, Grubbs and McIlwain (2018) observed a sub-representation of nonwhite researchers in reference journals of this subject. This idea about whitening science and knowledge was studied by some researchers (Bilge, 2015). This finding allows Smith (2005, p. 39) to state “Research has not been neutral in its objectification of the Other”¹⁴.

These analyses need more attention when we are dealing with migration issues.

In the last decades, issues related to intercultural, plural and transnational migration have become central within communication research. In fact, communication research has traditionally focused on advertising, journalism and media, in general. Originally, it was a problem about understanding the role of journalists in the society, at the same time the development of advertisement in First and Second World Wars put in question the influence of the communication on individuals and groups. Subsequently, the whole aspect of organizational communication became a structuring axis of communication research alongside the media pole of its research. Thus, organizational communication had as a goal to understanding communication in the organization with a focus on management emphasizing systems analysis (Taylor & Delcambre, 2011).

At the same time, the communication scientific field has developed around intercultural communication. This development occurred because socio-historical factors – and we consider that the world has always been marked by intercultural issues. In fact, either through the genocide of autochthonous indigenous people or slavery characterized by the transatlantic trade that affected Africa, Europe and America, otherness had to be composed with some form of communication. In addition to the exploration of over ten million human beings and denial of their features as individuals, the triangular trade was mainly the involuntary opportunity for intercultural communication. In the same way, colonization and its consequently process of decolonization resulted in another form of intercultural communication marked by the intersection between different people, in theory, presented as equal and similar, but which were actually marked by inequality logic.

Because of the importance of migratory movements and the multiple issues associated with the intersection between people of different cultures, communication research started to show interested in intercultural communication. Edward T. Hall is pointed as the founder of this area of studies because of his function in training US diplomats sent abroad through the Foreign Service Institute (FSI), an agency of the United States government created in 1946 (Montgomery & Agbogli, 2017). To promote communication between these spokesmen and different cultures, Hall was interested about hidden dimensions of culture, especially in two sensitive elements of this topic: time and space. After Hall’s work, the development of intercultural communication research occurred mainly in the Anglo-Saxon context, particularly in the USA, Australia, Canada (including Quebec) and the United Kingdom. Stoiciu (2008) identifies three action fields for this area: 1) immigration and intercultural issues; 2) international relations and intercultural issues; 3) intercultural management. Besides, we can see that the countries where intercultural

¹⁴ "Research has not been neutral in its objectification of the Other".

communication research has developed are characterized by the choice of a diversity management model around multiculturalism, which can be divided in several ways.

In Francophone countries, intercultural communication has developed very soberly, particularly because of the assimilations model that emerged in France and in several francophone African countries. The pioneer researches of these themes are Ladmiral and Lipiancky (1989), followed by Abdallah-Preteille (1999), Kilani-Schoch (1997) and Ogay (1999).

However, they were result of education, social work or pragmatics areas. In the communication field, it was necessary to wait until the works of Gina Stoiciu, Christian Agbobliand Gaby Hsab, and even Alexander Frame, to intercultural communication to be part of this linguistic zone.

In Spanish-speaking and Portuguese-speaking countries, multiculturalism has been growing up, concentrating on indigenous and Afro-Descendent people (Mato, 2008), and in the Brazil context, in connection with the notion of racial democracy (Guimarães, 2002). More specifically, intercultural communication has expanded around issues of diaspora and technologies, especially under the leadership by Cogo, ElHajji and Huertas (2012).

In fact, the development of research and written records about intercultural communication show the relevance of this field to analyze communication issues related to migration and intercultural aspects. However, this field of research should take in more consideration the voices that we called minorities and give them more space to discuss about citizenship and frontier issues. Voices from postcolonial societies are able to promote a true scientific debate that brings us closer to knowledge. Thus, it is urgent to question the economic issues of migration, not only from the individual's point of view, but also according to the macroeconomic perspectives that allow to *Countries Center* maintain its domination over the *Peripheries*. If one hand, the media issues are central to communication researches, in the other hand, intercultural communication would benefit from the analysis made by researchers from the *Countries South*. For example, about media and technologies, the discussions surrounding the New World Information and Communication Order (NWICO or NWIO) or the World Summit on the Information Society (WSIS) have shown that there are a persistent imbalance between information and communication flows and media representations limitations about the people coming from the South (even though the choice of this categorization is not correct) or about minority groups. Researches conducted by *Other Scientists* are necessary to show a plurality of analyses about these issues.

Another subfield of intercultural communication is the diaspora. The notion of diaspora has already been used in opposite of immigration. In fact, in debates about citizenship, you could be an immigrant, that means, someone who leaves his/her home country to establish him/herself in a new society and maintains few relations with the original society; but it was difficult to be a member of the diaspora and keep regular links with home society. Today, this opposition seems to have disappeared because of the diasporas fluid nature crossing borders, allowing the meeting between cultures and researches.

The book organized by professors Denise Cogo, Mohamed ElHajji and Amparo Huertas is based on the following ideas: the circularity of knowledge that enables the meeting between traditional subjects, the epistemological postures to be implanted and objective dimensions of the

research to learn recognize their own other subjective dimensions. Besides this, a challenge: may these researchers from so many different spaces read themselves and try to understand each other, despite the four languages that compose the book!

It is through intercultural communication, while meeting point of different cultures bearers that we have this book which promote intercultural communication from several perspectives: of exchange, of sharing of different cultures (which do not have a purely ethnic dimension).

Christian Agbobli¹⁵

¹⁵ Christian Agbobli is a full professor of the Department of Social and Public Communication of the Université du Québec à Montréal (UQAM) and specialist in international and intercultural communication. About researches, Christian Agbobli is co-founder of the Group of Studies and Research focused on international and intercultural communication (GERACII), where he has been director for 10 years. He also holds the position of President of UNESCO in Communication and Technologies for Development. He has published numerous books and articles on international communication, intercultural communication and diasporas.

Bibliografia / Bibliografía/ Bibliographie / References

- IX Fórum das Migrações* (16 a 20 de outubro, 2017): Interculturalidade, comunicação e migrações transnacionais: fronteiras, políticas e cidadania. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro.
- Abdallah-Preteuille, M. en coll. Porcher, L. (1999) *Diagonales de la communication interculturelle*. Paris : Anthropos.
- Bilge, S. (2015). Le blanchiment de l'intersectionnalité. *Recherches féministes*, 28 (2), 9–32.
<https://doi.org/10.7202/1034173ar>
- Carr, P. R. (2010). L'interculturel et la race blanche : la face cachée des relations de pouvoir inéquitables. In Thésée, G., Carignan, N., Carr, P. R., *Les faces cachées de la recherche interculturelle : De la rencontre des porteurs de culture*. Paris : L'Harmattan.
- Chakravartty, P., Kuo, R., Grubbs, V., McIlwain, C. (2018). #CommunicationSoWhite, *Journal of Communication*, Volume 68(2), abril, 254–266. <https://doi.org/10.1093/joc/jqy003>
- Cogo, D., ElHajji, M. & Huertas, A. (Eds.) (2012) : *Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais = Diásporas, migraciones, tecnologías de la comunicación y identidades transnacionales = Diaspora, migration, communication technologies and transnational identities = Diasporas, migrations, technologies de la communication et identitéstransnationales*. Bellaterra: Institut de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona.
- Foucault, M. (1975), *Surveiller et punir : naissance de la prison*. Paris : Galimard.
- Guimarães, Antonio Sergio Alfredo (2002). Démocratie raciale. *Cahiers du Brésil Contemporain*, 49-50, 11-37.
- Mattelart, A. & Mattelart, M. (2002). *Histoire des théories de la communication*. Paris : La découverte.
- Mato, D. (2008). Différence culturelle, interculturalité et enseignement supérieur en Amérique Latine. *Cahiers de la recherche sur l'éducation et les savoirs*, 7, 49-66.
- Montgomery, C. & Agbobli, C., (2017). Mobilités internationales et intervention interculturelle : conceptualisations et approches. In Montgomery, C. & Bourassa-Dansereau, C. (Eds.), *Mobilités internationales et intervention interculturelle: Théories, expériences et pratiques* (pp. 29-51). Montréal : Presses de l'Université du Québec (PUQ)
- Popper, K. (1973), *La logique de la découverte scientifique*. Paris : Payot.
- Proulx, S. (2007). Naissance des sciences de la communication dans le contexte militaire des années 1940 aux Etats-Unis. *Hermès*, 48, CNRS, Paris, 2007, pp. 47-53.
- Smith, L. T. (2005). *Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples*. London; New York Dunedin, N.Z. New York, Zed Books: University of Otago Press.

- Stoiciu, G. (2008). L'émergence du domaine d'étude de la communication interculturelle. *Hermès, La Revue*, 51(2), 33-40. <https://www.cairn.info/revue-hermes-la-revue-2008-2-page-33.htm>.
- Taylor, J. R & Delcambre, P. (2011). La communication organisationnelle : histoire, enjeux et fondements. In Grosjean, S. & Bonneville, L. (Eds). *La communication organisationnelle : approches, processus et enjeux*. Montréal: Chenelière Édition. <http://www.red-redial.net/fr/revue-cahiers,du,bresil,contemporain-72-2002-0-49,50.html>

Seção 1

Interculturalidade, comunicação e migrações transnacionais: fronteiras, políticas e cidadania

Interculturalidad, comunicación y migraciones transnacionales:
fronteras, política y ciudadanía

Interculturalité, communication et migrations transnationales :
frontières, politique et citoyenneté

Interculturality, communication and transnational migrations: Borders,
politics and citizenship

1.1 Reflexões sobre conflitos ambientais à luz do racismo ambiental e da injustiça ambiental

Anne Kassiadou¹⁶

Celso Sánchez¹⁷

Resumo

Partindo do campo da ecologia política e de suas categorias conceituais, busca-se no presente ensaio fazer uma reflexão acerca das relações entre os conflitos socioambientais e o deslocamento de grupos sociais, trazendo para a discussão questões sobre o racismo ambiental, injustiça ambiental e as zonas de sacrifícios. A opção por esta discussão se justifica pelo fato de se compreender que os conflitos ambientais revelam as relações de poder e os grupos sociais mais vulnerabilizados sob a ótica socioambiental. Acredita-se que existem relações diretas entre os casos de conflitos socioambientais e as dinâmicas de deslocamentos de grupos sociais por compreender que as repercussões de tais conflitos atingem os direitos aos territórios. Parte-se da ideia que as questões ambientais podem orientar enfoques e pontos de vistas para possibilitar uma ampliação nas análises acerca dos conflitos ambientais e suas relações com os fenômenos migratórios.

Palavras-chave: Conflitos socioambientais; Deslocamento de grupos sociais; Racismo ambiental; Injustiça ambiental; Zonas de sacrifício.

Reflexiones sobre conflictos ambientales a la luz del racismo ambiental y la injusticia ambiental

Resumen

Partiendo del campo de la ecología política y de sus categorías conceptuales, el presente ensayo busca reflexionar acerca de las relaciones entre los conflictos socio-ambientales y el desplazamiento de grupos sociales, poniendo en discusión cuestiones como el racismo ambiental, la injusticia ambiental y las zonas de sacrificios. Esta discusión se justifica en el hecho de comprender que los conflictos ambientales revelan las relaciones de poder y visibilizan los grupos sociales más vulnerables. Se cree que existen relaciones directas entre los casos de conflictos socio-ambientales y las dinámicas de desplazamiento de los grupos sociales, por ende las repercusiones de tales conflictos afectan los derechos sobre los territorios. Se parte de la idea de que las cuestiones

¹⁶ Doutoranda em Educação Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: annekmenezes@hotmail.com

¹⁷ Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: celso.sanchez@hotmail.com

ambientales pueden orientar enfoques y puntos de vista que posibilitan una ampliación en los análisis acerca de los conflictos ambientales y sus relaciones con los fenómenos migratorios.

Palabras clave: Conflictos socio-ambientales; Desplazamiento de grupos sociales; Racismo ambiental; Injusticia ambiental; Zonas de sacrificio.

Réflexions sur les conflits environnementaux à la lumière du racisme environnemental et de l'injustice environnementale

Résumé

Dans le domaine de l'écologie politique et de ses catégories conceptuelles, le présent essai cherche à réfléchir sur la relation entre les conflits socio-environnementaux et le déplacement de groupes sociaux, en apportant au débat des questions sur le racisme environnemental, l'injustice environnementale et les zones de sacrifices. Le choix de cette discussion est justifié par le fait que les conflits environnementaux révèlent les relations de pouvoir et les groupes sociaux les plus vulnérables du point de vue socio-environnemental. On pense qu'il existe des relations directes entre les cas de conflits socio-environnementaux et la dynamique de déplacement de groupes sociaux, car il est entendu que les répercussions de ces conflits affectent les droits aux territoires. Il est basé sur l'idée que les questions environnementales peuvent guider les approches et les points de vue afin de permettre une analyse plus large des conflits environnementaux et de leurs relations avec les phénomènes migratoires.

Mots-clés : Conflits sociaux et environnementaux ; Déplacement de groupes sociaux ; Racisme environnemental ; Injustice environnementale ; Zones de sacrifice.

Reflections on environmental conflicts in the light of environmental racism and environmental injustice

Abstract

From the field of political ecology and its conceptual categories, the present essay seeks to reflect on the relationship between social-environmental conflicts and the displacement of social groups, bringing to the discussion questions about environmental racism, environmental injustice and areas of sacrifices. The choice for this discussion is justified by the fact that environmental conflicts reveal the power relations and social groups that are most vulnerable from a socio-environmental perspective. It is believed that there are direct relations between the cases of socio-environmental conflicts and the dynamics of displacement of social groups, because it is understood that the repercussions of such conflicts affect the rights to the territories. It is based on the idea that environmental issues can guide approaches and points of view to allow a broader analysis of environmental conflicts and their relations with migratory phenomena.

Keywords: Social and environmental conflicts; Displacement of social groups; Environmental racism; Environmental injustice; Sacrifice zones.

1.1.1 Introdução

Os recentes retrocessos da legislação ambiental brasileira e a reconfiguração do Brasil como produtor e exportador de recursos naturais afeta não somente a intensificação da degradação ambiental no país, mas também adensam os conflitos socioambientais nos territórios, caracterizando quem são os grupos mais injustiçados pelo contexto socioeconômico e quem são os privilegiados.

Este artigo busca atender ao desafio de, partindo do campo de pesquisa da ecologia política, fazer uma reflexão acerca das relações entre os conflitos socioambientais e o deslocamento de grupos sociais, trazendo para a discussão questões sobre o racismo ambiental, injustiças ambientais e as zonas de sacrifícios. Para tanto, utilizamos como argumentos a natureza complexa dos conflitos socioambientais à luz de categorias conceituais do campo da ecologia política.

Cabe salientar que a questão ambiental diz respeito à disputa entre diferentes formas de apropriação e uso dos recursos naturais – terras, águas, atmosfera e sistemas vivos – por um lado, fonte de sobrevivência para os povos e, por outro, fonte de acumulação de lucros para as grandes corporações (Acselrad, 2010, p. 12). Portanto, entende-se que a questão ambiental não pode ser vista como uma categoria de natureza cooperativa e consensual, mas fundamentalmente, como espaço de disputas e conflitos, atravessada por sentidos sociais e culturais diferenciados.

Destaca-se que nesse estudo a noção de conflitos socioambientais foi fundamentada partir de Acselrad (2004) como sendo:

(...) os conflitos que envolvem grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (Acselrad, 2004, p. 26).

Partindo de um breve debate sobre as questões ambientais, buscamos refletir sobre alguns fatores que são relevantes para compreender o contexto dos casos de deslocamentos populacionais, salientando assim, que os conflitos ambientais merecem um olhar mais minucioso pois revelam dimensões importantes para o debate aqui proposto. Neste sentido, podemos compreender que:

a Ecologia Política aborda o conceito de conflitos socioambientais, como sendo os conflitos que surgem a partir da disputa pelo acesso aos bens e serviços ambientais, ou seja, são conflitos que travados em torno dos problemas do uso e da apropriação dos recursos naturais; confronto entre atores sociais que defendem diferentes lógicas para a gestão dos bens coletivos de uso comum (Muniz, 2009, p. 181).

Partir do campo dos estudos de conflitos ambientais pode ser uma importante chave analítica para compreender alguns processos sociais, incluindo o fenômeno dos deslocamentos de grupo sociais, uma vez que:

O estudo de conflitos ambientais constitui em uma importante ferramenta para se tentar entender a discordância entre grupos sobre um determinado ponto que lhes é comum ou pelo qual eles são concorrentes. Dessa forma, há que se orientar por uma lógica que

perceba os conflitos entre grupos de interesses distintos no que diz respeito a acesso a bens e recursos. Tais grupos, além dos distintos usos culturais/simbólicos de um dado território, podem apresentar um histórico de exclusão e expropriação de recurso, tais como, grupos de trabalhadores sem terra, comunidades negras e remanescentes de quilombos, grupos indígenas, pescadores e ribeirinhos. (Fonseca, Oliveira e Sousa, 2012, p. 284).

Esta dimensão dos conflitos socioambientais fica bem evidente quando se observa a existência de estudos que revelam a intensificação dos casos de conflitos ambientais que atingem majoritariamente populações tradicionais e indígenas na América Latina e por consequência, trazem relações diretas com o tema dos deslocamentos de grupos sociais, sobretudo por se tratar de casos que envolvem a perda dos direitos territoriais e os fenômenos ligados à desterritorialização. Estes estudos, por sua vez, foram importantes para ajudar na fundamentação das argumentações aqui expostas neste ensaio.

1.1.2 Fenômenos Socioambientais

Para uma breve contextualização da temática proposta, é necessário tecer relações com os eventos que envolvem a questão ambiental. Portanto, no que tange aos fenômenos das mudanças climáticas, embora não haja um consenso teórico sobre as relações entre o deslocamento de grupos sociais na América Latina e às mudanças climáticas, entende-se que se trata de um tema que vem sendo explorado por diversos campos do conhecimento por ter uma relevância na compreensão dos fenômenos socioambientais na contemporaneidade.

Kaenzig e Piguet (2011) em suas investigações apontaram que existe um extenso debate entre aqueles que enfatizam o impacto direto do ambiente sobre os movimentos das populações e aqueles que destacam o papel determinante do contexto social, econômico e político. Sobretudo, mesmo reconhecendo as disputas no campo teórico, os mesmos reconhecem que este escopo investigativo teve o mérito de sensibilizar o público e os políticos em relação ao potencial impacto das mudanças climáticas sobre as migrações (Kaenzig e Piguet, 2011, p. 52).

No que se refere às contribuições trazidas pelas agências internacionais, em 1990, o primeiro relatório Intergovernamental da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre mudanças climáticas afirmou que “os efeitos mais graves da mudança climática serão, sem dúvida, aquelas sobre a migração humana, pois milhões de pessoas serão deslocadas”. Diante dessa questão, algumas categorias com base em Kaenzig e Piguet são utilizadas para explicar a relação socioambiental em um contexto de mudanças climáticas das quais se destacam os fenômenos ligados às temperaturas, desastres naturais, furacões, chuvas torrenciais, inundações, seca, desertificação, escassez de água e outros.

Foi possível identificar que os autores buscam um rigor em suas análises e reconhecem a complexidade dos fenômenos envolvidos, ressaltando sobretudo que as investigações com este cunho devem evitar concepções simplórias do nexo entre migrações - meio ambiente de forma a considerar que o contexto socioeconômico desempenha um papel importante para compreender as especificidades de cada região/população, ou melhor, os territórios e suas territorialidades.

Neste mesmo percurso, ocorre também a necessidade de analisar estes fenômenos quanto ao maior ou menor nível de vulnerabilidade dos grupos sociais frente aos riscos associados às mudanças climáticas. Na visão de Ulrick Beck (2010) entretanto, existe uma sociedade de risco

mundial e que o alcance desse risco é indefinido, partindo do local para o global e com a capacidade de atingir a todos, independentemente de terem contribuído mais ou menos para a degradação ambiental que presenciam no local onde moram.

Com a ampliação dos riscos da modernização, com a ameaça à natureza, à saúde, à alimentação etc., relativizam-se as diferenças e fronteiras sociais. Isto ainda continua a provocar consequências bastante diversas. Objetivamente, porém, os riscos produzem, dentro de seu raio de alcance e entre as pessoas por eles afetados, um efeito equalizador. Nisto reside justamente sua nova força política. Nesse sentido, sociedades de risco simplesmente não são sociedades de classes; suas situações de ameaça não podem ser concebidas como situações de classes, da mesma forma como seus conflitos não podem ser concebidos como conflitos de classe (Beck, 2010, p. 43).

Embora se reconheça que a Teoria da Sociedade Global de Risco defendida por Beck não limita as discussões apenas sobre os riscos ambientais mas promove um amplo debate sobre riscos no contexto contemporâneo, para alguns teóricos críticos à esta teoria, a perspectiva apontada na sociedade global de riscos representa uma “falácia ecológica”, na medida em que desconsideram as diversas variáveis que influenciam as análises acerca da distribuição dos riscos ambientais. Para Agripa:

A radioatividade, por exemplo, pode atingir a todos, mas em outros riscos é a posição social que conta. A produção de risco mais e mais configura um cenário internacional de desigualdades. Não é por acaso que grandes laboratórios de indústrias químicas procuram os países pobres para instalarem suas fábricas. Seguindo essa mesma lógica, é comum governos e cientistas definirem absurdamente o que vem a ser 'taxas de poluição aceitáveis' ou o 'risco medio'. Isso demonstra uma ausência efetiva de controle sobre a responsabilidade científica e a dependência de todos com relação a um conhecimento sobre o que pode ser ou não considerado risco. Na falta de certeza e responsabilidade científicas, vale a força dos argumentos: como o risco pode ser eliminado, negado, reinterpretado (Agripa, 2000, p. 164).

Corroborando com a reflexão de Agripa, sob um olhar hipotético, se caso houvesse uma situação de risco associado aos furacões nos EUA e no México, qual população teria melhor condição de responder e enfrentar esses riscos? Pois, partindo do entendimento que existem grupos que historicamente vivem em situação de maior vulnerabilidade socioambiental, é de concordância com Acserald (2010) que os riscos ambientais não são necessariamente “democráticos”. Estes riscos afetam de diferentes formas, os diferentes grupos sociais. Essas diferenças também englobam a capacidade de lidar com as situações de risco, ou seja, as formas de responder aos riscos, de reagir, de se defender e se recuperar. Sendo assim, os mais ricos conseguiriam escapar aos riscos e os mais pobres circulariam no interior de um circuito de risco (Acserald, 2010).

Isso leva a pensar que as diferentes perspectivas sobre o tema dos riscos ambientais associados às questões das mudanças climáticas devem ser levadas em consideração nas discussões sobre o deslocamento de grupos sociais, contemplando primordialmente a vulnerabilidade que se impõe sobre os sujeitos em situações de injustiças ambientais.

Entretanto, se a questão das mudanças climáticas abrange uma escala global, tal como é defendido pelo Painel Intergovernamental para a Mudança de Clima (IPCC), Tilio Neto (2010), expõe que o IPCC sugere dois tipos de respostas para os impactos que as mudanças climáticas podem causar: a adaptação e a mitigação.

Por adaptação entende-se o ajuste de um sistema, natural ou humano, aos estímulos climáticos ou aos seus efeitos presentes ou esperados. Seu objetivo é moderar os possíveis danos, lidar com as consequências e aproveitar as oportunidades criadas. Mitigação significa implementar políticas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa, e que incentivem seus sumidouros (IPCC, 2007b, p. 19-21, 2007f, p. 818 e 869 apud Tilio Neto, 2010).

Se esta é uma preocupação apontada pelo IPCC e as mudanças climáticas são acompanhadas pela intensificação dos casos de deslocamentos de grupos sociais como já foi citada no presente artigo com base na ONU, no caso do Brasil e de outros países da América Latina, estes levam algumas desvantagens em termos de poder político, econômico, tecnológico, pois em geral, os países considerados mais desenvolvidos acumulam vantagens quanto as suas estratégias de adaptação e mitigação aos efeitos climáticos.

Neste sentido os fatores geopolíticos tornam-se relevantes para as discussões em torno dos deslocamentos de grupos sociais, compreendendo-os para além do paradigma naturalista que observa os cenários de mudanças climáticas como meras mudanças de paisagens ou de mudanças ecossistêmicas. Há no jogo de forças do processo geopolítico em torno das mudanças climáticas e de seus discursos associados, elementos que precisam ganhar urgentes relevos para não enublar situações sociais que levem a invisibilização de setores vulneráveis das sociedades que estão mais expostas às mudanças climáticas e suas situações sistêmicas associadas.

Existe uma concordância com Loureiro (2004) que aprofundou as discussões a respeito do conceito de vulnerabilidade socioambiental argumentando que:

Por estado de vulnerabilidade socioambiental, entendemos a situação de grupos específicos que se encontram: (1) em maior grau de dependência direta dos recursos naturais para produzir, trabalhar e melhorar as condições objetivas de vida; (2) excluídos do acesso aos bens públicos socialmente produzidos; e (3) ausentes de participação legítima em processos decisórios no que se refere à definição de políticas públicas que interferem na qualidade do ambiente em que se vive (Loureiro, 2004).

1.1.3 Racismo Ambiental, Injustiça Ambiental e Zonas de Sacrifícios

Martinez-Alier (2011, p. 15) aponta que o campo da ecologia política foi criado por geógrafos, antropólogos e sociólogos ambientais desta forma, entende-se que se trata de um campo da ciência permeado por diferentes saberes e caracterizado por sua natureza interdisciplinar.

A ecologia política estuda os conflitos ecológicos distributivos que são entendidos como ‘os padrões sociais, espaciais e temporais de acesso aos benefícios obtidos dos recursos naturais e aos serviços proporcionados pelo ambiente como um sistema de suporte da vida’ (Martinez-Alier, 2011, p. 113).

Sob este contexto, considera-se que algumas categorias conceituais são de grande relevância para contribuir com as relações entre conflitos socioambientais e os deslocamentos de grupos sociais, além de apontar para caminhos que evitem as concepções simplórias nas análises deste tema. Parte-se da ideia que a injustiça ambiental, o racismo ambiental, as zonas de sacrifícios e populações de sacrifício são alguns conceitos que podem orientar enfoques e pontos de vistas para as questões ambientais possibilitando uma ampliação nas análises acerca dos conflitos ambientais e suas relações com os fenômenos migratórios.

Acselrad, Mello e Bezerra (2009) que nos alertam a existência da imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais, defendem que o termo injustiça ambiental seja consagrado para explicação destes fenômenos. Dessa forma, uma associação entre imposição e distribuição dos riscos ambientais pode conferir a alguns grupos a impossibilidade material de responder e/ou adaptar aos riscos ambientais, mesmo em presença de políticas de apoio aos grupos atingidos. Pois, “a concentração dos benefícios do desenvolvimento nas mãos de poucos, bem como a destinação desproporcional dos riscos ambientais para os mais pobres e para os grupos étnicos mais despossuídos, permanece ausente da pauta de discussão dos governos e das grandes corporações” (Acselrad; Mello; Bezerra, 2009, p. 15).

Considerando essas assimetrias que resultam das relações de poder em torno das questões ambientais, ainda que de forma breve e sucinta, o tema do racismo ambiental não poderia deixar de ser ressaltado na presente discussão.

Estudos de Pacheco e Faustino (2013) apontam que Benjamim Chavis foi quem empregou a expressão racismo ambiental nos Estados Unidos na década de 1980, no contexto de seu envolvimento com lutas de populações negras que sofriam riscos por meio de rejeitos tóxicos em seus territórios. Chavis afirmava que o racismo ambiental poderia ser verificado por meio de uma discriminação racial nas políticas ambientais, estando elas de forma institucionalizada tanto na falta de cumprimento das leis e normas, quanto ao ‘escolher deliberadamente comunidades de cor para depositar rejeitos tóxicos e instalar indústrias poluidoras’ (Chavis, 1993 apud Pacheco; Faustino, 2013, p. 85). Para Pacheco:

Chamamos de Racismo Ambiental às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre etnias e populações mais vulneráveis. O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de ações que tenham impacto “racial”, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. (...) O conceito de Racismo Ambiental nos desafia a ampliar nossas visões de mundo e a lutar por um novo paradigma civilizatório, por uma sociedade igualitária e justa, na qual democracia plena e cidadania ativa não sejam direitos de poucos privilegiados, independente-mente de cor, origem e etnia (Pacheco, 2007).

A denúncia que está no cerne do debate sobre o racismo ambiental mostra que não se trata de situações vistas como mero acaso ou por “questões culturais”, trata-se sobretudo de fenômenos que são determinados pelo atual modelo hegemônico de desenvolvimento e progresso. Aliado à discussão sobre racismo ambiental, estudos da ecologia política apontam para outro fenômeno que resulta no processo de desterritorialização de populações locais que seriam as chamadas “zonas de sacrifícios”. Acselrad explica que:

Certas localidades destacam-se por serem objeto de uma concentração de práticas ambientalmente agressivas, atingindo populações de baixa renda. Os moradores dessas áreas convivem com a poluição industrial do ar e da água, depósitos de resíduos tóxicos, solos contaminados, ausência de abastecimento de água, baixos índices de arborização, riscos associados a enchentes, lixões e pedreiras. Nestes locais, além da presença de fontes de risco ambiental, verifica-se também uma tendência a sua escolha como sede da implantação de novos empreendimentos de alto potencial poluidor. Tais localidades são chamadas, pelos estudiosos da desigualdade ambiental, de “zonas de sacrifício” ou “paraísos de poluição”, onde a desregulação ambiental favorece os interesses econômicos predatórios, assim como as isenções tributárias o fazem nos chamados “paraísos fiscais” (Acsehrad, 2004, p. 12).

Por sua vez, as populações expostas a tais situações mencionadas acima podem ser consideradas *populações de sacrifício* (Rios, 2015). Na percepção da autora este contingente humano localizado no território está destinado ao sacrifício. Nas palavras da autora:

Entende-se aqui ser possível ampliar o conceito de “zonas de sacrifício” e pensar em populações de sacrifício, uma vez que estas pessoas mesmo ao saírem da localidade onde moram sofrem outros tipos de violação de direitos nos precários deslocamentos proporcionados pelo sistema público de transporte (sobretudo entre regiões populares), no tratamento a elas destinado em sistemas de saúde públicos, nas baixas expectativas a elas atribuídas em suas trajetórias escolares, no preconceito que sofrem por sua cor, por seus traços, por sua fala. Tal termo destaca então a articulação de violações de determinados direitos individuais e coletivos em duas dimensões: enquanto destinadas a moradores de zonas de sacrifício e quando estes moradores saem de seu local de moradia e transitam pela cidade. Compondo, enfim, a grande parte da população a qual se destina o ônus da manutenção de um modelo de desenvolvimento pautado numa estrutura societária desigual na distribuição dos bens e na qualidade de vida e que tem sua humanidade reduzida à esfera discursiva (Rios, 2015, p. 10).

Considera-se que os temas de racismo ambiental, injustiça ambiental, zonas de sacrifícios e suas conseqüentes populações de sacrifício embora sejam relativamente pouco explorados nas discussões que envolvem os deslocamentos de grupo sociais apesar de fazerem parte da realidade concreta de muitos que vivem estes fenômenos, demandam, portanto, uma atenção, trazendo à luz da discussão algumas questões relacionadas com os conflitos socioambientais como causas de migrações e deslocamentos de grupos sociais.

1.1.4 Para não concluir: Os conflitos socioambientais e os deslocamentos de grupos sociais

Parte-se da compreensão de que existem relações diretas entre os casos de conflitos socioambientais e as dinâmicas de deslocamentos de grupos sociais por compreender que as repercussões de tais conflitos atingem os direitos aos territórios de populações locais, assim, levando ao que Porto-Gonçalves (2002) diz sobre as dinâmicas de desterritorialização. Para este autor, a sociedade se territorializa sendo o território sua condição de existência material (Porto-Gonçalves, 2002, p. 13).

Portanto, considera-se importante pensar nas dinâmicas dos deslocamentos de grupos sociais levando-se em consideração a simultaneidade dos fenômenos socioambientais e isso pode

ser revelado a partir de um olhar para os conflitos ambientais pois estes são influenciados por uma complexa teia de relações que envolvem processos culturais, políticos, históricos, econômicos e sociais, além de revelar as relações de poder e as contradições sociais em estado prático.

Assim, neste texto procuramos fazer uma reflexão acerca das relações entre os conflitos socioambientais e os casos de deslocamento de grupos sociais. Compreende-se que se trata de uma temática que merece aprofundamentos teóricos sobretudo, por considerar a complexidade e a urgência deste debate no contexto atual. Sob esta perspectiva, mesmo compreendendo seus limites, entende-se que as argumentações teóricas aqui expostas apontam para alguns fatores que merecem atenção, visando contribuir com as reflexões acerca dos casos de conflitos ambientais e os deslocamentos de grupos sociais.

Bibliografia / Bibliografía/ Bibliographie / References

- Alexandre, A. (2000). A dinâmica da sociedade de risco segundo Antony Giddens e Ulrich Beck. *Geosul*, 15(30), 150-167. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/14312>
- Acsegrad, H., Mello, C. & Bezerra, G.N. (2009). *O que é Justiça Ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Acsegrad, H. (2010). Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, 24(68), 103-119. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000100010>
- Acsegrad, H. (2004). Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In R. F. Acsegrad, H., et al (Eds.), *Justiça ambiental e cidadania* (23-37). Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Beck, U. (2010). *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34.
- Fonseca, B., Oliveira, M., Sousa, D. (2012). Conflitos ambientais: atores, causas e desdobramentos na Zona da Mata Mineira. *Revista Caminhos de Geografia*, 13 (42), jun, 283–299.
- Kaenzig, R., Piguet, E. (2011). Migrações e mudança climática em América Latina. *Rev. Inter. Mob. Hum.* Ano XIX (36), 49-74.
- Loureiro, C. (2004). Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. *Gestão em Ação*, 7 (1), jan./abr.
- Martinez-Alier, J. M. (2011). *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto.
- Muniz, L. (2009). Ecologia Política: o campo de estudo dos conflitos socioambientais. *Revista Pós-Ciências Sociais*, UFMA, 6 (12), 181- 196.

- Organización Internacional para Las migraciones. (2009). *Migration, climate change and the environment*. Recuperado de:
https://www.iom.int/jahia/webdav/shared/shared/mainsite/activities/env_degradation/compendium_climate_change.pdf.
- Pacheco, T. (2008). Inequality, Environmental Injustice, and Racism in Brazil: Beyond the Question of Colour. *Development in Practice*, Aug, 18(6). Recuperado de:
http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/pagina.php?id=1869.
- Porto-Gonçalves, C.W. (2002). Da Geografias às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In R F. Ceceña, E., Sader, E. (Eds.), *La guerra infinita: hegemonia y terror mundial*. Buenos Aires: Clacso/ASDI.
- Rios, N. (julho de 2015). *Educação ambiental e direitos humanos: articulações teóricas a partir das categorias do movimento de Justiça Ambiental*. VIII EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental Rio de Janeiro, 19 a 22 de Julho de 2015. Recuperado de:
http://epea.tmp.br/epea2015_anais/pdfs/plenary/89.pdf.
- Tílio Neto, PD. (2010). *Ecopolítica das mudanças climáticas: o IPCC e o ecologismo dos pobres* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

1.2 O acesso de imigrantes às políticas de seguridade social

Evelyn Secco Faquin¹⁸

Líria Maria Bettiol Lanza¹⁹

Resumo

O presente capítulo parte de sistematização preliminar de estudos em curso com o objetivo de problematizar o acesso de imigrantes às políticas sociais, especialmente à seguridade social brasileira, tendo como lócus de pesquisa a Região Metropolitana de Londrina-PR. Os procedimentos metodológicos pautaram-se pela abordagem quantitativa, tendo como instrumento de coleta de dados um formulário, que foi aplicado a 97 imigrantes residentes nos municípios em que a presença deles é maior: Arapongas, Cambé, Jaguapitã, Londrina e Rolândia. Essa aproximação demonstrou que há diferentes barreiras para que os imigrantes acessem as políticas sociais às quais têm direito, com destaque para a prevalência da barreira informacional.

Palavras-chave: Fluxos migratórios internacionais; Seguridade social; Acesso; Imigrantes.

El acceso de inmigrantes a las políticas de seguridad social

Resumen

El presente apartado parte de sistematización preliminar de estudios en curso con el objetivo de problematizar el acceso de los inmigrantes a las políticas sociales, especialmente a la seguridad social brasileña, teniendo como objeto de investigación la Región Metropolitana de Londrina-PR. Los procedimientos metodológicos se basaron en el enfoque cuantitativo, teniendo como instrumento de recolección de datos un formulario, que fue aplicado a 97 inmigrantes residentes en los municipios en que su presencia es mayor: Arapongas, Cambé, Jaguapitán, Londrina y Rolândia. Esta aproximación demostró que hay diferentes barreras para que los inmigrantes accedan a las políticas sociales a las que tienen derecho, entre las que destaca la informativa.

Palabras clave: Flujos migratorios internacionales; Seguridad social; Acceso; Inmigrantes.

¹⁸ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: evelynsecco@faquin@gmail.com.

¹⁹ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: liriabettiol.j@gmail.com.

L'accès des immigrants aux politiques de sécurité sociale

Résumé

Le présent chapitre commence par une systématisation préliminaire des études en cours dans le but de problématiser l'accès des immigrants aux politiques sociales, en particulier à la sécurité sociale brésilienne, avec la région métropolitaine de Londrina-PR comme centre de recherche. Les procédures méthodologiques étaient basées sur une approche quantitative, ayant pour forme de collecte de données un formulaire qui a été appliqué à 97 immigrants résidant dans les municipalités où ils sont plus présents: Arapongas, Cambé, Jaguapitã, Londrina et Rolândia. Cette approche a démontré qu'il existe différents obstacles pour que les immigrants puissent accéder aux politiques sociales auxquelles ils ont droit, en particulier la prévalence de la barrière de l'information.

Mots-clés : Flux migratoires internationaux ; Sécurité sociale ; Accès; Immigrants.

The access of immigrants to social security policies

Abstract

This chapter starts with the preliminary systematization of ongoing studies with the objective of problematizing the access of immigrants to social policies, especially Brazilian social security, with the Metropolitan Region of Londrina-PR as a locus of research. The methodological procedures were based on the quantitative approach, having as form of data collection a form, which was applied to 97 immigrants residing in the municipalities in which they are most present: Arapongas, Cambé, Jaguapitã, Londrina and Rolândia. This approach has demonstrated that there are different barriers for immigrants to access the social policies to which they are entitled, especially the prevalence of the information barrier.

Keywords: International migratory flows; Social Security; Access; Immigrants.

1.2.1 Introdução

As imigrações recentes para o Brasil, a partir de suas particularidades, constituem-se alvo de pesquisas estudos e diversos. As diferentes perspectivas teóricas e objetos em análise contribuem para uma aproximação quanto à realidade e demandas desses “novos imigrantes”. O presente capítulo tem como objetivo problematizar o acesso de imigrantes às políticas sociais, especialmente à seguridade social brasileira, que os reconhece como portadores de direitos sociais e como dever do Estado garantir acesso qualificado a eles.

A dinamicidade dos atuais fluxos migratórios e de suas rotas passa a contemplar cidades médias e interioranas do Brasil, como é o caso da Região Metropolitana de Londrina-PR, com histórico de imigração diferenciado dos atuais, despertando interesse de pesquisadores, sociedade e poder público diante de sua presença. A pesquisa pretende ser uma contribuição para o contexto das políticas sociais brasileiras, enquanto sociedade receptora de imigrantes.

As reflexões aqui apresentadas tiveram como subsídios dados preliminares coletados com a aplicação de formulários a 97 imigrantes no interior de projetos em curso, que se desenvolveram

por meio de oficinas de educação em saúde; espaços religiosos e abordagem de rua. Foram selecionados cinco municípios da referida região com maior presença dos imigrantes: Arapongas, Cambé, Jaguapitã, Londrina e Rolândia.

Assim, o presente capítulo teve como fio condutor o sistema de proteção social brasileiro, com base na seguridade social. Na primeira seção, situamos a temática no âmbito do direito, apontando as tensões entre o que foi almejado e o que de fato foi efetivado em seu percurso histórico. A segunda seção realiza aproximações acerca do debate atual das migrações internacionais ao universo de estudo, com ênfase na caracterização dos imigrantes participantes da pesquisa, permitindo um panorama dos seus modos de vida e trabalho, fundamentais à compreensão do acesso às políticas de seguridade social. Dessa forma, na terceira seção, apresentamos reflexões sobre o acesso ou não acesso de imigrantes no contexto de cada política. Por último, indicamos os resultados parciais da pesquisa, que evidenciaram concretos desafios para a efetivação de uma política migratória no Brasil, calcada na perspectiva dos direitos humanos.

1.2.2 O acesso às políticas brasileiras de seguridade social

Na sociedade contemporânea, moldada segundo a lógica do capitalismo financeiro (Oliveira, 2007), tecer reflexões sobre sistemas de proteção social em países periféricos, como o Brasil, revela-se desafiador, tendo em vista o histórico de desproteção e a tardia construção de que se assegurasse proteção aos cidadãos, conjuntura esta agravada pela aguda crise vivenciada por estas no contexto neoliberal (Salvador, 2010).

No processo de consolidação da proteção social brasileira, verificamos uma acentuada alternância provocada pela promulgação da Constituição Federal de 1988, introduzindo o modelo de Seguridade Social composto pela Saúde, Previdência Social e Assistência Social, sob o patamar de direitos constitucionais.

A Seguridade Social parte, portanto, da proposição de um sistema de proteção integral, resguardando os brasileiros em sua vida laboral, desemprego, velhice, dentre outros. Todavia, constitui-se de modo híbrido, conjugando direitos que procedem do trabalho formal, ou seja, da contribuição direta (Previdência Social), direitos de caráter universal (Saúde) e direitos seletivos, universais nos serviços e focalizados nos benefícios (Assistência Social).

Assim, as políticas sociais que constituem a Seguridade Social brasileira contaram com conduções bastante diversas “de modo que não se instituiu um padrão de seguridade social homogêneo, integrado e articulado” (Boschetti, 2009, p. 330), o que as tornam, em certa medida, mais ou menos acessíveis.

Na esfera contributiva da Seguridade Social, temos a Previdência Social, permanecendo os sujeitos sob a condição de segurados ao adquirirem prioritariamente a condição de trabalhador formal, mediante vínculo trabalhista ou ao realizarem contribuições individuais à Previdência Social.

Saúde e Assistência Social compõem o campo não contributivo da Seguridade Social. Estar no mesmo campo não descarta, todavia, suas particularidades. A Saúde, entre as políticas em questão, é a única que se estabelece como universal em todos os seus níveis de atenção, ações e

serviços, propondo, para além da universalidade, prover ações integrais e equânimes, conforme princípios aprovados em lei.

A Assistência Social é a política de regulamentação mais recente, embora tenha sido introduzida no texto constitucional juntamente às demais, só obteve regulamentação no ano de 1993 e permaneceu até o ano de 2011 sem estabelecimento legal do seu sistema de provisão. Outro fator dificultador refere-se à forma como sua introdução se expressou na Constituição, “a quem dela necessitar”, gerando maiores dificuldades de interpretação e garantia. As primeiras iniciativas com o objetivo de agregar maior densidade à oferta da Assistência Social iniciam-se em 2004, quando pela primeira vez se engendra uma concepção efetiva de construção de um Sistema Único de Assistência Social, apresentado com maior detalhamento em 2005.

Desse modo, refletir acerca do acesso a essas políticas requer analisar os condicionantes e as estruturas descritas. Para os fins deste trabalho, partiremos da concepção de acesso concebida por Travassos e Castro (2008) como sinônimo de acessibilidade, com vistas à compreensão do nível de dificuldade ou de facilidade com que os usuários obtêm atendimento nos serviços, levando em consideração que a condição de classe dos usuários é determinante para um acesso mais amplo ou mais restrito. Nessa direção, as autoras apontam que o acesso pode ser definido como o gradiente intermediário entre procura e entrada nos serviços, estando vinculado às formas de prestação destes, as quais podem vir a favorecer ou a tolher a utilização por usuários efetivos ou potenciais, expressando a capacidade da oferta em atender as necessidades da população.

1.2.3 Imigrações no século XXI: questões para debate

As migrações podem ser consideradas como parte constituinte da formação dos Estados modernos, sobretudo com o advento e a internacionalização do capitalismo, em que a mobilidade da força de trabalho se faz funcional aos interesses de expansão e consolidação do capital global.

Diversos estudos, no decorrer das investigações científicas, já problematizaram as principais vertentes teórico-analíticas na compreensão da migração (Rua, 1997). Portanto, ancorados em uma perspectiva materialista das relações sociais, compreende-se que o capitalismo é fator determinante e condicionador das imigrações. Dessa forma, no tempo presente, derivados do processo de mundialização, aspectos, como a divisão internacional do trabalho, a configuração dos Estados-Nação, bem como as crises capitalistas, induzem, reprimem e redefinem os fluxos migratórios internacionais.

Ao examinar as imigrações em âmbito mundial, em suas diversas modalidades no século XXI, em que vivenciamos mais uma crise no capital (Harvey, 2011), emerge no interior das discussões a problematização das migrações enquanto transnacionais. A partir do estudo de Baeninger (2017), é possível identificar os aspectos relacionados aos múltiplos vínculos dos imigrantes com diferentes países que contrariam o enfoque do nacionalismo metodológico, assim como o da teoria de assimilação, muito expressivo nas produções sobre imigrações, posto que, dada a sua heterogeneidade em relação ao tempo-espaço, indicam a necessidade de repensá-los.

De acordo com Portes (2004), é possível encontrar traços do transnacionalismo na história das imigrações. Todavia, seu contorno atual, tendo em vista o desenvolvimento técnico-informacional da humanidade (transportes e telecomunicações), permite que ele possa ser mais bem identificado na realidade dos imigrantes e que, por isso, seja um aspecto que desperte interesse

nos estudos migratórios atuais. Ainda, de acordo com o autor, o transnacionalismo tem, ao menos, três dimensões: econômica, política e cultural.

Tomando como referência tais apontamentos, ao analisar os atuais fluxos imigratórios, verifica-se que a Região Metropolitana de Londrina-PR, assim como o Brasil, tem em sua história a presença de imigrantes com características e intencionalidades vinculadas às necessidades do Estado, conforme estudo de Pacheco e Patarra (1997). Identificamos que, a partir das mudanças macrossocietárias, na passagem do século XX para o século XXI, que reordenam a mobilidade humana no sentido Sul-Sul (Villen, 2015), a região passou a receber um novo perfil de imigrantes, presenciando-se, ainda, a interiorização desses fluxos em direção a cidades médias do país, como é o caso em estudo.

1.2.4 Compreendendo os fluxos imigratórios na Região Metropolitana de Londrina-PR

Estudos anteriores (Bettiol Lanza, Santos & Rodrigues, 2016) evidenciaram que a posição do Estado do Paraná em termos de oferta de empregos formais, sobretudo pela presença de frigoríficos de abate de frango na região, torna-o polo atrativo de trabalhadores, com presença de imigrantes, predominantemente haitianos, além de outras nacionalidades do sentido Sul-Sul (Paraná, 2014). Nesse sentido, a pesquisa buscou referendar o uso do transnacionalismo, como conceito e eixo de análise, para a compreensão desses fluxos.

Das cinco cidades onde se evidenciou maior presença de imigrantes na região estudada, Londrina foi o local de maior levantamento de dados até o momento, sendo a sede da Região Metropolitana e o maior município em termos populacionais e de desenvolvimento econômico e social.

Dos formulários aplicados, evidenciou-se a presença majoritária de homens (73%) em relação às mulheres (27%). Os estudos acerca da imigração feminina já apontaram que, embora as mulheres migrem após o estabelecimento dos homens nos países de acolhimento, a média atual é de que 48% dos migrantes são mulheres (Souza, 2015). São jovens, entre 19 e 29 anos (54%) e adultos, de 30 a 59 anos (46%). Em que pesem as diferenças sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho, pode-se inferir que todos estão em idade produtiva, disponíveis para as atividades laborais.

Em relação à cidade de nascimento, encontramos 13 origens diferentes: Haiti, Bangladesh, Senegal, Colômbia, Angola, Guiné Bissau, Nigéria e Síria, com maior incidência de imigrantes haitianos, bengaleses e senegaleses. Quanto ao tempo de permanência no Brasil, 26% residem de 01 a 02 anos e 21%, de 02 a 03 anos. Com menos de 01 ano, 24%, e com mais de três anos, 29%.

Ao abordamos o desejo de permanecer no país, 69% afirmaram que sim, 24%, responderam não e 7% alegaram não saber. O desejo de voltar ao país de deslocamento e a migração para países da América do Norte e Europa figuraram como justificativas para as negativas.

O trabalho foi o principal desencadeador da migração (40%), em seguida o prosseguimento dos estudos (21%); busca por melhores condições de vida (19%); (17%) por questões econômicas

e políticas e reunião familiar (3%). Quanto à inserção no mercado de trabalho em atividades formais, os bengaleses constituem os trabalhadores em maior número nessa condição, sendo os frigoríficos de abate de frango o maior empregador; os senegaleses concentram-se em atividades informais e os haitianos dividem-se entre postos de trabalho na construção civil e desempregados, sobretudo as mulheres haitianas.

Os imigrantes participantes da pesquisa migraram sozinhos (62%), acompanhados pela família (20%) ou por amigos (18%). Em suas residências, comunicam-se no idioma nativo (73%) e em português (23%). As mulheres haitianas, participantes da pesquisa, dominam menos o idioma português, podendo ocasionar dificuldades de empregabilidade, bem como de inserção nos novos territórios, tendo o ambiente doméstico seu espaço privilegiado, o que reproduz as relações desiguais de gênero demarcadas na sociedade haitiana (Araújo, 2015).

Sobre outras atividades, além do trabalho, 60% participam de atividades (encontros, festas etc.) com outros imigrantes e 98% acreditam que é importante manter contato com o país de deslocamento e o fazem, em sua totalidade por meio da rede mundial de computadores. Os contatos, realizados têm como objetivos recorrentes, receber informações sobre o país (93%), sendo os maiores informantes, a família (35%) e a Internet (42%); além de enviar remessas de dinheiro (18%).

Diante do exposto, em análise preliminar, podemos confirmar a heterogeneidade dos atuais fluxos migratórios, bem como o sentido Sul-Sul e a presença do transnacionalismo. No entanto, prevalece a dimensão cultural, tendo o uso do idioma nativo, o contato com outros imigrantes – familiares e amigos – e a ligação com outro país, mediante o acesso a informações sobre este como forma de maior regularidade, referendando as teses sobre integração parcial dos imigrantes no Brasil (Baeninger, 2017; Portes, 2004).

Ressaltamos também que fica evidente a imigração como um projeto familiar e não individual, pois os países de deslocamento figuram entre nações empobrecidas e de contextos sócio-políticos complexos. Isso nos leva a problematizar que, ao emigrar, homens e mulheres continuam vinculados às suas famílias, com compromissos financeiros junto aos que ficaram naqueles territórios, caracterizando-as, ainda, como elo forte nas vidas dos participantes.

Da mesma forma, as relações de amizade influenciam, sustentam e induzem os fluxos migratórios do tempo presente, referendando o importante papel que possuem as redes sociais na migração, em termos de suporte e criação de vínculos iniciais, perceptíveis com maior incidência entre os haitianos e bengaleses. Para os primeiros, identifica-se o ambiente religioso e, para os segundos, o trabalho, em consequência, as redes sociais de comunicação, em termos de recursos utilizados para efetivação de um projeto e do processo migratório.

Ambos, religião e trabalho, no âmbito da pesquisa de campo, se colocaram como determinantes para problematizar tais fluxos, já que as características da migração atual permitem, de antemão, visualizar que se constituem o público alvo das políticas sociais, sobretudo da seguridade social e que as determinações estruturais e conjunturais de suas nacionalidades fazem com que, ao chegarem ao Brasil, apresentem múltiplas demandas quanto ao atendimento de suas necessidades.

Grande parte dos participantes da pesquisa (64%) afirmou ter recebido auxílio no processo de instalação no Brasil, de amigos (38%), de familiares (27%) e de entidades religiosas (28%). As áreas de auxílio foram alojamento, (30%), idioma (23%); trabalho (25%) e documentação (22%).

Os dados comprovam as análises que temos empreendido sobre a invisibilidade dos imigrantes junto aos serviços públicos e o silenciamento do Estado frente a tais necessidades (Sana, Lanza, Bettiol Lanza, Rodrigues & Alves, 2017), embora o texto constitucional de 1988, em seu Artigo 5º, o acesso às políticas de seguridade social, indique a equivalência de direitos sociais aos estrangeiros, o que se consolida com a nova Lei da Migração (Lei n.º 13.445), aprovada em 2017, que reconhece, no Artigo 3º, Inciso XI, o “acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social” e, ainda, especificamente, no Inciso VIII, aponte como direito o “acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória”.

No entanto, entre a norma jurídica e a concretização desse acesso, há um percurso a ser vencido tanto pelos imigrantes, como pelo poder público, assunto que trataremos a seguir.

1.2.5 Acesso e não acesso de imigrantes às políticas de seguridade social na região metropolitana de Londrina-PR: aproximações preliminares

Procurando estabelecer aproximações acerca da concretização do acesso às políticas de Seguridade Social na região estudada, o primeiro ponto a que nos dedicamos é quanto a informações. Verificamos que 60% dos participantes afirmam ter conhecimento sobre a Saúde, 40% sobre a Assistência Social e 23% sobre a Previdência Social. No que tange ao acesso a atendimentos no interior dessas políticas, há uma reprodução proporcional, tal qual a informação, ou seja, a maior parte dos participantes (77%) indica ter sido atendida pela Saúde, 30% pela Assistência Social e 18% pela Previdência Social.

A política de saúde brasileira, por ter universalidade e gratuidade no acesso a todos os níveis de atenção, apresentou maior registro pelos imigrantes. Acreditamos que essas características do sistema público brasileiro são dorsais para a análise das informações, mas deve também ser associadas a sua dimensão enquanto um direito fundamental do homem por seu lugar na própria reprodução da vida. Dessa forma, todos os países organizam alguma forma de prover os cuidados em saúde em “sistemas de saúde”, ampliados e abrangentes, como é o caso do SUS, ou sistemas de serviços e cuidados, caracterizados pela fragmentação, segmentação e arranjos institucionais entre Estado e Mercado, sendo esse o modelo de maior representatividade na América Latina (Ibañez, 2015).

A configuração apresentada permite realizar algumas inferências relacionadas à estrutura particular das políticas de Seguridade Social, ou seja, vinculadas a como estão organizadas suas ofertas e o entendimento ao público destinatário de suas provisões, assim como ao conhecimento prévio acerca das áreas em seus países de origem. Isso fica demonstrado pelos percentuais de informação e atendimento na área, reiterando o alcance de políticas universais e a necessidade de sua defesa nos marcos da proteção social.

No que tange à Assistência Social, observamos que, no comparativo com a Saúde, os imigrantes mostram um considerável “desconhecimento” do acesso a ela. Com base na porcentagem das respostas, é possível inferir que apenas aqueles que já foram atendidos possuem algum tipo de informação. Analisando o histórico da política em questão e sua configuração no cenário mundial, verificam-se algumas pistas que nos auxiliam na problematização. Quanto ao seu

histórico, como já mencionamos neste trabalho, a Assistência Social foi a última, no interior do tripé da Seguridade Social, a ser regulamentada e a adquirir envergadura de direito social. Sua provisão por meio de sistema descentralizado somente foi efetivada recentemente, o que a torna desconhecida, inclusive por grande parte dos brasileiros, não sendo diferente com os imigrantes.

Além disso, outro fator que pode reforçar a reduzida porcentagem de informação sobre essa política e sobre o acesso a ela pelos imigrantes é a não similitude dessa estrutura, principalmente, entre os países de origem dos participantes da pesquisa e o Brasil, precursor no formato utilizado atualmente. No entanto, esses fatores não justificam a falta de investimento em estratégias de divulgação e de reconhecimento dos imigrantes enquanto potenciais usuários. Observamos, assim, uma carência de ações diferenciadas que os abarquem e que tornem a política mais conhecida, pelo menos.

A Previdência Social, por sua vez, já possui um elemento dificultador por princípio, uma vez que só os segurados podem acessá-la, pois ela é de cunho contributivo, o que justifica seu acesso mais restrito.

Ao procurar um maior detalhamento acerca de como esses atendimentos se concretizaram, verificamos que, no que tange à Saúde, 47% dos atendimentos se efetivaram no interior das Unidades Básicas de Saúde (UBS), 25% em hospitais e 22% em Unidades de Pronto Atendimento (UPA). Na Assistência Social, os atendimentos (96%), majoritariamente foram prestados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). No âmbito da Previdência Social, o atendimento (100%) ocorreu em Agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), até mesmo porque essa é a única unidade existente no organograma da área que pode ser acessada pelos segurados.

É possível, portanto, afirmar que a Unidade Básica de Saúde e o Centro de Referência da Assistência Social, de fato, constituem a “porta de entrada” para as políticas às quais estão vinculadas e que os serviços de base territorial tornam-se mais acessíveis aos imigrantes, tendo em vista a proximidade com seus cotidianos, corroborando estudos anteriores no campo das políticas sociais.

Um dado a ser considerado também, ao detalhar os atendimentos prestados pela política de Assistência Social, relaciona-se ao preenchimento do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Entre os participantes, somente 26% afirmam possuir o Cadastro, e apenas 4% são beneficiários do Programa Bolsa Família. Identificamos, dessa maneira, uma inoperância quanto ao cadastramento dos imigrantes, fator dificultador para o acesso a um conjunto de programas que tem como obrigatoriedade o CadÚnico.

Também foi intuito da presente sistematização olhar para o não acesso, ou seja, para os fatores que levaram os participantes a não acessarem as políticas em questão, realizando um comparativo, principalmente no que se refere às barreiras descritas por Travassos e Castro (2008).

Para essa problematização, detivemo-nos nas políticas de Saúde e de Assistência Social, pois a Previdência já de antemão restringe o “livre” acesso, tendo em vista a obrigatoriedade da condição de segurado, o que não depende simplesmente das informações disponibilizadas ou de suas necessidades. Para a condição de segurado, há que se ter a oferta de postos de trabalho formais ou inserções profissionais que permitam a aquisição do *status* de contribuinte individual. Podemos afirmar que os imigrantes precisam ultrapassar barreiras financeiras e organizacionais para que possam alçar a condição de segurados, para pleitearem acesso mínimo à Previdência Social.

Ao analisarmos o não acesso à política de Saúde, ficou evidente a presença de *barreiras geográficas*, que demonstram a fragilidade da política em lidar com a perspectiva territorial em sentido ampliado, posto que, analisando a escala geográfica dos serviços de atenção primária, percebemos a desconsideração da prerrogativa da territorialização dos serviços, já que os imigrantes compõem a população adscrita para os serviços, mas os desconhecem.

Outra barreira percebida foi a cultural, sendo que 22% dos entrevistados nunca foram atendidos em nenhum serviço de saúde, alegando ausência de necessidade (38%). Entendemos que a informação está atrelada a uma determinada concepção de saúde, como ausência de doença, típica de sistemas não integrados de saúde. Nesse sentido, percebemos a barreira informacional, em que 33% relataram o não acesso por ausência de informação. A informação é condição para a efetivação dos cuidados em saúde, e saber que há uma política de saúde pública e gratuita no país é o primeiro passo para que o imigrante tenha acesso a ela, mas isso exige um esforço comunicativo para desvendar as lógicas do sistema e efetivar o direito à saúde integral.

Entendemos que há, nesse sentido, uma barreira organizacional em interface com a barreira geográfica, fazendo os serviços e suas equipes de saúde negligenciarem a presença dos imigrantes nos territórios, posto que a informação é um direito dos usuários e um dever para os profissionais. Parece óbvio que, ao se deparar com o imigrante em uma rotina de atendimento, a primeira ação seja apresentar-lhe o SUS e o serviço, tendo em vista o acolhimento que, como a territorialização, é prerrogativa de tal política, mas, de fato, não foi possível identificá-la.

O não acesso à Assistência Social assume contornos diferenciados, embora barreiras similares tenham sido reconhecidas. Ao nos aproximarmos dos dados, notamos que mais da metade dos participantes (54%) não detêm nenhum tipo de informação acerca da política e que 67% nem conseguem identificar os espaços físicos em que ela é prestada. Outro fator que nos instiga é a porcentagem de 70% dos que nunca foram atendidos pela Assistência Social, 19% por ausência de necessidade e 77% por ausência de acesso à informação.

Identificamos, assim, barreiras geográficas demonstradas pela ausência de conhecimento da localização até mesmo de serviços de base territorial e, em grande medida, informacionais, haja vista a alta porcentagem de imigrantes que não possuem qualquer informação sobre a política e sobre como fazer para acessá-la. Portanto problematizamos que há certa invisibilidade dos imigrantes para os serviços socioassistenciais, assim como dos serviços socioassistenciais para a maior parte dos imigrantes.

Essas informações acerca do não acesso de imigrantes à política de Assistência Social causam estranhamento, pois a própria definição de público usuário dessa política (Brasil, 2004) remete a situações cotidianamente vivenciadas por eles, já que são dirigidas a cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e de risco, como as vivenciadas pelos imigrantes, famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; identidades estigmatizadas sob o ponto de vista étnico e cultural; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

1.2.6 Considerações finais

O sistema de proteção social brasileiro desde 1988 está alicerçado na concepção de seguridade social, definida como um conjunto integrado de ações e serviços destinados a proteger os indivíduos, incluindo os estrangeiros, em determinadas necessidades. Em seu tímido arranjo institucional, figuram as políticas de saúde e assistência social, como de direito não contributivo, e a previdência social como contributiva.

Na formação sócio-histórica do país, a seguridade social deve ser entendida como um avanço quanto a sua intencionalidade. Todavia, sua efetivação nos anos seguintes foi comprometida pela lógica de desmonte do Estado Social pelo qual o país passa à semelhança do mundo.

Consolidar direitos tem sido tarefa árdua até então, decorrente da prevalência das políticas econômicas em detrimento das sociais, o que leva a inúmeros constrangimentos no que diz respeito ao acesso dos usuários. Dessa forma, os imigrantes recentes, ao terem direitos garantidos por Lei (Constituição da República Federativa de 1988 e Lei da Migração n.º 13.445), somam-se aos brasileiros que encontram várias barreiras de acesso.

A condição e a especificidade do imigrante demonstraram, no entanto, que as barreiras enfrentadas por eles estão interligadas e são agravadas. A barreira informacional foi identificada como a de maior prevalência, em função do desconhecimento de como funcionam as políticas de saúde e assistência e, conseqüentemente, seus serviços territorializados.

Diante disso, evidenciamos que os imigrantes não têm tido visibilidade nos processos de territorialização desenvolvidos pelas equipes profissionais, prejudicando a integralidade das ações. O ciclo, por nós entendido como perverso, leva ao não acesso, reforçando a tese da invisibilidade dos imigrantes nos territórios e do silenciamento do Estado frente às suas demandas.

Bibliografia / Bibliografía/ Bibliographie / References

- Araújo, A. (2015). Limitações e estratégias de ação feminina na sociedade haitiana: categorias de articulação/interseccionalidades. *Revista Agenda Social*. 9(2), 19-28.
- Baeninger, R. (2017). Migrações transnacionais de refúgio no Brasil. In C. Lussi (Org.). *Migrações internacionais: abordagens de direitos humanos* (31-47). Brasília, DF: CSEM.
- Bettiol Lanza, L. M., Santos, A. B., & Rodrigues, J. R. (2016). Imigração, território e as políticas de seguridade social. *Revista Argumentum*. 8(3), 54-66.
- Boschetti, I. (2009). A política de seguridade social no Brasil. In Conselho Federal de Serviço Social – CFESS & Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais* (323-338). Brasília, DF: CFESS/ABEPSS.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* (1988). Brasília, DF.
- Harvey, D. (2011). *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo.

- Ibañez, N. (2015). Análise comparada de Sistemas de Saúde. In N. Ibañez, P. E. Mangenon, & P. H. D. Seixas (Orgs.). *Política e gestão pública em saúde* (149-178). São Paulo: Hucitec.
- Lei n. 13.445*. (2017, 24 de maio). Institui a Lei de Migração. Brasília, DF: Presidência da República.
- Oliveira, F. (2007). Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In F. Oliveira, & C. S. Rizek (Orgs.). *A era da indeterminação* (15-45). São Paulo: Boitempo.
- Pacheco, C. A., & Patarra, N. (1997). Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In N. Patarra, R. Baeninger, L. Bogus & P. Jannuzzi. *Migrações, Condições de Vida e Dinâmica Urbana: São Paulo, 1980-1993* (25-52). Campinas: Unicamp.
- Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná 2014 – 2016*. (2014). Curitiba: Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.
- Política Nacional de Assistência Social*. (2004). Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social – Brasil.
- Portes, A. (2004). Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, 73-93.
- Rua, J. (1997). Repensando a Geografia da População. *Revista do Departamento de Geografia da UERJ*, 1, 57-71.
- Salvador, E. (2010). Crise do capital e o socorro do fundo público. In I. Boschetti, E. R. Behring, S. M. M. Santos, & R. C. T. Miotto (Orgs.), *Capitalismo em crise, política social e direitos* (35-63). São Paulo: Cortez.
- Sana, D. S., Lanza, F., Bettiol Lanza, L. M., Rodrigues, J. R., & Alves, M. V. (2017). Entre o público e o privado: aproximações acerca do acesso dos imigrantes às políticas de Seguridade Social na região de Londrina-PR. *Anais do VI Seminário Internacional de Práticas Religiosas no Mundo Contemporâneo*, Londrina, Brasil.
- Souza, M. M. C. M. (2015). Migrações internacionais contemporâneas: fluxo migratório intrarregional na América do Sul - o caso da migração Brasil-Bolívia. In D. Cutti, D. M. T. Baptista, J. C. Pereira, & L. M. M. Bogus (Orgs.). *Migração, trabalho e cidadania* (49-58). São Paulo, SP: Educ.
- Travassos, C., & Castro, M. S. M. (2008). Determinantes e desigualdades sociais no acesso e na utilização de serviços de saúde. In L. Giovanella, S. Escorel, L. V. C. Lobato, J. C. Noronha, & A. I. Carvalho (Orgs.). *Políticas e sistemas de saúde no Brasil* (215-243). Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz.
- Villen, P. (2015). O estigma da ameaça ao emprego pelos periféricos na periferia: crise e imigração no Brasil. *RUA*, 21(1), 247-264.

Seção 2

Migrações transnacionais e tecnologias da comunicação

Migraciones transnacionales y tecnologías de comunicación

Migrations transnationales et technologies de la communication

Transnational migrations and communication technologies

2.1 Eléments d'épistémologie pour l'analyse de sites web de migrants de la diaspora

Claire Scopsi²⁰

Asmaa Azizi²¹

Résumé

Cet article propose une réflexion méthodologique pouvant guider l'étude des sites web des migrants en diaspora. Après avoir rappelé l'évolution du concept de diaspora dans la littérature scientifique, il s'appuie sur 258 travaux internationaux et interdisciplinaires publiés depuis 1990, pour rappeler les critères de définition des web de diaspora et souligne le fait que le caractère diasporique peut être donné intentionnellement par le producteur du site ou attribué par le chercheur ou l'utilisateur. L'analyse des travaux montre des récurrences. Une majorité est centrée sur une communauté ou une sous-communauté, la théorie d'un espace public transnational en ligne est particulièrement répandue et le web de diaspora est considéré comme un support de discours et non comme un objet d'étude en soi. Une réflexion sur l'archivage de ces sites, des approches comparatives trans-ethniques et transdisciplinaires, intégrant l'analyse du médium, sont des pistes avancées pour développer cet objet de recherche lié aux humanités numériques.

Mots-clés : Web de diaspora ; Communication diasporique ; Épistémologie ; Humanités numérique.

Elementos de epistemologia para a análise de websites de migrantes na diáspora

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão metodológica podendo orientar o estudo de websites de diásporas de migrantes. Após um breve resumo da evolução do conceito de diáspora na literatura científica, o artigo se baseia em 258 estudos internacionais e interdisciplinares publicados desde 1990, visando lembrar os critérios de definição de websites de diáspora e destacando o fato de que o caráter diaspórico pode ser atribuído intencionalmente pelo produtor do site, pelo pesquisador ou pelo usuário. A análise dos trabalhos mostra recorrências; a maioria é centrada em uma comunidade ou subcomunidade. A teoria de um espaço público transnacional on-line é particularmente difundida e o website de diásporas é considerado um suporte do discurso e não um objeto de estudo em si. Uma reflexão sobre o arquivamento desses sites, abordagens comparativas trans étnicas e transdisciplinares, integrando a análise do meio, são pistas avançadas para o desenvolvimento desse

²⁰ Laboratoire Dicen-IDF Cnam-Paris (EA 7339), Docteur en Sciences de l'Information et de la Communication. E-mail: claire.scopsi@lecnam.net

²¹ Laboratoire GRIPIC — CELSA Sorbonne Université, Docteur en Sciences de l'Information et de la Communication. E-mail: aziziasmaa@gmail.com

objeto de pesquisa relacionado às humanidades digitais.

Palavras-chave: Websites de diásporas; Comunicação diaspórica; Epistemologia; Humanidades digitais.

Elementos de epistemología para el análisis de sitios web de diásporas migrantes

Resumen

Este escrito propone una reflexión metodológica que puede guiar el estudio de los sitios web de las diásporas de migrantes. Tras repasar la evolución del concepto de diáspora en la literatura científica, se basa en 258 trabajos internacionales e interdisciplinarios publicados desde 1990, para así recordar los criterios de definición del concepto de diáspora y subrayar el hecho de que el carácter diásporo puede ser dado intencionalmente por el productor del sitio o atribuido por el investigador o usuario, el análisis de las obras muestra reiteración, la mayoría de las cuales se centran en una comunidad o subcomunidad: por otro lado, la teoría de un espacio público transnacional en línea está particularmente extendida y la web de la diáspora se considera un soporte del habla y no como un objeto de estudio en sí mismo. Una reflexión sobre el archivo de estos sitios, los enfoques comparativos transétnicos y transdisciplinarios, que integran el análisis del medium, son pistas avanzadas para desarrollar este objeto de investigación relacionado con las humanidades digitales.

Palabras clave: Web de la diáspora; Comunicación diaspórica; Epistemología; Humanidades digitales.

Elements of epistemology for the analysis of diaspora websites

Abstract

This article proposes a methodological reflection to guide the study of diaspora websites. First, the evolution of the concept of diaspora in the scientific literature is recalled. Then, based on 258 international and interdisciplinary books published since 1990, we recall certain criteria for the definition of diaspora websites and emphasize the fact that some sites are voluntarily produced as diaspora media, while others are considered as diasporic by researchers or users. The analysis of the works shows some recurrences. Most of them focus on a community or sub-community and defend the theory of transnational public space online. In this scientific work, Diaspora Web sites are seen more as a medium of discourse than as an object that can be analyzed as such. In order to develop this research object related to the digital humanities, we propose to improve the archiving of diaspora websites and to adopt cross-ethnic and interdisciplinary comparative approaches integrating a medium-centered analysis.

Keywords: Diaspora websites; Diasporic communication; Epistemology; Digital humanities.

2.1.1 Introduction

Comme le souligne Dana Diminescu en introduction au numéro de la Revue des Migrations Internationales consacré aux traces de la dispersion, « le web et les plateformes sociales composent un environnement particulièrement pertinent pour les diasporas, car il est international, interactif et transnational par essence » (2014, p. 8). Il est donc naturel que l'étude des pratiques communicationnelles en ligne des diasporas se soit développée, depuis la fin des années 1990, parallèlement à l'avènement puis à la généralisation du web. Elle s'inscrit dans la continuité de travaux plus anciens, consacrés à la communication des populations en migration, généralement menés en sociologie et dans une posture d'analyse d'usages.

La lettre, le message, la cassette enregistrée ont permis à Abdelmalek Sayad (1985) de tracer la figure nostalgique de la double absence, mais la recherche contemporaine s'attache désormais au concept du « migrant connecté » (Diminescu, 2005). Les usages combinés des dispositifs de téléphonie dans les familles immigrées (Pasquier, 2001 ; Diminescu, 2002) montrent l'importance et la sophistication de ces pratiques communicationnelles où chaque objet, téléphone fixe, carte prépayée, mobile, trouve son emploi, en fonction de son coût et de sa praticité, tandis que l'ordinateur, branché sur la visio-conférence, prend, à la table du diner, la place d'un membre de la famille absent (Clark, 2007). La présence systématique de boutiques offrant des accès aux communications numériques dans les lieux marchands de l'économie ethnique (Scopsi, 2004 ; Ebilitigüé, 2014), montrent que les technologies de communication sont étroitement liées à la vie publique, privée et professionnelle des immigrés. Outils de la « double présence », physique ici et symbolique là-bas, elles facilitent la migration en diminuant le poids de l'absence. Ces travaux, au plus près de l'usage, confortent le concept globalisant de « mediascape », formulé par Appadurai (1996), qui traduit les flux d'images et de messages transitant internationalement parmi les populations re-territorialisées.

Du côté des médias dits « traditionnels », comme la presse, la télévision ou la radio, auxquelles s'ajoute, à partir des années 1990, la télévision satellitaire, les relations sont contrastées : cérémoniel, le médium rassemble les membres d'un foyer ou d'un quartier autour d'événements religieux, politiques ou sportifs (Dayan et Katz, 1996). Communautaire, il véhicule les traditions, les débats, les activités commerciales intra communautaires, inscrivant une niche au sein du système médiatique de la nation d'accueil. Minoritaires, ils « favorisent l'intégration de leurs audiences à la société dominante » (Rigoni et al, 2007), tout en compensant le manque de représentation des minorités sur les écrans des médias dominants.

Les médias diasporiques (que nous définirons plus loin) présentent une poétique particulière : ils créent la diaspora par laquelle ils sont eux-mêmes créés, car c'est par eux que les individus dispersés prennent conscience de leur commun. Ils sont à la fois le symbole de la rupture et celui de la cohésion. Au sein des médias diasporiques, le web apporte ses spécificités : il véhicule les dits de la communauté et les conserve sous forme de traces observables. Le web de diaspora est un acte inscrit (Ferraris, 2013), c'est-à-dire une preuve fondatrice de la diaspora en tant qu'objet social.

Le web de diaspora présente donc des intérêts multiples pour la compréhension des communautés immigrées contemporaines. Pourtant les sciences de l'information et de la communication (SIC) s'y sont assez peu intéressées et la majorité des travaux sont produits en sociologie. Dans les productions scientifiques, la dimension du médium est donc délaissée au profit

d'études des usages, des pratiques ou des discours qui placent la communauté au centre de l'analyse. Pour nous être consacrées à des travaux empiriques d'analyse de sites de diasporas, nous pensons que la posture des SIC, en déplaçant la focale de la communauté au médium, permet de révéler d'autres caractéristiques et de construire des catégories nouvelles, en introduisant des approches comparatives encore peu développées.

La question que nous posons est la suivante : comment passe-t-on des études des *web de diasporas*, dans lesquelles la diaspora est un contexte pragmatique pour l'étude des usages du numérique, à l'étude du *web diasporique*, c'est-à-dire un objet médiatique théorique, un paradigme, permettant d'interpréter les situations particulières de communication médiée des diasporas ? Pour tenter d'y répondre nous commençons par revenir sur le terme *diaspora* et les redéfinitions dont il a fait l'objet entre 2000 et 2005 au cours de discussions interdisciplinaires qui ont été l'occasion d'un retour historique sur la notion. Puis, nous poserons la définition du web de diaspora comme construction éditoriale. Dans un second temps, nous élaborons un panorama en nous appuyant sur un corpus de publications scientifiques internationales qui met en évidence des travaux nombreux mais relativement dispersés, le plus souvent mono-ethniques, théoriquement centrés sur les usages et pratiques et dominés par le concept de transnationalisme. Ce constat nous conduit à réfléchir, dans la troisième partie, aux conditions épistémologiques d'une approche paradigmatique du media diasporique, c'est à dire rendant compte de sa morphologie, de son économie et des relations qu'il entretient avec les autres médias. Les approches comparatives, la transdisciplinarité et l'archivage des sites web sont les clés de cette approche, mais soulèvent de délicats problèmes méthodologiques.

2.1.2 Eléments de définition du web de diaspora

Le terme web de diaspora inscrit le concept dans une socio pragmatique de la communication. Il s'agit d'étudier une technologie, le web, dans un environnement social donné, pour lequel on formule l'hypothèse d'un usage spécifique des technologies. La référence à la diaspora est donc essentielle.

Le mot *diaspora* est entré dans le langage courant de l'immigration au point qu'il est facile d'oublier l'émoi suscité dans les milieux scientifiques du début des années 2000 par son emploi généralisé. Nous allons retracer rapidement ce tournant dans l'emploi du terme. Puis nous définirons la notion de web de diaspora en nous intéressant à ses origines et à l'évolution de ses contours technologiques et géographiques. Nous nous interrogerons enfin sur le caractère construit de cette notion, qui n'apparaît pas dans la morphologie du média, mais relève de deux intentionnalités : celle de l'auteur du web et celle du chercheur qui l'étudie.

a) De la diaspora aux diasporas

Le mot diaspora est d'un emploi ancien. Michel Bruneau (2004) en rappelle l'origine hellénique. En grec ancien, *speirein* signifie semer et *diaspeirein* disséminer. Le terme émerge dans le vocabulaire religieux des juifs Hellénophones qui traduisent ainsi les situations liées à l'exil consécutif à la destruction du temple de Jérusalem en 70 après JC. En grec, le terme désigne également toutes les situations de dispersions forcées affectant la communauté grecque, notamment pendant les siècles de domination turque. Il désigne l'arrachement à la terre de ses

ancêtres, l'installation ailleurs, les modes de vie et les relations commerciales et intellectuelles qu'entretiennent les exilés entre eux.

En dehors du monde hellénique, le terme Diaspora (avec un D majuscule) reste limité au vocabulaire religieux dans le contexte exclusif du peuple juif et de son exil multiséculaire. Il s'applique aussi aux Arméniens, en raison de la *catastrophe originelle* qui préside à l'exil d'une grande partie de la population, de la volonté de conserver une unité culturelle et politique autour d'institutions propres et de l'investissement des membres dans les échanges commerciaux et intellectuels (Schnapper, 2001, p.10). Il est impossible de déterminer exactement à quel moment, le terme a quitté cette niche sémantique pour devenir le terme de référence par lequel s'auto-désignent les peuples dispersés. Stéphane Dufoix qui a enquêté sur ce glissement sémantique, constate une émergence du terme dans la presse des années 1960 et 1970 et une intensification dans les années 1980, y compris dans les travaux scientifiques pour désigner, outre les Juifs, les Africains (diaspora noire, ou diaspora africaine), les Chinois et les Palestiniens (Dufoix, 2004 ; 2005). En 2002, le colloque « 2000 ans de Diasporas », s'ouvre aux « nouvelles diasporas » (Anteby-Yemini, 2002) et consacre l'emploi du terme pour désigner tout type de population marquée par les mobilités transnationales. La publication des actes, en 2005, marque la fin des débats entre géographes et sociologues sur l'opportunité d'introduire un nouveau concept à côté de celui, géopolitique, de transnationalisme. En 2010, le *Dictionnaire des racismes, de l'exclusion et des discriminations*, propose une entrée « diaspora » et constate que le terme est désormais non seulement dépourvu de contexte religieux, mais qu'il n'implique plus non plus systématiquement, la notion d'exil forcé, voire même qu'il ne concerne plus la notion de *homeland*, (le point à partir duquel une communauté essaime) et évacue la dimension géographique. Le vocable diaspora peut désigner dans ce sens les Noirs, les homosexuels ou les scientifiques. Il traduit la liquidité des relations qu'entretiennent, dans la seconde modernité (Bauman, 2010) des individus dispersés mais que relie une identité ou des pratiques culturelles, sexuelles ou professionnelles. *Diaspora* ne désigne plus l'essaimage, mais la dispersion en tant que telle, de membres qui, parfois, n'ont jamais été uni en un même lieu.

Cette évolution est rendue possible par l'émergence et la généralisation de technologies "d'accélération du temps" (Rosa, 2013) que sont les transports et les moyens de communication. Parmi ces derniers, le web, sous toutes ses formes et déclinaisons sociales, est un objet particulièrement pertinent pour l'appréhension de ces modernes communautés.

b) Les web de diasporas : frontières technologiques et géographiques

Le web, comme le téléphone mobile, a accompagné les expériences migratoires dès la fin du XXème siècle. Isabelle Rigoni trace l'émergence des premiers médias numériques diasporiques " en 1984 au Royaume-Uni, en 1986 en Allemagne et en 1987 en France " (Rigoni, 2015, p. 102). Toutefois, leur généralisation s'est opérée dans le courant des années 1990 : web statique, accompagné ou non de forums, puis blogs, réseaux sociaux et micro blogging. Il s'agit, dans les premiers formats, de reproduire sous une forme électronique les médias traditionnels élaborés et diffusés par les associations d'immigrés. On retrouve ainsi, dans les premiers web statiques, les rubriques des journaux d'immigrés : nouvelles du pays, informations pratiques ou administratives, recherches de connaissances perdues de vue, annonces commerciales liées au commerce éthique ou aux investissements dans le pays d'origine, annonces matrimoniales, propositions de cours de langues, contes et poèmes (Scopsi, 2009). La filiation avec la presse associative immigrée est

indéniable, pour autant, le web de diaspora se distingue d'emblée de la presse traditionnelle en ce qu'il est possible pour un individu, pour peu qu'il sache coder en HTML, de lancer un site qui relie sa communauté. Les sites web d'immigrés se diversifient donc en fonction de la personnalité de leurs auteurs : particuliers, associations ou groupes constitués, entreprises du multimédia. Avec le web2.0, les communautés d'immigrés investissent les réseaux sociaux et se segmentent en fonction de l'affordance des plateformes et de centres d'intérêts de plus en plus spécifiques.

Les diasporas en ligne ne sont pas des entités homogènes, ce qui rend complexe toute définition. Dès lors que la forme de la publication sur le web s'éloigne des formes de la presse écrite, il devient difficile de définir les contours du genre. Une catégorisation fondée sur le type éditorial (forum, tweet, blog, réseau social) peut simplement rendre compte des logiques de distributions sur les plateformes et des stratégies éditoriales croisées. Mais pour expliquer la diversité médiatique des web de migrants, d'autres catégories sont distinguées par les chercheurs.

Le public cible :

Sophie Gebeil (2016), a tracé, via les sites archivés à la BNF et à l'INA, la façon dont les médias maghrébins se sont peu à peu distribués sur les réseaux sociaux et en a restitué les filiations. Elle distingue trois catégories, en fonction des acteurs qui en sont à l'origine et des finalités recherchées. *Les médias associatifs* s'inscrivent explicitement dans la continuité des radios libres, du cinéma social des années 1970, de la télévision participative des années 1980, et ciblent généralement un public de proximité. Professionnalisés et gérés par des journalistes, constitués en entreprise ou en association, *les médias généralistes* abordent des thèmes plus larges, dans une optique d'audience nationale. Le Bondy blog et Yabiladi.com en sont emblématiques. *Les médias de minorités*, s'adressent à un groupe restreint qui partage une même origine, langue ou religion. Ces médias, historiquement ancrés dès le XIXe siècle avec la presse écrite, émergent "dans un contexte de mal-représentation et de sur-stigmatisation" (Rigoni, 2010,8).

Le lieu de production :

Le lieu de production est le lieu d'où est rédigé le site et doit être distingué du lieu d'hébergement. A l'époque du web1.0, les sites sont hébergés de préférence dans les pays où l'offre technique est de bonne qualité (l'Amérique du Nord et l'Europe). Ils sont créés et animés par des membres résidents dans des pays où ils ont pu se former aux langages de développement du web. Jon W. Anderson, qui analyse les débuts de l'internet dans le monde Arabe, note que dans la phase initiale «l'islam en ligne était encore un phénomène presque limité aux milieux de la diaspora auxquels appartenaient les premiers adeptes de la nouvelle technologie» (Anderson, 2003, p. 48). Par la suite les compétences se sont diffusées de la diaspora vers les territoires d'origines. Mais le Web 2.0 est hébergé sur des plateformes globales, et le phénomène perd son sens. Ce sont alors les lieux de résidence des administrateurs, des animateurs et des contributeurs qu'il faut considérer.

En étudiant les localisations des contributeurs des forums de la diaspora bulgare au Canada, Nevena Mitropolitska note des similitudes entre les réseaux physiques et virtuels. Les immigrés issus d'une même ville bulgare, tendent à fréquenter les mêmes forums (où ils ont préparé leur migration et pris des contacts) et à se concentrer dans les mêmes quartiers canadiens où ils sont accueillis par leurs contacts. (Mitropolitska, 2008, p. 24).

Le statut et le lieu de résidence des acteurs :

Certains pays ont développé une stratégie médiatique à l'égard de leur diaspora. C'est le cas du Maroc, qui entretient des relations suivies avec les MRE (Marocains Résidants à l'Etranger) sources d'investissements et de coopération. La présence, dans un site, d'animateurs et d'administrateurs habitant le pays d'origine (même si par ailleurs les contributeurs résident en diaspora), doit alerter le chercheur sur la logique éditoriale du site. Si ces sites apportent un éclairage sur les relations de la diaspora à son lieu d'origine, ils ne peuvent être considérés de la même façon que les sites administrés et animés par les migrants en diaspora.

Les thèmes abordés :

Certains sites traitent explicitement de problématiques liées à la dispersion, à la définition identitaires et aux stratégies d'intégration des membres dans leur pays d'accueil. Cependant, comme les autres productions médiatiques du web, les sites des migrants en diaspora abordent tous types de sujets. A côté d'importants sites d'actualité déclinant les informations du homeland et de la diaspora sous forme de dépêches, d'articles ou de vidéos, les blogs et les réseaux sociaux affichent des thématiques plus resserrées. Certains se réfèrent directement à l'actualité politique en la commentant et en la contestant (Azizi, 2017), d'autres, consacrés à la cuisine (Jamid Caquel, 2013), au commerce alimentaire (Plaza, 2014) ou à la danse sont interprétés par les chercheurs comme des formes de recompositions identitaires.

Tous les sites issus de migrants en diaspora sont-ils des médias diasporiques ? C'est une question délicate qui interroge l'immanence de cet objet de recherche. En effet, un site réalisé ou fréquenté par des immigrés en diaspora ne traite pas nécessairement des sujets liés à la migration. Il est, en effet, important de rappeler avec Asu Aksoy et Kevin Robins, dont le travail a été résumé par Tristan Mattelart (Mattelart, 2009, p. 41), que les besoins médiatiques des migrants s'apparentent à ceux des sédentaires. «Comme eux, ils sont à la recherche des plaisirs de la familiarité et de la confirmation » (Mattelart, 2009, p.42). Un chercheur peut néanmoins considérer que de tels sites portent des informations sur la vie en diaspora et le degré d'intégration ou de globalisation de la diaspora.

c) Un double jeu d'intentionnalités

Un web de migrants en diaspora n'est pas morphologiquement ou sémantiquement un média diasporique. Il ne l'est que par un double jeu d'intentionnalité : celui de l'auteur qui décide librement de faire de son site un outil de communication de la diaspora, et celui du chercheur qui considère un site comme porteur de traces exploitables pour appréhender la dispersion. Cela oblige à considérer deux définitions des web de diasporas, construits à partir des notions posées par Jean Meyriat (1981) : le *document par intention*, c'est à dire l'objet intentionnellement émis par son producteur pour qu'une information y soit inscrite et communiquée et le *document par attribution*, objet porteur de traces que le regard de l'utilisateur revêt d'une valeur informationnelle. De la même façon peuvent être distingués:

- des web de diaspora *par intention*. Leur auteur exprime explicitement la volonté de relier,

par ce médium, les membres d'une communauté qu'il désigne. Le caractère diasporique du site est ici assumé par le producteur. L'énonciation de l'intention figure le plus souvent sur la page d'accueil du site, ou dans une page « à propos », où le producteur se présente.

J'ai créé ce site sur l'Algérie dans l'espoir de rapprocher des communautés, de faire découvrir et aimer mon pays et d'y retourner au quotidien. Vivant au loin je le vois avec les yeux de l'exil. Je le porte en moi, j'y ai laissé des êtres, des choses, des images, des échos de voix, des rires et des expressions que je garderai à jamais. Je sens parfois monter en moi une certaine nostalgie, de la tristesse et des larmes lorsque mes pensées s'égarer dans les dédales de mon passé. Pour tous les Algériens éparpillés sur la planète, quelle que soit leur origine, pour les Algériens en Algérie et enfin pour tous ceux qui aiment l'Algérie ! Vous êtes ici chez vous!!!!. (web de Djamila, 2005).

- des sites de diaspora par *attribution*. Un chercheur, ou un usager en quête d'informations, considère que, même indépendamment du projet éditorial initial, ce site crée un lien entre les membres dispersés d'une communauté. Les « roti shops » virtuels étudiés par Plaza (2014) sont créés par leurs auteurs pour vendre des plats cuisinés, mais ils sont lus par Plaza comme l'expression de l'attachement des émigrés Trinidiens du Canada à leur culture.

Le site web de diaspora est donc, soit un objet éditorial, soit un objet théorique issu de la question de recherche (et parfois les deux à la fois). Dans les deux cas, il se construit au travers de discours. Nous allons donc parcourir les tendances de travaux internationaux portant sur les diasporas en ligne pour repérer comment se construisent ces discours.

2.1.3 Les web de diasporas dans les publications scientifiques

Les études sur les web de diasporas ont émergé à la toute fin des années 1990. Dès l'origine, elles abordent une large diversité de communautés : “cybercommunauté Indienne”, (Mitra, 1997), “Diaspora Africaine connectée” (Agada et Brown, 1998), émigrés Russes (Sapienza, 1999), exilés iraniens (Khosravi, 2000). Elles se sont ensuite étendues à des communautés de plus en plus variées, et de plus en plus spécifiques, en segmentant les communautés en sous-groupes régionaux, politiques, culturels, générationnels ou genrés ou, plus rarement, selon leurs pratiques communicationnelles. Ainsi sont abordées la diaspora catholique vietnamienne (Hoang, 2016), les cyberactivistes tunisiens (Graziano, 2012), les communautés en ligne des femmes coréennes émigrées (Lee, 2012), la présence de la diaspora basque sur Facebook (Oiarzabal et Pedro, 2012), ou la pratique des podcasts de la diaspora sud asiatique (Wolock, 2013).

a) Constituer un corpus

Embrasser ces travaux est difficile en raison de leur nombre. Une recherche par les mots *internet* et *diaspora* dans Google Scholar, renvoyait 114 000 résultats en juillet 2017. La même requête dans Persée, renvoyait 779 références de travaux francophones publiés depuis 1996. Le portail d'éditeurs cairn.info en renvoyait 1728.

Nous souhaitons constituer un corpus aléatoire, international et transdisciplinaire, couvrant toute la période de publication (à partir de 1996). Nous ne pouvions donc pas filtrer par

langue ni date. Interroger des sites de revues consacrées aux migrations aurait orienté les résultats en fonctions de leurs positionnements disciplinaires. Nous avons finalement effectué la recherche dans le réseau Researchgate, créé en 2008 par Ijad Madisch et Sören Hofmayer, qui alimente ses contenus de façon virale sans détermination nationale, linguistique ou disciplinaire. Les deux termes ont renvoyé environ 350 résultats, qui ont été récupérés (par copié-collé) dans une base. Le texte intégral des résultats, ou à défaut, les abstracts, ont été parcourus, et les items non pertinents écartés. Au final, 258 travaux ont été conservés. Des métadonnées ont été ajoutées pour permettre les manipulations : date de la publication, orientation mono ou pluri-ethnique de l'étude, nationalité de la communauté étudiée, nom du homeland (lorsque c'était pertinent), nature de la segmentation (lorsque l'étude portait sur un sous-groupe), caractère théorique ou empirique de l'étude. En revanche il n'a pas été possible de déterminer systématiquement l'appartenance disciplinaire des travaux qui semblent provenir majoritairement de sociologues, anthropologues, politologues ou linguistes.

b) Des travaux ethnocentrés

La très grande majorité des travaux du corpus reste centrée sur une diaspora particulière analysée de façon empirique.

Parmi les diasporas « classiques », la diaspora chinoise (14 travaux) est la plus représentée. Les diasporas Grecques, Arméniennes ou Juives sont chacune présente dans deux travaux. La variété des peuples étudiés confirme la mutation du concept de diaspora dans le milieu académique. Les débats du début des années 2000 sont dépassés et le terme s'applique désormais à toute population dispersée, quelle que soit la circonstance ou la durée de la situation. Des diasporas, bretonne, galloise, italienne ou zimbabwéenne sont ainsi étudiées. La présence importante du sous continent indien (Indiens, Tamils et Sicks totalisent une vingtaine d'études), est remarquable et s'explique par l'importance et l'ancienneté des pratiques numériques de la communauté ainsi que l'influence des travaux d'Appadurai, dont le concept d'*ethnoscape* est fondateur pour l'analyse des flux de communication transnationaux.

La diaspora comme contexte d'usage :

Dans nombre de travaux, la diaspora est un contexte d'analyse éclairant des usages médiatiques. Plusieurs niveaux d'analyse sont représentés. Au niveau micro, on trouve des études d'usages, très situées, menées au sein de familles ou de sous groupes (enfants, étudiants, femmes, scientifiques) Au niveau méso, figurent des approches mixtes, représentant environ 20% du corpus, croisant la diaspora concernée et un ou plusieurs pays ou régions d'accueil. Cette approche permet d'éclairer les pratiques en ligne liées à l'environnement culturel et économique, ou à la situation particulière vécue par l'émigré. L'étude de Dorte Horsten sur les stratégies migratoires par le flirt en ligne, des femmes subsahariennes retenues contre leur gré au Maroc par les politiques migratoires européennes, est particulièrement représentative de l'importance de cette approche mixte (Thorsen, 2013).

Dans une majorité d'études, l'approche webethnographique est déterritorialisée : la communauté est étudiée quelque soit son lieu de résidence en fonction du point d'ancrage que

représente le ou les sites. La diaspora, identifiée par son origine, fait communauté par sa fréquentation d'un site fédérateur comme le site marocain *yabiladi.com* (Loukili, 2007), le portail somalien *somalinet.com* (Brinkerhoff, 2006) ou le site *www.newzimbabwe.com* (Mpofo, 2014).

Des problématiques communes :

De cet ensemble de travaux, collectés indépendamment du rattachement disciplinaire de leurs auteurs, se dégagent des problématiques communes qui sont les signaux forts du champ d'analyse.

Le postulat que les pratiques en ligne peuvent maintenir ou réactiver les éléments culturels fondateurs de la communauté est largement partagé et décliné selon les disciplines. En sociolinguistique, sont abordées l'utilisation en ligne de langues véhiculaires ou vernaculaires (Koulayan, 2006), la transposition des joutes orales sur le web (Derive, 2014), la capacité des pratiques en ligne à réactiver l'usage des langues en danger (Sperlich, 2005), ou les créolisations. La fréquentation des sites religieux (Finger et Winton, 2010), l'appropriation des réseaux par les dirigeants religieux (Echchaib, 2011), et la transposition en ligne des rituels sont des axes fréquents (Krueger, 2004). L'hypothèse de la constitution d'un espace public transnational en ligne est l'une des thématiques les plus abordées, portée par les théories habermassiennes et le concept de nation comme *communauté imaginée* d'Anderson. Les activismes politiques, les réactions et commentaires des diasporas aux conflits et événements politiques qui affectent le homeland, la cybercitoyenneté et la contribution des membres de la diaspora au développement de leur pays (Brinkerhoff, 2004) participent de ce questionnement.

Quelques travaux comparatistes :

Les approches ethno-centrées ne permettent pas la généralisation des résultats ce qui explique la multiplication et la répétition des études portant sur les mêmes communautés ou les questionnements répétés de communauté en communauté. Quelques rares études adoptent une perspective comparatiste conduisant à une montée en théorie. Les comparaisons peuvent porter sur les usages des médias en ligne par les membres d'une même communauté dans le *homeland* et dans le *hostland* (Bagchi, Udo, et Kirs, 2014), ou bien s'appuyer sur un corpus résolument trans-ethnique. Myria Georgiou (2002) croise les expériences médiatiques des communautés Grecques, Ethiopiennes et Kurdes. Donya Alinejad et Bruce Mutsvairo (2015) analysent les pratiques journalistiques en ligne dans les contextes iranien et zimbabween, Andrew Clark (2007) observe les pratiques quotidiennes de la visioconférence dans quatre familles d'origines grecque, italienne, anglaise et australienne, Denise Cogo (2015) étudie des groupes Facebook publics des Espagnols, Portugais et Haïtiens immigrés au Brésil. Cette démarche, qui rompt avec le déterminisme culturel des origines, centre le regard sur le contexte de vie dans le *hostland* et son influence sur les pratiques médiatiques. Elle permet d'observer, au-delà du déterminisme culturel communautaire, les spécificités médiatiques et les récurrences des pratiques liées à l'expérience et à la culture de la mobilité développée par les migrants.

Enfin, il faut relever des démarches qui décentrent le regard sur un objet médiatique diasporique, abordé globalement, au lieu de le braquer sur une communauté. C'est le cas du retour historique sur les groupes USENET consacrés à la religion, effectué par Christopher Helland

(2007) qui parcourt les groupes fréquentés par les diasporas juives, hindoues et chrétiennes et de l'étude des web religieux d'Olivier Krueger (2004) qui brasse une large variété de communautés religieuses. Le travail sur les flux et réseaux dans la géographie contemporaine de la Méditerranée de Maria Paradiso (2016) relève également de cette approche transversale où le paradigme de la diaspora intervient comme un élément dans la construction d'un objet théorique. Dans le même type de démarche, Jennifer Brinkerhoff examine les modes d'engagements solidaires des émigrés à travers 9 études de sites produits par des membres des diasporas Tibétaine, Népalaise, Mexicaine, Copte, Somalienne ou Afghane.

Peu de sommes théoriques :

Les sommes théoriques apparaissent comme la portion congrue de notre corpus. Certains auteurs esquissent une théorie du migrant connecté en interrogeant le rôle des médias en ligne dans l'élaboration des communautés transnationales. Hiller et Franz (2004) identifient 3 catégories d'activation des liens diasporiques : développer de nouveaux liens (*developing new ties*), entretenir des liens anciens (*nourishing old ties*) et réactiver des liens perdus (*rediscovering lost ties*). On assisterait à la promesse de la *virtual ethnic community* (Elkins, 1997), induite par le remplacement des médias de masse par des médias adressables, à l'audience plus homogène, puis à l'avènement du *migrant medial* dont la relation à soi et aux autres est déterminée par la combinaison d'outils de communication désormais disponibles (Hepp et alii, 2011). D'autres publications intègrent l'approche communicationnelle dans une plus vaste considération des systèmes politiques à l'heure des réseaux, opposant les gouvernements traditionnels au capital-social tissé sur les réseaux. Karim H Karim (2007) estime obsolètes les anciennes conceptions de la citoyenneté et invite les gouvernements à reconstruire une conception de l'Etat-Nation plus conforme aux « *manifestations de la globalisation par le bas* » entretenues par les médias transnationaux, les transports, les liens commerciaux et sociaux. Pourtant, Parham (2009) relativise cette approche, considérant au contraire qu'Internet peut encourager un engagement superficiel sur des questions importantes qui méritent un investissement concret. Elle distingue au sein d'une sphère publique, trois types de publics médiés caractérisés par les combinaisons de leurs engagements on-line et off-line.

Parmi ces approches théoriques, peu abordent frontalement les questions méthodologiques liées au caractère numérique des objets analysés. Une diaspora en ligne est un objet hybride, composé de liens socio-culturels, de réseaux de télécommunications et de contenus éditorialisés, mais la place respective de ces éléments n'est pas égale dans les travaux recensés dans notre corpus. Le medium y est rarement envisagé en tant qu'objet, ce qui peut s'expliquer par les domaines disciplinaires des auteurs, majoritairement issus de la sociologie, de l'anthropologie, de la linguistique ou des sciences politiques, dont les méthodes ne favorisent pas une approche critique du medium. Le site est donc abordé comme un support de discours textuels et imagés, dont il convient d'appréhender les producteurs et les récepteurs mais sa forme, son architexte et son affordance ne sont que rarement inclus dans l'étude. Les questions méthodologiques, spécifiquement liées à la nature numérique des objets étudiés, sont peu développées. La réflexion sur le numérique n'apparaît pas centrale, dans les questionnements pourtant liés aux humanités numériques.

c) Web outil ou Web objet ?

Comment situer le numérique dans une recherche relevant des humanités numériques ? Nous rappelons ici les 3 premiers items du manifeste des Digital Humanities publié en 2011 par Marin Darcos.

1. Le tournant numérique pris par la société modifie et interroge les conditions de production et de diffusion des savoirs.
2. Pour nous, les *digital humanities* concernent l'ensemble des Sciences humaines et sociales, des Arts et des Lettres. Les *digital humanities* ne font pas table rase du passé. Elles s'appuient, au contraire, sur l'ensemble des paradigmes, savoir-faire et connaissances propres à ces disciplines, tout en mobilisant les outils et les perspectives singulières du champ du numérique.
3. Les *digital humanities* désignent une transdiscipline, porteuse des méthodes, des dispositifs et des perspectives heuristiques liés au numérique dans le domaine des Sciences humaines et sociales.

Les mots, soulignés par nous, désignent deux problématiques différentes liées à cette association des sciences sociales et du numérique. Les termes *outils* et *perspectives* traduisent, à notre sens, les deux paradigmes du numérique en sciences : *un outil* qui prête ses propriétés à la résolution des questionnements des sciences humaines et *un objet* (traduit par le terme *perspectives*) qui possède sa morphologie et ses lois propres. Dans notre corpus, deux textes seulement, publiés à 10 ans de distance, sont entièrement consacrés à des perspectives méthodologiques. Ils montrent l'évolution extrêmement rapide de l'appropriation du numérique par la recherche sur les diasporas et les changements de paradigme qu'imposent ces évolutions.

Le web, un outil de facilitation de la recherche :

Le premier texte, « Gender in the African Diaspora : Electronic Research Materials » publié par l'historien Patrick Manning en 2003, se présente comme une leçon sur l'utilisation des ressources électroniques pour les études de genre dans la diaspora Africaine. Pour Manning, "Electronic resources provide new and exciting material that can facilitate social science and Humanities scholarship on the African Diaspora" (2003, p. 575). Il insiste sur les possibilités de repérer les chercheurs et groupes actifs, publier des drafts, annoncer des colloques, repérer des collaborateurs, vérifier facilement des faits (*fact-checking*). Un chercheur peut aussi, grâce aux moteurs de recherche et avec un travail de recherche plus considérable, réunir des connaissances produites par ses collègues de toutes disciplines.

L'internet apparaît comme un outil enthousiasmant pour un champ d'étude international, mais Manning n'envisage pas de l'utiliser pour réunir des corpus ou étudier les discours de la diaspora, parce qu'à l'époque de son étude, les productions des diasporas en ligne sont encore balbutiantes et que la méthode historienne le conduit à travailler sur des documents d'archives off-line en l'occurrence. Il pressent que le chercheur doit aussi considérer les ressources électroniques comme un objet à questionner :

les chercheurs doivent non seulement utiliser des ressources électroniques, mais aussi les interroger. Comment Internet représente-t-il le genre ? Comment représente-t-il les désignations raciales ? Comment représente-t-il l'espace géographique ? ... Il y a beaucoup à faire pour trier la signification de l'information sous forme électronique" (Manning, 2003, p. 583, notre traduction).

Toutefois, ses recommandations aux étudiants restent utilitaires : le web est un outil de connexion des universitaires entre eux.

D'autres chercheurs évoquent les nouvelles opportunités liées au numérique, sans toutefois consacrer la totalité de leur publication à la question :

-palier l'absence d'archives traditionnelles par les productions en ligne : Ballantyne (2006) évoque la difficulté à construire l'histoire des débuts de la diaspora sikh en raison du manque d'archives, ce qui le conduit à utiliser des sources non conventionnelles en Histoire, comme les sites internet.

-diffuser commodément des enquêtes en ligne et les propager en jouant sur l'effet « boule de neige » (*snowball sampling techniques*). Edward Du Plessis (2009) relate qu'une enquête en ligne initialement renseignée par 163 entrepreneurs Sud-Africains expatriés a fini par atteindre 150 000 personnes.

-représenter visuellement et synthétiser les connexions. Eliane Wolff, qui a participé au projet e-diaspora Atlas estime que « les graphes mettent en lumière des structures réticulaires, que l'on ne peut saisir cognitivement que par ce type de représentation. Ils nous offrent en outre un point de vue synthétique sur un territoire difficilement représentable autrement que par une cartographie. » (Wolff, 2014, paragr. 49).

Le web-outil intervient en amont pour identifier et collecter les données, il appuie l'analyse en aidant à traiter les résultats et, en aval, permet de publier et diffuser les résultats. C'est l'approche de loin la plus fréquente du numérique dans les *diaspora studies*.

Le web-objet :

Le second article méthodologique du corpus propose une approche radicalement différente. Publiée en 2014 par Sandra Ponzanesi et Leurs Koen, tous deux chercheurs en Gender and Cultural Studies, leur réflexion sur les mobilités numériques invite à considérer le web, non comme un outil d'accès à des informations écrites dont il serait le support, mais comme un objet composite (nous dirions un dispositif) qui agit dans le phénomène migratoire par un jeu de dominations sociales, économiques et culturelles. Il faut donc analyser la combinaison des médias numériques utilisés par la diaspora car elle est façonnée par l'histoire dans le homeland, la motivation de la migration, les conditions d'existence dans le *hostland*. Il faut également replacer les usages dans l'histoire médiatique de la migration : les lettres les photographies, les cassettes, la longue attente du courrier... Il faut aussi appréhender l'affordance des plateformes, construites dans les nations dominantes et porteuses de leurs valeurs. Par exemple, les langues utilisables et les choix stéréotypés, proposés par Facebook pour enrichir son profil conduisent les membres des diasporas à se construire une identité en ligne éloignée de leur héritage culturel.

Comme l'illustrent les articulations différenciées de la diaspora en ligne sur les forums de discussion et les sites de réseaux socio-numériques en Europe, ces diasporas peuvent être davantage étayées par une plus grande focalisation sur la matérialité des supports numériques et leurs spécificités (Ponzanesi et Koen, 2014, p. 15, notre traduction).

La diaspora en ligne ne peut donc être appréhendée seulement par l'observation ou l'analyse des discours de ses membres humains car ces discours sont indissociables des médias et des réseaux sur et par lesquels ils sont produits. En effet, l'étude de l'énonciation éditoriale de ces médias permettra de comprendre comment les dispositifs médiatiques informent le sens des discours qui y circulent. Les analyses centrées sur les media numériques d'actualité, montrent que la diaspora, associée au réseau internet, devient un acteur particulier, doué d'un pouvoir spécifique : celui d'amplifier les débats et de les introduire dans les pays d'accueil. Le membre de la diaspora, d'autant plus s'il appartient à la classe moyenne éduquée, devient le "disséminateur" des idées nouvelles. Revenant à la nature même du concept de diaspora "*disperem*", il est à la fois issu d'une dissémination, qu'il prolonge en fertilisant à son tour les lieux qu'il a investis.

Cette propriété n'a pas échappé aux acteurs médiatiques. La diaspora devient un argument du Show télévisuel *The Stream* de la chaîne Aljazeera qui ménage une place sur ses plateaux à un « *diaspora guest* » (un membre de la diaspora invité à débattre), dont l'intervention sera relayée sur les réseaux sociaux des hostlands. "The discussion usually takes place between someone still living in the country (typically a state with an authoritarian government) and some part of its diaspora, mostly political refugees living in the West, denouncing these abuses in front of an international audience" (Sarnelli, 2014, p.135). Une approche historique, révèle aussi une ré-articulation des diasporas par les gouvernements des pays sources. Le migrant en diaspora est aujourd'hui une ressource politique et économique. Il sort de l'entre-deux géopolitique où il était ignoré ou rejeté tant par le homeland que par le hostland, pour se voir revendiqué ou courtisé comme acteur à part entière par le homeland. L'appropriation d'Internet lui a donné une identité politique et économique propre :

Le terme "diaspora", à son tour, a été mobilisé par le gouvernement et l'industrie indiens pour créer des types particuliers de relations transnationales. Dans ce contexte, l'expression "diaspora numérique" devient un moyen de créer des réseaux de capital et de main-d'œuvre transnationaux. (Gajjala et Mc Comas, 2013, p. 1).

De la dispersion à la connexion puis à la propagation, les enjeux ont changé et les paradigmes d'analyse des web de diaspora doivent évoluer. A côté des études d'usages et des analyses de discours en ligne, il convient de modéliser les structures des médias, leur éditorialisation, les jeux d'autorités, les flux globaux, le cross media, les réceptions et les rediffusions des idées et des débats. Pour cette approche, les humanités numériques ne peuvent se passer des concepts des sciences de l'information et de la communication.

2.1.4 Les conditions d'une recherche sur le web de diaspora en tant qu'objet

Par quelles voies sommes nous susceptibles de conduire les études des diasporas connectées au concept de médiation diasporique, plus proche du *mediascape* d'Appadurai, c'est-à-dire comme un cadre théorique, indépendant des événements politiques, des conflits nationaux et culturels qui alimentent les débats dans l'ethnoscape ? Agbobli, Kane et Hsab pensent que

La communication-comme interdiscipline- peut cependant contribuer à l'analyse en apportant une nouvelle perspective sur les enjeux de la diaspora. Cette perspective pourrait correspondre à une prise en compte des recherches effectuées dans les autres disciplines et à une intégration communicationnelle des processus physiques de circulation et symboliques de création de sens caractéristiques des diasporas (Agbobli et al, 2013).

Comme eux, nous pensons que la communication, mais aussi les sciences de l'information et de la communication, ont à nous dire sur les structures socio-techniques des médias globaux, et qu'elles-mêmes trouveraient dans les autres disciplines et dans l'étude des diasporas, des éclaircissements sur le fonctionnement même des médias. De même que dans les années 2000-2005, les débats internationaux ont redéfini le concept de diaspora par un retour historique et une approche pluridisciplinaire, la définition du web diasporique ne peut s'affranchir d'une triple approche : historique, pluri-ethnique et transdisciplinaire. Mais ces franchissements diachroniques, culturels et scientifiques posent de nombreux problèmes méthodologiques.

a) Une condition préalable : l'archivage

Pour comprendre l'évolution des « diaspora en ligne », mais aussi pour assurer la reproductibilité des travaux scientifiques, la conservation raisonnée des sites est un préalable indispensable. Or cette opération comporte deux difficultés de taille. D'une part, il faut identifier ce qu'est un site de diaspora, notion qui ne se repère à coup sûr ni dans l'URL, ni dans les structures d'hébergement, ni dans la morphologie du site et parfois pas même dans la sémantique des contenus. D'autre part, aspirer et conserver des sites de toutes formes et de toutes architectures est une performance technologique hors de portée du chercheur ou des laboratoires, qui ne peuvent que s'en remettre aux institutions en charge du dépôt légal du web. Au début des années 2000, Dana Diminescu, s'est déjà attelée, avec l'association Générique, à la conservation du site militant Pajol, et avait entamé une réflexion avec l'INA, pour réfléchir à la constitution d'une collection numérique de sites de l'immigration. Un premier état de l'art des problématiques a donc été effectué en 2005, dans le contexte des travaux techniques préalables au dépôt légal du web par un groupe de chercheurs pluridisciplinaires (Diminescu et al. 2005). Il a permis d'intégrer la question de la conservation des sites, au projet E-diasporas mené avec l'université de Compiègne, dont le premier objectif était de visualiser les interconnexions de sites d'immigrés. Les 9000 sites collectés pendant les 6 ans de ce projet par 80 chercheurs, ont été archivés à l'Ina et sont en cours d'analyse dans le cadre d'une thèse en informatique.

Exploiter le dépôt légal du web :

La BNF et l'Ina, assurent un suivi régulier de sites et de réseaux sociaux correspondant à leur mission de gestion du dépôt légal. Les deux institutions assurent également des « collectes d'urgences », lors d'événements majeurs pour les pages susceptibles de disparaître rapidement et des « collectes projets » sur des thématiques identifiées avec des partenaires. Il faut ajouter à ces missions des institutions nationales, l'archivage du web mondial opéré par la fondation pionnière en ce domaine : l'Internet Archive.

Nous disposons donc d'archivages centralisées qui opèrent de façon quantitative et

sélective. Comme toute archive, il s'agit d'un échantillonnage, monumental (les fichiers se chiffrent par milliards) mais lacunaire. Sophie Gebeil a partagé son expérience de l'exploitation du dépôt légal dans le cadre de sa thèse sur les mémoires de l'immigration Maghrébine sur le web français. Confrontée à une profusion de sites (400), proposés dans des versions successives, et prudente face aux spécificités de ce type innovant d'archivage qui « *peut générer des originaux, présentant sur une même page des éléments qui n'ont jamais coexisté en ligne* » (Gebeil, 2016, p. 118), elle opte finalement pour une approche diachronique mais qualitative sur quelques cas.

A l'avenir, le chercheur devra sans doute réfléchir la constitution de son corpus en fonction de la disponibilité des archives dans les bases de dépôt légal. Il lui faudra en outre maîtriser l'exploitation de ces ressources particulières.

b) Les analyses transversales ou comparatives

Les études diasporiques de notre corpus sont très marquées par la géopolitique et par les cultural studies. Une majorité des travaux aborde la diaspora en tant que communauté culturelle ou nationale au point qu'il est parfois difficile, à lire les travaux, de distinguer une *diaspora en ligne* d'une *communauté en ligne*. Les approches ethno-centrées sont évidemment indispensables et irremplaçables car elles s'enrichissent des connaissances approfondies qu'ont les chercheurs des contextes socio-culturels, politiques et historiques des groupes étudiés. Mais les travaux pluriethniques, beaucoup plus rares, présentent aussi de l'intérêt. Ils permettent de distinguer les comportements qui relèvent du contexte spécifique d'une communauté, ou d'un déterminisme culturel, des pratiques induites par la situation de mobilité même et par l'expérience, commune à tous les migrants, du déplacement, de la distance et de leurs conséquences culturelles, sociales, administratives, économiques ou politiques. C'est aussi le moyen d'aborder la question, assez peu traitée, des relations qu'entretiennent entre elles les différentes diasporas.

On note trois types de projets transversaux :

- De vastes projets pluri-ethniques, comme la recherche quadriennale Minority Media (2006-2010), coordonnée par Isabelle Rigoni, sur les médias des minorités ethniques dans 8 pays d'Europe (Allemagne, Espagne, France, Hongrie, Italie, Pays-Bas, Royaume-Uni, Turquie) qui a permis d'affirmer de façon générale le rôle joué par le Web 2.0 dans l'expression des acteurs culturels et religieux. Toutefois, les projets vastes se prêtent mal à une posture comparative, car les groupes étudiés sont très divers, les paramètres culturels ou socio-politiques trop nombreux, les données disponibles trop disparates. Leur qualité réside davantage dans leur capacité à dresser un large panorama d'une problématique particulière en rassemblant des travaux de taille réduite, menés séparément, et dont les méthodes et les problématiques peuvent différer. L'approche résolument techno centrée du projet ANR e-diasporas Atlas, coordonné par Dana Diminescu, a conduit à la collaboration entre 80 chercheurs issus de différentes disciplines et spécialistes de groupes sociaux divers. Un même traitement de crawling et de construction de graphes a été appliqué à 30 corpus de sites de communautés, aboutissant à 30 cartes des interconnexions et 30 analyses de ces cartes par des experts. Comme le raconte Eliane Wolff participante du projet :

La difficulté principale a été de focaliser notre attention, non plus sur « ce que les gens font

ou disent de ce qu'ils font », démarche qui est à la base de notre pratique d'ethno-sociologue, mais sur l'"activité" entre sites migrants dans un territoire numérique. L'intérêt ne porte pas ici sur les usages qui sont faits d'un site, ou sur son audience, mais sur la pratique de citations (Wolff, 2014, p. 36).

Il s'agissait pour les chercheurs participants (sociologues, anthropologues ou géopoliticiens) de rompre avec les méthodes de leur discipline et de porter leur attention sur des éléments formels mais homogènes (des URLS, des liens HTML), ce qui a permis de dégager quelques résultats transversaux. Ainsi les graphes montrent une concentration des nœuds en Amérique du Nord, et non dans les territoires concrètement investis pas les diasporas étudiées ; la géographie des *diasporas en ligne* diffère donc de celle des *diasporas physiques*. Mais l'analyse transversale demeure limitée, et le retour à l'analyse qualitative, diaspora par diaspora, reste cruciale. De ce point de vue, « E-Diasporas » est un projet mi-transethnique - puisqu'il applique une méthode unique à des corpus émanant de groupes ethniques divers-, et multiethnique, parce que le traitement des résultats s'effectue indépendamment, communauté par communauté.

- Des analyses portant sur un nombre réduit de communautés, choisies en fonction de similitudes. Elles peuvent présenter des contextes politiques ou sociaux communs, ou bien partager le même territoire du homeland ou parcours de migration. Alinejad et Mutsvaïro choisissent d'appairer l'Iran et le Zimbabwe pour étudier le journalisme de leurs diasporas, parce que ce sont deux pays répressifs à l'égard des journalistes et que, au moment de l'étude, les deux pays connaissaient des élections présidentielles controversées. De cette comparaison, l'étude conclut que les objectifs et les contextes culturels et politiques particuliers remodelent les affordances du média numérique, « *The comparison reveals how the particular affordances of digital media are shaped by the particular cultural and political contexts in which they are taken up, and the different ends toward which they are used* » (Alinejad et Mutsvaïro, 2015).

- Des projets de taille limitée, très qualitatifs, visant une problématique transversale. Ils consistent à constituer un panel aléatoire de sites trans-ethniques, pour y observer un phénomène médiatique. L'étude des web de diaspora en tant que genre médiatique (Scopsi, 2010) relève de cette catégorie qui peut s'avérer intéressante pour l'approche du web-objet, car elle permet de relever des récurrences de formes, de thèmes ou de pratiques, sans préjuger des origines culturelles. Ces projets posent cependant des problèmes méthodologiques spécifiques. Le premier est l'identification des sites à étudier, car il n'est pas possible alors de s'appuyer sur un grand site jouant le rôle de « centralité virtuelle » comme le sont les sites yabiladi.com pour les Marocains, ou sentoo.sn pour les Sénégalais. Identifier des sites diasporiques sans préjuger de l'origine des communautés relève alors du braconnage (De Certeau, 1980) faisant appel à la sémantique des sites, aux vocabulaires de la migration, aux thèmes abordés. Le verrou linguistique est important et l'approche reste limitée à des observations formelles, qui n'impliquent pas une connaissance trop profonde de chaque groupe étudié. Pour interpréter les résultats, un travail de collaboration avec des experts des communautés s'avère indispensable.

c) La transdisciplinarité

Les projets d'études portant sur les web de diaspora, qu'ils relèvent du web-outil, ou du web-objet, devraient toujours être considérés comme des projets transdisciplinaires croisant au minimum les sciences de l'information et de la communication et une autre discipline des sciences humaines. Dans l'approche « web-outil », le recueil des données ou l'observation des participations en ligne est conditionné par le fonctionnement des moteurs de recherche et la durée d'accessibilité des informations.

L'apport des sciences de l'information : connaître les conditions d'archivage des sites :

Les chercheurs qui s'approprient le fonds du dépôt légal pour des études diachroniques, insistent sur la nécessité de connaître les contraintes techniques de ce type d'archivage : les pages dynamiques sont « reconstruites » à l'écran et ne correspondent pas forcément à ce qu'elles ont réellement été (pour autant que l'on puisse définir exactement ce qu'est la page originale d'un site dynamique). Il est aussi essentiel que le chercheur, interroge « le sens de l'absence » (Gebeil, 2016, p.118), car la politique de collecte, comme dans tout système d'archive, pèse sur les sources disponibles. Les collectes d'urgence et les collectes par projet, reflètent les préoccupations actuelles des chercheurs qui privilégient les questions politiques portant sur les nationalismes, ou les activismes. Les traces de la micro-histoire des peuples en diaspora (les consommations, les braconnages administratifs, les négociations, les savoir-faire, les modes de vie au quotidien, les littératures de la migration) sont plus souvent confiées aux forums, aux blogs personnels et pages de réseaux sociaux privés, qui sont assez peu archivés.

L'apport des linguistes : repérer les mots de la diaspora :

Lors des observations en ligne des sites vivants, notre vision du web est filtrée par les moteurs de recherche. Dès que l'on part, on « braconne » sur le web, à la recherche de sites personnels qui ouvriraient des fenêtres sur le quotidien des foyers, une question s'impose : quels sont les mots de la diaspora ? Les travaux des linguistes, sur les créolisations en ligne (Enteen, 2010), les joutes oratoires (Derive, 2008), les langues en danger (Sperlich, 2005), les termes d'auto-désignation et les argots en diaspora sont importants pour déterminer les mots et les expressions qui sont les marqueurs d'une communauté et conduisent aux blogs et aux pages des membres. Mais ce choix des termes de recherche est en soi un biais à prendre en compte dans l'interprétation des résultats. L'apport des linguistes est alors important pour savoir dans quels segments de la population étudiée, ces termes sont employés.

Les travaux sur la communication des diasporas sont riches, mais ils n'ont pas encore donné toute leur mesure et des pistes de travail se dessinent encore. Nous avons montré dans ce travail que, même si le concept des nouvelles diasporas s'est imposé peu à peu, le champ des *diaspora studies* le distingue encore peu de la notion de communauté transnationale. Les travaux réalisés depuis la fin des années 1990 sur les communautés en ligne portent majoritairement sur la façon dont les membres de la diaspora réagissent aux événements politiques affectant le homeland ou sur leurs stratégies de préservation culturelle. On note par ailleurs un nombre restreint de travaux méthodologiques visant à définir des outils et des protocoles d'analyse pour aborder les web de diasporas en tant que dispositifs techno-sociaux qui agissent sur la communication des

peuples dispersés. Pour engager davantage les *diaspora studies* dans les humanités numériques, nous suggérons que les sciences de l'information et de la communication s'invite dans l'étude des médias diasporiques. Le développement de systèmes d'archivage, d'outils et de méthodes d'analyse formelle, contribueraient, dans une logique transdisciplinaire, à la définition des modèles communicationnels des communautés dispersées.

Bibliografia / Bibliografía/ Bibliographie / References

- Agada, J. et Brown I. (1998). Towards a Networked Community of Africans in the Diaspora: Problems and Prospects, *IFLA Journal*
<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/034003529802400405?journalCode=iflb>
[accessed 22 July 2017]
- Alinejad, D., et Mutsvaio B. (2015). Dispatches from the Dispersed: Comparatively Analysing Internet-Based Diasporic Journalism within Zimbabwean and Iranian Contexts. *Journalism, Audiences and Diaspora* (Palgrave Macmillan, London, 2015), 171–86.
https://doi.org/10.1057/9781137457233_11
- Anderson, B. (1996 [1983]), *L'imaginaire national. Réflexions sur l'origine et l'essor du nationalisme*. Paris : La Découverte.
- Anderson, Jon W. (2003), Des Communautés Virtuelles ? Vers une Théorie 'techno-pratique' d'Internet dans le monde arabe. *Monde Arabe Maghreb Machrek*, hiver 2003-2004, 178, 45–58.
- Anteby-Yemini, L. (2002), 'Colloque : « 2000 ans de Diasporas »', *Bulletin du Centre de recherche français à Jérusalem*, 11, 58–61. <https://journals.openedition.org/bcrfj/882> [accessed 20 November 2019]
- Appadurai, A. (1996). *Modernity at large: cultural dimensions of modernity*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Azizi, A. (2017). Quand des immigrants prennent la parole. Appropriation des plateformes de blogging à des fins politiques par des immigrants marocains, *tic& société*, 10(2-3), 230–68.
DOI:10.4000/ticetsociete.2168
- Bagchi, K., Udo, G. and Kirs, P. (2014). Personal Values and Internet Use: A Comparison of Russian Diaspora in Three Erstwhile Soviet Union Nations with Russians in *Russian Federation. Annual Conference of Global Information Technology Management Association (GITMA) 2014*.
- Ballantyne, T. (2016). Between Colonialism and Diaspora, *Duke University Press*, www.dukeupress.edu/between-colonialism-and-diaspora [accessed 25 July 2017]
- Bauman, Z. (2000). *Liquid Modernity*. Wiley.
- Brinkerhoff, J. (2004). Digital diasporas and international development: Afghan-Americans and the reconstruction of Afghanistan. *Public Administration and Development*, 24(5).
<https://doi.org/10.1002/pad.326>

- Brinkerhoff, J. (2006). Digital diasporas and conflict prevention: The case of Somalinet.com. *Review of International Studies*, 32(1), Janvier, 25-47.
- Brinkerhoff, J. (2009). *Digital Diasporas: Identity and Transnational Engagement*, Cambridge. New York: Cambridge University Press <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511805158> [accessed 24 July 2017]
- Bruneau, M. (2004). *Diasporas et Espaces Transnationaux*. Paris : Anthropos.
- Certeau, M (de) (1990). *L'invention du quotidien I : Arts de faire*. Paris : Gallimard.
- Clark A. (2007). Some tentative thoughts on diaspora and the emergence of voice and video over the internet. *AEN Journal*, 2(1), 47-49.
- Cogo, D. (2015). Internet e Redes Migratórias Transnacionais: Narrativas da Diáspora sobre o Brasil como país de Imigração. *Novos Olhares*, 4, 91–104.
- Dayan, D. and Katz E. (1996). *La télévision cérémonielle : anthropologie et histoire en direct*. Presses universitaires de France.
- Derive, J. (2014). Une Joute Verbale Traditionnelle de Côte d'Ivoire Sur Internet À L'aube Des Années 2000. *Tydskrif Vir Letterkunde*, 51, 91–101. <https://doi.org/10.4314/tvl.v51i1.9>
- Diminescu, D. (2002). Les migrations à l'âge des nouvelles technologies. *Hommes et Migrations*, 1240, 6–9.
- Diminescu, D. et al. (2005). Archiver le Web sur les migrations. Quelles approches techniques et scientifiques ? *Migrance*, 23, 72-93.
- Diminescu, D. (2005), Le migrant connecté : pour un manifeste épistémologique, *Migrations Société*, n° 102, novembre-décembre, 275-293.
- Dufoix, S. (2004). De 'Diaspora' à 'diasporas'. La dynamique d'un nom propre. *Intervention à l'université de Paris I*. <http://chs.univ-paris1.fr/Sem/Dufoix-paris1.pdf>.
- Dufoix, S. (2005). Notion, concept ou slogan ? Qu'y a-t-il sous le terme "diaspora" ? In Anteby-Yemini, L., Berthomière, W. et Sheffer, G. (Eds.), *Les diasporas : 2000 ans d'histoire*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 53-63.
- Ebilitigüé, I. (2014). *Réseaux Virtuels et Commerces Ethniques : Une Dynamique Entre L'espace Des Flux et L'espace Urbain*, Paris 10, <http://www.theses.fr/2014PA100152> [accessed 1 August 2017]
- Echchaïbi, N. (2011). From Audio Tapes to Video Blogs: The Delocalisation of Authority in Islam. *Nations and Nationalism*, 17, 25–44.
<https://doi.org/10.1111/j.1469-8129.2010.00468.x>
- Elkins, D. J. (1997). Globalization, Telecommunication, and Virtual Ethnic Communities. *Revue Internationale de Science Politique*, 18, 139–152.
- Enteen, J. B. (2009). *Virtual English: Queer Internets and Digital Creolization*. Routledge.

- Figer, R. C., and Winton L. G. Y (2010). Religiosity Online: Holy Connections with the Homeland by Filipino Migrants in Japan. *Asian Social Science*, 6 (3) <https://doi.org/10.5539/ass.v6n2p3>
- Gajjala, R. and McComas, S. E. (2013). Splitting and Layering at the Interface: Mediating Indian Diasporas across Generations. In Whitehead, N., Wesch, M (Eds.), *Human No More: Digital Subjectivities, Unhuman Subjects, and the End of Anthropology* (105-130). University Press of Colorado.
- Gebeil, S. (2016). La patrimonialisation numérique des mémoires de l'immigration maghrébine en France dans les années 2000. *RESET*, 6. <https://doi.org/10.4000/reset.853>
- Gebeil, S. (2016) Les mémoires de l'immigration maghrébine sur le web français de 1999 à 2014, *Les Cahiers du numérique*, 12, 15–38.
- Georgiou, M. (2002). Les diasporas en ligne : une expérience concrète de transnationalisme. *Hommes & Migrations*, 1240, 10-18. http://www.hommes-et-migrations.fr/index.php?/numeros/migrants_com/1055-Les-diasporas-en-ligne-une-experience-concrete-de-transnationalisme [accessed 24 July 2017]
- Graziano T. (2012). The Tunisian Diaspora: Between “digital Riots” and Web activism, *Social Science Information*, 51 (4), 534-550. <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0539018412456773> [accessed 22 July 2017]
- Helland, C. (2007). Diaspora on the electronic frontier: Developing virtual connections with sacred homelands. *Journal of Computer Mediated Communication*, 12 (3), 956-976.
- Hepp, A, Cigdem B., and Laura S. (2011). *Mediale Migranten: Mediatisierung Und Die Kommunikative Vernetzung Der Diaspora*. Medien-Kultur-Kommunikation, 1. Aufl, Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften
- Hoang, A. N. (2016). La foi catholique et les dispositifs numériques : le cas de la diaspora catholique vietnamienne. *Tic & société*, 9 (1-2). <https://doi.org/10.4000/ticetsociete.1935>
- Jamid, H. & Caquel, M. (2013). Du couscous au foie gras : L'investissement des Marocains du monde dans le secteur de la gastronomie et ses répercussions dans le pays d'origine. *Hommes & Migrations*, 1303(3), 67-72. <https://www.cairn.info/revue-hommes-et-migrations-2013-3-page-67.htm>.
- Karim H. K. (2007). Nation and diaspora: Rethinking multiculturalism in a transnational context. *International Journal of Media and Cultural Politics*, 2(3), 267-282.
- Khosravi, S. (2000). www.iranian.com An Ethnographic Approach to an Online Diaspora. 6 (1), 13. <https://openaccess.leidenuniv.nl/handle/1887/17452> [accessed 22 July 2017]
- Koulayan, N. (2006). Diaspora languages and internet : New territories, identity resistance and knowledge sharing. *Hermès*, 45, 139-145. <http://hdl.handle.net/2042/24044>
- Krueger, O. (2004). The Internet as Distributor and Mirror of Religious and Ritual Knowledge.

Asian Journal of Social Science, 32, 183–97.

- Lee, E. (2012). Digital Diaspora on the Web: The Formation and Role of an Online Community of Female Korean Im/Migrants in the U.S. *ProQuest* <https://search.proquest.com/openview/4c12ea5828cc8067fda7cd54fc81092e/1?pq-origsite=gscholar&cbl=18750&diss=y> [accessed 22 July 2017]
- Manning, P. (2003). Gender in the African Diaspora: Electronic Research Materials. *Gender & History*, 15 (3), 575-587.
- Mattelart T. (2009). Les diasporas à l'heure des technologies de l'information et de la communication : petit état des savoirs. *tic & société*, 3 (1-2). DOI : 10.4000/ticetsociete.600
- Meyriat J. (1981). Document, documentation, documentologie. *Schéma et Schématisation*, n° 14, 51-63. [in Couzinet (Dir.), 2001,]
- Mitra, A. (1997). Diasporic Web Sites: Ingroup and Outgroup Discourse. *Critical Studies in Mass Communication*, 14, 158–81. <https://doi.org/10.1080/15295039709367005>
- Mitropolitska, N. (2008). Les Réseaux Immigrants Virtuels : De L'aspatial Au Territorial. *Les Nouveaux Territoires de L'ethnicité. Québec, Les Presses de l'Université Laval*, 15–32.
- Mpofu, S. (2014). Memory, National Identity, and Freedom of Expression in the Information Age: Discussing the Taboo in the Zimbabwean Public Sphere. In A. Solo (Ed.), *Handbook of Research on Political Activism in the Information Age* (114-128). Hershey, PA: IGI Global. DOI:10.4018/978-1-4666-6066-3.ch007
- Oiarzabal, P. J. (2012). Diaspora Basques and Online Social Networks: An Analysis of Users of Basque Institutional Diaspora Groups on Facebook, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 38, pp. 1469–85. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2012.698216>
- Paradiso, M. (2016). The Mediterranean: Bridging, Bordering and Cross-Bordering in a Global Mobile Reality. *European Review*, 24, 105–31 <https://doi.org/10.1017/S1062798715000484>
- Parham, A. A. (2009). Internet, Place, and Public Sphere in Diaspora Communities. *Diaspora: A Journal of Transnational Studies*, 14, 349–80. <https://doi.org/10.1353/dsp.0.0020>
- Plaza, D. (2014). Roti and Doubles as Comfort Foods for the Trinidadian Diaspora in Canada, the United States, and Britain. *Social Research*, 81(2), 463-488. DOI:10.1353/sor.2014.0021
- Plessis, T. E. (Du) (2009). South African Expatriates as Potential Entrepreneurs : An Exploratory Study. Unpublished Thesis, North-West University, <https://repository.nwu.ac.za:443/handle/10394/3140> [accessed 25 July 2017]
- Ponzanesi, S., and Leurs K. (2014). On Digital Crossings in Europe. *Crossings: Journal of Migration & Culture*, 5, 3–22. https://doi.org/10.1386/cjmc.5.1.3_1
- Rigoni I. (2015). Diaspora. In Frau-Meigs, D., Kiyindou, A. (Eds.), *Glossaire critique sur la diversité culturelle à l'ère du numérique*. Paris, Commission nationale française pour l'UNESCO.
- Rigoni, I. (2010). Éditorial. Les médias des minorités ethniques. Représenter l'identité collective

- sur la scène publique. *Revue européenne des migrations internationales*, 26, 7–16.
- Rosa, H. et Renault, D. (2013). *Accélération*. Paris : La Découverte
- Sapienza A. F. (1999). Communal Ethos on a Russian Émigré Web Site : Javnost. *The Public*, 6 (4) <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13183222.1999.11008726>> [accessed 22 July 2017]
- Sarnelli, V. (2014). Al Jazeera's The Stream. Digital and Diasporic Geographies beyond the West. *Anglistica AION*. 18(2), 127–40.
- Sayad, A. (1985). Du message oral au message sur cassette, la communication avec l'absent. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 59, 61–72. <https://doi.org/10.3406/arss.1985.2271>
- Schnapper, D., Costa-Lascoux, J. et Hily, M.A. (2001). De l'État-nation au monde transnational. Du sens et de l'utilité du concept de diaspora. *Revue européenne des migrations internationales*, 17, 9–36, <https://doi.org/10.3406/remi.2001.1777>
- Scopsi, C. (2009). Les Sites Web Diasporiques : Un Nouveau Genre Médiatique ? *Tic& société*, 3. <https://ticetsociete.revues.org/640?lang=en> [accessed 7 February 2016]
- Scopsi, C. (2004). Représentation des TIC et Multiterritorialité : Le Cas Des Télé et Cyber Boutiques de Château-Rouge, À Paris. In (Ed.) Chéneau-Loquay, LA. *Mondialisation et Technologies de La Communication En Afrique* (275–293). Karthala.
- Shuval, J. (2003). The dynamics of diaspora: theoretical implications of ambiguous concepts. In Munz, R., Ohliger, R (Dir.). *Diasporas and Ethnic Migrants: Germany, Israel and Russia in Comparative perspective*. London: Franck Cass.
- Souchier, E. (1998). L'image du texte : pour une théorie de l'énonciation éditoriale. *Les cahiers de Médiologie*, 6, 137-145.
- Sperlich, W. B. (2005). Will Cyberforums Save Endangered Languages? A Niuean Case Study. *International Journal of the Sociology of Language*, 2005, 51–77. <https://doi.org/10.1515/ijsl.2005.2005.172.51>
- Thorsen, D. (2013). You Have to Know How to Speak Nicely: Female Migrant's Use of the Internet During Situations of Prolonged Immobility. *ASA 2013 Annual Meeting Paper*. <https://ssrn.com/abstract=2236787>
- Wolff, É. (2014). Cheminement sur les terres inconnues des humanités numériques. *Tic & société*, 7 (2). <https://doi.org/10.4000/ticetsociete.1550>.
- Wolock, L. (2013). Managing Community through Digital Talk: Podcasting in the South Asian Diaspora. *AoIR Selected Papers of Internet Research*, 3, 3p. <http://spir.aoir.org/index.php/spir/article/view/855> [accessed 22 July 2017]

2.2 Dos usos comunitários da webradiofonia no contexto migratório transnacional

Mohammed Elhajji²²

João Paulo Malerba²³

Resumo

O fenômeno migratório experimenta, na atualidade, excepcional intensificação. Além das causas sociais, econômicas e políticas, contribuem fatores tecnológicos e simbólico-subjetivos. O desejo e a necessidade de produção de narrativas próprias, que auxiliem na manutenção dos vínculos do migrante para com a comunidade de origem e de diáspora, encontram amparo em recursos midiáticos inovadores, agrupados sob a noção de ‘webdiáspora’. Dentre eles, destacamos as webrádios comunitárias dos grupos migrantes – objeto do presente estudo, no afã de apreender algumas das modalidades de organização das comunidades migrantes, suas estratégias de conquista de cidadania global e de atuação nos espaços transnacionais. Tendo como baliza o estudo de caso de webrádios de comunidades migrantes, buscamos evidenciar as potencialidades e os limites da webdiáspora para a democratização dos meios e os desafios teóricos e conceituais que tais mudanças representam para os estudos de comunicação comunitária.

Palavras-Chave: Migrações transnacionais; Webrádios comunitárias; Comunicação comunitária; TICs.

Sobre los usos comunitarios de la webradiofonia en el contexto migratorio

Resumen

El fenómeno migratorio experimenta en la actualidad una excepcional intensificación. Además de las causas sociales, económicas y políticas, también contribuyen factores tecnológicos y simbólico-subjetivos. El deseo y la necesidad de producción de narrativas propias, que ayudan a mantener los vínculos del migrante con su comunidad de origen y de diáspora, encuentran amparo en recursos mediáticos innovadores, agrupados bajo la noción de ‘webdiáspora’. Entre ellos, destacamos las webrádios comunitarias de los grupos migrantes, objeto del presente estudio, con el fin de entender algunas de las modalidades de organización de las comunidades migrantes, sus estrategias de

²² Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRJ.
E-mail: mohahajji@gmail.com

²³ Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ, atualmente realizando sua pesquisa pós-doutoral na mesma instituição. E-mail: joaopaulomalerba@gmail.com

conquista de la ciudadanía global y la actuación en los espacios transnacionales. Teniendo como foco el estudio de caso de webrádios de comunidades migrantes, buscamos evidenciar las potencialidades y los límites de la webdiáspora para la democratización de los medios y los desafíos teóricos y conceptuales que esos cambios representan para los estudios de comunicación comunitaria.

Palabras clave: Migraciones transnacionales; Webradios comunitarias; Comunicación comunitaria; TIC.

Utilisations communautaires de la webradiofonie dans le contexte migratoire transnational

Résumé

Le phénomène de la migration connaît actuellement une intensification exceptionnelle. Outre des causes sociales, économiques et politiques, des facteurs technologiques et symboliques-subjectifs y contribuent. Le désir et le besoin de produire leurs propres récits, qui aident à maintenir les liens du migrant avec la communauté d'origine et la diaspora, sont soutenus par des ressources médiatiques innovantes, regroupées sous la notion de webdiaspora. Parmi eux, nous soulignons les webradio communautaires des groupes de migrants - objet de la présente étude, désireux de connaître certaines des modalités d'organisation des communautés de migrants, leurs stratégies de conquête de la citoyenneté mondiale et d'action dans les espaces transnationaux. En guise d'étude de cas sur les webradio de communautés de migrants, nous avons cherché à mettre en évidence les potentialités et les limites de la diaspora Web pour la démocratisation des moyens et les défis théoriques et conceptuels que ces changements représentent pour l'étude de la communication communautaire.

Mots-clés: Migrations transnationales ; Webradios communautaires ; Communication communautaire; TICs.

Community uses of the webradiophony in the transnational migratory context

Abstract

The phenomenon of migration is currently experiencing an exceptional intensification. In addition to social, economic, and political causes, technological and symbolic-subjective factors contribute. The desire and the need to produce narratives of their own, which help to maintain the migrant's ties to the community of origin and diaspora, are supported by innovative media resources, grouped under the notion of web diaspora. Among them, we highlight the community web radiances of the migrant groups - object of the present study, in the willingness to learn some of the modalities of organization of the migrant communities, their strategies of conquest of global citizenship and of acting in the transnational spaces. Having as a guiding light the case study of web radiances of migrant communities, we sought to highlight the potentialities and limits of the web diaspora for the democratization of the means and the theoretical and conceptual challenges that such changes represent for the study of community communication.

Keywords: Transnational migrations; Community Web radians; Community Communication: ICTs.

2.2.1 Migrantes

As migrações são constitutivas da experiência civilizacional e até existencial da espécie humana: não somos migrantes por opção, mas sim por natureza. A própria epopeia humana iniciou-se no impulso de ampliar seus horizontes espaciais e mentais, multiplicar suas possibilidades de vencer as adversidades do espaço e do tempo e dar forma e sentido à sua jornada real e imaginada (ElHajji, 2012).

Migrações, transumâncias, peregrinações, mobilidade em geral e deslocamentos de todo tipo refletem a propensão humana em conhecer, descobrir, ir ao encontro do desconhecido, compartilhar com o diferente... comunicar, em suma. Mas, se desde as origens da sociedade humana não há como dissociar o fato migratório do ato comunicativo, com a chegada da modernidade a relação já íntima se tornou francamente simbiótica. Sendo a noção de comunicação aqui entendida em suas acepções materiais e simbólicas: meios de transporte, de aceleração da produção, de controle social e de difusão e troca de ideias.

Trata-se de uma reconfiguração radical que não poupou nenhum dos aspectos da vida em sociedade, nos planos locais, regionais, nacionais e globais. Além das consequências sociais, terá também efeitos de ordem subjetiva e psicológica sobre o indivíduo moderno, ampliando sua capacidade autorreflexiva e reforçando sua vontade de liberdade e autonomia.

No nível macrossociológico, os séculos XIX e XX registraram contínuos deslocamentos populacionais rumo ao centro e às regiões mais ricas do planeta. As migrações humanas chegaram ao seu ápice, entrando numa fase de planejamento e administração verdadeiramente industriais, espelhando as técnicas de produção em massa, os ideais do fordismo e dos meios de comunicação de massa.

Porém, é no plano micro e molecular e/ou a partir de perspectivas sociológicas de proximidade que se pode realmente acessar os registros subjetivos do fenômeno – aqueles que traduzem com maior fidelidade a realidade e vivência imediata do ator principal do fato migratório: o migrante.

Mas o que é um migrante? Não há dúvida que a essência do sujeito migrante reside, antes de tudo na sua estrangeiridade. Além da constatação jurídica que define a situação legal do imigrante a partir de sua condição negativa de não nacional, há de se concordar que são a diferença, a alteridade e a externalidade do forasteiro que servem de indicadores e parâmetros para situá-lo e lhe dar sentido aos olhos da sociedade na qual se encontra e dos grupos majoritários e/ou hegemônicos que o cercam: o estrangeiro é “o exterior e contrário” da sociedade e grupos dominantes (Simmel, 2005).

O migrante se revela, então, um perfeito reflexo diferencial da maioria e ‘normalidade’; um catalisador da diferença da/na estrangeiridade e da própria diferença, até então despercebida,

daqueles que se colocam ou se veem como norma e medida. A presença do estrangeiro tem, pois, esse potencial de provocar no observador estranheza e estranhamento; seja de modo positivo: maravilhamento e fascínio, ou negativo: repulsa e medo.

A estrangeiridade, enquanto signo e sintoma, tem o mérito de anular as fantasias de absolutismo e indiferença do sujeito central e nele insuflar o germe do relativismo crítico: “a diferença desse rosto revela um paroxismo que qualquer rosto deveria revelar ao olhar atento: a inexistência da banalidade entre os seres humanos” (Kristeva, 2004). Do amor ao ódio, a presença do estrangeiro nos obriga a mostrar a nossa verdadeira natureza e revelar nosso modo verdadeiro de encarar o mundo.

2.2.2 Minorias

Em regra geral, os migrantes são minoritários; quantitativamente menores com relação aos grupos nacionais, étnicos ou culturais que dominam numericamente e politicamente a sociedade de acolhimento. Debilidade ou precariedade quantitativa que resulta, muitas vezes, em condição e/ou estatuto social e político de subalternidade. O que, não raramente, resulta em diversas formas de discriminação, racismo, xenofobia, opressão ou estigmatização do grupo minoritário e seus membros.

As minorias, segundo Appadurai, são uma categoria social e demográfica recente, “essencialmente vinculadas a ideias sobre nação, população, representação e enumeração, que não têm mais de que alguns séculos de idade” e se deve ao aprimoramento contemporâneo das “técnicas de contar e classificar e de participação política” intrínsecas à época moderna (2009, p. 45). A figura minoritária do migrante corresponde, de certo modo, à noção de “pequeno número”, proposta por Appadurai e que se refere a formas contemporâneas de negatização simbólica de grupos indesejados da sociedade, a fim de positivar a totalidade da comunidade.

Mas, a “pequenez” do número não se reduz ao seu aspecto formal, quantitativo e concreto. A minoria, segundo Sodré, se caracteriza, dentre outros aspectos, por sua vulnerabilidade jurídico-social, na medida em que o grupo minoritário, tal como é o caso dos migrantes, “não é institucionalizado pelas regras do ordenamento jurídico-social vigente” (2005, p. 13). Do ponto de vista jurídico, o termo estrangeiro designa o indivíduo ou conjunto de indivíduos que, embora estejam vivendo num determinado Estado, “não pertencem ao círculo daquelas pessoas que possuem a nacionalidade desse Estado”. Trata-se, portanto, de um referencial negativo (Soares, 2004, p. 170).

O estatuto jurídico e social excepcional do migrante é apontado por Sayad (1998) como principal fonte das discriminações e injustiças por ele sofridas. Condição de não nacional que frisa o estado de não sujeito ou sujeito mínimo, dotado de direitos mínimos, no limite do não humano; apenas o necessário para garantir a sua sobrevivência imediata, sem dignidade ou expectativas a médio ou longo prazo.

“Um imigrante só tem razão de ser no modo do provisório e com a condição de que se conforme ao que se espera dele” (Ibidem, p. 55). As consequências desse estado, todavia, não se limitam ao campo político administrativo; pelo contrário. Trata-se, na verdade, de um longo trabalho de despojo do sujeito migrante de sua própria humanidade, subjetividade e direito à

dignidade que se dá de modo gradativo e através de uma complexa engrenagem retórica e simbólica.

Mezzadra (2012), por sua vez, considera as migrações enquanto movimento social global que não pode ser dissociado do conjunto de movimentos sociais que ocorrem pelo planeta. Radicalizando a dimensão autonomista da multidão, ele refuta as abordagens vitimizantes da figura do migrante; antes, ele adota o princípio de produção de subjetividade no capitalismo como perspectiva metodológica e conceitual. Assim, paralelamente aos dispositivos de dominação e exploração da nossa fase do capitalismo, novas práticas de emancipação e igualdade são experimentadas.

O próprio princípio de cidadania, entendido pelas abordagens clássicas enquanto estatuto jurídico formal, é reinterpretado na perspectiva autonomista a partir de seus atributos combativos. A mobilização social, política e cultural dos migrantes é considerada, em si, como uma ação cidadã concreta e prática, fundada no supremo “direito de reivindicar direitos” (Ibidem, p. 28). Ação que acaba transformando, na prática, as noções de democracia e cidadania, e transbordando os limites do Estado-nação, para se inscrever na tradição humanista que não dissocia o ideal democrático dos direitos humanos universais.

Além da vulnerabilidade jurídico-social, já exposta, Sodré (2005) qualifica os grupos minoritários pela sua identidade incompleta ou não reconhecida, a obrigação de travar lutas contra-hegemônicas e a necessidade de se organizar discursivamente para negociar seus status social político e simbólico. Luta e organização que se dão, hoje, principalmente nos espaços midiáticos, em torno e em função dos meios de comunicação. O que nos leva à questão da comunidade e da comunicação comunitária – de modo geral e no caso específico das migrações transnacionais.

2.2.3 Comunidades transnacionais

No Brasil, duas autoras em especial têm trazido valiosas contribuições ao debate em torno da questão comunitária. Para Peruzzo (2002), os grupos sociais humanos precisam, para serem definidos enquanto comunidades, preencher alguns requisitos de ordem objetiva e subjetiva, tais como a existência, no seu âmbito, de uma cultura comum; sentimento de pertencimento; objetivos comuns, identidade natural e espontânea entre os interesses dos seus membros; relações e interações significativas; a participação ativa na vida da comunidade; uma língua comum; um território comum, etc.

Já Paiva (1998), apreende a comunidade enquanto instrumento de transformação social e de autonomização dos grupos minoritários ou marginalizados. Ao mesmo tempo em que considera a comunidade, na sua forma original e tradicional, incompatível com os regimes de consumismo e individualismo que predominam em nossa época, Paiva enfatiza a sua pregnância semiótica mobilizadora. Meio de resgate da cidadania, a comunidade precisa, antes, se reinventar para se adequar ao quadro social e político atual; notadamente através de sua ação comunicativa, indissociável da própria organização comunitária.

Na verdade, comunidade e comunicação remetem à mesma raiz etimológica e apontam para o mesmo horizonte filosófico. Comunicar, formar uma comunidade ou entrar em comunhão implicam no mesmo gesto existencial de troca, partilha, participação, contribuição, aproximação e

vinculação. Uma comunidade é, portanto, uma comunidade de sentidos, o lugar (físico / territorial ou simbólico / imaginário) onde é produzido, veiculado e compartilhado o sentido comum ao corpo do grupo na sua totalidade reflexiva. Se a comunicação é um processo de produção de sentido, a comunidade é o *locus* em que esse sentido é construído, transmitido, trocado, codificado e decodificado.

Assim, há de lembrar que, dentre as principais atribuições de natureza social e política intrínsecas à comunicação comunitária está, em primeiro lugar, o seu caráter discursivo responsável pela enunciação e manutenção da identidade do grupo ao qual pertence. No entanto, o discurso (identitário, político e social) que atravessa os meios de comunicação comunitários não é destinado exclusivamente às estruturas organizacionais do grupo, nem é recebido apenas por seus membros.

Pelo contrário, as instâncias sociais e políticas extracomunitárias são igualmente alvo da mídia comunitária. Não há dúvida, pois, que um dos principais objetivos da comunicação comunitária é permitir aos membros da comunidade de se expressarem e participarem dos debates políticos que ocorrem dentro da esfera pública, no afã de fazer ouvir as suas vozes e fazer valer seus pontos de vista.

No caso específico das comunidades migrantes, o espaço migratório não pode ser reduzido à sua dimensão física tradicional. O espaço migratório se destaca, antes, pela multiplicidade dos modos de sua 'produção' social e simbólica (Lefebvre, 1974) e a natureza intrinsecamente multiterritorial tanto da sociabilidade como da subjetividade do migrante.

Territórios que podem ser tanto reais e materiais como também ou apenas subjetivos, imaginários e existenciais (Guattari, 1992), produzidos a partir dos processos e dispositivos de enunciação da identidade coletiva do grupo ou comunidade. O que significa, em primeiro lugar, que a cartografia deste espaço não corresponde fielmente a um determinado 'espaço social nacional', nem pode se restringir a seus recortes estatais nacionais conhecidos e/ou suas instâncias político-administrativamente reconhecidas.

Dois conceitos são centrais para essa discussão: transnacionalismo e diáspora. Em que diz respeito ao primeiro, conforme já desenvolvido em estudos anteriores, acreditamos que a ideia de transnacionalismo deve ser examinada à luz das recentes transformações históricas responsáveis pela reconfiguração do conjunto das paisagens sociopolíticas da nossa época.

Nossa definição do conceito remete aos modos de organização e ação das comunidades humanas inseridas em mais de um quadro social nacional estatal, tendo referenciais culturais, territoriais e/ou linguísticos originais comuns, e conectadas através de redes sociais transnacionais que garantem algum grau de solidariedade ou identificação além das fronteiras formais de seus respectivos países de destino. Trata-se, portanto, de um fenômeno 'pós-estado-nacional' inerente à realidade social e política que caracteriza o mundo contemporâneo, sendo a diversidade cultural e identitária, os pluripertencimentos, a multiterritorialidade e as formações diaspóricas cada vez mais a norma (ElHajji, 2013).

A característica mais importante desse quadro acima descrito é, todavia, a centralidade dos processos e tecnologias de comunicação na sua ordenação; efetivando modalidades culturais e modos de enunciação identitários propriamente transnacionais. Com o barateamento e a popularização das tecnologias de comunicação e, ao mesmo tempo a sua sofisticação, ampliação de seu campo de ação, aumento de sua acessibilidade, banalização de seu manuseio e sua definitiva universalização, se pode notar que a maioria das comunidades diaspóricas espalhadas pelo mundo

dispõem de um impressionante arsenal de meios de comunicação comunitária – tanto local como transnacional.

Com relação ao segundo conceito, vale lembrar que se, originalmente, a noção de ‘diáspora’ remetia à ‘dispersão dos judeus ao longo dos séculos’, hoje, seu uso é admitido para traduzir a realidade social, cultural e política de “qualquer pessoa ou população étnica que abandona a pátria tradicional da sua etnia, estando dispersa por outras partes do mundo” (OIM, 2009, p. 8). No entanto, com o aumento do poder da internet, no fim dos anos 1990, a questão da diáspora desencadeou o desenvolvimento de uma ampla literatura cada vez mais voltada para as relações tecidas pelas comunidades de migrantes através das TICs. O que vai acabar configurando, ao longo da década, o conceito de ‘webdiáspora’.

Hoje, aceitam-se como sinônimos de ‘webdiáspora’, noções como ‘e-diáspora’, ‘web diaspórica’, ‘diáspora networks’, ‘diáspora digital’, entre outras. Entretanto, pondera Claire Scopisi, que “a publicação de sites por membros de uma comunidade transnacional não pode ser vista como um critério único de classificação de webdiáspora, (...) critérios de coesão e reivindicação identitária nos ajudam a sair desse ciclo vicioso” (Scopisi, 2009, p. 91).

A webdiáspora, segundo ela, além de se referir claramente a sites ou outros formatos internéticos produzidos por membros da diáspora fora do país de origem, deve remeter a um modelo de organização social virtual em torno de elementos culturais compartilhados pela comunidade em sua dimensão transnacional, no afã de reforçar o sentimento de pertencimento identitário de seus membros e subtender suas ações reivindicativas. Em termos práticos, se pode definir a webdiáspora a partir da reapropriação das TICs pelos imigrantes e os usos sociais e subjetivos delas decorrentes; ao exemplo da experiência das webrádios aqui exposta.

2.2.4 Ondas comunitárias

Não há dúvida que a década de 1980 é a que marca a redemocratização no Brasil. Depois de mais de 20 anos de ditadura militar, a luta pela volta de eleições diretas e o processo constituinte foram importantes para o fortalecimento da sociedade civil brasileira; devido, em grande parte, ao protagonismo da comunicação popular e à consolidação de um movimento nacional e internacional de organização e apoio à luta das rádios comunitárias.

É que a maioria dos países – inclusive o Brasil – não previa em suas legislações qualquer reserva de espectro para a radiodifusão não comercial ou não estatal de baixa potência. Com isso, iniciou-se um processo – ainda em curso – de fechamento sistemático de rádios sem outorga, muitas vezes com truculência policial e violação de direitos civis.

No Brasil, esse movimento culminou na legalização das rádios comunitárias em fevereiro de 1998, em meio a um governo neoliberal e fruto de um Congresso zeloso pelo tema: dos parlamentares membros da Comissão de Comunicação, Tecnologia e Informática, responsável pela aprovação do projeto de lei que regulamentaria a radiodifusão comunitária no Brasil, 70% eram donos ou tinham interesses indiretos em empresas de rádio e televisão (Costa e Hermann Junior, 2002).

O resultado foi uma lei que limita o pleno desenvolvimento das comunitárias legalizadas, hoje 4.641²⁴ em todo o país. Um estudo nosso (Malerba, 2012), demonstra que, dentre todos os países da América do Sul, o Brasil tem a lei mais restritiva de radiodifusão comunitária no que concerne: definição legal das rádios comunitárias, potência e alcance de transmissão, reserva de espectro, possibilidades de sustentabilidade e prazo de outorga.

Um elemento importante para a presente análise é o próprio entendimento de rádio comunitária na legislação brasileira: ao estabelecer logo em seu primeiro artigo que o funcionamento da emissora está restrito “ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila”, a lei atende somente comunidades geográficas excluindo as chamadas comunidades de interesse, reconhecida em leis congêneres de países vizinhos como Argentina, Equador e Uruguai. Tal restrição é reforçada com a potência de transmissão limitada a 25 watts de potência e em FM (modulação típica para transmissões locais).

Com isso, no Brasil, comunidades etnolinguísticas e migrantes que não se conformam em comunidades geográficas ficam impedidas de constituir meios eletrônicos próprios de comunicação. De acordo com os princípios de universalidade de meios e sujeitos estabelecidos no Sistema Interamericano de Direitos Humanos para o exercício do direito à liberdade de expressão, tais limitações configuram uma violação de direitos em que setores sociais estão privados de aceder a todos os meios possíveis de expressão e informação.

Além disso, a elevada burocracia e a ineficiência do Estado em conceder outorgas arrastam muitas rádios comunitárias para a ilegalidade. De acordo com os dados levantados pela ONG ‘Artigo 19’ relativos a 2011, durante um período de quatro anos, o Ministério das Comunicações acumulou 11.842 processos pendentes para análise, dando conta de somente 30% dos casos (5.322 de um total de 17.164) (Artigo 19, 2013). Com isso, a espera pela outorga pode chegar a 10 anos. A outra face desse processo é o fechamento permanente de rádios sem outorga e condenação de seus comunicadores populares, cifra que ultrapassa sistematicamente o número de concessões.

Porém, sob ausências legais, leis restritivas ou favoráveis, em todo o mundo, as rádios comunitárias seguem relevantes na luta pelos direitos humanos, em geral, e pelo direito à comunicação, em particular. Além do mais, inauguram um novo capítulo, ao acompanharem a tendência geral de hibridização, digitalização e convergência midiática.

2.2.5 Do hertz aos bits

Com a digitalização e a irreversível tendência de hibridação e convergência midiática, aquele que é considerado o primeiro meio eletrônico de comunicação verdadeiramente massivo passa hoje por um interessante (novo) processo de reinvenção de suas técnicas e ampliação de suas potencialidades.

Para permanecer relevante e inovador, o rádio vai incorporando técnicas, adapta sua linguagem e inaugura possibilidades no diálogo com outras mídias. O resultado tem sido a ampliação de sua presença, tornando-se um veículo cada vez mais híbrido. Por conta de espaço e foco, iremos destacar três transformações que afetam mais diretamente as rádios comunitárias (e

²⁴ Dados obtidos no site do Ministério das Comunicações, última atualização em 30.09.2014.

a própria Comunicação Comunitária): a digitalização do rádio, o surgimento dos *podcasts* e as webrádios.

O chamado rádio digital faz uso do espectro eletromagnético (da mesma forma que o chamado rádio analógico, o que tradicionalmente conhecemos) para, através de ondas eletromagnéticas, transmitir informação audiofônica (e outras) em sinais digitais (*bits*). Entre as muitas vantagens dessa tecnologia destacam-se: a possibilidade de melhoria da qualidade do som (rádio FM com qualidade de CD e rádio AM com qualidade de FM); a incorporação de serviços adicionais, como imagens e textos a partir de letreiros digitais nos receptores, com informações como notícias, previsão do tempo e publicidade – o que implica: possibilidades de novos modelos de negócios e maior participação no mercado publicitário; dependendo do modelo e do marco regulatório correspondente, há um uso mais eficiente do espectro, o que poderia favorecer a pluralidade de emissoras, ampliando a participação de rádios comunitárias, educativas, associativas, comerciais etc.; possibilidade de interatividade; menor consumo de energia elétrica; e possibilidade de multiprogramação (mais de uma estação transmitindo na mesma frequência do dial).

Mas o que parece um mar de vantagens esconde custos, disputas políticas, comerciais e industriais, além da difícil mudança no hábito do receptor. Para adequar-se à digitalização do rádio as emissoras têm de mudar seus equipamentos de transmissão. Da mesma forma, para escutar uma emissão de rádio digital é necessário ter um aparelho receptor de sinais digitais. Tanto na transmissão quanto na recepção, os custos dependerão muito do modelo que se adote em cada país e também o desenvolvimento da indústria local.

Em 2005, o Brasil iniciou os primeiros testes com dois dos quatro modelos existentes: a escolha está entre o europeu DRM (Digital Radio Mondiale) e o americano HD Radio\IBOC (High Definition Radio/In-Band-On-Channell). Porém, entre idas e vindas, passados 10 anos desde os primeiros testes, até hoje não se encontrou definição.

Para as rádios comunitárias brasileiras, o rádio digital apresenta possibilidades e muitos riscos. Como já foi dito, com o melhor aproveitamento do dial, o hoje reduzido espaço para as comunitárias (um canal por região, ou seja, cerca de 2% do total) poderia ser ampliado sem a desculpa da escassez de espectro. Por outro lado, como afirma Arthur William, membro da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC Brasil) e integrante do Conselho Consultivo do Rádio Digital, “como não há permissão para publicidade do comércio local e fundo público para financiamento das rádios, as comunitárias não têm condições de se digitalizarem. Os equipamentos de transmissão são caros e, sem mecanismos de sustentabilidade, será impossível uma migração tecnológica para essas estações” (William, 2013).

Além disso, há incompatibilidade tanto dos testes realizados pelo Ministério das Comunicações quanto nos próprios padrões em disputa com a realidade legal atual das rádios comunitárias. Como foi dito, a Lei 9.612 estabelece 25 Watts de potência: “como no digital a potência é bem menor que a analógica, ruídos urbanos podem gerar um verdadeiro ‘apagão’ das rádios comunitárias que já operam em muita baixa potência nas transmissões analógicas” (Ibidem).

Criado em 2004, também chamado de *audiocast* (Prado, 2008), o *podcast* é uma modalidade assíncrona (emissor e receptor não compartilham a simultaneidade da emissão e recepção) de radiodifusão sob demanda, cujo nome resulta da junção da expressão *public on demand + casting*. Trata-se de programas radiofônicos, de diferentes gêneros (jornalísticos, artísticos, musicais,

científicos etc.), normalmente gravados em formato mp3 para serem facilmente baixados da internet e escutados em mp3 players, celulares ou mesmo no computador à escolha do receptor. O uso é majoritariamente amador, mas mesmo as estações de rádio aderiram, oferecendo em seus sites programas específicos de suas grades em formato de *podcast*.

Quanto ao nosso tema, é interessante notar *podcasts* de temática ligada aos direitos humanos profusamente encontrados na rede. Na maioria das vezes, trata-se de iniciativas individuais e pontuais de ativistas (ou seja, iniciativas não comunitárias, na acepção usual do termo), mas não são incomuns rádios comunitárias hertzianas e webrádios comunitárias que já disponibilizam parte da sua programação sob essa modalidade.

Vemos aí interessantes tensionamentos sobre o entendimento clássico de rádio comunitária, ao mesmo tempo em que presenciamos seu dinamismo em acompanhar as inovações tecnológicas com inovações sociais. Tensionamento similar presenciamos numa modalidade de rádio existente desde o início da popularização da internet, em meados da década de 1990: as webrádios.

2.2.6 Webradiocomunitarismo

Webrádios, rádios virtuais, e-radio, rádio via internet, rádio online: diferentes denominações para o serviço de transmissão de áudio via internet com a tecnologia *streaming* gerando áudio em tempo real. Assim como na rádio hertziana, aos ouvintes se apresenta uma programação continuada (sem a possibilidade de pausa ou replay) – o que diferencia a webrádio do *podcasting* (que envolve *download* e não *streaming*). A transmissão é ao vivo, sincrônica, em caráter mundial, mas o sinal das emissoras é transmitido por quaisquer que sejam as formas de conexão à internet.

As primeiras webrádios datam do início da popularização da internet, em meados dos anos 90. Segundo a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), os internautas dispunham, já em setembro de 1997, de 29 rádios virtuais nacionais (Kischinhevsky, 2007, p. 78). Desde então o seu crescimento tem sido exponencial. O que atinge também as rádios comerciais que buscam a abrangência da web: em 2012, 84,1% das comerciais hertzianas brasileiras já transmitiam seus programas pela internet²⁵.

Em sua pesquisa de doutorado, Malerba (2016) realizou uma ampla investigação com cem rádios livres e comunitárias de diversos tipos e de todas as regiões do Brasil, inclusive quanto às suas apropriações tecnológicas. Ali descobrimos que três em cada quatro (76%) afirmam transmitir online e outros 20% pretendem transmitir via internet a programação hertziana. Na parte qualitativa da pesquisa, as entrevistas revelaram que a transmissão online aparece como uma das prioridades. Quanto à estimativa de ouvintes diários, boa parte (43%) não tem estimativa e um respondente fez questão de asseverar que “não tem estimativa e não nos importamos com isso”. A média de ouvintes diários se distribui com alguma uniformidade entre as faixas, ainda que haja uma maior concentração entre 11 e 50 ouvintes diários.

A entrada promissora das rádios comunitárias no mundo virtual se figura como uma ampliação da cidadania através do exercício do direito humano à comunicação e inaugura mais

²⁵ Disponível em <http://www.telesintese.com.br/sem-padrao-digital-definido-radios-usam-internet-para-sobreviver/>. Acesso em 19.3.2014.

uma alternativa de as rádios comunitárias driblarem restrições legais através das possibilidades tecnológicas contemporâneas.

Num primeiro momento, apesar de tecnicamente simples, manter uma webrádio no ar era algo caro: é preciso pagar uma taxa mensal a um servidor de *streaming* dedicado, cujo valor depende da qualidade de transmissão e da quantidade de ouvintes simultâneos. Normalmente a emissora estabelece um teto máximo e, passado esse número, o ouvinte seguinte não consegue acessar a webrádio. Mas vale destacar que esse valor caiu expressivamente nos últimos anos, como também existem vários projetos de apoio a esse tipo de iniciativa que, no intuito de democratizar os meios alternativos de comunicação, fornecem recurso gratuitos de ‘servidor dedicado’.²⁶

Quanto às suas características, a webrádio coloca em xeque alguns dos pressupostos clássicos do veículo rádio: 1) Trata-se de um meio essencialmente desterritorializado e não massivo: o webrádio tem, potencialmente, audiência mundial e seu público tende a atender mais a uma comunidade de interesse que a uma comunidade geográfica; 2) atende um público bastante segmentado; 3) ampliação da interatividade; 4) convergência midiática; 5) permite a recepção a partir de qualquer parte do mundo, o que pode beneficiar diretamente populações migrantes ou demais comunidades de interesse fisicamente dispersas; 6) desregulamentação: enquanto que para realizar legalmente o serviço de radiodifusão sonora é necessário obter uma concessão do Estado, qualquer pessoa pode ter uma rádio pela internet, sem burocracia ou constrangimento legal. Há, como se pode observar, um eminente potencial democratizante na webrádio.

A webrádio se apresenta como uma alternativa viável para uma série de atores sociais que se sentem excluídos do cenário midiático e que encontram dificuldades para acessar legalmente as outorgas de radiodifusão – como é o caso dos imigrantes. De fato, as atuais restrições da Lei brasileira de radiodifusão comunitária dificultam seu acesso especialmente por comunidades de natureza diaspórica:

1) Lei vinculada à comunidade territorial. Como foi tratado no tópico 4, o serviço de radiodifusão comunitária no Brasil está direcionado para comunidades geográficas, o que se reforça com a limitação de 25 watts de potência e transmissão exclusivamente em FM. Isso exclui uma série de atores coletivos, como migrantes e demais comunidades de interesse que se organizam para além do território;

2) Impossibilidade de estrangeiros acederem ao espectro eletromagnético. Somente “brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos” podem ser dirigentes de rádios comunitárias. Retomando a discussão empreendida no tópico 2, sob a pretensa proteção dos interesses nacionais, tal limitação acaba por avigorar o estatuto social e político de subalternidade do migrante;

3) Obrigatoriedade do Português nas emissoras. Existem previsões sobre a veiculação de conteúdos em português nas concessões de radiodifusão (Norma de Acessibilidade e alguns contratos para a prestação do serviço entre emissoras e União), o que virtualmente impede

²⁶ É o caso do Projeto Dissonante (<http://www.dissonante.org>), uma iniciativa de estudantes e entusiastas do rádio livre da Universidade de Brasília. Surgido em 2007, trata-se de um braço de ação do Programa de Extensão Comunicação Comunitária (FAC/UnB) ainda que gerido por um coletivo que atua de forma colaborativa e voluntária. Tem como foco facilitar que rádios comunitárias, organizações sociais, grupos de ativistas etc., ou seja, coletivos acessem ao serviço de webradiodifusão.

comunidades migrantes de acederem integralmente sua língua originária nas ondas hertzianas. Há aqui toda uma discussão sobre a artificialidade da ideia de nação, reforçada pela língua;

4) Restrições de financiamento. As rádios comunitárias estão impedidas de realizar qualquer tipo de publicidade comercial, mesmo que seu retorno seja para a própria emissora (tendo em vista que, por princípio, são entidades sem fins de lucro), apenas podendo aceder apoio cultural e doações. Ora, isso atinge o calcanhar de Aquiles das comunitárias, normalmente direcionadas a grupos social, política e economicamente desfavorecidos. No caso de comunidades migrantes vemos a dificuldades de autofinanciamento para um grupo, na maioria das vezes, estigmatizado e com carências econômicas.

2.2.7 Considerações finais

Assim, tanto no âmbito acadêmico quanto associativo e da sociedade civil em geral, vislumbram-se desafios inéditos para a área de estudo da comunicação comunitária e para a própria luta pelo direito humano à comunicação. Direito que se no contexto comunitário como todo, constitui um dos elementos centrais para a organização da coletividade enquanto unidade social, no caso específico das comunidades migrantes e diaspóricas, tal prática adquire importância e valor vitais para a sobrevivência e prosperidade do grupo em suas dimensões identitárias, culturais, sociais e políticas.

Todavia, a guinada internética aqui abordada é passível de múltiplas leituras e análises. Primeiro, no plano teórico, há de se atentar ao fato de que, conforme já assinalado, o caráter virtual das webrádios coloca em xeque toda a literatura consensual sobre a suposta primazia do elemento espacial e territorial enquanto condição *sine qua non* para a existência e sobrevivência das comunidades e o sucesso de seus sistemas de comunicação. Ao mesmo tempo em que se tem que reconhecer que esse estatuto ‘a-espacial’ ou ‘supralocal’ do novo médium (suporte e linguagem confundidos) corresponde melhor à natureza diaspórica, transnacional e multiterritorial das comunidades migrantes.

Sem esquecer que a virtualização das rádios comunitárias permite driblar as restrições impostas às rádios hertzianas, as dificuldades abusivas de ordem burocrática para a obtenção do direito de emitir e as incertezas do futuro da radiofonia digital no Brasil. A webradiofonia permite às comunidades migrantes romper as limitações físicas e técnicas que impedem o alcance necessário para seus membros geograficamente dispersos, no afã de conectá-los e sincronizar a sua atenção coletiva em torno dos mesmos discursos sociais, culturais e políticos. O que viabiliza uma maior mobilização dessas comunidades, tanto no plano local como transnacional, para a conquista de direitos sociais e políticos e, numa perspectiva mais ampla e mais longa, a efetivação da tão sonhada cidadania universal.

Por outro lado, observa-se que, muitas vezes, as webrádios comunitárias, sejam elas diaspóricas ou não, são o fruto de iniciativas pessoais de indivíduos ou grupos isolados, e não, como é geralmente o caso nas rádios comunitárias tradicionais, a consequência de decisões institucionais tomadas por instâncias legais e juridicamente representativas. Fato que, a nosso ver, não deve ser interpretado enquanto indicador de declínio ou enfraquecimento do espírito comunitário, mas sim como reflexo do potencial de autonomização (*empowerment*) política e social do sujeito comunicante inserido no atual ambiente tecnológico, marcadamente rizomático e distribuído em rede ou rede de redes. Para os estudos de comunicação comunitária apresenta-se o

desafio de dar conta de objetos novos ao escopo inicial de seus estudos: manter a perspectiva crítica, mas aberta para iniciativas pontuais e inovadoras, porém de viés cidadão. Para tal, vemos a necessidade de buscar novos e renovar antigos marcos conceituais para dar conta desse novo ambiente.

É preciso, ainda, reconhecer que a própria prática midiática e comunicativa relativa ao atual contexto tecnossocial não parece priorizar as funções sobre as funcionalidades, mas sim optar por estratégias plurais e híbridas, nas quais o suporte se dilui na finalidade comunicativa e social (ElHajji, 2013). Assim, muitos dos migrantes, entrevistados em investigações empíricas realizadas pelo grupo de pesquisa ‘diaspotics.org’, deixam claro que todos os aplicativos dos quais eles dispõem são usados quase que paralelamente, dependendo da tendência do momento, da disponibilidade ou da escolha da maioria da comunidade.

As tecnologias não seriam adotadas de modo singular e isolado, mas sim apropriadas enquanto parte de uma ecologia cognitiva maior, constituída pelo conjunto das redes sociais e a ‘tecnosfera’ que as engloba. Ou seja, os imigrantes fazem usos comunitários de toda uma gama de aplicações e recursos midiáticos disponíveis na rede – mesmo que a finalidade inicial desses não tenha vocação comunitária. Assim, tanto a produção midiática propriamente comunitária do grupo (blogs, páginas pessoais, perfis no *Facebook*, grupos no *Whatsapp*, *Skype*, *Viber*, *Imo*, etc....) como a mídia do país de origem (imprensa, rádios e TV) disponível online e a mídia comunitária das ‘comunidades irmãs’ espalhadas pelo mundo acabam constituindo um mesmo continuum conteduístico ético e estético em contínua circulação e reinterpretação entre os membros da comunidade.

A essa diversidade dos usos e reapropriações das tecnologias de comunicação pelo público migrante corresponde uma notável pluralidade dos modos de organização, apresentação e funcionamento das webrádios – devido à mutabilidade desses meios e sua predisposição à experimentação e inovação. Na verdade, conforme constatamos em nossa pesquisa em curso, não é fácil isolar a atividade webradiofônica do conjunto das ações internéticas empreitadas pelos imigrantes e comunidades diaspóricas em seu trabalho de construção de uma identidade cultural e política local / transnacional. Todavia, acreditamos que seja interessante concluir esse nosso percurso analítico com alguns exemplos de webrádios pelo mundo; não no sentido de exaurir a totalidade de possibilidades oferecidas pelas TICs nesse registro ou de definir algum padrão normativo, mas, antes, ilustrar a pluralidade acima referida.

Um desses exemplos é o da webrádio ‘Migrantes’ (www2.redesul.am.br/rsradios/index.php). Voltada para o “brasileiro e que está morando fora de sua querida Pátria”, a webrádio pertence ao Centro Scalabrino de Comunicação, do Seminário São Carlos na cidade de Guaporé (RS) e faz parte da Rede Sul de Rádio, que engloba uma dezena de emissoras do interior do Rio Grande do Sul. Ainda que institucionalmente vinculado a uma organização religiosa e sem abertura formal à participação direta de membros da comunidade, tal espaço virtual tem servido como canal de informação para migrantes, a partir de uma perspectiva social, cultural e de direitos. Sua gênese católica remete à origem de muitas das rádios comunitárias latino-americanas, surgidas a partir de iniciativas de uma ala mais progressista da Igreja e gradativamente apropriadas por suas comunidades para fins de mobilização social e luta pela cidadania.

A rádio, inaugurada em 2009, é presente em diversas plataformas tais como a página do Centro Scalabrino, redes católicas, sites parceiros e Facebook. Além de sua programação diária em português e espanhol, a webrádio também disponibiliza banco de imagens, agenda de eventos e programas informativos em podcast. Seu conteúdo, tanto sonoro como imagético e textual, é voltado para os direitos políticos e sociais dos migrantes, os direitos humanos em geral, a defesa do meio ambiente e o reforço da identidade brasileira – conforme informa a própria página da rádio.

A ‘Voz do Haiti’, nosso segundo exemplo, interessa justamente pelo fato de não ser exatamente uma webrádio, mas, antes, um programa de rádio voltado para a comunidade haitiana recém estabelecida no Brasil. Produto de uma parceria com a ONG ‘Viva Rio’, o programa integra a grade da ‘Rádio Viva Rio’ – trazendo, num estilo dinâmico, interativo e multilíngue, “informação, cultura, música, tecnologia e as últimas notícias do país caribenho”. Motivo pelo qual o caso nos parece uma boa ilustração de nossa premissa relativa à ‘diluição’ da webradiofonia num quadro maior de plataformas e aplicativos, onde as funções precedem as funcionalidades.

Assim, o mais importante dessa experiência é a articulação do ‘Voz do Haiti’ com o conjunto de ações promovidas pela entidade através do site ‘Haiti Aqui’ (<http://haitiaqui.com/br/>), cuja missão principal é “facilitar a integração dos imigrantes haitianos à sociedade brasileira”, oferecendo “informações sobre processos administrativos, oportunidades de empregos, cursos de capacitação, mapa com endereços úteis para o imigrantes e atendimento online”. Fica evidente, portanto, a natureza local e comunitária da iniciativa, na medida em que busca efetivar um espaço de identificação, reconhecimento e autonomização dos imigrantes haitianos – não em separado, mas juntamente com a sociedade civil carioca.

Já nosso terceiro caso, ‘Allo Dakar’ (<http://www.allodakar.com/>), representa um modelo composto que foca tanto a vida social, cultural e política no Senegal como assuntos de interesse da diáspora senegalesa pelo mundo. Paralelamente à parte textual do site, organizada em editoriais e seções, ‘Allo Dakar’ oferece a programação de sua rádio ao vivo, programas de áudio em *podcast* e a webrádio ‘Banc Diakhlé Immigrés Yì’ voltada principalmente para os emigrados senegaleses.

A página, que também contém links de várias webrádios de comunidades senegalesas em diversas localidades pelo mundo, é um exemplo desse consumo híbrido das mídias internetica pelo público. Os imigrantes senegaleses, por nós entrevistados, deixaram claro que este uso não primava pela fidelidade ou exclusividade, mas dependia da oportunidade e do meio disponível.

Por fim, nosso último exemplo pode ser considerado uma das raras e mais antigas webrádios multicomunitárias, multiculturais / interculturais, multiétnicas e multilíngues do mundo. Antes de se espelhar na web no final dos anos 90, a ‘Rádio Centre-Ville’ (RCV) já era, desde 1972, uma das primeiras rádios multicomunitárias do Canadá e a primeira e ainda única da parte francófona do país norte-americano. ‘RCV’ (<http://radiocentreville.com/>) emite em oito línguas: inglês, espanhol, grego, creole haitiano, mandarim, cantonês, português e francês; sendo esse último idioma usado na programação de muitas das comunidades étnicas tanto francófonas como ‘alófonas’ de Montreal.

Apoiada por mais de 350 voluntários e financiada benevolmente por organismos associativos, a rádio voltada em primeiro lugar para as comunidades de migrantes residentes de Montreal, se propõe como missão a promoção da “livre circulação das ideias, dando voz aos sem voz e aos esquecidos da mídia de massa”, no afã de enriquecer a vida social e cultural de Montreal, contribuir para o diálogo entre as comunidades que compõem o mosaico migratório da cidade e

sua integração social e cultural, e lutar contra todas as formas de discriminação e injustiça social. Seu grande trunfo é conseguir juntar todas as comunidades de imigrantes no mesmo espaço virtual e radiofônico, permitindo uma sinergia criativa e cidadã, não apenas formalmente multicultural, mas verdadeiramente intercultural.

Eis alguns exemplos da flexibilidade, dinamismo e vivacidade do mundo webradiofônico e, principalmente, sua absoluta adequação ao modo de organização e comunicação das comunidades migrantes e diaspóricas. Porém, em conclusão do presente estudo, não podemos deixar de relativizar os benefícios das novas tecnologias tanto para os comunicadores populares das rádios comunitárias quanto para suas comunidades alvo.

No caso das webrádios, conforme aponta Lawrie Hallet (2011), a sua universalização continua longe de se tornar uma realidade para todos, tendo em vista o alto custo de acesso das webrádios pelo celular, a insuficiência da largura da banda e as limitações técnicas em geral nas regiões periféricas – destino natural das comunidades migrantes ainda em situação econômica e social precária. Janey Gordon, outra estudiosa das rádios comunitárias, alertou, em entrevista aos autores, sobre alguns desses empecilhos, tais como a restrição de audiência (quanto maior o sucesso da webrádio, mais cara fica sua manutenção) e os gastos com direitos autorais. Sua principal preocupação, todavia, diz respeito à questão de segurança tanto dos comunicadores como dos ouvintes e usuários, já que a difusão online permite não apenas saber o número exato de ouvintes em tempo real, mas, pior ainda, localizar cada ouvinte através do dispositivo usado para acessar a webrádio. Em tempos de intolerância galopante e crescente desconfiança para com os estrangeiros, a apreensão é mais do que justificada.

Bibliografia / Bibliografía / Bibliographie / References

Appadurai, A. (2009). *O medo ao pequeno número. Ensaio sobre a geografia da raiva*. São Paulo: Illuminuras: Itau Cultural.

Artigo 19; Associação Mundial de Rádios Comunitárias – Amarc Brasil; Movimento Nacional de Rádios Comunitárias (2013). *Situação das rádios comunitárias no Brasil*. Documento apresentado à Audiência Temática na Corte Interamericana de Direitos Humanos – OEA, 11 de março de 2013, Washington, EUA. Disponível em: <http://artigo19.org/wp-content/uploads/2013/03/CIDH-RadCom-Documento-final-3.pdf>. Acesso em: 06.03.2015.

Costa, M. S. R.; Hermann Junior, W. (2002) Rádios Livres, rádios comunitárias, outras formas de fazer rádio e política. *Revista Lugar Comum*, Rio de Janeiro (17), Mai – Out, 97-107.

ElHajji, M. (2012) Mapas subjetivos de um mundo em movimento: migrações, mídia étnica e identidades transnacionais. In Maia, J.; Helal, Carla (orgs.). *Comunicação, arte e cultura na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UERJ, 215-238.

_____. (2013) Les radios communautaires à l'ère des nouvelles technologies: de l'impératif e se réinventer pour perdurer. *Les Enjeux de l'information et de la communication*, (14), 73-83.

Gordon, J. (ed.) (2012). *Community Radio in the Twenty-First Century*. London: Peter Lang.

- Guattari, F. (1992). *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Ed. 34.
- Hallet, L. (2011) How 'New Technologies' impact Community Radio. In OLIVEIRA, Madalena; PORTELA, Pedro; SANTOS, Luís Antônio (Eds.). *Radio Evolution: Conference Proceedings* (39-47). Braga: Universidade do Minho.
- Kischinhevsky, M. (2007) *O rádio sem onda: convergência digital e novos desafios na radiodifusão*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais.
- Kristeva, J. (1994) *Estrangeiros para nós mesmos*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Lefebvre, H. (1974) *La production de l'espace*. Paris: Ed anthropos.
- Malerba, J. P. (2016) *Rádios comunitárias no limite: crise na Política e disputa pelo Comum na era da convergência midiática*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- _____. (2012) Rádios comunitárias: panorama da situação legal na América Sul. *Observatório da Imprensa*, edição 712 de 17/09/2012.
- Disponível em:
http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed712_panorama_da_situacao_1_egal_na_america_sul. Acesso em: 19.7.2014.
- _____. (2006) *Rádios Comunitárias: ampliando o poder de ação*. Monografia de final de curso. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Mezzadra, S. (2012) Multidão e Migrações: a autonomia dos migrantes. *Eco-pós, Revista do Programa de Pós-graduação da escola de comunicação da UFRJ*, (2).
- OIM (2009) *Glossário sobre migração*. Genebra: Editora Organização Internacional para as Migrações.
- Paiva, R. (1998) *O Espírito Comum: comunidade, mídia e globalismo*. Petrópolis: Vozes.
- _____; Barbalho, A. (orgs.). (2005) *Comunicação e cultura das minorias*. S. Paulo: Paulus.
- Peruzzo, C. (2005) Rádio Comunitária na Internet: apoderamento social das tecnologias. In *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 28, 2005. Rio de Janeiro. Anais... São Paulo: Intercom. CD-ROM.
- ____ et alii, (Orgs.). (2002) *Comunicación y movimientos populares: ¿cuales redes?* São Leopoldo: UNISINOS.
- Prado, M. (2008) *Audiocast nooradio – redes colaborativas de conhecimento*. Trabalho apresentado no NP Rádio e Mídias Sonoras do Intercom – VIII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação, do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2008.
- Sayad, A. (1998) *Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp.

Simmel, G. (2005) O estrangeiro. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*. Disponível em: <http://paginas.cchla.ufpb.br/grem/SIMMEL.O%20estrangeiro.Trad.Koury.rbsedez05.pdf>. Acessado em: 26/08/2015.

Scopisi, C. (2009) Les sites web diasporiques: un nouveau genre médiatique? In MATTELART, Tristan (Eds.). *TIC & DIASPORAS. Revista Tic & Societé*, 3 (1-2). DOI: 10.4000/ticetsociete.640

Soares, G. F. S. (2004) Os direitos humanos e a proteção dos estrangeiros. *Revista de Informação Legislativa*, 41, (162), Brasília: Senado Federal, abr.-jun.

Sodré, M. (2005) Prefácio. In Paiva, R.; Barbalho, A. (Eds.). *Comunicação e Cultura das Minorias*. São Paulo: Paulus.

William, A. (2013). *Rádio Digital: padrão será escolhido no Brasil em 2013?* Disponível em: <http://amarcbrasil.org/radio-digital-padrao-sera-escolhido-no-brasil-em-2013/>. Acesso em 07.03.2015.

2.3 Geopolítica cultural: a identidade lusófona nos jornais de Língua Portuguesa de Macau²⁷

Camila Escudero²⁸

Resumo

A imprensa de língua estrangeira se desenvolveu em praticamente todos os países, especialmente nos territórios marcados por processos intensos e efetivos de colonização e/ou migração. Assim, o presente trabalho propõe verificar se jornais de Língua Portuguesa que circulam em Macau podem favorecer a identidade lusófona e de que maneira isso aparece nesses veículos. Fazendo uso de uma abordagem qualitativa, a técnica de pesquisa proposta é a análise de conteúdo de dois semanários: *O Clarim* e *Plataforma de Macau*. Entre os principais resultados, destaca-se que ambos os títulos revelaram um favorecimento da identidade lusófona, que não deixa de remeter ao reforço de hábitos, costumes e tradições relacionado a uma ideia de origem comum e sustentado por meio de práticas transnacionais e interculturais frutos de um modelo de organização social do planeta criado a partir de relações de poder ancoradas em processos históricos.

Palavras-Chave: Imprensa de língua estrangeira; Identidades; Lusofonia.

Geopolítica cultural: identidad de habla portuguesa en los periódicos de lengua portuguesa de Macao

Resumen

La prensa de idioma extranjero se desarrolló prácticamente en todos los países, especialmente en los territorios marcados por procesos intensos y efectivos de colonización y/o migración. Así, el presente trabajo propone verificar si los periódicos del idioma portugués que circulan en Macau pueden favorecer a la identidad lusófona y de qué forma eso aparece en esos medios. Haciendo uso de un enfoque cualitativo, la técnica de investigación propuesta es el análisis de contenido de dos semanarios: *O Clarim* y *Plataforma de Macau*. Entre los principales resultados, se destaca que ambos títulos favorecieron la identidad lusófona, que no deja de remitir al refuerzo de hábitos, costumbres y tradiciones relacionados con una idea de origen común, sustentado a través de

²⁷ Pesquisa realizada com o apoio financeiro do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro e Instituto Internacional de Macau – IIM. Rio de Janeiro, jan-dez de 2017. Cultural geopolitics: the lusophony identity at Macau Portuguese language newspapers.

²⁸ Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo. Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: camilaescudero@uol.com.br

prácticas transnacionales e interculturales fruto de un modelo de organización social del planeta creado a partir de relaciones de poder ancladas en procesos históricos.

Palabras Clave: Prensa de idioma extranjero; Identidades; Lusofonía.

Géopolitique culturelle : l'identité lusophone dans les journaux de langue portugaise à Macao

Résumé

La presse en langue étrangère s'est développée dans pratiquement tous les pays, en particulier sur les territoires marqués par des processus de colonisation et/ou de migration intense et efficace. Le présent ouvrage propose donc de vérifier si les journaux de langue portugaise circulant à Macao peuvent favoriser l'identité de langue portugaise et comment celle-ci apparaît dans ces véhicules. En utilisant une approche qualitative, la technique de recherche proposée consiste à analyser le contenu de deux hebdomadaires : Clarim e Plataforma de Macau. Parmi les principaux résultats, il convient de noter que les deux titres ont montré une préférence pour l'identité de langue portugaise, qui ne manque pas de mentionner le renforcement des habitudes, coutumes et traditions liées à une idée d'origine commune et soutenues par des pratiques transnationales et interculturelles. Elles proviennent d'un modèle d'organisation sociale de la planète créé à partir des relations de pouvoir ancrées dans des processus historiques.

Mots-clés : Presse en langue étrangère ; Identités ; Lusophonie.

Cultural geopolitics: the lusophony identity at Macau portuguese language newspapers

Abstract

The foreign language press has developed in practically all countries, especially in territories marked by intense and effective colonization and/or migration processes. Thus, the present paper proposes to verify if Portuguese-language newspapers circulating in Macao nowadays can favor the Portuguese-speaking identity and how this appears in these vehicles. Using a qualitative approach, the proposed research technique is the content analysis of two weekly newspapers: *Clarim e Plataforma de Macau*. Among the main results, we highlight that both titles showed a favoring of the Portuguese-speaking identity, which does not fail to refer to the reinforcement of habits, customs and traditions related to an idea of common origin and sustained by transnational and intercultural practices as result of a model of social organization of the planet created from power relations anchored in historical processes.

Keywords: Foreign language press; Identities; Lusophony.

2.3.1 Introdução

“Minha Pátria é a Língua Portuguesa”

Fernando Pessoa

Foi no século XVI – período das grandes navegações europeias – que Portugal, a exemplo do que fez com o Brasil e outros países africanos, colonizou Macau. Na época, o território chinês se tornou um importante entreposto comercial entre China, Europa e Japão, ou uma ponte de negócios entre o Oriente e o Ocidente. Séculos depois, precisamente em 1887, foi assinado o *Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português*, pelo qual o governo da China reconhecia, oficialmente, a soberania e ocupação perpétua portuguesa da localidade. No final do último milênio, porém, após intensas negociações entre Portugal e a República Popular da China, os dois países acordaram, no dia 20 de dezembro de 1999, que Macau voltaria para a soberania chinesa.

Hoje, a denominada Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) ocupa uma área de 30,3 km² da China e tem uma população estimada em 640 mil habitantes. Apesar dos números modestos, a intensa movimentação geopolítica em torno desse território ao longo do tempo não poderia ter outro resultado: uma diversidade peculiar, plural e híbrida das identidades sociais a partir do convívio de culturas diferentes – estabelecidas a partir da ideia de Estado-nação.

Tais identidades se encontram materializadas em diversos aspectos: hábitos e costumes, arquitetura, religião, tradições etc. Neste trabalho, focaremos na questão do idioma. São duas línguas oficiais na RAEM: o Mandarim e o Português. Outras quatro línguas fazem parte do dia a dia da população: o Cantoense (dialeto da província de Cantão falado por 83,3% da população de Macau), o Putonghua (língua falada pela grande maioria da população chinesa), o Inglês (utilizado por 21% das pessoas em Macau) e o Filipino.

A comunidade de falantes da Língua Portuguesa na RAEM representa 0,6% do total populacional (Censo 2011). Estima-se que, em números absolutos, cerca de dez mil pessoas falam ou entendam Português no território, o que garante sua participação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que reúne Portugal e suas ex-colônias em torno de uma identidade reconhecida como lusofonia.

Por conta de todo esse contexto, são identificados no território diversos veículos de comunicação em Português, que acabam por integrar a chamada imprensa de língua estrangeira. Esse tipo de mídia costuma ser conhecida por estabelecer um canal próprio de comunicação entre os falantes de um mesmo idioma num território externo ao de origem, bem como garantir a manutenção das identidades culturais e sociais do grupo por meio da língua. Seu conteúdo acaba por transmitir valores estabelecidos por determinado grupo, permitindo um contato de seus leitores com um conjunto de normas, comportamento e ideias organicamente sistematizados, num processo de integração, pertencimento e reconhecimento.

Os primeiros jornais em Português nasceram em Macau no início do século XIX e se estima que, só entre 1822 e 1930, tenham circulado no território 51 títulos (Costa, s./d.). Desde

2000, há três jornais diários: *Ponto Final*, *Tribuna de Macau* e *Hoje Macau* e três revistas mensais: *Revista Macau*, *Revista de Cultura*, produzida pelo Instituto Cultural de Macau, e *Administração – Revista de Administração Pública de Macau*, publicada pela Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública (Encarnação, 2008). Há ainda os semanários *O Clarim*, de propriedade da diocese de Macau, e, desde 2014, o *Plataforma Macau*, bilingue Português e Chinês – ambos que constituem nosso *corpus* de pesquisa.

Cientes do papel da imprensa como contribuinte da compreensão da sociedade surge o seguinte problema: os jornais escritos em Língua Portuguesa que circulam na RAEM podem favorecer a identidade lusófona? De que maneira isso aparece nas páginas desses veículos?

Utilizando como recursos teórico-metodológicos conceitos como interculturalismo e transnacionalismo, propomos uma análise de conteúdo de abordagem qualitativa (Krippendorf, 1990; Bardin, 1977) baseada em categorias e subcategorias de análise, além de pesquisa bibliográfica (Stumpf, 2011). O *corpus* da nossa pesquisa foi composto pelos dois títulos: *O Clarim* e *Plataforma de Macau*, em uma amostra construída de quatro edições publicadas de 2014 a 2017, totalizando oito edições que somaram 224 páginas e 102 textos jornalísticos (na verdade, nossa unidade de registro).

O Clarim é um jornal impresso de propriedade da Diocese de Macau, publicado semanalmente (todas às sextas-feiras), em três idiomas: Português, Inglês e Mandarim. A primeira edição circulou no dia 2 de Maio de 1948²⁹ e, atualmente, é considerado a mais antiga publicação em Português com circulação regular em Macau. Já *Plataforma Macau* surgiu em 16 de maio de 2014. É um semanário bilingue, escrito em Mandarim e Português, que circula em Macau, todas as sextas-feiras.

2.3.2 Macau e a Lusofonia

Portugal, o Brasil, a África e a Índia Portuguesas, a Madeira, os Açores e Cabo Verde constituem hoje uma unidade de sentimento e cultura. Isso sem sacrifício, é claro, das diferenças nacionais ou regionais de organização política e de especialização econômica; e sem darmos à palavra ‘sentimento’ um significado absoluto, à parte da experiência social dos homens (Freire, p. 25, 2010).

A Lusofonia, a princípio, é um termo utilizado para designar um conjunto de países geograficamente distantes, mas identificado pela presença da Língua Portuguesa (em suas variantes diatópicas e diastráticas). É a identidade que rege, por exemplo, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) – constituída por Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Etmologicamente, lusofonia resulta da conjugação de duas palavras: *luso*, sinônimo de lusitano ou português; e *fonía*, de origem grega se refere à língua oral. Vários autores já a discutiram com relevante profundidade. É o caso de Brigagão (1996), Costa e Varela (2009); Cristóvão (2002; 2008), Medeiros (2006), entre muitos outros. Neste trabalho, adotaremos a definição de Rocha-Trindade (1998, p. 41):

²⁹ Fonte: <http://www.oclarim.com.mo>. Acesso em 10 out. 2017.

Compreende os falantes da língua, seja ela materna, oficial ou estrangeira; os espaços onde se situam e, por extensão, os eventualmente não lusófonos que os habitem; os países soberanos onde essa língua é predominante e, bem assim, as comunidades minoritárias que se reclamam do Português ou da correspondente cultura, ou de uma ancestralidade, conhecida ou simplesmente provável, que com Portugal esteja relacionada.

Na prática, porém, podemos afirmar que lusofonia é um conceito polissêmico, interdisciplinar e presumivelmente pós-colonial, que leva igualmente em conta aspectos psicossociais extremamente relevantes, de ordem:

- Geopolítica: engloba um conjunto de países e de povos cuja língua materna, corrente ou oficial, é o Português.
- Linguística: a prática do Português, falado e escrito, suas regras gramaticais, ortográficas, seus autores e suas variações contextuais, porém, geridas coletivamente com vistas à guarda e promoção.
- Ideológica: o cerceamento da diversidade cultural e social das histórias de desenvolvimento das ex-colônias portuguesas, remetendo-as à imagem de submissão ao “grande império português” e reforçando a violência das relações históricas entre Portugal e os países colonizados.
- Identitárias: um elemento aglutinador baseado em um mesmo passado de colonização portuguesa e que partilha características históricas, culturais e linguísticas semelhantes.

No caso da aproximação entre Macau (e China, em geral) e países lusófonos, questiona-se se ocorre por um sentimento de pertencimento e compartilhamento de uma identidade comum ou como simples consequência de um contexto comercial, orientado pela política externa chinesa que prioriza aspectos econômicos.

A história da Língua Portuguesa em Macau e nas demais regiões colonizadas por Portugal se confunde com a própria história da expansão ultramarina no século XV e com o papel da igreja católica na Europa da época. Além de promover a difusão da religião e a catequização dos nativos, a ordem dos jesuítas, especialmente, foi responsável pelo ensino da Língua Portuguesa nas regiões sob o domínio luso. Caniato (2004, p. 129) ressalta que “também os capuchinhos, os agostinhos, os dominicanos e as clarissas tiveram estabelecimentos escolares em Macau, tendo contribuído, como os jesuítas, para a educação e a divulgação da cultura portuguesa”.

De acordo com Batalha (1995), não há documentos escritos registrando o Português falado nos primeiros séculos de colonização; porém, pode-se afirmar que os chineses de Macau deste período expressavam-se por meio do crioulo patuá. Com o intuito de facilitar a comunicação com o Português europeu, eles assimilaram alguns vocábulos e estruturas da Língua Portuguesa ao Mandarim, dando origem ao Patuá.

Por conta da pequena área territorial de Macau e o pouco número de habitantes, o contato geográfico muito mais próximo com a realidade oriental da China, a decadência do império Português e a perda das ex-colônias, o imbrólio político e diplomático pela disputa do território,

a chegada de levas de imigrantes de outras nacionalidades – especialmente das Filipinas – e uma série de outros fatores, o Português de Macau não se desenvolveu, a exemplo de países como o Brasil, Angola, Moçambique etc.

Dessa maneira, apesar de ser considerado o idioma oficial do país, ao lado do Mandarim, o uso da Língua Portuguesa na RAEM, atualmente, está muito mais atrelado ao passado histórico e à ideia de se ativar e reviver o infinito conjunto de significados que estão embutidos em sistemas referenciais e culturais, do que a uma necessidade real dos habitantes (Espadinha e Silva, 2009; Água-Mel, 2012; Tateishi e Brito, 2011; Martins, s.d.).

2.3.3 Transnacionlismo e interculturalismo como recursos simbólicos aplicados

Considerando a multiplicidade de identidades, redes e organizações fluidas e constituídas dentro de uma relação espaço e tempo – abordagens que propõem, cada uma com suas particularidades, uma definição alternativa para unidades de análises gerais estabelecidas com a finalidade de pensar sobre entidades territorializadas e desterritorializadas, bem como nacionalizadas e cosmopolitas ao mesmo tempo – utilizamos, neste trabalho, especificamente, a proposta de Schiller, Basch e Blanc-Szanton (1992) e Vertovec (2009) sobre transnacionalismo e o conceito de interculturalismo, de Canclini (2005). Acreditamos que ambas dão uma base sólida para a redefinição e reinterpretação dos múltiplos laços e interações entre pessoas e instituições através das fronteiras dos estados-nação.

Segundo Schiller, Basch e Blanc-Szanton (1992), entende-se que o transnacionalismo é o processo pelo qual é construído um campo social que une múltiplas relações – históricas, familiares, econômicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas – para além das fronteiras físicas do conceito de Estado-nação. Ou ainda: ações e decisões capazes de desenvolver identidades a partir das quais se forma uma rede de conexão que abrange dois ou mais territórios.

De acordo com Vertovec (2009), desde o início dos anos 1990, a perspectiva transnacional tem sido usada como uma ferramenta de análise para tornar visível o aumento e a intensidade de fluxos de pessoas, bens, informações e símbolos desencadeados por processos migratórios. Afirmamos que o termo transnacionalismo permitiu a construção de um quadro conceitual que envolveu as relações sociais, culturais, políticas e econômicas dos países e suas populações num contexto global e em um campo social.

De abordagem interacionista, a perspectiva interculturalista também evidencia os modos de organização de múltiplos laços e interações entre pessoas e instituições através das fronteiras dos estados-nação, porém, privilegiando aspectos culturais dos sujeitos envolvidos em um quadro histórico e geopolítico amplo, marcado, nos nossos dias, pela aceleração dos fluxos informacionais e comunicacionais. “As pesquisas [interculturais] concentraram-se em delinear a gênese e reprodução das formações sociais transnacionais, bem como os contextos macrosociais específicos em que essas formações sociais transfronteiriças têm operado” (Faist, 2010, p. 9 – Tradução nossa).

Assim, são reveladas estruturas não-fixas de indivíduos e grupos originários de diferentes tipos de sociedades (rural ou urbana, agrária ou industrial, central ou periférica etc.) com distintas tradições (hábitos, costumes), religiões e instituições políticas.

Os modos de organização e ação das comunidades incluídas em mais de um quadro social nacional estático, com referências culturais, territoriais e/ou linguísticas originais comuns entre eles através de redes sociais transnacionais (reais ou virtuais) veiculam discursos de solidariedade e/ou de identificação, além das fronteiras formais de seus respectivos países de acolhimento. (ElHajji, 2012, p. 89 – Tradução nossa).

Neste contexto, o interculturalismo surge como um recurso simbólico – meio pelo qual damos sentido a práticas e relações sociais contemporâneas. O reconhecimento do “outro” (alteridade) possibilita que relações de contato e troca cultural se efetivem em grupos diferentes para que, justamente, esses possam se reelaborar, garantindo assim sua inserção em um mundo acelerado pela lógica da globalização.

A ideia de interculturalidade, de acordo com Canclini (2005), remete à mistura de sujeitos e sociedades, ou seja, ao que acontece quando as diferenças se encontram, convivendo em situações de negociações e trocas recíprocas. Tal situação ganha relevância não só dentro de uma etnia ou nação, mas em “circuitos globais, superando fronteiras, tornando porosas as barreiras nacionais ou étnicas e fazendo com que cada grupo possa abastecer-se de repertórios culturais diferentes (Canclini, 2005, p. 43)”, em uma reelaboração intercultural do sentido de práticas subjetivas e culturais.

2.3.4 A lusofonia no conteúdo

O fato de um dos jornais analisados (*O Clarim*) ser católico e de ambos os títulos serem escritos em Português já são categorias indicativas do reconhecimento dos aspectos psicossociais que implicam a lusofonia (geopolítico, linguística, ideológica e identitária). Entretanto, a análise de conteúdo nos mostrou algumas particularidades dessas características.

Quantitativamente, o conceito de lusofonia aparece no conteúdo dos dois veículos. Identificamos o que classificamos como “elemento lusófono” em 29 textos de *O Clarim* e 14 textos de *Plataforma Macau*, contra um total de 91 e 111 textos analisados, respectivamente. Eles compõem os mais variados tipos, independentemente do Gênero, Fonte, Tema e Lugar, descritos acima.

Já entrando numa abordagem mais qualitativa, a descrição desses “elementos lusófonos” encontrados foram: “Língua Portuguesa e CPLP”, que remete ao aspecto linguístico da lusofonia; “Macau”, que reflete o aspecto geopolítico; e “Catolicismo”, “Personagens históricos”, “Navegações e Descobrimento” e “Saudades e Despedida”, sobre o aspecto identitário da lusofonia.

Fundamental na união e representação da comunidade de leitores de ambos os jornais, o elemento lusófono que classificamos como “Língua Portuguesa e CPLP” – entendida nesse trabalho por meio do aspecto linguístico do conceito de lusofonia – é a “ferramenta” não só para se produzir o jornal, mas personagem do conteúdo. É utilizada, com frequência, para evocar a identificação dos envolvidos, a partilha de experiências e a importância do idioma no mundo.

Outro ponto com relação à Língua Portuguesa é o fato de não termos identificado, em nenhum dos dois títulos, palavras diferentes ou pouco usuais ao Português do Brasil, ou sequer termos com significados desconhecidos, que pudessem indicar certo regionalismo da Língua

Portuguesa praticada em Macau. Uma hipótese para esse cenário é que, no caso de *Plataforma Macau*, por exemplo, o jornal circula também em Lisboa; outra é que, como os dois veículos estão disponíveis na internet, o Português utilizado segue normas da linguagem culta ou formal, para acesso de todos, especialmente, leitores-membros da CPLP.

Notam-se apenas pequenas diferenças na grafia de algumas poucas palavras com relação ao Português do Brasil, como “quilómetros”, “objetivo” e “facto” ou variações na composição gramatical das frases, próxima ao Português de Portugal: “Campeonato arranca a 13 de setembro” (*O Clarim*, 05/09/2014, p.11); “o jornalista pergunta-lhe se está a brincar” (*Plataforma Macau*, 03/10/2015, p.32); e “O mercado em Macau está a estabilizar, estamos a ver isso” (*Plataforma Macau*, 20/05/2016, p.23).

Na sequência, e atrelada a essa defesa da Língua Portuguesa, a CPLP também é referenciada em vários textos.

O cargo de secretário-geral adjunto, em representação dos CPLP, é assumido em regime de rotatividade. Até ao momento, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e Moçambique cumpriram essas funções, seguindo-se Portugal e Timor-Leste (*O Clarim*, 03/03/2017, p. 4).

O Centro de Formação do Fórum de Macau iniciou esta semana um colóquio sobre a gestão do turismo, convenções e exposições, que conta com 27 participações de países de língua portuguesa (*Plataforma Macau*, 23/05/2014, p. 13).

Além do aspecto linguístico da lusofonia, o aspecto identitário é o que mais aparece no conteúdo. Trata-se do que classificamos como elementos lusófonos, que remetem a uma história comum, de identificação, pertencimento, reconhecimento e proximidade. Um deles é o que reunimos na classificação “Navegações e Descobrimento”. Resquício do período das grandes expedições marítimas, descobertas e colonizações, esse imaginário, real ou simbólico, destaca os conquistadores, aventureiros, desbravadores nas páginas de *O Clarim*, conforme os trechos abaixo – o primeiro de uma notícia sobre a visita do cônsul honorário de Portugal a Omã; e o segundo sobre uma visita do autor do texto ao Museu Nacional de Mascate.

Portugal também era um país pequeno durante os Descobrimentos, no tempo de Vasco da Gama, e conseguiu descobrir o mundo inteiro. Com as tecnologias e a facilidade em viajar, não há razão para que a marca ‘Portugal’ não seja conhecida, muito menos os portugueses, o próprio país ou as marcas portuguesas (*O Clarim*, 09/09/2016, p. 2).

Seja por conta de toda a influência católica em Portugal – que acabou sendo transmitida às ex-colônias –, seja pelo fato de o Brasil ser o maior país católico do mundo, constata-se, obviamente, pela linha editorial de *O Clarim*, que a religião é considerada outro elemento da identidade lusófona de grande importância, que denominamos “Catolicismo”. Citações de Nossa Senhora de Fátima são registradas com frequência no conteúdo do jornal e até quem não pertence – seguindo o critério nacionalidade – à lusofonia, passa a ser caracterizado assim pelo contexto. É o caso da reportagem que noticiou a viagem do Papa Francisco ao Brasil, em 2013, um argentino que vive na Itália, mas que virou “Francisco lusófono” ou, no mesmo texto, o Sri Lanka, onde o Português é falado em pequenas comunidades.

Personalidades da história e da literatura de Portugal, os grandes navegadores e reis também foram agrupados em outro elemento lusófono, relacionado ao aspecto da identidade, que denominamos “Personagens”. Alguns exemplos: D. Manuel, Fernão Dias, Rei D. João IV, Luís Vaz de Camões, Fernando Pessoa etc.

Costuma-se dizer que o português sente saudades de tudo, até mesmo daquilo que não foi, e que a palavra saudade só existe na Língua Portuguesa. Este imaginário social está intimamente ligado ao espírito aventureiro que remete ao período das grandes navegações. Segundo Sciaretta (1994, p. 162), a saudade é uma manifestação construída sobre a grandiosidade do Império Colonial, “um passado vivo na memória de um povo que sofre sua decadência”. Semelhante opinião compartilha Pascal (2005, p. 86), para quem a saudade é vista como elemento essencial do caráter português que integra a memória coletiva que “se alimenta do imaginário social, passando pelos descobrimentos, a emigração e a separação da família pelo mundo”.

Em ambos os jornais, dois trechos, em especial, destacam este sentimento que agrupamos no elemento lusófono “Saudades e Despedidas”, que também corresponde ao aspecto identitário da lusofonia. O primeiro é uma crônica sobre a volta à rotina de trabalhos e estudos após as férias, uma análise desde o social a aspectos econômicos; o segundo, uma notícia política sobre a possível reeleição de Passos Coelho em Portugal.

Por fim, séculos depois da chegada dos portugueses a Macau, o território ainda carrega a imagem de um importante entreposto comercial entre o Oriente e o Ocidente, ou ainda uma ponte entre a China e os países de Língua Portuguesa. Nesse sentido, encontra-se o elemento lusófono que denominamos “Macau”, que remete ao aspecto geopolítico da lusofonia. São ilustrativos os dois trechos: o primeiro sobre as dificuldades de mercadorias portuguesas, especialmente o vinho, entrarem na China; o segundo que faz uma análise sobre a situação política de Portugal e suas implicações em Macau.

A visita tem como objectivo o fortalecimento do papel de Macau como plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa (*O Clarim*, 03/03/2017, p. 4).

Macau perde identidade quando essas coisas acontecem. (...) Macau deveria abrir aqui um entreposto, de forma a atribuir uma identidade aos seus produtos e criar uma marca local (*Plataforma Macau*, 23/05/2014, p. 20).

2.3.5 Considerações finais

Os deslocamentos humanos sempre se mostraram estratégicos para a compreensão das realidades e das transformações sociais. Ao colocá-los na condição de um objeto científico, o primeiro passo é delimitá-lo, entre suas múltiplas possibilidades de uma totalidade que precisa apresentar-se de forma cognoscível. No caso deste trabalho, propomos o recorte da identidade a partir do idioma representado por meio do campo da Comunicação Social.

Assim, o estudo do conteúdo de *O Clarim* e *Plataforma Macau* – ambos jornais impressos escritos em Português que circulam atualmente na RAEM – revelou um favorecimento da identidade lusófona, em um primeiro momento, que não deixa de remeter ao reforço de hábitos,

costumes e tradições relacionadas ao histórico de origem comum e sustentada por meio de práticas transnacionais e interculturais.

Nesse conteúdo analisado, percebe-se que seus produtores criam um espaço social identitário ao escolher e adaptar o que vai ser mostrado dentro das suas possibilidades, mas também, de acordo com o que os receptores podem ler e compreender. Podemos dizer que neles há uma pretensão hegemônica em torno de uma cultura linear e acumulativa que se desmorona se o passado não puder ser armazenado, preservado, um “*continuum* visível”, como indica Baudrillard (1991).

Como recurso simbólico pano toda essa ação, está a Língua Portuguesa. Sabemos que a língua é um sistema social e não individual. Ela existe além do indivíduo e é indissociável do processo de construção de uma identidade. Sodré (2000, p. 49) reconhece que “às vezes, um idioma pode sustentar uma identidade, com finalidade eventualmente estratégica”. Tal ideia é reforçada por Castells (1999, p. 70): “a língua, como expressão direta da cultura, torna-se a trincheira da resistência cultural, o último bastião do autocontrole, o reduto do significado identificável”.

É nesse sentido que a língua se torna uma forma de abrigo para novas associações e memórias. É nesse sentido também que ela expressa a identidade lusófona a ponto de sustentar uma “comunidade imaginada” (Anderson, 1993) ou uma “tradição inventada” (Hobsbawm, 1997).

Porém, a defesa dessas identidades, ainda que por meio do idioma, nunca é ingênua, apesar de que, em alguns casos, mostra-se inconsciente, pelo menos, cientificamente falando. Um grupo ou um indivíduo as defende para alcançar algo, um propósito, objetivo ou subjetivo. Essa posição o leva a articular suas ações práticas do cotidiano no espaço privado e familiar, ou de caráter público e coletivo, não necessariamente nessa ordem linear.

Recusando a ideia simplista de causa e consequência redutoras, unidimensionais e ofuscantes de uma simplificação que se considera reflexo do que há de real na realidade analisada e insistindo no caráter plural transnacional e intercultural da identidade lusófona, verificamos que ela é fruto de um modelo de organização social do planeta imposto por relações de poder ancoradas em processos históricos. Assim como outras identidades, a lusófona é incorporada, transformada e recriada, a todo momento, no interior de um sistema de representações a partir da relação do sujeito com o ambiente em que vive (e tudo que isso implica).

Devemos ter em mente que, como um discurso, tais jornais revelam constante alternância de foco da particularidade e estão orientados para uma grande diversidade de fins. Como os jornais de língua estrangeira em geral, *O Clarim* e *Plataforma Macau*, não são meras ferramentas transparentes e não se deixam usar de qualquer modo – são a materialização da racionalidade de uma cultura e de um modelo global de organização de poder. No caso dos títulos estudados, a chave para a compreensão do conceito de lusofonia pode estar em se verificar de que maneira tal organização se apropria dos diferentes discursos como potencial para se desenvolver a partir dos requerimentos de suas próprias práticas culturais.

Sabe-se que, na sociedade midiaticizada contemporânea, são múltiplos os mecanismos e possibilidades de interação comunicacional. Assim, reconhecemos que a produção e interpretação de sentidos se dão, portanto, em um ambiente plural e colaborativo do cotidiano. Elas envolvem operações lógicas que trazem à tona dimensões culturais de outros estratos espaciais e temporais. Trata-se de uma atividade sensível, realizada por sujeitos ativos e criativos, conscientes e críticos.

É uma experiência que envolve o sujeito e suas comunidades de apropriação em um processo participativo, no qual a comunicação acontece.

Bibliografia / Bibliografía / Bibliographie / References

- Água-Mel, C. (2012). Um Macau “imaginado” em Língua Portuguesa. *Fragmentum*, 35, parte II (11-27). Laboratório Corpus: UFSM.
- Anderson, B. (1993). *Comunidades Imaginadas – Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. Ciudad del Mexico: Cultura Libre.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Basch, L., Blanc-Szanton, C. & Schiller, N. G. (1992). Transnationalism – A new analytic framework for understanding migration. (1-24). *Annals New York Academy of Science*.
- Batalha, G. N. (1995). *O português falado e escrito pelos chineses em Macau*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Baudrillard, J. (1991). *Simulacros e simulações*. Lisboa: Relógio D’Água.
- Brigagão, C. (1996). Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: caminhos de integração fraterna. *Política Internacional*, 13, 13-24.
- Canclini, N. G. (1998). *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp.
- _____. (2005). *Diferentes, Desiguais e Desconectados*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- _____. (2007). Cultura sem fronteira. *Caderno de Leitura*, N.2. Entrevista concedida a Reynaldo Damazio. São Paulo: Edusp.
- Caniato, B. J. L. (2004). Macau, história e cultura. In Garmes, H. (Org.). *Oriente, engenho e arte*. (pp.115-137). São Paulo: Alameda.
- Castells, M. (1999). *A era da informação: economia, sociedade e cultura – O poder da identidade*. 2v. São Paulo: Paz e Terra.
- Costa, C. M. *Early Press in Macao: Claiming Autonomy and Identity in an International Context*. In Agência LUSA, s./d.
- Costa, S. & Varela, O. (2009). Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Comunidade ‘Lusófona’ ou Fictícia? *Tempo Exterior*, 19, 23-46.
- Cristovão, F. (2002). Os três círculos da Lusofonia. *Humanidades*, Lisboa.
- _____. *Da Lusitanidade à Lusofonia*. (2008). São Paulo: Almedina Brasil.

- ElHajji, M. (2002). La diaspora maghrébine à Montréal face aux aléas de l'interculturel : le rôle des médias locaux, transnationaux et communautaires. *Revista Româna de Comunicare si Relatii Publice*, 14, 85-100.
- Encarnação, J. M. (2008). Imprensa Portuguesa de Macau Enquadramento na realidade jurídica e social da RAEM. *Administração*, 81(XXI), 767-788.
- Espadinha, M. A. & Silva, R. (2009). O português de Macau. II Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa – A Língua Portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas. Évora: Universidade de Évora. *Anais...*
- Krippendorff, K. (1990). *Metodologia de Analisis de Contenido*. Barcelona: Ediciones Paidós.
- Freire, G. (2010). *O mundo que o português criou*. São Paulo: É Realizações.
- Hobsbawm, E. (1997). Introdução: A invenção das tradições. In Hobsbawm, E. & Ranger, T. (Orgs.). *A invenção das tradições*. (9-24). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Martins, D. *Macau na encruzilhada das rotas sino-lusófonas*. Observatório da China, s./d.
- Medeiros, P. (2006). Lusofonia: discursos e representações. *O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/FEUC/FLUC*. N.1.
- Pascal, M. A. M. (2005). *Portugueses em São Paulo: a face feminina da imigração*. São Paulo: Expressão & Arte Editora.
- Rocha-Trindade, M. B. (1998). O espaço da lusofonia: migrações e diálogo intercultural. *Discursos. Estudo de língua e cultura portuguesa*, 15, 37-48.
- Sciaretta. In Medina, C. (Org.). (1994). *Nau dos desejos*. São Paulo: CJE/ECA/USP.
- Schiller, N. G. Transnationalization and Development. Toward an Alternative Agenda. In Schiller, N. G. & Faist, T. (Eds.). (2010). *Migration, Development and Transnationalization. A Critical Stance*. (63-99). Nova York: Berhahn Books.
- Sodré, M. (2000). *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Stumpf, I. R. C. (2001). Pesquisa bibliográfica. In Duarte, J. & Barros, A. (Orgs.). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. (51- 61). São Paulo: Atlas.
- Tateishi, B. & Brito, R. H. P. (2011). *A língua portuguesa em Macau*. VII Jornada de Iniciação Científica – 2011. (1-14). Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- Vertovec, S. (2009). *Transnationalism*. New York, London: Routledge.

2.4 La couverture médiatique de la fusillade de Québec (Canada)

Farrah Bérubé³⁰

Vicky Girard³¹

Résumé

Le 29 janvier 2017, six Musulmans ont perdu la vie dans une fusillade à la Grande Mosquée de Québec (Canada). La nouvelle a rapidement fait le tour du monde. Cet article présente les résultats préliminaires d'une recherche portant sur la couverture médiatique de cet événement. Dans cette recherche, une analyse de contenu a été effectuée auprès de la presse écrite de la ville de Québec de janvier à mars 2017. Les résultats permettent de réfléchir de manière plus large au traitement médiatique lors d'attentats.

Mots-clés : Québec ; Attentat ; Couverture Médiatique.

A cobertura midiática do tiroteio de Québec (Canadá)

Resumo

Em 29 de janeiro de 2017, seis muçulmanos perderam a vida em um incidente de tiroteio na Grande Mesquita, na cidade de Quebec, no Canadá. A notícia rapidamente circunavegou o mundo. Este artigo apresenta os resultados preliminares de uma pesquisa sobre a cobertura midiática desse evento. Nesta pesquisa, uma análise de conteúdo foi realizada com a mídia impressa da cidade de Quebec, de janeiro a março de 2017. Os resultados permitem pensar mais amplamente no tratamento da mídia durante os ataques.

Palavras-chave: Québec; Ataque; Cobertura da mídia.

La cobertura mediática del tiroteo de Québec (Canadá)

Resumen

El 29 de enero de 2017 seis musulmanes perdieron la vida en un tiroteo en la Gran Mezquita de la ciudad de Quebec, Canadá. La noticia circuló rápidamente por todo el mundo. Este artículo presenta los resultados preliminares de una investigación sobre la cobertura de los medios de este evento. En esta investigación se realizó un análisis de contenido con los medios impresos de la

³⁰ Ph. D., professeure et chercheure agrégée, département de Lettres et communication sociale, Université du Québec à Trois-Rivières (Canada). E-mail : farrah.berube@uqtr.ca

³¹ Candidate à la maîtrise en communication sociale, Université du Québec à Trois-Rivières (Canada). E-mail: vicky.girard@uqtr.ca

ciudad de Quebec de enero a marzo de 2017. Los resultados permiten pensar sobre el tratamiento de los medios durante el ataque.

Palabras clave: Québec; Ataque; Cobertura mediática.

The media coverage of the Québec (Canada) shooting

Abstract

On January 29, 2017, six Muslims lost their lives in a shooting incident at the Great Mosque in Quebec City, Canada. The news quickly had spread around the world. This article presents the preliminary results of a research on the media coverage of this event. In this research, a content analysis was conducted with the print media of Quebec City from January to March 2017. The results make it possible to think more broadly about media treatments during attacks.

Keywords: Quebec; Attack; Media Coverage.

2.4.1 Introduction

Novembre 2015, des images d'horreur en direct de Paris sont transmises sur tous les écrans alors que la Ville Lumière est victime d'un attentat terroriste. L'histoire récente compte plusieurs attentats terroristes et plus aucune capitale du monde ne semble y échapper. Des chercheurs de l'université du Maryland compilent depuis les années 1970 des données sur les attentats terroristes dans le monde dans la base de données Global Terrorism Database³². Selon les données de cette banque, les attentats terroristes sont en effet significativement plus nombreux depuis 2011. Selon la définition entendue par le Global Terrorism Database, un attentat terroriste est « la menace ou l'utilisation réelle d'une force ou violence illégale par un acteur non étatique afin d'atteindre un objectif politique, économique, religieux ou social à l'aide de la peur, de l'intimidation ou de la contrainte » (Guilbeault, 2016). Les motivations des groupes et des individus perpétrant des attentats terroristes sont ainsi variées. Elles peuvent relever de mouvements nationalistes ou séparatistes, de groupes écologistes voire de militants anti-avortement. Très souvent, ces dernières années, elles se rapportent aux relations conflictuelles entre des individus de groupes ethnoculturels différents.

Depuis les années 2010, une autre statistique à la hausse à l'échelle de la planète est celle de l'usage des médias en ligne. Selon le *Digital in 2017 Global Overview*, un rapport publié chaque année par la réputée agence We are social, des augmentations de consommation sont mondialement rapportées dans tous les secteurs des médias 1.0 et 2.0 pour la dernière année³³. Grâce aux nouvelles technologies, lorsqu'un groupe ou un individu pose un acte de terrorisme, les images, les sons et/ou les témoignages de cet acte sont instantanément capturés par les médias et les journalistes citoyens³⁴ et font rapidement le tour du monde par leur retransmission dans le vaste

³² <https://www.start.umd.edu/gtd/>, repéré le 9 février 2018.

³³ <https://wearesocial.com/special-reports/digital-in-2017-global-overview>, repéré le 9 février 2018.

³⁴ Pélessier et Chaudy (2009, citent Bowman et Willis) définissent de journaliste citoyen la personne qui participe au processus de dissémination de l'information. Dans ce processus, le récepteur de l'information devient aussi producteur et diffuseur de cette information.

espace médiatique. Les contenus ne sont pas censurés, l'horreur y est présentée en direct et c'est la rumeur qui tente d'expliquer en premier.

Dans ce projet de recherche, nous questionnons le traitement actuel, par les médias, d'un évènement terroriste relié aux rapports entre les groupes ethnoculturels. Comment sont rapportés les attentats terroristes à caractère ethnique dans les différents médias ? Quel type de couverture est présenté lors de ce type d'attentat ? Quelles images véhicule-t-on sur les différents groupes ? Quels groupes d'acteurs prennent la parole dans l'espace médiatique et pour exprimer quels types de messages pendant la couverture de ce type d'attentat ? Y a-t-il surmédiatisation de ces attentats ? Ces questions nous amèneront à réfléchir sur les liens entre rapports entre les groupes ethnoculturels et le traitement médiatique d'un évènement terroriste relié à ces rapports.

Cet article présente des résultats préliminaires de l'étude d'un cas, soit de la tuerie à la Grande Mosquée de Québec, au Canada, en janvier 2017³⁵. Le cas étant tout récent, ce sont les données de l'étude de la couverture de la presse écrite de la ville de Québec qui seront présentées. L'article est divisé en quatre parties : la recension des écrits sur le thème des médias et des attentats, une mise en contexte de la situation des groupes ethnoculturels³⁶ au Québec et du déroulement des principaux évènements de la fusillade à la Grande Mosquée de Québec, la présentation de la méthodologie de la recherche et une discussion sur des résultats préliminaires de l'étude. La conclusion de cet article portera sur la notion d'échec du lien social dans le cas étudié alors que les résultats préliminaires exposent une couverture médiatique qui a brisé un lien social déjà brisé.

2.4.2 Médias et attentats dans les écrits

Une rapide recension des écrits sur le thème des attentats et de leurs traitements médiatiques expose que ce sujet de recherche est relativement jeune. Les attentats du 11 septembre 2001 à New York ont représenté l'évènement déclencheur qui a généré des premiers travaux sur le sujet (Niemeyer, 2010). Plus récemment, ce sont les attentats sur le vieux continent (de Charlie Hebdo, à Paris et Bruxelles) qui ont donné lieu à de nouvelles recherches dont quelques-unes réunies dans un ouvrage collectif dirigé par Lefébure et Sécaïl (2016a). Ces travaux se sont penchés sur les unes des médias (Hare, 2016), sur les couvertures dans les médias traditionnels versus celles dans les nouveaux médias (Niemeyer, 2016), sur les discours des hommes politiques repris dans les médias (Guigo, 2016), sur la construction d'opinions collectives dans les nouveaux médias (Badouard, 2016; Gombien, Mariau et Villeneuve, 2016), sur les plaintes reçues dans les médias à la suite de leurs couvertures médiatiques d'un attentat (Drouot, 2016; Lefébure et Sécaïl, 2016b) ou encore sur la comparaison des couvertures médiatiques de différents attentats (Roodzant, 2016).

Parmi les divers résultats qui ont émergé des travaux, citons ceux de Kervalla (2016) qui a démontré que de par ses médiatisations, l'attentat représentait pour les groupes terroristes un acte

³⁵ Le 28 mars 2018, l'auteur de l'acte a lu en cour une lettre dans laquelle il niait être un terroriste ou un islamophobe. Or, au même moment, ce dernier a plaidé coupable à tous les chefs d'accusation qui portaient contre lui, reconnaissant ainsi être l'auteur de la tuerie à la Grande Mosquée de Québec. Malgré les déclarations ambiguës de l'auteur de la tuerie qui ne nous permettent pas de qualifier clairement le geste qu'il a lui-même posé, ce geste a été qualifié par les autorités canadiennes d'acte terroriste. À titre d'exemple, le premier ministre canadien Justin Trudeau a écrit dans des communications officielles qu'il s'agissait d'un attentat terroriste insensé contre la communauté musulmane. Selon cette dernière position, le cas de la fusillade à la Grande Mosquée de Québec est ici étudié en tant qu'attentat à caractère ethnique.

³⁶ Au Québec, un groupe ethnoculturel correspond à un groupe minoritaire et « il s'agit des personnes issues de l'immigration et dont l'origine n'est ni française ou britannique » (Diamballa, 2016, p. 15).

communicationnel, en plus d'un acte servant à blesser ou à tuer. Ce que Lefébure et Sécail (2016c, p. 366) ont bien exprimé dans leur ouvrage collectif :

Le terrorisme vise la médiatisation, recherche la visibilité, convoite la postérité par l'image au-delà de son entreprise mortifère. Terroriser les consciences pour mieux soumettre la volonté ou susciter la reddition morale. Avec la télévision et internet, la visibilité obtenue est d'une telle ampleur et d'une telle immédiateté que la médiatisation s'avère consubstantielle au terrorisme. Le statut de l'image en devient tout à fait essentiel, car c'est elle qui frappe le plus profondément l'esprit.

2.4.3 La situation des groupes ethnoculturels au Québec : entre majorité francophone et minorité anglophone

Le Canada est un pays prisé par les candidats récents et actuels à l'immigration. Selon les statistiques démographiques, de tous les pays membres du G8, le Canada est celui qui a fait le plus croître sa population par des apports migratoires au début du présent siècle (Chui, Tran et Maheux, 2007). Parmi toutes les provinces et les territoires, les immigrants choisissent de s'installer d'abord en Ontario, puis au Québec et enfin en Alberta.

L'immigration n'est pas un fait nouveau au Québec. De 1508 à 1763, à l'époque de la Nouvelle-France, de nombreux colons français originaires d'Europe ont immigré en Amérique du Nord, surtout sur le territoire aujourd'hui connu sous le nom de la province du Québec, décimant, au passage, les tribus amérindiennes et inuites qui habitaient déjà ces terres. La population de ce territoire est alors essentiellement devenue blanche et francophone. La Nouvelle-France est conquise par les prospères colonies britanniques en 1763. L'autorité britannique qui veut prendre le contrôle total de la colonie française et assimiler les colons met alors en place certaines conditions législatives et réglementaires. Notamment, l'immigration britannique est favorisée. Malgré ces mesures, encore aujourd'hui, ce sont les Québécois d'origine française qui peuplent à forte majorité la province du Québec. Les Québécois d'origine anglaise forment quant à eux un groupe minoritaire dans la province du Québec. Or, ces derniers sont majoritaires dans le reste du pays. Pour reprendre les propos de l'ex-gouverneure générale Michaëlle Jean prononcés en 2006, il y a deux solitudes au Canada : le groupe des francophones et le groupe des anglophones (Robitaille, 2005). Nous n'avons pas le temps ici de passer en revue les tensions historiques entre ces deux groupes au Québec, mais nous pouvons préciser qu'elles avaient toujours pour trame de fond la peur des francophones de se faire culturellement assimiler par les anglophones, tel que le stipulait mot pour mot la Proclamation royale de 1763.

À partir du XX^e siècle des immigrations autres que française et anglaise, mais essentiellement européennes, sont venues gonfler les rangs du Québec. Ainsi, des groupes ethnoculturels importants d'Italiens, de Juifs, de Grecs, de Polonais, d'Ukrainiens et de Portugais se sont installés au Québec pour y travailler. Puis, vers les années 1970, une toute autre immigration a choisi le Québec comme nouvelle terre d'accueil : l'immigration haïtienne. Peu après, les immigrations dominantes, et qui le demeurent toujours, proviennent d'Asie. Il ne faut pas non plus passer sous silence les immigrations un peu plus récentes en provenance des pays du Moyen-Orient, de l'Afrique francophone et de l'Amérique du Sud. Il faut spécifier qu'avant le milieu des années 1960, le dossier de l'immigration relevait du gouvernement fédéral et qu'à partir de 1966 ce champ de compétence est confié aux gouvernements provinciaux. La province du Québec a alors choisi de privilégier une immigration francophone et d'obliger les enfants des nouveaux arrivants

à fréquenter les écoles de langue française. Pourquoi ces mesures particulières au Québec ? Parce que la majorité francophone voyait d'un mauvais oeil l'arrivée massive de nouveaux arrivants qui s'intégraient plus aisément à la minorité anglophone. En témoigne la déclaration de Jacques Parizeau, chef du parti souverainiste en 1995, dans son discours de défaite du référendum sur l'indépendance du Québec. Alors que le référendum avait été rejeté ce soir-là par 50,58 % des voix, ce dernier déclara : « C'est vrai qu'on a été battus, au fond, par quoi? Par l'argent, puis des votes ethniques, essentiellement » (Cantin, 1995). Pour utiliser une image, on pourrait dire que les groupes ethnoculturels, dans la province du Québec, se retrouvent, bien souvent malgré eux, coincés entre l'arbre et l'écorce, soit entre les solitudes historiques des francophones et des anglophones.

Les immigrants arrivés au Québec depuis le XX^e siècle ont majoritairement choisi de s'installer à Montréal. Des efforts sont faits par le gouvernement du Québec, de concert avec les régions, pour attirer les immigrants ailleurs qu'à Montréal. La ville de Québec, quant à elle, accueille en moyenne 3 000 personnes immigrantes chaque année, ce qui en fait le deuxième pôle d'attraction des immigrants reçus dans la province. C'est dans cette ville, tranquille, avec peu de Québécois d'origines diverses, que six Musulmans ont perdu la vie le soir du 29 janvier 2017. Alexandre Bissonnette, un jeune de la région âgé de 27 ans, est entré à la Grande Mosquée de Québec à l'heure de la prière et a tiré sur les pratiquants présents ce soir-là. Le bilan a été établi à 6 morts et 20 blessés. Plus tard en soirée, Bissonnette a contacté lui-même les policiers, qui ont procédé à son arrestation.

2.4.4 La méthodologie du projet de recherche : une analyse de contenu de la couverture médiatique de la tuerie à la Grande Mosquée de Québec dans les médias d'information de la ville de Québec

Pour effectuer notre recherche, nous avons procédé à une analyse de contenu des articles recensés entre le 29 janvier 2017 et le 31 mars 2017 dans la presse écrite locale de la ville de Québec qui traitaient de la fusillade à la Grande Mosquée de Québec. Pour colliger les articles, nous avons effectué une recherche dans la base de données Eureka.cc qui donne accès à une multitude de journaux et de revues du Québec. Nous y avons recensé 1 171 articles publiés sur le sujet de la recherche. Nous avons choisi d'analyser un échantillon de 25% des articles du corpus, soit 293 articles tirés au hasard.

Pour collecter les unités d'information trouvées dans les articles analysés, nous avons utilisé la méthode Morin-Chartier proposée par Leray (2008). En suivant cette méthode, nous avons construit une grille d'analyse à l'aide du logiciel Excel qui contenait toutes les informations nécessaires à l'analyse. Nous avons inclus plusieurs des catégories d'analyse proposées par Leray (2008) que nous avons adaptées aux besoins de notre recherche. À ces catégories d'analyse, nous avons ajouté des catégories d'analyse de Stoiciu et Brosseau (1989). Le tableau 1 présente notre grille d'analyse, les catégories d'analyse et les entrées possibles.

Tableau 1. Codes utilisés dans la grille d'analyse selon les catégories analysées

Étiquette d'identification	Étiquette d'identification neutre (EI) Étiquette d'identification négative (EIN) Étiquette d'identification positive (EIP)
Type d'action attribué	Objet d'action neutre (OA) Objet d'action négative (OAN) Objet d'action positive (OAP) Sujet d'action neutre (SA) Sujet d'action négative (SAN) Sujet d'action positive (SAP)
Lieu	Entrée manuelle
Ton	Neutre (N) En accord, positif (+) En désaccord, négatif (-)
Intention de l'auteur	Convaincre (CO) Informé (IN) Distraire ou émouvoir (DI) Mobiliser (MO) Autre (AU) Non identifiable (NI)
Présence d'image	Photo (PH) Croquis, dessin (CR) Tableau, schémas (TS) Vidéo (VI) Autre (AU) Image non disponible (ND)
Nom du personnage dans l'image	Entrée manuelle. Nous avons restreint à 6 le nombre de personnages que nous pouvions identifier à partir des images. Nous avons choisi les plus importants lorsqu'il y en avait plus.
Groupe ethnique du personnage dans l'image	Entrée manuelle
Genre du personnage dans l'image	Masculin (M) Féminin (F)
Âge du personnage dans l'image	Entrée manuelle
Nom du personnage dans l'image	Entrée manuelle

Les types d'articles ont été codés de quatre façons différentes : RA, CO, RE ou EX. Nous avons appliqué le code RA (rapporter) lorsque l'article ne servait qu'à informer, qu'à donner des faits (par exemple, une nouvelle). Nous avons codé CO (commenter) lorsque l'auteur prenait position face à un sujet de l'actualité (par exemple, une chronique). Nous avons ensuite utilisé RE (réagir) lorsque l'auteur réagissait ou répondait à quelque chose (par exemple, une lettre ouverte). Enfin, le code EX (expliquer) a été attribué aux articles qui mettaient l'information en contexte ou qui proposaient une analyse (par exemple, un portrait). Pour ce qui est de la catégorie des auteurs,

les codes possibles étaient : un journaliste maison (JM), une agence de presse (AP), un lecteur (L) et à quelques reprises non défini (ND). Enfin, le ton utilisé était établi en lien avec le type d'article. Si l'article rapportait la nouvelle, nous codions neutre. Si la nouvelle était commentée, nous avons interprété le ton général de l'article pour le coder négativement (-) ou positivement (+). Pour ce qui est des autres catégories de Leray (2008), nous faisons une entrée manuelle.

Quant aux catégories de Stoiciu et Brosseau (1989), nous avons retenu celles du positionnement, de l'étiquette d'identification ainsi que du type d'action attribuée. Ces catégories nous ont permis de voir les représentations médiatiques sur les Québécois d'origines diverses. La catégorie du positionnement de l'article était pour nous pertinente pour analyser l'importance accordée par les médias aux articles liés à l'attentat du 29 janvier. Nous avons codé U (une) lorsque l'article était publié en premières pages (page 1, 2 ou 3) et NU (non une) lorsque l'article apparaissait plus loin dans le journal. Les lettres ouvertes ont été codées par un L (courrier du lecteur). Enfin, le code NI (non identifiable) était utilisé pour les articles web, puisque le positionnement était impossible à définir.

Les étiquettes d'identification permettent d'évaluer comment est décrit un acteur dans un texte. Nous avons utilisé le code EIN (étiquette d'identification négative) lorsqu'un mot subjectif à connotation négative décrivait un acteur. Nous avons codifié EIP (étiquette d'identification positive) lorsqu'un mot subjectif à connotation positive décrivait l'acteur. Nous avons utilisé le code EI (étiquette d'identification neutre) lorsque l'auteur du texte ne faisait que nommer le rôle de l'acteur, sans le qualifier.

Pour ce qui est de la catégorie des actions attribuées, l'acteur dans un texte pouvait être objet d'action (OA) lorsqu'il subissait une action ou il pouvait être sujet d'action (SA) lorsqu'il était responsable de l'action attribuée. Dans un cas comme dans l'autre, ces actions pouvaient être qualifiées de positives ou de négatives. L'action était décrite positive lorsque l'action attribuée était socialement valorisée. Enfin, l'action était décrite comme négative lorsque l'action était socialement vue comme négative.

Finalement, nous avons choisi d'ajouter deux catégories qui nous semblaient pertinentes pour l'analyse. Pour chacun des articles, nous avons défini le lieu de l'action principale afin de comparer éventuellement les lieux cités en lien avec les articles publiés dans d'autres villes au Québec. Les dernières catégories que nous avons intégrées sont en lien avec les images publiées dans les articles. En plus de décrire le type d'image (photos, croquis/dessins, tableaux ou vidéos), nous avons décrit les personnages présents sur celles-ci.

2.4.5 Résultats préliminaires

Les thèmes les plus récurrents dans la presse écrite locale étaient dans l'ordre 1) le déroulement des événements ; 2) les manifestations de support et les activités bénévoles ; 3) la recherche d'un coupable dans la société et 4) les manifestations de racisme et de positions d'extrême droite dans la population. Soulignons que peu d'articles portaient sur le portrait du tireur. Ces derniers thèmes sont quant à nous particulièrement intéressants puisqu'ils relatent un déplacement de l'agresseur, de Bissonnette aux Québécois, dans les thèmes les plus abordés au lendemain de la tuerie. On retrouvait dans la presse écrite locale de nombreux articles qui tentaient d'expliquer le geste de Bissonnette en mettant la faute sur le manque d'intervention du

gouvernement, sur la Charte des valeurs³⁷, sur des radios dites poubelles, sur la crise des accommodements raisonnables³⁸ ou sur les formes de racisme et d'intolérance au Québec. Les exemples suivants, tirés de notre corpus, illustrent plusieurs formes de déplacement de l'agresseur. Dans le premier exemple, on accuse les radios de Québec : « [i]l faut quand même faire la part des choses : les animateurs n'ont pas tiré. Ils n'ont pas non plus dit de tirer. Il n'y a pas de lien direct. Cependant, on peut parler d'un lien indirect très fort en raison de la propagation du discours haineux et de sa banalisation dans la population » (SO52). Dans l'exemple suivant, on fait un lien entre la fusillade et le débat sur les accommodements religieux : « [l]es dirigeants des trois partis d'opposition à Québec, [...] montrent un front uni depuis quelques jours sur les accommodements religieux ; ils souhaitent interdire le port des signes religieux visibles pour les personnes en position d'autorité comme le recommandait la commission Bouchard-Taylor » (QEW3). Dans l'exemple suivant, la faute est cette fois-ci mise sur la Charte des valeurs : « Avec la subtilité d'un taureau colérique, il a voulu faire le lien entre le débat sur la Charte des valeurs et l'attentat de Québec, avant de revenir en arrière, en disant qu'on l'avait mal compris » (JDQ149). Dans une moins grande proportion, la parole a été donnée à la communauté musulmane et immigrante de la ville de Québec ainsi qu'aux familles des victimes. Il est à noter que les femmes des familles des victimes ont expressément demandé à la presse de ne pas s'adresser à elles au lendemain des événements.

La presse écrite locale a mandaté, dans une très forte majorité (93% des articles analysés), ses journalistes maison pour colliger et rédiger des nouvelles sur le sujet de l'attentat, ce qui témoigne de l'importance accordée à la nouvelle par les médias de la ville de Québec. Sur toutes les nouvelles publiées, environ 80% des articles rapportaient des informations et 20% des articles commentaient la nouvelle. Le ton majoritairement relevé dans les articles qui rapportaient la nouvelle était sans surprise neutre et les intentions des auteurs étaient essentiellement d'informer. Tandis que le ton dans les articles qui commentaient la nouvelle était plutôt négatif et les intentions des auteurs étaient, en ordre d'importance, de mobiliser, de convaincre et de divertir les lecteurs.

Pour ce qui est des médias, ce sont les deux grands quotidiens de la ville de Québec (le *Journal de Québec* et *Le Soleil*), dans leurs versions papier et web, qui ont publié le plus d'articles sur le sujet (80% des articles analysés). Ils ont aussi été les premiers médias à publier des nouvelles sur le sujet, soit le soir de la tuerie et le lendemain. C'est dans *Le Soleil* qu'on a décelé le plus d'articles au ton positif avec l'intention de divertir. C'est dans le *Journal de Québec* qu'on a décelé le plus d'articles au ton négatif avec l'intention de mobiliser. En ce qui concerne les lieux mentionnés dans les nouvelles, on retrouve sans surprise la ville de Québec dans une très forte proportion. D'autres lieux sont aussi le théâtre de nouvelles, soit Montréal, Laval, Lévis et même Tunis.

Plusieurs acteurs sont présentés dans les articles. En ordre d'importance, les acteurs les plus présents dans les articles analysés étaient : Bissonnette (32 articles), le maire de Québec (15), le premier ministre du Québec (11), les victimes (9), les responsables de la Grande Mosquée de Québec (8) des artistes (7) et des avocats (5). À noter que les politiciens, soit le maire de la ville et le premier ministre, récoltent à leur deux autant de présence dans les articles analysés que Bissonnette. Nous avons étudié les étiquettes d'identification accordées à chacun des acteurs dans les articles, et ce, selon les catégories d'analyse de Stoiciu et Brosseau (1989). Pour le tireur, ces étiquettes d'identification étaient surtout négatives tandis que pour les autres acteurs elles étaient positives, hormis pour les politiciens. Ces derniers ont reçu un traitement mixte, c'est-à-dire que

³⁷ Au Québec, la Charte des valeurs a été un projet de loi déposé en 2013 par le Parti Québécois et qui a connu une grande controverse. Le but de ce projet de loi était d'interdire le port de signes religieux par les employés de l'État. Le Gallo (2015) affirme que malgré l'objectif de régler certains conflits, la Charte des valeurs a plutôt alimenté les débats sur la place des personnes immigrantes au Québec.

³⁸ Au Québec, les accommodements raisonnables sont une conséquence du droit à l'égalité au travail afin d'éviter la discrimination (Chahid, 2011). Au début des années 2000, des cas d'accommodements ont été transposés dans l'espace public exposant des caractères déraisonnables d'accommodement. L'opinion publique, divisée sur ces cas, a généré ce que l'on nomme au Québec la « crise des accommodements raisonnables ».

dans des proportions relativement semblables on leur a attribué des étiquettes d'identification positives ainsi que négatives.

Enfin, la grande majorité des articles de la presse écrite locale, soit 248 articles, était accompagnée d'images. Ces images étaient majoritairement des photos représentant les acteurs cités dans les articles. Les personnes les plus représentées dans les photos étaient surtout des hommes, caucasiens, âgés entre 30 et 60 ans ($\frac{2}{3}$ des articles analysés). Dans le $\frac{1}{3}$ des articles analysés, c'était un homme, d'origine arabe, âgé entre 30 et 60 ans, qui était représenté. L'image suivante témoigne bien des personnes majoritairement représentées dans les photos des articles analysés. On y voit plus d'hommes caucasiens, soit le premier ministre du Québec à gauche et le maire de Québec à droite, qui entourent un homme d'origine arabe, soit le président du Centre Islamique de Québec, au centre.

Image 1. Photo tirée du corpus



2.4.6 Conclusion

Le champ de la communication interculturelle aborde souvent la question du lien social qui décrit les modalités du vivre-ensemble, qui se définit comme ce qui attache ou relie entre eux des acteurs dans un système social ou ce qui relie ces acteurs avec le système social en question (Katambwe, 2011, p. 10). La communication, dans sa dimension relationnelle, a la capacité de créer la connexion psychologique et sociale, qui sert de colle à toute organisation sociale (Katambwe, 2011, p. 11). L'analyse de la couverture médiatique du cas de la fusillade à la Grande Mosquée de Québec expose, quant à nous, une rupture du lien social dans les communications de la presse écrite locale sur un lien social qui était déjà fragilisé. Tel qu'expliqué plus haut, la place qu'occupent les groupes ethnoculturels au Québec est fragile alors qu'elle se positionne entre les solitudes historiques des francophones et des anglophones. Ces médias d'information ont, selon nos observations, reproduit des pratiques traditionnelles journalistiques (notamment par le ton, les

thèmes couverts et les acteurs représentés) qui montrent ce qui divise et ce qui marque les différences dans la société québécoise plutôt que le contraire.

Dans un deuxième temps, nous postulons que la couverture de la presse écrite locale de la fusillade à la Grande Mosquée de Québec a brisé le lien social déjà brisé parce qu'elle a potentiellement marqué la mémoire collective. Si on considère les travaux de Niemeyer (cité dans Hare, 2016) qui démontrent que les uns des médias, pendant un attentat terroriste, participent à la création de la mémoire collective, on peut penser que la presse écrite locale, pendant l'attentat de Québec, a modelé la mémoire collective selon l'idée que les relations entre les groupes demeurent tendues au Québec. Pour valider cette affirmation, il faudrait cependant mener des études sur la réception de la couverture médiatique de la tuerie auprès de Québécois, toutes origines confondues.

Par ailleurs, le thème de la recherche d'un coupable dans la société québécoise, et de ce qui a donné lieu à ce que nous nommons le déplacement de l'agresseur, rappelons-le, était très présent dans la presse écrite locale. Très étrangement, il nous a semblé que les événements de la tuerie ont mené la société québécoise à tenir son propre procès sur la place publique sur les questions d'ouverture, de racisme, de tolérance, d'accueil et d'insertion des groupes ethnoculturels.

Ces premiers résultats constituent des analyses préliminaires de notre large projet sur les médiatisations des attentats à caractère ethnique. La collecte de données se poursuit auprès d'autres corpus, soit la presse écrite ethnique et francophone au Québec, la presse écrite dans les autres villes du Québec, la presse électronique (radio et télévision) québécoise, la presse de l'Inforoute québécoise et la presse internationale, toujours sur le thème de la fusillade à la Grande Mosquée de Québec. Ultiment, nous souhaitons étendre l'étude à d'autres événements similaires qui ont eu lieu ailleurs dans le monde et comparer les couvertures médiatiques sur des territoires donnés variés.

Bibliografia / Bibliografía / Bibliographie / References

- Badouard, R. (2016). Je ne suis pas Charlie : Pluralité des prises de parole sur le web et les réseaux sociaux. Dans P. Lefebure & C. Sécaïl (dir.), *Le défi Charlie : Les médias à l'épreuve des attentats*, (9-114). Paris : Lemieux éditeur.
- Cantin, P. (1995, 31 octobre). *Parizeau blâme l'argent et le vote ethnique*. La Presse. Repéré à Eureka.cc.
- Chahid, M. (2011). Représentation de la crise et crise de la représentation dans les médias : le cas des accommodements raisonnables. In C. Agbobli & G. Hsab (dir.), *Communication internationale et communication interculturelle : regards épistémologiques et espaces de pratique*. (201-222). Québec, Canada : Presses de l'Université du Québec.
- Chui, T., Tran, K., et Maheux, H. (2007). *Immigration au Canada: un portrait de la population née à l'étranger*, Recensement de 2006. Statistique Canada, repéré à <http://www12.statcan.ca/census-recensement/2006/as-sa/97-557/pdf/97-557-XIF2006001.pdf>.
- Diamballa, A. (2016). La représentation des groupes ethnoculturels à la télévision québécoise de langue française. (Mémoire de maîtrise inédit). Université du Québec à Montréal, Montréal, Canada. Repéré à <http://www.archipel.uqam.ca/9395/1/M14773.pdf>

- Drouot, G. (2016). Étude de cas : couverture des attentats de Paris (janvier 2015 - novembre 2016) : Quelle place pour la régulation citoyenne ? In M.-F. Bernier (dir.), *Le cinquième pouvoir : la nouvelle imputabilité des médias envers leurs publics*. (271-298). Québec, Canada : Presses de l'Université Laval.
- Gombin, J., Mariau, B. et Villeneuve, G. (2016). Le web politique au lendemain des attentats de Charlie. In P. Lefébure & C. Sécail (dir.), *Le défi Charlie : Les médias à l'épreuve des attentats* (p79-114), Paris : Lemieux éditeur.
- Guigo, P.-E. (2016). L'étoffe présidentielle à l'épreuve : La communication de F. Hollande pendant les attentats. Dans P. Lefébure & C. Sécail (dir.), *Le défi Charlie : Les médias à l'épreuve des attentats* (79-114). Paris : Lemieux éditeur.
- Guilbeault, J.-P. (2016). *Y a-t-il plus d'attentats terroristes qu'avant le 11 Septembre ?* Radio-Canada. Repéré à <http://ici.radio-canada.ca>.
- Hare, I. (2016). Médias et terrorisme : entre changement et continuité ? *Les Cahiers de la SFSIC*, (12), 41-52.
- Katambwe, J. M. (2011). Introduction : société de communication et lien social. Dans J. M. Katambwe (dir.), *Communication et lien social : aux fondements de la sociabilité*. (9-27), Québec, Canada : Presses de l'Université Laval.
- Kervalla, A. (2016). Repenser la médiatisation du terrorisme. *Les cahiers de la SFSIC*, (12), 17-24.
- Lefébure, P. et Sécail, C. (eds.) (2016a). *Le défi Charlie : Les médias à l'épreuve des attentats*. Paris : Lemieux éditeur.
- Lefébure, P. et Sécail, C. (2016b). La critique des publics. Les courriers du médiateur de l'information de France 2. In P. Lefébure et C. Sécail (dir.), *Le défi Charlie : Les médias à l'épreuve des attentats* (79-114). Paris : Lemieux éditeur.
- Lefébure, P. et Sécail, C. (2016c). Postface. Dans P. Lefébure et C. Sécail (dir.), *Le défi Charlie : Les médias à l'épreuve des attentats* (pp. 365-371). Paris : Lemieux éditeur.
- Le Gallo, S. (2015). *Entre unité et dissension, la perception de la Charte des valeurs par le mouvement souverainiste québécois* (Mémoire de maîtrise inédit). Université du Québec à Montréal, Montréal, Canada. Repéré à <http://www.archipel.uqam.ca/7324/>.
- Leray, C. (2008). *L'analyse de contenu : De la théorie à la pratique, la méthode Morin-Chartier*. Québec, Canada: Presses de l'Université du Québec.
- Niemeyer, K. (2010). Le journal télévisé entre histoire, mémoire et historiographie. *A contrario*, (1), 95-112.
- Niemeyer, K. (2016). Les Unes internationales du 8 janvier 2015 : Entre uniformité et singularité. Dans P. Lefébure et C. Sécail (dir.), *Le défi Charlie : Les médias à l'épreuve des attentats* (pp. 19-48). Paris : Lemieux éditeur.

Robitaille, A. (2005, 28 septembre). La fin des “deux solitudes”. *Le Devoir*. Repéré à <http://collections2.banq.qc.ca>.

Roodzant, D., (2016). *Dans quelle mesure les couvertures médiatiques des attentats du 9/11 et des attentats à Paris en 2015 dans des journaux et magazines français et américains sont-elles comparables ?* (Mémoire de Bachelor). Université Radboud de Nimègue, Nimègue, Pays-Bas. Repéré à [https://theses.uhn.nl/bitstream/handle/123456789/4660/Roodzant%20 D.A.D 1.pdf?sequence=1](https://theses.uhn.nl/bitstream/handle/123456789/4660/Roodzant%20D.A.D%201.pdf?sequence=1)

Stoiciu, G., et Brosseau, O. (1989). *La différence : comment l'écrire? Comment la vivre*. Montréal : Humanitas-Nouvelle Optique.

2.5 Como falar de imigração sem ouvir os imigrantes?

Mônica C P Sousa³⁹

Resumo

Este trabalho tem como intuito abordar algumas compreensões da cobertura jornalística brasileira em relação à recepção de imigrantes/refugiados no Brasil. Partindo do entendimento de que o jornalismo disputa os significados, este trabalho se propõe a problematizar o apagamento das vozes dissidentes ao consenso discursivo. Para isso, são analisadas as edições de maio de 2017 dos jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo*, referentes às manifestações contra imigração, em São Paulo.

Palavras-chave: Jornalismo; Imigração; Vozes; Geografia da Comunicação.

¿Cómo hablar de inmigración sin oír a los inmigrantes?

El objetivo del trabajo es abordar la cobertura periodística brasileña en relación a la recepción de inmigrantes/refugiados en Brasil. A partir del supuesto de que el periodismo disputa los significados, esta investigación se propone problematizar la desaparición de las voces disidentes en relación con el consenso discursivo. Para ello, se analizan las ediciones de mayo de 2017 de los periódicos *O Globo* y *Folha de São Paulo*, referentes a las manifestaciones contra inmigración en São Paulo.

Palabras claves: Periodismo; Inmigración; Voces; Geografía de la Comunicación.

Comment parler d'immigration sans écouter les immigrants ?

Résumé

Cet article vise à aborder certaines compréhensions de la couverture journalistique brésilienne concernant l'accueil des immigrants et réfugiés au Brésil. Partant du principe que le journalisme conteste les significations, cet article propose de problématiser la suppression des voix dissidentes au consensus discursif. Pour cela, les numéros de mai 2017 des journaux « O Globo » et « Folha de São Paulo », liés aux manifestations anti-immigration à São Paulo, sont analysés.

³⁹ Pós-doutoranda em Comunicação (PPGCOM-UERJ). Doutora em Comunicação (UFF). Docente da Universidade Veiga de Almeida. E-mail: monica.cpsousa@gmail.com

Mots-clés : Journalisme ; Immigration ; Voix ; Géographie de la communication.

How to talk about immigration without listening to immigrants?

Abstract

This paper suggests insights of Brazilian journalistic coverage regarding the reception of immigrants / refugees in Brazil. Starting from the understanding that journalism contests the meanings, this paper proposes to problematize deletion of the dissident voices to the discursive consensus. For that, the May 2017 issues of the *O Globo* and *Folha de São Paulo* newspapers, related to the anti-immigration demonstrations in São Paulo, are analyzed.

Keywords: Journalism; Geography of communication; Immigration; Voices.

2.5.1 Introdução

Era como se Deus tivesse resolvido por à prova toda a capacidade de assombro e mantivesse os habitantes de Macondo num permanente vaivém do alvoroço ao desencanto, da dúvida à revelação, ao extremo de já ninguém poder saber com certeza onde estavam os limites da realidade (Gabriel Garcia Marques, 2001, p. 217).

Na contramão de países europeus e dos Estados Unidos, cujas ações recentes são de repúdio à imigração, o Brasil aprovou em maio de 2017 a Lei de Imigração. A nova lei prevê ações integradoras aos imigrantes, com a definição de direitos e deveres aos estrangeiros que entrarem e permanecerem no país. Embora tenha sido aprovada sem maiores embates no Congresso Nacional, manifestantes ocuparam a Avenida Paulista, também em maio, para protestar contra a nova política imigratória brasileira. Os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* produziram, entre os dias 3 e 16 de maio, 7 matérias (3 da *Folha* e 4 de *O Globo*) sobre a manifestação e sobre suas consequências: dois imigrantes palestinos foram presos pela Polícia Militar de São Paulo. Vários aspectos se apresentam ao olhar investigador, embora a cobertura tenha sido de curta duração, com poucas suítes e um grau de noticiabilidade que se exauriu em poucos dias.⁴⁰ Para o recorte que se pretende aqui, o foco está nas relações discursivas entre o espaço e o lugar de fala daquele que é enquadrado como 'o outro'.

Ao contrário da Macondo de Garcia Marques, em que os limites da realidade se mesclam ao fantástico, os alvoroços e desencantos na contemporaneidade encontram outros limites: as

⁴⁰ Vale ressaltar que o Brasil começa a ter como recorrentes ações de repúdio a imigrantes no Brasil. O caso mais recente foi de um vendedor em Copacabana atacado por homens com paus que diziam entre outros xingamentos “vá embora do meu país”. O ataque foi gravado e exibido nas redes sociais e se tornou notícia, em 03 de agosto de 2017.

fronteiras simbólicas e geográficas que demarcam as identidades e, a partir dela, uma série de conjunturas sociais e econômicas que põem em xeque direitos fundamentais de condição humana e de cidadania. No Brasil, o binômio refugiados/imigração ficou centrado, durante décadas, na realidade internacional. Assistíamos de longe aos debates em busca de soluções (in)viáveis. Esse cenário se transformou em 2010 após o terremoto que assolou o Haiti. Desde então, o Brasil – que durante décadas teve como destaque na imprensa sua condição de emigrante para os Estados Unidos em busca de melhores condições econômicas – tornou-se um Eldorado para milhares de haitianos em busca de sobrevivência.

2.5.2 Imigração e imprensa

Na matéria da noite do dia 2 de maio de 2017 da *Folha de S. Paulo*, intitulada “*Palestinos são presos após confronto com direita anti-imigração em SP*”, localizamos alguns contrapontos que nos interessam: os dois presos anunciados no título são, em outras matérias, apontados como um sírio e um palestino. O texto chama atenção também porque diz serem seis pessoas presas, quatro delas indiciadas, mas não informa a nacionalidade das outras quatro. “Em nota, a Secretaria da Segurança Pública afirmou que quatro homens foram presos em flagrante e responderão por 'explosão, lesão corporal, associação criminosa e resistência durante confronto em manifestação', e outros dois homens foram levados para o 78º DP e liberados” (*Folha de S. Paulo*, 2 de maio de 2017). Esse deslize discursivo (Orlandi, 1999) nos leva a uma chave para a compreensão do ponto nevrálgico da discursividade: a nacionalidade de um dos envolvidos. É ela que sobressai no título da matéria, o que deixa em segundo plano o quesito numérico tão caro ao jornalismo e deixa à margem, também, a própria apuração da matéria, que mesmo na velocidade da cobertura on-line, é fundamental ao jornalismo.

Além disso, os sujeitos da ação “confronto” dão um sentido taxativo cuja significação é preenchida pelo arsenal simbólico da palavra “palestino” – e a relação com a identidade, que está presente também nas outras notícias do recorte da cobertura. São elas: “*Um palestino e um sírio são detidos após confusão em marcha anti-imigração em SP*” (*Folha*, 02 de maio de 2017), “*Palestinos são soltos um dia depois de confronto com direita anti-imigração*” (*Folha*, 03 de maio de 2017), “*Direita volta a protestar contra a imigração*” (*Folha*, 12 de maio de 2017), “*Um palestino e um sírio são detidos após confusão em marcha anti-imigração em SP*” (*O Globo*, 03 de maio de 2017), “*Presos por conflito em marcha anti-imigração em SP são soltos*” (*O Globo*, 03 de maio de 2017), “*Ato anti-imigração na Paulista foi contra a lei, dizem especialistas*” (*O Globo*, 05 de maio de 2017), “*Grupo anti-imigração protesta na Avenida Paulista*” (*O Globo*, 16 de maio de 2017).

Para Massey (2008), a interação, que se estende desde a imensidão global ao intimamente pequeno, é uma das chaves para a compreensão do espaço. É parte de seu argumento que o espacial tem suas implicações específicas agindo sobre o político porque pode perturbar a maneira como certas posições políticas são formuladas – podendo ser, inclusive, a discussão sobre o espaço uma abertura genuína para a esfera do político. A construtividade relacional e a compreensão do discurso ordenador das práticas e dos sujeitos (Massey, 2008), no Brasil, podem ser um caminho possível à compreensão de um reconhecimento sério da multiplicidade, mas depende, invariavelmente, do reconhecimento das espacialidades e das trajetórias e histórias desses múltiplos.

Ao mesmo tempo em que o espaço tem múltiplos sujeitos e múltiplos sentidos, as cidades se apresentam em múltiplas temporalidades. Os gestos de dominação sobre o espaço e, geralmente, o gesto de dominação do outro, são o que fazem com que o espaço, em vez de se manter aberto a múltiplas trajetórias, se transforme em constatação - e se limite à temporalidade única, resultado de uma análise míope e reduzida. E daí compreender o refúgio, os deslocamentos e os direitos inerentes às condições dos humanos sem o pendor necessário de abertura impede a percepção complexa das divisões e dos lugares cristalizados que os sujeitos ocupam, também, no jornalismo.

Quando apresenta algumas teorias sobre as divisões regionais em *O Poder Simbólico* (1989), Bourdieu se utiliza da fronteira para explicar o processo de divisão. Para ele, é impossível sustentar que existam critérios capazes de basear como naturais os marcadores de classificação. As fronteiras, diz ele, têm maior ou menor fundamento na realidade conforme os elementos que ela reúne. Daí fica a pergunta: o que estabelece a fronteira das nacionalidades dos imigrantes? O que determina os limites ao seu acesso a direitos?

Tal “realidade” se pauta em delimitações de forças arbitrárias que ganham ares de legitimação. O que nos leva a questionar a maneira como são tratadas as divisões espaciais “acopladas” aos sujeitos em condições de imigração. O que os tornam diferenciados? O que legitima o lugar de fala? A divisão de uma cidade não é inocente; menos inocente ainda uma divisão que privilegia espaços que terão diferenciações físicas e simbólicas a partir de uma divisão anterior.

Em 1988, Boaventura de Sousa Santos publicou o texto “Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegômenos a uma concepção pós-moderna”. Nesse, o autor faz uma imersão na compreensão da cartografia a partir de três perspectivas: escala, projeções e simbolizações. O que propomos aqui é usar a análise dos mapas de Boaventura para pensar o jornalismo como um mapa de representações a partir da compreensão espacial em que se dá os embates das manifestações anti-imigração. A noção de realidade e distorção possíveis pela escala nos dá a tônica de como se estruturam, também no jornalismo, a construção social de uma realidade e de como se constroem e se mantêm os lugares engessados das representações. O que vai importar (Boaventura) é que os mecanismos da escala sejam controlados.

O poder tende a representar a realidade social e física numa escala escolhida pela sua virtualidade para criar os fenômenos que maximizam as condições de reprodução do poder. A representação /distorção da realidade é um pressuposto do exercício do poder. (Sousa Santos, 1988, p. 146).

Propomos então pensar o sentido do espaço por uma percepção de que os lugares atravessam diferentes trajetórias e não necessariamente devem pressupor sintonia – o que Massey (2008) vai chamar de coetaneidade. Como, então, pensar a tentativa de ordenamento na produção do sentido? Na culinária, nas trajetórias, na musicalidade, no lazer, nas práticas – o ordenamento dá conta de um segundo processo que é o de materializar o que se entende por “ordem” nos países, nas cidades, na periferia. A reordenação do espaço articula-se com a reconfiguração do conceito de imigrante e refugiado – e a identidade atua como motor dessa reconfiguração e ressignificação. E aí a pergunta fundamental desse trabalho: como falam os refugiados na condição de sujeitos das histórias contadas?

No conto “O Emblema da Cidade”, Kafka (1987) relata a construção da Torre de Babel como uma metáfora para a compreensão do espaço como processo e relação. No texto, ele narra as várias gerações que se alternam na tentativa de terminar a edificação de uma torre que chegasse ao céu. O maior empecilho se dá justamente nos aparatos de cada geração vindoura, que sempre

coloca abaixo o que está pronto para reconstruir de acordo com seus sentidos e propostas. Além disso, a construção da torre traz consigo a construção da vila operaria daqueles que irão trabalhar na “obra” – o que sucede uma série de contratempos sobre o papel de cada nação na construção e que deflagrava guerras sangrentas.

É assim, que podemos então compreender que na “babel contemporânea”, a desordem constitutiva e embrionária busca caminhos de disciplinarizar os sentidos e homogeneizar as diferenças (de vozes, de conduta, de significações) que formam as cidades e delas, um país. Os elementos do relato do mito de Babel sinalizam o caos das cidades: número elevado de pessoas dividindo o mesmo espaço, o uso de línguas distintas, a idealização de projetos particulares com o objetivo de preservar suas comunidade e identidade, e a produção de riquezas próprias. O ordenamento se torna a tentativa constante de buscar a perfeição da cidade, de reconstruí-la – e aí a recorrência e atualidade do mito de Babel para a compreensão da cidade contemporânea. Considerar irrelevantes, inapropriadas ou descartáveis o valor de outras vivências no mundo para além da lógica urbano-capitalista-cristã, coloca-nos numa posição de termos nada mais do que a marginalização e a desqualificação de experiências outras. De forma que o discurso/história sobre as migrações, as fugas, os deslocamentos e o trânsito de fronteiras surgem como o único parâmetro para julgar a veracidade e a importância de memórias diversas.

Nesse contexto, é imperativa a atenção às falas que trarão possibilidades de reconfigurar a participação imigrante na compreensão do mundo ocidental, participação essa silenciada pelo enquadramento discursivo dominante que promove o apagamento da pluralidade das vozes e da cultura produzidas no (e pelo) refúgio, pelo deslocamento, pela imigração – processo esse considerado por Sodré (1999) de “fala como história”. Trata-se de investigar, então, como as noções de Direitos Humanos e de cidadãos em situação de urgência se configuram nos espaços das cidades ocidentais, e por quais estratégias tais vozes são postas (ou não) à margem.

2.5.3 As vozes enquanto condições de imparcialidade

Como então o jornalismo garante aos “de fora” suas condições de sujeitos das histórias que retratam? Suas vozes existem enquanto representatividade ou apenas como ruído? Nas matérias que compõem a cobertura das duas grandes empresas de comunicação do país podemos destacar: em nenhuma delas apareceu qualquer entidade representativa ligadas aos detidos – cujos nomes são Hasan Jarif e Nour Alsayyd. Nas matérias da Folha nos três dias de cobertura falaram: o advogado de defesa Hugo Albuquerque; o chefe do Departamento de Relações Internacionais da PUC-SP, Reginaldo Nasser, a Secretaria de Segurança Pública; o coordenador do grupo Direita São Paulo, André Petros; e manifestantes – entre eles um descendente da família real, Luís Philippe de Orleans e Bragança. Não houve entidades representativas de direitos humanos ou outros imigrantes para pontuar questões relacionadas à imigração. Não se trata aqui de dizer que houve defesa de um lado da história, mas de fomentar uma discussão para o fazer jornalístico em dois aspectos, aqui fundamentais para a compreensão da produção de sentido: as fontes e a seleção das falas. Acompanhamos abaixo a seleção da fala do advogado de defesa, única fonte representativa de oposição à marcha (vale ressaltar aqui que se trata da fala de um advogado, cuja legitimidade para as questões sobre imigração e direitos humanos é questionável por ter um posicionamento de defesa de seu cliente. Por outro lado, temos em seguida na ordem apresentada na edição, a nota

na Secretaria de Segurança Pública de São Paulo – que dá o tom oficial e “equilibrado” a que se pretende o jornalismo.

(...) Segundo Hugo Albuquerque, advogado de Zarif, seu cliente e ao menos um amigo palestino, identificado como Nur, apanharam de manifestantes da Marcha Contra a Lei da (i) Migração. "De tão machucado", Nur foi levado a um pronto-socorro, "com possível nariz quebrado e muitas escoriações", diz o defensor. Já Zarif foi encaminhado ao 78º Distrito Policial, nos Jardins. A SSP afirma ainda que "o grupo teria agredido manifestantes que protestavam contra a Lei da Imigração, inclusive arremessado artefato explosivo". De acordo com Albuquerque, os policiais estão "comprando a versão [dos ativistas anti-imigração], como se os palestinos tivessem atacado o grupo". (...) Na delegacia estava também Reginaldo Nasser, chefe do departamento de relações internacionais da PUC-SP e amigo de Zarif (*Folha de S. Paulo*, 2 de maio de 2017).

No entanto, a relação cliente/advogado retira o escopo que a discussão poderia trazer para trazer uma contra argumentação às falas selecionadas, a seguir, dos manifestantes. Além disso, o jornal aponta a presença na delegacia do chefe do departamento de Relações Internacionais da PUC-SP, que não tem fala e fica como um penduricalho informativo quando é apontado que ele estava na delegacia na condição de amigo do indiciado. Nas três edições publicadas no site da *Folha*, apenas o advogado de defesa de um dos acusados é chamado a falar e faz o tal “outro lado da história, tão caro ao jornalismo”.

Na cobertura da *Folha*, foram entrevistados também manifestantes da marcha – cujas falas apresentadas sem contrapontos não deixam evidentes o tom crítico necessário ao que se apresenta como xenofobia. E elas são divulgadas sem que haja informações complementares às informações creditadas, mas ainda assim expostas pelo jornal.

Coordenador da Direita São Paulo, grupo que organizou a passeata, André Petros Angelides dá uma versão diferente dos acontecimentos. Ele diz que o grupo protestava "pacificamente" quando, quase em frente à estação Consolação de metrô, "uma bomba caseira foi jogada na direção da gente". (...) Também escuta-se alguém dizer: "Comunista tem que morrer". Com nariz sangrando, um representante da direita diz que foi "agredido numa manifestação pacífica". Um senhor chamado de Antônio, com a blusa manchada de sangue, afirma: "É uma vergonha, é uma vergonha. Comunistas vagabundos!" (*Folha de S. Paulo*, 2 de maio de 2017).

Além disso, a matéria aponta detalhes de um vídeo e entrevistas com pessoas que estavam na passeata. Optamos por colocar na íntegra alguns trechos, que termina com a associação pelo jornalista da matéria para a identificação do autor do projeto de lei, Aloysio Nunes, com o movimento de esquerda durante a Ditadura Militar – o que confirma as falas de que a lei é esquerdista – embora o autor do projeto seja filiado ao PSDB.

(...) Descendente da família real e líder do movimento Acorda Brasil, Luiz Philippe de Orleans e Bragança foi à passeata direitista e também definiu o que aconteceu como um "ataque terrorista (...). O presidente do Direita São Paulo, Edson Salomão, diz que "um desses agressores é estrangeiro, muçulmano e de nacionalidade palestina". "Veja só o tipo de comportamento ele quer trazer para nossa nação" (*Folha de S. Paulo*, 02 de maio de 2017).

Em seguida, o jornal aponta algumas falas sobre associações já feitas no título do dia 12 de maio, quando faz referência direta ao posicionamento político de direita ser a aglutinação à manifestação: “Direita volta a protestar contra imigração”. Ao posicionar o movimento como de direita (para além de um grupo no Facebook se autointitular de direita, o jornal assume a postura direita *versus* esquerda, que fica subentendida na maneira artilosa de selecionar as falas discordantes à lei.

O suposto agressor seria reincidente, por já ter usado de violência contra manifestantes antes, segundo Salomão. "Nem português o cara sabe falar direito." Ele ainda critica "esquerdopatas" que se alinham aos palestinos. Nessas horas, afirma, "advogados brotam, logo chegam representantes dos direitos humanos. Não duvido nada que o [vereador do PT] Eduardo Suplicy apareça daqui a pouco".

E a principal matéria da cobertura, que é praticamente replicada na segunda suíte do dia seguinte, termina com complementação informativa sobre os pontos apresentados pelos manifestantes nas falas selecionadas. É nesse momento que o jornal parece assumir como verdade a questão comunista/terrorista da lei e da imigração:

Marcharam na terça contra a nova lei da migração, proposta em 2015 pelo então senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), hoje ministro das Relações Exteriores. "Todo mundo conhece o passado dele, de terrorista, de motorista do Carlos Marighella. Agora ele não deixa de ser um terrorista de terno, com o poder da caneta na mão", diz Angelides. Na juventude, Nunes militou na Ação Libertadora Nacional, grupo de guerrilha capitaneado por Marighella contra a ditadura militar (*Folha de S. Paulo*, 02 de maio de 2017).

A matéria detalhada acima do dia 02 de maio foi publicada na editoria Cotidiano da *Folha de S. Paulo*. Já no dia 12 de maio, na seção da colunista Patrícia Campos Mello, o texto da coluna tem um perfil menos político e mais informativo – no entanto, se trata de uma coluna independente no jornal com publicação às sextas-feiras. Nela, nota-se que as falas continuam dos manifestantes e não há nenhuma de movimentos ligados aos Direitos Humanos e continua não aparecendo uma fala oficial do Ministério das Relações Exteriores – cujo ministro é autor do projeto. Mas o texto assinado faz contrapontos às falas dos manifestantes com números sobre refúgio e economia.

Ainda que apresente dados que rechaçam as informações dos entrevistados, chama atenção que não haja a legitimação de falas outras que possam se posicionar na *Folha de S. Paulo* contrários às manifestações.

O líder do Direita São Paulo cita os "400 índios em Manaus, que levaram a cidade a uma situação de calamidade pública." "Quando entra um grande contingente de pessoas, isso prejudica a estrutura social, o emprego e a moradia." Grande contingente? Segundo dados de fevereiro do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), existem 8.950 refugiados no Brasil —2480 são sírios, 1501 angolanos e 1.150 da República Democrática do Congo. No Brasil, há apenas 0,04 refugiados por mil habitantes (dados do Acnur de 2015). (...) a Argentina acolhe duas vezes mais refugiados que o Brasil, e a Costa Rica, um país minúsculo, absorve 18 vezes mais refugiados por mil habitantes do que nós. Além dos refugiados, temos a entrada dos haitianos, que vinham com visto humanitário e são cerca de 70 mil no país, e dos venezuelanos, que também ganharam direito ao visto humanitário

e são cerca de 20 mil. Mesmo assim, para uma população de cerca de 209 milhões em 2017, não é exatamente uma calamidade pública (*Folha de S. Paulo*, 12 de maio de 2017).

Já na cobertura do jornal *O Globo*, as 4 matérias apontam caminhos diferentes para a questão com a presença de fontes especialistas para a problematização da imigração e da diferença, mas ainda deixa em aberto – o que é caro para esse trabalho de pesquisa, as vozes de imigrantes, que aparecem apenas a partir da leitura de um outro.

No texto, aparecem os dois posicionamentos: a fala do advogado de defesa de um dos detidos (o mesmo utilizado pela *Folha de SP*) e a descrição dos vídeos postados pelo coordenador da manifestação. No entanto, chama atenção um detalhe que não foi mencionado pela *Folha de S. Paulo*: um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) precisou ir à delegacia apurar irregularidades na condução do indiciamento.

Presente na delegacia nesta manhã, a vereadora Sâmia Bonfim, do PSOL, disse que os policiais não permitiram a presença de advogados na delegacia. Um membro da OAB-SP precisou comparecer ao local para autorizar a entrada dos juristas. “Não há nenhuma acusação sobre a marcha. Existe apenas o flagrante sobre os detidos”, disse a vereadora. Júlio Fernandes, ouvidor das polícias do Estado de São Paulo, compareceu à delegacia e disse que deve apurar denúncias sobre a forma como o caso foi conduzido pela polícia, em especial sobre os advogados não terem acesso aos presos durante a madrugada (*O Globo*, 03 de maio de 2017).

Assim como na *Folha de SP*, as duas primeiras matérias de *O Globo* não trouxeram a complexificação da questão da imigração e erraram em chamar de dois palestinos os detidos, quando um deles aparece como sírio em outra matéria – chama atenção, inclusive, como a questão da nacionalidade dos envolvidos não tem confirmação ou menção de errata – a informação é dada sem critérios mínimos das diferenças culturais, embora em ambos os casos são regiões em conflitos armados. No entanto, o *O Globo* apontou o papel da OAB, da ouvidoria da Secretaria de Segurança Pública e a investigação do Ministério Público Federal quanto ao impedimento ao advogado de defesa na delegacia. Já nas duas últimas suítes, publicadas nos dias 5 e 16 de maio o jornal *O Globo* continuou a cobertura.

No dia 5, o jornal traz informações que questionavam a legalidade da manifestação. Com o título “*Ato anti-imigração na Paulista foi contra a lei, dizem especialistas* - Discurso contra muçulmanos surpreendeu os especialistas. 'É preocupante', disse secretário adjunto da Secretaria de Direitos Humanos”. E aqui são chamados para falar várias entidades representativas dos Direitos Humanos, tais como: secretário-adjunto da Secretaria de Direitos Humanos, vinculada ao Ministério da Justiça, Silvio Albuquerque; coordenador da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB-SP), Martim Sampaio; além dos que já estavam como únicas fontes dos jornais desde o começo da cobertura. São eles: Pamella Angelides, integrante do Direita São Paulo; Douglas Garcia, também do Direita São Paulo; o militante Leandro Mohallem, do movimento Juntos pelo Brasil. Três falas para cada lado, numa tentativa de equilibrar os discursos – que embora seja a perspectiva de imparcialidade utilizada pelo jornalismo, ignora que a produção de sentido não se encontra na racionalidade numérica. No texto, embora não se tenha adjetivações e verbos na 1ª pessoa, encontramos alguns indícios de tomada de posição (o que não é o objetivo do trabalho que aqui se apresenta, mas que ajuda a elucidar as questões das fontes).

Gritos “contra a islamização” e discurso de intolerância religiosa no ato contra o novo Estatuto da Migração na Avenida Paulista nesta terça-feira (2) podem ser considerados crimes, dizem especialistas ouvidos pelo G1. (...) para o secretário-adjunto da Secretaria de Direitos Humanos, vinculada ao Ministério da Justiça, Silvio Albuquerque, “o limite da liberdade de expressão é a dignidade humana”. Ela não pode ser ferida, explica Albuquerque (*O Globo*, 05 de maio de 2017).

Já no dia 16, o que acontece é a cobertura de uma nova manifestação na Avenida Paulista, sem, no entanto, apontar novos incidentes. Com proximidade de uma possível sanção presidencial, o jornal fez uma matéria curta com as informações básicas sobre o evento e acrescentou os pontos mais importantes da nova lei – que até então não tinham sido apresentados em nenhum dos dois veículos.

Em 2005, durante o Fórum Mundial Social em Buenos Aires, Boaventura de Sousa Santos falou sobre a emancipação social e dentre as abordagens dele, uma chama a nossa atenção: “Não é simplesmente de um conhecimento novo que necessitamos; o que necessitamos é de um novo modo de produção de conhecimento. Não necessitamos de alternativas, necessitamos é de um pensamento alternativo às alternativas”. (Santos, 2007, p. 20). Os discursos se relacionam com outros na construção dos sentidos, e é constitutivo que a relação de força sustentada pelo poder interfira sobremaneira nos diferentes lugares de onde partem os discursos – “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (Orlandi, 2007, p. 39) – no caso, aqui, dos sentidos expressos no jornalismo. A questão é a compreensão de como se configuram os espaços compartilhados - que demarcam esses “lugares”, no sentido de poder de fala; ou seja, que lugares ocupam os “outros” e os “nós” no sentido das identidades simbólicas culturais/religiosas e geográficas.

Em “É isto um homem?”, Primo Levi (1988) vai descrever os sonhos constantes dos presos nos campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial. Nestes sonhos, há algo em comum: o desespero por não encontrarem quem quisesse ouvir os relatos dos horrores vividos. Escutar as narrativas deveria ser a função dos ouvintes, que, em vez disso vão embora, não querem saber nem permitir que essa história difícil e ameaçada por sua própria impossibilidade tenha alcance e ameace também a tranquilidade de sua vida cotidiana. Jeanne Marie Gagnebin (2006) vai justamente se preocupar em ampliar o conceito de testemunha.

Para ela, a testemunha não seria somente aquele que viu com seus próprios olhos, mas seria também aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante a história do outro: não por culpa ou por compaixão, “mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente.” (Gagnebin, 2001, p. 57).

2.5.4 Considerações Finais

É então da incapacidade de ouvir relatos, de fazer valer a condição de pluralidade em que os pontos, divergentes ou não, são postos no tabuleiro de um texto, que o jornalismo burla sua condição de testemunha ao se estruturar em práticas que retiram o potencial transformador do

jornalismo, deixando-o apoteoticamente como palco de recursos políticos hegemônicos. A prerrogativa de não dar conta do real em sua transposição ao texto é essência do jornalismo; no entanto, não pode ser usada como justificativa para a apatia desconcertante e ardilosa com que as vozes sobre as condições dos imigrantes moradores do país são apagadas pelo uso de recursos legítimos da rotina jornalística da edição das falas, como vimos nas matérias da cobertura de ambos os jornais. Esse fingir ouvir da pseudocondição de testemunha do jornalismo traz como questionamento fundamental ao papel não só do jornalismo, mas especificamente ao papel dos silenciados – como questiona Boaventura de Sousa Santos (2007): “como fazer o silêncio falar de uma maneira que produza autonomia e não a reprodução do silêncio?”

O silêncio é o resultado do silenciamento: a cultura ocidental e a modernidade têm uma ampla experiência histórica de contato com outras culturas, mas foi um contato colonial, um contato de desprezo, e por isso silenciaram muitas dessas culturas, algumas das quais destruíram. Por isso, quando queremos tentar um novo discurso ou teoria intercultural, enfrentamos um problema: há nos oprimidos aspirações que não são proferíveis, porque foram consideradas improferíveis depois de séculos de opressão (Santos, 2007, p. 55).

E é esse o problema teórico que apontamos aqui neste final de trabalho: o silêncio imputado pelo jornalismo cuja pior herança é fazer parecer existir. Mas como pensar o silêncio de algo dito? O que estamos apontando é o silêncio que existe nas palavras, naquelas que são reproduzidas no jornalismo, atravessadas de silêncio e de direcionamentos.

Bibliografia / Bibliografía / Bibliographie / References

- Boudieu, Pierre (1990). Espaço Social e poder simbólico. In: *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense.
- Doreen, Massey (2008). *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Gagnebin, Jeanne Marie (2006). *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34.
- _____. (2008). Babel do século XXI: do mito às mídias. Compós. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Volume 11, número 1, a. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/285/253>>. Acesso em: 26 jun 2014.
- Levy, Primo (1988). *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco.
- García Marquez, Gabriel (2001). *Cem Anos de Solidão*. Rio de Janeiro: Record.
- Orlandi, Eni (1997). *As formas do silêncio*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Santos, Boaventura de Sousa (2007). *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo.
- _____. (1998). Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegómenos de uma concepção pós-moderna do direito. Coimbra: Revista Crítica de Ciências Sociais.
- Sodré, Muniz (2009). *A Narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes.

2.6 Cine Migrante e Alteridade na Obra de Llorenç Soler

Rafael Tassi Teixeira⁴¹

Denise Cogo⁴²

Resumo

O trabalho incursiona pela reflexão teórico-analítica das composições filmicas de um dos pioneiros do cinema migratório documental, buscando aproximações dos discursos fílmicos na análise dos filmes sobre migrantes do cineasta valenciano Llorenç Soler. Metodologicamente, utiliza análise filmica e sociocrítica, tendo como principal corpus as obras do cineasta que tratam sobre perspectivas migrantes. Tentando tecer articulações entre as narrativas cinematográficas, as estilísticas documentais e a convergência socio-ficcional das obras do cineasta, a proposta do artigo se concentra em traçar alinhamentos perspectivos sobre a sistemática filmica/reflexiva de Soler através de seus filmes documentários e filmes ensaios sobre migrantes. Ao mesmo tempo, compromete-se em desenvolver um campo de diálogo entre as teorias migratórias contemporâneas e a contribuição de Soler.

Palavras-chave: Teoria dos cineastas; Filmes ensaio; Llorenç Soler; Documentários migratórios.

Cine Migrante y Alteridad en la Obra de Llorenç Soler

Resumen

El presente trabajo es una reflexión teórico-analítica de las composiciones filmicas de uno de los pioneros del cine migratorio documental, buscando aproximaciones de discursos fílmicos en el análisis de las películas sobre migrantes del cineasta valenciano Llorenç Soler. La metodología utilizada es el análisis fílmico, poniendo especial énfasis en las obras del cineasta que tratan sobre perspectivas migratorias. En el escrito se intentan tejer articulaciones entre las narrativas cinematográficas, estilísticas documentales y la convergencia socio-ficcional en las obras del cineasta. La propuesta del artículo se concentra en trazar zonas comunes sobre la sistemática filmica/reflexiva de Soler a través de sus filmes documentales y filmes de perfil ensayístico sobre

⁴¹ Professor e Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP/PR) e Professor Adjunto da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR\FAP) na área de Sociologia da Arte e Estudos Culturais. UTP – Universidade Tuiuti do Paraná. E-mail: rafatassiteixeira@hotmail.com

⁴² Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), São Paulo, Brasil. Pesquisadora Produtividade 1D do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. ESPM - Campus Francisco Gracioso. E-mail: denisecogo2@gmail.com

migrantes. Al mismo tiempo, el presente trabajo asume el compromiso de desenvolver un campo de diálogo entre las teorías migratorias contemporáneas y la contribución de Soler.

Palabras clave: Teoría de los cineastas; Ensayos filmicos; Llorenç Soler; Documentales migratorios.

Cinéma migrant et altérité dans le travail de Llorenç Soler

Résumé

Le travail appelle à la réflexion théorique-analytique des compositions cinématographiques de l'un des pionniers du cinéma documentaire migratoire, cherchant des approximations des discours filmiques dans l'analyse des films du cinéaste valencien Llorenç Soler sur les migrants. Méthodologiquement, il est utilisé une analyse filmique et sociocritique ayant pour corpus principal les travaux du cinéaste Llorenç Soler sur les perspectives des migrants. Essayant de tisser des articulations entre les récits cinématographiques, la stylistique documentaire et la convergence sociofonctionnelle des œuvres du cinéaste, la proposition de cet article se concentre sur les perspectives de la systématique du cinéma réflexif de Soler à travers ses films documentaires et ses essais sur les migrants. Parallèlement, il s'engage à développer un champ de dialogue entre les théories migratoires contemporaines et la contribution de Soler.

Mots-clés : Théorie des cinéastes ; Film-essai ; Llorenç Soler ; Documentaires migratoires.

Migrant Cinema and Alterity in the Work of Llorenç Soler

Abstract

The work includes the theoretical-analytical reflection of the film compositions of one of the pioneers of the documentary migratory cinema, seeking approximations of the filmic discourses in the analysis of the films about migrants of the Valencian filmmaker Llorenç Soler. Methodologically, it uses filmic and sociocritical analysis having as main corpus the works of the filmmaker that deal with migrant perspectives. Trying to weave articulations between the cinematographic narratives, the documentary stylistics and the socio - functional convergence of the works of the filmmaker, the article's proposal focuses on outlining perspectives on Soler's reflexive filmmaking systematics through his documentary films and essays on migrants. At the same time, it compromise to develop a field of dialogue between contemporary migratory theories and Soler's contribution.

Keywords: Filmmakers theory; Assays films; Llorenç Soler; Migratory documentaries.

2.6.1 Introdução

O cinema migratório documental é um movimento reflexivo e inovador na perspectiva do cineasta valenciano Llorenç Soler, desenvolvido sobretudo a partir da década de 1980 (Francés, 2012) estabelecendo-se como um diálogo entre o cinema político espanhol e o cinema do cotidiano. Soler é natural de Valencia (1936) e desenvolve suas atividades de diretor, realizador de documentários para cinema e televisão, professor (Escola de Valencia) e teórico de cinema, pintor e poeta, ensaísta e ‘homem das margens’, como ele mesmo gosta de declarar-se, ao longo de mais de quatro décadas de trabalhos como artista comprometido com um pensamento social. A força de seu olhar como cineasta, enfatizado principalmente em seus trabalhos como documentarista em mais de quatro décadas e meia de cinema realizado nas margens, na maioria das vezes sem apoio institucional, entre o documentarismo engajado e o estilo estético-narrativo livre - Soler não se formou em escolas de cinema, buscando um cinema ‘fronteiriço’, desenvolvido na fronteira do documentário para televisão (Francés, 2012) e dos filmes narrativos com pluralidade temática-discursiva e estética experimental. Essa condição aparece em mais de cem obras audiovisuais, desde filmes fundamentais de sua primeira etapa como documentarista: *52 Domingos* (1967), *El Largo Viaje Hacia la Ira* (1969), *Sobrevivir en Mauthausen* (1975), *Gitanos sin Romancero* (1976), etc., a filmes mais recentes sobre ensaios poéticos e reflexões de personagens esquecidos: *Francisco Boix: Un Fotógrafo en el Infierno* (2000), *Max Aub: Un Escritor en su Labirinto* (2002), *Del Roig al Blau* (2005), *El Hombre que Sonreía a la Muerte* (2006), *Veinte Propositiones para un Silencio Habitado* (2007). Soler produziu, além disso, três obras de ficção em longa-metragens: *Said* (1999), *Lola Vende Cá* (2000), *Vida de Família* (2007) e uma extensa obra ensaística-conceitual em livros sobre teoria do documentário.

Nesse texto, propomos uma reflexão teórico-analítica sobre o cinema migratório documental de Llorenç Soler, focalizando especialmente dois filmes produzidos pelo cineasta em duas décadas distintas - *El Largo Viaje Hacia la Ira* (1969) e *Apuntes para una Odisea Soriana Interpretada por Negros* (2005) - na perspectiva de tecermos articulações entre as narrativas cinematográficas, as estilísticas documentais e a convergência socioficcional das obras de Soler. Assim, a partir de uma contextualização inicial sobre o cinema de Soler e análise inicial dessas duas obras, buscamos, em uma segunda parte do texto, traçar alinhamentos perspectivos sobre a sistemática fílmica reflexiva do diretor através do conjunto de seus filmes documentários e filmes ensaios sobre migrantes a fim de desenvolvermos um campo de diálogo entre as teorias migratórias contemporâneas e a contribuição de Soler.

A metodologia empregada abrange tanto análise fílmica como sociocrítica na perspectiva de observar os filmes de Soler que estruturam perspectivas migratórias, e faz uso da Teoria dos Cineastas (Penafria, Vilão e Ramiro, 2016), significativa por incorporar textos fílmicos, pensamento cinematográfico, leituras contextuais (migração e identidade), com as concepções estilísticas-documentais do trabalho de Soler. A Teoria dos Cineastas enseja os elementos do filme com a visão de mundo do cineasta, e corrobora para o entendimento da voz do autor dentro da estrutura fílmica, servindo para orientar, no caso de Soler, a perspectiva migratória como ato de vida, poética de imagens e pensamento social.

2.6.2 Tessitura Social e as Margens por serem Margens

Llorenç Soler produz um cinema militante e de denúncia social que o posiciona como um dos primeiros cineastas europeus que desenvolve uma obra de aproximação aos migrantes (internos e externos) e ao problema da incorporação segmentada (Portes, 2010). Além disso, o diretor desenvolve um cinema estilístico, profundamente experimental, que se estrutura em composições narrativas e linguagens cinematográficas inovadoras.

Os três primeiros filmes, compostos por *Será tu Tierra*, 1965; *52 Domingos*, 1966 e *D'un temps d'un país*, 1968, Soler deseja fundamentar uma proposta fílmica que não aceita a diferença que se tornaria ainda mais marcante na década de 1970. Esses três primeiros filmes narram as expectativas de sujeitos marginais: um grupo de migrantes em *Será tu Tierra*; um anônimo aprendiz de toureiro, em *52 Domingos*; e um cantor politicamente engajado, em *D'un temps d'un país*. No contexto de um país – a Espanha – que busca projetar uma ideologia do pertencimento a partir de imagens europeizantes e cosmopolitas, essas produções se projetam como lugares da crítica da crítica ao se construírem fílmicamente com forte influência dos círculos artísticos e da ideia da realização de um cinema de vanguarda: as formas artísticas e as situações fílmicas convertidas em uma linguagem de testemunho e em um experimentalismo aberto⁴³.

Será tu Tierra abre toda uma fecundidade cinematográfica que se interessará pela força do comum e a imagem dos sujeitos subterrâneos, retratando as dificuldades de acesso às moradias pelos trabalhadores de uma Barcelona cada vez mais superficial, esterilizada em suas avenidas centrais. Revela as dificuldades de conseguir habitação digna por parte dos imigrantes favelados em imagens que serão paradoxalmente criticadas pelo fato do filme ter sido um encargo do Patronato Municipal da Moradia de Barcelona, mantendo-o, portanto, longe de qualquer exibição oficial.

Domingos, por sua vez, irá incursionar no universo dos aspirantes a toureiros em uma realidade paupérrima em que o sonho de conversão na profissão dificilmente alcançável revela um fracasso iminente. O filme explora a precariedade da situação de estar à margem, e, ao mesmo tempo, trata com valor as ilusões dos toureiros neófitos.

D'un temps d'un país - a realização cinematográfica que fecha essa série de primeiros filmes estilisticamente arrojados⁴⁴ - mostra a figura de um *cantantor*⁴⁵ (Raimon) que se retrata a si mesmo diante de canções críticas ao momento político do país, buscando contextualizar a trajetória do artista através de imagens do bairro pobre onde nasceu, da história de sua família, de suas influências musicais e de suas posições ideológicas.

Será, não obstante, o filme seguinte - *El Largo Viaje Hacia la Ira* (1969) - que, de certo modo, revela a potência encarnada do cinema de Soler. Nele, o diretor busca gerar formas de reflexão em paralelo a uma atitude artística, afirmando uma tendência a romper com as unidades impermeabilizantes do documentário e produzir uma vontade agonística que tensiona a criação de circuitos da subjetividade.

⁴³ Tal como aponta Benet (2012), a assistência frequente aos círculos artísticos e a influência do cineclubismo da década de 1960, o entusiasmo com os movimentos de vanguarda e as relações com o cinema experimental, devem ter contribuído fortemente para que os primeiros filmes de Soler busquem essa mediação de referências.

⁴⁴ Câmera com posicionamento incômodo, ângulos oblíquos, planos duradouros, articulações verbais entre observadores-observados, etc.

⁴⁵ *Cantantor* é um neologismo decorrente da união das palavras cantor e autor. É utilizada no português e espanhol europeus para designar os artistas musicais que escrevem, compõem e cantam seu próprio material, incluindo letra e melodia.

El Largo Viaje Hacia la Ira (1969) é um filme representativo do cinema-migrante e ao mesmo tempo do cinema de experimentação. Um filme afortunadamente estilístico em sua concepção relacional, pois revela os meandros de um processo de deslocamento a partir de sequências com migrantes andaluzes na Barcelona de desenvolvimento desigual, à luz da dificuldade em integrar os rostos anônimos do trabalho na construção civil⁴⁶.

As imagens fílmicas com primeiros planos potentes, os rostos sucessivos divididos entre a necessidade de encontrar, de todo o jeito, alguma possibilidade de sentir a segurança perdida, a terra próspera, a vida interligada. *El Largo Viaje Hacia la Ira* (1969) descreve as insistências dos corpos sobre a dimensão do jogo da espera e da falsa unidade da representação.

A câmera é cotejada com liberdade sobre os corpos dos imigrantes, todos clandestinos, todos considerados abjetos em um mundo em que a única forma de sobrevivência é a força física dos braços – no limite, o trânsito mudo sobre uma espécie de organização silenciosa e abnegada, da concepção da vida ao redor de seu lançamento espacial, como única saída para o sujeito que já nasce em terra estranha. Uma terra que se desconhecem as relações, um lugar que parece ser inteiramente disponível como terra prometida, e, não obstante, se transforma em lugar de ausências. Ou seja, o descobrimento da desprivilegiada posição no mundo: antes que um movimento solitário, a descoberta de que o lugar no mundo é o lugar da série infinita dos sem corpos, todos eles provenientes de terras inóspitas, mensageiras da miséria e da dificuldade de manter saudável seus filhos pátrios⁴⁷.

El Largo Viaje Hacia la Ira (1969), irá revelar, portanto, um cineasta que compreende as soluções estilísticas a partir da vocação para a emergência dos rostos retratados (fotogramas das faces dos imigrantes atravessando os andaimes da estação e trem), da abertura ao contingente (duração dos planos, os olhares diretamente à câmera, que esperam serem chamados) e da atmosfera de proximidade com um mesmo e disseminado drama (buscarem lar onde somente encontrarão despejo).

O filme é estilisticamente muito potente em conseguir desenvolver uma câmera que está de maneira invariável ao redor dos corpos dos imigrantes, mas também dos interiores das moradias diminutas, da dificuldade de se integrar. Soler posiciona-se como cineasta com vocação para o pensamento social ao mesmo tempo em que densifica uma atmosfera de abertura para a indeterminação fílmica. Não há planos excedentes. Não há situações que não sejam imersivas. A linguagem cinematográfica, conjugada com a forte característica *amateur*⁴⁸, como aponta Benet (2012) ilustra um comprometimento com os sujeitos retratados ao mesmo tempo que incide sobre os pequenos movimentos e os detalhes da sobrevivência: os rostos marcam ausências e costumam uma alegoria sobre a imagem desfeita (a estação de trem solitária onde chegam migrantes de todos os cantos da Espanha de então). São inspirados em Pasolini - cineasta mais importante para Soler naquela época - e tratam de produzir o pensamento sobre a alteridade a partir de longos primeiros planos.

⁴⁶ Um filme que, de certa forma, ressoa trinta anos depois no documentário de José Guerin, “*En Construcción*” (2000) a partir de uma Barcelona que segue precisando de seus imigrantes, párias, anônimos, às margens do desenvolvimentismo imobiliário, nesse caso, no bairro de Raval.

⁴⁷ Agora mais de quarenta anos depois, dessa vez no documentário de Iciar Bollain, “*En Tierra Extraña*” (2014), quando a busca pela terra prometida ressoa em um mundo repetidamente inóspito, no estrangeiro cada vez mais distante, na voz de um de seus personagens: “*Maldita patria que no da de comer a sus hijos... eso me dijo un español, a lagrima suelta, en Alemania, y nunca se me olvida*”.

⁴⁸ Amadora.

Finalmente, a alteridade migrante é observada com o recurso da experiência da forma fílmica através da “pluralidade de sentidos” (Benet, 2012) em que a abertura à indeterminação acontece como experiência do significado circundante. A esfera do inacabamento circular dos primeiros filmes de Soler tem a ver, portanto, com uma ampliação do conceito de alteridade metafórica, subjacente ao lugar em que os corpos habitam a dimensão da experiência liminar, ou seja, o lugar da agonia do deslocamento como um prolongar do desencanto com a terra originária.

Nesse sentido, *El Largo Viaje* investe sobre o que seria profundamente capital nas obras do cineasta, reconhecido como um dos mais longevos pioneiros em retratar as condições de vida dos imigrantes na Espanha franquista⁴⁹ e pós-franquista. A experiência migrante de *El Largo Viaje Hacia la Ira* de certa forma irá ressoar em múltiplos filmes de sua carreira, sobretudo, porque é ponto inaugural de um ato de criação. Soler sempre entenderá o documentário como uma inspiração sobre a realidade processual e impossível de ser diretamente obtida e que irá disseminar uma espécie de entendimento sobre a reflexão social e a marcação poética nos filmes sobre os que se deslocam. Por exemplo, o uso testemunhal da voz dos que emigram em cotejamento explícito com as inscrições éticas e estéticas nos documentários vão compor processos de confinamento da encenação no âmbito das falências da própria imagem em poder dar conta de que no documentário (e também na vida) há ciclos que insistem no percurso de seus próprios testemunhos.

A defesa de planos objetivos, em que sobressaem os personagens anônimos, entrecruzam-se com primeiros planos dos rostos dos imigrantes, fazendo do filme uma espécie de natureza impregnante/importunante e alegórica. Nesse aspecto, o filme, para Soler, jamais se dá em uma relação simples entre o observado e o observável porque o sentido dialógico das imagens está fundamentado em uma permanente espera sobre a capacidade de produzir liberdade. Se *El Largo Viaje Hacia la Ira* busca, na penúria dos imigrantes, as vidas diametralmente em pausa e ao mesmo tempo em eterna espera, eles são onipresentes e carregam a elasticidade figurativa da reflexão autobiográfica e do simbolismo manifesto de estar sempre em processo de circulação e arrastamento. Afastar-se é uma noção limítrofe em múltiplos filmes de Soler, uma vez que as figuras escolhidas – ciganos, imigrantes, ‘párias’, aspirantes a toureiros, etc. – precisam percorrer, várias vezes, a dimensão transterritorial para poderem, minimamente, conquistar a subjetividade.

Avançando na construção fílmica nas décadas seguintes, *Apuntes para una Odisea Soriana Interpretada por Negros* (2005), terceiro documentário de Soler sobre a alteridade migrante, aprofunda a densidade dos depoimentos de *Ciudadanos bajo Sospecha* (1990)⁵⁰, uma de suas obras anteriores sobre migração, ao configurar as relações de um grupo de africanos na província de Sória, lugar em que o próprio Soler iria em busca de um exílio voluntário cinco anos antes. Caracterizada como uma das regiões menos povoadas da Espanha e com uma das menores densidades demográficas do país⁵¹, precisando, portanto, de pessoas para seguir mantendo, minimamente, sua população e os recursos regionais, o filme explora a dificuldade de interpretação dos imigrantes dentro do escopo das representações negativas e do imaginário pessimista.

⁴⁹ O período franquista determina-se pela funcionalidade fílmica vertida em duas majoritárias polaridades cinematográficas, como discute Torreiro (1995): filmes sob o respaldo de visões oficialistas do governo ditatorial e películas com posições – mais latentes ou mais manifestas – de crítica à visão dirigista do regime. Em relação ao cinema independente, tal como escreve Benet (2012), encontram-se cineastas que buscam a realização de um cinema social direto – primado pelo choque e pela narratividade denunciante contra os modelos hegemônicos capitalistas – e diretores que direcionam essa ruptura a partir de modelos experimentais, avançando sobre expressividades estilísticas e os códigos fílmicos dominantes.

⁵⁰ *Ciudadanos bajo Sospecha* (1990), retoma, vinte anos depois, a questão migratória de *El Largo Viaje*, pensando as relações interétnicas e raciais dos imigrantes estrangeiros em Mataró, na região de Barcelona, sobretudo ao estabelecer uma reflexão sobre a produção do estranhamento e a retórica da incorporação negativa. O filme dimensiona, através de séries de entrevistas e discussões sobre a realidade migratória dissecada pelos próprios imigrantes, a realidade dos africanos em Barcelona, desde a dificuldade de integração, passando pelo rechaço e impenetrabilidade social.

⁵¹ Soria (Sória, em português) é uma província da comunidade autónoma de Castilla y León, na Espanha. É a província menos populosa do país, com cerca de 93.503 habitantes e uma densidade populacional de 9 habitantes por km². É composta por 183 municípios, dos quais quase metade têm menos de 100 habitantes e apenas 12 têm mais de 1.000 habitantes. Ver [https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%B3ria_\(prov%C3%ADncia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%B3ria_(prov%C3%ADncia)).

Apuntes... destaca a trajetória de quatro imigrantes africanos insularizados na Soria profunda, contrastando as experiências interculturais com o racismo e a xenofobia emergentes. Soler disseca a condição da alteridade diferencialista, interpondo as expectativas dos imigrantes com as falas dos cidadãos sorianos. Há uma centralidade oblíqua, no filme, ao deixar narrar a formação dos estranhamentos, cotejando derivas entre os personagens negros e o entorno provido de representações do passado. Destacam-se a exposição dos imigrantes em contraste com as festas tradicionais e cerimônias católicas antigas, as fraturas entre o tempo de espera para ser admitido em uma sociedade fechada e construída a partir da insistência metadiscursiva na ideia de choque – o solilóquio estranho entre representação e imagem, que cria empoderamentos em visões autóctonas e substancialistas da ideia do passado.

Nesse sentido, *Apuntes...* redimensiona a questão da presença imigrante na Espanha da primeira metade dos 2000 através de um jogo entre ficção e realidade. Interpõe memória, sentido e imaginário ao recorrer a fala dos imigrantes e dos sorianos para pensar a sistematicidade negativa dos regimes de incorporação e a redução de espaços polifônicos em expressões sinedóquicas, hiperbólicas, unilaterais⁵².

O filme explora os vários níveis dos relatos e contrasta a metonimicamente a história da possessão de imaginários em um tratamento vocacional que mostra que nada corresponde à dimensão histórica da região como terra tradicionalmente de emigrantes. Sória passa a receber subjetividades que se deslocam, e, mesmo com a sentida necessidade demográfica e econômica, segue disseminando tematizações que jogam para o imigrante a responsabilidade moral, jurídica e cultural. O efeito desse contraste, no filme, expõe uma espécie de zona de discursos enclausurados em suas situações de espera, uma vez que as distâncias de expectativa e realidade são mantidas pelos “jogos de cena” que dialetizam paradoxalmente a impossibilidade do encontro.

A ação fílmica denota-se no cuidado com que as vozes imigrantes são entretecidas nas estratégias do retrato, da preferência pelos demorados primeiros planos, na recusa na pura figuração sem a potência presencial – o Eu e o Outro; nas bases subliminares dos sucessivos rostos humanos que vemos com o inseparável trabalho de pensar a forma fílmica em relação à verdade dessas fisionomias detidas na emancipação de seus espectros visuais, o filme prefere a indeterminação do plano à premissa (falsa) da perspectiva do encantamento. Há convívio, mas ressoam intolerâncias.

Nesse sentido, não existe excesso na sensorialização da diferença. O filme sempre quer o diálogo que a sociedade não tenta. De certo modo, os planos são dilatados porque a voz pode ser inesperada e emergente. O relato é o densificador de ausências, da insubstitubilidade das dinâmicas intertextuais entre as falas migrantes e os pessimismos dos autóctones. Sob o ponto de vista do documentário, todas as falas acontecem entretecidas em um jogo de espera do imaginário que se vende e da realidade que se intui⁵³.

⁵² A fala dos sorianos sobre a “ameaça” da presença do “excesso” de negros nas ruas, a utilização de expressões provenientes da grande mídia para tentar interpretar um fenômeno particular e subjetivo: expressões midiáticas reproduzidas nas oralidades tais como “avalanche”, “invasão”, etc; Mary Nash (2005) escreve sobre a densidade dessas expressões e terminologias, retiradas fundamentalmente da mídia norte-americana e francesa, para ajudar a criar um discurso nominológico que sustenta uma visão descontrolada e bastante distante da realidade social (a presença necessária dos imigrantes) por parte dos meios de comunicação espanhóis.

⁵³ Não se desenvolve tergiversação nesse formato, porque o documento narrado é selvagemmente construído pela subjetividade urgente, reivindicatória, necessária. Pequenos aforismos que buscam a dignidade partida da realidade não compreendida porque não se aceita, por parte dos que olham (mas não veem!) a dimensão individual e humana daquele que chega. Ou seja, daquele que aporta, daquele que traz e daquele que permite o conhecimento.

Em *Apuntes para una Odisea Soriana Interpretada por Negros* o uso dos depoimentos *in situ*, o acompanhar filmico dos imigrantes nas ruas sorianas, a presença de planos sem voz - produzindo uma elasticidade entre o visual e o não dito -, inscreve o filme em uma espécie de estruturação fisiológica dos corpos que não são vistos (como sujeitos) e sujeitos que são olhados, esquecendo a memória histórica de seus próprios corpos (migrantes, deslocados).

Apuntes é, portanto, um filme sobre a urgência periódica das migrações nas realidades sociais passadas e contemporâneas. Expõe a força dos relatos e das trajetórias de vida dedicadas à desigualdade dos pertencimentos, das condições das fronteiras, dos impedimentos sucessivos na participação intercultural. Mas o filme nunca é uma relação simples entre o exposto e o interpretável. As discursividades migrantes são emergentes porque se referem ao mesmo tempo à dimensão pessoal e à alegoria cinematográfica. Nesse sentido, *Apuntes...* traz a condição humana em relação à condição pessoal, subjetiva, indissociável. Entre narradores e figuristas, não há narrados. A presença, personalista, incondicional, dilacerante dos imigrantes ensaiam-se sobre a forma narrada – em que o observador também é observado e está em um exílio. Filme de deslocamentos, filme de anteposições entre territorializados por uma perspectiva antropológica, e antropologizados por imaginários. Defende a interação do plano com os rostos porque a câmera é um espelho, mas também uma emergência; subjetividades que produzem inacabamentos, inacabamentos que destinam sobrevivências.

2.6.3 Perspectivas Estilísticas, Narrativas Diversas

Entre deslocares e contingenciamentos, nos filmes de Soler sobre imigrantes que abrangem além de *El Largo Viaje Hacia la Ira*, aqui analisado, outras obras como as que compõem as trilologias *Será tu Tierra* (1965); *52 Domingos* (1966) e *D'un temps d'un país* (1968), e *Ciudadanos bajo Sospecha* (1990); *Apuntes para una Odisea Soriana Interpretada por Negros* (2005); *Saïd* (1999), há um volume significativo de imagens que calculam a reflexão dos deslocamentos e a proposta de abertura ao indeterminado a partir de uma explícita relação entre o ensaio e o classicismo (Guardia, 2012). Como se o filme e a câmera fossem, de certa forma, uma tomada de consciência sobre a inevitabilidade da física dos corpos e a precariedade de seus recursos de integração em ambientes que são sentidamente abjetos e restritivos.

A recusa da figuração, não obstante, dimensiona-se com a proposta de tecer um laço aproximativo, bastante precoce na história do cinema documentário espanhol (Romaguera i Ramió & Soler, 2006) entre um cinema de verve mais experimental e um cinema que maneja os códigos mais convencionais, ao mesmo tempo tentando combinar consistência alegórica e fugacidade narrativa. As derivas narrativas nos documentários sobre migração em Soler tencionam o incômodo com as presenças anônimas e as vozes-testemunhos, mas, de uma forma intencionada, não inscrevem o filme em uma sociologia das migrações. A duração sempre indeterminada dos planos, a atenção e abertura aos detalhes e a alegorização entre gestos observacionais e os liames da imagem entre os corpos e os objetos, complexificam e exploram a forma fílmica como um ato artístico em que sobreviver se torna uma experiência de acompanhar um pensamento identitário⁵⁴.

Os filmes de Soler sobre os que migram, com isso, suturam-se sobre a demarcação da falta como emergência migrante; entre presenças e registros, perfura-se o olhar ensaístico que diseca a contradição em seus próprios gérmenes – o esquema etnográfico dá lugar à interpretação da

⁵⁴Pela identidade que se dispõe em se alimentar do embate filmico: documentário e ficção, cineasta e documentarista.

experiência e, nesse sentido, o filme também é um encontro. Produções sobre a condição invisível, sobre as distâncias da memória, sobre a ‘oficialidade’ das histórias institucionais que propagam ocultamento e adesão, sem constrangimentos, a uma realidade propagandeada. Por isso, todo o filme, para Soler, também é, sobretudo, um filme-denúncia. Cotejado como ensaio sobre o caminho biográfico dos anônimos, ao mesmo tempo abertura a experiência autorreflexiva e dirigida ao questionamento da história dos que lutam por reconhecimento e sobrevivência⁵⁵.

A ambivalência intencional dos discursos migrantes e da experiência do próprio cineasta como um ‘deslocado’, faz parte desses filmes que conseguem dispor um entreato de imaginários (a realidade do artista, a acolhida do cotidiano, a deriva dos personagens). Espelhados na incerteza da imagem como elemento de figuração dos corpos e dos rostos, a migração se torna assunto recorrente (Bienvenido León, 2012) porque diseca duplamente uma imagem da espera – a câmera constantemente em situação de produção do inesperado e as pessoas em inquietudes móveis dispostas pela descoberta de um território estranho. Estrangeirismo, portanto, nos filmes que articulam uma série de microrrelatos e sutis condições observacionais da liminaridade dos que vivem em situação de contínua indefinição, dos que recebem a desconfiança como um cartão de visitas, conforme é possível observar em *Ciudadanos bajo Sospecha* e em *Apuntes para una Odisea Soriana Interpretada por Negros*

De certa forma, essa perspectiva reflete uma posição original sobre o campo do documentário e a fronteira entre o fílmico e o pessoal na perspectiva do autor como um migrante e da migração como a própria vida. Os documentários que colocam em perspectiva os migrantes são, portanto, ao longo da trajetória eclética do cineasta, articulações entre a expectativa de como lidar com os limites da linguagem e como retratar determinismos em relação àqueles que transpõem fronteiras⁵⁶.

A temática migratória perpassa quatro décadas de filmografia em Soler. Provém da natureza errante do cineasta para questionar os limites entre a ficção do território e a rudeza da fronteira (os imaginários que se resistem, apesar da novidade da presença). Essa contradição irresoluta se assenta na perspectiva de que o olhar, hipertrofiado dos autóctones, limita-se a reproduzir a consolidação de políticas identitárias dos nacionalismos estabelecendo padrões de inclusão e exclusão como elementos chave da política de identidade.

Desde *El Largo Viaje Hacia la Ira* (1969) a *Apuntes para una Odisea Soriana Interpretada por Negros* (2005), a alteridade migrante é dissecada a partir de uma proposição - reflexiva, sensível, própria e intuitiva – que observa aqueles que são constantemente observados sobre o peso da alegoria e da falsificação: sua nulidade como vozes que opinam, seus rostos anônimos que experimentam a impossibilidade de construir suas próprias imagens, seus próprios corpos limitados à objetificação e funcionalidade máximas. O cinema migratório documental é, portanto, um movimento reflexivo e inovador na perspectiva de Soler, estabelecendo-se como um diálogo entre o cinema político espanhol e o cinema do cotidiano.

⁵⁵ Os filmes sequencialmente posteriores à década de 1960 (*Filme sin Nombre*, 1970; *Carnet de Identidad*, 1969; *El Altoparlante*, 1970) como intensificadores de uma etapa em que a crônica social comprometida se perfila pela reflexão – o *voice over* e as imagens do próprio Soler – sobre a questão da (auto) imagem como uma imagem da representação (in)comunicativa de uma história das ausências: o filme-denúncia entremesclado com o cinema aforístico, detalhe a detalhe sobre os processos de significação de um mundo cada vez mais estranho e nocivo à figura da alteridade positiva.

⁵⁶ Fronteira em um sentido liminar e relacional, ao mesmo tempo ponto de articulação em que o enfrentamento se dá sob uma forma mais direta e mais constante.

De certa forma, reflete uma argumentação original sobre o campo do documentário e a fronteira entre o fílmico e o pessoal, a fronteira do autor como um migrante e da migração como a própria vida. Soler, um cineasta errante e transfronteiriço, pioneiro em manifestar-se contra todas as formas de reducionismo e categorização, trata de dirigir muitos de seus filmes ao problema da reflexão social e da profundidade da experiência.

Nesse sentido, portanto, *Largo Viaje Hacia la Ira; Ciudadanos bajo Sospecha* (1990); *Apuntes para una Odisea Soriana Interpretada por Negros*, (2005); e mesmo *Saïd* (1999) que é uma construção ficcional interposta pela linguagem do documentário, resistem a serem apenas cautelosas, vívidas e filmicamente humanas valorizações das subjetividades negadas, diversas vezes, pelo olhar que não sabe ver.

São filmes que se inscrevem, como tais, entre os múltiplos processos de aprendizagens da alteridade mais radical: desde o cinematógrafo e sua relação entre o orgânico (o corpo do cineasta, sua presença fronteiriça, seu desejo de relação) e a indeterminação (o metafórico que não nega a especificidade, mas irrompe a partir dela).

2.6.4 Conclusão: o compromisso com a ‘soldadura’ da diferença

Em Soler, toda forma fílmica se estabelece quando é pensada como um processo de abertura, de encontro, de tentativa de entrar em comunicação. Os filmes com temática migratória são filmes sobre essa impossibilidade de lidar com a relação, que é mais forte que tudo, mesmo que a antropologia falsa dos imaginários conceba os mundos como fronteiras a serem defendidas – antes que nexos de relações reais potencialmente a serem feitas. Dessa fantasmagoria da estação de trem cheia de populações de rostos anônimos sobre um futuro ainda a ser construído em *Largo Viaje Hacia la Ira* à locução – pausada, lenta e reflexiva - das vozes dos africanos em *Apuntes para una Odisea Soriana Interpretada por Negros*, a validade dos pressupostos sobre a dimensão da alteridade deve ser buscada em uma analítica da compensação das experiências dos que se deslocam. Deslocamentos não para empreenderem a vivência positiva em outros contextos, mas para conseguirem produzir um contexto igual a uma fala. Uma fala que é determinante porque é realizável como potência e narrativa e está ao mesmo tempo disponível porque é reconhecida e identificável.

É justamente o desejo de relação, de diagramar sentidos e olhares a partir de uma vontade de sentar e estar junto, de escutar o outro, de aprendê-lo mil e uma vezes, para conseguir, ainda que brevemente, sair de si, que os filmes que lidam diretamente com a produção dos deslocamentos migratórios, na obra de Soler, repudiam a possibilidade pertencer sem estar inscrito, dentro do universo sem subterfúgios, em um digno esforçar-se para escutar o outro. A alteridade como a melhor agência para de pertencer-se em si e ao mesmo tempo saber que existem nós.

Bibliografia / Bibliografía / Bibliographie / References

- Benet, V. (2012), Entre Compromiso Social y El Experimentalismo: El Estilo de Los Primeros Filmes de Llorenç Soler. In M. Francés. (Eds.). *La Mirada Comprometida*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Francés, M. (Ed.) (2012). *La Mirada Comprometida*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Guardia, I. (2012). Arriesgar la Vida: El Compromiso Clandestino con La Realidad en la Obra de Soler (1968-1970). In M. Francés. (Org.). *La Mirada Comprometida*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- León, B. (2012). Contar Historias Reales: una Radiografía de la Narrativa de Llorenç Soler. In M. Francés. (Org.). *La Mirada Comprometida*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- MacDougall, D. (1999). *Transcultural Cinema*. Princeton: Princeton University Press.
- Nash, M. (2005). *Inmigrantes en Nuestro Espejo: Inmigración y Discurso Periodístico en la Prensa Española*. Barcelona: Icaria Antrazyt.
- Penafria, M., Vilão, H. e Ramiro, T. (2016). O Ato de Criação Cinematográfica e a Teoria dos Cineastas. In. M. Penafria, E. Baggio, A. Graça (Org.). *Propostas para a Teoria do Cinema – Teoria dos Cineastas* Vol. 2. Covilhã: LabCom.
- Portes, A. (2010). Immigration Theory for a New Century: Some Problems and Opportunities. *Journal of Political Economy*, (70), pp. 83-93.
- Romaguera I Ramió, J. & Soler, L. (2006). *Historia Crítica y Documentada del Cine Independiente en España: 1955-1975*. Barcelona: Laertes.
- Torreiro, C. (1995). Del Tardofranquismo a la Democracia (1969-1982). In: C. Torreiro, R. Gubern, J. E. Monterde, J. P Perucha & E. Riambau, (Eds.). *Historia del Cine Español*. Madrid: Cátedra.
- Youngblood, G. (1970). *Expanded Cinema*. Nueva York: P. Dutton & Co.

2.7 A internacionalização acadêmica em sítios eletrônicos e em instituições cariocas

Isabela Cabral Félix de Sousa⁵⁷

Resumo

Com a internacionalização das universidades e institutos de pesquisa emergem novos desafios para que os processos formativos se tornem efetivamente interculturais e inclusivos. O presente trabalho busca refletir sobre algumas notícias acerca da internacionalização brasileira, desde 2010, nos sítios eletrônicos *World Education Services* e *University World News Global Edition* e através das experiências de estudantes estrangeiros em duas instituições acadêmicas cariocas voltadas para a saúde.

Palavras-chave: Educação intercultural; Educação superior; Rio de Janeiro; Brasil; Internacionalização.

La internacionalización académica en sitios electrónicos y en instituciones cariocas

Resumen

Con la internacionalización de las universidades e institutos de investigación emergen nuevos desafíos para que los procesos formativos se vuelvan interculturales e inclusivos. El presente trabajo busca pensar sobre algunas noticias acerca de la internacionalización brasileña, partiendo de la fecha de 2010, en los sitios electrónicos *World Education Services* y *University World News Global Edition* a través de las experiencias de estudiantes extranjeros en dos instituciones académicas cariocas dedicadas a la salud.

Palabras clave: Educación intercultural; Educación superior; Rio de Janeiro; Brasil; Internacionalización.

⁵⁷ Pesquisadora em Saúde Pública da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz e pesquisadora associada ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM). E-mail: isabelacabralfelix@gmail.com

L'internationalisation académique sur les sites internet et institutions à Rio

Résumé

Avec l'internationalisation des universités et des instituts de recherche, des nouveaux défis émergent pour que les processus de formation deviennent effectivement interculturels et inclusifs. Ce document cherche à réfléchir sur des informations de l'internationalisation brésilienne, depuis 2010, sur les sites internet Web World Education Services et University World News Global Edition et à travers les expériences d'étudiants étrangers dans deux institutions académiques à Rio de Janeiro orientées sur la santé.

Mots-clés : Éducation interculturelle ; Enseignement supérieur ; Rio de Janeiro ; Brésil ; Internationalisation.

The academic internationalization in websites and institutions in Rio

Abstract

With the internationalization of universities and research institutes, new challenges emerge so that the training processes become effectively intercultural and inclusive. The present work seeks to reflect on some news about Brazilian internationalization, since 2010, on the World Education Services and University World News Global Edition websites and through the experiences of foreign students in two Brazilian academic institutions focused on health.

Keywords: Intercultural education; Higher education; Rio de Janeiro; Brazil; Internationalization.

2.7.1 Introdução

O presente trabalho busca identificar temas difundidos sobre internacionalização acadêmica brasileira em dois sítios eletrônicos na última década e no mesmo período em que pesquisas qualitativas eram pensadas e realizadas em duas instituições acadêmicas do Rio de Janeiro em espaços voltados para a saúde.

O sítio eletrônico *World Education Services* escolhido representa uma organização não governamental que se propõe a ajudar os estudantes e profissionais estrangeiros a alcançar seus objetivos nos Estados Unidos e Canadá. Segundo o seu sítio eletrônico:

Somos uma organização sem fins lucrativos, dedicada a ajudar os estudantes e profissionais internacionais a atingir seus objetivos educacionais e profissionais nos Estados Unidos e no Canadá. Fundada em 1974, avaliamos e defendemos o reconhecimento das qualificações educacionais internacionais (World Education Services, 2014, parágrafo 1. Tradução minha).

Neste sítio eletrônico chama atenção uma matéria de dezembro de 2015, sobre o programa brasileiro Ciência sem Fronteiras, considerando este programa uma nova estratégia de internacionalização e enfatizando os Estados Unidos como o país que mais recebeu estudantes

através deste programa, 31% do total. Os dados desta matéria são estatísticos e não há nenhuma análise qualitativa sobre a experiência dos brasileiros em diferentes países.

A importância do Brasil como experimentando processos de internacionalização também aparece no jornal *University World News Global Edition*. Este é ao mesmo tempo um jornal e sítio eletrônico e engloba uma rede de jornalistas em muitos países e todas as regiões do planeta.

Os títulos de algumas matérias sobre o Brasil e estes processos de internacionalização foram traduzidos a seguir e revelam a diversidade dos temas relacionados a este processo:

- a. Ainda há um longo caminho a percorrer para a internacionalização em 16 de junho de 2017,
- b. Novo esquema de internacionalização de Educação Superior revelado em 21 de abril de 2017,
- c. Ciência sem Fronteiras sob escrutínio em 30 de setembro de 2016,
- d. Construindo a partir de um momento da mobilidade científica brasileira em 2 de maio de 2014,
- e. A mobilidade de doutores muda e flui, mas a maioria dos doutores retorna em 1 de junho de 2013,
- f. A iniciativa de estudos no exterior de brasileiros precisa de um estudo cuidadoso em 18 de dezembro de 2011,
- g. As principais universidades brasileiras começam a se internacionalizar em 12 de setembro de 2010.

Estas matérias acima organizadas em ordem cronológica decrescente, por um lado, apontam para o crescimento e entusiasmo com a internacionalização brasileira e, por outro, indicam também as suas dificuldades. Além disto, como foi encontrado menos publicações no *World Education Services* do que no jornal *University World News Global Edition* não é espantoso que a complexidade da internacionalização no Brasil apareça melhor descrita neste último veículo. Além disto, este jornal tem uma interessante matéria conceitual sobre internacionalização da universidade desenvolvida por Wit (2015).

Um ponto em comum nos dois sítios eletrônicos é a referência ao programa Ciência sem Fronteiras. O fato deste programa ter sido objeto de notícias destes sítios eletrônicos estrangeiros parece estar relacionado ao grande número de alunos brasileiros beneficiados, a variedade de países que recebeu estes estudantes, as dificuldades do programa Ciência sem Fronteiras em se sustentar, a reestruturação deste para não mais beneficiar alunos de graduação e finalmente ao fato deste programa contar com o apoio do governo brasileiro. Este programa conta com o apoio dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Ministério da Educação (MEC), através de suas respectivas agências de fomento – (CNPq) e (Capes) - e de ensino superior e departamentos tecnológicos associados com o Ministério da Educação (MEC) (Ciência sem Fronteiras, 2015, para.1). Este programa, iniciado em 2011, foi inicialmente direcionado principalmente para que estudantes de graduação, e em menor número de pós-graduação estudassem em instituições fora do Brasil, bem como para renomados pesquisadores internacionais fazerem intercâmbios no Brasil. Em 2017 o programa passou a se voltar principalmente para estudantes de pós-graduação e pesquisadores em pós-doutorado e estágio sênior no exterior (Mais Educação, 2017).

2.7.2 Definições de internacionalização acadêmica

Há diferentes definições de internacionalização acadêmica e estas vêm historicamente assumindo diferentes conotações. Jane Knight (2004, 2014) trabalhou amplamente com o conceito de internacionalização acadêmica. Esta autora em 2004 já alertava que este conceito vinha sendo cada vez mais usado na educação superior, mas que havia uma confusão sobre a definição do mesmo visto que as pessoas atribuíam a ele significados distintos. Neste momento, a autora define a internacionalização acadêmica a nível nacional, setorial e institucional como um: “processo de integração da dimensão internacional, intercultural ou global na finalidade, funções e serviços de ensino superior” (Knight 2004, p. 11, tradução minha).

Num artigo mais recente, Knight (2014) considera que a internacionalização acadêmica não mais se define prioritariamente pela mobilidade estudantil e delinea historicamente os significados de uma universidade internacional e considera que há três gerações deste conceito. Para esta autora, a primeira geração de uma universidade internacionalizada reflete uma diversidade de parcerias internacionais, envolvendo estudantes e funcionários trabalhando em múltiplas atividades colaborativas. Conforme Knight (2014) a segunda geração de uma universidade internacionalizada expressa a presença de: escritórios satélites sob a forma de *campi*, centros de pesquisa e escritórios de gerenciamento ou de projetos. Finalmente para Knight (2014) a terceira geração que é mais recente abrange instituições independentes fundadas ou desenvolvidas por duas ou mais instituições parceiras de diferentes países. Também Marrara (2007) ao avaliar a pós-graduação brasileira distingue duas formas diferenciadas da prática da internacionalização. Segundo o autor, na forma ativa se identificam movimentos, processos, parcerias e investimentos de instituições estrangeiras relacionadas a uma instituição brasileira que se torna um polo. O inverso é associado a uma internacionalização passiva. Uma das dificuldades de promover uma internacionalização ativa reside na existência de assimetrias em cooperações internacionais (Marrara, 2007; França & Padilla, 2015). No intuito de se reverter a forma passiva, as cooperações devem buscar realizar trocas recíprocas pensando na contribuição dos atores sociais e programas envolvidos. França e Padilla (2015) também explicam como:

O termo “internacionalização da ciência” popularizou-se nos anos 1980s com o avanço da lógica neoliberalista nas universidades e centros de investigação e no presente ocupa um lugar central nos diferentes sistemas de rankings das instituições. Por exemplo, entre os indicadores que medem a internacionalização, alguns dos principais parâmetros são: as colaborações de investigação, o grau de internacionalização do corpo acadêmico e estudantil, os apoios existentes aos estudantes internacionais, a percentagem de estudantes provenientes do estrangeiro e que se dirigem ao estrangeiro, e diversidade internacional dos estudantes. Neste sentido, percebe-se porque ganha relevância a cooperação científica internacional (p. 62).

Outro aspecto de suma importância que vem sendo muito enfatizado é a empregabilidade dos egressos de um programa. E esta empregabilidade não necessariamente está alinhada as propostas de internacionalização. De fato, continua sendo um ponto polêmico a adequação do currículo dos programas às demandas dos países de origem dos estudantes estrangeiros, pois os programas no exterior podem ter políticas não coordenadas com as necessidades dos países de origem destes alunos. Por isto, Vizentini (2005), ao discutir o processo de internacionalização das universidades, salienta a necessária reciprocidade na cooperação acadêmica para evitar a colonização do intercâmbio.

2.7.3 Contexto brasileiro da mobilidade estudantil

No Brasil, a cooperação universitária internacional focalizou no século passado principalmente o intercâmbio com países do Primeiro Mundo como Alemanha, Estados Unidos e França, cooperação denominada Sul/Norte. No entanto, algumas iniciativas ocorridas, no século XX, mostram que o Brasil também investiu na cooperação universitária Sul/Sul. Desde 1965, o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) para estudantes de países em desenvolvimento, com os quais o Brasil mantém acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico, promovendo oportunidades a estes para a realização de estudos de graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. De modo similar, o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) foi criado em 1981, e vem oferecendo bolsas de estudo para nacionais de países em desenvolvimento com os quais o Brasil possui acordos, visando formar estudantes em cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado). Com isto, muitas pessoas vêm sendo contempladas por estes programas, sendo as mesmas principalmente originárias da África, América Latina, Caribe e Ásia.

Ainda no século XX, outras iniciativas de envolvimento brasileiro com países em desenvolvimento merecem ser enfatizadas. Em 1987, foi criada a Agência Brasileira de Cooperação com o incentivo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e na década de 90 do século passado surgiu a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (Zamberlam, Corso, Bocchi, Filippin, & Kulkamp, 2009).

A partir de 2001, o foco da cooperação universitária brasileira Sul/Sul ganha destaque. Segundo Krawczyk (2008, p. 46) “Hoje existe na política externa do governo brasileiro, um maior incentivo para a cooperação Sul/Sul, isto é com Índia, China e África; também com países de língua portuguesa e com a América Latina”. A política governamental brasileira tem priorizado o processo de internacionalização de universidades através da criação de novas instituições com concepções integradoras. Exemplificam este processo da criação a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) fundada em 2007, em Foz do Iguaçu, e a Universidade de Integração Luso-Afro-Brasileira (Unilab) inaugurada em 2010 no Ceará. Também na região de Foz do Iguaçu há ainda outra instituição, a Faculdade União das Américas (Uniamerica), funcionando desde 2001, que simboliza esta concepção unificadora.

Apesar do incremento da cooperação Sul/Sul, o foco Sul/Norte de cooperação internacional brasileiro sempre continuou a ocorrer através do incentivo a estudantes, professores e pesquisadores para a realização de programas e estágios fora do Brasil. Tanto a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), fundados em 1951, têm desempenhado importantes papéis de fomento para a formação de recursos humanos e o desenvolvimento de pesquisas no Brasil e no exterior.

De modo geral, a internacionalização da universidade brasileira sempre existiu, mas desde 1998 ela vem sendo incentivada pela UNESCO e incrementada por transformações pedagógicas internas nas instituições, novas regras do mercado e grande fluxo de estudantes internacionais (Zamberlam, Corso, Bocchi, Filippin, & Kulkamp, 2009).

É importante ressaltar que os desafios de convivência impactam tanto os que chegam como os que pertencem à sociedade de acolhida. O fato de os estudantes estrangeiros virem de várias

nações com experiências linguísticas, culturais e sociais muito diferentes coloca grandes desafios não apenas para os estudantes, mas também para os colegas, professores, pesquisadores e funcionários brasileiros. Assim, o currículo intercultural e inclusivo requer a desconstrução de preconceitos e uma grande autorreflexão de todos os sujeitos envolvidos, buscando favorecer o respeito à diversidade e a integração de todos, e não promover diferenças hierárquicas e desrespeitosas segundo marcadores sociais como nacionalidade, etnia, classe social, gênero, idade e religião (Sousa, 2004). É neste sentido que Macedo (2006), ao discutir o currículo, o considera como uma mescla de culturas e negociação das diferenças. E também que Moreira e Macedo (1999) defendem a adoção de uma perspectiva cosmopolita, significando a abertura em relacionamentos para o envolvimento com o outro culturalmente diverso. Para isto, o currículo deve ser visto como espaço de trocas culturais.

O currículo intercultural e inclusivo deve ser descolonizado requerendo ainda que seu conteúdo pragmático seja sempre atualizado de acordo com as diversas necessidades contemporâneas dos docentes e discentes. O currículo deve ser elaborado levando em consideração ainda que os alunos, egressos, pesquisadores e professores, circulam cada vez mais, podendo tanto retornar a seus países de origem ou podendo vir a trabalhar e viver em diferentes regiões do mundo. Assim, este currículo deve ter como eixo norteador a mobilidade estudantil e profissional e a internacionalização, avaliando se no currículo os conteúdos previstos e as formas de aprender são, de fato, relevantes para todos.

2.7.4 Justificativa do estudo na área da saúde e metodologia

As instituições pesquisadas (Universidade Federal do Rio de Janeiro e Fundação Oswaldo Cruz) demonstram ações em prol da internacionalização. Como vem aumentando mundialmente tanto a mobilidade internacional de estudantes como a de profissionais da área da saúde, é importante melhor compreender as experiências dos atores sociais envolvidos e como estas se articulam nesta área específica. Os currículos na área da saúde no Brasil têm sido muito marcados por um lado, pela ênfase na tecnologia, especialização e procedimentos de altos custos e por outro lado, pelo menor enfoque na atenção básica a saúde de grande parte da população, ética, humanização e cuidado (Albuquerque, Batista, Tanji, & Moço, 2009). E na área da saúde como um todo, o Brasil tem exercido um papel protagonista na qualificação de profissionais de saúde de outros países, com a cooperação denominada Sul-Sul, especialmente com países da América do Sul ou da África (Pires-Alves, Paiva, & Santana, 2012). Por exemplo, Almeida, Campos, Buss, & Ferreira (2010) analisam em detalhe como tem ocorrido a cooperação Sul-Sul estruturante em saúde, salientando a relevância das ações que ocorrem de modo horizontal, investindo na formação e no fortalecimento organizacional e desenvolvimento institucional.

A metodologia utilizada para as pesquisas institucionais foi a qualitativo-naturalista, inspirada pela Antropologia e pela Sociologia (Williams, 1986). Escolheu-se esta metodologia, porque a pesquisa analisa o contexto social. Segundo Patton (1987), a avaliação do processo tem como foco a maneira pela qual este é percebido pelas pessoas envolvidas.

As pesquisas realizadas dependeram da inserção laboral da autora em períodos consecutivos. Foram assim, realizados primeiramente em 2012 contatos com os gestores de programas de graduação e contatos com estudantes estrangeiros da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (Sousa, 2016a; Sousa 2016b). Posteriormente em 2014 e 2015, no *campus* de

Manguinhos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no Rio de Janeiro contatou-se gestores da pós-graduação e do Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS) da Fiocruz (Sousa, 2015).

Nestes projetos, foi utilizada como metodologia a análise de conteúdo. Chizzotti (1991) enfatiza que os procedimentos na análise de conteúdo podem ser muito diversos (análises lexicológicas, categoriais, enunciativas ou conotativas) e inovadores (outras criadas pelo pesquisador). Bardin (1977) também cita entre as possibilidades de análise de conteúdo: a categorial temática que foi escolhida por ser a técnica de análise de conteúdo mais antiga, rápida e eficaz de se aplicar aos discursos diretos.

2.7.5 Instituições acadêmicas estudadas no Rio de Janeiro

Os locais das instituições acadêmicas cariocas estudadas têm como missões de atuação o campo da saúde. O primeiro deles se refere ao Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) tendo sido criado pela reforma universitária de 1967 e implantado em 1969, como Centro de Ciências Médicas. As unidades acadêmicas deste centro englobam as áreas da Biofísica, Biologia, Bioquímica Médica, Ciências Biomédicas, Ecologia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Medicina, Microbiologia, Nutrição e Odontologia. Em 2012, foram entrevistados dois coordenadores do PEC-G na Universidade Federal do Rio de Janeiro e realizadas seis entrevistas com alunos estrangeiros de um universo de trinta e dois alunos estrangeiros, então matriculados do Centro de Ciências da Saúde, sendo vinte e três moças e nove rapazes. Deste total, oito moças e quatro rapazes possuíam algum tipo de bolsa ou auxílio.

As entrevistas na UFRJ foram realizadas com estudantes do PEC-G que relataram não só o prazer de estudar numa universidade de ponta e numa cidade com muitas possibilidades, mas também problemas relacionados às condições estruturais da estadia no Rio de Janeiro, tais como a dificuldade de moradia com preço acessível, as dificuldades de transporte público e a demora no atendimento pelo Sistema Universal de Saúde (SUS) no Brasil. Outras condições estruturais da própria universidade também foram enfatizadas, como a falta de alojamento universitário para estrangeiros. Em relação às dificuldades vividas pelos estrangeiros no programa acadêmico, foi mencionada a dificuldade da língua portuguesa falada no Brasil e o início de adaptação ao país, no momento das primeiras disciplinas cursadas. Em relação às facilidades encontradas, comentaram que tinham maior integração com colegas da nacionalidade de origem do que com os brasileiros.

O outro local de pesquisa é a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) cuja fundação é de 1900. Esta instituição vem exercendo um papel de destaque na pesquisa em saúde pública no Brasil. A instituição conta com muitos programas de pós-graduação nas áreas de Biologia, Medicina, Saúde Pública, Ciências Humanas e Sociais e programas técnicos em várias áreas fomentando a formação de profissionais em saúde. Os dois níveis de programas atraem estudantes de outras instituições do Rio de Janeiro, de outros estados brasileiros e de outros países.

Os contatos iniciais realizados na Fiocruz com gestores redundaram em observações sobre as recepções anuais de boas-vindas de 2014 até 2018 convocando diferentes atores sociais para discutir o que estaria faltando para melhorar as condições de vida dos estudantes de pós-graduação. A recepção de 2015 foi mais inclusiva do que a de 2014 por buscar não apenas os estrangeiros e acabar contando na reunião com estudantes e trabalhadores brasileiros e estrangeiros da Fiocruz. Foi discutido em 2015 que nem todos os estudantes eram temporários para a instituição, os

problemas das famílias que são deixadas para trás ou que se deslocam para reunião familiar e a necessidade de uma política de bem-estar na instituição. Na recepção de 2016 não foram identificados avanços significativos em relação às discussões travadas nas recepções de 2015 e 2014. No entanto, na recepção de 2018, os representantes da instituição identificaram o que se conseguiu de fato resolver em termos práticos e as dificuldades encontradas nas tentativas de resolução considerando também a nova lei do estrangeiro no Brasil.

2.7.6 Conclusão

Os sítios eletrônicos estrangeiros acessados *World Education Services* e *University World News Global Edition* mencionem avanços e dificuldades na internacionalização brasileira que podem ser mais facilmente visibilizados, como o financiamento do programa Ciência sem Fronteiras. Do mesmo modo, nas duas instituições cariocas pesquisadas é mais contabilizada a presença dos estrangeiros que participam destas instituições através de programas de fomento do que a presença de estudantes estrangeiros informalmente inseridos, mas que eventualmente pode redundar numa inserção mais permanente.

As instituições cariocas pesquisadas demonstram tanto ações de acolhimento aos estudantes estrangeiros como também a falta de sensibilização por alguns atores sociais. Os resultados indicam a necessidade de colocar em prática estratégias para a promoção de uma educação intercultural e inclusiva nas instituições acadêmicas. E algumas necessidades gerais dos sujeitos que se deslocam podem ser previstas. É comum que principalmente os estudantes estrangeiros, mas também os brasileiros e trabalhadores falem de dificuldades com documentação, moradia e transporte apropriado para se deslocar. Além disto, há sempre relatos de muitos estudantes estrangeiros indicando a necessidade de maior conhecimento da língua portuguesa e da cultura brasileira. Há também imperativos particulares de cada indivíduo que podem ser de aprendizagem, adequação cultural, problemas de saúde física e psicológica e acesso a tratamentos no Brasil. Portanto, é preciso propiciar orientação para apoio educacional, psicológico e de serviços sociais.

De modo geral, os currículos precisam prever períodos mais flexíveis de ajustes para os períodos iniciais visto que a chegada do estudante de outra instituição, região, estado ou país pode requer grande acomodação cultural e psicológica. Pode-se também tentar flexibilizar os períodos finais do curso, considerando as exigências de nova readaptação. Finalmente, é preciso ainda alertar para a segurança dos estudantes através de planos de contingência institucional. De fato, numa pesquisa com estudantes estrangeiros na Fiocruz houve destaque dos alunos nos desafios envolvidos em conviver com a violência do entorno (Lima, 2017).

Finalmente, é preciso sublinhar que a cooperação brasileira Sul-Sul na área da saúde ao promover investimentos na formação, e também no fortalecimento institucional e organizacional precisa considerar como o currículo ao ser permeado por demandas econômicas e políticas pode assim, dificultar a promoção da saúde pública em diferentes instituições, regiões e países. Nesta perspectiva, também é importante dar destaque ao papel diferenciado da internacionalização em cada instituição acadêmica para que as instituições desenvolvam suas diferentes missões e possam construir parcerias ativas, se tornando polos.

Bibliografia / Bibliografía / Bibliographie / References

- Albuquerque, V.S., Batista R. S., Tanji, S., & Moço, E. T. M. (2009). Currículos disciplinares na área de saúde: ensaios sobre saber e poder. *Interface-Comunicação Saúde Educação*, 13 (31), 261-272.
- Almeida, C. A., Campos, R. P. de Buss, P. B. M., & Ferreira, J. R. (2010). A concepção brasileira de “cooperação Sul-Sul estruturante em saúde”. *RECHS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*, 4 (1), 25-35.
- Bardin, L (1977). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Chizzotti, A. (1991). *Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez.
- Ciência sem Fronteiras* (2015). Recuperado de http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/views//journal_content/56_INSTANC E_VF2v/214072/5100172
- França T., & Padilla, B. (2015). Cooperação Sul-Sul, uma via alternativa? Um caso exploratório entre Brasil e Argentina. *Forum Sociológico*, 27, pp. 61-71.
- Knight, J. (2004). Internationalization Remodeled: Definition, Approaches, and Rationales. *Journal of Studies in International Education*, 8(1), 5-31.
- Knigh, J. (2014). What is an international university? The State of Higher Education. In: A. Glass. *The OECD Higher Education Programme (IMHE)*. Paris: Directorate for Education - OECD.
- Krawczyk, N. R. (2008). As políticas de internacionalização das universidades no Brasil: o caso da regionalização no Mercosul. *Jornal de Políticas Educacionais*, 4, 41-52.
- Lima, R. M. (2017). *Analisando as motivações dos estudantes estrangeiros do Instituto Oswaldo Cruz na Fiocruz*. Dissertação de Mestrado do Programa de Ensino em Biociências e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz.
- Macedo, E. (2006). Currículo: política, cultura e poder. *Currículo sem Fronteiras*, 6(2), 98-113.
- Marrara, T. (2007). Internacionalização da Pós-Graduação: objetivos, formas e avaliação. *Revista Brasileira de Pós-Graduação RBPG*, 4(8), 245-262.
- Mais Educação (2017). Recuperado de <https://www.maiseducacao.blog.br/2017/04/mec-e-o-fim-do-ciencia-sem-fronteiras.html>
- Moreiro, A. F. B, & Macedo, E. F. (1999). Faz sentido ainda o conceito de transferência educacional? In: A. F. B. MOREIRA. (Org.). *Currículo: políticas e práticas* (11-28). Campinas: Papirus.
- Patton, M. Q. (1987). *How to use qualitative methods in evaluation*. Newbury Park: Sage.

- Pires-Alves, F. A, Paiva, C. H. A., & Santana, J. P. A. (2012). A internacionalização da saúde no Brasil: elementos contextuais e marcos institucionais da cooperação internacional brasileira em parceria com a OPAS. *Rev Panam Salud Publica*, 32(6), 444–450.
- Sousa, I. C. F. (2015). Moving to integrate international students at Oswald Cruz Foundation, Rio de Janeiro. *Forum Sociológico*, 27, 23-30.
- Sousa, I. C. F. (2016a). Uma análise de iniciativas individuais e institucionais para a socialização de estudantes estrangeiros (pp. 128-145). In: J. BAHIA, & M. SANTOS. (Org.). *Um olhar sobre as diferenças: a interface entre projetos educativos e migratórios*. São Leopoldo: Oitos.
- Sousa, I. C. F. (2016b). Deslocamentos na socialização de estudantes estrangeiros em instituições acadêmicas voltadas para a saúde no Rio de Janeiro (pp. 329-346). In: H.
- Póvoa Neto, M. O. Santos & R. Petrus (Org.). *Migrações: rumos, tendências e desafios*. Rio de Janeiro: PoloBooks.
- Sousa, I. F. (2004). A educação intercultural na escola e o reconhecimento do Outro diferente. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas/Education Policy Analysis Archives*, 12(59), 1-8. *University World News Global edition*. Recuperado de <http://www.universityworldnews.com>
- Vizentini, P. F. (2005). A transição do sistema mundial e a internacionalização das universidades: uma perspectiva brasileira. *Cultura e fé. Instituto de Desenvolvimento Cultural*, 28 (110), 41-44. Recuperado de <http://www.andifes.org.br/index.php?option=docman&task=doc>
- Williams, D. D. (1986). Naturalistic evaluation: Potential conflicts between evaluation standards and criteria for conducting naturalistic inquiry. *Education Evaluation and Policy Analysis*, 8(1), 87-99.
- Wit, H. (2015). What is an International University? *University World News Global Edition*, 359. Recuperado de <http://www.universityworldnews.com>
- World Education Services*. Recuperado de <http://www.wes.org>
- Zamberlam, J, Corso, G.; Bocchi, L.; Filippin, J.; & Kulkamp, W. (2009). *Estudantes internacionais no processo globalizador e na internacionalização do ensino superior*. Porto Alegre: Impa Artes Gráficas e Ltda. Recuperado de <http://www.net11.com.br/radiorosario/RCR/R%E1dio%20Migrantes/Publicacoes/Estudantes%20internacionais.pdf>

Seção 3

Interculturalidade e migrações - panoramas e perspectivas sociocomunicacionais

Interculturalidad y migraciones - panoramas y perspectivas
sociocomunicacionales

Interculturalité et migrations - panoramas et perspectives socio-
communicationnelles

Interculturality and migrations - overview and socio-communicational
perspectives

3.1 Identidade, projeto e mobilidade

Gisele Maria Ribeiro de Almeida⁵⁸

Resumo

Apenas uma pequena parcela da população mundial vive fora do seu país de origem; as estimativas apontam que seria cerca de 3% da população mundial. Assim, a despeito do aumento dos fluxos migratórios nas últimas décadas, as pessoas vivem, em sua grande maioria, de forma sedentária. Essa seletividade, entre potenciais e efetivos migrantes, reforça a fraqueza teórica de abordagens que trabalham com uma polaridade no nível de análise, ressaltando os fatores macroeconômicos para explicar os deslocamentos. Por outro lado, a ênfase unilateral na capacidade de agência dos indivíduos também se mostra insatisfatória para a compreensão dos processos que culminam na mobilidade ou na permanência. Nessa perspectiva, o projeto migratório é apreendido como uma noção apta a iluminar como as disposições interiores dos/as agentes, potenciais migrantes, administram essas condições externas. Para avançar nesta reflexão, este artigo reflete sobre a criação e a realização de projetos de migração, a partir de uma pesquisa de campo realizada com imigrantes brasileiros na França.

Palavras-chave: Migração; Determinantes da migração; Projeto migratório; Identidade.

Identidad, proyecto y movilidad

Resumen

Apenas una pequeña parte de la población mundial vive fuera de su país de origen, las estimaciones apuntan a que sería cerca de 3% de la población mundial. O sea, las personas viven, en su gran mayoría, de forma sedentaria. Ese diferencial, entre potenciales y efectivos migrantes, refuerza la debilidad teórica de abordajes que trabajan con una polaridad a nivel de análisis, resaltando los factores macroeconómicos para explicar los desplazamientos. Por otro lado, el énfasis unilateral en la capacidad de discernimiento de los individuos también se muestra insatisfactoria para la comprensión de los procesos que culminan en la movilidad o en la permanencia. En esta perspectiva, el proyecto migratorio es visto como una noción apta para mostrar como las disposiciones interiores de los/las agentes, potenciales migrantes, administran estas condiciones externas. Para avanzar en este punto de vista, este artículo reflexiona sobre la creación y la

⁵⁸ Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes. Endereço postal: Rua Gilberto Siqueira, 87 ap 601 – Centro – Campos dos Goytacazes/RJ – Cep 28010-400. E-mail: gimralmeida@gmail.com

realización de proyectos de migración a partir de una investigación de campo realizada con inmigrantes brasileños en Francia.

Palabras clave: Migración; Determinantes de la migración; Proyecto migratorio; Identidad.

Identité, projet et mobilité

Résumé

Seule une petite partie de la population mondiale vit en dehors de son pays d'origine. Selon les estimations, cela représenterait environ 3% de la population mondiale. C'est à dire, malgré l'augmentation des flux migratoires au cours des dernières décennies, la population vit en grande majorité de manière sédentaire. Cette sélectivité entre migrants potentiels et effectifs renforce la faiblesse théorique des approches qui fonctionnent avec une polarité au niveau de l'analyse, mettant en évidence les facteurs macroéconomiques permettant d'expliquer les déplacements. D'autre part, l'accent mis unilatéralement sur la capacité d'agence des individus est également insuffisant pour comprendre les processus qui conduisent à la mobilité ou à la permanence. Dans cette perspective, le projet migratoire est appréhendé comme une notion propre à éclairer la manière dont les dispositions internes des agents, des migrants potentiels, gèrent ces conditions extérieures. Pour faire avancer cette réflexion, cet article porte sur la création et la mise en œuvre des projets de migration, basées sur une enquête de terrain menée auprès des immigrants brésiliens en France.

Mots-clés : Migration ; Déterminants de la migration ; Projet migratoire ; Identité.

Identity, project and mobility

Abstract

Only a small part of the world's population lives outside of their country of origin, estimates indicate that it would be about 3% of the world's population. In other words, in spite of the increase in migratory flows in the last decades, people live, in the great majority, in a sedentary way. This selectivity between potential and effective migrants reinforces the theoretical weakness of approaches that work with a polarity at the level of analysis, highlighting the macroeconomic factors to explain the displacements. On the other hand, the unilateral emphasis on the agency capacity of individuals is also unsatisfactory for understanding the processes that lead to mobility or permanence. In this perspective, the migratory project is apprehended as a notion apt to illuminate how the internal dispositions of the agents, potential migrants, manage these external conditions. To advance this reflection, this article reflects on the creation and implementation of migration projects, based on a field survey conducted with Brazilian immigrants in France.

Keywords: Migration; Determinants of migration; Migratory project; Identity.

3.1.1 Introdução

Como aponta Velho (1999), o desenvolvimento de ideologias individualistas típicas da sociedade moderna se combina à existência de um campo de possibilidades para a configuração das experiências dos agentes sociais, isto é, de como estes vão lidar com contextos sociais que permitem novas configurações de valores e atitudes por parte dos indivíduos:

Nas sociedades onde predominam as ideologias individualistas, a noção de biografia, por conseguinte é fundamental. A trajetória do indivíduo passa a ter um significado crucial como elemento não mais contido mas constituidor da sociedade (Velho, 1999, p. 100).

No âmbito dos estudos migratórios, a dimensão do indivíduo – considerada em torno das bases por meio da qual este concebe e realiza um deslocamento espacial, tendo em vista o objetivo de estabelecer residência no lugar de destino – ganha destaque em função de uma insatisfação generalizada diante das teorias sobre migração que despojam de qualquer relevância, o papel da agência, da capacidade de ação daquele que migra.

Em trabalho anterior (Almeida, 2013), esta discussão foi feita com certa profundidade, a partir de um levantamento teórico sobre a temática. Em resumo, o cerne do debate insiste na insuficiência analítica das abordagens unilaterais no âmbito dos estudos migratórios. São chamadas unilaterais, seja porque consideram existência de um indivíduo livre e racional, de um lado, seja porque advogam a proeminência de uma estrutura social que subjuga o agente social “[...] se o indivíduo não existe nem age *de per se*, mas só como parte das estruturas sociais, é inexplicável o facto de alguns partirem e outros ficarem” (Matos, 1993, p. 18 – grifo da autora).

Esse “debate” no âmbito dos estudos migratórios tem instituído um relativo consenso em torno da necessidade de cotejarmos tanto os condicionantes macroestruturais que impelem a migração como, por exemplo, os níveis de desigualdades econômicas e sociais entre os países, quanto, ao mesmo tempo, incorporarmos a agência do migrante e de suas motivações (Bakewell, 2010; Castles, 2010; Faist, 2010; Massey et al., 1998).

A busca por um nível intermediário de análise, ou menos polarizado, justifica-se pelo entendimento de que os deslocamentos migratórios dependem de condicionantes múltiplos, com diferentes níveis de agência individual, de um lado, e de oportunidades e constrangimentos macroestruturais, de outro, que variam em função dos perfis de migrante e da própria modalidade migratória (Almeida & Baeninger, 2016).

Este artigo dá continuidade às reflexões apresentadas acima, ao se dedicar a pensar o projeto e seu papel para o entendimento dos processos que se relacionam à mobilidade humana. As contribuições analíticas formuladas por Velho (1997, 1999) são tomadas como ponto de partida para se pensar o agente e sua condição individual, no que diz respeito a sua biografia, evocando inclusive a questão da identidade, da memória e do projeto. No entanto, essa biografia precisa ser analisada, simultaneamente, em consonância com a trajetória social deste indivíduo:

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um ‘sujeito’ cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações (Bourdieu, 1996, pp. 189-190).

Isso significa que a forma como os agentes organizam, registram e narram suas biografias não podem ser tomadas como sendo formas expressões objetivas da realidade, cabendo ao cientista social a tarefa de analisar e contextualizar estas organizações, registros e narrativas, buscando sempre situá-los na topologia do social.

3.1.2 Notas sobre o campo empírico

O material empírico, incorporado e analisado neste texto, foi produzido a partir das entrevistas com imigrantes brasileiros na França realizadas durante maio e outubro de 2012, no âmbito da minha pesquisa de doutorado⁵⁹. Naquele momento, o foco da investigação era analisar a imigração brasileira na França após 1980, a partir do reconhecimento da heterogeneidade das modalidades que compunham o fluxo. O argumento desenvolvido na tese é que trabalhar metodologicamente com a noção de modalidades migratórias permitiu uma reconstrução dos processos sociais que engendraram os fluxos, ao mesmo tempo em que contemplava a incorporação dos diferentes interesses e estratégias dos migrantes. Isso porque já me preocupava em considerar o nível de autonomia e de coação com o qual os agentes se deparam para conceber e realizar os seus projetos migratórios.

Em relação à constituição do *corpus* da pesquisa, o recorte cronológico foi da imigração brasileira na França após 1980, devido ao nosso interesse em estudar as migrações internacionais atuais, e fugir de migrações forçadas, como o fluxo de exilados brasileiros – durante a ditadura militar instituída em 1964 - que encontraram asilo político na França. Ainda que tenha sido discreto, sempre houve um fluxo de brasileiros para a França.

No século XIX e início do século XX, eram membros da elite que iam para a França estudar ou para lazer (Pereira, 2009). A partir de 1960, algumas dezenas de brasileiros, destacadamente intelectuais e artistas, buscaram refúgio político na França no contexto da ditadura militar instituída em 1964 (Rolland, 2008). No entanto, desde 1980, com a intensificação da globalização e o início de um processo mais evidente de emigração de brasileiros, a França se tornou um destino para migrantes que deixam o Brasil com o objetivo de estudar, trabalhar ou viver (Almeida, 2012; Amorim, 2009; Bógus, 1995; Xavier de Brito, 2009).

Foram considerados imigrantes, e entrevistados para a pesquisa, apenas brasileiros que estivessem, no mínimo, há um ano vivendo na França, sem serem os chamados estudantes “bolsistas-sanduíche”. Estes últimos, apesar de poderem permanecer até um ano na França, sabem que devem voltar pelo compromisso com a bolsa no Brasil e a expectativa temporal do deslocamento tende a se manter inalterada.

Como a ideia da pesquisa era reconhecer a pluralidade de modalidades migratórias que compunha o fluxo de brasileiros para a França, houve um esforço significativo em buscar perfis distintos de migrantes, fazendo uso da técnica de amostragem não probabilística chamada “bola de neve”. Ao total, foram realizadas 82 entrevistas semi-estruturadas com imigrantes brasileiros residentes em diferentes cidades francesas (Almeida, 2013). A seleção das entrevistas que são utilizadas neste artigo foi feita considerando apenas as narrativas colhidas e gravadas (nem todos entrevistados aceitaram que a entrevista fosse registrada em gravador) e cujos conteúdos permitiram avançar nas reflexões aqui apresentadas.

⁵⁹ Tanto a pesquisa no Brasil como na França foram financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

3.1.3 A noção de projeto e os estudos sobre migração

De acordo com Velho (1997), a noção de projeto – referenciada a Schutz (1979) – ajuda a entender trajetórias particulares, isto é, como e porque podemos entender que os indivíduos façam determinada escolha em detrimento de outra. Ou seja, ainda que haja tendências dominantes dentro de universos particulares, não há uma unanimidade. O argumento do autor é que a existência de estilos de vida diferenciados dentro de um mesmo grupo social pode ser explicada a partir do projeto. Isso porque o projeto ajuda a entender a configuração de um campo de possibilidades, que se traduz em relativas margens de manobra para as escolhas individuais.

Schutz (1979) defende que a diferença entre conduta e ação se dá porque a primeira é automática, enquanto a segunda reveste-se de uma previsão, na medida em que tem como base um projeto, a intenção de realizar algo, que terá efeito no mundo externo. No entanto, essa ação (orientada por uma projeção) não pode ser vista como uma escolha racional na medida em que, Schutz insiste nisso, não é possível que o agente tenha conhecimento suficiente sobre o fim e todos os meios capazes de levar a esse fim. Isso seria particularmente notável quando esta ação estabelece interdependência com outros agentes (como vão reagir, etc.).

Assim, o projeto é uma forma de antecipar um contexto, e a princípio não passa de uma fantasia motivada pelo desejo de realizá-la, mas essa realização depende do conhecimento disponível e acessível ao agente, sem esquecer que a possibilidade desta realização depende do próprio projeto. Na sua ausência, não há o motivo para a ação.

A noção de projeto de Schutz foi utilizada por Ma Mung (2009) para compreender a migração a partir de uma perspectiva da autonomia. O argumento do autor é que esta seria uma via para sairmos do debate teórico que aposta na leitura polarizada da migração como processo determinado, ora resultado de fatores macroeconômicos, ora explicado pelas dimensões individuais.

Ma Mung pensa a migração como resultado de um projeto que resulta de uma organização do “interior” (entendido como as disposições individuais, que podemos associar a uma dimensão subjetiva) frente ao “exterior” (a realidade material e social que se traduzem em fatores que podemos identificar como macroestruturais, de caráter objetivo). Desta forma, o projeto migratório assume a expressão da capacidade individual de iniciativa e de realização, isto é, uma evidência de suas capacidades de “saber-fazer” e “poder-fazer” (Ma Mung, 2009). No primeiro caso, um “saber-fazer”, pois os indivíduos e os coletivos reformulam os contextos em que vivem de alguma maneira; e depois um “poder-fazer” já que se adota um pressuposto de iniciativa, reconhecendo uma capacidade dos indivíduos de agir sobre estes contextos.

O argumento a ser enfatizado aqui é que constrangimentos e oportunidades (subjetivas e objetivas) tendem a ser, em diferentes níveis, inerentes aos potenciais migrantes. Entender porque alguém migra de um local para outro, ou mesmo porque permanece se poderia migrar, demanda o reconhecimento de um nível de agência – entendida como a capacidade de ação dos indivíduos dentro de um campo de forças sociais.

Analisar a (i)mobilidade humana, demanda a incorporação da agência desses indivíduos na compreensão da “preferência” por migrar ou por permanecer. Ainda que se reconheça que o grau de liberdade para a escolha de uma condição (nômade, migrante, sedentária, etc.) não seja nunca total, pois o peso das estruturas econômicas e políticas, que estão além das competências

individuais e que são fundamentais para a viabilização do projeto, são vistas como inquestionáveis. No entanto, o impacto destas estruturas não é homogêneo, pois certos aspectos podem ser contornáveis para agentes de uma posição social, mas insuperáveis para outros, que são de outros lugares nas hierarquias sociais. Em outras palavras, o que se reconhece é uma diversidade dos graus de liberdade com os quais os agentes sociais se deparam e que orientam seus projetos.

3.1.4 A questão da identidade e sua relação com o projeto

A temática da identidade social remete às dimensões étnicas, de gênero, etária, posições sociais e de classe e, nas sociedades complexas, essa questão se manifesta na proliferação de visões de mundo e estilos de vida. Neste sentido, os valores, preconceitos e emoções que configuram o presente se ligam à memória individual, que também é socialmente constituída. Esse conjunto de percepções que se organiza de forma consciente pode ser associado ao que Schtuz (1979) denomina de “o conhecimento à mão”, conhecimento do agente sobre si e sobre o mundo exterior, que integra sua memória, sua identidade e suas projeções em relação ao futuro.

Neste caminho analítico, a biografia enquanto fruto da experiência individual, se realiza atravessada pela identidade deste agente, articulando aí tanto a memória quanto o projeto. Isso porque, diz Velho (1999), essas visões retrospectivas e prospectivas situam o indivíduo, suas motivações e o significado para suas ações.

Alaimo (2000) também relaciona identidade ao projeto migratório, na medida em que busca analisar as representações que os migrantes conferem as suas experiências migratórias, buscando para tanto compreender a relação entre o deslocamento no espaço e o processo de formação identitária. Assim, a autora argumenta como a mobilidade que se inscreve em cada percurso migratório não é necessariamente vinculada a uma identidade nômade. O nômade não se constitui apenas pelo movimento, mas por uma auto-representação de não se sentir preso, vinculado a um lugar. Neste raciocínio, o migrante pode ser um sedentário se este liga sua imagem a um lugar específico. Seguindo as reflexões de Alaimo, podemos então considerar que os indivíduos que vivenciam o sedentarismo muito provavelmente possuem ou engendram uma identidade migrante ou nômade quando projetam deslocamentos que culminam em “mudança”, entendida aqui como a vivência da migração.

Para Boyer (2005), o projeto migratório é resultado de uma negociação permanente que advém de diferentes escalas (da conjuntura econômica ao grupo social, da rede migratória aos parentes que ficaram na origem), mas também aponta para a dimensão subjetiva, pois numa perspectiva individual o projeto resulta de uma construção do agente sobre um “porvir migratório”, através de suas representações e de suas leituras sobre a realidade, no local de origem e no destino.

Esse parece ser um caminho analítico instigante para pensarmos sobre as representações e leituras que os agentes possuem sobre a realidade (e sobre os lugares que integram seus mapas mentais) e que não podem ser apartadas de construções e estratégias identitárias. Sedentarismo, migração, nomadismo revelam – nesta argumentação – visões de mundo e estilos de vida que não são apenas constituídos pela posição social, já que como foi exposto, haveria um campo de possibilidades que permite entendermos ações e comportamentos dissonantes dentro de um grupo social. Assim, entre um grupo de sedentários, alguns projetam formas de mobilidade, enquanto outros seguem enraizados.

A fala de uma entrevistada que formula uma narrativa biográfica marcada pelo sentido de mudança, aborda esse entrelaçamento entre identidade, projeto e mobilidade:

(...) quando eu era adolescente, eu sempre quis sair dali (referência a Maceió, onde nasceu e cresceu). Porque a gente quando saía encontrava sempre as mesmas pessoas, entendeu? E isso me incomodava muito! (...) Eu tinha certeza, desde pequena, que um dia eu ia, eu ia morar fora. Não sei. Não sei se foi isso, se a minha vontade era tão grande que fez, aconteceu! Mas eu tinha certeza que eu não ia ficar ali. Um dia eu ia embora. (Angelina, migrante internacional, entrevista realizada em 25/05/2012).

Bourdieu (1996) alerta para o risco da entrevista se constituir num elemento para a criação artificial de um sentido biográfico, dado que o entrevistado seleciona e organiza os acontecimentos e a experiência vivida. Entretanto, mesmo tomando as devidas reservas em relação ao depoimento, essa análise retrospectiva do projeto, aponta para uma “memória” – ainda que atualizada e configurada em uma entrevista – na qual o desejo de se deslocar se fazia presente, revelando um projeto de mobilidade e, portanto delineando ainda que *a posteriori* uma identidade que buscou ou que busca a mudança.

Ma Mung (2009) aborda o papel da “criação migratória” no processo que engendra a própria formulação do projeto. Criação esta que possivelmente só pode emergir onde houver processos identitários nos quais não há um enraizamento pleno no “lugar de vida” e/ou há elementos que acolhem a mudança, o novo e, de certa forma, o próprio desconhecido. Por outro lado, a realização do projeto migratório envolve uma série de desafios, mesmo para aqueles/as que o conceberam. Enquanto processo que exige o domínio de um novo contexto de vida, a migração associa-se a estratégias identitárias, na medida em que o indivíduo precisa operar com a realidade social, perpetuando um processo de decodificação e da construção de auto-representações em torno de quem são (Alaimo, 2000), um “jogo” que não se faz de forma isolada e que está sempre referenciado na relação entre o indivíduo e o outro (Hall, 1996). Assim, podemos considerar que esse “jogo identitário” opera nas relações travadas tanto no destino, quanto na origem.

Para Alaimo, a experiência migratória institui uma coexistência entre sedentarismo e nomadismo, que pode ser vivida com dificuldade, de um indivíduo que experimenta o sentimento de uma identidade que se estrutura entre dois mundos. A fala de algumas entrevistadas explicita exatamente esse aspecto:

Não é fácil, viver fora do país do gente. (...) Depois que você vive em dois países, assim, como a gente [ela e o marido], eu sou brasileira e vivo hoje aqui, ele é francês, viveu no Brasil. A gente não é mais 100% feliz em nenhum dos dois. Porque quando eu estou lá, eu estou feliz, porque eu estou com minha família, não-sei-o-que, não-sei-o-que; mas ao mesmo tempo eu tenho a minha casa aqui já hoje, eu tenho... (...) Você não é mais 100% feliz em nenhum dos lugares. Quando você está aqui, você quer alguma coisa que está lá. Quando você está lá, falta alguma coisa que está aqui. (Tânia, migrante internacional, entrevista realizada em 27/09/2012).

E eu gosto daqui. Gosto muito mesmo. E eu sempre digo, quando você vai pra fora, morar fora é muito perigoso de uma certa forma, porque ou você vai com tudo, ficar só um tempo e voltar, se não, depois você, é muito difícil você voltar, porque você fica sem raiz. (...). Eu digo sempre que eu não tenho mais raiz, na verdade, porque eu não me sinto francesa

mesmo, e também não me sinto uma **brasileira** (Angelina, migrante internacional, entrevista realizada em 25/05/2012 – grifos nossos para indicar ênfase da fala).

Os trechos acima transcritos permitem que se evoque a questão da dupla ausência, ou duplo pertencimento, explorada por Sayad: “Com efeito, esses homens que retornaram da imigração, homens do entre-dois – entre-dois-lugares, entre-dois-tempos, entre-duas-sociedades, etc. – são também e principalmente, homens entre-duas-maneiras-de-ser ou entre-duas-culturas” (Sayad, 2000, p. 19).

3.1.5 O “olhar retrospectivo” sobre o projeto e a sua atualização

A partir de uma pesquisa empírica sobre fluxo de camaronenses para a França, Bouly de Lesdain (1999) argumenta que o exame do projeto inicial de migração não é suficiente, pelo seu caráter de “fotografia”, oferecendo uma visão não dinâmica dos perfis e das motivações dos migrantes. Na sua pesquisa de campo, identificou casos nos quais inicialmente as mulheres migraram como “acompanhantes” dos seus maridos, mas que muitas aproveitaram a oportunidade para estudar na França, permanecendo no país após o retorno dos seus esposos. Retomando a ideia de Boyer (2005), o projeto migratório resulta de articulações entre aspectos “objetivos” de diversas escalas, sendo que, por outro lado, se constitui através de uma dimensão subjetiva, a construção prospectiva sobre a migração, uma projeção que depende de representações e de conhecimento sobre a realidade, tanto no local de origem, quanto no possível destino migratório.

Se este conhecimento, dos agentes sobre sua realidade, constitui o cerne da própria experiência biográfica, na medida em que configura suas consciências e alimenta a própria individualidade, parece ser coerente considerar que as representações e conhecimentos dos agentes sobre o mundo assumem um papel essencial na dinâmica que cria projetos de migração ou de imobilidade. Para Velho (1999), a consciência individual teria como base a memória, tendo em vista que ela organiza para os agentes sua trajetória e sua própria biografia e, é essa memória que sustenta o projeto. Isso porque ao organizar retrospectivamente a trajetória e a biografia dos agentes, a memória pode ancorar projeções para seu futuro e, como ressalta o referido autor, é através dessa articulação entre projeto e memória que os agentes conferem significado as suas vidas, as suas ações e a sua identidade.

Neste sentido, nesta parte do texto, serão apresentados alguns “olhares retrospectivos” de imigrantes brasileiros na França sobre seus projetos migratórios e suas identidades. Ainda que estejam bastante resumidas, estas narrativas são consideradas elaborações dos indivíduos sobre suas trajetórias, acessadas essencialmente pela memória ativada pelo contexto da entrevista, a despeito de todos os desafios que esta ferramenta de pesquisa traz (Poupart, 2010).

Schutz (1979) ao apresentar sua perspectiva sobre a ação humana, aborda como a realização da ação constitui o ato que pode, então, ser analisado pelo próprio sujeito. Isso porque antes de sua realização, o agente tem conhecimento apenas sobre o projeto, e não sobre o ato que o realiza, aspecto que para o autor implica que o motivo – o porque da ação – só pode ser revelado retrospectivamente. Tentando buscar os motivos que se manifestam em alguns deslocamentos, os parágrafos a seguir abordam as memórias sobre os projetos, mas também aspectos que os atualizam.

Elba

De acordo com a narrativa elaborada por Elba, a morte do pai deflagrou uma inquietação com o futuro que a fez deixar tudo para traz e partir para a Europa:

Pouco antes de eu me formar – eu me formei em oitenta e quatro... Em oitenta e três meu pai morreu. E... Aí, sabe, assim? Dá aquela, tipo aquela virada na vida, assim, cê bota tudo... Questiona tudo. Né? Ele morreu cedo, novo e tudo. E... Aí, eu falei: “Putz! A vida... Tem, tem que aproveitar.” [...] tem que...viver intensamente. [...] E sempre tive esse bicho carpinteiro de... Num querer ficar muito parada. [...] (Elba em entrevista realizada em 13/09/2012, grifo para indicar ênfase da fala).

Elba deixou o Brasil tendo como objetivo “passar” pela Espanha e ir para a França. A partir de Nice, litoral sul francês, ela conseguiu um trabalho como *au pair* na Córsega:

Aí, peguei minha mochila. Na época, eu consegui uma passagem só de **ida** – o que é [rindo] extraordinário. Uma passagem muito barata, com a Lan Chile, que ia pra, pra Espanha. Só de ida. E peguei esse avião, com uma mochila. [...] Fui pra Nice porque eu tinha... Eu tinha conhecido uma francesa, em Salvador, que me deu umas aulinhas de Francês [...] Lá mesmo, em Nice, eu fui ver uma agência de *fille au pair*. Eu não tinha, é, documentos, né, pra trabalhar. Então, ficava meio difícil, mas eles estavam desesperados, procurando alguém pra ir pra Córsega. Porque ninguém queria ir pra Córsega, pra ser *fille au pair*. Aí eu fui. Menos de um mês depois de ter saído do Brasil, eu estava na Córsega. E – quando eu saí do Brasil eu nem sabia onde era a Córsega [...] (Elba em entrevista realizada em 13/09/2012, grifos para indicar ênfase da fala).

Viveu na Córsega durante quatro anos trabalhando, a maior parte deste período, como garçõete. Ela decidiu migrar novamente porque conheceu um francês e, foi com ele para Paris. Casaram-se para regularizar a situação de Elba, que pode então retomar os estudos e ingressou numa formação para trabalhar como tradutora. Separou-se deste francês, mas casou-se novamente e adotou uma criança, que é brasileira. Quando me concedeu a entrevista, ela estava separada, trabalhava como tradutora autônoma e vivia com o filho em Paris. Na sua fala, o retorno é uma ideia remota, motivada pela saudade, mas de acordo com sua narrativa inviabilizado por questões mais objetivas.

Leonardo

Leonardo nasceu em 1966, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Fez a graduação e o mestrado em física no interior de São Paulo. Mudou-se novamente para fazer o doutorado, que realizou em Recife. Ele queria muito sair do Brasil e aproveitou uma oportunidade que apareceu e foi para a França em 1999, após concluir seu doutorado, acompanhando sua esposa. Segundo ele, essa decisão de emigrar pode ser entendida de duas formas. A primeira seria uma leitura “lógica e simplificada”, em que a oportunidade dela fazer o doutorado no exterior somava-se ao momento em que ele terminava o próprio doutorado e buscava um lugar para fazer o pós-doutoramento. Enfim, um contexto favorável à saída do Brasil. Mas

ele mesmo ressaltou em sua narrativa uma versão mais “subjetiva” que esclarece porque ele foi, voltou para o Brasil e emigrou novamente:

Na verdade, eu nunca me adaptei ao Brasil. Eu gosto do Brasil, mas eu nunca me adaptei ao Brasil. E quando eu cheguei na França particularmente em Estrasburgo, eu não sei por que diabos eu me senti em casa. Eu, eu senti aqui que eu podia ter alguma coisa que, tinha uma relação muito forte com aquilo o que eu procurava pra vida. Então, por exemplo, a cultura bovina do Mato Grosso do Sul nunca me disse nada, não tinha nada absolutamente a ver comigo. (...). Minha passagem pelo interior de São Paulo também não me deixou uma lembrança assim muito agradável, aquela coisa do consumismo, consumismo, consumismo, que no final de semana é shopping, ou é shopping, ou é shopping... (...) Eu me sentia verdadeiramente um extra-terrestre [no Brasil] (Leonardo, em entrevista realizada em 08/09/2012).

Como um pesquisador, um trabalhador altamente qualificado, Leonardo viabilizou sua ida e permanência na França a partir de vínculos institucionais e pelo pertencimento a redes profissionais de colaboração, dispensando recursos baseados em relações de solidariedade advindos de redes pessoais e sociais. Os contatos que viabilizaram sua emigração foram profissionais, promovidos e legitimados por mérito.

Na época em que o entrevistei, Leonardo tinha um cargo estável como pesquisador permanente no leste da França junto a uma importante agência de pesquisa francesa. Quanto à questão de um projeto de retorno, Leonardo parece não ter muitas dúvidas:

[...] pensar em voltar pro Brasil, significaria dizer, é, eu não estou contente com a vida aqui, ou eu projeto que a vida aqui vai piorar, ou eu projeto que vai chegar um momento em que tudo aquilo que eu deixei, vai me fazer falta, ou eu projeto que vai chegar um momento em que, por razões sei lá, familiares, doença na família, que eu não vou aguentar o frio aqui, porque sei lá, não vou aguentar o banzo e eu vou ter que voltar. Então, eu não vejo isso. O que eu vejo é que eu não vou me transformar em um francês, com certeza. Eu não vou perder os meus laços com tudo pra mim associado com o Brasil. Mas hoje eu já sou um cidadão híbrido. [...] E por razões práticas, eu não me vejo chegando no Brasil, 50, 60 anos de idade e tendo que fazer um plano de saúde que vai custar uma fortuna, por exemplo. Eu não, não, me vejo. [Leonardo, em entrevista realizada em 08/09/2012]

3.1.6 Considerações finais

Essas narrativas, que envolvem “escolhas” individuais por mobilidade, podem ser analisadas e contextualizadas a partir da articulação entre identidade, projeto e (i) mobilidade. Com Elba e Leonardo temos dois casos de migrações internacionais que envolveram atualizações significativas dos projetos com mais de um deslocamento, pelo menos até o momento da entrevista. Estes migrantes indicaram que suas motivações para os deslocamentos tiveram como base algum tipo de “mal-estar” diante de suas experiências de vida. Isso pode ser um indicativo para investigações futuras, perscrutar como os agentes se sentem em relação aos seus espaços de vida, se sentem estes pertencimentos com satisfação ou desconforto. Estas experiências podem

ser a origem de criações migratórias, de projetos de deslocamento em busca de outros espaços e pertencimentos.

Para a Elba, a insatisfação com seu espaço de vida, o incômodo veio com a morte do pai e uma urgência em “viver intensamente” e, isso aparece em sua fala como necessidade de movimento: “o bicho carpinteiro” ao qual ela se refere como “mal” que atinge aqueles que não conseguem ficar “parados”. O projeto migratório parece nascer de uma inquietação subjetiva que engendra um “gosto” pela “aventura” e uma disposição para realizar um deslocamento espacial. Por outro lado, anos depois, em outra fase biográfica, o “enraizamento” é escolhido para garantir a unificação familiar. Essa mudança pode reforçar o que foi dito acima, no sentido de que quando o agente experimenta uma identificação positiva com seu espaço de vida, muito provavelmente sua predisposição para migrar será menor ou mesmo inexistente. Neste caso, parece que há uma ancoragem identitária naquele espaço, engendrando aí um projeto de permanência, mesmo para alguém que declarou ter “ido embora” exatamente porque buscava uma experiência nômade.

O segundo caso relatado é o de Leonardo, que diz explicitamente compreender seu projeto migratório como uma “fuga” motivada pela sua declarada incapacidade para se adaptar à realidade social que vivenciou, em diversos lugares que nos quais morou, no Brasil. Aqui o desconforto e a experiência de não identificação com o espaço de vida se mostra latente, reverberando num desejo intenso de mudança. O uso do termo “fuga” pode ser tomado como expressão de uma falta de identificação e pertencimento que demanda do agente um projeto que lhe permita escapar de uma espécie de armadilha. Isso coaduna com a forma como Leonardo elabora seu projeto de imobilidade, tocando no que Sayad apontou como o “imigrante que deixou de ser imigrante” (Sayad, 2000, p. 11), dado que ele declara não ter motivos subjetivos e objetivos capazes de justificar um novo deslocamento, particularmente para retorno ao país de origem.

Por último, cabe reforçar a necessidade de conduzir novas pesquisas empíricas para avançar nesta compreensão do papel das biografias, enquanto trajetórias socialmente condicionadas, para a “criação migratória”. Essa articulação analítica, que combina condições e processos subjetivos com possibilidades objetivas (ou “campo de possibilidades”), nos parece ser uma poderosa chave para iluminar nosso conhecimento sobre como e em quais condições projetos de migração ou de enraizamento são gestados e realizados.

Bibliografia / Bibliografía / Bibliographie / References

Alaimo, A. (2000). Le projet migratoire entre nomadisme et sédentarité. In : Centlivres, Pierre ; Girod, Isabelle (dir). *Les défis migratoires : actes du Colloque CLUSE*. Neuchâtel : Colloque Cluse, 211-216.

Almeida, G. M. R. de. (2013) *Au revoir, Brésil: um estudo sobre a imigração brasileira na França após 1980*. Tese de Doutorado – Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

_____. (2012). “Circulação estudantil e imigração brasileira na França”. In: *Encontro da Associação Brasileira de Estudos de População*, 18, Águas de Lindóia. Anais... Águas de Lindóia: ABEP, 18 p. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais.

- ____ & Baeninger, R. (2016). A imigração brasileira na França: do tipo histórico às modalidades migratórias contemporâneas. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 33(1), 129-153.
- Amorim, M. A. (2009) *Para além de partidas e de chegadas: migração e imaginário entre o Brasil e a França, na contemporaneidade*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 296 p.
- Bakewell, O. (2010). Some reflections on structure and agency in migration theory. *Journal of Ethnic & Migration Studies*, 36(10), 1565-1586.
- Bógus, L. M. (1995) Migrantes brasileiros na Europa Ocidental: uma abordagem preliminar. In: Patarra, N. (org) *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo* (pp. 111-121) São Paulo: FNUAP.
- Bouly De Lesdain, Sophie. (1999) Projet migratoire des étudiantes camerounaises et attitude face à l'emploi. *Revue Européenne de Migrations Internationales*, 15(2).
- Bourdieu, P. (1996). A ilusão biográfica. In: Amado, J.; Ferreira, M. M. (Org.). *Usos e abusos da história oral* (183-191). Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- Boyer, Florence. (2005) Le projet migratoire des migrants touaregs de la zone de bankilaré : la pauvreté désavouée. *Stichproben*, n. 8, Special Issue On African Migrations. Historical Perspectives And Contemporary Dynamics.
- Castles, S. (2010). Understanding global migration - a social transformation approach. *Journal of Ethnic & Migration Studies*, 36 (10), 1689-1708.
- Faist, T. (2000). *The volume and dynamics of international migrations and transnational social spaces*. New York: Oxford University Press.
- Hall, S. (1996) Identidade cultural e diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 24(1), 68-75.
- Ma Mung, E. (2009) Le point de vue de l'autonomie dans l'étude des migrations internationales : "penser de l'intérieur" les phénomènes de mobilité". In: Dureau, F. & Hily, M. A. (dirs). *Les mondes de la mobilité* (25-38). Rennes : Presses Universitaires de Rennes.
- Massey, D.; Arango, J.; Hugo, G.; Kouaouchi, A.; Pellegrino, A.; Taylor, J.E. (1998). New migrations, new theories. In: ____ *Worlds in motion: understanding international migration at the end of the millennium* (pp. 1-59). New York: Oxford University Press.
- Matos, C. (1993). Migrações: Decisões Individuais e Estruturas Sociais. *SOCIUS Working Papers*, 5 (1).
- Pereira, M. R. (2009) Presença cultural francesa no Brasil. *Revista Travessia*, n. 65, pp. 89-100. São Paulo: CEM, setembro-dezembro.
- Poupart, J. (2010) A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: Poupart, Jean; Deslauriers, J. P.; Groulx, L. H.; Laperrière, A.; Mayer, R.; Pires, A. P. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* (215-251). Petrópolis: Vozes.

Rolland, D. (2008) L'exil des dictatures : impact conjoncturel dans la présence latino-américaine en France ? In : Santos, I. M. et Rolland, D. *L'exil brésilien en France: histoire et imaginaire* (185-205). Paris: L'Harmattan.

Sayad, A. (2000) O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. *Revista Travessia*, 23.

3.2 O refúgio à luz do direito internacional e do direito comunitário europeu

Sidney Guerra⁶⁰

Elizabeth Accioly⁶¹

Resumo

O presente estudo tem por finalidade revisitar o instituto do refúgio, um dos grandes dilemas que o mundo contemporâneo enfrenta, contemplando, em um primeiro instante, os seus antecedentes históricos para, depois, abordar o seu regramento no plano internacional. Por fim, tecer algumas considerações sobre a reinstalação e recolocação de refugiados na União Europeia, com maior destaque em Portugal.

Palavras-chave: Refúgio; União Europeia; Migração.

El refugio a la luz del derecho internacional y del derecho comunitario europeo

Resumen

El presente estudio tiene por finalidad revisitar la institución del refugio, uno de los grandes dilemas con el que el mundo contemporáneo se enfrenta, para lo cual, en un primer instante, se contemplan sus antecedentes históricos y, después, abordar su reglamento en el contexto internacional. El escrito finaliza con algunas consideraciones sobre la reinstalación y recolocación de refugiados en la Unión Europea, destacando el caso de Portugal.

Palabras clave: Refúgio; Unión Europea; Migración.

Refuge à la lumière du droit international et du droit communautaire européen

Résumé

Cette étude vise à revoir l'Institut du refuge, l'un des grands dilemmes que le monde contemporain

⁶⁰ Pós-Doutor pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e Pós-Doutor pelo Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Associado da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Presidente do Instituto Brasileiro Pacificador. E-mail: sidneyguerra@terra.com.br

⁶¹ Doutora em Direito pela Universidade de São Paulo. Professora da Universidade Europeia de Lisboa. Professora visitante do Curso de Mestrado do Centro Universitário de Curitiba-UNICURITIBA.

est confronté, en contemplant une première fois leur contexte historique pour en suite traiter la mise en place de règles au niveau international et, enfin, quelques considérations sur la réinstallation des réfugiés dans l'Union européenne, principalement au Portugal.

Mots-clés : Refuge ; Union européenne ; Migration.

Refuge in the light of international law and european community law

Abstract

The purpose of the present study is to revisit the refugee institute, one of the great dilemmas faced by the contemporary world, considering its historical antecedents at first, followed by the approach to its rule at the international level, and finally to make some considerations about the re-settlement and relocation of refugees in the European Union, with greater prominence in Portugal.

Keywords: Refuge; European Union; Migration.

3.2.1 Introdução

O fenômeno migratório não é recente. Ao contrário, data desde os primórdios das civilizações. O homem primitivo, quando constatava que a terra que lhe dava os meios necessários para o sustento próprio e dos seus já estava exaurida, procurava em outras regiões novos campos de abastecimento⁶².

De certo modo, é possível afirmar que tal fato permanece ainda nos dias atuais posto que o movimento migratório manifesta-se de forma intensa, especialmente em direção aos países desenvolvidos. Tal fato tem provocado manifestações contrárias de vários segmentos da sociedade civil⁶³, sendo certo que isso ocorre de maneira mais acentuada em algumas regiões, nomeadamente em razão da eclosão de guerras civis, de problemas étnicos e religiosos, de conflitos armados e por questões ambientais.⁶⁴ Com efeito, a migração contínua e maciça tem produzido sérias consequências tanto endógenas como exógenas, como explica Rui Leandro Alves Maia:

Qualquer que seja o sentido que dermos às migrações (internacionais ou internas), permanecem sempre como condicionamentos de explicação os elementos espaço e tempo. As migrações abrangem um número significativo de pessoas que, mudando de um espaço para outro, provocam alterações no tamanho e composição das populações envolvidas: a do espaço da origem e a do espaço do acolhimento (Maia, 2003, p. 41).

O número de refugiados e migrantes econômicos tem aumentado significativamente, seja

⁶² Vide a propósito os estudos produzidos por GUERRA, Sidney; EMERIQUE, Lilian. Direito das minorias e grupos vulneráveis. Ijuí: Unijuí, 2008.

⁶³ Nesse sentido, vide JORDAN, Bill. *Irregular migration: the dilemmas of transnational mobility*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2002, p. 15), que aponta o significado sobre a migração irregular, especialmente nos chamados países de primeiro mundo, e apresenta a rejeição da sociedade civil diante desta questão: “Irregular migration – crossing borders without proper authority, or violating conditions for entering another country – has been seen as a threat to the living standards and the cultures of the citizens of rich, predominantly white, First World states. In the 1990s the rise in claims for political asylum by black and Asian migrants to such countries was defined as disguised irregular migration. Public opinion polls conducted in EU member states in 2001 gave ‘race relations and immigration’ as the fourth most important problem facing both the UK and the other states, well ahead of education, health and poverty”.

⁶⁴ Sobre esse assunto, vide GUERRA, Sidney. Sociedade de risco e o refugiado ambiental. In: *Direito no século XXI*. Curitiba: Juruá, 2008.

pela esperança de encontrar novas oportunidades e melhores condições de vida, seja por razões de pobreza extrema, de catástrofes naturais, ou o pior de todos os motivos, da guerra. E, tanto os que fogem da miséria, como os que foram desalojados por fatores climáticos extremos, acidentes ambientais ou conflitos bélicos estão, na realidade, a tentar salvar o bem mais precioso: a vida.

A recente e aterradora constatação da Organização Mundial de Saúde (OMS) dando conta de que mais de 3,3 milhões de pessoas estão a passar fome contradiz os decantados “Objetivos do Milénio” que nasceu, no início do Século XXI, com a missão de erradicar a pobreza, incentivar a educação, cuidar da saúde e da nutrição, proteger o ambiente. E, quanto ao refúgio, no atual estágio da proteção dos direitos humanos, seja no plano interno ou internacional, não pode mais haver dúvidas quanto à sua aplicação, que possui características próprias, podendo ser apresentadas as seguintes:

- a) os Estados- partes naqueles instrumentos internacionais não têm discricionariedade de conceder ou não o refúgio; dadas as condições objetivas para sua concessão, eles terão o dever de proceder afirmativamente;
- b) o controle de aplicação das normas convencionais sobre refúgio depende de órgãos internacionais, ficando, portanto, a responsabilidade dos Estados por inadimplência de seus deveres, no regime de violação de normas específicas, sob controle de órgãos internacionais multilaterais;
- c) os motivos para a concessão de refúgio não são as simples perseguições por motivos políticos, mas ainda outras, por motivos de raça, grupo social, religião e, sobretudo, situação econômica de grande penúria;
- d) há deveres precisos de os Estados partes concederem aos refugiados documentos de identidade e de viagem e, no caso brasileiro, proibições expressas de deportação aos postulantes, e de casos particulares de proibições de expulsão e de extradição aos refugiados;
- e) por tratar se de instituto regulamentado sob a égide da ONU, as normas que regem o refúgio têm salvaguardas de denegação de refúgio a pessoas que tenham cometido um crime contra a paz, um crime de guerra ou um crime contra a humanidade, no sentido de os instrumentos internacionais elaborados para prever tais crimes, bem como proibições de conceder refúgio a pessoas culpadas de atos contrários aos fins e princípios das Nações Unidas.” (Soares, 2004: 404-405).

Portanto, a somar a crise famélica está a crise fratricida, estando o conflito sírio no epicentro, com mais de 50% da sua população deslocada, chegando a quase 14 milhões de pessoas. Os países vizinhos como a Turquia, o Líbano, a Jordânia, o Iraque e o Egito têm acolhido grande parte da população síria. Mas muitos deles optaram por conquistar o “el dorado”, batendo à porta do velho continente que vive um dos seus maiores dramas desde a II Guerra Mundial. Anthony Giddens considera ser esse o “tema quente” na Europa:

Immigration has become one of the hottest of hot topics across Europe. The term ‘immigrant’, of course, covers a multitude of differences. There are immigrants from 150

different countries living in the UK, for example. Great variations can exist among those coming from the same country, depending upon differences in socioeconomic background, ethnicity, culture and other factors (Giddens, 2006: 26).

O presente estudo tem por finalidade apresentar considerações sobre o instituto do refúgio, contemplando num primeiro instante os antecedentes históricos; logo a seguir o regramento no plano internacional, para ao final traçar panorama da situação europeia, em especial Portugal.

3.2.2 O conceito de refugiado à luz do direito internacional

Preliminarmente, cumpre acentuar, valendo-se aqui das palavras de Guido Soares, que a Convenção de 1951, que trata do Estatuto dos Refugiados, teria surgido com grandes dificuldades:

havia a necessidade de se reconhecer a situação das pessoas que tinham se beneficiado das normas votadas pela Sociedade das Nações; havia, igualmente, necessidade de precisar a situação daquelas pessoas a quem não fora possível aplicar as normas da Organização Internacional dos Refugiados (essas, por sua vez, sucessoras das normas do UNRRA), mas cujos direitos a refúgio não estavam excluídos; as necessidades de regular-se a situação dos refugiados antes da constituição do ACNUR, ou seja, “acontecimentos anteriores a 1951. (Soares, 2004: 396).

A tais condicionamentos de ordem temporal, que passaram a ser denominados “reserva temporal”, havia ainda a questão de definir-se qual a extensão geográfica dos acontecimentos que deram origem à situação de refugiados, ou seja, se acontecimentos ocorridos unicamente na Europa, ou ocorridos na Europa ou alhures. Tais dificuldades, ademais, eram acentuadas pelo posicionamento político dos países do bloco socialista naquele momento histórico em que as questões dos direitos humanos, particularmente dos refugiados, apresentavam-se como um dos motivos para a oposição Leste-Oeste, dada a inflexibilidade de não se arredarem do conceito de que o tema constituía domínio reservado dos Estados.⁶⁵

É importante registrar que o conceito estabelecido para refugiado, conforme preconiza a Convenção de 1951, tem sido alargado em vários momentos, e contempla situações novas e não agasalhadas pela referida norma internacional, como se depreende da leitura do Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1966⁶⁶, confirmado na visão de estudiosos nesta matéria:

É notório que esta definição não se adapta facilmente à magnitude, escala e natureza de

⁶⁵ Em decorrência desses aspectos, a Convenção define refugiado como qualquer pessoa que: "1. foi considerada refugiada nos termos dos ajustes de 12 de maio de 1926 e de 30 de junho de 1928, ou das Convenções de 28 de outubro de 1933 e de 10 de fevereiro de 1938, além do Protocolo de 14 de setembro de 1939, ou ainda da Constituição da Organização Internacional dos Refugiados; 2. em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontra-se fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele. No caso de uma pessoa que tem mais de uma nacionalidade, a expressão “do país de sua nacionalidade” refere-se a cada um dos países dos quais ela é nacional. Uma pessoa que, sem razão válida fundada sobre um temor justificado, não se houver valido da proteção de um dos países de que é nacional, não será considerada privada da proteção do país de sua nacionalidade”.

⁶⁶ O Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1966, alargou o conceito ao dispor em seu artigo I, 2 e 3 que: "o termo "refugiados", salvo no que diz respeito à aplicação do parágrafo 3 do presente artigo, significa qualquer pessoa que se enquadre na definição dada no artigo primeiro da Convenção, como se as palavras "em decorrência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e..." e as palavras "...como consequência de tais acontecimentos" não figurassem do parágrafo 2 da seção A do artigo primeiro. O presente Protocolo será aplicado pelos Estados Partes sem nenhuma limitação geográfica; entretanto, as declarações já feitas em virtude da alínea a do parágrafo 1 da seção B do artigo primeiro da Convenção aplicar-se-ão, também, no regime do presente Protocolo, a menos que as obrigações do Estado declarante tenham sido ampliadas de conformidade com o parágrafo 2 da seção B do artigo primeiro da Convenção."

muitos dos atuais conflitos ou situações de violência e dos movimentos dos refugiados, evidenciando que o conceito de refugiado não é e não pode ser considerado um conceito estático, tal qual nenhuma norma ou conceito jurídico o é. O Direito é, pois, uma expressão constante da experiência social de modo que as normas refletem comportamentos e fatos sociais e não o contrário, sob risco de ficarem caducas e ineficazes. Assim, é preciso ter atenção aos casos empíricos que evidenciam que há muitas outras pessoas deslocadas que não estão incluídas nas atuais definições de refugiado, todavia também não estão excluídas. Cite-se aquelas pessoas que deixaram seus países de origem em razão de situações terríveis como miséria econômica generalizada, fragilidade democrática e tantas outras formas de violação ou restrição a direitos fundamentais, mas que não são consideradas oficialmente refugiadas, vez que estas situações não são vislumbradas no regime atual. (Waldely, Virgens & Almeida, 2014: 119).

Os conceitos clássico e alargado do instituto em análise devem ser complementares e não antagônicos, como ensinam Talavera e Moyano:

El concepto de refugiado tal como es definido en la Convención y el Protocolo constituye una base legal apropiada para la protección de los refugiados a través del mundo. Esto no impide la aplicación de un concepto de refugiado más amplio. Ambos conceptos de refugiados no deberán ser considerados como mutuamente excluyentes. El concepto ampliado deberá ser más bien considerado como un instrumento técnico efectivo para facilitar su amplia humanitaria aplicación en situaciones de flujos masivos de refugiados. (Talavera, Moyano, 2002, p. 317).

O art. 1º da Convenção de 1951 define refugiado como:

todo o indivíduo que, em decorrência de fundados temores de perseguição, seja relacionado a sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem e que, por causa dos ditos temores, não pode ou não quer fazer uso da proteção desse país ou, não tendo uma nacionalidade e estando fora do país em que residia como resultado daqueles eventos, não pode ou, em razão daqueles temores, não quer regressar ao mesmo.

É importante termos a noção de que a mutação ou evolução deste conceito tem gerado grande instabilidade no cenário mundial, com fenômenos novos e preocupantes, como por exemplo os refugiados ambientais, que não invocam a guerra, ou a fome, ou distúrbios políticos, mas fogem da catástrofe ambiental. O terrorismo tem sido o grande entrave para o alargamento do estatuto dos refugiados e para a aceitação mais benevolente dos migrantes econômicos.

E no epicentro desta mescla de formação de conceitos está o velho continente, mais precisamente os países da União Europeia que está a ser confrontada com um dos seus maiores dilemas no que tange ao acolhimento e à recolocação dos refugiados e migrantes, como veremos a seguir.

3.2.3 O refúgio à luz da legislação europeia

A legislação comunitária criou programas de reinstalação e recolocação de refugiados e migrantes, oriundos do Médio Oriente e da África, que chegam ao velho continente, na sua grande maioria, em embarcações clandestinas e superlotam centros de acolhimento despetrechados, sem condições de dar vazão à demanda. Grécia e Itália, pela sua localização estratégica, são os Estados que mais tem sofrido com estes problemas e dependem dos cofres da UE, mas acima de tudo, da solidariedade, da cooperação leal, da tolerância, da justiça, do respeito aos Direitos Humanos. É nesse ponto que as coisas não estão a correr bem.

A reinstalação visa a admissão no território dos Estados-Membros de nacionais de países terceiros que carecem de proteção internacional e tenham sido deslocados para fora, ou no interior, do seu país de origem, a fim de lhes conceder guarida⁶⁷. As reinstalações acordadas no âmbito deste programa têm-se centrado em pessoas que se encontram na Turquia, Jordânia e Líbano.

António Guterres, então Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), atualmente Secretário-geral da ONU, pronunciou-se quanto ao programa de reinstalação da UE:

estima-se que o número de pessoas a reinstalar em 2017 irá ultrapassar 1,19 milhões em todo o mundo, ao passo que apenas cerca de 80.000 pessoas foram reinstaladas em todo o mundo em 2015. O ACNUR tem vindo, ao longo dos últimos anos, a exortar a União Europeia e os seus Estados-Membros a aumentaremos compromissos de acolhimento de refugiados através de programas de reinstalação sustentável, entre outros dando o seu aval à campanha de 2012 da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e de cinco organizações não-governamentais ativas no domínio da proteção dos refugiados para a reinstalação de 20.000 pessoas por ano até 2020⁶⁸.

O Comissário da União Europeia para Migração, Assuntos Internos e Cidadania, Dimitris Avramopoulos, declarou, no 9º relatório sobre a aplicação dos regimes de recolocação e reinstalação, realizadas desde 8 de dezembro de 2016:

Nos últimos meses assistimos a progressos, tanto a nível da recolocação como da reinstalação. No entanto, para estar à altura do desafio, tanto nos Estados-Membros da primeira linha como na nossa vizinhança, é preciso fazer mais e mais rapidamente. É possível recolocar todos os migrantes elegíveis que se encontram em Itália e na Grécia, mas todos os Estados-Membros têm de mostrar vontade política, empenho e perseverança para concretizar este objetivo.

O regime de recolocação foi criado por decisão do Conselho⁶⁹, que deliberou sobre o compromisso por parte dos Estados-membros, de receber pessoas sob a proteção internacional, que já se encontram em território europeu, nomeadamente Itália e Grécia.⁷⁰ Cento e vinte mil

⁶⁷ Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que institui o Quadro de Reinstalação da União e altera o Regulamento (UE) n.º 516/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho.

⁶⁸ Comunicação sobre a Agenda Europeia da Migração, em 13 de maio de 2015. A Comissão referia a necessidade de se adotar uma abordagem comum para conceder proteção, mediante a reinstalação, a pessoas deslocadas com necessidade de proteção.

⁶⁹ DECISÃO (UE) 2015/1601 DO CONSELHO, de 22 de setembro de 2015, que estabelece medidas provisórias no domínio da proteção internacional a favor da Itália e da Grécia.

⁷⁰ Artigo 4º da Decisão 2015/1601. Recolocação de 120 000 requerentes nos Estados-Membros.

1. São recolocados nos outros Estados-Membros 120 000 requerentes, do seguinte modo:

peçoas estão abrangidas no programa de recolocação e devem ser distribuídas entre os Estados membros, a partir de quotas, levando em consideração fatores como população e a riqueza do país. A divergência mais visível quanto à realocação de refugiados coube ao Grupo de Visegrado⁷¹ - República Tcheca, Eslováquia, Hungria e Polónia – somado à Roménia e Bulgária, pese embora estes Estados devam obedecê-la, por força da supranacionalidade, que obriga e impõe decisões que sejam aprovadas por maioria qualificada.

Na esteira da revisão da Convenção de Dublin, de junho de 1997⁷², que rege a política de asilo na UE, a Comissão Europeia propôs, em maio de 2016, a imposição de pesadas multas para os países que rejeitem receber quem precisa de proteção internacional, no valor aproximado a 250 mil euros. Este dinheiro deverá então ser repassado aos Estados que aceitarem receber aqueles refugiados. Mas a proposta ainda depende de aprovação no seio das Instituições comunitárias e, mesmo que consiga a anuência da maioria, duvida-se que alguma vez conseguirá ser executada.

Tanto o programa de reinstalação quanto o de recolocação na Europa comunitária não têm evoluído a contento, sendo que o primeiro está muito mais atrasado do que o segundo. Lembre-se que a reinstalação trata de receber pessoas que se encontram em Estados terceiros e foram acolhidas por Estados vizinhos, como o Líbano, a Turquia e a Jordânia, na esteira da guerra da Síria, ao passo que a recolocação visa distribuir, por meio do regime de quotas, os migrantes e refugiados que conseguiram pisar o solo europeu, nomeadamente a Grécia e a Itália.

Em termos absolutos, segundo o 11º Relatório divulgado pela Comissão Europeia, em 12 de abril de 2017,

a Alemanha é o Estado-membro que mais refugiados recolocados recebeu (3.511), seguindo-se a França (3.157) e a Holanda (1.636), enquanto Malta e a Finlândia estão perto

a) 15.600 requerentes que se encontram em Itália são recolocados no território de outros Estados-Membros nos termos do quadro constante do anexo I;

b) 50.400 requerentes que se encontram na Grécia são recolocados no território de outros Estados-Membros nos termos do quadro constante do anexo II;

c) 54.000 requerentes são recolocados no território de Estados-Membros proporcionalmente aos valores estabelecidos nos anexos I e II, quer nos termos do n. 2 do presente artigo, quer através da alteração da presente decisão, conforme referido no artigo 1º, n. 2, e no n. 3 do presente artigo. A Comissão apresenta uma proposta ao Conselho relativa aos valores a atribuir por Estado-Membro.

2. A partir de 26 de setembro de 2016, são recolocados 54 000 requerentes, tal como referido no n. 1, alínea c), a partir da Itália e da Grécia, na proporção resultante do n. 1, alíneas a) e b), no território de outros Estados-Membros, proporcionalmente aos valores estabelecidos nos anexos I e II.

3. Se até 26 de setembro de 2016, a Comissão considerar que se justifica uma adaptação do mecanismo de recolocação devido à evolução da situação no terreno ou que um Estado-Membro se encontra confrontado com uma situação de emergência caracterizada por um súbito afluxo de nacionais de países terceiros em virtude de uma forte mudança dos fluxos migratórios, e tendo em conta a opinião do provável Estado-Membro beneficiário, pode apresentar, se necessário, propostas ao Conselho, conforme referido no artigo 1º, n. 2.

Da mesma forma, um Estado-Membro pode, apresentando razões devidamente justificadas, notificar o Conselho e a Comissão de que se encontra confrontado com uma situação de emergência similar. A Comissão avalia as razões invocadas e, se adequado, apresenta propostas ao Conselho, conforme referido no art. 1º, n. 2.

4. Caso, na sequência de uma notificação efetuada nos termos do artigo 4º do Protocolo n. 21 por um Estado-Membro abrangido pelo referido Protocolo, a Comissão confirme, nos termos do artigo 331º, n. 1, do TFUE, a participação desse Estado-Membro na presente decisão, o Conselho, sob proposta da Comissão, fixa o número de requerentes a recolocar nesse Estado-Membro. Na mesma decisão de execução, o Conselho adapta também em conformidade os contingentes atribuídos aos outros Estados-Membros, reduzindo-os proporcionalmente.

⁷¹ O Grupo de Visegrado, também conhecido como Pacto de Visegrado ou V4, é uma aliança composta por quatro países localizados na região central da Europa: Hungria, Eslováquia, Polónia e República Tcheca. O bloco nasceu na Cimeira realizada em Visegrado, Hungria, em 15 de fevereiro de 1991. A Eslováquia aderiu ao bloco em 1993. Os principais objetivos são: possibilitar, através de integração e definição de estratégias comuns, a inserção dos países membros na comunidade europeia; criar mecanismos para possibilitar a cooperação económica entre os Estados membros; estabelecer estratégias e ações voltadas para a cooperação no campo energético; incentivar a cooperação militar e científica entre os sócios.

⁷² O Regulamento de Dublin estabelece uma hierarquia de critérios para identificar o Estado-Membro responsável pela análise de um pedido de asilo na Europa. Este é predominantemente com base em laços familiares, seguido de responsabilidade atribuída com base no Estado através do qual o requerente de asilo entrou primeiro, ou do Estado responsável pela sua entrada no território dos Estados-Membros da UE, Noruega, Islândia, Liechtenstein e Suíça. In Conselho Europeu para os Refugiados e Exilados (CERE), Junho 1997.

de cumprir com o número de pessoas que lhes foram atribuídos. A nível da União Europeia (UE), o número total de recolocações ascendia, até dia 10 de abril, a 16.340, das quais 5 001 a partir de Itália e 11 339 a partir da Grécia, tendo sido recebidas mais 2.465 pessoas desde 02 de março. Em matéria de reinstalação, os Estados-membros receberam 15.492 pessoas até à data. (Refugiados, 2017).

A Europa vive a mais profunda das suas crises, colocando em xeque a solidariedade, a cooperação leal, o estado de Direito e o respeito aos Direitos Humanos. Entre avanços e retrocessos, o velho continente parece estar mais preocupado com o seu destino político, prioridade não totalmente descabida, num momento em que as extremas esquerda e direita são uma constante ameaça. A nuvem negra parece que vai sendo dissipada, com as eleições na Holanda e em França, que fortaleceu o bloco europeu, pese embora o grande golpe sofrido com o Brexit.

A imagem da Europa das pontes, com os Estados interligados, com a livre circulação de bens, pessoas, serviços e capitais a funcionar quase em pleno vai se transformando numa Europa de muros, de cercas e de paredes de isolamento acústico. A falta de comando para conter e punir o desrespeito dos valores da União é o que mais surpreende, e um dos reflexos mais evidentes é a descoordenação quanto a crise dos refugiados, como acima já tratamos.

A Europa não consegue gerir essa crise porque falta apoio dos próprios Estados membros que se recusam a receber refugiados, que vedam a sua passagem, que confiscam os bens daqueles que chegam. Mas, afinal, será que estamos a falar da mesma Europa dos anos 60, que pretendia criar um espaço de paz, de respeito e de dignidade, tudo aquilo que lhes faltou na primeira metade do Século XX, com as duas grandes guerras? O descalabro total se dá com o anúncio de uma proposta de lei europeia para exigir a “solidariedade obrigatória”. Cada Estado que recusar um refugiado pagará uma multa de 250 mil euros. É revoltante e inacreditável que uma proposta de lei dessas possa ser aprovada no seio da União. E mais, que cheguem ao ponto de ter de criar uma solidariedade forçada.

Enquanto isso os refugiados esperam, resilientes e sem opções, por soluções para que possam finalmente usufruir da proteção que lhe é garantida pelo Direito Internacional. Mas, se depender de acordos como o assinado pela UE e Turquia, em abril de 2016, estamos ainda muito distante de soluções que respeitem os valores elencados no artigo 2º do Tratado da União Europeia.⁷³

3.2.4 A situação dos refugiados em Portugal

Ao abrigo do programa de reinstalação de pessoas que estão em campos situados em países terceiros, Portugal assumiu o compromisso de receber 191 deles. Quanto à recolocação, que abrange refugiados que se encontram em solo europeu, coube a Portugal receber 1173 provenientes de Itália e 1778 da Grécia.

O 11º relatório da Comissão Europeia, publicado em 12 de abril de 2017, dá conta de que foram reinstalados até o momento apenas doze pessoas em Portugal. No entanto, se por um lado o país caminha a passos lentos, por outro tem sido apontado como um dos Estados que está na linha de frente no programa da recolocação.

⁷³ Sobre o tema vide Accioly, E. (2016).

In absolute terms, Germany is now the country that has relocated the largest number of applicants (3,511) so far, followed by France (3,157) and the Netherlands (1,636). Right now, Malta and Finland are the only two Member States so far on track to meet their obligations in time for both Italy and Greece. Luxembourg, the Netherlands and Portugal are also steadily progressing on their obligations for Greece and Italy. Norway is about to relocate its commitments. 11^o report on relocation and resettlement (European Commission, 2017: 3).

Os números apontam para um total de 1228 acolhimentos. Destes, 929 são oriundos da Grécia, apresentando uma taxa de 52% de cumprimento e 299 de Itália, uma taxa de 25% de cumprimento das normas comunitárias. Os 1228 refugiados recolocados, de um total de 2951, representam uma taxa de execução de 42%, muito acima dos 17% da média da UE.

Portugal é identificado por Bruxelas como um dos Estados-membros que “estão a respeitar de forma consistente as suas obrigações para com a Grécia e Itália”, segundo o 11.º relatório que ainda recomenda que Lisboa “aumente a capacidade para recolocar todos os candidatos já aceites”, salientando que “alguns estão à espera de serem transferidos desde novembro de 2016” (European Commission, 2017, tradução nossa). Diante disso, Portugal assumiu o compromisso de aumentar o número de refugiados para 4274 pessoas.

Pese embora os notórios esforços de Portugal para tentar cumprir as metas estabelecidas por Bruxelas, o país tem se deparado com dificuldades quanto à recolocação, que vão desde a falta de infra-estruturas básicas, como habitação, postos de trabalho, reconhecimento de habilitações académicas, inserção de menores em escolas e de jovens nas universidades, do ensino da língua portuguesa, até a falta de controle da segurança dos refugiados. Exemplo dessa falta de controle pode ser constatada em denúncia noticiada na imprensa portuguesa⁷⁴ de que Portugal perdeu o rasto a 15 menores, entre 15 e 17 anos, que chegaram desacompanhados, em 2016, e desapareceram da Casa de Acolhimento para Crianças Refugiadas, com fortes suspeitas de terem sido vítimas de tráfico humano. Para além disso, mais de três centenas de refugiados que foram acolhidos em Portugal deixaram o país pelos próprios pés, para tentarem a sorte em outros Estados da Europa.

A partir do momento que esses refugiados abandonam o país de acolhimento, de livre e de espontânea vontade, perdem o estatuto e a protecção internacional, prevista na Convenção de Dublin, tornando-se ilegais. Ficam, por consequência, impedidos de residir ou trabalhar noutro país que não seja o de acolhimento. Em outro sentido, o Estado deve, de imediato, comunicar a Comissão Europeia da fuga de refugiados que estão sob sua protecção. Porém, constata-se que se a Europa já está de mãos atadas devido a limites que impedem a consecução de regras que levem os Estados a cumprir as regras de acolhimento, mas difícil ainda será controlar e rastrear aqueles que se servem do mecanismo de acolhimento, para tentarem a sorte na ilegalidade. Trata-se de mais um problema sem solução a curto prazo.

Os depoimentos de alguns refugiados mostram pontos frágeis de Portugal, no que tange ao programa de recolocação, um alerta que deve ser discutido no seio da União Europeia: Hayder, 45 anos, lamenta que

⁷⁴ Jornal Diário de Notícias-Lisboa: “15 refugiados menores desapareceram em Portugal em 2016”, publicado em 17 de março de 2017.

Portugal es un país con muchas promesas pero pocas posibilidades de cumplirlas. Cuando me enviaron a Portugal me dijeron que aquí tendría trabajo. Necesito dinero para poder traer a mi mujer a mi cuatro hijos, que siguen amenazados. Me dan lecciones de portugués pero yo soy cocinero, no necesito hablar el idioma para poder trabajar. Rehase, de 30 anos, queixa-se do mesmo: “Soy mecánico y llevo tres meses aquí perdiendo el tiempo. No quiero depender del Estado, quiero poder trabajar para ahorrar, tener una casa, vivir mi vida. Tengo amigos que fueron para Alemania y Suecia y que ya tienen trabajo”.

Mustafa, 32 anos, ciente de que ficará ilegal se deixar o país, argumenta:

Ya he vivido como refugiado en Siria, en Turquía, en Grecia. Sé que si me voy corro el riesgo de que la Policía me pare y me vuelva a mandar para Portugal, pero no tengo otra opción. Yo sé que los portugueses quieren ayudar, sólo que el país ya tiene problemas propios y realmente no pueden. Me gusta este país, pero si no hay trabajo no hay nada más que hablar. (Hernández-Morales, 2016).

A justificativa do Ministério da Administração Interna português (MAI) quanto à debandada de refugiados para outras plagas é a de que esses fogem para se juntar às famílias que foram recolocadas em Estados-membros, sendo o alvo preferido, o norte da Europa. O governo português encara de forma muito superficial e simplista estas fugas: “os refugiados não são prisioneiros e têm liberdade de circulação”⁷⁵. Opinião completamente oposta tem o filósofo franco-argelino, Sami Nair:

Os refugiados são nossos prisioneiros. Deixaram os seus países, fugiram da morte, para entrar nas prisões europeias. Nenhum país da União Europeia está a aplicar as Convenções de Genebra (1951), que estabelecem que há que acolher o refugiado, protegê-lo e dar-lhe direitos iguais aos cidadãos do país de acolhimento. A Europa tem mostrado uma face totalmente inesperada, impensável, e uma incapacidade em assumir os seus valores. (Os Refugiados, 2016).

Como dilema de dimensões infinitas, o drama dos refugiados se repete em nova e lamentável versão, não sendo possível vislumbrar soluções unilaterais por parte dos Estados, como parece ser a tendência que se verifica. Desde o Antigo Testamento, em que as penúrias de multidões itinerantes compõem o elenco de passagens trágicas da humanidade, as respostas parecem limitar-se ao rol das boas intenções, com a paralisia do poder e o colapso das instituições. *Nilhil novo sub sole*.

3.2.5 Considerações finais

Em que pese ações que são desenvolvidas em prol dos refugiados, como as que atualmente são desenvolvidas no âmbito da União Europeia, a realidade, muitas vezes, é completamente diversa quanto a aplicação do referido instituto, pois pode haver uma pessoa que tenha temor por sua segurança em razão de suas opiniões, pertencer a um grupo, etnia ou nação e não pode ou não

⁷⁵ Constança Urbano, Ministra da Administração Interna. In Jornal Diário de Notícias - Lisboa, “Porque fogem os refugiados de Portugal?” edição de 11.12.2016 .

deseja voltar para seu país e o Estado pode ignorar por completo as situações que justificam o refúgio, não sendo obrigado a acolher o indivíduo em seu território.

A Europa vive a mais profunda das suas crises, colocando em xeque a solidariedade, a cooperação leal, o estado de Direito e o respeito aos Direitos Humanos. Entre avanços e retrocessos, entre a coragem e o medo de acolher, o Velho Continente segue preocupado com os destinos políticos do bloco econômico, com a tentativa de sobreviver ao Brexit, com as incertezas de eleições na França, na Alemanha e na Itália, que podem mudar o seu destino. Enquanto isso, os refugiados esperam, resilientes e sem opções, em busca de pouso seguro. Há Estados, como Portugal, que demonstram generosidade em receber, mas não tem apoios suficientes para manter aqueles que por ele são acolhidos. Há outros Estados que, tendo capacidade para tal, estão mais preocupados em legislar internamente para afugentar aqueles que tencionam lá chegar. Há ainda Estados que erguem muros e cercas. Poucos são os Estados que tem feito a sua parte, conforme os acordos celebrados no plano multilateral e da UE.

Há ainda novas categorias de refugiados, como os que emergem de catástrofes naturais, os chamados os refugiados ambientais (Guerra, 2018), cujas estatísticas já contabilizam mais de 50 milhões de pessoas, para que possam receber uma assistência similar a dos outros tipos de refugiados. Urge que sejam encontradas soluções urgentes para aqueles que necessitam deslocar-se para salvar suas vidas ou preservar a sua liberdade. Para isso é preciso maior concertação da comunidade internacional, com uma grande dose de compaixão, solidariedade, cooperação e não indiferença. Esta é uma verdade perturbadora que precisa de ser encarada pela Europa e pelo mundo.

Bibliografia / Bibliografía / Bibliographie / References

- Accioly, E. (2016). *As Fraturas do velho continente: uma radiografia da União Europeia*. Revista da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul, 4(8).
- Accioly, E. (2010) *Mercosul e União Europeia – Estrutura Jurídica-Institucional*. (4). Curitiba: Juruá.
- Accioly, E. (2017). *Refugiados na Europa: avanços e recuos na perspectiva portuguesa*. Anais do Congresso Superior Tribunal Militar. Brasília.
- Dinh, N., Daillier, P. & Pellet, A. (2003). *Direito internacional público*. (2). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- European Commission (2017). Report from the Commission to the European Parliament, the European Council and the Council. Eleventh report on relocation and resettlement. Disponível em: https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do-policies/european-agenda-migration/20170412_eleventh_report_on_relocation_and_resettlement_en.pdf
- Giddens, A. (2006). *Global Europe, social Europe*. Cambridge: Polity Press.
- Guerra, S. (2017). *Curso de direito internacional público*. (11). São Paulo: Saraiva.

- Guerra, S. (2014). *Direitos humanos na ordem jurídica internacional e reflexos para ordem constitucional brasileira*. (2). São Paulo: Atlas.
- Guerra, S. (2016). *Direitos humanos: curso elementar*. (4). São Paulo: Saraiva.
- Guerra, S. (2008) Sociedade de risco e o refugiado ambiental. In: *Direito no século XXI*. Curitiba: Juruá.
- Guerra, S. & Emerique, L. (2008). *Direito das minorias e grupos vulneráveis*. Ijuí: Unijuí.
- Hernández-Morales, A (2016, 20 de junho). Portugal acoge encantado a refugiados pese su economía. *El Español*. Disponível em:
https://www.elespanol.com/mundo/20160617/133237280_0.html
- Jordan, B. (2002). *Irregular migration: the dilemmas of transnational mobility*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited.
- Maia, R. L. A. (2003). *O sentido das diferenças: migrantes e naturais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Os Refugiados são "prisioneiros" da Europa (2016, 16 de novembro). Consultado em: 21 de novembro de 2019. *Mundo ao Minuto*. Disponível em:
<https://www.noticiasominuto.com/mundo/688663/refugiados-sao-prisioneiros-da-europa>
- Relatório divulgado pela Comissão Europeia, em 12 de abril de 2017. Disponível em <http://www.tvi24.iol.pt/sociedade/uniao-europeia/refugiados-bruxelas-quer-que-portugal-aumente-capacidade-de-rececao>.
- Soares, G. (2004). *Curso de direito internacional público*. São Paulo: Atlas.
- Talavera, F. N. & Moyano, L. G. C. (2002). *Derecho internacional público*. Lima: Fondo Editorial de la PUC.
- Refugiados: Bruxelas quer que Portugal aumente capacidade de receção (2017, 12 de abril). Consultado em: 15 de abril de 2017. *Tvi24*. Disponível em:
<http://www.tvi24.iol.pt/sociedade/uniao-europeia/refugiados-bruxelas-quer-que-portugal-aumente-capacidade-de-rececao>.
- Waldely, A. B.; Virgens, B. G. & Almeida, C. M. J. (2014). *Refúgio e realidade: desafios da definição ampliada de refúgio à luz das solicitações no Brasil*. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/remhu/v22n43/v22n43a08.pdf>

3.3 Fleeing Central America's northern triangle: a silent humanitarian crisis

Jean-François V éran⁷⁶

Renata Reis⁷⁷

Marc Bosch Bonacasa⁷⁸

Abstract

Based in a victimization survey conducted by MSF in September 2015 among 467 refugees and migrants in the *albergues* along the migration route in Mexico, we argue that even if economical perspectives are involved, most migrants are literally forced to flee to meet basic security “needs”. We also show that the migration process itself is a sequence of systematic and various exposures to violence working as a selection process leaving aside those for are “forced to stay”. Advocating that this dynamic constitutes a neglected humanitarian crisis, we put forward operational propositions to tackle its more urgent impacts.

Key words: Migration; Violence; Mexico; Humanitarian crisis.

Fugindo do triângulo norte da América Central: uma silenciosa crise humanitária

Resumo

Com base em uma pesquisa de vitimização conduzida por MSF, em setembro de 2015, entre 467 refugiados e migrantes, nos albergues ao longo da rota de migração no México, argumentamos que, mesmo que haja perspectivas econômicas, a maioria dos migrantes é literalmente forçada a fugir para atender às necessidades básicas de segurança. Também mostramos que o próprio processo de migração é uma sequência de exposições sistemáticas e variadas à violência, funcionando como um processo de seleção, na medida em que deixa de lado aqueles que são “forçados a ficar”. Defendendo que esta dinâmica constitui uma crise humanitária negligenciada, apresentamos proposições operacionais para enfrentar seus impactos mais urgentes.

Palavras-chave: Migração; Violência; México; Crise humanitária.

⁷⁶ Associate Professor at the Federal University of Rio de Janeiro Anthropology advisor at MSF Brazil. Largo Francisco de Paula, 1, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Brasil. E-mail: jfveran@gmail.com

⁷⁷ Regional Humanitarian Access Advisor (Latin America) MSF Brazil. E-mail: renata.reis@rio.msf.org. Av. Rio Branco, 135, 11º andar – Centro. Rio de Janeiro – RJ.

⁷⁸ Coordinator of Operations MSF Sain. Nou de la Rambla 26 08001 Barcelona Spain. E-mail: marc.bosch@barcelona.msf.org

Huyendo del triángulo norte de Centroamérica: una silenciosa crisis humanitaria

Resumen

Sobre la base de una encuesta de victimización realizada por MSF en septiembre de 2015, entre 467 refugiados y migrantes en los albergues a lo largo de la ruta migratoria en México, argumentamos que incluso si las perspectivas económicas están involucradas, la mayoría de los migrantes están literalmente obligados a huir para satisfacer las "necesidades" básicas de seguridad. También mostramos que el proceso de migración en sí mismo es una secuencia de exposiciones sistemáticas y diversas a la violencia que funciona como un proceso de selección, dejando de lado aquellos que están "obligados a quedarse". Defendiendo que esta dinámica constituye una crisis humanitaria desatendida, presentamos propuestas operativas para hacer frente a sus impactos más urgentes.

Palabras clave: Migración; Violencia; México; Crisis humanitaria.

Fuite du triangle nord de l'Amérique centrale: une crise humanitaire silencieuse

Résumé

D'après une enquête de victimisation menée par MSF en septembre 2015 auprès de 467 réfugiés et migrants dans les centres d'accueil situés le long de la route migratoire au Mexique, nous affirmons que, même si des perspectives économiques sont en jeu, la plupart des migrants sont littéralement contraints de fuir pour satisfaire leurs «besoins» de sécurité élémentaires. Nous montrons également que le processus de migration lui-même est une séquence d'expositions systématiques et diverses à la violence fonctionnant comme un processus de sélection laissant de côté ceux qui sont «forcés de rester». Défendant que cette dynamique constitue une crise humanitaire négligée, nous faisons des propositions opérationnelles pour faire face à ses impacts les plus urgents.

Mots-clés : Migration ; Violence ; Mexique ; Crise humanitaire.

3.3.1 Summary

A central topic at the 2017 XIX. "Humanitarian Congress Berlin: out of order? reshaping humanitarianism" was the criminalization of humanitarian action. Migration was a key concept for the analysis of this trend. Such criminalization was widely reported as the consequence of the political degradation of the status of migrant and refugee, compounded by a subjacent disaffiliation of the international public opinion from the moral and social bounds that once connected it to the misfortune of these populations.

The way the European authorities handled their "migratory crisis" was to lean on national populations that were more and more hostile to the argument of generosity and that in turn, is paving the way to other "migratory crises" like the ones in South Africa or Central America. The disrespect of basic assistance and protection rights is widely reported, but a closer scrutiny of common "public opinion" shows that this disrespect has become a pattern governed by the anxiety-builder concept of "saturation" or "tolerance threshold" (Kofman, 2005): migrants have

become supernumerary. There is a striking parallel with Robert Castells' analysis of the history of vagabonds in France from the late Middle Ages up to the wretched of the nineteenth century: just as it happened in those historical periods, today's migrants are everywhere deemed to be in excess of "normal" citizens (Castell, 1995).

With evidence from Médecins Sans Frontières' (MSF) operational and analytical experience acquired with the organization's medical and mental health assistance project to migrants in Mexico, this chapter argues that there is a neglected humanitarian crisis going on in the America's Northern triangle. This crisis follows the pattern of the European crisis but with a much lower visibility, hitting the 500,000 migrants that attempt to cross the North-American border every year, 152.000 of whom were incarcerated and 142.000 of whom were deported in 2017.

Evidence of a neglected crisis is provided by revealing its invisibility. Year after year, countries like Honduras or El Salvador report homicide rates that are amongst the highest in the world. Data shows that more people die or are displaced in these settings than in armed conflict zones that are internationally recognized and thus far more visible. For instance, between 2001 and 2014, 20,198 civilians died during the Afghanistan war, while between 2004 and 2012, 41,125 people were victims of homicide in Honduras. Although this kind of comparison is hazardous in a number of ways, it does suggest, a significant visibility and notoriety gap between the two geopolitical settings.

In September 2015, MSF conducted a victimization survey among 467 refugees and migrants in the *albergues* along the migration route in Mexico. At that time MSF was providing health and mental care to the localities of Tenosique, Ixtepec, Huehuetoca, Bojay and San Luis Potosí. The aim of this survey was to identify avenues that would further medical programs or that may modify existing approaches in reaching migrant populations. Based on this survey, we intend to show that there is a significant direct correlation between the hyper-violence practiced in countries like Honduras and El Salvador, and the migration dynamics in the region. Unlike the thesis of "chosen migration" for economic "wants" we argue from our data that even if economical perspectives are involved, most migrants are literally forced to flee to meet basic security "needs" (Cohen et al., 2011). We shall also show that the migration process itself is a sequence of systematic and various exposures to violence. Violence, rather than economic cost, is the true selective and segregating passage fee conditioning the migration experience all the way through the route. Based on these elements, we will argue that America's Northern triangle migration dynamic should be acknowledged as a neglected humanitarian crisis. We shall also put forward operational propositions to tackle its more urgent impacts.

3.3.2 "Forced to flee": a concept and its figures

Victimization survey is a widely recognized methodology that measures violence actually "experienced" by people and not just the violence known through police and other official reports (Groves et al., 2011; UNODC / UNECE, 2010). The survey consists of asking questions directly to people about the acts of violence they have suffered and how they felt about them. The protocol has been adapted for MSF's specific purpose, with a focus on medical/physical health and mental

health consequences of violence through a set of self-reported symptoms screening and a detailed examination of the last physical violent event⁷⁹.

Over the two years prior to migration, 57 percent of the Hondurans migrants and 67 percent of the Salvadorans never felt safe at home (33 percent for Guatemalans and 13 percent for Nicaraguan) and similar levels apply to their *barrios*. The vast majority - 72 percent of Hondurans and 70 percent of Salvadorans interviewed - heard regular gunshots in their neighborhoods. Respectively, 75 percent and 79 percent had witnessed a murder or seen a corpse in the previous two years. It appears that the feeling of insecurity is not “irrational” or “imaginary”, as it is frequently discussed in European countries (Lagrange, 1984 ; Roché, 1998). There is indeed a “relation between the intensity of fear and the level of the ecological pressure of attacks against property and persons, changing according to exposure and vulnerability (Roché, p. 274)”. Within the studied population, the intensity of fear appears to be directly proportional to the intensity of exposure to violence.

45.4 percent of Hondurans and 56.2 percent of Salvadorans entering Mexico have lost a family member because of violence in the last two years before they migrated (Table 1). Around 50% have a family member who experienced physical violence. 31 percent of the Central Americans entering Mexico knew someone who had been kidnapped and 17 percent knew someone who had disappeared and who had not been found.

One third (32.5 percent) of the population from NTCA entering Mexico has been personally exposed to physical violence perpetrated by a non-family member (mainly members of organized crime) in the previous two years.

Half of the population (48.4 percent) from NTCA entering Mexico received a direct threat from a non-family member (61.6 percent for Salvadorans alone). Of this group, 78 percent said that the threat seriously affected their social and professional activities.

Table 1 “*What did one or more of your family member – yourself excluded - experience over the last two years*”?

Family experience of violence/ country	Hond.	Salv.
Died from an act of violence	45.4%	56.2%
Experienced physical violence	52.7%	49.3%
Got robbed with physical violence	47.3%	42.5%
Got robbed without physical violence	36.5%	39.7%
Suffered from blackmail or extortion	34.9%	54.8%
Died from suicide	10.5%	13.7%
Intended suicide	19.7%	16.4%

⁷⁹ In compliance with ethic principles, terms of consent were presented to all participants orally (in this context of migration, anonymity was crucial for participation and accuracy, so no signatures were collected). Participants were informed that they were entitled to psychological support during and after the survey. At all survey points and during all working hours, a clinical psychologist was present with the survey teams, along with MSF social workers in two albergues. 12.6 percent of the survey participants were referred to mental health services provided by MSF staff.

Table 2 *What did you experience over the two last years?*

Individual experience of violence / country	Hond.	Salv.
Got robbed with physical violence	45.1%	37.0%
Got robbed without physical violence	33.7%	38.4%
Physical violence from non-family members	34.0%	30.1%
Threat from non-family member	47.0%	61.6%
Domestic violence	28.3%	24.7%

It is therefore coherent that 88.2 percent of the survey participants, when referring to their home country, spontaneously mentioned violence and delinquency as a main concern, and when asked for the reasons for migration, the migrants clearly stated that violence was the precipitating factor. Although lack of job opportunities and poverty are mentioned by 80 percent of the Hondurans, they also massively indicate that specific biographic accidents triggered the decision to migrate. Furthermore, economic conditions are strongly connected to violence in the sense that an environment that cannot rely on basic predictability and trust cannot grow as a space of opportunity for those who live in it (Reemtsma, 2012). Studies in Mexico have clearly proven the negative impact of violence on local labor force participation, employment and social organization (Robles et al., 2013; Velásquez, 2015). The study on territorial mobility in San Salvador that we conducted in 2017 showed the impact of the “invisible frontiers” secured by the *maras*. In one studied area, after the re-positioning of the *barrio*’s frontier in 2010, children had to take a bus to a distant school because the nearby one, at walking distance, was no longer accessible for them, nor could they frequent the soccer field across the street.

Families cannot visit the cemetery, sons cannot visit their mothers. Male adolescents and young adults are confined to micro-spaces and confronted by the constant deaths of those who engage in gang activities or challenge their authority. Neutrality is not an option. Fleeing appears to be the only alternative to gang enrollment, which takes place either by explicit force or as a consequence of structural and subjective marginalization processes (Reguillo, 2008).

Those were the people we have met in the migration route: 30 percent of the Hondurans reported direct threats and 18 percent of the Hondurans reported attacks. Another 7 percent reported forced recruitment by gangs. Young men interviewed for the survey admitted that they were fleeing from death threats. For those who were not personally threatened and even with no personal victimization event, the climate of systematic violence in their communities plays a strong factor for the decision to migrate. The extremely high percentage of suicide (10.5 percent for Hondurans and 13.7 percent for Salvadorans) and suicide attempts (respectively 19.7 percent and 16.4 percent) among the families of the survey participant’s is a striking indicator of the levels of despair.

Some studies have downplayed the impact of the local increase of violence on international migration because of its economic cost and “inaccuracies in the perceptions of violence” that “may

lead people to think that moving domestically will not lead to an appreciable increase in safety” (Basu et al. 2017). Our data suggests that it is exactly the opposite: it is because people have an accurate perception of violence that, although it is very high in their living places, violence is known to be even higher for those who risk journeying across Mexico.

3.3.3 Violence while fleeing: the double burden

Crossing Mexico from the NTCA is a constant struggle for survival that can take a severe physical and psychological toll on a migrant. Migrants and refugees walk for hours in high temperatures, on unsafe and insecure routes to evade authorities. They risk falling from the cargo trains that transport them along the route, or ride for hours on overcrowded trucks without food, water or ventilation. In addition to these challenges, migrants and refugees do not have access to medical care or safe places to eat and sleep and must constantly be on guard against the threat of violence or sexual assault by criminal groups or deportation and detention by the authorities.

Massive victimization occurs right at the beginning of the journey, across the border between Guatemala and Mexico. In Tenosique, a town after the border, 36.3% of the migrants had already been assaulted with physical violence, 17.8% had suffered from other forms of physical violence (police intimidation, cruelty, sexual humiliations...), and 18.5% were threatened. At Ixtepec, another crossing point, 47.3% of the migrants had been assaulted with physical violence, 20% suffered aggression of some sort, 22% were threatened and 13% experienced kidnapping or extortion. Considering all the types of violence registered, 82% of the migrants crossing the border at Ixtepec experienced at least one victimization event and 6.7% already experienced 7 and more. 45.9% of the migrants crossing the border near Tenosique made it unscathed, but 5.5% went through 7 and more episodes of violence.

Going up the map, more violence occurs. Arriving at San Luis Potossi, almost at the end of the journey, 82.2% of the migrants experienced at least one violent event. Likewise, all the way through the route, the number of occurrences keeps rising. Between either point of the border (Tenosique or Ixtepec) and the Federal District, the proportion of migrants with violence occurrences between 4 and 6 almost doubles, from 12% to 18.5% and at the last attention point in Potossi goes up to 25.6%.

A picture of an often harrowing and traumatic journey emerges from the data collected by the MSF project during 2015 and 2016, comprising more than 4,700 medical consultations. The symptoms managed in MSF clinics - inside shelters or in mobile clinics close to railways - are directly related to the conditions associated with the route itself: exposure to violence, days spent outdoors in harsh conditions in the train or in the forest, and long walking hours that cause dehydration, foot lesions, muscle pain, and other morbidities. Contaminated and/or scarce food found on the route result in gastro-intestinal problems or diarrheal disorders and parasites. Among the main Morbidities treated by MSF from 2015 through December 2016, one fourth of MSF medical consultations in the migrants/ refugee program were related to physical injuries and intentional trauma. A morbidity analysis based on MSF consultations during 2015 and 2016 showed that the most common health issues affecting migrants and refugees were intentional traumas and wounds (24 percent). Other common health issues included acute osteomuscular syndromes (affecting 20 percent of interviewed migrants), upper respiratory tract infections (18 percent), skin diseases (11 percent) and unintentional physical traumas (3 percent).

The levels of exposure to violence across the route reinforce the “forced to flee” argument, as the odds and the costs of migration across Mexico are so high that the decision to migrate wouldn’t be, realistic unless it was a result of coercion. Our hypothesis is that the impact of violence on international migration at the Northern triangle is not higher, not because of its economic cost or people’s “inaccurate perception of violence”, but because the route across Mexico functions as an access barrier to those who would flee but are under no condition to make it through. The hyper-violence along the route is a major blocking factor for those who would flee but are forced to stay.

3.3.4 In order to put pressure, make it visible

The work of MSF, in the crises where it operates, begins with medical help - the *raison d'être* of the organization - but advances the imperative need to communicate crises and structure advocacy strategies that can alleviate impacts, improve conditions or interrupt the causes of suffering that afflict its beneficiaries. Advocacy is much more than just 'advocating for someone'. In a context of multiple disputes in the social and political arena, it consists of a systematic and organized effort undertaken by the organization, aiming at influencing, promoting or bringing to light issues that are invisible in political agendas.

Migration processes and flows, far from being episodic, have always existed. However, global / regional responses to large flows of people in movement are, as well as the very waves of people's movement, the fruit of their time and the present political, economic and social environment. We know that history is not linear and that the proposals and policies in general do not follow in a crescendo of respect and human solidarity. On the contrary advances and achievements can be accompanied by setbacks, realignments, subtle or profound changes according to power relations, economic conditions, the ability of organized groups to synthesize discomforts and social dissatisfactions in the so-called "public opinion."

Migration issues have become more complex as (i) they are addressed and understood under increasing security and anti-terrorism perspectives; ii) internationally recognized rules and treaties are being subverted and de-characterized - with important human consequences; and (iii) the changes and disregard for solidarity and welcome are increasingly echoed in part of society. On the other hand, the causes of migration are fundamentally the same classic reasons: armed conflicts, generalized violence, natural disasters, chronic poverty, and systematic violation of human rights. Human suffering continues to be the underlying cause; however, the responses to this acute suffering find additional challenges today: the national and international architecture of support and protection is being gradually hit and partly dismantled.

MSF's focus its efforts on on revealing what happens on the Mexican route to a larger number of people and on putting pressure on the decision makers of the countries of origin, of transit and of destination, as well as on international organizations, to offer assistance to these populations, including medical assistance, and to interrupt practices of daily institutional violence.

It is crucial that Mexican authorities - such as the police forces - stop practices of rape and violence against Central American migrants. It is also important to emphasize that the invisibility of this crisis means that few regional / international actors turn their eyes and efforts in this direction. Thus, there is a shortage of resources for humanitarian aid.

From the point of view of health access, although Mexican law prescribes that people in transit in their territory have the right to medical care - even if undocumented - in practice, there is stigma and discrimination against this population. In many cases health personnel themselves are responsible for denouncing and reporting undocumented persons to law enforcement authorities or repressive agencies. There is a need to move forward with the clarification and awareness of health personnel so as to prevent this practice from continuing. It is necessary that the authorities of the countries of origin, transit and destination - Central African countries, Mexico, USA and Canada - expedite the application of protective measures such as humanitarian visas and asylum; respecting the principle of non-repatriation as well as offering and permitting medical care and attention to such persons.

The trivialization or homogenization of the Central American migrant as an exclusively economic migrant blocks the important debate about the legal status of these people, and especially in regard to the principle of non-refoulement.

3.3.5 Conclusion

Even if International Humanitarian Law does not recognize their situation as one of international or national armed conflict (IAC / NIAC), countries like Honduras and El Salvador, or at least part of their population live, in many aspects, in an analogous condition: constant death threats, multiple homicides in the close network of family, friends, neighbors, confinement to areas with restricted access to basic resources and with no or low economic opportunities. The chronicity of this hyper-violence must not be read as a routine people would “live with” as violence “descends into the ordinary” (Das, 2007). This reasoning would imply forgetting to scale down from social context to individual situation. What our study tends to show, is that chronicity is a poor indicator in terms of levels of mortality, morbidity, traumas and despair. These contexts might appear “lower” in intensity than the bombing and mass displacement of warfare, but chronicity may produce just as many deaths and acute medical and mental health individual conditions.

In such contexts, we finally question the heuristic and opportunity of a distinction between what would be economic “chosen” migration and survival “forced migration”. Much has been said on the mixed fluxes that would characterize modern displacement movements (Van der Klaauw, 2009; Zetter 2007). We would like to insist in the mixed-yet-indissociable condition of the individuals themselves. The pressure of violence and economic survival are two sides of the same coin: respectively 88% and 80% of the migrants interviewed invoked both violence and lack of job opportunities as the reason for migration and it is one and the same story. Meanwhile, the trivialization or homogenization of the Central American migrant as an exclusively economic migrant blocks the important debate about the legal status of these people, and especially the principle of non-refoulement.

In mid-2017, the number of refugees and asylum seekers from the three countries that make up the "Northern Triangle" of Central America reached more than 240,000 people, a tenfold increase in five years⁸⁰. In the meantime, in January 2018, the Trump administration ended a humanitarian program, known as Temporary Protected Status for Salvadorans, with the explicit political outcome that nearly 200,000 people from El Salvador who had been allowed to live in the

⁸⁰ Retrieved April 18th of 2018 and accessible on : <https://www.laprensagrafica.com/departamento15/Uruguay-da-cobijo-a-salvadorenos-20180402-0015.html>

United States for more than a decade must leave the country⁸¹. Taking seriously the argument that most migrants interviewed for our study were forced to flee because their lives were at stake, their forced return through deportation raises the question of what are they are returning to. In April 2018, after an agreement signed in 2016 with UNHCR, Uruguay became the first country in the region that gives shelter to those who escaped the region, recognizing thereby that coming home is not an option.

Bibliografia / Bibliografía / Bibliographie / References

- Castel, R. (1995). *Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat*. Paris : Fayard.
- Cohen, J. H., & Sirkeci, I. (2011). *Cultures of migration: The global nature of contemporary mobility*. Texas: University of Texas Press.
- Das, V. (2007). *Life and Words: Violence and the Descent into the Ordinary*. Univ of California Press.
- Groves, R. M., Fowler Jr, F. J., Couper, M. P., Lepkowski, J. M., Singer, E., & Tourangeau, R. (2011). *Survey methodology* (Vol. 561). John Wiley & Sons.
- Kofman, E. (2005). Citizenship, migration and the reassertion of national identity. *Citizenship studies*, 9(5), 453-467.
- Lagrange, H. (1984). Perceptions de la violence et sentiment d'insécurité. *Déviance et société*, 8(4), 321-344.
- Reemtsma, J. P. (2012). *Trust and violence: An essay on a modern relationship*. Princeton University Press.
- Reguillo, R. (2008). Las múltiples fronteras de la violencia: jóvenes latinoamericanos entre la precarización y el desencanto. *Pensamiento iberoamericano*, (3), 205-22.
- Robles, G., Calderón, G., & Magaloni, B. (2013). The economic consequences of drug trafficking violence in Mexico. Poverty and Governance Series Working Paper, Stanford University. UNODC/ UNECE (2010). *Manual on victimization surveys*. Geneva, 231p.
- Van der Klaauw, J. (2009). Refugee rights in times of mixed migration: evolving status and protection issues. *Refugee Survey Quarterly*, 28(4), 59-86.
- Velásquez, A. (2010). The economic burden of crime: Evidence from Mexico. *Economist*.
- Zetter, R. (2007). More labels, fewer refugees: Remaking the refugee label in an era of globalization. *Journal of refugee studies*, 20(2), 172-192.

⁸¹ Retrieved April 18th and accessible on: <https://www.nytimes.com/2018/01/08/us/salvadorans-tps-end.html>

3.4. Identidades, interculturalidade e relações (pós)coloniais: latino-americanos em Portugal e Espanha

Julia Alves Brasil⁸²

Resumo

O estudo da dinâmica identitária associada à América Latina é favorecido pelo contexto migratório, que intensifica o processo de comparação social, mecanismo basilar à construção da identidade social. Combinando contribuições dos Estudos Culturais e da Psicologia Social, objetivamos analisar processos identitários de migrantes latino-americanos em Portugal e Espanha, a fim de compreender como eles produzem sentidos sobre suas múltiplas categorias sociais de pertença. Para tanto, realizamos entrevistas individuais com 23 latino-americanos do Brasil, do Chile e do México que migraram para Portugal e Espanha. Os dados foram organizados através da Análise Temática. Após a migração, esses indivíduos atribuíram maior relevância ao objeto social América Latina e passaram a se identificar também com a categoria social migrantes, sobretudo face às dificuldades cotidianas no país de destino e às situações de discriminação enfrentadas, especialmente no que foi o antigo colonizador do país de origem dos mesmos. Os resultados sublinham, ainda, a importância do diálogo intercultural para promover não apenas tolerância, mas também relações que envolvam respeito, trocas e valorização das diferentes culturas.

Palavras-chave: América Latina; Diálogo intercultural; Migrações; Identidades sociais; Representações sociais.

Identidades, interculturalidad y relaciones (pos)coloniales: latinoamericanos en Portugal y España

Resumen

El estudio de la dinámica identitaria asociada a América Latina es favorecido por el contexto migratorio, que intensifica el proceso de comparación social, mecanismo basilar en la construcción de la identidad social. Combinando contribuciones de los Estudios Culturales y de la Psicología Social, nos proponemos analizar procesos identitarios de migrantes latinoamericanos en Portugal y España, con la finalidad de comprender cómo producen sentidos sobre sus múltiples categorías sociales de pertenencia. Para esto, realizamos entrevistas individuales con 23 latinoamericanos de Brasil, Chile y México que migraron a Portugal y a España. Los datos fueron organizados a través del Análisis Temático. Después de la migración, estos individuos atribuyeron mayor relevancia al objeto social *América Latina* y empezaron a identificarse también con la categoría social *migrantes*,

⁸² Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)/Brasil e Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho/Portugal.
E-mail: juliaalvesbrasil@gmail.com

principalmente delante de las dificultades cotidianas en el país de acogida y de las situaciones de discriminación que enfrentan, especialmente en el país que fue el antiguo colonizador de su país de origen. Los resultados acentúan la importancia del diálogo intercultural para promover no solo tolerancia, sino también relaciones que implican respeto, intercambios y valorización de las diferentes culturas.

Palabras clave: América Latina; Diálogo intercultural; Migraciones; Identidades sociales; Representaciones sociales.

Identités, interculturalité et relations (post)coloniales: les Latino-américains au Portugal et en Espagne

Résumé

L'étude des dynamiques identitaires associées à l'Amérique latine est favorisée par le contexte migratoire, qui intensifie le processus de comparaison sociale, mécanisme de base de la construction de l'identité sociale. En combinant les contributions des études culturelles et de la psychologie sociale, nous visons à analyser les processus identitaires des migrants Latino-américains au Portugal et en Espagne, afin de comprendre comment ils produisent des significations sur leurs multiples catégories d'appartenance sociale. Pour ce faire, nous avons mené des entretiens individuels avec 23 Latino-américains du Brésil, du Chili et du Mexique qui ont émigré au Portugal et en Espagne. Les données ont été organisées par l'analyse thématique. Après la migration, ces personnes ont attribué une plus grande importance à l'objet social de *l'Amérique latine* et ont commencé à s'identifier à la catégorie sociale des *migrants*, en particulier face aux difficultés quotidiennes dans le pays d'accueil et aux situations de discrimination auxquelles ils sont confrontés, notamment dans le pays qui était l'ancien colonisateur de leur pays d'origine. Les résultats soulignent également l'importance du dialogue interculturel afin de promouvoir non seulement la tolérance, mais aussi les relations de respect, d'échange et de valorisation des différentes cultures.

Mots-clés : Amérique latine ; Dialogue interculturel ; Migrations ; Identités sociales ; Représentations sociales.

Identities, interculturality and (post)colonial relations: Latin Americans in Portugal and Spain

Abstract

The study of identity dynamics associated with Latin America is favoured by the migratory context, which highlights the process of social comparison, a basic mechanism for the construction of social identity. By combining contributions of Cultural Studies and Social Psychology, we aimed to analyse the identity processes of Latin American migrants in Portugal and Spain in order to understand how they produce meanings about their multiple social categories of belonging. Therefore, we conducted individual interviews with 23 Latin Americans from Brazil, Chile and Mexico who migrated to Portugal and Spain. The data were organized through Thematic Analysis. After migration, these individuals attributed greater importance to the social object *Latin America*

and also began to identify themselves with the social category of *migrants*, especially in view of daily difficulties in the host country and situations of discrimination they face, mainly in the country that was the former colonizer of their country of origin. The results also underline the importance of intercultural dialogue in order to promote not only tolerance, but also relations involving respect, exchange and appreciation of different cultures.

Keywords: Latin America; Intercultural dialogue; Migrations; Social identities; Social representations.

3.4.1 Introdução

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2017), na publicação *International Migration Report*, estima-se que havia cerca de 258 milhões de migrantes internacionais no mundo em 2017. Apesar destes números, sabe-se que a migração não é uma particularidade dos tempos atuais, constituindo-se como um fenômeno que faz parte da história da humanidade e que ajudou a construir nossas sociedades (Brown & Zagefka, 2011). No entanto, a intensificação do processo de globalização, associada a outros fenômenos, como avanço das tecnologias da informação e da comunicação, desastres ambientais, situações de conflito ou guerras, entre outros fatores, contribuem para o aumento dos movimentos migratórios (e.g., Araújo, Cogo, & Pinto, 2015). Este conjunto de fatores provoca profundas mudanças econômicas, políticas e culturais nas sociedades (Canclini, 1999/2010), contribuindo para a erosão do Estado-nação como entendido até o século XIX (André, 2012) e para a redefinição das fronteiras nacionais (Appadurai, 1997). Há, assim, uma desterritorialização das culturas (Martín-Barbero, 2002), intensificando a heterogeneidade das possíveis identificações dos indivíduos (Hall, 2000) em relação a grupos nacionais e/ou supranacionais (como a América Latina).

Diante de tais considerações, faz-se pertinente questionar sobre como a América Latina e os latino-americanos se inserem neste contexto contemporâneo. A construção da América Latina pressupõe um conjunto heterogêneo de transformações pelas quais os países que a compõem passaram ao longo dos séculos, desde o período anterior ao processo de conquista, passando pela colonização, pelos processos de (in)dependência, até o contexto atual (Williamson, 2009). Dessa forma, o próprio conceito de América Latina é controverso e construído a partir da interação entre diferentes critérios, envolvendo questões geopolíticas, históricas e culturais⁸³ (Brasil, 2017; Farret & Pinto, 2011).

Tendo como referência esse contexto social, conduzimos este estudo, com o objetivo de analisar processos identitários de migrantes latino-americanos em Portugal e na Espanha (antigos colonizadores de alguns países da América Latina), de modo a entender como eles produzem sentidos sobre suas múltiplas categorias sociais de pertença e como as negociam e estabelecem distinções entre estes diferentes grupos de pertencimento. Para tanto, combinamos aportes teóricos dos Estudos Culturais e da Psicologia Social.

Com relação aos Estudos Culturais (e.g., Canclini, 1999/2010; Hall, 2000; Quijano, 2005), utilizamos reflexões provenientes dos Estudos Pós-Coloniais (e.g., Bhabha, 1990), e, sobretudo,

⁸³ Para mais discussões sobre o conceito de América Latina e sobre os países que a compõem, ver: Brasil, 2017; Farret & Pinto, 2011; ONU, 2017. E, para mais informações sobre o processo de construção da América Latina, ver: Bethell, 1990; Burns & Charlip, 2002; Williamson, 2009.

outras discussões construídas a partir do contexto latino-americano, pautadas na opção decolonial (e.g., Maldonado-Torres, 2007; Quijano, 2005). A partir destas perspectivas, lança-se um olhar crítico e contestador das narrativas prévias que legitimam relações de poder e dominação, e que evidenciam as continuidades do colonialismo “enquanto relação social, enquanto mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória” (Santos, 2004, p. 8).

No âmbito da Psicologia Social, utilizamos a Teoria das Representações Sociais (TRS) (Moscovici, 1961/2004) e a Teoria da Identidade Social (TIS) (Tajfel, 1981). A partir da TRS, entendemos que as representações sociais se constituem como “uma modalidade particular de conhecimento tendo por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos” (Moscovici, 1961/2004, p. 26, tradução nossa). As representações sociais, como formas de saber do senso comum, permitem, portanto, entender e explicar a realidade, facilitando os processos comunicativos (Moscovici, 1961/2004). A partir da TIS, entendemos a identidade social como um processo relacional, de modo que os indivíduos possuem tantas identidades quantos sejam os grupos aos quais sentem pertencer. Trabalhamos também com a ideia de grupo psicológico: a pertença a um grupo pressupõe aspectos emocionais, valorativos e cognitivos, e não apenas um compartilhamento de espaços comuns (Tajfel, 1981).

O estudo dos processos psicossociais envolvidos na dinâmica identitária com relação à América Latina é favorecido quando analisamos essa dinâmica em contexto migratório. A migração implica não apenas mudança territorial, mas também diversas transformações pelas quais os indivíduos passam, incluindo os novos contatos e relacionamentos que estabelecem (Sarriera, Pizzinato, & Meneses, 2005). Quanto ao contexto latino-americano, nota-se, nas últimas décadas, um movimento inverso ao observado durante o processo de construção destes países, que passam na atualidade a se constituir como países remetentes de migrantes e não apenas receptores (Durand & Massey, 2010; Padilla, 2009). A migração possibilita, portanto, o contato entre pessoas de diferentes culturas e torna saliente o processo de comparação social, reforçando a classificação que os indivíduos estabelecem entre *Nós* e diferentes *Outros*, mecanismo basilar à construção da identidade social (Tajfel, 1981, 1982).

Além disso, quando indivíduos migram para países que foram os antigos colonizadores do seu país de origem, as relações intergrupais atuais podem influenciar na forma como os indivíduos constroem representações sociais sobre diferentes grupos e sobre sua história (e.g., Brasil & Cabecinhas, 2017), além de influenciarem no modo como desenvolvem seu sentimento de pertença a tais grupos.

3.4.2 Método

Este estudo faz parte de uma investigação mais ampla (Brasil, 2017), na qual foram analisados processos identitários de indivíduos de três países latino-americanos (Brasil, Chile e México), a partir das representações sociais e da dinâmica de pertencimento social, tanto em contexto latino-americano, quanto em contexto de migração. Para fins do presente trabalho, analisamos dados referentes ao contexto migratório.

Participaram deste estudo, de caráter exploratório, 23 indivíduos (16 mulheres e sete homens) provenientes do Brasil (N=9; sete mulheres), do Chile (N=7; seis mulheres) e do México (N=7; três mulheres), com idades entre 18 e 49 anos, que haviam migrado há pelo menos um ano para Portugal ou Espanha (o tempo de residência no país de destino variou entre 1 e 17 anos).

Foram realizadas entrevistas individuais (presencialmente ou por *Skype*), a partir de um roteiro semiestruturado, que continha os seguintes blocos de questões: a) motivos da migração e especificidades da adaptação ao país de destino (e.g., comida, clima, etc.); b) representações e identificações relativas a diferentes grupos (país de origem, país de destino e América Latina) e definições de América Latina; c) ser latino-americano em contexto migratório: dificuldades, mudanças e perspectivas futuras; d) dados sociodemográficos. Mediante autorização (e após garantia de anonimato e participação voluntária), as entrevistas foram gravadas e transcritas para tratamento do material obtido.

O tratamento dos dados foi realizado por meio da Análise Temática (Braun & Clarke, 2006), que se constitui como “um método para identificar, analisar e reportar padrões (temas) nos dados” (p. 79, tradução nossa) que auxiliem na compreensão dos processos investigados. Neste trabalho, analisamos as questões contidas no segundo e terceiro blocos. As questões do primeiro bloco (e os dados sociodemográficos) funcionaram como recurso complementar para fundamentar nossas análises.

3.4.3 Resultados

A partir da análise temática das entrevistas realizadas, identificamos oito grandes temas que foram recorrentes ao longo da fala da maioria dos participantes e que parecem organizar suas narrativas sobre suas múltiplas pertencas, sobre o que pensam acerca desses diferentes grupos e sobre sua experiência migratória, os quais nomeamos como: (Des)Integração da América Latina; Sociabilidade; Qualidade de Vida; Resistências/Lutas; Dificuldades Históricas; Racismos; Distanciar-se do(s) seu(s) e contatar-se com o(s) Outros(s); Identidades Múltiplas. Vale frisar que alguns destes temas são bastante interligados e possuem amplitudes diversas; e há uma variedade de sentidos produzidos pelos diferentes participantes a partir dos mesmos temas. Apresentaremos brevemente cada um deles de forma descritiva⁸⁴ e realizaremos uma discussão conjunta ao final acerca de aspectos mais pertinentes aos propósitos deste trabalho.

3.4.3.1 (Des)Integração da América Latina

Este tema refere-se às diferentes formas como os entrevistados compreendem a América Latina e as relações entre os diferentes países que a compõem, com suas aproximações e distanciamentos. A delimitação da América Latina foi compreendida, especialmente, sob três diferentes formas: aqueles que a consideram a partir do idioma: a América Latina seria composta pelos países da região que falam espanhol; aqueles que a definem sobretudo pela geografia e consideram que os países latino-americanos são aqueles “*do México para baixo*”; e aqueles que a relacionam especialmente aos países da América do Sul.

Ao discorrerem sobre as relações entre os países da região, alguns entrevistados consideram que há bastante união e integração, enquanto outros sublinham uma desintegração. Tal desunião, para alguns participantes, está relacionada: às diferenças sócio-históricas na

⁸⁴ Ressalta-se que, na apresentação dos temas, ao invés de incluirmos falas inteiras dos entrevistados, destacamos, em itálico, palavras/expressões por eles utilizadas e que ilustram o conteúdo de cada tema.

construção dos países e que se mantêm atualmente, a exemplo do Brasil; às relações que alguns estabelecem com outros países e regiões, como Estados Unidos da América (EUA) e Europa; e ao tamanho dos países da região e a distância entre eles. A união entre estes países foi mencionada principalmente entre os respondentes chilenos e mexicanos, para os quais, pensar em América Latina é pensar na história, na cultura, nos hábitos que compartilham, naquilo que têm em comum e que os *une*, como uma *família*, uma *irmandade*, como afirmam alguns participantes.

3.4.3.2 Sociabilidade

Este tema refere-se àquilo que, em geral, os entrevistados consideram como mais positivo com relação às pessoas da América Latina e que se configura como um dos aspectos que consideram mais negativos nas pessoas da Europa. Dessa forma, ainda que com exceções, veem os latino-americanos como *alegres, abertos, calorosos, expressivos, solidários, ligados à música e à dança e apegados à família*, enquanto os europeus como mais *tristes, mal-humorados, fechados, individualistas e frios*. Ademais, a América Latina como um todo e, sobretudo, o país de origem dos entrevistados, são relacionados a um espaço de afeto, à família, à sua casa, enquanto, o país de destino relaciona-se principalmente com melhores condições de vida, como veremos no próximo tema.

3.4.3.3 Qualidade de Vida

Os entrevistados, em geral, destacam condições sociais e econômicas desfavoráveis existentes na América Latina, em comparação àquelas na Europa, contribuindo para justificar sua migração para outro país. Assim, segundo os respondentes, enquanto na América Latina há muita *violência, pobreza, desigualdades e corrupção*, na Europa há mais *tranquilidade, liberdade, segurança*, além de melhores condições de *saúde, educação e transporte*, as quais, em conjunto, proporcionam uma *melhor qualidade de vida*, que eles julgam não ser possível possuir nos países latino-americanos.

3.4.3.4 Resistências/Lutas

Este tema está bastante relacionado ao próximo, e se refere, segundo os entrevistados, à *força*, à *resiliência* e à capacidade dos latino-americanos para *lutar*, para *resistir às dificuldades* e às opressões e, ainda, para se dedicar ao *trabalho*. Optamos por considerar este tema de maneira separada do seguinte, pois este enfatiza, principalmente, a capacidade laboral e para lutar e protestar, reivindicando os seus direitos, enquanto o próximo se concentra nas dificuldades em si.

3.4.3.5 Dificuldades Históricas

Este tema subjaz aos anteriores e também a alguns aspectos presentes no tema seguinte. Foi nomeado como *dificuldades históricas*, pois, segundo os entrevistados, envolve o processo de *colonização*, as *ditaduras*, a *pobreza* e as *desigualdades sociais*, fatores que, segundo eles, estimularam/estimulam a capacidade de força e luta dos latino-americanos, que, devido às condições desfavoráveis em que viviam/vivem, deveriam se dedicar ao trabalho e continuar resistindo às dificuldades.

Além disso, para os participantes, tais dificuldades também proporcionaram maior *união* dos indivíduos da região, que se aproximaram contra opressores e adversidades em comum, além de terem sido fundamentais no desenvolvimento da maior *expressividade* e sociabilidade positiva dos latino-americanos, os quais utilizaram/utilizam a *alegria*, o *bom-humor* e mesmo a *espiritualidade* e o *apego às relações familiares* como estratégias para resistir às dificuldades e viver da melhor maneira possível nessas condições.

3.4.3.6 Racismos

Este tema é o mais amplo dos que analisamos, visto que inclui discussões referentes ao etnocentrismo, à homogeneização dos exogrupos (grupos de relação/Outros) e a situações de discriminação⁸⁵. Decidimos abordar tais discussões em um tema conjunto, sob a denominação de *racismos*, pois, primeiramente, essa foi uma expressão muito utilizada por todos os participantes dos três países, ainda que não figurasse entre as perguntas realizadas. Além disso, racismo diz respeito a um fenômeno que envolve essencialização e diferenciação hierarquizada com relação aos Outros, seja baseada em aspectos raciais e/ou culturais (Vala, 2013), e que se faz presente nas falas dos entrevistados sobre suas vivências em contexto migratório, influenciando nas relações que estabelecem no país de destino e no seu processo de construção identitária.

Destaca-se que as referências dos participantes ao racismo e às situações de discriminação que vivenciaram foram mais presentes com relação aos seus antigos colonizadores. Assim, os entrevistados brasileiros disseram se sentir mais discriminados em Portugal e os entrevistados chilenos e mexicanos disseram vivenciar maior discriminação na Espanha. Segundo eles, tal discriminação envolvia, sobretudo, o *sotaque* ao falar a sua língua materna.

Outra questão recorrente nas falas das participantes mulheres, em especial, das brasileiras, foi a dos estereótipos negativos relativos às mulheres brasileiras, que se traduzem em discriminação e assédio, sobretudo em Portugal, conforme discutido em estudos anteriores (e.g., Abdo, 2016; Gomes, 2013). Finalmente, para alguns entrevistados, houve aumento da discriminação, de forma geral, com relação aos migrantes, por causa da crise que acompanha alguns países europeus nos últimos anos (Pizarro, Christiny, & Contrucci, 2014).

3.4.3.7 Distanciar-se do(s) seu(s) e contatar-se com o(s) Outros(s)

Este tema refere-se, primeiramente, à discussão que os entrevistados fazem sobre a importância de se distanciar do seu país de origem e da América Latina, uma vez que tal distanciamento propicia *olhar o seu de fora*, que, segundo eles, permite analisar o que consideram como positivo e negativo em cada um dos lugares e pessoas (no país de origem e de destino) e também, no caso de muitos entrevistados, sentir-se mais como latino-americano. Ademais, alguns entrevistados destacam a importância da identificação que os Outros fazem sobre sua pertença ao grupo *latino-americanos*, o que também contribui para que desenvolvam o sentimento de pertença a este grupo.

⁸⁵ Os resultados referentes a este tema foram discutidos com maior profundidade em trabalho anterior (Brasil & Cabecinhas, 2018).

Outro ponto presente neste tema, e complementar aos aspectos anteriores (distanciamento do lugar de origem e identificação pelos Outros), refere-se à importância do contato com outros latino-americanos no país de destino. Segundo os entrevistados, tal contato, proporcionado pela migração, permite conhecer aqueles que antes (na América Latina) eram *Outros* distantes, e que, ao perceberem suas semelhanças e suas diferenças em relação às pessoas do país de destino, tornam-se um *Nós*.

3.4.3.8 Identidades Múltiplas

Este último tema refere-se à multiplicidade presente no processo de construção identitária dos indivíduos, fazendo com que tenham também identidades múltiplas (Howarth & Andreouli, 2014) e que diferentes pertenças grupais possam ser possíveis. No país de destino, o contato ocorre não apenas com pessoas deste país e/ou da sua região de origem, mas também indivíduos de diferentes países e regiões do mundo, que possuem em comum o fato de serem migrantes. Desse modo, como relatam alguns entrevistados, os indivíduos começam a se aproximar de outros que vivem situações similares às suas, passando a se considerarem como pertencentes também a este outro grupo supraordenado: *migrantes*.

Além disso, apesar do movimento de valorização do país e da região de origem (América Latina), a maioria dos entrevistados diz se sentir como uma *mistura* das diferentes culturas com as quais se relaciona e se identifica, *dividindo-se* entre elas e *adicionando* diferentes possibilidades de identificação.

3.4.4 Discussão

Os resultados nos permitiram verificar que, para estes participantes, o objeto social *América Latina* passou a ter maior relevância cultural (Moscovici, 1961/2004) depois da sua migração do que quando viviam em seus países de origem. Ademais, à semelhança de investigações anteriores (e.g., Batista & Bonomo, 2016), os entrevistados atribuíram mais características positivas às *pessoas* dos seus países de origem e da América Latina, relacionadas à sociabilidade positiva e à expressividade. E relacionaram aspectos positivos ao *território* da Europa e dos países de destino, justificando sua migração, ao destacarem elementos relativos à qualidade de vida, que envolve maior tranquilidade e segurança, qualidade na saúde e educação e oportunidades de emprego, mesmo com a crise. Ou seja, a Europa, para os entrevistados, ainda se configura como um exemplo de desenvolvimento econômico e social (Batista & Bonomo, 2016).

No contexto de comparação social saliente, proporcionado pela migração, evidencia-se a relevância do conflito (seja ele real ou imaginário) para a construção identitária dos indivíduos (Tajfel, 1981). Logo, os entrevistados, ao reconhecerem a existência de estereótipos negativos usualmente direcionados ao seu grupo (latino-americanos e, ainda, *migrantes latino-americanos*), buscam também outras estratégias para manter a distintividade positiva (Tajfel, 1981, 1982). Dentre elas, a ressignificação destes estereótipos para mudar a situação desfavorável do grupo, enfatizando, por exemplo, elementos referentes à capacidade de luta e resistência dos membros do seu grupo e à solidariedade e união entre eles, a fim de manter a coesão interna, diante da ameaça causada pelo exogrupo dominante (Cabecinhas & Amâncio, 2004). Além disso, o reconhecimento da pertença dos indivíduos ao grupo *latino-americanos*, não passa apenas por critérios “internos”

(componentes cognitivo, avaliativo e afetivo), envolve, ainda, um critério “externo”, que é o reconhecimento que os Outros fazem sobre a existência de tal grupo e da sua pertença a ele (Tajfel, 1982).

No que diz respeito às relações intergrupais no contexto migratório, pudemos observar, sobretudo no âmbito do tema *racismos*, diferentes aspectos referentes à relação com o Outro, um Outro que provoca estranhamento e instabilidade na ordem existente (Bauman, 1997). Uma relação que envolve a homogeneização do Outro e a atribuição de estereótipos negativos a ele. Tal diferenciação que inferioriza o Outro, e, em especial, o Outro latino-americano, segundo os próprios entrevistados, está relacionada às relações coloniais, que ainda se fazem presentes na forma como muitos portugueses e espanhóis representam os latino-americanos, o que reforça estereótipos negativos e práticas discriminatórias dirigidas a esse grupo (Brasil & Cabecinhas, 2018).

Dessa forma, verificamos que o fim do colonialismo como relação política não acarretou o seu fim enquanto formas de relações sociais (Licata, 2012; Santos, 2004), podendo se traduzir em práticas discriminatórias contra os indivíduos pertencentes às antigas colônias quando estes migram para os países que foram seus colonizadores, como observamos nos relatos dos entrevistados. É também em resposta a essa colonialidade do poder (Quijano, 2005), do ser e do saber (Maldonado-Torres, 2007), que os entrevistados constroem suas representações e suas identidades sociais, havendo um movimento de maior valorização e identificação com a América Latina, após a migração.

Neste contexto de relações com diferentes Outros, vimos que, para os indivíduos entrevistados, uma de suas múltiplas identificações grupais passar a ser também com a categoria social *migrantes*. Portanto, o contato, somado à empatia gerada por vivenciarem situações de discriminação, além de outras dificuldades diárias envolvidas no processo de migração e adaptação a um novo país (como, emissão de documentação, procura por moradia e emprego, entre outros fatores), fazem com que estes indivíduos se identifiquem a partir dessa pertença comum. Novamente observamos o papel central que os entrevistados concedem às *dificuldades* como fator de união entre diferentes indivíduos.

A partir dos resultados obtidos, vimos que tanto a construção de representações sociais quanto a configuração da dinâmica identitária dos indivíduos se constituem de forma plural, fluida, especialmente no mundo atual, com a intensificação das conexões entre diferentes partes do mundo. Tal pluralidade, entretanto, não se constrói de forma harmônica e simples, visto que, como sabemos, as identidades se constroem a partir da diferença e das (re)negociações com os Outros, sendo, portanto, múltiplas e contestadas (Woodward, 2000).

3.4.5 Considerações Finais

Neste trabalho apresentamos os resultados de um estudo em que analisamos os processos psicossociais envolvidos na construção das identidades sociais de latino-americanos que migraram para Portugal e Espanha. De modo geral, vimos como as migrações, ao possibilitarem o contato entre pessoas de diferentes culturas e tornarem saliente o processo de comparação social (Tajfel, 1981), contribuem para o surgimento de novas classificações e comparações que os indivíduos estabelecem entre os variados grupos com os quais se relacionam e aos quais podem se considerar

pertencentes. Complexificam-se, portanto, as divisões binárias e estáticas entre *Nós* e *Eles*, entre o endogrupo (por exemplo, país de origem e/ou América Latina) e exogrupo (país de destino e/ou Europa). As próprias definições de quem são estes Outros se tornam cada vez mais fluidas (Bauman, 1997), já que estamos falando de identidades híbridas (Bhabha, 1990), de forma que os indivíduos podem se identificar ao mesmo tempo com diferentes grupos e sem que essas pertenças entrem em conflito em determinadas situações (Tajfel, 1981). Estes processos fazem com que as migrações funcionem como um interessante contexto de estudo dos processos de construção identitária, e, em nosso caso, das identidades sociais relacionadas à América Latina.

Apesar das interessantes reflexões que pudemos realizar neste estudo, este também apresentou algumas limitações, como a constituição da amostra, a qual foi por conveniência, de modo que os entrevistados foram contatados por meio de grupos de migrantes em redes sociais e por meio de indicações de pessoas conhecidas da pesquisadora. Além disso, consideramos aqui a migração como contexto de construção identitária, não realizando análises mais aprofundadas sobre conceitos e processos envolvidos na constituição deste fenômeno. Ademais, ressaltamos que o sentimento de pertença a diferentes grupos envolve uma complexidade que dificilmente conseguiremos captar com apenas algumas questões. Inúmeros são os fatores que podem influenciar no sentimento de pertença e identificação com relação a diferentes grupos, sobretudo, em situação de migração, como: o tempo de residência no país de destino, o grau de envolvimento e estabilização no novo país (por exemplo, documentação, emprego, amigos no local, ter filhos neste país, etc.), a relação mantida com o país de origem (e.g., família, amigos, acompanhamento das notícias na mídia, cozinhar comida do país de origem), entre diversos outros fatores (Brown & Zagefka, 2011; Huayhua, 2007; Sarriera et al., 2005).

Finalmente, sublinhamos a importância da interculturalidade para o processo de construção da América Latina e da dinâmica identitária relacionada a essa categoria social de pertença, especialmente em contexto migratório, pois consideramos que não se pode falar em identidades, sem falar em culturas e em interculturalidade. Desse modo, ao partirmos de uma visão antiessencialista das identidades e das diferenças, podemos compreender a interculturalidade não apenas como o mero reconhecimento e tolerância de outras culturas, mas como relações que envolvam respeito, trocas e valorização das diferentes culturas, em diálogo e interação mútuos (André, 2012; Brasil & Cabecinhas, 2019; Cabecinhas & Cunha, 2017; Canclini, 1999/2010).

Reafirmamos, portanto, a necessidade de considerarmos o diálogo intercultural como um desafio a ser cumprido (Cabecinhas & Cunha, 2017), o qual é favorecido quando ouvimos e conhecemos os Outros por eles mesmos, compreendendo suas visões de mundo, como fizemos nesta pesquisa. Tal compreensão pode possibilitar maior abertura à multiplicidade de saberes e culturas, e possivelmente também maior empatia e entendimento sobre a perspectiva do Outro (Sammut, 2010), havendo valorização e trocas recíprocas (André, 2012; Brasil & Cabecinhas, 2019). Nesse sentido, acreditamos que este estudo pode servir de estímulo a reflexões sobre a América Latina e as possibilidades de identificação dos indivíduos com esta categoria, além de contribuir para futuros diálogos entre os diferentes países da região e entre eles e os seus antigos colonizadores, auxiliando, eventualmente, na redução de conflitos intergrupais entre os grupos em questão.

Financiamento

Este trabalho foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil, a partir de uma bolsa de doutorado pleno no exterior concedida à autora.

Bibliografia / Bibliografía / Bibliographie / References

- Abdo, C. (2016). *Migrações e comunicação: brasileiros que escolheram Portugal como destino*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Braga.
- André, J. M. (2012). Interpretações do mundo e multiculturalidade: incomensurabilidade e diálogo entre culturas. In J. M. André (Eds.), *Multiculturalidade, identidades e mestiçagem: o diálogo intercultural nas ideias, na política, nas artes e na religião* (pp. 73-104). Coimbra: Palimage.
- Appadurai, A. (1997). Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional, *Novos Estudos Cebrap*, 49, 33-46. Recuperado de https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/236364/mod_resource/content/1/Appadurai-notas_para_uma_geografia.pdf
- Araújo, E. R., Cogo, D., & Pinto, M. (2015). Mobilidades, media(ções) e cultura. Nota Introdutória. *Comunicação e sociedade*, 28, 7-14. Doi: 10.17231/comsoc.28(2015).2267
- Batista, R. R., & Bonomo, M. (2016). Representações sociais de Brasil e Europa para brasileiros migrantes na Europa. *Argumentum*, 8(1), 191-208. Doi: 10.18315/argumentum.v8i1.11416
- Bauman, Z. (1997). The making and unmaking of strangers. In P. Werbner & T. Modood (Eds.), *Debating cultural hybridity: multi-cultural identities and the politics of anti-racism* (pp. 46-57). Londres e Nova Jersey: Zed Books.
- Bethell, L. (1990). *Historia de América Latina*. Barcelona: Editorial Crítica.
- Bhabha, H. K. (1990). *Nation and narration*. Londres: Routledge.
- Brasil, J. A. (2017). *América Latina em foco: Processos identitários e representações sociais entre latino-americanos migrantes e não migrantes*. Tese de Doutorado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Braga.
- Brasil, J. A., & Cabecinhas, R. (2017). Social Representations of Latin American History and (Post)Colonial Relations in Brazil, Chile and Mexico. *Journal of Social and Political Psychology*, 5(2), 537–557. doi: 10.5964/jspp.v5i2.701
- Brasil, J. A., & Cabecinhas, R. (2018). Ties that (un)bind? The case of Latin Americans in Portugal and Spain. *Revista del CESLA. International Latin American Studies Review*, 22, 115-134. Retirado de <http://www.revistadelcesla.com/index.php/revistadelcesla/article/view/493>
- Brasil, J. A., & Cabecinhas, R. (2019). Intercultural dialogue and intergroup relations in Europe: contributions of Cultural Studies and Social Psychology. *Comunicação e Sociedade*, special volume, 105-118. Doi: [http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.0\(2019\).3063](http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.0(2019).3063)

- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3, 77-101. Doi: 10.1191/1478088706qp063oa
- Brown, R., & Zagefka, H. (2011). The Dynamics of acculturation: an intergroup perspective. *Advances in Experimental Social Psychology*, 44, 129-184. Doi: 10.1016/B978-0-12-385522-0.00003-2
- Burns, E. P., & Charlip, J. A. (2002). *Latin America: a concise interpretative history*. 7 ed. Nova Jérσία: Pearson Education.
- Cabecinhas, R., & Amâncio, L. (2004) Dominação e exclusão: representações sociais sobre minorias raciais e étnicas. In *V Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*. Universidade do Minho, Braga.
- Cabecinhas, R., & Cunha, L. (2017). Introdução: da importância do diálogo ao desafio da interculturalidade. In R. Cabecinhas, & L. Cunha (Eds.), *Comunicação intercultural: perspectivas, dilemas e desafios* (7-12). Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- Canclini, N. G. (2010). *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras. (Obra originalmente publicada em 1999).
- Durand, J., & Massey, D. S. (2010). New world orders: Continuities and changes in Latin American migration. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 630(1), 20-52. doi: 10.1177/0002716210368102
- Farret, R. L., & Pinto, S. R. (2011). América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. *Topoi*, 12(23), 30-42. Doi: 10.1590/2237-101X012023002
- Gomes, M. S. (2013). O imaginário social < Mulher Brasileira > em Portugal: uma análise da construção de saberes, das relações de poder e dos modos de subjetivação. *Dados*, 56(4), 867-900. Doi: 10.1590/S0011-52582013000400005
- Hall, S. (2000). Conclusion: The multi-cultural question. In B. Hesse (Ed.), *Un/settled Multiculturalisms: Diasporas, Entanglements, 'Transruptions'* (209-241). Londres: Zed Books.
- Howarth, C., & Andreouli, E. (2014). *Has multiculturalism failed? The importance of lay knowledge and everyday practice*. Londres: The London School of Economics and Political Science Publications.
- Huayhua, G. L. (2007). *Primeira e segunda geração de jovens imigrantes argentinos, bolivianos e peruanos em São Paulo: um estudo psicossocial da identidade e aculturação*. Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Licata, L. (2012). Colonialism and postcolonialism: psychological dimensions. In D. J. Christie (Ed.), *The Encyclopedia of Peace Psychology* 1-5). Hoboken: Blackwell.
- Maldonado-Torres, N. (2007). Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In S. Castro-Gómez & R. Grosfoquel (Eds.), *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (127-167). Bogotá: Siglo del Hombre.

- Martín-Barbero, J. (2002). Tecnicidades, identidades, alteridades: des-ubicaciones y opacidades de la comunicación en el nuevo siglo. *Diálogos de la Comunicación*, 64, 9-24. Recuperado de http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/martin_barbero1.pdf
- Moscovici, S. (2004). *La psychanalyse son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France. (Obra originalmente publicada em 1961).
- Organização das Nações Unidas, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2017). *International Migration Report 2017* (ST/ESA/SER.A/403).
- Padilla, B. (2009). As Migrações Latino-Americanas para a Europa: Uma Análise Retrospectiva para Entender a Mobilidade Actual. *Revista Migrações*, 5, 19-35. Recuperado de http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/183863/Migr5_Sec1_Art1.pdf/055361e9-47be-4a94-afa1-6cebac57899c
- Pizarro, J. M., Christiny, V. C., & Contrucci, M. S. (2014). *Tendencias y patrones de la migración latinoamericana y caribeña hacia 2010 y desafíos para una agenda regional*. Serie Población y Desarrollo, 109. Santiago do Chile: CEPAL.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Ed.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (pp. 227-278). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO.
- Sammut, G. (2010). Points of view and the reconciliation of identity oppositions: examples from the Maltese in Britain. *Papers on Social Representations*, 19(1), 9.1-9.22. Recuperado de http://www.psych.lse.ac.uk/psr/PSR2010/19_09Sammut.pdf
- Santos, B. S. (2004). Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e outro, Coimbra, *Conferência de abertura ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, 1-45.
- Sarriera, J. C., Pizzinato, A., & Meneses, M. P. R. (2005). Aspectos psicossociais da imigração familiar na Grande Porto Alegre. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 10 (1), 5-13. Doi: 10.1590/S1413-294X2005000100002
- Tajfel, H. (1981). *Human groups and social categories: Studies in social psychology*. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press.
- Tajfel, H. (1982). Social psychology of inter-group relations. *Annual Review of Psychology*, 01-39. Doi: 10.1146/annurev.ps.33.020182.000245
- Vala, J. (2013). Racisms: social representations, racial prejudice and normative pressures. *Papers on Social Representations*, 22, 6.1-6.29. Recuperado de http://www.ics.ul.pt/rdonwebdocs/ICS_JVala_Racisms_ARI2.pdf
- Williamson, E. (2009). *História da América Latina*. Lisboa: Edições 70.
- Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In T. T. Silva (Ed.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp. 7-72). Petrópolis: Vozes.

3.5 Fluxos migratórios recentes no Brasil: o cenário pós crise econômica de 2008

Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira⁸⁶

Resumo

O estudo trata dos fluxos migratórios internacionais que chegaram ao Brasil a partir da década de 2000, com ênfase nos movimentos de população ocorridos pós crise econômica mundial de 2008. A investigação aborda a diversidade de origens e as principais motivações que levaram o Brasil a ser destino dessas migrações, apontando que para cada origem correspondem distintas formas de inserção na sociedade brasileira, em particular, no mercado de trabalho. Identifica que os fluxos migratórios, apesar de terem aumentado de volume, a partir dos anos 2000, ainda não são significativos para causarem impactos demográficos ou no mercado de trabalho brasileiro, mas são suficientes para colocar o país na rota das migrações internacionais, demandando políticas públicas específicas, sobretudo para o segmento mais vulnerável dos imigrantes. Infere que todo esse processo teve um forte componente conjuntural e que a crise econômica e política atravessada pelo país pode significar a redução na atração migratória.

Palavras-chave: Fluxos migratórios recentes; Migrações internacionais; Inserção social do migrante; Mercado de trabalho do migrante; Brasil.

Flujos migratórios recientes en Brasil: el escenario post crisis económica de 2008

Resumen

El estudio aborda los flujos migratorios internacionales que llegaron a Brasil a partir de la década de 2000, poniendo énfasis en los movimientos de población ocurridos post crisis económica mundial de 2008. La investigación aborda la diversidad de orígenes y las principales motivaciones que llevaron a Brasil a ser destino de esas migraciones, apuntando que para cada origen corresponde distintas maneras de inserción en la sociedad brasileña, en particular, en el mercado de trabajo. Apuntamos que los flujos, a pesar de tener aumentado de volumen desde los años 2000, aún no son significativos para causar impactos demográficos en el mercado de trabajo brasileño, pero son lo suficientes como para poner el país en la ruta de las migraciones internacionales, generando la necesidad de políticas públicas, sobre todo para el segmento más vulnerable de los

⁸⁶ Doutor em Demografia. Pesquisador em Informações Geográficas e Estatísticas do IBGE e Pesquisador do Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra. E-mail: tadeu.obmigra@gmail.com

inmigrantes. Sostenemos que todo ese proceso tuvo un fuerte componente coyuntural y que las crisis económica y política vivida por el país puede significar la reducción en la atracción migratoria.

Palabras clave: Flujos migratorios recientes; Migraciones internacionales; Inserción social del migrante; Mercado de trabajo de los migrantes; Brasil.

Flux migratoires récents au Brésil: le scénario après la crise économique de 2008

Résumé

L'étude porte sur les flux migratoires internationaux qui sont arrivés au Brésil à partir des années 2000, en mettant l'accent sur les mouvements de population survenus après la crise économique mondiale de 2008. La recherche porte sur la diversité des origines et les principales motivations qui ont conduit le Brésil à être un pays de destination, en soulignant que pour chaque origine correspondent différentes formes d'insertion dans la société brésilienne, en particulier sur le marché du travail. Il en ressort que les flux migratoires, bien que leur volume ait augmenté depuis les années 2000, ne sont toujours pas importants pour avoir des effets démographiques ou sur le marché du travail brésilien, mais suffisants pour mettre le pays sur la voie de la migration internationale, exigeant des politiques publiques spécifiques – en particulier pour le segment le plus vulnérable des immigrants. Il en déduit que l'ensemble de ce processus comportait une forte composante conjoncturelle et que la crise économique et politique à laquelle le pays était confronté pouvait entraîner une réduction de l'attraction migratoire.

Mots-clés : Flux migratoires récents ; Migrations internationales ; Inclusion sociale des migrants ; Marché du travail du migrant ; Brésil.

Recent migration flows in Brazil: the scenario post economic crisis of 2008

Abstract

The study deals with the international migratory flows that came to Brazil in early 2000, with emphasis on population movements that occurred post global economic crisis of 2008. The research addresses the diversity of origins and the main motivations that led Brazil to be fate of these migrations, pointing out that for every origin match different forms of integration into Brazilian society, particularly in the labour market. Identifies that migration flows, although they have increased in volume, from the year 2000, are not yet significant to cause demographic impacts or Brazilian labor market but are sufficient to put the country on the path of international migration, demanding specific public policies, especially for the most vulnerable segment of immigrants. Infers that this whole process had a strong cyclical component and that the economic and political crisis crossed the country it could mean a reduction in migratory attraction.

Keywords: Recent migratory flows; International migrations; Social integration of migrants; migrant worker market; Brazil.

3.5.1 Introdução

O objetivo do presente artigo é tratar, brevemente, dos fluxos migratórios que chegaram recentemente ao Brasil, sobretudo aqueles ocorridos após a crise econômica que abalou o sistema financeiro internacional em 2008, abordando aspectos associados a cada contexto que impulsionou as correntes migratórias em direção ao país, que, certamente, estão para além dos fatores associados aos problemas de ordem financeira enfrentados pelos países centrais.

Nos anos 2000, em particular mais ao final da década, o país começa a receber um contingente grande de migrantes de retorno que estava acompanhado de migração originária do Norte Global, em grande medida dos países que tinham se constituído nos principais destinos da emigração brasileira. Movimentos esses claramente condicionados pela crise que assolou as principais economias capitalistas.

Todavia, as correntes migratórias que aqui aportaram não estavam determinadas exclusivamente pela crise econômica. O aumento no volume de imigrantes sul-americanos, a novidade da migração haitiana e as novas origens no continente africano e asiático marcavam os novos processos no comportamento das migrações internacionais no Brasil. Os fluxos de entrada do Norte Global, América do Sul e Caribe, bem como de asiáticos, se intensificaram até 2014.

Entretanto, dados mais recentes do Sistema de Tráfego Internacional (STI), disponibilizados pelo Departamento de Polícia Federal, apontam que a entrada de migrantes arrefeceu no ano de 2015 em todas as classificações⁸⁷, sendo essa queda de aproximadamente 11% entre aqueles considerados migrantes e temporários. Quando são observados os dados do Cadastro Geral de Admitidos e Demitidos (CAGED), do Ministério do Trabalho, constata-se que o desemprego começou a atingir o trabalhador migrante com vínculo empregatício também em 2015, comportamento que se generalizou para todas as principais nacionalidades em 2016, quando passou a afetar também os haitianos, principal coletivo no mercado de trabalho formal. Para esses últimos há algumas evidências de re-emigração para o Chile e a tentativa de alcançarem os EUA. Ao que parece, o momento de crise econômica e política experimentado pelo país está fazendo com que os fluxos de saída ganhem importância e a tendência, até então observada, de ganhos populacionais possa mudar de positiva a negativa.

Para abordar essas questões, o texto está organizado de modo a, primeiramente, identificar os contextos que puseram em marcha cada uma dessas correntes migratórias. Em seguida, apontar como esses imigrantes, de acordo com suas origens, se inserem na sociedade brasileira, tanto espacialmente, quanto no mercado de trabalho. Ao final são apresentadas algumas considerações gerais sobre o estudo.

3.5.2 O contexto da chegada dos novos fluxos

Os fluxos migratórios passam a chegar com mais intensidade no Brasil no final da década de 2000, como podem comprovar os dados de pesquisas domiciliares, seja o Censo Demográfico de 2010 ou a Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios (PNAD), bem como os oriundos de

⁸⁷ O Sistema de Tráfego Internacional está organizado de forma a classificar as pessoas que ingressam e deixam o território nacional pelos postos de fronteira em 35 categorias. Essas categorias estariam associadas, em linhas gerais, ao tempo de permanência do migrante no país, podendo ser de longa duração, temporária, pendular, trânsito ou turismo.

registros administrativos, como por exemplo, da Coordenação Geral de Imigração (CGI) e do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), do Sistema Nacional de Cadastro de Registros de Estrangeiros (SINCRE) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). A Tabela 1 serve para exemplificar a evolução nos registros de migrantes, por ano de entrada.

Tabela 1

<i>Número total de migrantes registrados, por ano de entrada, segundo classificação, Brasil, 2000-2014</i>							
Classificação	ano de entrada						
	antes de 2010	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Total	394.412	61.906	79.617	89.937	118.165	122.328	1.090.083
Permanente	205.968	25.783	33.082	37.472	51.549	52.696	488.445
Asilados	3	0	0	0	0	0	3
Temporário	170.514	35.324	45.243	50.819	64.235	66.043	567.339
Provisório	13.038	21	18	17	22	10	13.141
Fronteiriço	3.565	635	1.008	1.135	1.449	1.859	15.374
Outros	1.286	141	265	494	910	1.720	5.730
Não informados	38	2	1	0	0	0	51
Fonte: Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCRE), 2017.							

Este aumento no volume da imigração guarda forte relação com o período pós-crise econômica nos centros capitalistas hegemônicos. Contudo, embora a debacle financeira tenha atingido várias nações, o país como destino das migrações apresenta, conforme a origem dos movimentos, outros componentes para além dos meramente econômicos. São essas diferenciações que buscar-se-á contextualizar a seguir, primeiramente, assinalando as condições econômicas, sociais e políticas locais.

Do ponto de vista econômico, desde que a corrente neoliberal, liderada por Fernando Henrique Cardoso, chegou ao poder em 1994, o país deu uma guinada no rumo da sua economia, inicialmente combatendo a inflação, para em seguida abrir as portas ao comércio e o capital internacional, cujo o marco principal foi o intenso processo de privatização das empresas

nacionais. Foram medidas exageradas na abertura do mercado nacional, mas que, de certo modo, garantiram solidez econômica. Com a vitória dos setores mais nacionalistas e desenvolvimentistas nas eleições de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva assume o poder e passa a implantar medidas redistributivas de renda, sobretudo assegurando seguidos aumentos reais ao salário mínimo e expandindo o crédito para os setores socialmente menos favorecidos. A combinação desses fatores, que ajudavam movimentar o mercado interno, ao verdadeiro *boom* das *commodities* no mercado externo, que levaram a sucessivos superávits na balança comercial, deram ainda maior estabilidade econômica ao Brasil. Quando a crise financeira abalou o centro capitalista hegemônico, por aqui, através de políticas de isenções fiscais e de incentivo ao consumo interno, conseguiu-se contornar os problemas no momento mais imediato e a economia seguiu crescendo.

No campo social, as políticas de inclusão, seja por intermédio dos programas de transferência de renda, seja ampliando o acesso às escolas técnicas e ao ensino superior⁸⁸, seja através dos programas saúde da família e Mais Médicos, entre outros, paralelamente à sensação de liberdade política e sindical, traziam a esperança de um futuro melhor, provocando a crença de que finalmente se iria alcançar estágios de desenvolvimento econômico e social inclusivos.

No plano da política exterior, o país pretendia ser um *player* internacional, pleiteando, inclusive, a ampliação do número de vagas no Conselho de Segurança das Nações Unidas, de modo que o Brasil viesse a ser contemplado com um assento. Concretamente, buscou-se aproximação comercial, política e de cooperação junto aos países do Sul, onde se destacam, entre outras iniciativas: na América Latina, que experimentava uma onda de governos de esquerda, o Acordo de Residência do Mercosul e Países Associados e a participação da missão de paz no Haiti (MINUSTAH); no continente africano, ampliando o comércio e a cooperação técnica em diversas áreas; e a efetivação da parceria com os BRICS⁸⁹, que culminou com a criação de um banco a partir do aporte de fundos financeiros dos países membros.

No que tange às políticas migratórias, apesar de estar vigendo, à época, o Estatuto do Estrangeiro, uma lei baseada na segurança nacional, que impunha restrições à entrada de migrantes ao país, procurou-se ao máximo flexibilizar a imigração, como por exemplo: a anistia concedida em 2009 aos migrantes em situação irregular; através da edição de Resoluções Normativas mais acolhedoras, culminando na concessão de vistos humanitários aos haitianos; e avançar na mudança do Estatuto, propondo uma Lei de Migração de caráter mais humanista, que finalmente foi sancionada em abril de 2017 e regulamentada em dezembro do mesmo ano.

A combinação da projeção da imagem positiva no exterior com o reforço das relações internacionais fazia com que o Brasil entrasse na rota das migrações internacionais como uma excelente opção de lugar de destino num momento em que o mundo experimentava: uma crise econômica no centro capitalista; catástrofe climática no Haiti; assimetrias no ritmo do desenvolvimento econômico e social em relação aos outros países na América do Sul; pobreza e desemprego na África; conflito armado na Síria; e o continuado processo de transição do sistema econômico chinês, cada vez mais parecido ao capitalismo.

⁸⁸ Neste caso, através de dois movimentos: expansão física da rede de universidades federais, além de financiamento direto aos estudantes e através de subsídios à rede privada.

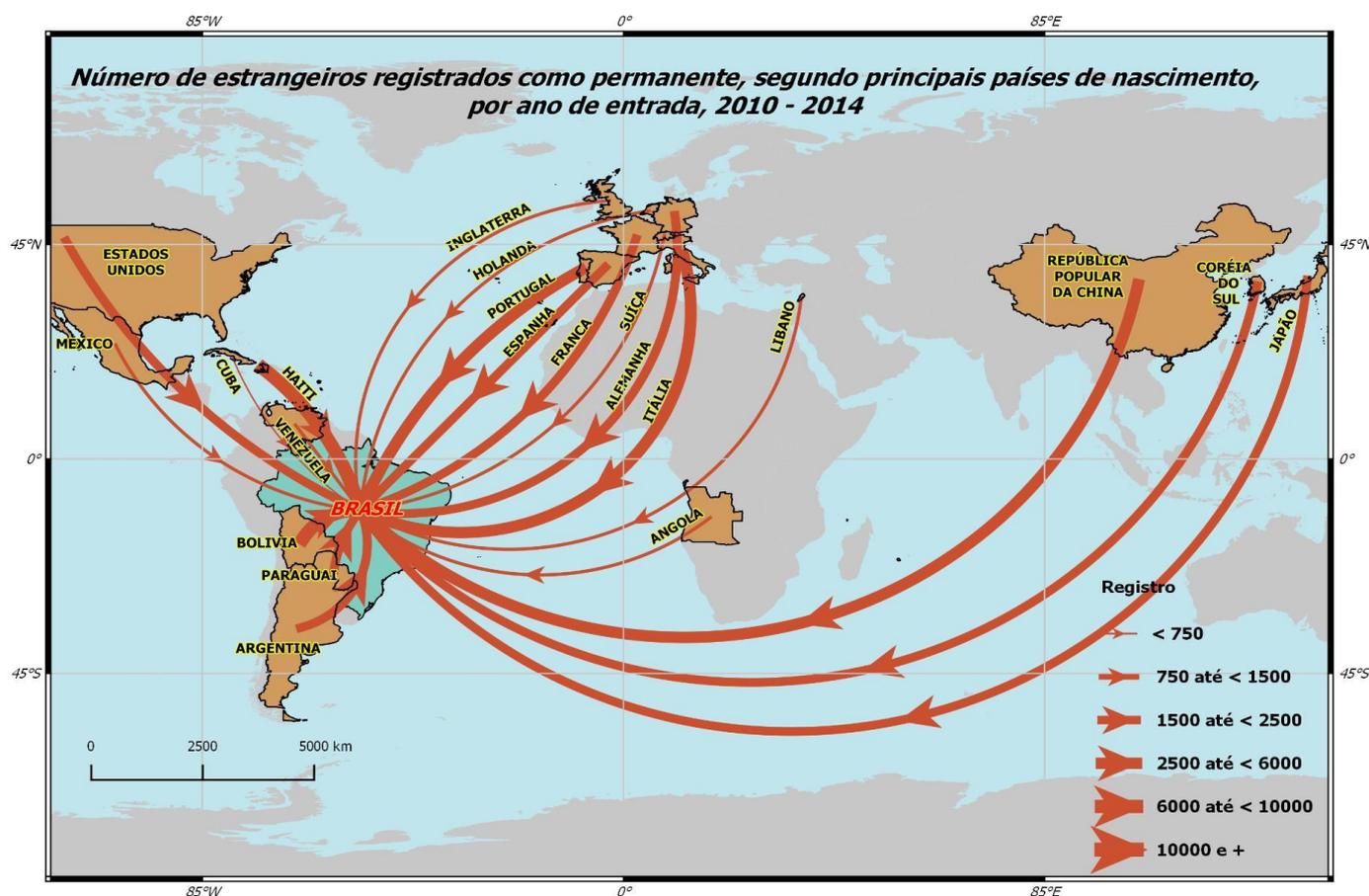
⁸⁹ BRICS é a sigla dos países emergentes que apresentavam forte desenvolvimento econômico, reunindo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Resumindo, a partir da visão de Cervo & Lessa (2014):

Percepção interna e imagem externa assentavam-se sobre sólidos fundamentos, operacionalizados por ideias força. Tais pilares correspondiam à estabilidade econômica e política, à inclusão de dezenas de milhões de pobres à sociedade de bem-estar mínimo e, enfim, à uma política exterior assertiva que reposicionava a nação no mundo, além de dinâmica internacionalização de empresas brasileiras (Cervo & Lessa, 2014, p. 134).

Silva & Castro (2016) acrescentam que o Brasil se colocava como possibilidade de destino à medida que ocorria o encontro entre a rigidez das barreiras à imigração, colocadas pelos Estados Unidos e Europa, e a flexibilização do governo brasileiro em receber imigrantes. Mesmo entendendo que as políticas migratórias apesar de caminharem em sentidos contrários tornavam o país receptor privilegiado das migrações, em particular as oriundas do Sul Global.

Mapa 1



Fonte: Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros. (SINCRE), 2015.

Deve ser ressaltado que esses obstáculos à mobilidade espacial da população no âmbito internacional foram postos desde a mudança no padrão de acumulação do capital, lá pelos idos de

1980, e nem por isso o Brasil reunia as condições necessárias para se colocar como uma alternativa de destino dos fluxos migratórios. Esse encontro efetivamente só acontece quando a conjuntura social, política e econômica o favorece.

Pela ordem, os fluxos inicialmente chegaram do Norte Global, da América do Sul e China, em seguida vieram os haitianos e africanos e, posteriormente, os sírios, cada coletivo vindo de contextos e especificidades distintas, como brevemente serão tratados a seguir.

3.5.2.1 Correntes migratórias Norte-Sul

Uebel (2015) aponta que imigrantes oriundos de Portugal, Espanha e Itália,

(...) nações que sofreram com a forte crise de desemprego e estagnação econômica no período e que, por possuírem laços históricos de imigração com o Brasil, tornaram novamente o país – em fase de crescimento e expansão econômica mesmo nos períodos de crise cíclica – atrativo para profissionais qualificados e semiquilificados. (Uebel, 2015, p. 9)

A esses fluxos Norte-Sul, e com as características apontadas pelo autor, quer dizer, crise econômica e laços históricos, devem ser adicionados alemães e japoneses, que também chegaram em volume importante, esses últimos vieram inclusive com uma forte migração de retorno de brasileiros. À parte dos laços estabelecidos pelas migrações tradicionais, foram observadas, no período pós-crise financeira, as presenças de coletivos estadunidenses, franceses e coreanos (DPF, 2015 a e STI, 2015 b).

Essas migrações trouxeram com elas, no geral, pessoas na faixa dos 40 a 64 anos; que se inseriram nas ocupações dos extratos superiores, dirigentes/gerentes, profissionais das ciências/nível superior; e se localizam geograficamente, no Centro-Sul do país, mas particularmente em São Paulo e Rio de Janeiro.

3.5.2.2 Correntes migratórias de sul-americanos

Essas correntes têm características interessantes. Como já mencionado, o Brasil historicamente nunca atraiu muitos imigrantes sul-americanos. Oliveira, A., Jardim, A., Neto, E. & Quintino, F (2016) assinalam três motivos para, até então, a baixa atratividade migratória exercida na América do Sul:

- i) o fato de terem experimentado processos de colonizações contemporâneos ao brasileiro e também serem espaços de atração de população europeia à época das migrações históricas do século XIX; ii) não se enquadrarem no perfil desejado pela nossa seletiva política migratória, o que pode ter sido a principal causa da baixa presença desse coletivo no país; e iii) mais recentemente, a política migratória restritiva imposta pela ditadura militar no momento no qual quase toda a América do Sul vivia sob o jugo dos regimes de exceção, estando essa política direcionada, em maior medida, para impedir a entrada de nossos vizinhos sul-americanos, especialmente aqueles indesejáveis ao regime de exceção (Oliveira, A., Jardim, A., Neto, E. & Quintino, F., 2016, p. 6).

Apenas na década de 1980 se começa a notar uma presença mais importante de paraguaios e bolivianos. A crise econômica daqueles anos era generalizada na Região, mas o país oferecia algumas oportunidades, muito embora a situação dos bolivianos fosse de trabalho análogo ao escravo nas confecções têxteis de São Paulo (Uebel, 2015) e para os paraguaios a inserção ter se dado sobretudo em atividades agropecuárias nas áreas mais próximas às fronteiras.

Oliveira (2015a) atribui essa atração, que perdura até os dias de hoje, às assimetrias no desenvolvimento econômico dentro da Região, onde o país exerce um papel hegemônico (Silva & Castro, 2016). Contudo, só a partir da assinatura do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile, que essas correntes ganham impulso significativo, destacando-se a vinda de bolivianos (principal grupo em concessão de registros permanentes e temporários), argentinos, paraguaios, colombianos, peruanos, uruguaios e chilenos. Equatorianos e venezuelanos chegaram em menor número.⁹⁰

A importância do referido Acordo de Residência foi tanta, dado que a autorização para trabalhar estava assegurada, que fez aumentar significativamente a presença desses coletivos no mercado de trabalho formal no Brasil. Em outro sentido, levou os colombianos, que tinham como estratégia ingressar no país através de solicitação de refúgio, passarem a pedir o visto temporário baseado no Acordo.

Os sul-americanos apresentam concentração em dois segmentos de escolaridade, o nível médio e o superior completo; em relação à faixa etária, têm presença destacada entre 20 a 39 e 40 a 64 anos idade, com tendência ao rejuvenescimento nos últimos anos; a inserção laboral ocorre em maior medida nas ocupações de nível médio, produção de bens industriais e profissionais de nível superior, com predomínio recente das ocupações na indústria; do ponto de vista da localização geográfica, este coletivo está mais presente em São, Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

3.5.2.3 Fluxos migratórios de Chineses

Os chineses migravam para o Brasil desde o início do século. Naquela quadra da história, assim como os japoneses, eram vistos com desconfiança e tidos como “inassimiláveis”, levando o governo Vargas a estipular cotas para restringir a entrada desse coletivo no país.

Os fluxos que passaram a chegar de forma mais intensa nos anos 2000, tornando os chineses a segunda nacionalidade a receber registros permanentes, ficando atrás apenas dos bolivianos, sugerem estar relacionados aos processos de transformação da economia chinesa, associada cada vez mais à lógica do modo de produção capitalista. Como observado em outros países, a penetração do capital no campo e em atividades industriais, quase que artesanais, desarticula esses segmentos e provocam a emigração. Muito embora, mais recentemente, o governo chinês tivesse como ideal que esses movimentos se dirigissem aos centros urbanos, de forma a estimular o consumo interno, muitos deslocamentos se destinaram ao exterior, formando a diáspora chinesa

Todavia, deve ser ressaltado que essa migração é fortemente segmentada, trazendo pessoas com menor e maior escolaridade. De forma que uma parcela se inseriu nos estratos ocupacionais

⁹⁰ Com a crise humanitária que se instaurou na Venezuela, o país passou a receber contingentes importantes de venezuelanos, sobretudo a partir de 2016.

mais baixos, ao passo que a outra era composta por indivíduos que vieram para investir no país. Essa última característica coloca os chineses entre as principais nacionalidades em valor de investimentos no Brasil, conforme demonstram os dados da Coordenação Geral de Imigração (2015).

A aproximação do Brasil à China no campo da política externa e comercial, em particular na construção do bloco dos BRICS, ajuda a entender a retomada dos fluxos migratórios de chineses para o país.

3.5.2.4 Corrente migratória haitiana

Esse coletivo começa a estabelecer uma corrente migratória em direção ao Brasil, a partir de 2010, logo após a ocorrência de um terremoto que causou imensos danos no Haiti, país que desde o século XIX colocava a migração como estratégia para a sobrevivência dos seus nacionais, tendo em vista enfrentar estruturalmente desigualdades, violência, falta de serviços mais elementares, como saúde, saneamento básico e educação.

Com a catástrofe climática, viram piorar, de forma acentuada, as péssimas condições econômicas, sociais e políticas naquele país. Silva (2013) vai acrescentar que, para além do terremoto, o que está na raiz da emigração haitiana, não só para o Brasil, é a inserção desse país na economia global, onde cumpre um papel de exportador de matérias primas e força de trabalho.

Mas, por que o Brasil entra na rota migratória haitiana naquele momento dramático? Oliveira (2015b) aponta os seguintes fatores:

- i) o fato de, desde 2004, estar presente no Haiti, liderando uma força de paz das Nações Unidas, denominada Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti - MINUSTAH (sigla em francês), que, em linhas gerais, deveria⁹¹ contribuir para restaurar o Estado de direito e restabelecer a segurança pública naquele país; ii) a forma como o Governo brasileiro passa ao exterior a imagem de país em ascensão e hospitaleiro. Chegou inclusive a levar a seleção brasileira de futebol para jogar um amistoso com o selecionado haitiano, com direito à carreata e tudo o mais. Como diz Martins⁹², “foram iludidos por uma propaganda internacional de prosperidade que de fato aqui não houve nem há na escala capaz de absorver excedentes populacionais de outros países”; e iii) o recrudescimento no fechamento das fronteiras nos países desenvolvidos, como França e EUA, ademais das hostilidades sofridas na República Dominicana (Oliveira, 2015b, p. 139).

Essa migração, com ajuda de coyotes, inicialmente entra pela fronteira norte do país, via Peru e Equador. Após ficarem expostos à toda sorte de vulnerabilidade, como doenças, violações de direitos, extorsões e violências, acabam por ingressar no país, criando uma tremenda crise humanitária, devido à falta de condições adequadas para seu acolhimento.

⁹¹ O verbo utilizado na condicional em função das controvérsias sobre o verdadeiro papel desempenhado pelas forças brasileiras no Haiti. Há quem afirme que estamos mais para facilitadores de uma “recolonização” do que para prestadores de ajuda humanitária, mas essas questões não estão no escopo deste trabalho.

⁹² Ver Martins, J. (2014).

Inicialmente, foram estabelecidas cotas para regular o ingresso dos haitianos, tentativa que se mostrou inócua, pois a demanda era muito superior aos vistos oferecidos. Isto levou o Brasil a conceder, através da Resolução Normativa, 97, emitida pelo CNIg, visto humanitário aos haitianos, podendo os mesmos serem solicitados diretamente às representações diplomáticas brasileiras, em particular, no Consulado de Porto Príncipe.

Como o número de solicitações era muito maior que a capacidade de atendimento do corpo consular, em 2015, o governo brasileiro estabeleceu parceria com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), criando, em Porto Príncipe, um centro para a concessão de vistos com volume previsto de dois mil vistos mensais. Dados do Ministério das Relações Exteriores e do CNIg apontam que desde do início da corrente migratória, até junho de 2016, foram concedidos cerca de 92 mil vistos humanitários para os haitianos, o que não significa que todos tenham efetivamente ingressado em território brasileiro.

A escolaridade média dos haitianos é inferior à dos coletivos analisados anteriormente, quer dizer, possuem nível médio completo e fundamental completo; são bem mais jovens, com idades entre 20 a 39 anos; ao longo do tempo, foram se tornando cada vez mais notados na produção de bens e serviços e no comércio. Na indústria, destacam-se nas ocupações da cadeia alimentícia, sobretudo no abate de animais, e na construção civil; inicialmente, estavam mais presentes no Acre, Amazonas e São Paulo, sendo que paulatinamente foram atraídos para o Sul do país, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, com São Paulo se mantendo como destino importante da migração haitiana.

No momento, os haitianos são a principal nacionalidade no mercado de trabalho formal do país, ocupando lugar que tradicionalmente era dos portugueses. Foi tamanho o impacto da força de trabalho haitiana que acabou por modificar profundamente o perfil da força de trabalho migrante no Brasil.

3.5.2.5 Fluxos migratórios de africanos

Do continente africano vieram fugindo das adversidades econômicas, que levaram ao desemprego, à pobreza e à fome, angolanos, ganeses, senegaleses, sul-africanos e congoleses, aos que somaram, vindo da Ásia com os mesmos tipos de motivações, os bengalis. A exceção dos fluxos vindos de Angola, os demais são movimentos novos, dado que a presença dessas nacionalidades em território brasileiro quase não se fazia notar.

Entre as estratégias para entrar no Brasil, a principal delas é a chegada como turista, permanecendo por aqui de forma irregular, após o prazo de 90 dias. Uma outra tentativa foi seguir a rota estabelecida pelos haitianos e ingressar pela fronteira norte. Contudo, senegaleses, congoleses e bengalis não tiveram o mesmo tratamento dados aos nacionais de Haiti, de forma que não foram agraciados com o visto humanitário. À medida que tinham a solicitação de refúgio negada pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), esses coletivos tiveram suas situações tratadas, caso a caso, pelo CNIg.

Entre as raízes desses deslocamentos está a não inserção dos países de origem na economia global, o que deixa essas sociedades fora do circuito de consumo internacional. Apesar de muito se falar em globalização, ao que parece, essa deu as costas ao continente africano.

Ao que tudo indica, o papel de protagonista que o Brasil buscava no cenário internacional, voltado em grande medida para os países do Sul Global, e que estava ancorado num momento de desenvolvimento econômico sustentado, ajudou a orientar o destino desses fluxos migratórios.

O coletivo africano é composto por indivíduos com nível médio completo, seguido, em menor escala, do nível superior completo e uma parcela de aproximadamente 40% diluída entre os segmentos de menor grau de instrução; apresentam um perfil etário jovem, bem parecido ao dos haitianos; é a mais segmentada força de trabalho migrante. Concentra-se na produção de bens e serviços, mas aparecem também nas atividades do serviço e comércio, apoio administrativo, profissionais de nível superior e dirigentes/gerentes; ao princípio se concentravam especialmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, sendo que ultimamente foram mais atraídos para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com São Paulo figurando como principal destino da migração africana.

3.5.2.6 A concessão de refúgio aos sírios

O acolhimento aos refugiados sírios está fortemente ancorado, ademais, é claro, da fuga do conflito armado, aos mesmos fatores que impulsionaram os fluxos migratórios de africanos e bengalis, quer dizer, ao papel que o Brasil procurava ocupar globalmente naquele momento. O empenho do país era tão intenso que fomos o principal destino nas Américas das solicitações de refúgio dos sírios, superando em muito os EUA. Dados aproximados do Sistema de Solicitações de Refúgio, do Departamento de Polícia Federal, estima em aproximadamente 8 mil pedidos (DPF, 2015).

Os refugiados sírios passaram a chegar no Brasil com mais intensidade, a partir de 2013, fugindo do conflito armado na Síria. O Brasil recebeu aproximadamente 8 mil solicitações de refúgio desse coletivo, tendo sido concedidas, conforme último relatório do Conselho Nacional para o Refugiado (CONARE), 2,3 mil autorizações. Os sírios são pouco presentes no mercado formal. Muito embora no momento do acolhimento ter sido facultada a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social, boa parte deles atua na informalidade, particularmente, no Rio de Janeiro, onde vende comidas e doces árabes. Além do Rio, a presença síria é muito destacada no estado de São Paulo.

Como se pode observar, as formas de inserção são bem distintas, conforme o coletivo analisado. Parte desses imigrantes consegue realizar plenamente sua reprodução social no mercado, adquirindo serviços de educação, saúde e assistência social privados. O poder aquisitivo desse segmento ameniza os problemas de integração. Contudo, há um outro segmento, menos favorecido, que sofre para se integrar à sociedade brasileira, sobretudo pela falta de políticas explícitas.

Enfim, o que se procura demonstrar é que diversos fatores estiveram presentes no direcionamento desses fluxos migratórios para o Brasil. Além da crise financeira internacional, o momento de desenvolvimento econômico, social e político do país e a inserção externa pretendida foram decisivos. Pode-se acrescentar que a globalização, ao comprimir o espaço-tempo, facilitando a mobilidade e a comunicação na escala global, cria as condições que favorecem esses movimentos, que de um modo ou de outro, acabam por estar determinados, como diria Sassen (1988), pelas relações comerciais, políticas, militares, etc. estabelecidas entre os diversos países. Isto, em boa

medida, foi possível perceber nas relações presentes em cada uma das correntes migratórias apresentadas acima.

3.5.3 Considerações gerais

Os fluxos migratórios recentes, que passaram a chegar com mais intensidade ao país nos anos 2000 e aumentaram de volume após a crise financeira que atingiu os países do centro capitalista, acabaram por colocar em xeque um conjunto de teorias/abordagens teóricas a respeito das migrações internacionais. Via de regra, centradas no Norte Global como *locus* dessas formulações, uma vez que relativiza o alcance, tanto no campo dos neoclássicos, quanto dos estruturalistas, das construções que tentavam enquadrar o fenômeno migratório em esquemas conceituais rígidos.

O momento político e econômico, além do papel que o país jogava no cenário internacional, no período analisado, contribuíram decisivamente para o aumento dos fluxos imigratórios.

A perda de dinamismo econômico faz diminuir a oferta de postos de trabalho e destrói aqueles já existentes, tanto para nacionais quanto para migrantes, inibindo o poder de atração da força de trabalho migrante. Retomar o desenvolvimento econômico é necessário para que o país siga atraindo fluxos migratórios em volumes significativos.

A crise política enfrentada pelo país, que culminou com a chegada ao poder de setores conservadores, poderá ter repercussão no modo como o Brasil seguirá tratando a questão migratória. Aparentemente, não serão colocados obstáculos ao acesso dos imigrantes ao território brasileiro. A primeira manifestação pública tratando do tema, pelo Presidente da República, Michel Temer, em seu discurso na Assembleia das Nações Unidas, em setembro passado, foi no sentido de reafirmar a posição do Brasil como nação aberta aos imigrantes e aos refugiados.

Ao que tudo indica, vai ser reforçada a visão dos setores que enxergam as migrações de forma utilitarista e seletiva, onde o migrante seria força de trabalho necessária ao desenvolvimento do país, sendo estratégico atrair mão-de-obra qualificada.

Por outro lado, o Congresso Nacional aprovou no mês de abril de 2017 e a Presidência da República sancionou em maio do mesmo ano a nova Lei de Migração (Lei 13.445/2017). Embora não seja a “lei dos sonhos”⁹³, rompe com visão securitária das migrações e passa a tratar a mobilidade humana no sentido de assegurar os direitos do migrante, garantindo acesso ao trabalho, aos serviços sociais básicos, buscando a plena integração à sociedade brasileira.

Independentemente de uma retomada vigorosa da economia brasileira, resultando numa forte atração migratória, o país atingiu um patamar no circuito dos deslocamentos de população que o coloca definitivamente na rota dos movimentos internacionais. As redes sociais aqui constituídas e suas conexões com outras redes no exterior, bem como a inserção do Brasil na economia internacional, apesar de periférica, são suficientes para assegurar que fluxos de migrantes sigam chegando ao país, o que exigirá políticas públicas que atuem, adequadamente, no tripé regulação, integração e cooperação internacional.

⁹³ Entre outros aspectos, a nova lei não avança, por exemplo, em assegurar o direito a voto da pessoa migrante em situação regular no país.

Bibliografia / Bibliografía / Bibliographie / References

- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2016). Coordenação de Estatísticas do Trabalho, Ministério do Trabalho. Disponível em:
<http://obmigra.mte.gov.br/index.php/admissoes-e-demissoes>.
- Cervo, A. L. & Lessa, A. C. O declínio: a inserção internacional do Brasil (2011-2014). In: *Rev. Bras. Polít. Int.* 57 (2): 133-151 [2014]. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292014000200133&script=sci_abstract&tlng=pt.
- Conselho Nacional de Imigração*. Ministério do Trabalho. Disponível em:
<http://obmigra.mte.gov.br/index.php/relatorios-cgig-e-cnig>.
- Coordenação Geral de Imigração*. Ministério do Trabalho. Disponível em:
<http://obmigra.mte.gov.br/index.php/relatorios-cgig-e-cnig>.
- DPF Sistema Nacional de Cadastro de Registro de Estrangeiros (SINCARE)*. Disponível em:
<http://portal.mte.gov.br/ctps/migrante.htm>.
- DPF Sistema de Tráfego Internacional (STI)*. Disponível em:
<http://www.dpf.gov.br/servicos/migrante/>.
- DPF Sistema de Solicitações de Refúgio*, 2015 (mimeo.).
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*. Disponível em:
<http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/default.shtm>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico de 2010*. Disponível em:
<http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>.
- Martins, J. (2014, 4 de maio). Sem lenço e sem documento. *Estado de São Paulo*. Disponível em:
<https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,sem-lenco-sem-documento-imp-,1162017>.
- Oliveira, A., Jardim, A., Neto, E. & Quintino, F (2016). O Acordo de Residência do Mercosul e a inserção da força de trabalho sul-americana no Brasil: uma análise exploratória. *Anais do VII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Foz do Iguaçu: ALAP/ABEP.
- Oliveira, A. (2015). Políticas migratórias e migrações internacionais no Brasil. In Cavalcanti, L. et al (orgs.). *Cadernos OBMigra*, 1(3) Brasília: Editora Especial, 252-278.
- Oliveira, A. (2015). Os invasores: as ameaças que representam as migrações subsaarianas na Espanha e haitiana no Brasil. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, 23(44), Brasília, 135-155.

Relação Anual de Informações Sociais, Ministério do Trabalho. Disponível em:
<http://obmigra.mte.gov.br/index.php/component/k2/itemlist/category/42>.

Sassen, S. (1988). *The mobility of labor and capital: A study in international investment and labor flow*. Cambridge: Cambridge University Press.

Silva, G. A. e Castro, R. F. (2016). Fatores que contribuem para a afirmação do Brasil como um país de imigração: Reflexões à luz da globalização. In *Anais do VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Foz do Iguaçu: ALAP/ABEP.

Silva, S. A. (2013). Brazil, a new Eldorado for Immigrants?: The Case of Haitians and the Brazilian Immigration Policy. *Urbanities* 3(2). 1-18.

Uebel, R. G. (2015). O Brasil na agenda global das migrações internacionais: inserção estratégica ou ciclos migratórios? In *Anais do I Seminário Internacional de Ciência Política: Estado e Democracia em Mudança no Século XXI*. Porto Alegre: UFRGS.

3.6 Relações Estado-diáspora: os casos brasileiro e equatoriano

María del Carmen Villarreal Villamar⁹⁴

Resumo

Em um contexto de crescente interesse pela emigração e as contribuições das diásporas nas economias e sociedades dos países de origem, este capítulo analisa as relações Estado-diáspora e as políticas de construção e engajamento das diásporas nos casos brasileiro e equatoriano. A pesquisa parte do pressuposto de que as políticas para a diáspora no Brasil e no Equador são resultado das lutas e reivindicações dos emigrantes, mas também respondem a uma conjuntura interna e externa favorável às suas demandas, assim como a cálculos estratégicos e interesses heterogêneos por parte dos governos desses países.

Palavras-chave: Relações Estado-diáspora; Políticas; Transnacionalismo; Equador; Brasil.

Relaciones Estado-diáspora: los casos brasileño y ecuatoriano

Resumen

En un contexto de creciente interés por la emigración y las contribuciones de las diásporas en las economías y sociedades de los países de origen, este capítulo analiza las relaciones Estado-diáspora y las políticas de construcción y vinculación de las diásporas en los casos brasileño y ecuatoriano. La investigación parte del presupuesto de que las políticas para la diáspora en Brasil y Ecuador son resultado de las luchas y de las reivindicaciones de los emigrantes, pero a su vez responden a una coyuntura interna y externa favorable a sus demandas así como a cálculos estratégicos e intereses heterogêneos por parte de los gobiernos de estos países.

Palabras clave: Relaciones Estado-diáspora; Políticas; Transnacionalismo; Ecuador; Brasil.

⁹⁴Pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutora em Ciência Política pela Universidade Complutense de Madrid (UCM). Pesquisadora do Grupo de Relações Internacionais e Sul Global (GRISUL) da Universidade Federal do Estado de Rio de Janeiro (UNIRIO) e do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM). E-mail: mariavillarreal85@gmail.com.
O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil. Nº do processo 152130/2018-7.

Les relations entre États et diasporas: le cas brésilien et équatorien

Résumé

Dans un contexte d'intérêt croissant pour l'émigration et les contributions des diasporas dans les économies et les sociétés des pays d'origine, ce chapitre analyse les relations entre États-diaspora et les politiques d'engagement de la diaspora dans les cas brésilien et équatorien. La recherche suppose que les politiques de la diaspora au Brésil et en Équateur sont le résultat des luttes et des revendications des émigrants, mais répondent également à un environnement interne et externe favorable à leurs revendications, ainsi qu'à des calculs stratégiques et à des intérêts hétérogènes de la part des gouvernements de ces pays.

Mots-clés : Relations État-diaspora ; Politiques ; Transnationalisme ; Équateur ; Brésil.

State-diaspora relations: the Brazilian and Ecuadorian cases

Abstract

In a context of growing interest in emigration and its contributions in the original economies and societies, this chapter analyzes State-diaspora relations, diaspora construction and engagement policies in Brazilian and Ecuadorian cases. The research is based on the assumption that diaspora policies in Brazil and Ecuador are the result of struggles and demands from emigrants, but they also respond to an internal and external favourable context, as well as to strategic calculations and heterogeneous interests of these governments.

Keywords: State-diaspora relations; Policies; Transnationalism; Ecuador; Brasil.

3.6.1 Introdução

A ideia pela qual os emigrantes e seus descendentes, definidos como diásporas, podem contribuir com as sociedades de origem é uma das principais premissas do vínculo entre migrações e desenvolvimento e uma das razões para a criação de políticas e instituições específicas para estas comunidades (Villarreal, 2017). Segundo um recente relatório sobre políticas migratórias do Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais (DESA), o crescente interesse dos Estados emissores pelas diásporas tem gerado nos últimos anos um aumento qualitativo e quantitativo de políticas a seu favor. Assim, além da extensão de direitos de dupla cidadania e concessão do voto extraterritorial, 114 Estados têm instituições especializadas nas relações com este coletivo e 46 criaram medidas específicas para atrair seus investimentos (DESA, 2013, pp. 74-75). A tipologia de medidas e a importância concedida a estas comunidades mudam entre um Estado e outro, mas o processo é generalizado e tem atingido países com diversas tradições migratórias e recursos, que veem nestas comunidades uma forma de capital capaz de oferecer vantagens de curto, médio e longo prazo no tabuleiro internacional.

América Latina e Caribe é uma das regiões com maiores políticas e medidas a favor das diásporas (DESA, 2013). Neste cenário, nosso objetivo é analisar os casos do Equador e do Brasil, onde as ações criadas por ambos os Estados, especialmente a partir dos anos 2000, visam vincular os equatorianos e brasileiros com seus países de origem e aprofundar as relações com a diáspora,

mas também aproveitar os múltiplos recursos atribuídos aos membros destas comunidades. Ambas experiências são relevantes para entender o desenvolvimento de políticas a favor da diáspora em contextos de emigração recente, diversos níveis de recursos e importância do fenômeno emigratório. A este respeito, nossa hipótese é que as políticas para a diáspora no Brasil e no Equador são resultado das lutas e reivindicações dos emigrantes, respondem a uma conjuntura interna e externa favorável às suas demandas e derivam de cálculos estratégicos e interesses, principalmente políticos e econômicos, por parte dos governos destes Estados.

O texto aqui apresentado forma parte de uma pesquisa mais ampla sobre as políticas migratórias na América do Sul desenvolvida durante meu pós-doutorado em Sociologia Política na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). A nível metodológico, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de análise documental de legislação, discursos oficiais e políticas para a diáspora. Paralelamente, diversas informações do caso equatoriano são fruto de uma etnografia transnacional realizada na Espanha e no Equador no período 2014-2017, e no caso brasileiro, de entrevistas com informantes chave feitas em 2014 e 2016.

O capítulo explora, em primeiro lugar, parte da literatura sobre transnacionalismo e relações Estado-diáspora. Em segundo lugar, é exposta uma breve contextualização da emigração nos casos brasileiro e equatoriano. Em terceiro lugar, são analisadas as relações históricas entre ambos os Estados e suas diásporas, focando especialmente nossa atenção nas políticas desenvolvidas a partir dos anos 2000. O trabalho encerra com algumas considerações finais sobre a manutenção e a evolução das relações Estado-diáspora em ambos os países.

3.6.2 Estados, transnacionalismo e políticas para a diáspora

A importância dos Estados nacionais no controle, regulação, estímulo da saída ou retorno dos próprios cidadãos tem sido vital desde a sua criação. De fato, é com o Estado-nação que os deslocamentos humanos, ao implicar o cruzamento de fronteiras nacionais e mudança de jurisdição, adquirem o status de migrações internacionais (Zolberg, 2006, p. 27). Com o Estado afirma-se a soberania sobre um território e surgem limites, regras de cidadania e políticas migratórias.

No marco da globalização e do paradigma transnacional, que demonstra a permanência de relações (econômicas, sociais, políticas, culturais, familiares ou religiosas) entre os migrantes e os seus Estados de origem, fala-se das transformações do papel estatal, mas também do enfraquecimento e da crise do Estado-nação (Basch, Glick Schiller & Szanton Blanc, 1994; Sassen, 2001; Lafleur, 2013). A partir deste ponto de vista, tanto a soberania como a autoridade dos Estados nacionais, especialmente de imigração, estão sendo desafiadas não somente pelo capital transnacional ou pela multiplicação de espaços supranacionais, mas também pelas reivindicações locais e pelo ativismo transnacional que têm ampliado os direitos das pessoas em mobilidade humana e manifestado, entre outros elementos, a capacidade de incidência coletiva dos migrantes em âmbitos como a política e a economia dos lugares de origem e destino.

As mudanças afetam todos os Estados. No entanto, as transformações e a reformulação das funções estatais são especialmente relevantes nas nações expulsórias. Os Estados de emigração começaram a promover laços com os residentes extraterritoriais devido a elementos como a garantia da sua sobrevivência e maiores recursos no novo cenário mundial (Guarnizo & Smith,

1999, p. 90). Ainda que este tipo de política tenha diversos precedentes, hoje, os Estados nacionais, os partidos políticos, as empresas privadas e outros atores procuram manter laços com as comunidades de cidadãos residentes além das fronteiras em função de interesses econômicos, políticos e culturais (Dufoix, 2010; Agunias & Newland, 2012; Lafleur, 2013; Collyer, 2013; Weinar, 2017).

De acordo com Faist (2010, p. 12), o termo diáspora definia inicialmente à população judia expulsa da Babilônia que mantinha o mito do retorno ao seu território ancestral. Mais tarde, o termo passou a ser utilizado para definir também outros coletivos dispersos forçadamente como os armênios, as minorias religiosas da Europa e os palestinos, mas é só a partir dos anos setenta que o conceito é empregado de forma generalizada. Apesar de que não há um consenso absoluto respeito ao significado do termo, uma definição não essencialista do conceito é fornecida por Sheffer (2003) para quem uma diáspora etno-nacional pode ser entendida como:

A social-political formation, created as a result of either voluntary or forced migration, whose members regard themselves as of the same ethno-national origin and who permanently reside as minorities in one or several host countries. Members of such entities maintain regular or occasional contacts with what they regard as their homelands and with individuals and groups of the same background residing in other host countries. Based on aggregate decisions to settle permanently in host countries, but to maintain a common identity, diasporans identify as such, showing solidarity with their group and their entire nation, and they organize and are active in the cultural, social, economic, and political spheres. Among their various activities, members of such diasporas establish tran-state networks that reflect complex relationships among the diasporas, their host countries, their homelands, and international actors (Sheffer, 2003, pp. 9-10).

A literatura especializada evidencia que as diásporas oferecem inúmeros benefícios em termos de recursos, valores e contatos para o desenvolvimento nacional dos países de origem (Agunias & Newland, 2012; Villarreal, 2017). Através das remessas, contribuições filantrópicas privadas ou coletivas, ou projetos de investimento, as diásporas podem contribuir a reduzir a pobreza e estimular melhorias na produtividade e crescimento das economias de seus países de proveniência. Estes resultados podem ser alcançados estabelecendo empresas próprias, facilitando o ingresso ou a deslocalização de alguns processos produtivos de empresas multinacionais ou favorecendo a abertura dos mercados às exportações nacionais nos países de residência (Abella & Ducanes, 2007, pp. 77-78). Graças às atividades transnacionais como a cooperação científica ou educativa ou mediante intercâmbios culturais, as diásporas podem contribuir também a transferir habilidades e tecnologia, assim como a promover inovação (Meyer, 2011; Agunias & Newland, 2012; Villarreal, 2017). Outros estudos salientam que os membros das diásporas podem exercer o papel de “embaixadores” simbólicos da nação de origem, promovendo uma imagem mais positiva do próprio país, favorecendo o turismo e os investimentos estrangeiros (Agunias & Newland, 2012; OIM, 2013).

Em termos políticos, através do voto e do ativismo político, as diásporas podem exercer influência sobre seus países de origem favorecendo uma maior transparência política e burocrática, reformas a favor da democracia, dos direitos humanos e das minorias (Agunias & Newland, 2012). Os membros destas comunidades em determinadas condições podem, por outro lado, influenciar a política interna e externa dos países de residência (Østergaard-Nielsen, 2009), aumentando com isso a margem de manobra do Estado de origem nas negociações bilaterais. Em alguns casos, as suas ações se relacionam também com a difusão de valores mais igualitários entre os gêneros

(Sørensen & Guarnizo, 2007) e com a ajuda depois de algum desastre natural ou crise humanitária, assim como no fomento da estabilidade em processos de reconstrução pós-conflito (Brinkerhoff, 2008; Agunias & Newland, 2012).

As contribuições destes coletivos podem ser feitas por meio de recursos tangíveis, mas também mediante recursos e conhecimentos intangíveis como novas experiências, atitudes, visões afins ao desenvolvimento e a democracia adquiridas ao longo da sua trajetória. Além disso, acredita-se que os membros da diáspora tendem a se vincular aos seus países natais mais por sentimentos de lealdade nacional, nostalgia, sentido de culpa, dever ou obrigação em relação à sociedade de origem, assim como por necessidade de expressar a própria identidade do que por interesses econômicos (Brinkerhoff, 2008; Portes, 2011).

Autores como Gamlen (2009), Lafleur (2013), Collyer (2013), Weinar (2017) e Villarreal (2015, 2017) afirmam que as políticas de vinculação com as diásporas constituem um aspecto central do atual fenômeno da mobilidade humana no qual participam cada vez mais Estados, com independência do seu nível de desenvolvimento, recursos ou da importância que a emigração supõe em termos quantitativos. Com efeito, o interesse dos Estados pelas diásporas é resultado de diversos elementos. Entre os fatores internos cabe destacar, em primeiro lugar, a imagem e os discursos públicos, sobre a emigração e os emigrantes, assim como a importância que o fenômeno supõe na vida nacional (Mármora, 2002; Collyer, 2013). Em segundo lugar, as mudanças políticas domésticas e a chegada ao governo de grupos favoráveis aos emigrantes e seus descendentes são essenciais para a concretização do interesse manifesto nos discursos e nas imagens predominantes sobre o fenômeno (Villarreal, 2015; Weinar, 2017).

Segundo Collyer (2013) e Weinar (2017), o crescente interesse dos Estados pelas diásporas é também resultado de fatores externos como as demandas formuladas pelos emigrantes e seus descendentes, assim como dos discursos e transformações globais favoráveis às diásporas e da difusão, por imitação ou emulação, destas políticas entre diversos Estados. O relatório sobre políticas migratórias do DESA (2013) confirma um aumento qualitativo e quantitativo de políticas para a diáspora, especialmente a partir dos anos 2000, assim como o aumento do número de publicações e espaços de discussão sobre a importância destes coletivos.

As políticas para a diáspora implicam, por um lado, uma expansão dos poderes estatais além dos seus limites territoriais e, por outro, uma avaliação dos cálculos sobre os benefícios reais ou potenciais que os membros da diáspora oferecem ao Estado de origem (Collyer, 2013; Weinar, 2017). De acordo com Gamlen (2009, p. 242) existem três tipologias principais de políticas: *políticas de construção de comunidades* que têm por objetivo a criação de grupos diaspóricos ou a integração institucional dos que já existem; *políticas de extensão de direitos* civis, sociais e políticos aos cidadãos residentes fora das fronteiras nacionais; e *políticas de extração de direitos e serviços* aos emigrantes que visam aproveitar seus recursos, principalmente econômicos e políticos.

Weinar (2017, p. 5), inspirada no trabalho de Gamlen (2009) e outros autores que trabalham com relações Estado-diáspora, tem atualizado esta divisão, diferenciando as ações entre políticas de construção da diáspora e políticas de engajamento da diáspora (ver Tabela 1). As primeiras reúnem todas as ações, simbólicas e efetivas, criadas pelos Estados nacionais para favorecer os laços (especialmente linguísticos, políticos e culturais) com os emigrantes e seus descendentes, lhes oferecer alguns direitos e garantias e apoiar sua organização e reivindicações coletivas. Já as segundas, visam manter estes laços e os aprofundar, ampliando os direitos e garantias oferecidos,

criando alguns benefícios e, favorecendo as possíveis contribuições da diáspora, mediante remessas ou investimentos, à economia e ao desenvolvimento nacional. As políticas de engajamento da diáspora contemplam também reformas institucionais, legais e diplomáticas, assim como a inclusão efetiva dos membros da diáspora na vida política nacional.

Tabela 1. Tipologias de políticas para a diáspora

Políticas de construção da diáspora		Políticas de engajamento da diáspora	
Vínculos políticos	Políticas de laços culturais	Vínculos socioeconômicos	Arranjos especiais em estruturas institucionais
Fornecimento de documentos de identidade ou vistos especiais	Fornecimento da educação curricular nacional	Alfândega/Incentivos de importação	Expansão das unidades consulares
Permissão de dupla cidadania	Fornecimento da educação na língua nacional	Proteção de direitos sociais e trabalhistas dos membros da diáspora (por parte do Estado ou de outros atores)	Criação de unidades burocráticas ou ministérios especializados em emigrantes, comunidades de migrantes e retornados
Direitos de voto extraterritorial	Patrocínio do ensino da língua nacional fora do país	Serviços de investimento	Representação legislativa especial
Serviço militar	Homenagem com prêmios aos expatriados	Políticas de taxas (incentivos, impostos especiais)	Conselhos consultivos de expatriados ou organismos consultivos
Políticas específicas criadas por partidos políticos e dirigidas aos expatriados	Convocação de congressos da diáspora/comunidades de migrantes (por parte das autoridades do Estado de origem)	Facilitações para o envio de remessas	
	Convocação de congressos da diáspora/comunidades de migrantes (por parte de organizações de migrantes)	Serviços de assistência em educação e bem-estar	
	Fornecimento de serviços de transmissão de mídia fora do país (por parte do Estado de origem ou de atores privados)	Produtos financeiros dirigidos aos membros da diáspora	
	Diplomacia cultural concentrada em comunidades de emigrantes e diásporas	Direitos de propriedade (totais ou restringidos)	
		Programas de fundos de correspondência (como, por exemplo, o programa 1:1 no México).	

Fonte: Weinar (2017, p. 5). Tradução própria.

3.6.3 Emigração contemporânea no Brasil e no Equador

O Brasil tem sido historicamente um país receptor de imigrantes, mas a partir dos anos setenta, devido às políticas de fomento a ocupação de terras e às oportunidades para realizar atividades agrícolas e de garimpo, registra-se uma presença significativa de brasileiros na América do Sul, sobretudo no Paraguai, na Bolívia e, minoritariamente, em países como as Guianas e Venezuela (Patarra, 2009, Faria, 2015). Na década sucessiva o país registrou uma forte crise econômica e altos níveis de desemprego que, somados ao aumento das facilidades de transporte, os maiores fluxos de informação propiciados pela globalização e fatores como o aumento da insegurança nas principais cidades brasileiras acabaram gerando uma saída significativa de população, desta vez até a Europa, a América do Norte e Austrália. Contudo, a escolha de alguns destinos em relação a outros, foi estimulada por fatores como os vínculos históricos dos descendentes de imigrantes com países como Japão, Itália e Portugal e as facilidades legais e burocráticas de regularização a eles oferecidas por estes Estados (Faria, 2015, p. 67).

Desde os anos oitenta a saída de brasileiros se torna um fenômeno constante da vida nacional e se registra, em proporções heterogêneas, como consequência de diversos fatores de natureza econômica, política, social e cultural, envolvendo de maneira diferenciada diversos perfis, classes sociais e localidades de origem (Patarra, 2009; Reis, 2011). Apesar de que as proporções destes fluxos ainda representem uma porcentagem pequena da população nacional, o confronto com a nova realidade e os impactos gerados pela emigração mudaram o imaginário do país que de receptor histórico de população ultramarina passou a se enxergar também como país de emigração (Faria, 2015, p. 69). Hoje, segundo os dados do Ministério das Relações Exteriores (MRE, 2015), os brasileiros no exterior representam, mais de três milhões de pessoas (3.083.255) e constituem um grupo heterogêneo com diversas estratégias de mobilidade, vínculos com o país de origem e formas de expressão e organização associativa.

Por outro lado, o Censo Demográfico de 2010 registrou 268.295 imigrantes que viviam no país, mas que residiam em solo estrangeiro cinco anos antes, incluindo, portanto, uma proporção significativa de retornados como resultado da crise mundial de 2008. As cifras também evidenciaram o aumento do fenômeno migratório no país respeito ao Censo de 2000, quando o número de imigrantes foi de 143.644 (IBGE, 2010). A chegada de fluxos de população estrangeira nos últimos anos, além de ser resultado do aumento das restrições nos países do Norte e de maiores fluxos na direção Sul-Sul, está intimamente vinculada ao destaque obtido pelo país como potência emergente devido ao seu crescimento econômico, melhores condições sociais, assim como a sua estabilidade institucional e política e a uma maior oferta de empregos (Reis, 2011).

No caso equatoriano, a emigração também é um fenômeno recente, mas de grande importância em termos quantitativos para a sociedade nacional. Apesar de que o Censo Nacional de 2010 calcula a presença de 280.000 equatorianos fora do país, diversas estimativas do Ministério de Relações Exteriores falam da subestimação destas cifras por causa de fatores como a emigração não documentada e a alta porcentagem de cidadãos com dupla cidadania, considerando a existência de uma diáspora de entre dois e três milhões de pessoas. Os países de maior concentração da emigração equatoriana são em ordem decrescente Estados Unidos, Espanha e Itália, mas existem coletivos significativos também em países como Canadá, Inglaterra, Bélgica, França, e no âmbito latino-americano, em Estados como Venezuela, Colômbia, Argentina e Chile (MREMH, 2014, p. 57).

A emigração equatoriana começa a adquirir proporções consideráveis a partir dos anos setenta do século XX em coincidência com a crise econômica desencadeada na região andina pela queda da demanda estadunidense de chapéus Panamá. Não obstante, os fluxos desta fase eram prevalentemente rurais e circunscritos às regiões afetadas pela crise de produção (Herrera, Carrillo & Torres, 2005, p. 17). Nas décadas sucessivas, a estes fluxos se soma a emigração de setores minoritários da classe média urbana do país em direção aos Estados Unidos, Canadá, Venezuela, Colômbia e, de forma incipiente, também à Espanha (Herrera, 2008).

Porém, o maior êxodo de população equatoriana acontece só no fim dos anos noventa à consequência da maior crise econômica e política da história do país. Como exemplo, calcula-se que, ao longo dos anos 1999-2005, abandonaram o país entre 1.400.000 e 1.600.000 pessoas (Herrera, 2008, p. 25). Por outro lado, a crise nacional alcançou todas as camadas sociais e provocou a generalização e a feminização dos fluxos em termos territoriais e sociais. Não obstante, a emigração desta fase respondeu também a fatores socioculturais e a presença de redes migratórias. Espanha e Itália, graças as facilidades políticas e legais e a proximidade linguística e cultural, foram os destinos prediletos, mas outros países como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, França, Bélgica e Chile também receberam contingentes populacionais notáveis. Assim, a emigração exerceu impactos sobre todos os âmbitos da vida nacional e modificou de forma permanente a imagem e a percepção do país, evidenciando a necessidade de criar políticas públicas para os equatorianos no exterior e seus descendentes.

Desde a metade dos anos 2000 a situação do país estabilizou-se e em função de uma conjuntura econômica e política favorável, mudanças legislativas, um contexto regional marcado pelo conflito armado colombiano e um aumento dos fluxos na direção Sul-Sul, o país tem experimentado uma ampla transformação da sua dinâmica migratória com um número crescente de refugiados e importantes taxas de imigração, trânsito e retorno de equatorianos, especialmente após a crise econômica global de 2008 (MREMH, 2014).

3.6.4 Relações Estado-diáspora nos casos brasileiro e equatoriano

No Brasil, de acordo com Patarra (2009) e Reis (2011), as políticas para os emigrantes e seus descendentes começam a ser desenhadas a partir da metade dos anos noventa. Em 1995, durante o governo Fernando Henrique Cardoso foi criado, por exemplo, o *Plano de Apoio aos Brasileiros no Exterior* que reconhecia o aumento da presença brasileira fora do país e ampliava a atenção consular através de consulados itinerantes e Conselhos das Comunidades junto aos consulados. No ano seguinte, com o intuito de favorecer os laços entre os brasileiros e seu país de origem e garantir seus direitos políticos foi também autorizada a possibilidade de ter dupla cidadania. Desde então, o crescente envio de remessas e o potencial político e econômico deste grupo, por meio da concessão de voto extraterritorial e da ampliação do mercado exterior para produtos nacionais, aumentou o interesse das autoridades por aproveitar estes recursos e fomentar os vínculos entre o Estado e a diáspora (Patarra, 2009; Faria, 2015).

Para visibilizar a emigração e formular uma agenda de demandas dos brasileiros no exterior foi essencial a realização de eventos chave como o I Seminário Internacional sobre Emigração Brasileira em Lisboa (1997) e o I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior (2002) (Patarra, 2009; Feldman-Bianco, 2016). Ambos eventos reuniram lideranças das comunidades de brasileiros no exterior, autoridades brasileiras e portuguesas, acadêmicos, ativistas a favor da migração e direitos humanos e representantes da Igreja católica que trabalham com

mobilidade humana e foram organizados em um contexto de forte preocupação pela vulneração dos direitos dos brasileiros no exterior e a aprovação de medidas migratórias restritivas na Europa.

O Encontro de 2002 permitiu também a formulação do *Documento de Lisboa* que se tornou a principal referência para as reivindicações de brasileiros na Europa e em prol de direitos de cidadania no Brasil. Mais tarde a este documento se somariam também a *Carta de Boston* (2005), o *Documento de Bruxelas* (2007) e o *Documento de Barcelona* (2009) contribuindo para a formação de um movimento e agenda globais dos brasileiros no exterior (Cavalcanti & Tonhati, 2016).

Neste contexto, de acordo com Feldman-Bianco (2016) é preciso destacar o ativismo dos emigrantes, sua organização e interesse pela vida política nacional que permitiu, por exemplo, a fundação em 1992, da Casa de Brasil em Lisboa (CBL). Ainda, segundo Margolis (1994) e Feldman-Bianco (2016) merece atenção o interesse manifesto por parte de formações políticas como o Partido dos Trabalhadores (PT) que favoreceram a criação de núcleos desse partido em Estados Unidos, Portugal e outros destinos da emigração brasileira e se mostraram receptivos às suas demandas.

Na campanha presidencial de 2002 a emigração entrou na agenda pública e as promessas de campanha do PT incluíram diversas medidas para facilitar o envio de remessas e aumentar a proteção e a atenção dos brasileiros fora do país. Em particular, o então candidato à presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva, junto à publicação da *Carta ao Povo Brasileiro* que resumia seu programa de governo, publicou também a *Carta aos Brasileiros que Vivem Longe de Casa* resgatando sua história pessoal como migrante e sua sensibilidade com a experiência da mobilidade humana. Na carta, Lula sublinha a importância da emigração para o país e o papel dos emigrantes no desenvolvimento econômico e social das suas localidades de origem, manifestando interesse pela situação de vulnerabilidade de muitos brasileiros, especialmente daqueles que estão em situação irregular. O documento supõe também a assunção de um maior compromisso com os “companheiros residentes no exterior” e suas demandas, prometendo contemporaneamente, melhorar as condições no Brasil, eliminar as principais causas econômicas e sociais que levaram as pessoas a abandonar o país e criar possibilidades de retorno digno.

Uma vez no governo, Lula firmou com Portugal um tratado bilateral sobre contratos de trabalho, melhor conhecido como *Acordo Lula*, que garantiu a regularização de imigrantes brasileiros residentes no país e supôs uma discriminação positiva a favor dos brasileiros no marco da legislação portuguesa então vigente (Feldman-Bianco, 2016, p. 52). Devido ao alto número de brasileiros em situação irregular e um crescente número de deportações, uma das primeiras preocupações das autoridades foi o diagnóstico e criação de medidas específicas para este coletivo. Assim, em 2006 o Congresso Nacional convocou uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Emigração Ilegal que apresentou um relatório sobre a situação dos brasileiros indocumentados fora do país e, um ano depois, foi constituída a Subsecretaria Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGBE), como parte da estrutura do Ministério de Relações Exteriores. Para Faria (2015, p. 75) a criação da SGBE sinalizou o reconhecimento de que a emigração brasileira havia se tornado preocupação central da política externa brasileira.

Apesar da importância do Ministério de Relações Exteriores, no que tange à emigração, revistem também importância outros órgãos como os Ministérios de Justiça, Trabalho, Previdência Social, assim como o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e instituições como a Polícia Federal que participam também nos debates sobre o fenômeno (Patarra, 2009; Reis, 2011). A nível bilateral

o Brasil tem assinado diversos acordos de regularização e proteção social com países como Espanha, Portugal e Japão e Itália enquanto que, no plano multilateral, as negociações são responsabilidade do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais que atua nos organismos internacionais e foros de debate sobre mobilidade humana (Faria, 2015, p. 75). Neste marco, destacam as ações alcançadas a nível intrarregional onde a regularização de brasileiros e seus direitos de cidadania estão garantidos a partir de marcos como o Acordo de Residência Mercosul.

Além das ações até aqui citadas, no que diz respeito à medidas e políticas desenvolvidas a favor da diáspora, cabe salientar a proposta do projeto de Lei (n. 5 de 2005), atualmente em tramitação, para garantir a representação de brasileiros no exterior no Congresso Nacional e a comissão parlamentar, organizada também em 2005, para garantir o direito de cidadania aos membros da diáspora. Em 2008, se realizou também o *I Encontro das Comunidades Brasileiras no Mundo*, um evento que institucionalizou as relações Estado-diáspora e legitimou a construção coletiva dos emigrantes como brasileiros no exterior ou brasileiros no mundo (Feldman-Bianco, 2016, p. 56). Outras ações significativas foram a emenda constitucional de 2009 que, como resultado da pressão internacional exercida pelo *Movimento dos Brasileirinhos Apátridas*, conseguiu pôr fim à legislação que proibia o registro de filhos de brasileiros nascidos fora do país nas representações diplomáticas brasileiras. Em 2009 foi também enviada ao Congresso a proposta de uma nova lei migratória (PL 2655), melhor conhecida como Projeto Lula e, em 2010, o então Presidente Lula estabeleceu, mediante decreto, as *Conferências de Brasileiros no Mundo* (CBM) e criou o *Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior* (CRBE) (Cavalcanti & Tonhati, 2016, p. 29).

Em relação à diáspora merecem também destaque as ações desenvolvidas pelo Ministério de Relações Exteriores no que tange à ampliação da sua rede de atenção presencial e virtual e a criação de espaços específicos como o *Portal Consular* e o *Portal Brasileiros no Mundo*, que reúnem informação sobre a diáspora e os serviços a ela oferecidos e que funcionam também como espaços de interlocução entre este grupo e o Ministério. Outra medida desenvolvida por órgãos como o Ministério do Trabalho em parceria com o Itamaraty foi a criação, em 2010, da *Casa do Trabalhador*, depois denominada *Espaço do Trabalhador Brasileiro* (ETB), um projeto que replicou no Japão a experiência de espaços de informação e atendimento a trabalhadores brasileiros na fronteira sul do país. O Ministério de Relações Exteriores tem criado também campanhas e cartilhas informativas sobre temas como saúde, educação, revalidação de diplomas, tráfico de pessoas e violência contra a mulher em contextos migratórios, ao passo que tem promovido, em parceria com outras entidades empresarias e industriais, eventos e conferências sobre micro e pequeno empreendedorismo brasileiro no exterior e iniciativas como a *Rede Diáspora Brasil* e o *Prêmio Diáspora Brasil*.

Mais ações importantes foram o estabelecimento da *Rede Brasil Cultural* e *Pontos de Cultura* para os brasileiros no exterior por parte do Ministério de Cultura; a criação de programas de remessas e investimento com o apoio de instituições como a Caixa e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); os discursos e as visitas presidenciais às comunidades de brasileiros no exterior, especialmente realizadas durante o governo Lula; a criação do *Portal do Retorno* e de programas de informação, atenção e acompanhamento para brasileiros retornados e, finalmente, ações simbólicas como a criação nos meios de comunicação públicos (TV Brasil) de programas como a série *Todos os Brasileiros do Mundo* e o programa *Brasileiros Mundo Afora*, que analisam em diversos quadros a realidade da emigração brasileira e os desafios, problemáticas e laços da diáspora brasileira com o Estado e a sociedade de origem.

No caso equatoriano, após o êxodo massivo de população registrado no final do século

XX, a questão migratória entrou na agenda pública e os governos começaram a elaborar respostas, em primeiro lugar políticas, e posteriormente sociais e econômicas. A Constituição de 1998 reconheceu, por exemplo, aos emigrantes equatorianos a dupla cidadania e o direito ao voto extraterritorial, ao passo que foram criadas diversas leis para combater a emigração irregular e o tráfico de pessoas. A partir dos anos 2000 criam-se também uma *Dirección Geral de Apoyo a los Ecuatorianos en el Exterior*, um *Plan Nacional de Ecuatorianos en el Exterior*, a *Subsecretaría de Asuntos Migratorios y Consulares*, dentro do Ministério de Assuntos Exteriores, e programas socioeconômicos para aproveitar as remessas dos emigrantes (Arízaga, 2005, pp. 25-26).

Não obstante, é a partir da metade dos anos 2000 que a emigração e a necessidade de criar políticas específicas para os emigrantes começa a fazer parte dos programas políticos nas eleições nacionais. Desde 2006, o *Movimiento Alianza País* (AP) encabeçou este processo criando, com a contribuição de associações migrantes, acadêmicos e ativistas, uma política específica de migrações. Uma vez no poder, o governo dirigido pelo ex Presidente Rafael Correa estabeleceu diversas medidas entre as que destacam a criação, em 2007, da Secretaria Nacional do Migrante (SENAMI), hoje Vice-Ministério de Mobilidade Humana, adscrito ao Ministério de Relações Exteriores e, em 2008, a promulgação da atual Constituição que aborda direta ou indiretamente o fenômeno da mobilidade humana em 58 artigos. A emigração foi também incluída nos Planos Nacionais de Desenvolvimento elaborados a partir de 2007 e inclusive foram criados instrumentos específicos para o tratamento do tema: o Plano Nacional de Desenvolvimento Humano para as Migrações 2007-2010 e a Agenda Nacional de Igualdade para a Mobilidade Humana (ANIMHU) 2013-2017.

Nesta nova fase se reforça o enfoque de direitos humanos e vínculos com a diáspora, também denominada “Quinta Região”. No entanto, mantém-se visões que relacionam os deslocamentos com o desenvolvimento nacional e inclusive medidas ligadas à segurança e controle dos fluxos de emigração irregular, o que reflete as diversas posturas estatais em matéria (Villarreal, 2015). Contudo, a coexistência de múltiplas visões respeito à mobilidade humana é também reflexo da influência do contexto local, regional e internacional na formulação e execução da política pública, assim como das visões derivadas do tratamento multilateral do fenômeno.

A favor dos emigrantes, também chamados “heróis da pátria” foram criadas inúmeras iniciativas que incluem datas comemorativas, revistas e publicações oficiais, programas de rádio e televisão, vídeos e o estabelecimento de *Casas Ecuatorianas* nos principais destinos da emigração equatoriana, assim como eventos sociais e culturais voltados a aproximar os cidadãos residentes fora do país e seus descendentes ao território de origem (Villarreal, 2015). Da mesma forma, o corpo consular e diplomático experimentou importantes transformações que ampliaram a sua cobertura de forma física e virtual. Neste marco, a estratégia da *Diplomacia Ciudadana* procurou estabelecer maior proximidade entre os representantes diplomáticos do país e os membros da diáspora (Ramírez, 2013). O estabelecimento de relações com estas comunidades incluiu também visitas presidenciais e ministeriais aos principais destinos da emigração de nacionais e encontros diretos entre as mesmas e o Presidente da República, especialmente durante os governos do ex Presidente Correa.

Além destas medidas, os governos dirigidos por *Alianza País* criaram também diversas políticas de proteção e de ampliação de direitos a favor da diáspora. Estas ações garantem a dupla cidadania, o direito de voto extraterritorial não obrigatório em eleições presidenciais e legislativas, e a representação dos interesses da diáspora mediante a eleição distrital de seis parlamentares na Assembleia Nacional. Outras prerrogativas para os membros da diáspora, são o direito de serem

eleitos e a possibilidade de que, de forma individual ou coletiva, possam apresentar propostas e projetos de lei em todos os níveis de governo. Além disso, dentro das representações diplomáticas foram criadas as *Casas Legislativas* que constituem um espaço de prestação de contas e encontro entre os parlamentares representantes dos migrantes e os cidadãos residentes fora das fronteiras nacionais.

A Constituição equatoriana de 2008 reconhece também os emigrantes como grupo de atenção prioritária e determina diversas ações que o Estado deve estabelecer a favor da sua proteção e do mantimento de vínculos com o país. Nesta linha, o Estado equatoriano assinou diversos acordos bilaterais e multilaterais sobre direitos humanos, previdência social e trabalho com os principais países de destino dos emigrantes e favoreceu reformas legislativas internas voltadas a garantir maiores direitos sociais à população residente no exterior, assim como a ratificação de instrumentos internacionais e normativa comunitária sobre direitos humanos e mobilidade humana. O país promoveu e ratificou também os instrumentos governamentais surgidos no marco da Comunidade Andina de Nações (CAN) e da Conferência Sul-americana sobre Migrações (CSM): Plano Andino e o Plano Sul-americano de Desenvolvimento Humano para as Migrações.

Por outro lado, o corpo diplomático, junto com diversas instituições nacionais, formulou um conjunto de estratégias e campanhas que procuraram sensibilizar a população local, promover os direitos dos emigrantes e assisti-los política e juridicamente em casos de processos de emigração irregular, deportações, tutela de menores ou problemas conjunturais como a crise hipotecária na Espanha e na Itália (Villarreal, 2015, p. 57). Outras medidas a favor destas comunidades incluíram reformas legislativas que visavam facilitar o reconhecimento de diplomas obtidos no estrangeiro; a oferta de cursos de formação profissional para equatorianos residentes no exterior; e finalmente o retorno humanitário de pessoas portadoras de deficiências, doenças catastróficas, deportadas ou expulsas e a repatriação de cadáveres (Senami, 2007; Mremh, 2014).

Além das políticas de atenção e assistência para a diáspora, o governo equatoriano, a partir de uma visão nacionalista e de promoção de desenvolvimento do país, tem atribuído grande importância ao retorno, favorecendo especialmente o regresso de alguns coletivos (Villarreal, 2015, p. 57). Com este objetivo foram criados diversos programas de retorno como os *Proyecto Prometeo*, *Plan Cucayo*, *Plan Tierras*, *Plan de Retorno de Maestros* e *Plan Ecuador Saludable Vuelvo por ti*. Paralelamente, devido à que as remessas constituem uma das principais fontes de entrada de divisas no país, outras medidas criadas incluíram projetos de investimento produtivo de remessas e iniciativas de co-desenvolvimento realizadas especialmente a nível local.

Vários entre os projetos até agora descritos foram instrumentos vantajosos para promover e posicionar internacionalmente o projeto político da Revolução Cidadã. Mas, o governo dirigido por *Alianza País* desenhou também iniciativas especificamente volcadas a promover seus interesses. Desta forma, por exemplo, foi estimulado o envolvimento ativo dos equatorianos em campanhas governamentais meio ambientais como no caso do projeto *Yasuni ITT* e *La Mano Sucia de Chevron* ou em programas de promoção turística como *Mi Lindo Ecuador* (Villarreal, 2015, p. 57). Contudo, o interesse dos equatorianos e seus descendentes pelo país se manifesta também fora das ações promovidas pelas autoridades e tem sido especialmente evidente em episódios recentes como as iniciativas e campanhas de solidariedade organizadas pelos grupos da diáspora a favor dos danificados pelo terremoto ocorrido na província de Manabí em 2016.

Em definitiva, as diásporas brasileira e equatoriana mantêm fortes vínculos econômicos, políticos, sociais e culturais com seus países de origem. Neste sentido, a mobilização destes grupos

foi fundamental para o reconhecimento da importância da emigração por parte de ambos os Estados, a consolidação das relações Estado-diáspora, a ampliação de direitos e a criação de medidas e políticas específicas a seu favor.

Um dos resultados mais recentes deste processo no caso brasileiro é a nova Lei de Migração (Lei 13.445), aprovada em 2017, que dedica um capítulo específico, o capítulo VII, *Do Emigrante* aos brasileiros no exterior. O capítulo estabelece princípios e diretrizes para a formulação de políticas públicas para os brasileiros e seus descendentes no exterior, ao passo que enumera direitos e garantias específicas para este coletivo. No caso equatoriano, o protagonismo da diáspora também foi determinante para a criação de políticas e de uma nova legislação sobre mobilidade humana com enfoque de direitos humanos, aprovada em 2017. Com efeito, a nova *Ley Orgánica de Movilidad Humana*, além de regular as diversas expressões da mobilidade humana, assegura a proteção dos emigrantes equatorianos e seus descendentes e lhes garante os direitos políticos, econômicos, sociais e culturais previstos na Constituição de 2008.

3.6.5 Considerações Finais

Graças aos recursos e potencialidades das diásporas, o número de países que criou políticas de construção e engajamento destas comunidades (Weinar, 2017) aumentou de forma significativa nas últimas décadas. As premissas destas políticas são que os emigrantes e seus descendentes podem contribuir positivamente com o país de origem, favorecendo seu desenvolvimento e atuando algumas vezes como embaixadores simbólicos e ótimos promotores das suas características. O fomento dos vínculos com estas comunidades é também estratégico do ponto de vista das relações internacionais já que significa uma forma de extensão simbólica da territorialidade do Estado-nação e um mecanismo de extensão dos seus poderes, produzindo um aumento da sua capacidade em negociações bilaterais e multilaterais e valiosas formas de apoio e incidência política.

Nos casos equatoriano e brasileiro as políticas para a diáspora foram desenvolvidas a partir da segunda metade dos anos noventa, em um contexto de crescente aumento da saída de população, mas só se consolidaram nos anos 2000, graças à organização e ativismo das comunidades de emigrantes que têm conseguido um reconhecimento pleno, a introdução das suas demandas na agenda pública e importantes vitórias. Os avanços obtidos em matéria de mobilidade humana têm beneficiado não apenas aos membros da diáspora, mas também aos imigrantes presentes em ambos os territórios. Porém, tanto no Brasil quanto no Equador é preciso também destacar a elaboração de uma imagem e um discurso favorável aos emigrantes, em função de diversos interesses. Ao mesmo tempo, tais políticas são resultado da vitória de formações políticas afins às reivindicações dos membros da diáspora, e da multiplicação de iniciativas regionais e globais a seu favor.

Com efeito, desde 2002 os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no caso brasileiro e, a partir de 2006, os governos liderados pelo *Movimiento Alianza País* (AP) no caso equatoriano, apesar das diferenças e da singularidade das próprias experiências de emigração, criaram um complexo sistema de medidas simbólicas e efetivas que incluem tanto políticas de construção como políticas de engajamento das diásporas.

Diversas concessões e a garantia de direitos têm se concretizado recentemente nas leis de

migração aprovadas em ambos os países em 2017. Há, contudo, diversos desafios e tarefas pendentes. Em um contexto de crise econômica, caracterizado pela chegada de governos focados nas agendas de política interna e uma maior importância de fenômenos como a imigração e o refúgio, em detrimento da saída de cidadãos, surgem algumas interrogantes respeito à sustentabilidade e enfoques das políticas para a diáspora. Não obstante, por motivações econômicas, fatores de natureza política e social e a existência de redes migratórias, a saída de equatorianos e brasileiros continua com novas modalidades. Neste cenário, nas relações Estado-diáspora, o campo está aberto para avanços, mas também para retrocessos que podem favorecer, por exemplo, o desinteresse e a diminuição de iniciativas a favor destes grupos, assim como a adoção de visões prevalentemente utilitaristas, colocando em segundo plano os direitos dos emigrantes e seus descendentes. Por outro lado, levando em conta a importância e a experiência recente de emigração em ambos os países, é preciso aprofundar os estudos sobre a evolução, permanência e modalidades das relações Estado-diáspora, além das segundas e terceiras gerações.

Bibliografía / Bibliografia/ Bibliographie / References

- Abella, M. & Ducanes, J. (2007). ¿Es el transnacionalismo un nuevo paradigma para el desarrollo? In Castles, S. & Delgado, R. (Coords.), *Migración y Desarrollo: Perspectivas desde el Sur*, 75-86. México: Universidad Autónoma de Zacatecas.
- Agunias, D. & Newland, K. (2012). *Hoja de ruta para la participación de las diásporas en el desarrollo. Un manual para políticos y profesionales de los países de origen y acogida*, Ginebra-Washington: OIM-MPI.
- Arízaga, L. (2005). La política del Estado ecuatoriano hacia los emigrantes nacionales. In Ponce, J. (Ed.), *Emigración y Política Exterior en Ecuador*, 21-55. Quito: Abya Yala.
- Basch, L.; Glick Schiller, N. & Szanton Blanc, C. (Eds.). (1994). *Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments and Deterritorialized Nation-States*. London: Routledge.
- Brinkerhoff, J. (Ed.). (2008). *Diasporas and Development: Exploring the Potential*. Boulder (Colorado): Lynne Rienner.
- Castles, S. & Miller, M. (2004): *La era de la migración: movimientos internacionales de población en el mundo moderno*, México: Universidad Autónoma de Zacatecas.
- Cavalcanti, L. & Tonhati, T. (2016). Transnacionalismo político brasileño. El papel de los emigrantes en la formulación de las políticas migratorias. *Revista Internacionales*, 2(4), 14-38.
- Cohen, R. (2008). *Global Diasporas: An Introduction*, New York/London: Routledge. Taylor & Francis Group.
- Collyer, M. (Ed.). (2013). *Emigrations Nations: Policies and Ideologies of Emigrant Engagement*. Londres: Palgrave Macmillan.
- Constitución de la República del Ecuador*. (2008). Montecristi: Asamblea Constituyente.
- DESA (Department of Economic and Social Affairs). (2013). *International Migration Policies. Government Views and Priorities*. Population Division, New York: United Nations.

- Dufoix, S. (2010). Introduction. Un Pont par-dessus la porte. Extraterritorialisation et transétatisation des identifications nationales. In Dufoix, S. Guerassimoff, C. & De Tinguy, A. (Dir.) (2010). *Loin des yeux près du cœur. les États et leurs expatriés*, 15-60. Paris: Presses de Sciences Po.
- Faist, Thomas (2010). “Diaspora and Transnationalism: What kind of dance partners”, In Bauböck, R. & Faist, T. (eds.) (2010). *Diaspora and Transnationalism. Concepts, Theories and Methods*, Amsterdam: Amsterdam University Press, 9-34.
- Faria, M. (2015). *Migrações Internacionais no Plano Multilateral. Reflexões para a política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG).
- Feldman-Bianco, B. (2016). Memórias de Luta: Brasileiros no Exterior (1993-2010), *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana (REMHU)*, 24(48). 45-61.
- Gamlen, A. (2009). El estado de emigración y los vínculos con la diáspora. In Escrivá, A., Bermúdez, A. & Moraes, N. (Eds.) *Migración y Participación Política: Estados, Organizaciones y Migrantes Latinoamericanos en Perspectiva Local-Transnacional*. 237-264. Madrid: CSIC.
- Guarnizo, L. & Smith, M. (1999). Las localizaciones del transnacionalismo. In Mummert, G. (Eds.), *Fronteras Fragmentadas*, 87-112. Zamora: El Colegio de Michoacán COLMICH/CIDEM.
- Herrera, G., Carrillo, M. & Torres, A. (2005). *La Migración Ecuatoriana: Transnacionalismo, Redes e Identidades*. Quito: FLACSO-Ecuador/Plan Migración, Comunicación y Desarrollo.
- Herrera, G. (Coord.). *Ecuador: la migración internacional en cifras*. Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA), Quito: FLACSO Ecuador, 2008.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). (2010). *Censo Demográfico de 2010*. Nupcialidade, Fecundidade e Migração. Resultados da amostra. IBGE: Rio de Janeiro.
- Lafleur, J. M. (2013). *Transnational Politics and the State: The External Voting Rights of Diasporas*. Londres: Routledge.
- Lei N. 13.445 de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. *Presidência da República*. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm
- Ley Orgánica de Movilidad Humana. Publicada no registro oficial n. 938- suplemento de 2017. Recuperado de http://www.cancilleria.gob.ec/wp-content/uploads/2014/03/ley_de_movilidad_humana_oficial.pdf
- Lula da Silva, L. (2002). *Carta aos brasileiros que vivem longe de casa*. Recuperado de <http://lulaforpresident.tripod.com/carta.htm>
- Margolis, M. (1994). *Little Brazil: Imigrantes brasileiros em Nova York*. Campinas: Papirus.
- Mármora, L. (2002): *Las políticas de migraciones internacionales*, Buenos Aires: Paidós.

- Meyer, J. B. (2011). A Sociology of Diaspora. Knowledge Networks. In Faist, T., Fauser, M. & Kivisto, P. (Eds.). *The Migration-Development Nexus: A transnational Perspective*, 159-181. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Ministerio de Relaciones Exteriores y Movilidad Humana (MREMH) (2014). *Agenda Nacional de Igualdad para la Movilidad Humana (ANIMHU) 2013-2017*. Quito: Ministerio de Relaciones Exteriores y Movilidad Humana.
- Ministério das Relações Exteriores (MRE). *Estimativas populacionais das comunidades brasileiras no mundo*. Recuperado de <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/Estimativas%20RCN%202015%20-%20Atualizado.pdf>
- Ministério das Relações Exteriores (MRE). *Portal Consular*. Recuperado de <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/>
- Ministério das Relações Exteriores (MRE). *Portal do Retorno*. Recuperado de <http://retorno.itamaraty.gov.br/pt-br/>
- Organización Internacional de las Migraciones (OIM). (2013). *Informe sobre las Migraciones en el Mundo*. Ginebra: OIM.
- Østergaard-Nielsen, E. (2009). La política a través de las fronteras: reflexiones sobre la dimensión transnacional de la participación política de los migrantes. In Escrivá, A., Bermúdez, A. & Moraes, N. (Eds.) *Migración y Participación Política: Estados, organizaciones y migrantes latinoamericanos en perspectiva local-transnacional*, 17-41. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC).
- Patarra, N. (2009). *Governabilidade das migrações internacionais e Direitos Humanos: o Brasil como país de emigração*. I Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior, Brasileiros no Mundo, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG).
- Portes, A. (2011). *Migración y Desarrollo: un intento de conciliar perspectivas opuestas*. Nueva Sociedad, 233, 44-67.
- Ramírez, J. (2013). *La Política Migratoria en Ecuador. Rupturas, tensiones, continuidades y desafíos*, Quito: Editorial IAEN.
- Rede *Diaspora Brasil*. Recuperado de <http://www.diasporabrasil.com.br/premio/Sitepages/home.aspx>
- Reis, R. (2011). A política do Brasil para as migrações internacionais. *Contexto Internacional*. 33(1), 47-69.
- Sassen, S. (2001). *¿Perdiendo el Control?: la soberanía en la era de la globalización*. Barcelona: Bellaterra.
- Secretaría Nacional del Migrante (SENAMI). (2007). *Plan Nacional de Desarrollo Humano para las Migraciones 2007-2010*. Quito: SENAMI.
- Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo (SENPLADES) (2013). *Plan Nacional para el Buen Vivir 2013-2017*. Quito: SENPLADES.

- Sheffer, G. (2003). *Diaspora Politics: At Home Abroad*. New York: Cambridge University Press.
- TV Brasil. *Série Todos os Brasileiros do Mundo*. Recuperado de <http://tvbrasil.ebc.com.br/todos-os-brasileiros-do-mundo>
- TV Brasil. *Programa Brasileiros Mundo Afora*. Recuperado de <http://tvbrasil.ebc.com.br/brasileirosmundoafora>
- Villarreal, M. (2015). Políticas migratórias, Transnacionalismo e Desenvolvimento. O caso equatoriano. *Cadernos Obmigra. Revista Migrações Internacionais*, 1 (3), 39-63.
- Villarreal, M. (2017). Replanteando el debate sobre migraciones internacionales y desarrollo: nuevas direcciones y evidencias. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana (REMHU)*, 25(51), 181-198.
- Weinar, A. (2017). Introduction. In: Weinar, A. (Ed.). *Emigration and Diaspora Policies in the age of mobility*, 1-12. Springer International Publishing.
- Wihtol de Wenden, C. (2013). *El Fenómeno Migratorio en el siglo XXI: Migrantes, refugiados y relaciones internacionales*. México: FCE.
- Zolberg, A. (2006). *Las migraciones internacionales desde una perspectiva política*. *Zona Abierta*, 116/117, 25-57.

3.7 Traces et patrimoines des migrations. Une expérience de recherche impliquée

Marina Chauillac⁹⁵

Résumé

En 2007, la cité nationale l'immigration ouvrait ses portes à Paris, suscitant l'espoir de nombreuses associations et chercheurs de voir accorder enfin aux immigrés une place officielle dans l'histoire nationale. L'inauguration officielle ratée, qui n'aura lieu que sept ans plus tard, l'incohérence entre cette ouverture et la politique menée par le gouvernement de Nicolas Sarkozy ou encore son faible impact en matière de constitution d'un patrimoine national de l'immigration, amènent une certaine déception en matière de reconnaissance et plus largement ne permettent pas de transformer le patrimoine national (Barbe et Chauillac 2014). Pourquoi le patrimoine des migrations a-t-il tant de mal à s'imposer comme légitime ? Quelles mémoires associées aux parcours migratoires sont aujourd'hui portées dans l'espace public ? Afin de reprendre à nouveaux frais ces questions en s'affranchissant d'un cadre institutionnel trop étroit, cet article propose une approche en termes de traces de la migration.

Mots-clés : Migration ; Patrimoine ; Mémoire ; Recherche-action ; Trace.

Vestígios e herança da migração. Um experimento de pesquisa implicada

Resumo

Em 2007, a imigração nacional da cidade abriu suas portas em Paris, elevando a esperança de muitas associações e pesquisadores para finalmente conceder aos imigrantes um lugar oficial na história nacional. A inauguração oficial que falha, e acontece apenas sete anos depois, a incoerência entre essa abertura e a política liderada pelo governo de Nicolas Sarkozy, ou seu baixo impacto na constituição de um patrimônio nacional da imigração, trazem alguma decepção em termos de reconhecimento e, de forma mais ampla, não permitem transformar o patrimônio nacional (Barbe e Chauillac 2014). Por que a herança da migração é tão difícil de se impor como legítima? Quais memórias associadas às rotas migratórias são usadas hoje no espaço público? A fim de abordar essas questões novamente, desprendendo-as de um arcabouço institucional excessivamente estreito, este artigo propõe uma abordagem em termos de vestígios da migração.

Palavras-chave: Migração; Herança; Memória; Pesquisa-ação; Rastreamento.

⁹⁵ Anthropologue, membre de l'institut interdisciplinaire d'anthropologie du contemporain (Paris, EHESS/CNRS). Conseillère pour l'ethnologie à la Direction régionale des affaires culturelles Auvergne-Rhône-Alpes. E-mail: marina.chauillac@culture.gouv.fr

Rastros y patrimonio de la migración. Un experimento de investigación involucrada

Resumen

En 2007, La Cité nationale de l'histoire de l'immigration abrió sus puertas en París, despertando la esperanza de muchas asociaciones e investigadores de que por fin se le daría a los inmigrantes un lugar oficial en la historia nacional. El fracaso de la inauguración oficial, que no tendrá lugar hasta siete años más tarde, la incoherencia entre esta apertura y la política seguida por el gobierno de Nicolas Sarkozy, o su débil impacto en términos de constitución de un patrimonio nacional de la inmigración, conducen a una cierta decepción en términos de reconocimiento y, más ampliamente, no permiten la transformación del patrimonio nacional (Barbe y Chauliac 2014). ¿Por qué es tan difícil que el patrimonio migratorio se establezca como legítimo? ¿Qué memorias asociadas a los viajes migratorios se llevan hoy en día en el espacio público? Con el fin de retomar estas cuestiones liberándose de un marco institucional demasiado estrecho, este artículo propone un enfoque en términos de huellas de la migración.

Palabras clave: Migración; Patrimonio; Memoria; Investigación-acción; Traza.

Traces and heritage of migration. An experiment involved research

Abstract

In 2007, the national city immigration opened its doors in Paris, raising the hope of many associations and researchers to see finally grant immigrants an official place in the national history. The official inauguration missed, which will take place only seven years later, the incoherence between this opening and the policy led by the government of Nicolas Sarkozy or its low impact in the constitution of a national heritage of the immigration, bring some disappointment in terms of recognition and more broadly do not allow to transform the national heritage (Barbe and Chauliac 2014). Why is the heritage of migration so difficult to impose itself as legitimate? Which memories associated with migratory routes are today worn in the public space? In order to take up these questions again and again without overly narrow institutional framework, this article proposes an approach in terms of traces of migration.

Keywords: Migration; Heritage; Memory; Action research; Trace.

En 2007, la cité nationale l'immigration ouvrait ses portes à Paris, suscitant l'espoir de nombreuses associations et chercheurs de voir accorder enfin aux immigrés une place officielle dans l'histoire nationale. L'inauguration officielle ratée, qui n'aura lieu que sept ans plus tard, l'incohérence entre cette ouverture et la politique menée par le gouvernement de Nicolas Sarkozy ou encore son faible impact en matière de constitution d'un patrimoine national de l'immigration, amènent une certaine déception en matière de reconnaissance et plus largement ne permettent pas de transformer le patrimoine national (Barbe & Chauliac 2014). Pourquoi le patrimoine des migrations a-t-il tant de mal à s'imposer comme légitime ? Quelles mémoires associées aux parcours migratoires sont aujourd'hui portées dans l'espace public ? Afin de reprendre à nouveaux frais ces questions en s'affranchissant d'un cadre institutionnel trop étroit, cet article propose une

approche en termes de traces de la migration.

La notion de trace, qui n'est pas sans ambiguïté, comme le rappelle Paul Ricoeur, présente l'avantage de traiter de la présence migratoire sur un territoire national ou local avant le processus de patrimonialisation, voire d'une construction d'une mémoire collective. La trace est ici appréhendée en tant qu'artefact qui perdure dans le temps ou « vestige du passé » (Bloch, 1974, pp. 51-73), autrement dit en tant qu'élément matériel de médiation avec le passé construit de façon rétrospective. Si l'on reprend la conception halwachsienne de la mémoire, les traces, au sens d'empreintes ou de restes du passé, ne constituent pas, ou pas encore, un souvenir partagé par un groupe social, ou encore en représentations objectivées du passés, pouvant être transmises au delà du groupe directement concerné par la migration (Lavabre, 2000; Halbwachs, 1997). De même les traces ne sont du patrimoine que si elles suscitent un acte particulier de qualification, d'attribution d'une valeur particulière pour un groupe social défini (Rautenberg, 2001, Tornatore, 2010). La transformation en « patrimoine » peut alors s'entendre au sens savant et universel de l'Etat français (ou d'instance internationale comme l'UNESCO), mais aussi dans une approche émic, parce qu'un groupe social a la conscience intime que tels ou tels objets font partie du patrimoine (Bromberger, 1996). C'est bien parce que les traces ne sont pas considérées comme une mémoire commune ou comme du patrimoine qu'elles disparaissent sans que personne en s'en émeut. C'est aussi lorsqu'elles perdurent de façon non intentionnelle qu'on les redécouvre et les requalifie pour en faire un symbole identitaire.

Ce texte offre ainsi une réflexion sur les processus de qualification mémorielle et patrimoniale de traces avant de décrire plus précisément le terrain de recherche sur le secteur « Carré de Soie » dans l'agglomération lyonnaise, secteur marqué par l'industrialisation et la migration jusque dans les années 80 et qui, au moment où un projet important de rénovation urbaine, met en lumière les enjeux de conservation des traces des migrations passées et actuelles. Une recherche-action sur un centre d'accueil provisoire pour des migrants pour la plupart en situation de demande d'asile a été mise en place suite à la sollicitation par une association culturelle. Comme nous le verrons, l'objectif consiste ici non plus seulement à regarder les « restes » du passé mais à penser de façon prospective les traces d'une migration actuelle qui à priori, se caractérise par une mobilité importante et un faible ancrage sur un territoire. C'est donc en tant qu'anthropologue « impliquée » que j'ai été amenée à participer et à observer la création d'objets artistiques et mémoriels sur la base des données des téléphones portables des migrants hébergés temporairement sur cet ancien territoire industriel.

3.7.1 Traces de l'immigration en France : effacement et actions de conservation

La migration, marquée le plus souvent par la pauvreté et la difficulté d'amener ou de conserver des objets personnels durant le voyage, questionne la possible existence d'artefacts à transmettre dans un espace public. Les objets laissés au pays ou perdus, associés à des souvenirs douloureux, la diversité constatée dans le rapport aux souvenirs ou à la formation d'une mémoire familiale, telle la possession d'un album ou même de photos de famille (Lepoutre, 2005) constituent ici autant d'obstacles à prendre en compte. Donner sens aux traces de la migration, les inscrire dans une histoire dont l'intérêt dépasserait le cercle intime est loin d'aller de soi.

Les actions entreprises par l'Etat pour conserver les lieux et les bâtiments témoins d'une

histoire migratoire se heurtent également à la conception nationale du patrimoine telle qu'elle a été mise en place par l'État français au XIX^{ème} siècle. Ainsi les critères utilisés par les services patrimoniaux de l'État français pour identifier l'intérêt public des bâtiments et objets mobiliers demeurent avant tout l'exceptionnalité (ancienneté, rareté...), la typicité et l'authenticité comme en témoignent de la prédominance disciplinaire de l'histoire de l'art et de l'architecture (Heinich, 2009). Or, comme le constatait Paul Rasse à propos de la patrimonialisation des traces laissées par les cultures populaires, « les traces laissées par les élites sont plus faciles à patrimonialiser. Les palais, les grands édifices religieux ou publics sont plus évidents, plus majestueux, de facture noble, [...] Ils ont été imaginés et conçus pour durer. » (Rasse 2012, pp. 249-250). Du côté des traces des migrations non pas en lien avec par la culture ou le territoire d'origine, mais les traces des dispositifs mis en place pour héberger, faire travailler, « intégrer » les nouveaux arrivants, le constat demeure là encore celui de l'effacement ou de la rareté : les hébergements souvent provisoires, parfois improvisés comme les bidonvilles ou impropres aux conditions d'hygiène minimales sont promis à la destruction à plus ou moins longue échéance (Chavanon, 1997).

Si l'approche régaliennne du patrimoine se heurte à différents obstacles quand il s'agit de l'immigration, dont le premier réside dans la conception intégratrice de l'identité nationale (Barbe & Chauliac, 2014 ; Rautenberg, 2007), d'autres acteurs oeuvrent à rendre visible et conserver, voire réinventer des artefacts en lien avec une histoire migratoire. Dans les années 2000, les collectivités territoriales, notamment les villes sont en première ligne pour mettre en avant « leur » patrimoine immigré spécifique ou plus généralement la construction d'une identité multiculturelle associée à une mémoire « de l'accueil » (Bertheleu, 2016) : ici la création d'un centre du patrimoine arménien à Valence (Piaton, 2009), là une grande exposition dans le musée d'histoire de la ville sur « ces Nantais venus d'ailleurs » (Garnier, 2016). Mais ce sont surtout les associations qui ont été les premières à s'emparer du sujet sur le plan mémoriel puis patrimonial, notamment l'association Génériques qui en 1992 engage un partenariat avec la direction des Archives de France afin de réaliser un inventaire national des sources publiques et privées sur l'histoire des étrangers en France. Nombre d'entre elles mettent également en partage dans l'espace public des traces d'une histoire migratoire parfois ténues, souvent via des témoignages mis en ligne (Scopsi, 2009).

Bien évidemment, la notion même de traces à conserver via la patrimonialisation est ici « élastique » et ne renvoie à aucun critère qui se veut objectif, si ce n'est l'auto-définition par les personnes mobilisées, avec parfois l'appui d'acteurs institutionnels (Rautenberg, 2003 ; Tornatore, 2010; Givre & Renault, 2015). Dans l'agglomération lyonnaise, la mairie de Villeurbanne pilote ainsi l'ouverture en 2008 d'un centre culturel consacré à la mémoire de la ville et plus spécifiquement la « petite mémoire » comme l'appelle le maire, à savoir la mémoire ouvrière et immigrée (Chauliac & Venel, 2017). Synonyme parfois de « mémoire », cette approche « par le bas » du patrimoine permet d'englober aussi bien les témoignages, devenus « patrimoine immatériel », au même titre que la musique ou les contes, que les photos ou les objets mis en scène dans une exposition, ou encore les espaces urbains traversés lors de balades commentées.

Ces différentes actions formatent l'image d'une migration passée, à savoir une population arrivée de l'étranger qui, d'une part est restée sur place, devenant citoyenne et habitante d'un territoire, d'autre part, incarne une « intégration » réussie, via le travail en premier lieu. Elles ne nous disent souvent rien de celles et ceux dont le voyage s'est poursuivi ou bien qui n'ont pu bénéficier du développement économique en France. Ces dernières années pourtant, c'est à un type de migration marquée par la mobilité et la précarité, auquel nous sommes confrontés. Si la France a vu arriver ces dernières années plus de 200 000 étrangers hors Union européenne, la majorité ne s'installe pas durablement sur son territoire (en 2018 le solde migratoire est évalué à

+58 000 personnes, selon l'INED) Parmi les arrivants, 122 743 personnes ont demandé l'asile en France, un peu plus d'un tiers seulement (36%) des demandes a reçu un accueil favorable (données de l'OFPPA disponibles en ligne).

En réponse à ces différents constats, une recherche-action menée sur le quartier de l'agglomération lyonnaise dénommé « Carré de Soie » (entre Villeurbanne et Vaulx en Velin), revient sur les traces et l'absence de traces de la migration actuelle.

3.7.2 De la trace involontaire à la trace intentionnelle

La mise en place d'un centre d'accueil et d'orientation (CAO), destiné à accueillir provisoirement les migrants suite au démantèlement de la « jungle de Calais », sur le site-même d'un ancien foyer de jeunes ouvrières du textile a ravivé un ensemble de questions quant à la trace d'une présence étrangère dans le quartier.

Le secteur qui comprend le CAO, entre Villeurbanne et Vaulx-en-Velin, connaît actuellement un vaste projet de rénovation et construction urbaine pour devenir à la fois un quartier d'habitation et un nouveau pôle économique de la métropole. C'est un quartier marqué par l'industrie, notamment de la soie artificielle, une politique paternaliste en matière de logements qui a produit différentes cités et l'arrivée d'une main d'œuvre venue de différents pays d'Europe et du Maghreb (Duchêne & Morel-Journal, 2000). Si la principale usine de fabrication de soie artificielle (l'usine Tase, revendue à Rhône-Poulenc) a fermé ses portes en 1980 et les logements les plus modestes sont entrés dans le parc HLM de la ville, le quartier, resté en marge de la métropole, a continué à voir s'installer de nombreuses familles venues de l'étranger. Hier comme aujourd'hui on peut observer un habitat souvent précaire, parfois d'urgence, amené à durer faute d'autre logement disponible et qui s'insère dans les espaces déclassés, non investis par les acteurs économiques (Blanc, Chavanon & de Occhiano, 2017): cantonnements pendant la guerre de travailleurs venus des colonies, cité de transit pour les travailleurs venus du Maghreb dans les années 1950, bidonville rom, ensemble d'algécos pour l'hébergement d'urgence, caravanes... Ces constructions souvent en lien avec la migration sont, pour une part détruites ou menacées de destruction, pour une part, réintégrées dans des projets de rénovations urbaines. Du côté de l'Etat, comme des collectivités territoriales, seuls les éléments associés directement au patrimoine industriel de la fin du XIXème et du début du XXème siècle ont une valeur patrimoniale. La réflexion sur une éventuelle conservation d'une trace des migrations est quant à elle menée du côté associatif, en particulier par le centre culturel oecuménique de Villeurbanne (CCO) qui se présente comme un laboratoire d'innovation sociale et culturelle.

Les locaux qui accueillent actuellement les migrants n'échappent pas à la restructuration du quartier et sont promis à une importante rénovation, sinon destruction pour la partie la plus récente. Le CAO a en effet été installé dans une partie annexe de l'ancien « Maison de famille Jeanne d'Arc », construit en 1925 pour héberger les jeunes travailleuses de l'usine textile voisine, transformé en caserne en 1932, puis devenu un centre de sanitaires formation pour les futurs enseignants de 1946 à 2013.

Image 1. *Le Rize*



Le nouveau bâtiment a été pour partie transformé pour accueillir jusqu'à 145 migrants : les salles de classes sont devenues des chambres de deux à trois lits, le laboratoire a été transformé en cuisine et quelques algécos placés dans la cour intérieure font office de sanitaires.

Image 2. *Le centre d'accueil et d'orientation, Rue A. de Musset* (Note. fev 2017. Photo M Chauliac)



Le CAO dont la gestion a été confiée à Forum réfugiés - COSI devait à l'origine être un lieu d'accueil transitoire permettant aux migrants arrivés de Calais ou de Paris suite au démantèlement des camps d'effectuer les démarches de demande d'asile. Ouvert en décembre 2016, sa fermeture était annoncée pour juin 2017. Pour autant, la saturation des autres lieux d'accueil pour les migrants a obligé le CAO à se maintenir en dépit de conditions d'accueil précaires. Une partie des locaux a pour vocation à être réutilisée dans le cadre d'un projet social et culturel porté par un organisme HLM rattaché à la Métropole de Lyon (Est Métropole habitat) et le

centre culturel CCO. Aussi, en lien avec ce dernier, ma recherche s'est construite autour d'une enquête sur la présence des migrants nouvellement arrivés au CAO et leur inscription dans le quartier. Un des objectifs visés était de trouver un dispositif permettant de conserver une trace pérenne de leur passage, alors même que le CAO est voué à disparaître et le site à être profondément transformé. La disparition programmée (et régulièrement repoussée) du centre d'accueil cristallise au moins trois enjeux autour de la mémoire d'une migration marquée par la précarité :

- un enjeu lié au passé: la mise en visibilité à l'échelle d'un quartier d'une migration qui jusqu'ici n'a laissé que peu, voire pas de traces, notamment quand il s'agit de présences temporaires ou d'habitats précaires
- un enjeu présent : saisir et conserver une trace d'une migration actuelle qui se caractérise par la mobilité, mobilité souvent forcée du fait des multiples obstacles politiques et administratifs (fermeture des frontières, renvoi vers le pays où l'on a laissé ses empreintes dans le cadre des accords de Dublin, refus du droit d'asile...), mais aussi par une situation de migration qui s'étend parfois sur plusieurs années et qui en cela se distingue d'une migration « d'installation » liée au besoin demain d'oeuvre de la France jusqu'aux années 1980/90
- un enjeu futur qui consiste à déplacer la question migratoire du fait d'actualité au phénomène social qui mérite une attention particulière.

Pour répondre à ces enjeux, il m'a été nécessaire d'adopter une posture de recherche-action, autrement dit de construire une démarche de recherche qui aboutisse à un projet en lien avec la production (ou co-production) d'une trace diffusable et partageable et de passer de la notion de trace laissée involontairement, à la notion de trace intentionnelle. Le premier cas renvoie à l'empreinte matérielle, écrite ou cérébrale (Ricoeur, 2000, p. 539). Dans le second cas, il s'agit de penser en lien avec les acteurs du projet ce que l'on peut et désire conserver et transmettre au-delà du cercle des principaux intéressés, autrement dit de trouver un artefact susceptible de devenir cet élément de rappel d'un événement et peut-être faire aussi patrimoine, soit un objet d'histoire partagée. Cette volonté de laisser une « trace » physique, concrète de l'occupation d'un des sites du Carré de Soie par des demandeurs d'asile aujourd'hui, s'est imposée avec deux exigences: la première, consistait à associer les personnes au processus afin qu'ils puissent choisir ce qui fait sens pour eux, ce qu'ils désirent construire comme « reste » de leur passage. La deuxième était de trouver un support physique pérenne, qui survive à la disparition du CAO. C'est ainsi qu'a été conçu un dispositif scientifique et artistique, en partenariat avec Marcelo Valente, vidéaste et artiste multimédia, et Magali Rastello, designer, ainsi qu'avec deux stagiaires en Master 2 d'anthropologie Ludovica Bottiglieri et Alessandro Marinelli. Des éditions d'objets au format de disques vinyles, comportant à la fois une musique via une puce collée, et un visuel retravaillé de façon à créer une image animée, ont été créés par les deux artistes associés au projet. Sur un support cartonné, une photo choisie par chaque migrant participant était retravaillée et imprimée ; une musique associée. Le résultat est à lire avec un système de platine augmentée permettant à la fois de lire la puce et de donner à la photo une impression de mouvement.

3.7.3 Faire trace : une production artistique et scientifique

Les ateliers mis en place par les artistes au sein du CAO ont été conçus de façon à laisser une grande part de liberté aux hébergés qui passaient souvent par hasard et s'arrêtaient pour voir « ce qu'il se passait » ou rejoignaient un « ami » qui se trouvait déjà là. C'est également souvent grâce à une relation personnelle nouée en amont avec moi ou un étudiant que les personnes se déplaçaient. Installés dans ce qui faisait office de salon, les artistes arrivaient avec un ordinateur, retravaillaient et imprimaient directement l'image choisie puis la découpaient pour avoir un premier aperçu de ce que sera l'objet final. La musique transférée du téléphone portable sur l'ordinateur n'était adjointe au « disque » que dans un second temps et l'objet finalisé remis au destinataire un ou deux mois plus tard. Quelques éléments biographiques sont alors associés au disque. Toutefois au vue des réticences de participants à livrer un récit publié et à la difficulté de communication avec certains hébergés uniquement arabophones, cette partie demeure relativement réduite. Le disque donné au « témoin » présenté lors de différents événements pour vocation à être conservé dans la médiathèque du Rize qui lui confèrera un statut sinon de patrimoine, du moins de « témoignage » ou encore de « document » au sens où la trace, devenue publique et accessible s'inscrit dans un questionnement sur la présence d'un passé migratoire, peut être classée et critiquée (Ricoeur, 2000, p. 232). Au final, une quarantaine de disques ont pu être créés et 30 rendus publics. Certains hébergés n'ont pas souhaité que le disque soit diffusé, beaucoup sont venus mais n'ont pas voulu participer.

La recherche qui comporte ici clairement le registre de l'action en vue de produire une trace, un artefact-témoin ne signifie pas pour autant de renoncer à toute distanciation ou critique mais doit s'entendre comme une recherche impliquée ou « un transfert de connaissances dans le registre de l'action » (Fassin, 2000, p. 45). La place de l'anthropologue se définit ici en amont dans la manière de penser la trace et la migration, pendant en essayant d'apporter des éléments de contextualisation et de compléments sur les choix opérés de photos, de musique et des éléments biographiques, en aval : ce que nous disent les choix opérés des hébergés de la migration actuelle, mais aussi sur la façon éventuellement dont les objets étaient interprétés, réappropriés par les migrants.

Pour ce qui concerne le premier point, une réflexion a été menée avec les différents acteurs du projet en amont. Désireux de ne pas porter un regard sur les réfugiés, mais de co-construire une image avec eux, nous nous sommes tournés vers des choix de photos issus des téléphones portables. Il convient de faire une parenthèse sur le rôle joué par les téléphones portables pour les migrants aujourd'hui. Véritables « couteaux suisses », ils font office d'album souvenir (parfois recomposé grâce aux photos envoyés via les réseaux sociaux, suite à la perte ou au vol du téléphone), outil de médiation indispensable avec les proches laissés derrière soi ou nouvellement connus, GPS, traducteur, etc.

L'interprétation des choix opérés par les migrants a été construite à partir des données partagées par les artistes, mais aussi via des observations et des entretiens menés de façon plus ou moins formelle, parfois avec l'aide d'un interprète bénévole quand aucun langage commun n'était trouvé. Cette enquête a été complexe à mettre en oeuvre. Pour cela, il faut dire un mot du cadre institutionnel et administratif contraignant dans laquelle les hébergés se trouvaient. Demandeurs d'asile pour la plupart, ils se trouvaient dans l'obligation de constituer un récit cohérent et convaincant pour espérer voir leur demande aboutir, tout en appuyant sur les aspects les plus anxiogènes de leur histoire. Le récit sur soi des demandeurs d'asile est rendu complexe par la langue (la plupart ne parlaient pas français et une part ne maîtrisaient pas non plus l'anglais) mais aussi les références culturelles non partagées et enfin par une situation d'attente et d'incertitude

(Kobelinsky, 2010), rendue d'autant plus douloureuse par une cohabitation souvent difficile au sein d'un centre mal équipé qui paraissait régulièrement sur le point d'imploser. Les questions semblaient parfois piégées quand il s'agissait de se projeter dans le futur ou dans le passé. Beaucoup de malentendus ont pu persister quant à la compréhension même du projet. Certains craignaient qu'une photo associée à une musique et des éléments biographiques (même relus avec eux) pouvait nuire à leur dossier de demande d'asile ou avoir des répercussions négatives sur leur famille au pays. Par ailleurs, il a fallu clairement distinguer ce projet des rendez-vous administratifs et médicaux imposés et ne pas interférer avec la mise en récit exigée pour la demande d'asile.

3.7.4 Des traces iconographique et musicales

La population hébergée au CAO est composée majoritairement d'hommes seuls de 20 et 35 ans (un couple et quelques familles ont été accueillis durant les premiers mois après l'ouverture), de nationalités variée : Afghans, Soudanais, Albanais, Ethiopiens pour les groupes le plus importants au début de l'enquête. Environ 140 personnes ont résidé en permanence depuis l'ouverture du centre avec un turn over important, 41 ont sélectionné une image, majoritairement une photo et 34 une musique. Parmi eux, on compte 17 Soudanais et 14 Afghans, 3 Ethiopiens, un Burkinabé, un Sénégalais, un Sahraoui, deux Palestiniens d'une même famille et un couple d'Albanais. Les nationalités reflètent en partie les caractéristiques des migrants du CAO, elles témoignent aussi et avant tout de l'effet de groupe qui a amené les personnes à se rendre à l'atelier.

Image 3. Quelques photos imprimées et retravaillées pour un atelier Audioscope (Photo M. Chauliac)



Pour les photos, la majorité des choix se porte sur des selfies ou des portraits pris avec leur propre téléphone par des amis (34 sur les 43 disques produits). Jeunes hommes ou jeunes filles adoptent souvent des poses calquées sur des photos de star, comme cet Afghan montrant ses muscles dans une posture de culturiste. Certains demandent aux artistes de retravailler la photo

pour inscrire un message : les couleurs du drapeau de l'Afghanistan, des initiales, un coeur... La photo révèle des postures, des habitudes, ce que l'on pourrait appeler avec Joël Candau une « protomémoire » (Candau, 2005: 77), une mémoire incorporée.

Les lieux où sont prises les photos reflètent d'une part le lien avec le pays d'origine ou le lieu d'arrivée, notamment différents quartiers de Lyon qui nous parlent du rapport à la ville, des lieux fréquentés : centres commerciaux, gare où l'on trouve du wifi mais aussi où l'on peut s'asseoir à l'intérieur sans payer, lieux de rencontres associatifs... tel ce Burkinabé devant l'entrée éclairée d'un cinéma proche du CAO. Ce sont des photos prises dans le pays d'origine, comme cet Albanais attablé à un bar qui évoque son travail dans la restauration, de l'arrivée en Europe, comme ce comptable Soudanais en tee-shirt devant le port de Lampedusa que l'on pourrait presque confondre avec un touriste; plus généralement du voyage : chez un ami à Strasbourg, dans le métro de Milan, en Belgique, en Italie, en Autriche, mais aussi de façon plus surprenante en Libye... Mais ce sont surtout les relations sociales, les amis, les « sauveurs » qui jouent un rôle essentiel dans le choix des photos, que cette personne soit derrière l'appareil ou placée à côté de soi sur la photo. Ce sont aussi les photos des proches: enfants pour trois Soudanais, un petit frère (décédé) pour un Afghan. D'autres, plus rarement vont choisir une image sur Internet (parfois à cause de la perte du téléphone): photo de Paris la nuit, drapeaux de l'Algérie et du Sahara Occidental, image rappelant les paroles de paix du prophète Hussein pour cet Afghan de minorité hazara...

Pour partie mémoire, pour partie cliché reflétant un idéal de soi, l'image devient un objet esthétique, détourné pour s'adresser à tout public et témoigner de ce moment de transit pour des personnes amenées souvent à poursuivre leur voyage et dans tous les cas obligées de quitter ces lieux au bout de quelques mois. Au delà de l'influence que peut avoir le choix des premiers participants sur les suivants, la familiarité avec le portrait ou le selfie et la mise en scène de soi avec, parfois, une influence des photos de star dans les médias reflète la compréhension du projet : laisser une trace de soi.

Les choix musicaux reflètent tout autant la nostalgie du pays que l'ouverture sur la mondialisation et notamment l'influence du rap ou des stars américaines. Le plus souvent ce sont des chansons très populaires qui traversent les frontières : pop occidentale, musique d'un film de Bollywood, Raï... Les chanteurs ici reflètent le dépassement des frontières et une interculturalité qui n'est pas sans écho avec la situation des migrants. La plupart des choix sont liés à la possibilité de regarder et télécharger les musiques et les clips, ce sont donc des musiques qui appartiennent au marché mondial avant tout. L'influence de la télévision est ici notable (concours de chants, sitcom...). De façon plus marginale c'est la religion ou le folklore (balades afghanes), qui sont repris. Ce qui ne signifie pas pour autant l'absence de message politique, comme en témoigne un chant traditionnel des Monts Nuba d'une région du Soudan particulièrement touchée par la guerre.

Ces disques sont ici qualifiés de traces dans la mesure où ils sont pensés sur le moyen terme à destination d'un public plus large, projetés lors de manifestations publiques, relayés sur Internet mais aussi dans une collection à destination d'une médiathèque de Villeurbanne. Sans être un monument ou un lieu « authentique » qui ancre la migration dans la géographie d'une ville, ils sont pour la société d'accueil à la fois des oeuvres artistiques et des « objets-témoins », rendant compte, non pas d'une culture singulière comme on a pu le concevoir dans les musées des années 30 (Grognet, 2005), mais d'un moment singulier dans l'histoire d'un territoire et au-delà dans l'histoire des migrations. Chaque disque est une trace non pas seulement du passage au Carré de Soie d'un jeune migrant, mais aussi d'un lieu de passage où les migrants d'aujourd'hui mettent leurs pas dans ceux d'hier. C'est aussi la trace d'un nouveau type de migration comme en rendent compte le transfert d'images et de musiques via les téléphones portables. Pour les migrants enfin, c'est encore

un autre type de trace. Pour partie mémoire, pour partie cliché reflétant un idéal de soi, l'image devient un objet esthétique avec des objectifs variables. Pour certains, elle est destinée à être envoyée à un proche, pour d'autres elle relève plus de l'album de famille. Dans un détournement du projet initial, l'image imprimée ou le disque finalisé devient un souvenir personnel, qui vient parfois décorer une chambre rudimentaire. Au final, la reproduction et la taille réduite des objets permettent de multiples appropriations et fonctions, du souvenir personnel au document, de la création artistique au patrimoine. En cela, elles permettent de porter un nouveau regard sur les approches patrimoniales ou mémorielles de la migration.

Bibliografia / Bibliografía / Bibliographie / References

- Barbe, N., Chauliac M. (2014). Introduction. Dans Barbe, N. & Chauliac M. (dir.) *L'immigration aux frontières du patrimoine* (9-24). Paris : Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- Bertheleu, H. sous la dir. (2016). *Mémoires des migrations en France. Du patrimoine à la citoyenneté*. PUR.
- Blanc, F., Chavanon, O. & de Occhiano, J.-L. (2017). Des bidonvilles à la cité, dans *La fabrique des citadins* (65-87). Musée Urbain Tony Garnier.
- Bloch, M. (1974). *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*. Armand Colin.
- Bromberger C. (1996). Ethnologie, patrimoine, identités. Y a-t-il une spécificité de la situation française ? Dans D. Fabre (Dir) *L'Europe entre cultures et nations* (9-23). Éditions de la Maison des sciences de l'homme.
- Candau J. (2005). *Anthropologie de la mémoire*. Paris : Armand Colin, Collection Cursus Sociologie.
- Chauliac, M. & Venel, N. (2017). Patrimonialiser l'immigration via les témoignages : enjeux et embûches, *Communications*, 100(1), 105 -118.
- Chavanon, O. (1997). Où sont passés nos Villages nègres ? *Revue européenne des migrations internationales*, 13(1), 191-200.
- Dos Santos, I. (2017). Postures du chercheur dans les processus mémoriels et patrimoniaux des migrations. Réflexivité revisitée. *Communications*, 100(1), 57-71.
- Duchêne, F. & Morel Journel, C. (2000). Cités ouvrières et "banlieue" : la filiation oubliée, *Géocarrefour*, 75(2), 155-164.
- Fassin, D. (2000). L'anthropologie entre engagement et distanciation : essai de sociologie des recherches en sciences sociales sur le sida en Afrique, dans Charles Becker et al (éd.), *Vivre et penser le sida en Afrique* (41-66). Karthala & IRD ; Codesria (Hommes et sociétés).
- Garnier, J. (2016). Patrimoine des migrations et imaginaire territorial : la construction d'un grand récit intégrateur. L'exemple de l'exposition « Nantais venus d'ailleurs ». Dans H. Bertheleu (dir.), *Mémoires des migrations en France. Du Patrimoine à la citoyenneté*. (231-241). Presses Universitaires de Rennes.

- Givre, O. & Regnault, M. (dir.) (2015). *Patrimonialisations croisées*. Paris : PUL.
- Grognet, F. (2005). Objets de musée, n'avez-vous donc qu'une vie?, *Gradhiva*, 2, 49-63.
- Halbwachs, M. (1997). *La mémoire collective*. Albin Michel [1950].
- Heinich, N. (2009). *La Fabrique du patrimoine. De la cathédrale à la petite cuillère*. Paris : Éd. de la MSH.
- Kobelinsky, C. (2010). *L'Accueil des demandeurs d'asile. Une ethnographie de l'attente*. Paris : Éditions du Cygne.
- Piaton, L. (2009). Patrimoine des migrations et institution culturelle, *Ecarts didentité*, 115, 58-61.
- Rasse, P. (2012). Traces patrimoine, mémoire des cultures populaires. *Journal for Communication Studies*, 5, 2(10), 245-254.
- Rautenberg, M. (2003). *La rupture patrimoniale, À la croisée, Bernin*.
- Ricœur, P. (2000). *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris : Seuil.
- Scopsi, C. (2009). Les sites web diasporiques : un nouveau genre médiatique?, *tic&société* [En ligne], 3(1-2), mis en ligne le 12 décembre 2009, consulté le 29 août 2017. URL : <http://ticsociete.revues.org/640> DOI: 10.4000/ticetsociete.640
- Tornatore, J.-L. (2010). Les banquets de la mémoire à l'auberge du patrimoine. Dans J.-L. Tornatore, *L'invention de la Lorraine industrielle. Quêtes de reconnaissance, politiques de la mémoire* (5-62). Éditions Riveneuve.

Seção 4

Mobilizações políticas e socioculturais de migrantes

Movilizaciones políticas y socioculturales de migrantes

Mobilisations politiques et socioculturelles des migrants

Political and socio-cultural mobilizations of migrants

4.1 Inovação em políticas locais para imigrantes: a experiência do Centro de Referência e Atendimento a Imigrantes de São Paulo

Viviane Peña⁹⁶

Guilherme Otero⁹⁷

Resumo

A cidade de São Paulo, entre os anos de 2013 a 2016, passou por um período de várias inovações em políticas públicas em diferentes áreas, de mobilidade urbana à política de redução de danos. Entre essas estão políticas de integração social, econômica e política voltadas à população imigrante, uma área ainda muito concentrada na esfera federal brasileira, com escassas experiências municipais e estaduais. O presente artigo visa explorar essa experiência implementada pela Prefeitura paulistana, com foco em uma de suas políticas mais icônicas, o Centro de Referência e Atendimento à Imigrantes de São Paulo (CRAI-SP). Este artigo desenvolve a exposição realizada no VIII Fórum de Migrações, promovido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em dezembro de 2016. Seus autores trabalharam diretamente na formulação e implementação das políticas aqui apresentadas, tanto na Coordenação de Políticas para Migrantes, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo (CPMig/SMDHC), quanto no próprio CRAI. Os dados apresentados a seguir foram obtidos tanto dessa vivência quanto de relatórios e documentos disponibilizados ao público.

Palavras-Chave: Migrações internacionais; Políticas públicas; Políticas de integração; CRAI; São Paulo.

Innovación en políticas locales para inmigrantes: La experiencia del Centro de Referencia y Atención a Inmigrantes de São Paulo

Resumen

Entre los años de 2013 y 2016 la ciudad de São Paulo pasó por un periodo de varias innovaciones dentro de las políticas públicas, en áreas que van desde la movilidad urbana a la política de

⁹⁶ Pós-graduada em Gestão de Projetos Culturais, Celacc/ECA/USP. Coordenadora do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes do Município de São Paulo, radicada no Brasil desde 2007. Foi a primeira imigrante a coordenar o CRAI, entre setembro de 2016 e novembro de 2017. E-mail: vivimaiz@gmail.com

⁹⁷ Guilherme Otero é graduado em Relações Internacionais pela USP, mestre em Políticas Públicas pela UFABC. Foi coordenador adjunto de políticas para migrantes na Prefeitura de São Paulo e atualmente trabalha na Organização Internacional para as Migrações (OIM). E-mail: gapotero@gmail.com

reducción de daños. Entre estas se cuentan políticas de integración social, económica y política para la población inmigrante; un espacio todavía concentrado en la esfera federal brasileña y con escasas experiencias municipales y estatales. El presente artículo explora esta experiencia llevada a cabo por la alcaldía de Sao Paulo, enfocada en una de sus políticas más emblemáticas: el Centro de Referencia y Atención a Inmigrantes de Sao Paulo (CRAI-SP). Este escrito incorpora la exposición realizada en el VII Foro de Migraciones, promovido por la Universidad Federal de Rio de Janeiro (UFRJ) en diciembre de 2016. Sus autores trabajaron directamente en la formulación e implementación de las políticas aquí presentadas tanto en la Coordinación de Políticas para Migrantes de la Secretaría Municipal de Derechos Humanos y Ciudadanía de Sao Paulo (CPMig/SMDHC), como en el propio CRAI. Los datos presentados a continuación fueron obtenidos tanto de esta vivencia como de informes y documentos disponibles al público.

Palabras clave: Migraciones internacionales; Políticas públicas; Políticas de integración; CRAI; São Paulo.

L'innovation dans la politique locale des immigrants : l'expérience du centre de référence et d'assistance aux immigrés de São Paulo

Résumé

La ville de São Paulo, entre 2013 et 2016, a connu une période de plusieurs innovations dans les politiques publiques dans différents domaines, de la mobilité urbaine à la politique de réduction des dommages. Parmi celles-ci, il y a les politiques d'intégration sociale, économique et politique visant la population immigrée, domaine qui reste très concentré dans la sphère fédérale brésilienne, avec peu d'expériences au niveau des municipalités et des États. Cet article vise à explorer cette expérience mise en œuvre par la ville de São Paulo, en se concentrant sur l'une de ses politiques les plus emblématiques, le Centre de Référence et d'Assistance pour les Immigrants de São Paulo (CRAI-SP). Cet article développe l'exposition organisée lors du VIIIe Forum sur la migration promu par l'Université Fédérale de Rio de Janeiro (UFRJ) en décembre 2016. Ses auteurs ont directement travaillé à la formulation et à la mise en œuvre des politiques présentées ici, à la fois dans la Coordination des politiques pour les migrants du Secrétariat Municipal de Droits de l'homme et Citoyenneté de São Paulo (CPMig/SMDHC), ainsi que dans le CRAI. Les données présentées ci-dessous ont été obtenues à la fois à partir de cette expérience et à partir de rapports et de documents mis à la disposition du public.

Mots-clés : Migration internationale ; Politiques publiques ; Politiques d'intégration : CRAI ; São Paulo.

Innovation in local policies for immigrants: the experience of the Center of Reference and Assistance to Immigrants of São Paulo

Abstract

The city of São Paulo, between 2013 and 2016, underwent a period of several innovations in public policies in different areas, from urban mobility to harm reduction policy. Among these are social, economic and political integration policies aimed at the immigrant population, an area still very

concentrated in the Brazilian federal sphere, with few municipal and state experiences. This article aims to explore this experience implemented by the City of São Paulo, focusing on one of its most iconic policies, the Center of Reference and Assistance to Immigrants of São Paulo (CRAI-SP). This article develops the exhibition held at the VIII Migration Forum promoted by the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) in December 2016. Its authors worked directly in the formulation and implementation of the policies presented here, both in the Coordination of Policies for Migrants of the Municipal Secretariat Human Rights and Citizenship of São Paulo (CPMig / SMDHC), as well as in the CRAI itself. The data presented below were obtained both from this experience and from reports and documents made available to the public.

Keywords: International migration; Public policy; Integration policies; CRAI; São Paulo.

4.1.1 Introdução

A cidade de São Paulo, entre os anos de 2013 a 2016, passou por um período de várias inovações em políticas públicas em diferentes áreas, de mobilidade urbana à política de redução de danos. Entre estas estão políticas de integração social, econômica e política voltadas à população imigrante, uma área ainda muito concentrada na esfera federal brasileira, com escassas experiências municipais e estaduais. O presente artigo visa explorar esta experiência implementada pela Prefeitura paulistana, com foco em uma de suas políticas mais icônicas, o Centro de Referência e Atendimento à Imigrantes de São Paulo (CRAI-SP).

Este artigo desenvolve a exposição realizada no VIII Fórum de Migrações promovido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em dezembro de 2016. Seus autores trabalharam diretamente na formulação e implementação das políticas aqui apresentadas, tanto na Coordenação de Políticas para Migrantes da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo (CPMig/SMDHC), quanto no próprio CRAI. Os dados apresentados a seguir foram obtidos tanto desta vivência quanto de relatórios e documentos disponibilizados ao público.

Em primeiro lugar será feita uma introdução teórica sobre políticas locais de integração para imigrantes, destacando sua importância no debate atual sobre mobilidade humana. Em segundo lugar apresentaremos um breve histórico da constituição da CPMig, introduzindo o contexto no qual foram desenvolvidas as diversas políticas implementadas e o CRAI. Em seguida será apresentado o CRAI, suas origens, processo de formulação e funcionamento, com dados de atendimento e a evolução pelo qual o equipamento passou desde sua criação. Nas considerações finais buscaremos um balanço crítico sobre o equipamento, suas características distintivas de outros serviços públicos semelhantes e proposições para seu aprimoramento enquanto inovação em política municipal para imigrantes.

4.1.2 Políticas Locais de Migração: um novo paradigma no Brasil

A política migratória é legalmente competência do poder executivo federal, conforme o Art. 22, Incisos XIII e XV da Constituição Federal de 1988, padrão que se repete também em outros países. Isso se dá pelo fato da política migratória estar associada à nacionalidade, cidadania e proteção do território, ou seja, ligada à defesa e exercício da soberania nacional. Entretanto, movimentos sociais, agências internacionais e alguns governos nacionais e subnacionais têm advogado por um aumento no protagonismo das esferas locais de governo.

Juzwiak, McGregor e Siegel (2014) argumentam que governos locais têm capacidade de desenhar políticas públicas específicas para as necessidades de suas comunidades, em oposição às políticas nacionais padronizadas, além de proverem serviços que afetam diretamente a integração de pessoas migrantes e estarem melhor posicionados para articular atores privados e públicos de forma mais eficaz. Como resume Amrith “é na cidade que os direitos assumem expressão tangível na vida dos migrantes” (2015, p. 5, tradução própria). Ou seja, as políticas locais possuem um grande potencial de promoção de cidadania e garantia de direitos aos imigrantes, ainda que existam barreiras de acesso à “cidadania formal” no âmbito nacional (Tavares, 2015).

Vê-se que, enquanto governos nacionais detêm competências sobre regulamentação e controle da entrada e saída de migrantes, as políticas de integração recaem sobre governos estaduais e, principalmente, municipais, no caso brasileiro. Integração, neste artigo, é definida como um “processo pelo qual migrantes se tornam parte da sociedade, tanto como indivíduos quanto como grupos. Pode ser considerado como um processo bidirecional de adaptação mútua pelos migrantes e pela sociedade receptora. Integração engloba uma série de fatores, incluindo econômicos, jurídicos, culturais e religiosos” (OIM, 2008).

A partir de uma revisão da literatura e estudo de caso em cidades de diferentes países, Juzwiak, McGregor e Siegel (2014) apontam que as políticas de integração são direcionadas tanto a imigrantes quanto a refugiados, e são multidimensionais, podendo ser classificadas em cinco eixos: i) social: relacionado à recepção, educação, bem-estar e segurança; ii) cultural e religiosa: relacionado à promoção da coexistência e tolerância entre diferentes culturas; iii) econômica: relativo à empregabilidade e acesso ao mercado de trabalho; iv) legal: referente ao status migratório, promoção da cidadania e residência regular; e v) política: participação na vida política local, conselhos comunitários e setoriais etc.

Por fim, há também uma discussão sobre a estratégia mais eficaz das políticas de integração, se focalizadas (i.e. específicas para pessoas migrantes e suas necessidades, em separado do restante da população) ou universais (promovendo o amplo acesso aos serviços e bens públicos, sem discriminação contra imigrantes e refugiados). Se por um lado políticas focalizadas oferecem instrumentos específicos necessários à integração da população imigrante, por outro o tratamento especial e diferenciado pode ter um efeito contrário e aumentar a tensão entre grupos vulneráveis (Juzwiak, McGregor & Siegel, 2014). Além disso, Fauser (2008) fala no cuidado necessário em evitar a formação de guetos e a segregação da população imigrante quando se pensa em políticas públicas.

Sobre este debate, concordamos com Fauser quando esta argumenta que:

(...) los servicios especializados para grupos de inmigrantes sólo están previstos para casos particulares donde haya una necesidad explícita, tales como la primera atención o el idioma (...) Esta visión está relacionada con la necesidad de cambio y adaptación por parte de la Administración pública y sus instituciones con el fin de ser accesibles a todos los ciudadanos en igualdad de condiciones (2008, p. 137).

Semelhante perspectiva é apresentada pela Organização Internacional para as Migrações, para a qual “comprehensive strategies that address the needs of migrants as well as those of other disadvantaged groups can counter resentment on part of the host society and contribute to greater social cohesion” (OIM, 2008, p. 33).

Ainda que o debate sobre o papel dos governos locais na integração da população imigrante seja relativamente recente na literatura acadêmica, vários governos municipais e estaduais (ou distritais, provinciais etc) implementam há muitos anos políticas públicas nesta área. A cidade de Barcelona, por exemplo, possui um plano municipal de interculturalidade e um serviço de atendimento a imigrantes desde 1997 (Medina et al, 2009). Outras experiências encontradas são a de Lisboa, em Portugal, com um Conselho Municipal de Interculturalidade e Cidadania desde 1993; a *Mayor's Office of Immigrant Affairs* de Nova York, Estados Unidos, criada em 1993; ou a *Casa del Migrante* em Cuenca, Equador, criada em 2006.

Entretanto, o Brasil, apesar de sua longa história de imigração, não possuía políticas implementadas localmente até muito recentemente. Isso pode ser explicado, em parte, pela legislação migratória vigente até então, o Estatuto do Estrangeiro (Lei Federal nº 16.815/1980) - bastante centralizadora e carente da previsão de políticas de integração - só substituída em 2017 pela lei federal nº 13.445. Outro possível fator explicativo é a presença relativamente pequena de imigrantes em território nacional, ao redor de 1% da população nacional, que por sua vez não possuem direitos políticos como determinado no Artigo 14 da Constituição Federal de 1988. O que se tinha eram ações em nível estadual, voltadas principalmente ao combate ao tráfico de pessoas e trabalho escravo.

No nível municipal, a primeira iniciativa encontrada de política de migração e refúgio (não limitada pela agenda do tráfico de pessoas) é de Porto Alegre (RS). No ano 2000, a Prefeitura sancionou a lei cujo objetivo era firmar “convênios necessários ao recebimento de pessoas perseguidas pelo pensamento e refugiados”, além de “coordenar ações no sentido de garantir a assistência e a integração das pessoas acolhidas, perseguidas pelo pensamento” (Porto Alegre, Lei Municipal nº 8.593/2000). Entretanto, esta lei não ensejou a construção de políticas públicas permanentes na capital gaúcha, ou a criação de um órgão dedicado à temática. Outro exemplo foi a criação da Casa do Migrante na cidade de Foz do Iguaçu (PR), criada no ano de 2008. A Casa permanece em funcionamento até hoje, mas foi criada como serviço público direcionado a trabalhadores brasileiros e migrantes residentes na fronteira, e foi criada e mantida pelo Governo Federal por meio do Ministério do Trabalho. A inovação em administração pública municipal no Brasil veio de fato com a criação da Coordenação de Políticas para Migrantes de São Paulo, primeiro órgão do Poder Executivo Municipal criado em lei especificamente para tratar deste tema, com equipe técnica e orçamento dedicados.

4.1.2.1 CPMig: histórico e criação do CRAI-SP

A Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig) foi criada dentro da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) de São Paulo, pela lei municipal nº 15.764/2013, Art. 242. Em sua página oficial, a CPMig declara como objetivo “articular as políticas públicas migratórias no município de forma transversal, intersetorial e intersecretarial, uma proposta pioneira na cidade e no país”. Entre seus valores e princípios, elenca:

o reconhecimento da importância dos novos fluxos migratórios para a cidade de São Paulo e dos imigrantes como sujeitos de direitos; a promoção e a garantia de seus direitos fundamentais; a promoção da integração social e cultural mediante o intercâmbio de saberes entre as diferentes comunidades no espaço público; a não-criminalização daqueles

que migram e o respeito ao direito de mobilidade. (SMDHC. Coordenação de Políticas para Migrantes, São Paulo).

Sua criação é fruto de muitos anos de mobilização de associações de imigrantes, entidades confessionais de apoio, políticos locais e gestores públicos, que promoveram projetos pontuais em diferentes gestões da Prefeitura. Pode-se destacar, por exemplo, a criação da Praça Kantuta, hoje tradicional reduto boliviano, projetos de promoção de saúde do imigrante, como a “Rede Somos Hermanos” (Tavares, 2016), ou o Projeto de Lei 196/2007 que visava criar o “Conselho das Comunidades Estrangeiras” - aprovado na Câmara, mas não implementado pelo então Prefeito Gilberto Kassab (DEM). Foi só em 2012 que o então candidato Fernando Haddad (PT) incluiu demandas dos imigrantes em seu programa de governo, o que se traduziu na implementação da CPMig e seus projetos.

Entre os projetos implementados durante a primeira gestão da CPMig (2013 a 2016) e seus resultados, podemos destacar: a capacitação e sensibilização de mais de mil servidores públicos no atendimento a imigrantes, nas áreas de saúde, educação, assistência social e trabalho; promoção da inserção da população imigrante no sistema bancário, por meio de acordos com a Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil; valorização das festividades e da cultura das comunidades imigrantes, regularizando feiras gastronômicas, apoiando festas comemorativas e incluindo a tradicional Festa de Alasitas no calendário oficial do município; a realização da primeira Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes, com a participação de 695 pessoas de 28 nacionalidades; a inclusão de imigrantes nos Conselhos Participativos das 32 Subprefeituras da cidade; a criação dos quatro primeiros Centros de Acolhida especializados em atender imigrantes e refugiados do país, com 540 vagas; a sanção da primeira Política Municipal para a População Imigrante, instituída pela Lei Municipal 16.478/2016; e, por fim, a implementação do Centro de Referência e Atendimento a Imigrantes (SMDHC & OIT, 2016).

O contexto da formulação e implementação do CRAI é importante para compreender o desenho do equipamento. Desde a criação da CPMig houve diálogos e negociações com outras secretarias municipais pela criação de um Centro de Referência municipal que reunisse diversos serviços relevantes para população imigrante. Tais negociações avançaram lentamente, até que em 2014 um grande fluxo de imigrantes haitianos (e em menor número, senegaleses) começaram a chegar à cidade por meio de ônibus fretados a partir do estado do Acre. Sem espaço nos abrigos municipais, a maior parte destes imigrantes foi acolhido pela Igreja Nossa Senhora da Paz, no bairro do Glicério, até que a Prefeitura criou um abrigo emergencial. Este local chegou a atender mais de 2300 pessoas de 20 nacionalidade, em quase quatro meses de funcionamento, em condições bastante precárias (SMDHC, 2014). A situação gerou uma pressão sobre autoridades federais e municipais, que tomaram a decisão de criar um centro de referência e um de acolhida juntos, viabilizado por um convênio entre Ministério da Justiça, SMDHC e Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS).

Como serviço público inédito na administração municipal brasileira, não havia modelos ou normativas específicas para tomar como base na criação do CRAI-SP. As normativas existentes, municipais e federais, da área da assistência social (como Sistema Único de Assistência Social – SUAS) não previam atenção à população imigrante e suas especificidades. Na falta de tais referências, buscou-se inspiração nos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI) de Portugal, adaptando o serviço ao contexto migratório emergencial trazido pelos haitianos (ou seja, procurava dar uma resposta rápida a estes imigrantes), sem esquecer que havia uma grande demanda anterior e antiga de outros imigrantes (em especial solicitantes de refúgio) que chegavam

à cidade sem moradia certa, sendo obrigados a pernoitarem nas ruas, em centros de acolhida para população em situação de rua, cortiços, entre outros.

Neste ponto havia consenso dentro da sociedade civil, finalmente adotado pela burocracia municipal, de que acolher imigrantes recém-chegados e refugiados nos mesmos equipamentos que brasileiros em situação de rua não era o modelo ideal. Esta convivência gerava conflitos de ordem cultural e religiosa, e os deixava vulneráveis, uma vez que vários chegavam ao Brasil portando eletrônicos, dinheiro e outros bens de alto valor, ocasionando muitos furtos. Ademais, as equipes da assistência social não estavam capacitadas a atender imigrantes e suas demandas específicas. Para citar algumas das reclamações mais frequentes: falta de conhecimento sobre legislação migratória e vias de regularização documental; desconhecimento dos idiomas mais falados pelos imigrantes, como espanhol, inglês, francês e, no caso, crioulo haitiano; desconhecimento sobre como encaminhar corretamente casos de tráfico internacional de pessoas; falta de treinamento para lidar com conflitos religiosos. Enfim, ficava prejudicada a atenção básica aos imigrantes recém-chegados, e portanto sua integração socioeconômica efetiva na sociedade Brasileira. Ademais, muitas pessoas em situação de rua sentiam-se preteridas, pois estariam perdendo os já escassos leitos disponíveis na rede socioassistencial pública.

Dada esta falta de experiência e normativas dentro da SMADS para atender imigrantes, optou-se por implantar o centro de acolhida no mesmo imóvel do centro de referência, ou seja, dois serviços em um só local, de forma que ambos se apoiassem mutuamente. Cada qual seria gerido por um convênio específico, com SMADS e SMDHC respectivamente, e ambos receberiam aporte de recursos da Secretaria Nacional de Justiça, através de um convênio com transferência voluntária de recursos⁹⁸.

O conceito, objetivos e desenho originais do CRAI-SP podem ser observados no termo de referência deste convênio. Seu objetivo geral era implementar uma “estrutura que reunirá os serviços de acolhida, formação e orientação especializada para os imigrantes em trânsito ou moradores, visando garantir que dificuldades específicas na chegada ao Brasil e sua inserção e integração social e cultural sejam minimizadas” (Termo de Referência CRAI, 2014).

Com relação aos seus objetivos específicos estão previstos no termo de referência original: i) apoio psicológico, ii) assistência social, iii) centro de acolhida para até 200 pessoas por um período de 3 meses, iv) curso de língua portuguesa e v) orientação jurídica. Cabe destacar que o “público alvo” do serviço é tanto de imigrantes em trânsito quanto residentes, independente de status migratório ou amparo legal (se solicitante de refúgio, refugiado, apátrida, imigrante laboral etc).

4.1.2.2 CRAI-SP: metodologia de trabalho e dados

O CRAI⁹⁹ é um equipamento público municipal cujo objetivo principal é promover o acesso a direitos, integração social, produtiva, e cultural das pessoas migrantes no município de São Paulo através da perspectiva dos direitos humanos. Neste sentido, o serviço oferece,

⁹⁸ Convênio Federal nº 806422/2014, que previa repasse de R\$1.200.000,00, com contrapartida de R\$96.000,00 da SMDHC, destinados principalmente para estruturação física do CRAI-SP.

⁹⁹ Neste capítulo tratamos especificamente do serviço de referência, conveniado com SMDHC.

gratuitamente, orientações gerais em atendimento de portas abertas, bem como atenção especializada jurídica (em parceria com a Defensoria Pública da União) e de assistência social. O serviço do CRAI é gratuito e aberto a imigrantes de todas as nacionalidades, independente do amparo legal para sua permanência no país. Os dados sobre seus atendimentos são compilados e sistematizados para servir de base na formulação de políticas públicas da Prefeitura.

Um de seus diferenciais é o atendimento realizado por imigrantes de diversas nacionalidades, com conhecimento, experiência e vivência pessoal dentro da temática migratória, o que humaniza o atendimento e possibilita a representatividade ativa dos imigrantes nos assuntos que dizem respeito a eles. Além disso o atendimento é realizado em português, inglês, espanhol, francês, árabe, quechua e lingala, o que aproxima culturalmente os atendentes do público beneficiário e facilita o levantamento de demandas eficiente, promovendo um ambiente seguro.

Cabe ressaltar que a escolha dos idiomas do atendimento se deu não somente pelas capacidades individuais de cada atendente, mas também pelas necessidades de público - o que justifica, por exemplo, a falta do crioulo haitiano: a partir de 2016 o número de haitianos atendidos decresceu sensivelmente, ocasionando uma reorganização da equipe de atendentes. Em contrapartida, aumentou o número de falantes de árabe no serviço, catalisado pela contratação de uma atendente síria/palestina. O serviço, portanto, é flexível o suficiente para se adaptar à dinâmica migratória local

Outra adaptação posterior do CRAI foram os atendimentos itinerantes. Realizados de acordo com as demandas comunitárias em cada território, identificadas pela equipe ou trazidas pelo poder público. Tais atendimentos consistem em visitas domiciliares e mutirões de entrevista social e socialização de informações sobre direitos com famílias; apoio a resgatados de trabalho em condições análogas à escravidão; ações emergenciais referentes à chegada de grandes grupos populacionais imigrantes; ações emergenciais que envolvam público em situação de risco extremo ou acidentes; e atendimento de casos em equipamentos da rede pública, comunidades, ou territórios frequentados por imigrantes.

Ainda outra importante linha de atuação da equipe é a promoção de oficinas, seminários ou palestras para capacitação e sensibilização de servidores públicos, principalmente dos serviços municipais, além de coletivos e associações de migrantes, pesquisadores e público geral. As principais temáticas trabalhadas se referem à mobilidade humana; à promoção do entendimento de imigrantes como sujeitos de direitos; à garantia da universalidade e acesso a direitos desta população; ao combate à xenofobia e à discriminação; o reconhecimento das oportunidades que a diversidade cultural permite.

Por fim, para ilustrar o perfil do público atendido, é interessante fornecer alguns dados sobre o atendimento (SMDHC, 2016). De agosto de 2014 a dezembro de 2016 foram atendidos mais de 6400 imigrantes no serviço de referência, de 85 nacionalidades distintas - sendo os cinco primeiros países de origem Angola, República Democrática do Congo, Haiti, Nigéria e Bolívia. 73% dos atendidos são do sexo masculino, e 80% se autodeclararam pretos ou pardos. Com relação à condição migratória, 51% são solicitantes de refúgio, 15% já possuem o RNE Permanente, 12% o Temporário, e outros 12% estão indocumentados por razões diversas.

A principal demanda que o público busca no CRAI é a regularização migratória (46%), seguida por vaga em centros de acolhida (24%). Moradia estável é inclusive um grande desafio na cidade, em especial para os imigrantes: 24% dos atendidos vivem em centros de acolhida, e 15% estão em situação de rua. Outro dado de destaque é o nível de escolaridade: 50% possuem ensino

médio completo, 22% terminaram a graduação e 10% não concluíram o equivalente ao ensino médio brasileiro.

4.1.3 Considerações Finais

Este artigo procurou apresentar a política municipal para imigrantes do município de São Paulo, com foco em uma de suas principais ações, o Centro de Referência e Atendimento a Imigrantes (CRAI). Para isso apresentou alguns conceitos sobre políticas locais de integração, e o contexto dentro do qual a capital paulista foi pioneira em implementar políticas direcionadas a esta população, campo ainda pouco desenvolvido no Brasil.

A exposição permite dizer que a Prefeitura de São Paulo formulou e implementou políticas de integração de migrantes dentro dos cinco eixos elencados por Juzwiak, McGregor e Siegel (2014), com menos ênfase no eixo legal, uma vez que as funções de regularização migratória e reconhecimento da cidadania formal estão concentradas na Polícia Federal e outros órgãos externos ao Executivo Municipal.

O CRAI foi construído como política focalizada - ou seja, especializada e direcionada às pessoas migrantes - a partir da avaliação de que outros serviços municipais não estavam capacitados para atender suas necessidades. Seu enfoque é no primeiro atendimento e integração social de imigrantes e refugiados, com ações também na integração econômica e cultural. Realizadas as orientações básicas, a equipe encaminha a pessoa migrante para os serviços públicos de saúde, educação, assistência, trabalho, justiça, segurança e outros, já dentro do modelo universalista brasileiro, compreendendo que todos os cidadãos têm direito a acessá-los, conforme do disposto no Art. 5º da Constituição Federal.

Um dos principais diferenciais do CRAI é sua equipe multidisciplinar e multicultural, formada por imigrantes de diferentes nacionalidades e brasileiros. Esta estratégia foi implementada desde o início e melhorada aos poucos, conforme as variações da demanda do público. O aumento gradual no número de atendimentos indica a importância do serviço, ainda que haja várias organizações que atendem imigrantes e refugiados em São Paulo.

Em uma avaliação preliminar, o CRAI pode ser aprimorado de diversas formas visando beneficiar a população migrante e apoiar a administração municipal. É preciso uma equipe maior, que possa contemplar ainda outras culturas e idiomas (como, por exemplo, a comunidade chinesa, bastante numerosa na cidade), e uma integração mais próxima com organizações da sociedade civil que atendem migrantes, formando uma rede de proteção articulada e capilarizada. Outra recomendação é ampliar o escopo territorial, seja por meio de unidades móveis ou fixas em bairros periféricos de São Paulo, onde se identifica grande presença de imigrantes. Enfim, esta política seria fortalecida com integração aos sistemas federais relevantes aos migrantes, como da Polícia Federal, do CONARE ou do Ministério do Trabalho.

Considerando que os fluxos migratórios se tornarão cada vez mais presentes na realidade brasileira, o que impacta diretamente as cidades, é necessário que Prefeitura sejam ativamente sobre a integração de migrantes, em parceria entre si e com a sociedade civil. A experiência paulistana não deve ser replicada mecanicamente em outros municípios, dadas as particularidades da cidade, mas pode sim ser uma referência e base para construção de novas e melhores políticas públicas.

Bibliografia / Bibliografía / Bibliographie / References

- Amrith, M. (2015). Pathways to urban citizenship for low-income migrants in São Paulo. *Citizenship Studies Journal*. Detroit (EUA), 19, 649-663.
- Brasil. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988.
- Fausser, M. (2008). Autoridades locais e integración política en ciudades de nueva inmigración: Los casos de Madrid y Barcelona. In: Zapata-Barrero, R; Pinyol, G. (Eds.) *Actores y redes de actores en los procesos de inmigración en España y en Europa* (131–148). Fundació CIDOB.
- Fernández, G. *Guía para el desarrollo y fortalecimiento de habilidades en comunicación intercultural*. Organización Internacional para las Migraciones (OIM). Oficina País para Argentina http://argentina.iom.int/co/sites/default/files/publicaciones/OIM_com.intercultural_DIGITAL.pdf. Acessado em: 25.03.2017.
- Freitas, P. T. (2016) Cidadania Local. Revista E-Sesc, São Paulo, p. 44 – 45. Disponível em: www.sescsp.org.br/online/artigo/9732_NOVAS+MIGRACOES. Acessado em: 25.03.2017.
- Juzwiak, T., Mcgregor, E. & Siegel, M. (2014). *Migrant and Refugee Integration in Global Cities: the role of cities and businesses*. Maastricht (Países Baixos), Maastricht Economic and Social Research Institute on Innovation and Technology (UNU-MERIT); Maastricht Graduate School of Governance (MGSOG).
- Porto Alegre (RS), *Lei Municipal no 8.593*, de 1o de setembro de 2000.
- São Paulo (SP), *Lei Municipal no 16.478*, de 8 de julho de 2016.
- São Paulo (SP), *Decreto Municipal no 57.533*, de 15 de dezembro de 2016.
- SMDHC (Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo). Homepage da Coordenação de Políticas para Migrantes (MPMig). São Paulo. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/migrantes/coordenacao/index.php?p=156223. Acessado em: 30.03.2017.
- SMDHC (Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo). (2014). *Abrigo Emergencial PMSP – Relatório Final*. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Relatori20Final%20Abrigo%20Emergencial.pdf. Acessado em: 30.03.2017.
- São Paulo, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC); Organização Internacional do Trabalho (OIT). (2016). *Coordenação de Políticas para Migrantes da Cidade de São Paulo*. Disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/folder%20CPMIg%20-%20PT.pdf. Acessado em: 11.05.2017

São Paulo, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC). (2015). *Relatório Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes. Relatório Anual 2014-2015*. Disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Relatorio%20Anual%20CRAI.pdf. Acessado em: 15.05.2018

4.2 A luta por reconhecimento na mobilização política de migrantes a partir dos casos Zulmira Cardoso e Brayan Capcha¹⁰⁰

Augusto Veloso Leão¹⁰¹

Resumo

Este artigo discute a questão dos direitos humanos dos imigrantes, propondo uma reflexão sobre as mobilizações sociais desse grupo em busca de reconhecimento legal e de estima social. Utilizamos como objeto empírico os protestos ocorridos em 2012 e 2013, depois da morte de dois imigrantes vítimas de violência urbana em São Paulo, Zulmira Cardoso e Brayan Capcha. Naquele momento, a Lei de Migração brasileira (Lei nº 6.815/1980) proibia aos migrantes qualquer atividade de natureza política. Por esse motivo, manifestações como as observadas nesses casos eram raras e, em sua maioria, organizadas por entidades de brasileiros que defendem os direitos dos imigrantes. O artigo procura estabelecer uma ponte entre o formato dessas mobilizações, a ausência de direitos políticos dos imigrantes e a situação da estima social dessa subpopulação. Com base nesses elementos, ensaiamos uma análise do impacto dessas mobilizações para o processo de integração desse grupo social, e os efeitos do reconhecimento de direitos e da construção de uma estima social positiva para imigrantes nesse processo de integração, observando elementos da Lei de Migração atual (Lei nº 13.445/2017).

Palavras-chave: Migração internacional; Direitos humanos; Teoria do reconhecimento; Integração de migrantes; Políticas públicas.

La lucha por el reconocimiento en la movilización política de migrantes a partir de los casos Zulmira Cardoso y Brayan Capcha

Resumen

Este trabajo discute el tema de los derechos humanos de los migrantes, desarrollando una reflexión sobre la movilización social de este colectivo en busca de reconocimiento legal y estima social. El documento analiza la movilización tras los casos de dos víctimas de violencia urbana en 2012 y

100 Uma versão anterior deste texto foi publicada na Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 31, nº 91, 2016, sob o título “Mobilização política e integração de migrantes no Brasil: os casos Zulmira Cardoso e Brayan Capcha” em coautoria com Peter Demant (disponível em: <http://dx.doi.org/10.17666/319102/2016>). A presente versão atualiza algumas discussões a partir da aprovação da Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) e apresenta um refinamento dos achados relacionados à teoria do reconhecimento. Agradeço às contribuições dos pareceristas anônimos do Fórum de Migrações. Esta pesquisa foi apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pelo processo 13/20518-4 e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), através do Programa Nacional de Pós-Doutorado.

101 Pesquisador de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). E-mail: augustovl@usp.br

2013 en São Paulo, Zulmira Cardoso y Brayan Capcha. En ese momento, la Ley de Migración de Brasil (Lei n° 6.815/1980) no permitía ninguna actividad política de los migrantes. Por esta razón, las protestas como las observadas eran raras y, por lo general, organizadas por instituciones lideradas por brasileños que trabajan por los derechos de los migrantes. Este trabajo pretende mostrar las conexiones entre el formato de estas movilizaciones, la falta de derechos políticos de los migrantes y la estima social atribuida a este colectivo. También proporciona un análisis de cómo las protestas pueden afectar el proceso de integración de los migrantes y los efectos del reconocimiento legal y una estima social positiva en este proceso, a la luz de la actual Ley de Migración en Brasil (Lei n° 13.445/2017).

Palabras clave: Migración internacional; Derechos humanos; Teoría del reconocimiento; Integración de migrantes; Políticas públicas.

La lutte pour la reconnaissance dans la mobilisation politique des migrants depuis les affaires Zulmira Cardoso et Brayan Capcha

Résumé

Ce travail aborde la question des droits fondamentaux des immigrants en proposant une réflexion sur leurs mobilisations sociales en quête de reconnaissance juridique et d'estime sociale. Le document analyse les manifestations d'immigrants qui ont eu lieu entre 2012 et 2013 suites à la mort de Zulmira Cardoso et de Brayan Capcha, immigrants victimes de la violence urbaine à São Paulo. La loi d'immigration brésilienne à ce moment-là (numéro 6.815/1980), interdisait aux migrants toute activité de nature politique, et par conséquent, ce genre de manifestations était rare et, en général, organisé par des organisations brésiliennes qui défendent les droits des immigrants. Ce travail propose de montrer les liens entre le format de ces mobilisations, l'absence de droits politiques aux immigrants et la situation d'estime sociale des immigrants face à la société brésilienne. En nous appuyant sur ces informations, nous proposons une analyse de l'impact de ces mobilisations d'immigrants pour le processus d'intégration de ce groupe social et les effets de la reconnaissance des droits et de la construction d'une estime sociale positive des immigrants dans ce processus d'intégration, conformément à la nouvelle Loi des Migrations (numéro 13.445/2017).

Mots-clés : Migration internationale ; Droits fondamentaux ; Théorie de la reconnaissance ; Intégration d'immigrants ; Politiques publiques.

The struggle for recognition in the political mobilization of migrants from the Zulmira Cardoso and Brayan Capcha cases

Abstract

This paper discusses the issue of migrants' human rights, developing a reflection about the social mobilization of this subpopulation in search for legal recognition and social esteem. It analyses the mobilization following the cases of two victims of urban violence in 2012 and 2013 in São Paulo, Zulmira Cardoso and Brayan Capcha. In that moment, the Brazilian Migration Law (Lei n° 6.815/1980) didn't allow for any political activities by migrants. For this reason, protests like the ones observed were rare and, usually, organised by institutions led by Brazilians working with

migrants' rights. This work aims to show the connections between the format of these mobilisations, the lack of political rights of migrants and the social esteem ascribed to this subpopulation. It also provides an analysis of how protests can impact the integration process of migrants and of the effects of legal recognition and a positive social esteem in this process, in light of the current Migration Law in Brazil (Lei nº 13.445/2017).

Keywords: International migration; Human rights; Recognition theory; Migrant integration; Public policy.

4.2.1 Introdução

Um elemento crucial para a teoria do reconhecimento de Axel Honneth (1996, 2003) é a possibilidade da transformação de uma situação de desrespeito em uma situação que busque o reconhecimento de uma necessidade individual (esfera do amor), de um direito (esfera do reconhecimento legal) ou do valor de um grupo social (esfera da estima social) como forma de ampliar a autonomia dos indivíduos. Essa luta por reconhecimento estará focada em provocar mudanças políticas e sociais que melhorem as relações sociais de indivíduos e de grupos marginalizados e promovam a solução de suas demandas na esfera pública e política.

Para tanto, mobilizações sociais para a reivindicação de direitos ou de contestação aos governos são as estratégias comumente escolhidas nos sistemas políticos contemporâneos – seja em democracias, seja em regimes fechados. Grupos organizam eventos contenciosos e/ou violentos para chamar a atenção de governantes para determinadas questões. Entre os exemplos recentes, podemos citar as mobilizações da Primavera Árabe, no norte da África e no Oriente Médio, as manifestações em decorrência da morte de Michael Brown, em Ferguson, nos Estados Unidos, e também as manifestações de caráter político e social entre 2013 e 2015 no Brasil. Para Doug McAdam, Sidney Tarrow e Charles Tilly (2001, p. 5), por exemplo, o conceito de *política contenciosa* envolve as interações episódicas, públicas e coletivas em que grupos apresentam suas demandas a governos e entram em uma *disputa* para fazer avançarem seus interesses. Mesmo partindo de outro referencial, com foco nos relacionamentos sociais e na questão da identidade dos movimentos sociais, Alberto Melucci (1989, p. 57) também enfatiza que os movimentos sociais são ações coletivas baseadas em solidariedade que desenvolvem um *conflito que desafia os limites do sistema*. O conflito também é central para Honneth, que defende, inspirado em Georg Hegel e Herbert Mead, que a identidade do indivíduo é construída por um processo intersubjetivo de reconhecimento. Negar elementos da identidade de alguém é, para Honneth, a origem dos conflitos sociais (Honneth, 1996), e é através do conflito que se cria a consciência do dano e se estabelecem as *bases para mudar uma situação de falta de reconhecimento*. Jessé Souza (2000, p. 136), apoiando-se na teoria do reconhecimento, indica ainda que o conflito significa o momento positivo de *formação e desenvolvimento do processo social*.

Apesar de central para movimentos sociais e sociedades contemporâneas, o elemento do confronto político e do conflito nas mobilizações sociais de migrantes apresenta um tipo de tensão extra, pelo fato de eles terem seus direitos políticos restritos na maioria dos países. Atualmente, a mobilização política de migrantes acontece em um ambiente controverso, em que a limitação dos direitos políticos convive com o reconhecimento não formalizado do direito dos indivíduos de apresentarem suas demandas. No Brasil, especialmente após a aprovação da Lei de Migração, em

2017 (Lei nº 13.445/2017), e em outras democracias, a situação dos migrantes é muito melhor do que em diversos outros lugares, onde seus direitos são ainda mais limitados, mas ainda assim existem tensões que emergem a partir da falta de reconhecimento dos grupos imigrantes e da discussão sobre seus direitos políticos.

A Lei de Migração que vigorou no Brasil entre 1980 e 2017 (Lei nº 6.815/1980), em seu artigo 107, proibia aos estrangeiros qualquer atividade de natureza política. Manifestações desse grupo social foram, em decorrência disso, raras e, em sua maioria, organizadas por entidades de brasileiros que defendem os direitos dos migrantes. A atual Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) suprimiu essa proibição – que, efetivamente, estava em contradição com os preceitos da Constituição de 1988 – e confirmou a liberdade de expressão para imigrantes, entre outros direitos equivalentes aos dos brasileiros. Seguindo a tendência mundial, a Lei nº 13.445 não estabeleceu para os imigrantes o direito de voto e o de ser eleito. No Brasil, o direito de voto e o de ser eleito são garantidos aos nacionais, aos cidadãos naturalizados e aos cidadãos portugueses, nos termos estabelecidos no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, entre Brasil e Portugal, assinado em 2000 (Decreto nº 3.927/2001). Assim como no Brasil, migrantes em diversos países têm direitos econômicos, sociais e culturais garantidos em lei, mas pouco ou nenhum acesso a direitos políticos. Tal situação de falta de direitos políticos é potencialmente problemática para a integração social de migrantes se acompanharmos o argumento de Rossana Reis (2004): somente com direitos políticos um indivíduo pode efetivamente participar de uma comunidade e exercer sua cidadania; portanto migrantes não podem ser considerados parte da sociedade de acolhida até que se naturalizem no país hospedeiro. Carolina Moulin (2011, p. 146) também identifica nos migrantes econômicos e nos refugiados (assim como nas populações indígenas marginalizadas) um grupo em expansão de “humanos sem direitos”, desprotegidos por se encontrarem fora do marco de proteção da cidadania.

Este artigo propõe um estudo de dois casos de mobilização de migrantes em São Paulo e procura analisar a forma como essas mobilizações se organizaram, assim como a tensão criada dentro dos movimentos pela ausência de reconhecimento dos direitos políticos dos migrantes. Com base nessas informações, ensaiamos uma análise do impacto das mobilizações de migrantes para o processo de integração desse grupo social e questionamos a importância da existência de oportunidades de participação política para uma integração bem-sucedida dos migrantes, aliada ao adequado reconhecimento de sua estima social. Os dois casos analisados aqui compreendem protestos ocorridos em 2012 e 2013 depois da morte de dois migrantes, vítimas de violência urbana em São Paulo: Zulmira Cardoso e Brayan Capcha.

Compreendemos integração de migrantes como a extensão em que os direitos humanos dos migrantes e os deveres que derivam desses direitos são organizados para a efetiva realização da liberdade, segurança, proteção da lei, igualdade perante o sistema judicial, liberdade de expressão, assembleia e associação, direito a família, propriedade, trabalho, saúde, educação e cultura dos migrantes, como expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em 1948 (Penninx, 2005).

Este artigo inicia-se com uma breve contextualização do debate corrente sobre migração e direitos humanos. A segunda seção apresenta os dois casos e os analisa a partir de duas perspectivas: a) como movimentos sociais, observando o período anterior à mobilização, passando pelo momento de ativismo e acompanhando a trajetória dos movimentos após os atos, especialmente refletindo sobre as pontes entre o formato dessas mobilizações, a ausência de direitos políticos dos migrantes e sua situação perante a sociedade hospedeira; e b) como parte de uma luta por reconhecimento, enfocando os momentos em que os concernidos procuram

construir o dano como coletivo e intersubjetivo, transformam o sofrimento em uma luta por direitos e estima social, e fazem propostas de uma nova ética moral para a sociedade. A terceira seção, por sua vez, discute as implicações das duas mobilizações e seus efeitos na integração das populações imigrantes, analisando os sentimentos de injustiça social que podem ser causados pela falta de reconhecimento legal e de estima social dos migrantes. Por fim, analisando o impacto dessas mobilizações para o processo de integração desse grupo social, apresentamos um debate que interliga uma integração bem-sucedida das populações migrantes e o reconhecimento integral de seus direitos humanos, assim como a construção de uma estima social positiva para eles.

4.2.2 Migração e direitos humanos

Como apontado por Gary Freeman (2004), o desenvolvimento dos direitos atualmente garantidos aos migrantes se deu em um sentido diferente daquele observado por Thomas Marshall, em “Citizenship and social class” (2009), para os cidadãos nacionais ingleses. Cronologicamente, os migrantes tiveram acesso a direitos sociais e econômicos primeiro, especialmente aqueles relacionados com um contrato de trabalho válido. Somente mais tarde começaram movimentos em alguns países hospedeiros a fim de lhes garantir as liberdades civis (como o acesso à justiça e o direito à propriedade), à semelhança dos direitos que já eram compreendidos como fundamentais para os cidadãos nacionais.

De modo análogo ao que ocorreu com os cidadãos ingleses, Freeman (2004, p. 956) argumenta que os direitos sociais e econômicos foram garantidos aos migrantes principalmente por meio de ações judiciais, uma vez que há uma tendência no meio jurídico em garantir direitos iguais para todos e menos pressão da opinião pública e eleitoral. Por outro lado, o autor pondera que os direitos políticos dependem de mudanças constitucionais, que necessitam de maior debate público e em relação às quais os migrantes não têm poder político para demandar. Por conta disso, são poucos os direitos políticos estendidos aos migrantes quando comparados aos direitos econômicos e sociais que lhes são garantidos, mas há algumas iniciativas no sentido de ampliar esse conjunto de direitos. Nos países da União Europeia, por exemplo, cidadãos de outros países-membros podem votar em eleições municipais onde residem, independentemente de sua nacionalidade. Outros blocos regionais, como o Mercosul e o Nafta, debatem essa questão dos direitos políticos dos cidadãos de outros países-membros de forma incipiente. Alguns países, como Suécia, Chile e Nova Zelândia, também estendem certos direitos de voto para migrantes residentes.

No contexto político internacional, os movimentos políticos de migrantes contabilizam avanços e retrocessos discursivos e práticos. É notório como o discurso dos direitos humanos, incluindo os dos migrantes, desenvolveu-se mais rapidamente do que as propostas políticas para superar as dificuldades vividas por grupos migrantes e sociedades de acolhida. Reis (2006, pp. 40-41) discute que as assimetrias de poder e as lacunas democráticas da política internacional têm minado o potencial transformador dos direitos humanos. A dificuldade de coordenação política e as reações emocionais ao drama vivido por refugiados e migrantes no Mediterrâneo e no Leste Europeu entre 2015 e 2016, ou por migrantes e suas famílias nos Estados Unidos, em 2017, são

um dos exemplos mais visíveis dessa situação. No Brasil, o mesmo pode ser percebido com relação aos imigrantes venezuelanos que chegam a Roraima.¹⁰²

No campo prático, desde os anos 1990, o movimento dos *sans-papiers*, na França, procura marcar a existência dos migrantes indocumentados e expor a situação de desrespeito e injustiça que sua invisibilidade exacerbava (Sans-Papiers, 1997), mostrando uma ligação forte entre o reconhecimento legal e o social para a efetivação dos direitos. Thomas Nail (2015, p. 109) argumenta que os *sans-papiers* são uma referência teórica e prática importante para os movimentos de migrantes sem direitos políticos atuais, por buscarem a autonomia dos movimentos políticos *de* migrantes. Porém, as mudanças efetivas são ainda tímidas, e as organizações atuais têm de diversificar cada vez mais seu campo e suas formas de atuação. Em São Paulo, o Grupo de Refugiados e Imigrantes Sem-Teto (GRIST), criado em 2014, tem uma bandeira semelhante à do movimento *sans-papier* na França, com uma forte atuação na questão da moradia para imigrantes e refugiados.¹⁰³

Uma das características de maior destaque da antiga Lei nº 6.815/1980 é a sua preocupação securitária exagerada, que limitava e criminalizava liberdades civis para os migrantes – segundo Deisy Ventura e Paulo Illes (2010), um reflexo da preocupação do governo militar brasileiro com o desenvolvimento da Guerra Fria. Para lidar com o anacronismo crescente da legislação, grande parte dos dispositivos legais tinham sido adaptados informalmente ou atualizados por meio de resoluções normativas do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) – órgão vinculado ao Ministério do Trabalho, com participação de sindicatos, empregadores e organizações da sociedade civil.¹⁰⁴ Camila Baraldi (2014, pp. 101-105) revela que os membros do CNIg declararam a promoção de ações paliativas para superar a ausência de um marco legal para as migrações dentro do paradigma dos direitos humanos. Um dos exemplos mais relevantes é a Política Nacional de Imigração e Proteção ao(à) Trabalhador(a) Migrante, de 2010, focada nos direitos humanos dos migrantes e em sua integração social e econômica, e que recomenda igualdade de direitos e de oportunidades entre cidadãos brasileiros e trabalhadores migrantes.

A referência mais significativa para as discussões que subsidiaram a formulação da Lei de Migração atual (Lei nº 13.445/2017) do ponto de vista da integração social, no que diz respeito à promoção da participação política e à garantia dos direitos humanos dos migrantes, foi a discussão da legislação na Argentina (Ley de Migraciones nº 25.871, de 2004). A lei argentina foi criada por uma comissão mista formada por sociedade civil e governo, além de ter recebido contribuições e críticas em consultas e audiências públicas (Caggiano, 2011; Brumat e Torres, 2015). Sergio Caggiano (2011, p. 11) relata que a participação na formulação da Ley nº 25.871 foi exercida quase exclusivamente por organizações *para* migrantes, e não por organizações *de* migrantes, uma questão que também pode ser percebida nas mobilizações analisadas aqui no Brasil antes da nova Lei de Migração de 2017.

As discussões sobre o tema da participação política de migrantes no Brasil foram aumentando consideravelmente entre 2010 e 2017. No âmbito político nacional, destaca-se a importância da Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (Comigrar), realizada em maio de 2014. Em 2015, o Legislativo retomou as discussões de uma nova Lei de Migração: o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 288/2013 recebeu emendas a partir de um anteprojeto de lei de

102 Para mais informações sobre a situação dos imigrantes venezuelanos no Brasil, ver Simões (2017), Conselho Nacional dos Direitos Humanos (2018), Silva e Jubilit (2018) e Lloyd e Silva (2018).

103 A habitação é uma grande questão para imigrantes e brasileiros, e estima-se que no Brasil, em 2014, o déficit habitacional era equivalente a mais de seis milhões de domicílios, ou 9% das habitações particulares (Fundação João Pinheiro, 2016).

104 Siciliano (2013) debate o trabalho do CNIg para a atualização de diversos aspectos da política migratória brasileira.

migração proposto pelo Ministério da Justiça.¹⁰⁵ Ao entrar em tramitação na Câmara dos Deputados, o PLS foi apensado a outro projeto cuja discussão estava paralisada na Câmara, o PL nº 5.655/2009.¹⁰⁶ Antes da emenda, o PLS nº 288/2013 havia recebido várias críticas, porque criava uma categoria diferente de direitos para migrantes indocumentados, o que comprometeria o acesso aos direitos e a integração social desse grupo, que tende a ser ainda mais marginalizado e invisível. O atual texto da Lei nº 13.445/2017 aumentou significativamente a proteção dos direitos humanos do migrante, independentemente de sua situação migratória, e incluiu uma preocupação com os emigrantes brasileiros em outros países.

É importante também apontar o protagonismo da cidade de São Paulo em alçar o tema para o debate nacional. Em 2013, o município criou a Coordenação de Políticas para Migrantes, e alguns meses depois realizou uma Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes.¹⁰⁷ Notam-se ainda a abertura de cadeiras para migrantes no Conselho Participativo Municipal, em março de 2014,¹⁰⁸ e a sanção da Política Municipal para a População Migrante (Lei nº 16.478/2016), em julho de 2016.¹⁰⁹ São Paulo foi ainda a sede do Fórum Social Mundial das Migrações, em 2016, e tem sido uma das cidades que mais atuam na recepção de imigrantes venezuelanos que chegaram a Roraima. Desde 2010, também aumentou o número de cidades com uma preocupação com a subpopulação imigrante, como Caxias do Sul (RS), Corumbá (MS), Maringá (PR) e Contagem (MG). Nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Amazonas, que receberam grupos migrantes recentemente, existem iniciativas tímidas para organizar e sistematizar as políticas para recepção e integração dos migrantes, na maioria das vezes dependendo quase exclusivamente da atuação de entidades filantrópicas.

4.2.3 Movimentos sociais de migrantes

Neste artigo, propomos entender a dinâmica de integração de migrantes com base nas dimensões do respeito legal e da estima social da teoria do reconhecimento proposta por Axel Honneth (1996, 2003, 2007). Acreditamos que essas duas dimensões – que abarcam a garantia de direitos a um grupo social e o reconhecimento das realizações e das demandas de um grupo por uma comunidade – são importantes para uma integração bem-sucedida de grupos migrantes e que um Estado pode organizar políticas públicas que promovam ou enfraqueçam o reconhecimento de ambas. Leis e regulamentos de entrada, permanência e saída de migrantes, leis que estabeleçam direitos aos migrantes e programas de governo voltados para a sua integração são componentes de

105 O Ministério da Justiça criou uma comissão de especialistas para elaborar uma proposta de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil por meio da Portaria nº 2.162/2013. O processo de elaboração do anteprojeto incluiu estudos de legislação em outros países e consultas com representantes de órgãos do governo, promoveu audiências públicas sobre o tema e levou em conta as recomendações da I Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio. Uma primeira versão do anteprojeto foi apresentada em março de 2014 e recebeu contribuições de entidades públicas e sociais. A versão final foi apresentada em agosto de 2014.

106 Para críticas ao PL nº 5.655/2009, ver Baraldi (2014, pp. 87-88, 99-100) e Ventura e Illes (2010).

107 Conferência municipal debate políticas para imigrantes. (2013, 1º dezembro). Recuperado de https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/migrantes/noticias/?p=162243

108 Imigrantes podem se candidatar para os conselhos participativos municipais. (2014, 28 janeiro). Recuperado de https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/migrantes/noticias/?p=165197

109 A Política Municipal para a População Migrante foi desenvolvida pelo Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População Imigrante (criado pelo Decreto nº 56.353, de 24 de setembro de 2015), composto por representantes do governo e da sociedade civil com o propósito de formular os princípios, as diretrizes e os objetivos para o atendimento a migrantes. Além das discussões no âmbito do Comitê, o projeto recebeu contribuições em uma audiência pública, em setembro de 2015, e esteve aberto para consulta pública em fevereiro e março de 2016 (Prefeitura envia à Câmara Municipal projeto de lei que cria a Política Municipal para a População Imigrante. (2016, 31 março). Recuperado de https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/migrantes/noticias/?p=214700

políticas públicas que promovem o direcionamento para a integração desse grupo social ou limitam essa integração.

Exploramos a hipótese de que a integração de migrantes passa por um processo de reconhecimento dos migrantes como grupos de pessoas que “têm necessidades”, “têm direito que sua autonomia seja levada em consideração” pelos Estados e pelas sociedades que os acolhem, e são “igualmente capazes de realizações” (Honneth, 2007, p. 337). Ademais, Honneth (1996) argumenta que a justiça social, sob o ponto de vista da tradição liberal (que parte do pressuposto de autonomia e igualdade moral de todos os seres humanos), é composta por três princípios básicos: amor, respeito legal e estima social. A dimensão do amor está ligada aos relacionamentos pessoais; o respeito legal, à garantia de direitos por um Estado; a estima social, ao reconhecimento de realizações por uma comunidade. O autor defende que a garantia de direitos e a estima social influenciam diretamente a integração de um indivíduo a um grupo (ou de um grupo a uma sociedade), especialmente por sua força no estabelecimento de laços sociais e de solidariedade em uma população (Fraser; Honneth, 2003; Thijssen, 2012).

É assim que a teoria do reconhecimento permite estabelecer uma conexão direta entre conceitos de estima social e reconhecimento legal e o conceito de justiça social. No caso dos migrantes, a teoria possibilita enxergar a falta de reconhecimento de seus direitos (reconhecimento legal) e de suas contribuições para a comunidade hospedeira (estima social) como injustiças, uma vez que contradizem o princípio de igualdade jurídica e moral humana. E, a partir daí, podemos analisar o impacto desses conceitos na integração social de migrantes.

Em um estudo de caso sobre os portadores de hanseníase, realizado no âmbito de uma pesquisa que pretende operacionalizar a teoria do reconhecimento para a luta de grupos estigmatizados, Mendonça (2011) obteve informações que mostram que a estima social é complementar à garantia de direitos para o sentimento de autorrealização de grupos marginalizados, influenciando principalmente na disposição desses grupos em lutar contra o desrespeito. A especificidade dos direitos humanos dos migrantes, porém, reside no fato de que, na maioria das vezes, eles próprios têm pouca expressão política para reivindicar que os governantes atentem para sua situação fragilizada mesmo em democracias consolidadas. Em geral, a situação de migrantes em democracias contemporâneas pode ser mais delicada do que a de alguns grupos minoritários compostos por cidadãos nacionais de um país, que ainda possuem poder de organização e participação política, além do poder de voto.

Para observar o impacto do reconhecimento legal e da estima social na integração de imigrantes, apresentamos um estudo de dois casos de mobilização de migrantes no Brasil: o caso Zulmira e o caso Brayan. Pretendemos debater o argumento de que a existência desse tipo de mobilização – que objetiva reivindicar melhorias na qualidade de vida dos migrantes – é importante para sua integração social efetiva, bem como observar como as oportunidades políticas se apresentam para os migrantes, mesmo sem a garantia dos direitos políticos desse grupo. Ademais, analisamos alguns elementos que ajudam a compreender essas mobilizações como lutas por reconhecimento: as maneiras como o dano é identificado, a transformação cognitiva do dano, através de um processo coletivo, em uma luta por direitos ou por estima social, e a busca pela reparação do dano por meio do reconhecimento de direitos e/ou da estima social positiva.

Realizei entrevistas semiestruturadas com quatro ativistas que estiveram presentes nas mobilizações e com um funcionário da Coordenação de Políticas de Migrantes da Prefeitura de São Paulo. Duas dessas pessoas participaram das mobilizações nos dois casos, as outras três participaram em um dos casos. À época das mobilizações, um ativista era membro do Centro de

Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC), um do Instituto para o Desenvolvimento da Diáspora Africana no Brasil (IDDAB) e um participava de mais de uma associação de cultura negra. Um ativista não era filiado a nenhuma organização naquele momento. Além disso, é importante acrescentar que eu estive diretamente envolvido nas duas mobilizações, como membro do Fórum Social pela Integração e Direitos Humanos dos Migrantes no Brasil (FSIDHM), e participei ativamente de algumas reuniões de coordenação e eventos organizados. Os dois primeiros entrevistados foram os ativistas que identifiquei como principais mobilizadores no início da mobilização em cada caso, os outros nomes foram entrevistados por terem sido mencionados como pessoas-chave para a mobilização nas primeiras entrevistas.¹¹⁰ O principal objetivo das entrevistas era compreender: a) o período de mobilização: quem foram as pessoas e as organizações envolvidas na mobilização, como elas se organizaram e quem foram os atores principais da articulação; b) o período de ativismo: quais foram as ações realizadas, quem as sugeriu e os motivos pelos quais foram adotadas; c) os enquadramentos: quais eram as bandeiras dos movimentos e os motivos principais acionados para a mobilização; d) as trajetórias dos movimentos: o que ocorreu após os momentos de ativismo, quais foram os ganhos identificados e a avaliação sobre a mobilização. As mobilizações em torno dos casos Zulmira e Brayan estão localizadas em um contexto de crescente manifestação política dos migrantes em São Paulo: podemos destacar a Marcha dos Imigrantes, realizada anualmente desde 2007, a campanha “Aqui Vivo, Aqui Voto”, em 2009, e a expansão do número de organizações *para* migrantes e, posteriormente, *de* migrantes, nos anos 2000 e 2010.

4.2.4 Racismo e violência urbana nos casos Zulmira e Brayan

Zulmira de Sousa Borges Cardoso, estudante angolana, comemorava, em 22 de maio de 2012, o aniversário de um amigo em um bar frequentado pela comunidade angolana no bairro Brás, em São Paulo. Um dos frequentadores do bar envolveu-se em uma briga com um grupo de angolanos, insultando a todos de “macacos que vieram de Angola”. A polícia foi chamada ao bar para conter a confusão, e um grupo de brasileiros retirou-se do bar. Cerca de 20 minutos depois da saída da polícia, um homem retornou ao local e disparou contra os frequentadores do bar. Quatro pessoas foram atingidas pelos tiros, entre elas Zulmira, que morreu no local.

Em 25 de maio, duas organizações – o IDDAB, que luta contra o racismo, e o CDHIC, voltado para a defesa dos direitos humanos dos migrantes – lançaram notas de repúdio ao crime. Observando a oportunidade política de mobilização, ativistas de ambas as entidades que se conheciam através de outras organizações do movimento negro e do recém-criado FSIDHM propuseram a organização de uma reunião de articulação aberta no dia 30 de maio na Câmara Municipal. A partir daí, criou-se um grupo formado principalmente de movimentos negros, de cultura africana e de direitos humanos dos migrantes, denominado Mobilização Zulmira Somos Nós,¹¹¹ que concentrou a organização dos atos públicos referentes ao caso. O primeiro protesto

110 A transcrição das entrevistas pode ser acessada em: <https://goo.gl/rNnj7b>.

111 As entidades participantes da Mobilização Zulmira Somos Nós são: Aliança de Negras e Negros Evangélicos (Anneb/SP); Associação Franciscana de Defesa de Direitos e Formação Popular; Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais; Associação Paulista de Ajuda ao Imigrante (Apai); Câmara de Comércio Brasil Angola (Afrochamber); Casa das Áfricas; Centro de Apoio ao Imigrante (Cam); Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC); Comitê Contra o Genocídio da População Negra; Conselho Gestor da Cone; Cooperativa de Empreendedores Bolivianos (Coebiveco); Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro); Elas por Elas – Vozes e Ações; EmpregueAfro; Fala Negro; Federação Quilombola do Estado de São Paulo; Fórum África; Frente Pró-Cotas Raciais de São Paulo; Igreja da Paz; Instituto Amma Pique Negritude; Instituto do Negro Padre Batista (INPB); Instituto Luiz Gama; Instituto para o Desenvolvimento da Diáspora Africana no Brasil (Iddab); Movimento Contra o Tráfico de Pessoas; Movimento Nacional Quilombola Raça e Classe; Movimento Negro Unificado

em São Paulo ocorreu em 21 de junho, no Centro da cidade, e foi seguido por um ato plurirreligioso no trigésimo dia de morte da estudante (22 de junho). O grupo também conseguiu que fosse organizada uma audiência pública na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Segurança Pública e Relações Internacionais da Câmara Municipal de São Paulo, no dia 28 de junho, assim como uma reunião com o CNIg, o Ministério da Justiça e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir), no dia 13 de julho. Outros protestos também foram realizados no Rio de Janeiro, cidade com grande subpopulação migrante africana, e o caso obteve bastante repercussão em Angola. A polícia prendeu um homem, suspeito pelo crime, mas o liberou alguns meses depois, por falta de provas.

Na madrugada de 28 de junho de 2013, cinco homens armados com facas e revólveres tomaram como reféns o menino boliviano Brayan Yanarico Capcha, de 5 anos, seus pais e um tio na casa onde eles moravam, no bairro São Mateus, Zona Leste de São Paulo. Segundo os relatos da família, um dos criminosos se irritou com o choro de Brayan e atirou contra sua cabeça. Logo depois, o grupo fugiu com R\$4,5 mil que a família mantinha em casa, e Brayan foi levado ao hospital, mas não resistiu e morreu. Menos de uma semana depois do assassinato, seus pais decidiram mudar-se de volta para a Bolívia, e posteriormente declararam planos de retornar para o Brasil, em agosto de 2014.¹¹²

O caso resultou em quatro grandes protestos organizados pela comunidade boliviana. Ao longo do dia 28, cerca de 300 manifestantes, em sua maioria bolivianos, encontraram-se em frente à 49ª Delegacia de Polícia, em São Mateus, exigindo a busca e a prisão dos suspeitos. No dia 30 de junho, organizações culturais e comerciais realizaram um minuto de silêncio em uma das feiras populares com maior concentração de migrantes bolivianos, a da Praça Kantuta, no Centro de São Paulo. No dia 1º de julho, houve uma manifestação com participação de mais de 300 pessoas, que se concentraram na região próxima à Rua Coimbra (onde outra feira com importante participação de bolivianos é realizada) e fizeram uma passeata com o bloqueio de parte da Avenida Paulista, no Centro de São Paulo. Nesse ato, o cônsul-geral da Bolívia em São Paulo foi chamado a dar informações, e, diante de sua negativa, o consulado foi vandalizado pelos manifestantes. O quarto ato foi realizado no dia 6 de julho, data do aniversário de 6 anos de Brayan, com uma missa de sétimo dia em memória do garoto e uma marcha até a Praça da Sé. Todos os atos tiveram participação proeminente de organizações culturais de bolivianos e de organizações sociais ligadas à Igreja Católica. O ato do dia 6 de julho ainda contou com a presença das representações sindicais da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da União Geral dos Trabalhadores (UGT). Próximo a esse período, organizaram-se também duas audiências públicas, uma na Câmara Municipal de São Paulo, em 22 de agosto, e outra na Assembleia Legislativa de São Paulo, em 27 de novembro, sobre a situação dos migrantes na cidade e no estado.

A violência acompanhou o caso Brayan inclusive em seu desfecho. Quatro dos cinco suspeitos do crime foram encontrados mortos, em julho de 2013. Dois deles estavam cumprindo prisão temporária em um presídio em São Paulo, e a suspeita é de que eles tenham sido obrigados por outros presidiários a tomar veneno. Outros dois suspeitos, entre eles o suposto assassino de Brayan, foram encontrados com tiros na cabeça em uma região de mata na Zona Norte de São Paulo. O quinto suspeito estava internado na Fundação Casa, por ser menor de idade. A hipótese

(MNU); Negritude Socialista Brasileira (PSB); Núcleo de Consciência Negra da USP; Projeto Mediação – Missão Paz; Rádio Agência Notícias do Planalto; Rede Apoio ao Imigrante de Guarulhos; Rede Sul-Americana Espaço Sem Fronteiras (ESF); revista Brasil África; revista Ocas; Sindicato dos Advogados de São Paulo/Com. de Direitos Humanos; SOS Racismo – Alesp; Tribunal Popular – O Estado Brasileiro no Banco dos Réus; União de Núcleo de Educação Popular para Negros e Classe Trabalhadora (Uneafro Brasil); União de Negros pela Igualdade (Unegro); União dos Estudantes Angolanos em São Paulo, entre outros participantes individuais.

112 País de boliviano morto durante assalto decidem voltar ao Brasil. (2014, 28 julho). Band.com. Recuperado de <https://noticias.band.uol.com.br/cidades/noticias/10000697963/pais-de-boliviano-morto-durante-assalto-voltam-a-viver-no-brasil.html>

principal, segundo a polícia, liga as mortes a uma facção criminosa, o Primeiro Comando da Capital (PCC), que não tolera assassinatos de crianças por seus membros. Há também hipóteses que ligam a execução dos assassinos de Brayan à importância que o tráfico de drogas proveniente da Bolívia tem para o PCC.

4.2.5 Os caminhos da mobilização política de/para migrantes

A análise dos dois casos segue os períodos de mobilização, partindo dos momentos anteriores aos eventos; de ação, discutindo os atores e as formas de ativismo escolhidas pelos migrantes; os enquadramentos utilizados; e a trajetória dos movimentos, refletindo sobre as opções seguidas no momento posterior aos eventos (McAdam, Tarrow & Tilly, 2001).

A bibliografia do confronto político indica a existência de laços sociais e institucionais entre os ativistas que são, na maioria das vezes, anteriores aos períodos de mobilização e que podem ser considerados pré-condições para a eclosão do movimento social (Tarrow, 2011; Jasper, 1998). Tarrow mostra que a mobilização normalmente ocorre pela percepção dos ativistas sobre as oportunidades de mudança que ela pode causar. Para isso, o autor lembra a importância de formas latentes de organização social, quase sempre representadas por organizações que não têm necessariamente fins políticos, como as associações religiosas ou de bairro. Por meio dessas organizações, os ativistas têm a possibilidade de descobrir demandas em comum e perceber uma janela institucional no governo que viabilize a mobilização em torno de um tema.

A Mobilização Zulmira Somos Nós surgiu da articulação de mais de 40 organizações diferentes – dentre as quais se destacam o IDDAB, o CDHIC, a Casa das Áfricas, a Missão Paz e o Comitê Contra o Genocídio da População Negra –, especialmente através dos elos formados depois da constituição do FSIDHM. A maioria das organizações participantes está envolvida com as questões de cultura negra e de defesa dos direitos dos negros; estão também presentes organizações relacionadas com a causa migrante. Nota-se, ademais, a presença de associações de estudantes angolanos no Brasil. É importante também assinalar que há um forte envolvimento da comunidade latino-americana no caso Zulmira, segundo os ativistas, por causa de um caso de violência contra uma mulher peruana revelado durante as mobilizações.¹¹³ No caso Zulmira, o dano é rapidamente classificado como uma forma de racismo, similar ao que outros negros brasileiros vivem cotidianamente, e isso será crucial para a definição das formas de mobilização e para a transformação do dano em luta, como veremos adiante.

Já no caso Brayan, a mobilização é descrita pelos próprios participantes como quase autônoma, com grande participação de pessoas de sua comunidade, como amigos e vizinhos, e pessoas que se sensibilizaram com o caso. Não obstante, organizações econômicas, como a de comerciantes da Praça Kantuta (Associação Gastronômica Cultural Folclórica Boliviana Padre Bento) e da Rua Coimbra (Associação de Empreendedores Bolivianos da Rua Coimbra), e culturais, como a Associação Bolívia Cultural, tiveram papel central na organização dos eventos. Além disso, diversas rádios comunitárias organizadas por migrantes tiveram papel proeminente em mobilizar pessoas em torno do caso. As rádios comunitárias cumprem uma função importante nas comunidades migrantes, uma vez que oferecem informações e entretenimento em língua

113 Francisca Ana Villanueva López desapareceu em 12 de maio de 2014 e foi encontrada morta em 14 de junho, em uma área de matagal em Franco da Rocha (SP).

nativa, sendo, portanto, pontos de referência para a socialização e a organização de eventos da comunidade.¹¹⁴ O CDHIC, o Centro de Apoio ao Migrante (Cami) e outras organizações de brasileiros voltadas para os direitos humanos dos migrantes também se envolveram na mobilização, buscando, segundo a percepção de seus ativistas, dar um caráter político às mobilizações, em vez da simples manifestação de frustração que era proposta pelos manifestantes não organizados.

Surgem, portanto, duas chaves principais para a identificação do dano no caso Brayan: a que foi a mais frequentemente mencionada pelas pessoas nos eventos de mobilização foca na questão da violência urbana e na busca pela punição dos suspeitos; uma segunda chave identifica a invisibilidade da subpopulação migrante (boliviana) como um catalisador para os casos de violência urbana. Segundo a percepção de um dos entrevistados: “Quando os bolivianos sofrem assaltos, não fazem Boletim de Ocorrência por medo. . . . Então os bolivianos ficam calados, não dizem nada. É constante acontecer isso aqui” (Entrevistada 5, tradução minha). A proeminência da primeira chave para identificação do dano é citada pelos entrevistados como um dos elementos que dificultaram a transformação do dano em uma luta por reconhecimento mais ampla.

Se antes do período de mobilização, conforme McAdam, Tarrow & Tilly (2001) argumentam, os movimentos sociais são constrangidos pela percepção de restrições e oportunidades de atuação, quando agem eles utilizam um repertório conhecido de ações. Esse repertório é formado principalmente por ações modulares, que podem ser utilizadas para diferentes movimentos (ao contrário de ações particulares, sem aplicação fora de seu contexto), de reivindicações cosmopolitas (opondo-se às demandas paroquiais dos episódios contenciosos do século XVIII e anteriores) e autônomas (que começam com a iniciativa do próprio demandante e estabelecem uma forma de contato entre ele e os centros de poder) (Tarrow, 2011, p. 41). Esse repertório é utilizado também de acordo com as ações que os ativistas consideram importantes e eficazes no sentido de avançar suas demandas.

O episódio de racismo no caso Zulmira permitiu que o movimento acessasse o repertório disponível para os movimentos de brasileiros negros. Assim, a mobilização foi marcada por protestos de rua e manifestações com fundo cultural, mas conseguiu também uma audiência pública na Câmara de Vereadores de São Paulo e uma reunião com órgãos do Governo Federal para que o caso fosse acompanhado por políticos e por organizações de defensores públicos, por exemplo. Desse ponto de vista, os movimentos sociais contra o racismo em 2013 têm acesso a instrumentos institucionais que foram conquistados pelos movimentos anteriores e utilizam esses instrumentos sem grande custo, como as comissões de defesa dos direitos humanos municipais, estaduais e nacionais.

O caso Brayan, por outro lado, além de ter recebido apoio de organizações com menor experiência com reivindicações institucionalizadas (várias pessoas não vinculadas a organizações e diversas organizações culturais e econômicas de migrantes), ocorreu em meio a uma onda de grandes manifestações populares com ocupação de espaços públicos, em junho de 2013, em

114 O acesso aos meios de comunicação de massa é ainda uma questão extra a ser discutida na integração dos imigrantes. O artigo 106 da Lei nº 6.815/1980 impede que imigrantes sejam donos de empresas de comunicação ou os responsáveis principais pelo conteúdo dessas empresas, e a Lei nº 9.612/1998 estabelece que somente brasileiros natos ou naturalizados podem ser dirigentes de rádios comunitárias. Dada a invisibilidade das questões de relevância para imigrantes nos meios de comunicação nacionais, esse preceito significa um impedimento *de facto* à livre expressão dos migrantes. As rádios comunitárias de imigrantes – todas elas irregulares, portanto – ganham enorme relevância, uma vez que são a única opção de comunicação das comunidades. A questão da falta de espaço nas mídias centrais para divulgar as dificuldades dos migrantes foi um fato mencionado pela maioria dos ativistas para motivar a organização de atos públicos e para o envolvimento de mídias alternativas na comunicação sobre ambos os episódios de mobilização. Ver Cogo (2012) para uma análise detalhada sobre o uso das mídias para a mobilização de migrantes.

diversas cidades brasileiras.¹¹⁵ A escolha dos migrantes por ações como passeatas, reuniões públicas na Praça da Sé e bloqueios na Avenida Paulista correspondia em larga medida às ações que outras organizações brasileiras estavam praticando no momento. As manifestações de junho foram inspiração para as mobilizações do caso Brayan e trouxeram de novo para o centro do repertório dos movimentos sociais a ocupação dos espaços públicos como forma de ativismo. Outra característica que também exemplifica a relativa falta de experiência institucional da mobilização em torno do caso Brayan é que, na audiência pública organizada em 22 de agosto de 2013, os ativistas tiveram dificuldade de problematizar a questão da segurança dos migrantes, debatendo muitas dificuldades burocráticas, como a demora em marcar entrevistas com a Polícia Federal e para receber o documento do Registro Nacional de Estrangeiros (RNE). Ao mesmo tempo, na audiência de 27 de novembro de 2013, parte da questão da segurança e da xenofobia foi levantada a partir da mobilização do caso Zulmira.

O conceito de repertório como um arquivo de práticas acionadas pelos ativistas encontra paralelo no conceito de ressonância cultural (Gamson, 1992). Ao agir, ativistas recorrem a um reservatório cultural de significados, buscando favorecer a identificação das pessoas com o movimento social. Essa ressonância ocorre quando tais significados promovem uma conexão com o contexto político mais amplo e uma conseqüente familiarização com as propostas defendidas. Segundo Gamson, significados são acionados em um processo de negociação, isto é, entre as opções culturais possíveis, os movimentos buscam enquadramentos que possam favorecer a mobilização e o avanço de suas demandas.

Comparando os casos Zulmira e Brayan, percebemos a utilização de enquadramentos bastante comuns nos movimentos sociais brasileiros: o racismo, no primeiro caso, e a violência urbana, em ambas as situações. A intensa mobilização de organizações não ligadas diretamente à causa migrante no caso Zulmira demonstra que o enquadramento do racismo permitiu o envolvimento dessas instituições, enquanto, no caso Brayan, o enquadramento da violência urbana teve repercussão limitada fora das organizações migrantes. Por outro lado, foram o tema da violência urbana e a luta contra a xenofobia que atraíram organizações de grupos migrantes de diferentes culturas para ambos os casos, especialmente no caso Zulmira, por causa de sua proximidade com o assassinato de Ana López. É nesse ponto que a transformação cognitiva do dano em uma luta por estima social pode ser evidenciada para análise, além de ser possível ressaltar o aspecto coletivo dessa transformação. Com o episódio de racismo, a luta por estima social de um negro (ou migrante) é entendida como uma luta de todos os negros (migrantes), por todos os negros (migrantes), e permite que mais pessoas se identifiquem com o tema. Já no caso Brayan, a estima social do grupo de bolivianos somada à estima negativa atribuída aos moradores pobres de periferias repercute como mais uma fatalidade entre as diversas que ocorrem todos os dias nas grandes cidades brasileiras e contribui menos para a mobilização de pessoas que não estão

115 A mobilização contra o aumento das passagens de ônibus em São Paulo foi marcada por uma série de protestos, a maioria convocada pelo Movimento Passe Livre, que reivindica a gratuidade do transporte público e o enquadra como um direito público, e não um serviço. Protestos desse tipo ocorreram em diversas cidades do Brasil, iniciando-se em Natal e Goiânia, e envolveram passeatas com centenas de milhares de pessoas. Outras características dos protestos de junho de 2013 são a enorme expansão das reivindicações apresentadas nas passeatas, a radicalização de alguns grupos manifestantes, a utilização da tática Black Bloc nos protestos e a violenta repressão da polícia, com denúncias de prisões arbitrárias e pessoas feridas e mortas. Avritzer (2013) enfatiza a busca desses movimentos sociais por participação política nas questões de infraestrutura. Já Tavares e Roriz (2014), em estudo de caso sobre as manifestações em Goiânia, notam a dificuldade dos governos estaduais e municipais em lidar com a participação social, fato que poderia explicar as mobilizações iniciais, com o objetivo de requerer maior participação e abertura política sobre o tema, a forte repressão policial que se seguiu e a expansão do número de manifestantes, em reação à repressão. Singer (2013, p. 39) sugere que as manifestações foram compostas por dois grupos com motivações diferentes e que muitas vezes entraram em conflito durante os protestos: o “novo proletariado” – grupo de jovens com empregos pouco qualificados e mal remunerados –, que reivindicava expansão de seus direitos, e uma classe média tradicional – que possui casa própria, ganhos estabilizados e ensino superior completo –, inconformada com o aumento do custo de vida e questões de segurança. Ambos os grupos continuaram a organizar passeatas ao longo de 2014 e 2015, mas separadamente e com demandas e participantes cada vez mais diferentes.

envolvidas diretamente com a questão dos migrantes. Os entrevistados descreveram que as bandeiras e as motivações para a mobilização em torno do caso Brayan estavam mais relacionadas com a revanche da situação, focando na punição dos suspeitos,¹¹⁶ na defesa de penas mais duras para evitar reincidência de criminosos, do que com questões políticas ou com a defesa dos direitos humanos dos migrantes. Um exemplo é a pouca preocupação em debater as especificidades da situação de insegurança – causada pela falta de reconhecimento de seus direitos e de sua estima social – vivida pelos migrantes durante a mobilização. Por fim, os ativistas relatam que o caso foi explorado de maneira sensacionalista pelos meios de comunicação, que deixaram de lado as questões de discriminação e xenofobia e focaram no drama da família e na perseguição aos suspeitos.

Vale lembrar, sobre ambos os casos, que os ativistas mencionam especialmente a questão da discriminação do migrante africano e latino-americano pela sociedade brasileira.¹¹⁷ A percepção dos ativistas é que migrantes vindos de outras regiões, ainda que sofram com várias dificuldades em comum com africanos e latino-americanos, não são alvo de tanta discriminação quanto esses grupos e acabam enfrentando menos dificuldades no processo de integração social. Em muitos sentidos, os migrantes não escapam ao contexto sócio-histórico do Brasil e, por isso, sofrem discriminação paralela com os setores marginalizados da sociedade brasileira.

É importante também considerar as opções de trajetória seguidas pelos movimentos sociais depois dos momentos de ativismo. McAdam, Tarrow & Tilly (2001, pp. 68-70) identificam três opções principais de trajetória para os movimentos sociais: a difusão, em que as informações levantadas pelos movimentos são transpostas para outros setores e grupos; a repressão, em que esforços são realizados para que as ações contenciosas sejam suprimidas; e a radicalização, em que a mobilização é expandida para temas mais radicais, e as ações se tornam mais transgressoras.

A morte de Zulmira pode ser considerada um caso em que houve difusão para os movimentos sociais de negros, que o adotaram como emblema do racismo que persiste na sociedade brasileira. Os ativistas envolvidos com as causas dos migrantes negros relatam que, entre 1980 e 2010, o movimento negro brasileiro quase não manteve conexões com os movimentos africanos e sua diáspora, retomando esses contatos parcialmente após as mobilizações relativas ao assassinato de Zulmira. Pode-se argumentar que o caso contribuiu, então, para aumentar a possibilidade de as demandas de migrantes – ao menos dos migrantes negros – serem adotadas pela mobilização de organizações sociais brasileiras – ao menos por aquelas envolvidas com a causa negra. O assassinato de Zulmira é ainda citado como o motor de uma mudança de percepção dos próprios estudantes africanos sobre sua situação no Brasil, no sentido de enxergarem a necessidade de se organizar politicamente para reivindicar o cumprimento de seus direitos. Notamos, por exemplo, a revitalização das organizações de estudantes angolanos, que se tornaram atores proeminentes na defesa dos direitos humanos dos migrantes durante e após as mobilizações, como a União de Estudantes Angolanos em São Paulo. Além disso, o caso Zulmira é referência como o criador de uma base de mobilização do movimento de direitos humanos dos migrantes e de diálogo com o poder público que culminou na criação da Coordenação de Políticas de Migrantes da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo, em 2013.¹¹⁸

116 Um dos entrevistados nota a importância que a vingança tem para o grupo cultural ao qual pertence a família de Brayan.

117 O racismo e a xenofobia vividos pelos migrantes angolanos no Brasil são o tema do documentário *Open Arms, Closed Doors* (Braços abertos, portas fechadas), que usa o caso Zulmira como ponto de partida para a discussão.

118 A Coordenação de Políticas de Migrantes foi criada a partir de uma demanda dos movimentos sociais de migrantes durante a campanha para as eleições municipais de 2012. Esses movimentos sociais participaram também das discussões do programa de metas para a gestão municipal 2013-2016 e conseguiram garantir a inclusão da meta de “criar e implantar a Política Municipal para Migrantes e de Combate à Xenofobia” (Meta nº 65) dentro do objetivo de promoção de uma cultura de cidadania e valorização da diversidade, e redução da discriminação (Objetivo 9).

O caso Brayan, talvez por sua característica menos institucionalizada, não se encaixa exatamente em nenhum dos mecanismos sugeridos pelos autores. Por um lado, certas características de difusão podem ser percebidas pelas primeiras medidas tomadas pela Coordenação de Políticas de Migrantes. Apesar de não ter sido uma reivindicação direta do movimento, a coordenação firmou, em outubro de 2013, um acordo com a Caixa Econômica Federal para facilitar a abertura de contas bancárias por migrantes. A dificuldade de abrir uma conta é uma das características citadas para a ocorrência frequente de assaltos a suas residências, já que muitos deles não têm outra opção a não ser guardar seu dinheiro em casa. Isso já tinha sido assunto de diversas reuniões do CNIg (por exemplo, em maio de 2008 e fevereiro de 2009), e o Banco Central já havia esclarecido que o RNE e a Carteira de Trabalho e Previdência Social permitiriam que eles obtivessem os documentos necessários para abrir contas bancárias (Banco Central do Brasil, 2008). Adicionalmente, o próprio CNIg recomendou ao Ministério da Justiça que tomasse ações para garantir que os documentos já emitidos pudessem ser utilizados para exercer seus direitos, até mesmo o de abertura de contas (Resolução Recomendada nº 12, 2010). Apesar disso, funcionários da Coordenação de Políticas de Migrantes descrevem que o caso Brayan foi decisivo para que os bancos decidissem pela facilitação de aberturas de conta (apenas com a apresentação do protocolo do RNE para migrantes do Mercosul e associados), já que tal iniciativa já vinha sendo discutida pelos movimentos sociais há bastante tempo sem avanços. Por outro lado, o movimento envolvido no caso Brayan não alcançou outros objetivos, como chamar atenção para a situação fragilizada dos migrantes do ponto de vista de segurança pública, a falta de acesso a serviços e a estima social negativa atribuída a essa subpopulação.

Os entrevistados descrevem ainda três empecilhos para a efetiva mobilização política dos migrantes. O primeiro é a legislação brasileira, que não oferecia estímulos para a participação política dessa subpopulação, mesmo em outros espaços além das eleições. As experiências brasileiras de participação política – como os Conselhos de Saúde e os Orçamentos Participativos – não buscam garantir a participação de migrantes, e, em muitas delas, o título de eleitor é utilizado como documento de identificação, o que impede imigrantes de participarem. Alguns exemplos de participação política de migrantes são a demanda por escolas bilíngues por comunidades bolivianas no Orçamento Participativo no bairro Brás, em São Paulo, em 2001 (Sánchez, 2005, p. 437), e, mais recentemente, a participação nos Conselhos Participativos Municipais de São Paulo. O segundo empecilho tem a ver com a cultura política dos migrantes, que não raro vêm de sistemas fechados e pouco participativos ou têm poucas habilidades pessoais para a participação política. O fenômeno da migração internacional proveniente de áreas rurais para áreas urbanas também contribui para uma menor experiência dos migrantes com participação política. Por fim, os entrevistados sugerem que a predominância de organizações *para* migrantes de cunho assistencialista e de tutela atua para que eles adotem uma postura mais passiva com relação a suas demandas e se envolvam menos em questões políticas. O primeiro empecilho enfatiza a importância do reconhecimento legal para a disposição da subpopulação migrante para participar das discussões políticas, enquanto o segundo e o terceiro empecilhos ressaltam a importância da autoconfiança (relacionada à dimensão do amor, que não foi o foco desta pesquisa) e da estima social para a participação política.

Continuando a explorar as questões de reconhecimento legal e de estima social, é importante marcar que os dois casos acontecem em um período de tomada de consciência sobre a situação da subpopulação migrante no Brasil, muito pautada pela chegada dos migrantes

haitianos, a partir de 2010.¹¹⁹ Pela atenção midiática que os casos Zulmira e Brayan receberam, é possível que ambos tenham tido grande importância para a articulação da luta por reconhecimento legal e da estima social da subpopulação migrante no Brasil. A visibilidade da situação de vida da subpopulação migrante é apontada como o resultado mais concreto das mobilizações por dois entrevistados:

entendemos que nós bolivianos podemos nos organizar, podemos correr atrás de nossas demandas, para que não aconteçam mais assaltos e para que sejamos levados em conta pelo governo, que somos pessoas, somos imigrantes, que também temos sonhos de um dia sermos participantes da política de São Paulo, do Brasil. Porque somos imigrantes que pagamos aluguel alto todos os meses. Todos os dias pagamos impostos no Brasil. Creio que somos muito invisíveis e isso tem que acabar (Entrevistada 5, tradução minha).

serviu pra conscientização, tornar visível as pautas de imigrantes, famílias, gente que trabalha, estuda. Esse menino estava na escolinha, tinha colequinhas brasileiros. Serviu pra identificar que o trabalhador imigrante é um trabalhador como nós, enfrenta vários problemas além de problemas causados pelo deslocamento, pela dificuldade econômica, pela diferença cultural que não é reconhecida. A diferença cultural não é um problema. O problema é não reconhecê-la (Entrevistado 1).

Além dos avanços para o reconhecimento legal das populações migrantes, cujo resultado é possível verificar com a instituição de políticas locais para a subpopulação migrante em São Paulo, em 2016, e a mudança da Lei de Migração, em 2017, por exemplo, os entrevistados também destacam alguns avanços em termos de reconhecimento de estima social positiva para os migrantes. A Prefeitura de São Paulo realizou diversas medidas para a valorização cultural e a integração social das populações migrantes, como a inclusão de festas tradicionais migrantes no calendário da cidade. A organização de mobilização em torno do reconhecimento de estima social fica bem clara no comentário de uma entrevistada:

isso é um grande passo. Estamos sendo vistos como um país que transmite cultura. Que a Bolívia é um país rico de cultura, de tradições. Não somos costureiros “coitaditos” como tantos dizem. Somos pessoas que temos nossos sonhos, somos pessoas batalhadoras, que dia a dia trabalhamos para ter algo em nosso futuro e também contribuir (Entrevistada 5, tradução minha).

A análise dos períodos de mobilização, de ativismo, dos enquadramentos e da trajetória dos movimentos sociais de migrantes indica que, em analogia com os movimentos sociais nacionais, as demandas dos migrantes precisam: (a) basear-se em organizações ou redes previamente estabelecidas que tenham experiência em reivindicar questões aos governos; (b) obter acesso a repertórios de atividade política com poder de contestação; (c) utilizar enquadramentos que promovam a identificação de mais pessoas e grupos com sua causa; e (d) transformar os períodos de ativismo em respostas concretas dos governantes. Uma vez que os migrantes não podiam exercer atividade política naquela época, todas as atividades políticas dessa subpopulação precisavam ser encampadas por organizações brasileiras para que fossem ouvidas e para que

119 Com a entrada em operação da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), em 2004 (Resolução nº 1.542 do Conselho de Segurança da ONU), sob o comando do Brasil, a atenção e a migração dos haitianos para o Brasil foram aumentando gradativamente. Em janeiro de 2010, o Haiti foi atingido por um terremoto que deixou mais de 220 mil mortos – um relatório produzido pelo governo da República do Haiti com apoio do Banco Mundial descreve as principais consequências para o país (Banco Mundial, 2010). Em consequência da intensificação da crise humanitária depois do terremoto, a imigração de haitianos para o Brasil aumentou consideravelmente. Mais de 95 mil haitianos se registraram como migrantes de longo termo entre 2010 e 2017, segundo dados da Política Federal (Oliveira, 2018, p. 63). A MINUSTAH foi finalizada em outubro de 2017, sendo substituída pela Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH), criada pela Resolução nº 2.350, em 2017 (Conselho de Segurança da ONU, 2017).

providências fossem tomadas. Sob esse ponto de vista, a falta de direitos políticos da subpopulação migrante traz uma série de consequências que limitam a possibilidade de lutar pela melhoria de sua qualidade de vida e criam empecilhos para a sua integração ao país hospedeiro.

As associações *para* migrantes acabavam funcionando como a única opção para debater questões políticas, visto que aos migrantes era proibido estabelecer organizações com fins políticos. Elisabeth Clemens (2003) identifica no início dos movimentos pelos direitos das mulheres uma situação similar, na qual associações religiosas e de voluntárias, grupos de caridade e associações formadas em clubes sociais formavam uma densa rede de grupos de mulheres que serviu para criar consciência política e oferecer estrutura organizacional para o início do movimento feminista.

Assim como no caso dos migrantes na década de 2010, as mulheres no final do século XVIII utilizaram alternativas para os partidos políticos e para as formas institucionais de participação política, porque igualmente não possuíam direitos políticos antes de sua mobilização. Clemens (2003) descreve que a gama de possibilidades e restrições (ideia similar ao conceito de repertório) tem o papel de delimitar as formas organizacionais possíveis e de estabelecer os modos de relacionamento entre grupos sociais e poder político. Em outra analogia com o movimento feminista, a organização dos migrantes em associações não políticas lhes permitiu conhecer e estabelecer demandas políticas em comum e iniciar o engajamento com questões da esfera pública (Clemens, 1993). A mobilização de organizações econômicas e culturais em favor das demandas políticas dos migrantes não deve ser vista como coincidência, mas como a opção principal do migrante, porque era proibida a eles a participação em qualquer atividade de natureza política.

Ann Swidler (2001, p. 71) dá um passo adiante na argumentação de Clemens ao estabelecer um relacionamento direto entre cultura e o modo como ela é utilizada para “construir, manter e remodelar as ‘capacidades culturais’ que constituem os repertórios básicos de ações dos autores”. Com isso, a autora liga as formas culturais às possibilidades que esses grupos enxergam para sua atuação social e política. Assim, as associações culturais e econômicas podem ser consideradas uma consequência do fato de os migrantes se perceberem como culturalmente diferentes, economicamente vulneráveis e impedidos de atuar politicamente. Dentro do quadro institucional apresentado, essas associações correspondem aos modos de ação compreendidos como possíveis e promissores para que os migrantes possam lutar pela melhoria de sua qualidade de vida.

Uma situação similar é descrita por José Guirado Neto (2014, pp. 102-113), ao tratar do histórico de três associações da comunidade boliviana em São Paulo. É notável que algumas associações tenham transformado sua atuação, passando de um foco exclusivo em cultura, esportes ou questões econômicas para abranger também assistência social ou regularização documental, e recentemente passaram também a se envolver com questões políticas.¹²⁰ O autor ainda relata a importância das mobilizações, como a Marcha dos Imigrantes, para criar laços sociais e institucionais que possibilitem a identificação de demandas, a coordenação de ações entre as comunidades migrantes e a visibilidade dos grupos na cidade (Guirado Neto, 2014, pp. 115-120).

Nos dois casos analisados, os migrantes conseguiram, em maior ou menor proporção, obter o engajamento de organizações de brasileiros, o que foi importante para o sucesso do movimento social em todos os seus momentos. No caso Brayan, o acesso aos atores

120 Guirado Neto (2014, p. 114) ressalta que os migrantes procuram primeiro garantir segurança material antes de se dedicar a ações “vinculadas a demandas culturais, recreativas, desportivas, sociais e políticas”. Além disso, ele lembra que muitos migrantes têm a pretensão de retornar a seus países de origem e, por isso, envolvem-se menos nas questões sociais e políticas do país de acolhida. Somente após a ruptura do processo de “prolongação indeterminada” da estadia os migrantes decidem aumentar seu envolvimento com a sociedade de acolhida.

governamentais foi mais restrito, tendo em vista também a menor participação de organizações de brasileiros. Com isso, observamos as dificuldades específicas dos migrantes quando não encontram ressonância em demandas de brasileiros. Reclamações desse tipo possivelmente têm maior dificuldade em se transformar em reivindicações concretas e, por conta disso, apresentam um campo oculto no caminho da integração dos migrantes à sociedade brasileira. O sentimento de injustiça social gerado por essas demandas ocultas não pode ser resolvido adequadamente se não for encampado pelos próprios migrantes de maneira eficaz. Nas palavras de uma das pessoas entrevistadas:

nós não temos ainda um direito de poder votar e ser votado. E estive aqui por oito anos e nunca vi um imigrante que pudesse falar sobre a situação dos imigrantes, como sofremos preconceito, racismo, marginalidade, tantas coisas que sofremos como imigrantes (Entrevistada 5, tradução minha).

Ao analisar as organizações argentinas envolvidas com os direitos dos migrantes, Caggiano (2011, p. 20) encontra uma situação similar, na qual as organizações *para* migrantes acabam criando uma “distância com relação aos desejos e às demandas dos migrantes”, e enfatiza a importância de garantir meios de participação para as organizações *de* migrantes e para eles próprios.

A Argentina também tem casos similares de manifestações iniciadas por migrantes: em 2006, milhares de bolivianos saíram em protesto em diversas cidades do país, depois de um incêndio em uma oficina de costura irregular que matou seis bolivianos. Uma das maiores repercussões da manifestação foi uma operação de fiscalização nas oficinas têxteis e a denúncia de casos de trabalho escravo e em condições degradantes (Caggiano, 2012, p. 63), porém, acidentes análogos em 2015 mostram que a situação pouco mudou.¹²¹ Outras manifestações relevantes por seu aspecto contencioso são as revoltas nas *banlieues* francesas, em 2005, e em Tottenham, na Inglaterra, em 2011, após mortes de migrantes por policiais. Nestes dois últimos casos, a maioria dos migrantes que se mobilizaram tinha cidadania e, portanto, direitos políticos naqueles países, mas, segundo Moran e Waddington (2015), no início dos protestos, a percepção de exclusão política e social foi semelhante à causada pela falta de reconhecimento legal e de estima social, o que discutiremos a seguir.

4.2.6 Conflitos sociais e reconhecimento das populações migrantes

Se os direitos de participação política são considerados direitos humanos, para garantir a realização da natureza humana do ponto de vista liberal (ou seja, liberdade e igualdade), é importante que todos tenham acesso a esses direitos, inclusive os migrantes. Desse ponto de vista, os direitos políticos não poderiam ser restringidos pelas legislações nacionais, uma vez que se trata de um tipo de direito constitutivo de nossa atual concepção de natureza humana. Portanto, as legislações deveriam reconhecê-los a todas as pessoas de maneira integral e indivisível.

Com essa perspectiva, poderíamos debater a aplicação dos direitos humanos dos migrantes em diversos países na atualidade. O que vemos hoje é um movimento com efeitos similares em diversos países: os direitos humanos são contestados em decorrência do foco dado para as consequências negativas da imigração. Grande parte das respostas aos movimentos migratórios é composta por políticas pensadas a partir de uma ênfase nas dificuldades de adaptação das

121 Dos niños murieron en Flores al incendiarse un taller clandestino. (2018, 28 abril). La Nación. Recuperado de <https://www.lanacion.com.ar/1788144-dos-ninos-murieron-en-flores-al-incendiarse-un-taller-clandestino>

comunidades migrantes nos países hospedeiros, baseando-se, ademais, nos dilemas colocados pela competição de recursos e de serviços que o aumento exagerado das comunidades migrantes causa (Menz, 2009). O aumento do desemprego, a diminuição dos salários médios e a retração da oferta de benefícios de seguridade social são apontados como as consequências negativas mais visíveis da imigração.

Assim, é preciso discutir a importância de garantir os direitos humanos aos migrantes e de pensar políticas públicas focadas em favorecer a aplicação desses direitos como um dos fatores importantes para a integração desses indivíduos. Procuramos aqui dar um passo além das obrigações morais de garantir os direitos humanos dos migrantes, mostrando a justificativa prática da participação política para sua integração.¹²² Essa forma de integração, ou seja, a criação de um sistema de direitos e deveres que permita aos migrantes uma vida com segurança e liberdade, deveria ser um dos focos preferenciais das legislações nacionais sobre migração, em vez da busca por impedir a entrada de migrantes ou de facilitar sua expulsão. A isso soma-se o fato de que políticas restritivas são pouco eficazes em controlar o fluxo, mas aumentam em maior proporção a vulnerabilidade dos migrantes irregulares (Castles, 2006, p. 760), causando o acirramento de problemas econômicos e de conflitos sociais. De acordo com a teoria do reconhecimento, seria possível compreender a falta de acesso a direitos como um tipo de injustiça social, e essa percepção de injustiça pode prejudicar a integração dos migrantes à sociedade hospedeira.

Há bastante controvérsia, portanto, sobre as prerrogativas exclusivas dos cidadãos de um país e as garantias básicas a todos os seres humanos. Direitos universais e direitos reservados somente a cidadãos nacionais de um país convivem lado a lado nos sistemas políticos democráticos modernos, e há várias interpretações diferentes sobre quais direitos devem ser extensíveis a todos e quais são garantidos apenas a alguns grupos de pessoas. Nesta pesquisa, pretendemos utilizar o ponto de observação da teoria do reconhecimento para examinar diversas situações como injustiças sociais e as demandas de grupos marginalizados como lutas por reconhecimento dentro do mesmo quadro conceitual.

O que será observado como injustiça pelos grupos de migrantes dependerá da situação de cada grupo e de sua posição em relação à sociedade hospedeira, porém, o conceito nos permite conceber que, em todos os casos, a percepção dessa injustiça provocará um impacto na integração social dos migrantes. Em um exemplo, a situação econômica e social de um migrante pode ser melhor no país hospedeiro do que no país emissor, mas isso não impedirá que ele perceba sua situação de direitos reduzidos em relação ao cidadão nacional ou de estigma social como uma injustiça. Ainda como contraexemplo, tomemos o caso de dois migrantes em um mesmo país com posições sociais e econômicas de semelhante exclusão (ou inclusão). Se um desses migrantes sofre adicionalmente, por exemplo, com formas de discriminação racial ou cultural, sua percepção de injustiça social poderá ser mais acirrada que a do outro migrante. O aumento dos casos de violência, especialmente contra haitianos, como os ocorridos no Rio Grande do Sul e em São Paulo,¹²³ em 2015, e contra venezuelanos, em 2018,¹²⁴ são exemplos extremos de como a estima social negativa, expressa em xenofobia pela população de acolhida, pode comprometer a integração

122 Ver também Carens (2008) para uma discussão sobre justificativas morais e práticas no processo de integração de migrantes.

123 Violência e paisagem. (2015, 15 agosto). *Zero Hora*. Recuperado de <http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2015/08/15/artigo-violencia-e-paisagem>; Nota sobre haitianos baleados no Glicério. (2015, 7 agosto). Recuperado de https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/noticias/?p=200968; O corpo de Fetiere, negado três vezes. (2015, 24 outubro). *El País*. Recuperado de https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/24/internacional/1445714487_314367.html

124 “Venezuela: crise humanitária alastra-se para o Brasil” (Human Rights Watch, 2017), “Ataques a casas de venezuelanos em Boa Vista foram feitos pela mesma pessoa, afirma a polícia” (G1, 2018a), “Exército diz que 12 mil venezuelanos saíram do Brasil após violência” (Vilela, 2018), “Venezuelanos deixam RR e retornam ao país em meio à tensão após confusão com morte de brasileiro e imigrante” (G1, 2018b).

social dos migrantes. É importante notar que ambos os casos de 2015 não geraram mobilização tão grande por parte da sociedade civil, e as respostas demoradas do ponto de vista de segurança e saúde públicas no caso dos haitianos baleados em São Paulo são situações comumente enfrentadas pelos migrantes, que, como argumentado, têm poucas oportunidades de chamar a atenção para sua situação.

Nos casos analisados, identificamos diversos elementos que nos possibilitam lançar luz sobre os conceitos mobilizados pela teoria do reconhecimento e, além disso, relacioná-los à questão da integração social dos migrantes à sociedade brasileira. Um dos entrevistados, por exemplo, afirma a centralidade do dano para a mobilização social, de maneira similar a como argumenta Honneth (1996):

a tragédia, por incrível que pareça, contraditoriamente ou não, fortalece a luta. Qual o fato mais marcante pra mobilizar o Movimento Sem Terra em 30 anos? O Massacre de Eldorado dos Carajás. Qual o fato mais marcante em São Paulo dos Direitos Humanos recentes? O Massacre do Carandiru. Chacinas, genocídio negro. O povo aprende com a dor. Infelizmente, precisa ter fatos como esse pra despertar (Entrevistado 1).

Nos casos analisados, também é possível observar a importância da transformação cognitiva do dano em um objeto de luta. A forma como o dano é compreendido nos dois casos vai definir os atores que serão mobilizados e as opções de estratégias de mobilização, e, como consequência, também vai definir as possibilidades de sucesso da mobilização. A compreensão do assassinato de Zulmira como um efeito do racismo no Brasil criou a possibilidade de acesso a uma série de mecanismos que envolviam o poder público, ao passo que o caso Brayan teve mais dificuldade de acessar mecanismos formais, que eram “desconhecidos” pelos ativistas ou não estavam disponíveis para a subpopulação imigrante na época. Para essa transformação do dano em objeto de luta, tanto a existência de direitos para a subpopulação imigrante quanto o reconhecimento de sua estima social podem apresentar as possibilidades ou impor as limitações aos ativistas.

Um episódio representativo da baixa estima social de migrantes é o debate causado pelo programa Mais Médicos, do Governo Federal, que objetiva ampliar o número de médicos *per capita* no país para 2,7 médicos por mil habitantes (atualmente calculado em 1,8 médicos por mil habitantes) e aumentar o investimento em infraestrutura e formação de médicos, especialmente focando na distribuição de profissionais nas regiões do interior do país. As controvérsias geradas pelo programa deveram-se ao fato de ele aceitar a contratação de médicos de outros países, caso não houvesse inscrições suficientes de médicos brasileiros. Essa proposta recebeu forte oposição, principalmente de associações de médicos, que foram, por sua vez, criticadas pelas características xenofóbicas e racistas de seus comentários. Muitas críticas incidiram sobre questionamentos em relação ao país de origem do médico migrante, dentre os quais um dos mais mencionados foi Cuba. O episódio corrobora a percepção de que, atualmente, no Brasil, imigrantes latino-americanos e africanos recebem uma estima social mais negativa que migrantes de outras regiões e indica como isso pode afetar sua mobilização política.¹²⁵

Souza (2012) oferece uma chave interessante para observar o fato contraditório das garantias de direitos em lei que, no final das contas, não apoiam o desenvolvimento de uma estima social positiva para os grupos recém-incluídos no Brasil. O autor, observando o período de transição da sociedade escravocrata brasileira para a sociedade de classes do século XX, aponta

125 A participação de Cuba no programa Mais Médicos foi encerrada em novembro de 2018.

que a igualdade formal entre dependentes e senhor de terras não foi seguida de uma igualdade de fato. Para Souza, a subsistência do dependente (classe intermediária em formação) permanecia condicionada à boa vontade do senhor de terras (Souza, 2012, p. 126), e, com isso, mantém-se uma situação de desigualdade social e desigualdade de poder, até mesmo baseada na igualdade formal entre os indivíduos. Essa “sombra da escravidão”, nos termos de Souza, é uma situação que persiste até hoje em expressões diferentes, e o caso das populações imigrantes pode auxiliar a compreender os mecanismos existentes, especialmente seus elementos sociais, que apoiam a permanência da desigualdade no Brasil e a sua expansão para outras populações marginalizadas.

4.2.7 Conclusão

Os debates sobre a integração dos migrantes são muitas vezes invisíveis no Brasil (Leão, 2013), e, no pouco espaço em que se realizam, as demandas desses grupos têm de ser encampadas por cidadãos brasileiros para repercutir nas esferas política e pública, como vimos na análise dos casos de mobilização aqui apresentados. Para que isso possa ocorrer, os migrantes e as organizações lançam mão de diferentes estratégias de mobilização política para chamar a atenção para os problemas que enfrentam cotidianamente. Ambos os casos analisados aqui mostram que a mobilização política de migrantes é construída em um jogo entre a ilegalidade do ativismo e da organização política de migrantes, de um lado, e, de outro, a existência de demandas específicas por parte desse grupo social que precisam ser tornadas públicas e institucionalizadas para que os governantes reconheçam a situação e ofereçam soluções eficazes.

Ao observar as mobilizações em torno dos casos Zulmira e Brayan, é possível perceber uma série de elementos que podem ser analisados sob a ótica da teoria do reconhecimento. Um dos primeiros esforços dessas mobilizações é a tentativa de liderar a construção intersubjetiva do dano, oferecendo as chaves para a compreensão do episódio de violência pública como racismo, no caso de Zulmira, e como fruto da invisibilidade da subpopulação migrante, no caso Brayan, e criando a possibilidade de transformar o sofrimento em uma luta por direitos e por estima social. Por outro lado, os eventos de mobilização nos dois casos levam à conclusão de que as demandas políticas dos migrantes necessitam estar associadas de alguma maneira a demandas de brasileiros para serem respondidas pelos governantes (pelo menos no contexto da lei anterior de migração). Essa situação pode ser prejudicial para a integração de imigrantes, porque demandas concernentes ao reconhecimento legal e ao reconhecimento de estima social que não são atendidas podem criar sentimentos de injustiça social que impedem que os migrantes sejam percebidos e percebam a si próprios como indivíduos livres e iguais aos cidadãos dos países que residem. Pretendemos, com a discussão aqui empreendida, lançar luz sobre a capacidade de essas injustiças sociais atuarem para impedir o estabelecimento de laços sociais entre os indivíduos e os grupos sociais em seu entorno, no caso, a subpopulação migrante e a sociedade que a acolhe.

Dessa maneira, argumentamos que, além da importância de garantir aos migrantes mecanismos institucionalizados para suas reivindicações com base em direitos políticos do ponto de vista moral, a falta de garantia desses direitos pode significar um grande empecilho prático à sua integração. Dessa perspectiva, a garantia dos direitos humanos dos migrantes poderia ser encarada como um pré-requisito para que os conflitos sociais entre a comunidade migrante e a comunidade hospedeira possam resultar no desenvolvimento de soluções para a melhoria do relacionamento entre elas. Para que isso ocorra, é necessário, portanto, que não existam impedimentos ao

engajamento das populações migrantes em mobilizações que objetivem o reconhecimento legal efetivo de seus direitos e a promoção de estima social positiva para esses grupos. Além disso, essas mobilizações devem encontrar vias que provoquem o envolvimento de fato dos governos na formulação de políticas públicas para responder às demandas da subpopulação migrante. De outra maneira, é possível que a falta de reconhecimento legal, ou, mesmo com a garantia de direitos formais, a falta de estima social das populações migrantes sejam motores da perpetuação da desigualdade nas sociedades, apenas encontrando novas expressões para velhas estruturas sociais.

Sob essa perspectiva, a Lei nº 13.445/2017 significa um avanço importante para o reconhecimento legal das populações migrantes e amplia suas possibilidades de participação política, ainda que o direito de voto e de ser eleito não tenha sido objeto de discussões até o momento. Por outro lado, os direitos garantidos em lei devem ser acompanhados de ações que promovam a estima social positiva das populações migrantes – como ações educativas para as populações migrantes e brasileiras –, para que esses direitos possam significar que migrantes efetivamente tenham instrumentos para atuar sobre suas condições de vida e reivindicar respostas do poder público para suas demandas específicas.

Bibliografia / Bibliografía / Bibliographie / References

- Arendt, H. ([1951] 1979). *The Origins of Totalitarianism*. San Diego: Harcourt Brace & Company.
- Avritzer, L. (2013). O que as manifestações no Brasil nos dizem? *Carta Capital*. Recuperado de <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-que-as-manifestacoes-no-brasil-nos-dizem-1313.html>
- Banco Central do Brasil. (2008). *Carta circular nº 3.355, de 1º de dezembro de 2008*. Esclarece sobre a identificação de depositante, para fins de abertura de contas de depósitos. Recuperado de https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/47751/C_Circ_3355_v2_L.pdf
- Banco Mundial. (2010). *Haiti Earthquake Post Disaster Needs Assessment (PDNA): Assessment of Damages, Losses, General and Sectoral Needs*. Retrieved from <http://documents.worldbank.org/curated/en/355571468251125062/pdf/701020ESW0P1190R0Haiti0PDNA020100EN.pdf>
- Baraldi, C. (2014). *Migrações internacionais, direitos humanos e cidadania sul-americana: O prisma do Brasil e da integração sul-americana* (Tese de doutorado). Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Brasil. Ministério do Trabalho. Conselho Nacional de Imigração. (2010). *Política nacional de imigração e proteção ao(a) trabalhador(a) migrante*. Recuperado de <https://contas.tcu.gov.br/etcu/ObterDocumentoSisdoc?seAbrirDocNoBrowser=true&codArqCatalogado=12456207&codPapelTramitavel=57061292>
- Brumat, L. & Torres, R. (2015). La Ley de Migraciones 25.871: Un caso de democracia participativa em Argentina. *Estudios Políticos*, (46), 55-77.

- Caggiano, S. (2011). Migrantes y lucha por los derechos: posibilidades y limitaciones de la articulación entre organizaciones. In *Congreso de la Red Internacional de Migración y Desarrollo*, 4, Quito. Recuperado de http://rimd.reduaz.mx/ponencias_flacso/PonenciaSergioCaggiano.pdf
- Caggiano, S. (2012). Conexões e entrecruzamentos: Configurações culturais e direitos em um circuito migratório entre La Paz e Buenos Aires. *Mana*, 18(1), 63-90.
- Carens, J. H. (2008). The Rights of Irregular Migrants. *Ethics and International Affairs*, 22(2), 163-186.
- Castles, S. (2006). Guestworkers in Europe: A Resurrection?. *International Migration Review*, 40(4), 741-766.
- Clemens, E. (1993). Organizational Repertoires and Institutional Change: Women's Groups and the Transformation of American Politics, 1890-1920. *American Journal of Sociology*, 98(4), 755-798.
- Clemens, E. (2003). Organizational Repertoires. In J. Goodwin & J. Jasper (Eds.). *The Social Movements Reader: Cases and Concepts* (187-201). New York: Blackwell.
- Cogo, D. (2012). Cidadania comunicativa das migrações transnacionais: usos de mídias e mobilização social de latino-americanos (Brasil). In D. Cogo, M. ElHajji & A. Huertas (Eds.). *Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais* (43-66). Bellaterra: Institut de La Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona.
- Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. (2004). *Resolução 1542*. Recuperado de <http://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/o-brasil-na-minustah-haiti>
- Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. (2017). *Resolução 2350*. Recuperado de [http://undocs.org/S/RES/2350\(2017\)](http://undocs.org/S/RES/2350(2017)).
- Conselho Nacional dos Direitos Humanos. (2018). *Relatório das violações de direitos contra imigrantes venezuelanos no Brasil*. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos Humanos.
- Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001*. Promulga o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000. Recuperado de http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/d3927.2001_tratado_amizade_republica_portuguesa.pdf
- Decreto nº 56.353, de 24 de setembro de 2015*. Institui o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População Imigrante. *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, 60(157).
- Decreto nº 57.533, de 15 de dezembro de 2016*. Regulamenta a Lei nº 16.478, de 8 de julho de 2016, que institui a Política Municipal para a População Imigrante. Recuperado de <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2016/5754/57533/decreto-n-57533-2016-regulamenta-a-lei-n-16478-de-8-de-julho-de-2016-que-institui-a-politica-municipal-para-a-populacao-imigrante>

- Fraser, N. & Honneth, A. (2003). *Redistribution or Recognition? A Political-philosophical Exchange*. London: Verso.
- Freeman, G. (2004). Immigrant Incorporation in Western Democracies. *International Migration Review*, 38(3), 945-969.
- Fundação João Pinheiro. (2016). *Déficit habitacional no Brasil: 2013-2014*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estatística e Informações.
- Gamson, W. (1992). *Talking Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Guirado Neto, J. (2014). *Para além da costura: Trabalho imigrante e organização coletiva na metrópole* (Dissertação de mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-06052015-113355/pt-br.php>
- G1. (2018a, fevereiro 9). Ataques a casas de venezuelanos em Boa Vista foram feitos pela mesma pessoa, afirma a polícia. Recuperado de <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/ataques-a-casas-de-venezuelanos-em-boa-vista-foram-feitos-pela-mesma-pessoa-afirma-policia.ghtml>
- G1. (2018b, setembro 8). Venezuelanos deixam RR e retornam ao país em meio à tensão após confusão com morte de brasileiro e imigrante. Recuperado de <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/09/08/venezuelanos-deixam-rr-e-retornam-ao-pais-em-meio-a-tensao-apos-confusao-com-morte-de-brasileiro-e-imigrante.ghtml>
- Honneth, A. (1996). *The Struggle for Recognition: The Moral Grammar of Social Conflicts*. Cambridge: MIT Press.
- Honneth, A. (2003). Redistribution as Recognition: A Response to Nancy Fraser. In A. Honneth & N. Fraser. *Redistribution or Recognition? A Political-philosophical Exchange* (110-197). London: Verso.
- Honneth, A. (2007). Recognition as Ideology. In B. Van Den Brink & D. Owen (Eds.). *Recognition and Power: Axel Honneth and the Tradition of Critical Social Theory* (323-347). New York: Cambridge University Press.
- Jasper, J. (1998). The Emotions of Protest: Affective and Reactive Emotions in and around Social Movements. *Sociological Forum*, 13(3), 397-424.
- Leão, Augusto Veloso. (2013). Public policy and media frames: the debate over migration in Brazil. *Brazilian Political Science Review*, 1(7), 94-117.
- Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm
- Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. Recuperado de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1998/lei-9612-19-fevereiro-1998-372358-norma-pl.html>

Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm

Lei nº 16.478, de 8 de julho de 2016. Institui a Política Municipal para a População Imigrante, dispõe sobre seus objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias, bem como sobre o Conselho Municipal de Imigrantes. Recuperado de <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2016/10775.pdf>

Ley nº 25.871, de 21 de enero de 2004. Recuperado de http://www.migraciones.gov.ar/pdf_varios/residencias/ley_25871.pdf

Linklater, A. (1998). Cosmopolitan Citizenship. *Citizenship Studies*, 2(1), 23-41.

Lloyd, R. & Silva, J. C. J. (2018, November 13th). Brazil and Venezuela: a storm brewing in Roraima?. *War on the Rocks*. Retrieved from <https://warontherocks.com/2018/11/brazil-and-venezuela-a-storm-brewing-in-roraima/>

Marshall, T. H. (2009). Citizenship and Social Class. In J. Manza & M. Sauder (Eds.). *Inequality and Society: Social Science Perspectives on Social Stratification* (148-154). New York: W. W. Norton and Co.

McAdam, D., Tarrow, S. & Tilly, C. (2001). *Dynamics of Contention*. Cambridge: Cambridge University Press.

Melucci, A. (1989). Um objetivo para os movimentos sociais?. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (17), 49-66.

Mendonça, R. (2011). Recognition and Social Esteem: A Case Study of the Struggles of People Affected by Leprosy. *Political Studies*, 59(4), 940-958.

Menz, G. (2009). *The Political Economy of Managed Migration: Non State Actors, Europeanization, and the Politics of Designing Migration Policies*. Oxford: Oxford University Press.

Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Nacional de Imigração. (2008). Ata da reunião de 6 de maio de 2008. Recuperado de http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812B21345B012B2BF4E634513C/ata_2008_05_06.pdf

Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Nacional de Imigração. (2010). Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Nacional de Imigração. (2009a). Ata da reunião de 10 de março de 2009. Recuperado de http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812B21345B012B2BEE4C5A43C8/Ata_10_03_09.pdf

Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Nacional de Imigração. (2009b). Ata da reunião de 10 de fevereiro de 2009. Recuperado de http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812B21345B012B2BED903C41C2/Ata_10_02_09.pdf

- Moran, M. & Waddington, D. (2015). Recent Riots in the UK and France: Causes and Commonalities. *Contention: The Multidisciplinary Journal of Social Protest*, 2(2), 57-73.
- Moulin, C. (2011). Os direitos humanos dos humanos sem direitos: refugiados e a política do protesto. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 26(76), 145-155.
- Nail, T. (2015). Alain Badiou and the Sans-papiers. *Angelaki: Journal of the Theoretical Humanities*, 20(4), 109-130.
- Oliveira, A. T. R. (2018). Movimentação e registro de migrantes no Brasil: dados do STI e SINCRE. In L. C. Antônio, T. Oliveira & M. Macedo (Orgs.). *Relatório Anual 2018: Migrações e mercado de trabalho no Brasil*. Série Migrações. Brasília: Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho; Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Recuperado de <http://obmigra.mte.gov.br/index.php/relatorio-anual>
- Open Arms, Closed Doors*. (2012). Polacow, F. & Borges, J. (Diretoras). Rio de Janeiro. Documentário. Digital (26 min.). Recuperado de <https://www.aljazeera.com/programmes/viewfinder/2012/12/2012122383251457242.htm>
- Penninx, R. (2005). Integration of Migrants: Economic, Social, Cultural and Political Dimensions. In M. Macura, A. L. Macdonald & W. Haug (Eds.). *The New Demographic Regime: Population Challenges and Policy Responses* (137-151). New York; Geneva, United Nations.
- Portaria Ministerial nº 2.162, de 29 de maio de 2013*. *Diário Oficial da União*, 103.
- Reis, R. R. (2004). Soberania, direitos humanos e migrações internacionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(55), 149-163.
- Reis, R. R. (2006). Os direitos humanos e a política internacional. *Revista de Sociologia Política*, (27), 33-42.
- Reis, R. R. (2007). *Políticas de imigração na França e nos Estados Unidos*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild.
- Resolução nº 217 A (III), de 10 de dezembro de 1948*. Estabelece a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Recuperado de https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.html
- Resolução Recomendada nº 12, de 18 de agosto de 2010*. Dispõe sobre a cooperação interministerial para a emissão de documento aos estrangeiros com vistas a assegurar o regular exercício de direitos e obrigações no Brasil.
- Sánchez, F. (2005). O orçamento participativo em São Paulo (2001/2004): uma inovação democrática. In L. Avritzer (Org.). *A participação em São Paulo* (409-470). São Paulo, Editora da Unesp.
- Sans-Papiers. (1997, février 25). Manifeste de sans-papiers. *Libération*. Recuperado de https://www.liberation.fr/cahier-special/1997/02/25/petitions-manifeste-des-sans-papierssoutiens-des-sans-papiers_195392
- São Paulo. Prefeitura Municipal. (2013). *Programa de metas da cidade de São Paulo: versão final participativa 2013-2016*. São Paulo.

- Siciliano, A. L. (2013). *A política migratória brasileira: Limites e desafios (Dissertação de mestrado)*. Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Silva, J. C. J. & Jubilut, L. L. (2018, July 12). Venezuelans in Brazil: Challenges of Protection. *E-International Relations*. Retrieved from e-ir.info/2018/07/12/venezuelans-in-brazil-challenges-of-protection/
- Simões, G. F. (2017). *Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil*. Curitiba: Editora CRV.
- Singer, A. (2013). Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos Cebrap*, 97, 23-40.
- Souza, J. (2000). Uma teoria crítica do reconhecimento. *Lua Nova*, (50), 133-158.
- Souza, J. (2012). *A construção social da subcidadania: Para uma sociologia política da modernidade periférica (2a ed.)*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- Swidler, A. (2001). Cultured Capacities, Strategies of Action. In A. Swidler, *Talk of Love: How Culture Matters* (pp. 71-88), Chicago/London, The University of Chicago Press.
- Tarrow, S. (2011). *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics*. (3rd ed.). Cambridge, Cambridge University Press.
- Tavares, F. M. M. & RORIZ, J. H. R. (2014). Antes de junho, as ruas de maio: apreensões de ativistas goianienses sobre o Estado e a política institucional. *Anais do IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, Brasília, Associação Brasileira de Ciência Política. Recuperado de http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/%20anais/14/1403565558_ARQUIVO_abcp2014tavares.pdf
- Thijssen, P. (2012). From Mechanical to Organic Solidarity, and Back: With Honneth Beyond Durkheim. *European Journal of Social Theory*, 15(4), 454-470.
- Venezuela: crise humanitária alastra-se para o Brasil. (2017, abril 18). *Human Rights Watch Brasil*. Recuperado de <http://www.hrw.org/pt/news/2017/04/18/302397>
- Ventura, D. & Illes, P. (2010). Estatuto do estrangeiro ou lei de imigração? *Le Monde Diplomatique Brasil*, 4(37), 14-15.
- Vilela, P. R. (2018, agosto 19). Exército diz que 12 mil venezuelanos saíram do Brasil após violência. *Agência Brasil*, Boa Vista, 19 ago. Recuperado de <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-08/exercito-diz-que-12-mil-venezuelanos-sairam-do-brasil-apos-violencia>

4.3 Cabo Verde - Formação profissional e inclusão sociolaboral das imigrantes oeste africanas

Clementina Furtado¹²⁶

Resumo

Este trabalho propõe fazer uma breve análise sobre as políticas migratórias nacionais, através de uma revisão dos mecanismos de promoção da integração dos trabalhadores imigrantes no país, e aplicação de entrevistas ao lado do pessoal da DGI, para perceber melhor os objetivos do projeto e, dentro do possível, os resultados que dele se esperam. A nossa análise mostra-nos que a PNI (Política Nacional de Imigração) surgiu para dar respostas aos desafios da imigração no país. Contempla, entre outras ações, a capacitação de imigrantes no sentido de promover a inclusão dos mesmos. É com base nisso que foi definido um programa de capacitação dessas mulheres, sendo que algumas sessões de capacitação já foram realizadas nesse sentido. Apesar de não haver um mecanismo de seguimento, sabe-se que, hoje, algumas beneficiárias estão já inseridas no mercado laboral. Porém, o grande desafio que se coloca é a fraca adesão desse grupo-alvo a essas sessões de capacitação.

Palavras-chave: Imigração; Gênero; Formação profissional; Inclusão sociolaboral.

Cabo Verde - Formación profesional e inclusión sociolaboral de las inmigrantes oesteafricanas

Resumen

Este trabajo se propone hacer un breve análisis sobre las políticas migratorias nacionales a través de una revisión de los mecanismos de promoción de la integración de los trabajadores inmigrantes en el país mediante la aplicación de entrevistas al personal de la DGI, para percibir mejor los objetivos del proyecto e, igualmente, los resultados que se esperan de él. Nuestro análisis nos muestra que la PNI (Política Nacional de Inmigración) surgió para dar respuestas a los desafíos de la inmigración en el país. Contempla, entre otras acciones, la capacitación de las inmigrantes para promover su inclusión. Es con base a eso que se ha definido un programa de capacitación de algunas mujeres inmigrantes; algunas sesiones de capacitación ya se han realizado. No hay un

¹²⁶ University of Cabo Verde. Center of Research and Training in Gender and Family. clementina.furtado@docente.unicv.edu.cv. Universidade de Cabo Verde Campus do Palmarejo CP 279. E-mail: clementina.furtado@docente.unicv.edu.cv

mecanismo de seguimiento, pero se sabe que algunas beneficiarias ya están insertadas en el mercado laboral. Sin embargo, el gran desafío que se plantea es la débil adhesión de este grupo a esas sesiones de capacitación.

Palabras clave: Inmigración; Género; Formación profesional; Inclusión sociolaboral.

Cap-Vert - Formation professionnelle et inclusion socioprofessionnelle des immigrants de l'Afrique de l'Ouest

Résumé

Ce document propose une brève analyse des politiques nationales en matière de migration, à travers une évaluation des mécanismes visant à promouvoir l'intégration des travailleurs immigrés dans le pays, et des entretiens avec le personnel de la DGI pour mieux comprendre les objectifs du projet et, dans la mesure du possible, les résultats attendus. Notre analyse nous montre que la PNI (Politique Nationale d'Immigration) a émergé pour répondre aux défis de l'immigration dans le pays. Elle vise, entre autres actions, la qualification des immigrés pour la promotion de leur inclusion. C'est sur cette base qu'un programme de formation pour les femmes a été défini et que certaines séances de formation ont déjà été organisées dans ce sens. Bien qu'il n'y ait pas de mécanisme de suivi, selon les informations, certains bénéficiaires sont déjà insérés sur le marché du travail aujourd'hui. Cependant, le grand défi est la faible adhésion de ce groupe cible à ces séances de formation.

Mots-clés : Immigration ; Genre ; Formation professionnelle ; Inclusion sociale et professionnelle.

Cape Verde - Professional training and socio-labor inclusion of West African immigrants

Abstract

This paper proposes to make a brief analysis of national migration politics, through a review of the mechanisms to promote the integration of immigrant workers in the country, and the application of interviews with the DGI staff. This is to better understand the objectives of the project and, as possible, the expected outcomes. Our analysis shows that our PNI (National Immigration Policy) emerged to respond to the challenges of immigration in the country. It contemplates, among other actions, the capacity building of immigrants as a way of promoting their inclusion. Based on that, a training program for these women has been defined, and some training sessions have already been implemented in this direction. Although there is no follow-up mechanism, it is known that some beneficiaries are already inserted in the labor market today. However, the great challenge is the poor adherence of this target group to these training sessions.

Keywords: Immigration; Gender; Professional training; Social and labor insertion.

4.3.1 Introdução

A livre circulação na CEDEAO (Comunidade dos Estados da África Ocidental)¹²⁷ influencia sobremaneira na entrada e fixação dos cidadãos oeste-africanos em Cabo Verde. A imigração em massa começou desde finais do século XX, com alguma influência no equilíbrio demográfico¹²⁸ e, conseqüentemente, trouxe muitos desafios a nível da sua inserção sociolaboral no país. O número de mulheres imigrantes aumentou consideravelmente (de 35,6% em 2010 para 41,3% em 2014, segundo o INE¹²⁹). Uma entram no âmbito do reagrupamento familiar e outras por diversos motivos (emprego, fuga às guerras e busca de paz, trânsito para a Europa, etc.).

Boa parte dessas mulheres possui baixa escolarização (18,2% sem nenhuma escolarização contra 5,7% nos homens - INE, 2017) e teve o primeiro contacto com o emprego no espaço público com a imigração. A sua entrada progressiva no mercado de trabalho nos últimos anos trouxe consigo desafios novos e cada vez mais complexos, constituindo uma agravante para o país fortemente marcado pelo fosso de género neste aspeto. Refira-se que o estudo sobre o Uso do Tempo e o Trabalho Não Remunerado (UTTNR) de 2012 (INE, 2014), indica-nos que o cerca de 77% da carga total de trabalho realizada no país é não remunerado (90% para mulheres contra 73% nos homens); aproximadamente 74% do volume total do trabalho realizado ocorre no âmbito familiar, é realizado por mulheres e não é contabilizado para a economia nacional.

A carga total trabalho das mulheres é quase o dobro da dos homens (61% contra 39%). Igualmente, a taxa de desemprego é superior no seio das mulheres (17,4%, contra 12,9% nos homens em 2016 - INE, 2017). A situação torna-se ainda mais delicada para as imigrantes, pela sua condição de maior vulnerabilidade. Desse modo, justifica-se a tomada de medidas de políticas que promovam a sua formação profissional e sua inserção no mundo laboral.

A ideia de produzir este artigo surgiu na sequência da elaboração da tese de doutoramento concluída em 2012. Durante este período, foram constatados sérios problemas ligados à inclusão/inserção sociolaboral da comunidade imigrada, com particular ênfase para as mulheres: em geral os contratos e as condições de trabalho são precários. O baixo nível de instrução não lhes permite ter um emprego digno e muitas trabalham nas empresas familiares (microempresas dos maridos). Contudo, temos uma proporção considerável que trabalha em vários outros segmentos do mercado laboral nacional. Logo, a necessidade de procurar alternativas para a promoção da sua inclusão e justiça sociais e melhoria das suas condições de vida. Assim, propõe-se a realização deste trabalho, cujos objetivos são os seguintes:

- Fazer uma breve análise da imigração;
- Descrever o perfil dos imigrantes;
- Enumerar as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes no mercado laboral cabo-verdiano, com particular destaque para as mulheres;

¹²⁷ Protocole sur la libre circulation, le droit de résidence et d'établissement, zone CEDEAO, A/P1/5/79.

¹²⁸ Na Boavista, a população entre 2000 e 2010 quase que triplicou, representando uma taxa de crescimento superior a 7%, (média nacional foi de 1,2%).

¹²⁹ Instituto Nacional de Estatística.

- Avaliar as políticas levadas a cabo pela Direção Geral da Imigração (DGI) para a capacitação dos imigrantes oeste-africanos, especialmente as mulheres;
- Identificar possíveis estratégias de seguimento dos seus impactos na sua inserção sociolaboral das mesmas;

Para a concretização dos objetivos traçados, recorreu-se à análise e tratamento de informações estatísticas e documentais, ancoradas nas teorias migratórias internacionais e de instrumentos de política de integração nacional e de promoção dos trabalhadores imigrantes, recolhidos junto do INE, da DGI e da DEF (Direção de Estrangeiros e Fronteiras), instituições responsáveis pela produção e divulgação de informações estatísticas sobre a imigração no país. Igualmente recorreu-se aos trabalhos académicos e relatórios oficiais disponíveis que permitiram fazer um pequeno diagnóstico sobre a situação da imigração no país. Para complementar fez-se a aplicação de entrevistas semi-estruturadas, com algumas questões pré-estabelecidas ao pessoal técnico da DGI responsável pelo projeto de capacitação, visando entender os seus objetivos, os mecanismos de seguimento e os possíveis impactos na inserção sociolaboral dessas mulheres.

4.3.2 Novas dinâmicas migratórias, novos desafios

A entrada massiva de estrangeiros de várias nacionalidades e etnias, nos últimos anos do século XX sobretudo da CEDEAO está associada a vários fatores, nomeadamente as restrições migratórias internacionais que, em paralelo com o acordo de mobilidade na região, facilitam a livre circulação. Consequentemente, cidadãos da região têm procurado Cabo Verde, devido à sua situação de estabilidade socioeconómica e política. Paralelamente, o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e desenvolvimento do setor do turismo e afins, determinou grandes demandas de mão-de-obra e, na sequência, possibilitou a entrada de estrangeiros de diversas nacionalidades, principalmente continentais, sobretudo da CEDEAO, na sua maioria Bissau-guineenses. Atualmente constituem, aproximadamente, 3,4% da população nacional¹³⁰.

Esta imigração é facilitada pelas possibilidades de emprego remunerado, associadas à posição estratégica do país, na encruzilhada da Europa, África e América e uma via potencial para atingir outros continentes. (Figura 1).

¹³⁰ A imigração no país é um paradoxo, pois, acontece numa economia com elevadas taxas de desemprego no seio dos nacionais 10,7% em 2010 – (2015 – 12,4; 2016: 15,6%).

Figura 1. Enquadramento geográfico de Cabo Verde



Fonte: Cortesia Adelcides Varela

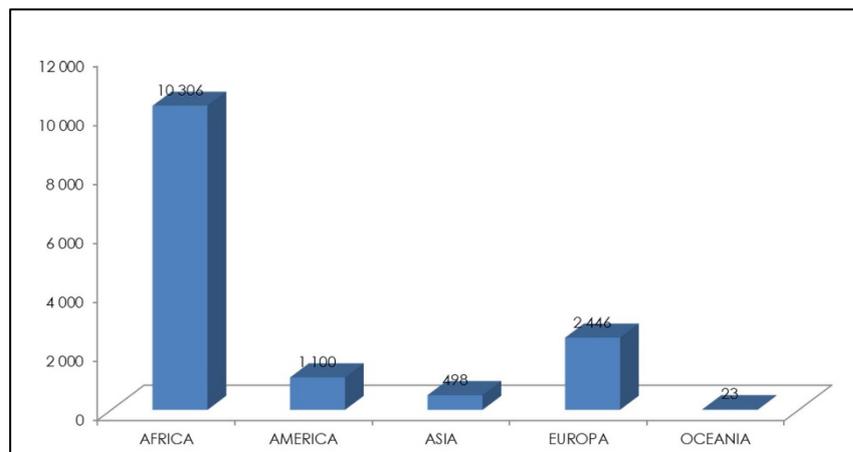
De uma região inicialmente de trânsito, este pequeno país insular (4033km²), localizado na costa Oeste-africana, pouco tempo depois se transformou num destino preferencial. Esta dinâmica acabou por alterar o cenário migratório do país onde passaram a coabitar emigração e imigração.

As dificuldades de regularização associadas à baixa escolarização favorecem a inserção desses imigrantes no *mercado secundário* de trabalho. São pessoas que enfrentam sérios problemas de regularização no país e a sua condição, na sua maioria de imigrantes ilegais, é uma via para a sua exploração laboral. Muitos já vêm com contratos de trabalho, ainda que, por vezes, precários. Isso pode ser explicado à luz da teoria das redes sociais (o capital social em rede), que defende que a imigração é suportada pelo funcionamento das redes migratórias (formal ou informal), baseada nos conhecimentos, na origem nacional étnica, cultural ou familiar.

4.3.3 Perfil da população imigrante

De acordo com o INE (2010), residiam no país cerca de 14.373 pessoas com nacionalidade estrangeira, na sua maioria da África 10.306 (71,7%), dos quais, 8.783 (61,1%) da CEDEAO (figura 2). Os principais países de origem eram a Guiné-Bissau 5.544 (38,6%), o Senegal 1.634 (11,4%), e a Nigéria 740 (5,1%). Mais de 60% residiam em Santiago (Praia, 36,3%), cerca de 17,3% no Sal e aproximadamente 11,5% na Boavista. Eram na sua maioria homens (75,8% - 88,8% para os Bissau-guineenses), com idades entre 20 e 44 anos (73,5%); maioria solteiros (52,8%).

Figura 2. População estrangeira por continente de origem



Fonte: autora, a partir dos dados do INE (2010)

Os dados ponderados do Inquérito Multi-Objectivo Contínuo (IMC-INE, 2014), contabilizavam 17.807 estrangeiros no país. A maioria nasceu em África (38% da CEDEAO - 22,3% da Guiné-Bissau). Os principais destinos continuaram a ser Praia (40,8%), S. Vicente (15,3%), Sal (11,2%) e Boavista (10,9%). Possuíam, na sua maioria, mais de 25 anos (57,9% entre 25-44 - homens: 62,4%; mulheres: 49,8%), eram bastante jovens (mulheres ligeiramente mais jovens), o que pode ser associada a uma imigração de carácter essencialmente laboral. Cerca de ¼ tinha entre 45-64 anos (mulheres: 31,4%; homens: 20,6%). As mulheres representavam 35,6%. Trata-se de um ligeiro aumento se comparado com o censo 2010, que poderá estar relacionado com o processo de reagrupamento familiar e com a própria dinâmica internacional, da feminização das migrações.

Relativamente ao nível de escolaridade, em 2010 a maioria possuía o ensino secundário/curso médio (cerca de 46,3%) e 28% o Ensino Básico; quanto ao Bacharelato/curso superior, os números superam os nacionais, com 13,4%, contra 8,04%. Cerca de 10,3% nunca frequentaram a escola (0,98% a nível nacional). Houve uma ligeira alteração de acordo com os dados de 2014, sendo que 12,8% eram analfabetos (9,2% entre os homens e 19,5% entre as mulheres) e a maioria tinha entre 45-64 anos (cerca de 56%, seja 73,1% entre as mulheres e 36% entre os homens): 18% eram Senegaleses e 12% Bissau-guineenses (Tabela 1).

Tabela 1. Nível de escolaridade da População imigrante (%)

Nível de Escolaridade	% da População Imigrante
Sem Nível (nunca frequentou a escola)	10,3
Pré-escolar	0,03
Alfabetização	1,49
Ensino Básico	28,3
Secundário/profissional	46,3
Bacharelato/Superior	13,4

Fonte: Autora. Adaptado do IMC (2014)

Relativamente aos sectores de atividade, cerca de 26,3% estavam no comércio a grosso e a retalho com diferenças importantes entre os sexos a favor dos homens (28,3% contra 21% entre as mulheres). Aproximadamente 14% trabalhavam no ramo das construções (19% entre os homens e quase nula entre as mulheres). As mulheres estão sobre-representadas na educação (11,4% contra 3% entre os homens). Cerca de 10% encontram-se no alojamento e restauração (sem diferenças entre os sexos). Segundo Furtado (2012), existem algumas diferenças por nacionalidade, com os Bissau-guineenses representados sobretudo na construção civil, os senegaleses na venda de artesanato/roupas e os nigerianos na venda/reparação dos aparelhos eletrônicos. Constata-se uma elevada percentagem em pequenos comércios, acabando por absorver mão-de-obra originária do seu próprio país, mas também de outras nacionalidades, incluindo a nacional. A Teoria do middleman de Bonacich, ainda que não de forma integral, procura tentar explicar esta situação.

As teorias das minorias de intermediação lidam com uma classe particular de fenómenos étnicos, nomeadamente grupos que se especializam no comércio e se concentram na pequena burguesia. As explicações deste fenómeno variam. Alguns vêem estas minorias especializadas como as criações das classes dominantes (não apenas as burguesas, já que elas se emergiram nas sociedades pré-capitalistas também) (Blatock, 1967; Hamilton 1978; Rinder, 1958); desmarcando um grupo como etnicamente distinto, pode ser forçado a ocupar uma posição de classe distinta que é de um uso especial para a classe dominante, nomeadamente, agir como um intermediário para as classes subordinadas da sociedade, enquanto suportando o peso de hostilidade com relação à elite. A reação racista das classes subordinadas contra o grupo de intermediário pode, desta forma ser vista como fenómenos secundários e terciários, manipulados pelas classes para se proteger a si mesmas. (Existem paralelos neste sistema tripartido para a construção de divisões étnicas entre a classe trabalhadora. Em ambos os casos, a criação de duas classes distintas subordinadas etnicamente que são colocadas uma contra a outra ajuda a manter a elite no poder)¹³¹ (Barros, 2016, pp.14-15).

De acordo com os seus pressupostos, a migração temporária não é condição suficiente mas sim, necessária à criação dessas “mini-empresas” pelos imigrantes; a sociedade de acolhimento hostil e discriminatória associada à própria solidariedade do grupo provoca esta forma de inserção laboral do imigrante. Realça ainda a possibilidade de mobilizar recursos baratos (principalmente mão-de-obra) e de forma eficaz devido aos sentimentos étnicos do grupo/lealdade étnica. É criticada, sobretudo por considerar que, provavelmente, o imigrante temporário não teria interesse em criar um negócio, devido aos riscos que isso acarreta e, pelo fato de não pretender ficar definitivamente escolheria trabalhar como empregado. No caso em estudo, contudo, acredita-se que a experiência no ramo de comércio por boa parte destes imigrantes, influencia a criação dessas “mini-empresas”. Assim, parte dos que já cá estão há mais tempo, criam pequenas empresas (facilitada pela lei nacional) e, inclusive, tem oferecido empregos seja aos conterrâneos, seja a alguns cabo-verdianos e, inclusive, estrangeiros de outras nacionalidades.

¹³¹ Tradução livre, a partir do original em inglês.

No concernente à sua situação perante o emprego, de acordo com o INE (2014) a maioria com 15 e mais anos encontra-se a trabalhar (73,3%). A taxa de atividade é bastante elevada e a taxa de desemprego era de 8,5% (7,4% Homens e 11,4% Mulheres).

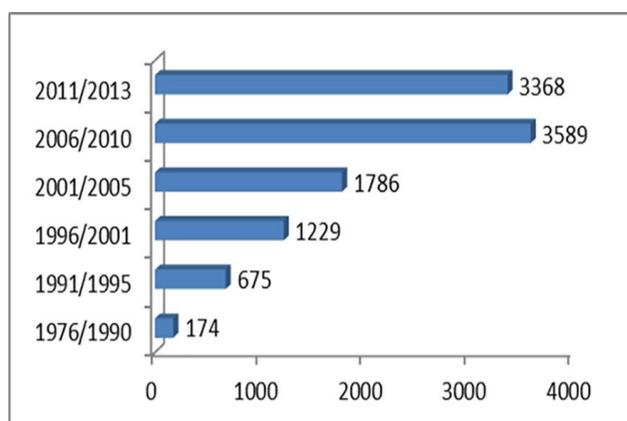
A teoria da Interseccionalidade (e a Imigração feminina) tenta fazer uma reflexão sobre esta desigualdade de oportunidades no acesso ao mercado laboral, em detrimento das mulheres, lembrando ainda que essas podem ser discriminadas de forma diferenciada, em função da sua origem étnica, geográfica e cultural. Consequentemente, umas podem ser mais discriminadas do que outras. Assim, em certas situações mulheres imigrantes sofrem opressão, não por motivo de raça, mas, sim, de género, bem como pelas características socioculturais que lhes impõem muitas restrições que acabam por se refletir, também, na sua inserção laboral. Em geral, mais de metade não possui nenhum vínculo laboral: 52,3% (56% Mulheres e 51% Homens). Para alguns Concelhos mais de 80% não tem contrato de trabalho. Cerca de 20% tem contrato a termo (23% H e 11% M) e 17,3% são quadros efetivos (19,6% M e 16,5% H).

4.3.4 Estrangeiros legalmente residentes

De acordo com informações recolhidas os africanos são os que mais enfrentam problemas no país, com destaque para regularização. A maioria entra no âmbito do acordo da CEDEAO, com direito a permanecer por 90 dias. Após este período quase todos acabam por fixar residência, enfrentando dificuldades no acesso ao mercado de trabalho ou então a um contrato de trabalho que lhes permita regularizar a sua situação. Consequentemente, o número de imigrantes em situação irregular é elevado.

As estatísticas disponibilizadas pela DEF indicam-nos que, entre 1976 e Agosto de 2010 foram atribuídas 7.453 autorizações de residência (quase metade, isto é, 3.589 - 48,2%, entre 2006 e 2010). Entre 2011 e 2013 foram atribuídas 3.368 autorizações, totalizando 11.821 (figura 3), valor de longe inferior ao número de estrangeiros residentes segundo o INE.

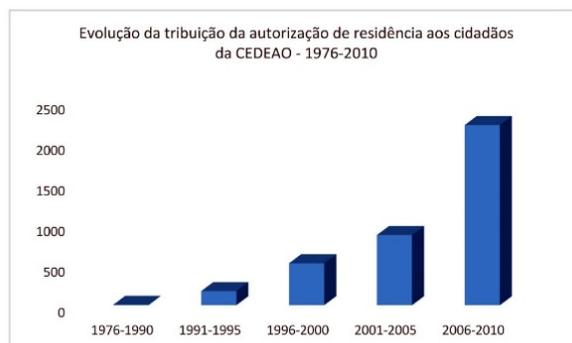
Figura 3. Estrangeiros regularmente residentes entre 1974 e 2013



Fonte: autora, com base nos dados da DEF (vários anos)

Particularmente no caso da CEDEAO (figura 4), entre 1976 e 2010 foram atribuídas 3.778 autorizações de residência (cerca de 51%), dos quais, 2.220 entre 2006 e 2010.

Figura 4. Evolução da autorização de residência aos cidadãos da CEDEAO



Fonte: autora, com base nos dados da DEF (vários anos)

A Guiné-Bissau está em primeiro lugar com 1.530 (40% do total da região e 20% do total dos estrangeiros). Além dessas fontes, dados sobre imigrantes ilegais estimados em 2009 diziam-nos que os números ultrapassavam os 15.000 (Internacional Centre For Police Development – ICMPD, 2009).

4.3.5 Gênero e Imigração

A imigração oeste-africana inicialmente era quase exclusivamente masculina (quase 100% para muitas nacionalidades). Este cenário foi-se mudando com a entrada progressiva das mulheres.

Segundo os dados do INE/ICIEG¹³² (2017), em 2016, as mulheres representavam 39,7%. Muitas encontram-se no comércio informal, com uma situação laboral bastante mais precária que a dos homens. Boa parte, inicialmente dedicava-se às tarefas domésticas (cuidado com os filhos e a casa). Contudo, devido à necessidade de trabalhar para aumentar a renda da família, acabaram por se inserir nesta atividade. Ainda assim, nem sempre trabalham fora de casa: estão no comércio do marido ou então na preparação e venda de comidas típicas dos países de origem a partir de casa, ou seja, o exercício de uma tarefa lucrativa pode não significar a sua saída para o espaço público.

As imigrantes que trabalham fora de casa em setores como hotelaria e turismo e trabalho doméstico precisam estar minimamente capacitadas para tal. Assim, o papel da DGI, através da Política Nacional de Imigração tem sido fundamental.

¹³² Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Gênero.

4.3.6 Da Comissão Interministerial à Estratégia/Política Nacional de Imigração

Uma gestão eficiente dos fluxos migratórios requer uma definição clara de estratégias a nível nacional. Por isso, em 2008 elaborou-se a proposta da Comissão Interministerial para Estudo e Proposição das Bases da Política de Imigração (CIMI) que criou as condições para a elaboração de uma política migratória nacional - (Resolução 8/2008 de 3 de Março). A CIMI constatou a necessidade de elaboração de um instrumento de promoção da integração dos imigrantes no país, devido às lacunas verificadas, a nível da integração e do mercado de trabalho, sobretudo no seio da comunidade de origem africana¹³³. Consequentemente, recomendou a elaboração da Política Nacional para a Imigração/Estratégia Nacional de Imigração (PNI/ENI) que aconteceu em 2011 (publicada em 2012)¹³⁴, com o objetivo contribuir para a implementação do objetivo, valores, princípios e disposições da Política Nacional de Imigração. Na sequência, criou-se a Unidade de Coordenação da Imigração (UCI)¹³⁵ pelo Decreto-Lei nº 19/2011. Em 2014 a UCI passa a designar-se Direção Geral da Imigração (DGI) e atualmente está vinculada ao Ministério da Família e da Inclusão Social (MFIS). (figura 5).

Figura 5. Da CIMI à DGI



Fonte: Barros, 2016

¹³³ Esta constatação foi reforçada por Barros e Furtado (2014). Numa pesquisa sobre a comunidade imigrada em Cabo Verde, identificaram três grupos específicos, em função do grau de integração: integração consolidada (Europeus, Minoria Africana, Latino-americanos), com uma taxa de escolarização elevada e ocupando setores importantes no mercado de trabalho; integração distanciada (Chineses) que estão numa situação intermédia em termos de escolarização, exercem o comércio mas que vivem fechados entre si; integração precária que inclui a maioria africanos da CEDEAO, cujo grau de escolarização é baixa, ocupando assim os setores desqualificados do mercado de trabalho.

¹³⁴ RESOLUÇÃO N.º 3/ 2012 de 23 de Janeiro

¹³⁵ UCI: dispositivo de coordenação e de integração de políticas de imigração, cuja missão é a de coordenar, integrar e acompanhar as políticas e iniciativas ligadas à imigração tendo em vista dar resposta ao fenómeno da imigração em Cabo Verde.

Criou-se, na sequência, o Conselho Nacional de Imigração (CNI), com representantes do Estado, Sociedade civil e procedeu-se à institucionalização de Grupos de Trabalho (GPA) e das grandes temáticas de intervenção. Seguidamente procedeu-se à institucionalização dos Grupos Locais de trabalho a nível concelhio.

A ENI/PNI foi elaborada de acordo com os quatro pilares da Política Nacional de Imigração, definidas pelo Governo em 2010 a seguir enumerados:

- 1) Fluxos migratórios,
- 2) Diálogo, solidariedade e parcerias,
- 3) Crescimento económico e integração social e
- 4) Coerência das políticas de migração.

A ENI possui várias áreas de intervenção, entre as quais, a **integração de imigrantes – respostas políticas**. Esta área inclui, entre outras medidas, “aplicar políticas nacionais para a migração que conceda aos migrantes em situação regular o acesso aos serviços sociais, com a condição de que o migrante, se possível, participe no mercado de trabalho”. Como respostas políticas, propõe-se a Educação e formação, segurança social, saúde e habitação, que prevê “aplicar políticas nacionais para a migração que conceda aos migrantes em situação regular o acesso aos serviços sociais, com a condição de que o migrante, se possível, participe no mercado de trabalho”, Cultura, Práticas Religiosas e Tolerância e Cidadania e Naturalização (UCI, 2012).

Uma das principais finalidades da PNI/ENI é promover a participação ativa das comunidades imigradas a nível social, económico e político, incentivando a sua integração e a inclusão social nas instituições e sociedade de acolhimento. Daí, a implementação de Programas de reforço da Comunidade Imigrada (PISI, Projeto de Promoção da Integração Social do Imigrante Associativo, Programas das Câmaras Municipais), pela DGI.

4.3.7 PISI e inserção sociolaboral

O PISI é um projeto que disponibiliza apoio financeiro às associações e/ou organização consideradas elegíveis, cujo perfil e gestão esteja em consonância com o aprovado e definido no manual de procedimentos elaborado e aprovado pelo CNI. Está sempre alinhado com a PNI/ENI e tem como objetivos: melhorar o mecanismo de diálogo intercultural com as associações de imigrantes e cabo-verdianas para a integração do imigrante; prestar suporte técnico ao movimento associativo representativo das comunidades imigradas reforçando a sua capacidade organizacional visando o seu fortalecimento e dinamização; apoiar Financeiramente as associações através de um Fundo de integração ao Imigrante as organizações consideradas elegíveis, cujo perfil e gestão esteja em consonância com o manual de procedimentos aprovado pelo CNI. Centra-se sobre quatro módulos temáticos, a saber: Quadro Geral de gestão da Imigração em Cabo-Verde; Elaboração e Gestão de Projetos (técnica e financeira); Integração de Imigrantes; Gestão Organizacional.

De entre os vários domínios de intervenção do PISI incluem-se o projeto Inclusão/Regularização: promoção da legalidade, regularidade de permanência, acesso à cidadania,

trabalho, Integração escolar, o combate à exclusão social; Igualdade e equidade de género. Disponibiliza financiamentos cujos valores variam entre os 200 e os 700 mil escudos (2000 e 7000 Euros aproximadamente), havendo já vários projetos já financiados: alfabetização, apoio à formação profissional, agenda cultural de integração, cursos de línguas, empoderamento comunitário, empreendedorismo e gestão financeira do negócio destinado às mulheres imigrantes, entre outros.

As formações visam reforçar a capacidade de intervenção das associações de imigrantes e cabo-verdianas, para a promoção da integração das Comunidades imigradas no desenvolvimento de Cabo-Verde, conforme previsto na PNI/ENI. Neste sentido, várias sessões de formação foram promovidas. Em 2017 beneficiou 1095 pessoas, sendo que apenas 382 eram mulheres (38,8%). Foi realizada uma formação em parceria com a Associação de Apoio à Auto-Promoção da Mulher no Desenvolvimento (MORABI) na área de empreendedorismo, destacando-se a sessão sobre o microcrédito. Neste caso, o problema que se põe, segundo a uma entrevistada da DGI, tem a ver com as condições pouco atrativas (dificuldade em conseguir avalistas e juros elevados). Houve também apoio para fazer formação na Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde (EHTCV) e segundo informações já conseguiram emprego. De acordo com uma das nossas entrevistas os testemunhos das/os participantes revelam que a formação tem sido uma aliada na resolução dos seus problemas.

A Formação sobre Empreendedorismo e Gestão Financeira do Negócio destina-se essencialmente às mulheres imigrantes. Contudo, não havendo número suficiente de mulheres para o preenchimento das vagas, também participaram homens imigrantes e, inclusive, cabo-verdianas, sendo algumas mulheres de imigrantes. De acordo com a nossa entrevista, é dirigida às mulheres imigrantes, mas, havendo vagas, aceitam outros grupos. Esta edição contemplou sessões de 30 horas/cada e dividida em três Módulos: Comportamento Empreendedor; Planificação e Gestão financeira; Contas Básicas. Teve como objetivos elevar o nível de conhecimentos e de competências empresariais e reforçar a capacidade técnica e de gestão técnica e financeira de 50 beneficiárias (25 no Concelho da Praia e 25 de Sta. Catarina). Numa segunda fase contemplou sessões sobre empreendedorismo, gastronomia/culinária e ultimamente, e, em parceria com a Renascença Africana - Associação das Mulheres de África Ocidental (RAMAO) fizeram a capacitação em termos de empreendedorismo, cabeleireiros e estética.

Relativamente aos impactos do PISI, de acordo com a entrevista realizada, não se pode ainda fazer uma avaliação. Objetiva-se o seu seguimento mas deparam-se com dificuldades, devido à falta de técnicos. Contudo, este continua sendo um objetivo de longo prazo, sendo que estão procurando a melhor estratégia para o fazer. Independente disso, estão cientes de que esta é uma via importante para uma melhor inserção laboral da população imigrante. De entre os desafios destacados, refira-se a necessidade de atrair mais mulheres, por um lado e, por outro, procurar alternativas de forma a facilitar o seu acesso ao microcrédito.

4.3.8 Considerações finais

Em jeito de conclusão diríamos que as novas dinâmicas migratórias nos finais do século XX trouxeram novos desafios ao país. Logo, o número de imigrantes, em particular das mulheres, aumentou consideravelmente no país. Muitas tiveram o seu primeiro contato com o emprego fora de casa em Cabo Verde. No entanto, a baixa escolarização constitui um desafio à sua inserção

laboral, pelo que estão inseridas sobretudo em segmentos precários do mercado de trabalho. Daí a necessidade de elaboração e implementação de políticas de inserção/inclusão laboral.

E ENI/PNI tenta responder a este desafio através dos seus vários pilares, mormente no concernente à Integração, onde se dá uma atenção especial a grupos específicos de imigrantes, especialmente de origem africana, com ênfase nas mulheres. A sua situação de vulnerabilidade é maior se comparada com os homens, pelo que a taxa de desemprego é também maior no seu seio. Assim, existem programas como o PISI que procuram responder aos desafios da sua capacitação e inserção laboral.

Através deste projeto um número significativo de pessoas já foi contemplado. No entanto, ainda é preciso atrair mais mulheres, por um lado e, por outro, criar condições de facilitação do acesso ao microcrédito, para promover o emprego imigrante, com vista à sua inclusão/inserção sociolaboral. O seguimento é fundamental, contudo, falta criar condições para isso, por forma a avaliar os seus impactos na melhoria das condições de vida dessas mulheres e da sua inclusão social e laboral.

Bibliografia / Bibliografía / Bibliographie / References

- Barros, C. (2016). *Estratégia Nacional de Imigração. Oficina de Formação para os membros do Conselho Nacional de Imigração*. Praia.
- Barros; Furtado (2014). *Identificação das necessidades dos imigrantes no processo de integração social em Cabo Verde*. Praia.
- Barros, E. (2016). *Class approaches to Ethnicity and Race** (14-15). 2016. Downloaded from crs.sagepub.com at PENNSYLVANIA STATE UNIV on May 8, 2016. Disponível em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.872.4146&rep=rep1&type=pdf>
- DEF (vários anos). *Estatísticas da população legalmente residente*, Praia, Cabo Verde.
- Furtado, C. (2012). *As migrações da África ocidental em Cabo Verde: atitudes e representações*, thèse de doctorat en sciences politiques et sociales Uni-CV/ULB, Praia, Cabo Verde.
- INE (2010). *Apresentação dos dados definitivos do recenseamento geral da população e habitação*. Praia, Cabo Verde.
- ____ (2010). *Relatório dos resultados preliminares do recenseamento geral da população e habitação*. Gabinete do RGPH 2010, Cabo Verde.
- ____ (2011). *Actividade económica. Gabinete do recenseamento geral da população e habitação. Resultados definitivos*. Praia, Cabo Verde.
- ____ (2011). *Recenseamento Geral da População e Habitação 2010. Resultados definitivos*. Praia.
- ____ (2014). *Inquérito Multi-objectivo Contínuo. Relatório do módulo uso do tempo e trabalho não remunerado, em Cabo Verde (2012)*. Praia.

____ (2015). *Inquérito Multi-objectivo Contínuo 2014*. Estatísticas das Migrações. Praia.

____ (2017). *Cabo Verde, Anuário Estatístico 2016*. Praia.

INE/ICIEG (2017). *Mulheres e Homens em Cabo Verde, Factos e Números, 2017*. Praia

ICMPD. (2009). *Cabo Verde - Avaliação das Necessidades em matéria de Asilo e Migração*. Ministerie Van Buitenlandse Zaken.

República de Cabo Verde. Conselho de Ministros (2008). *Resolução n.º 8/2008 de 3 de Março: Cria, na dependência da Ministra-Adjunta do Primeiro-Ministro, a Comissão Interministerial para o Estudo e Preposição das Bases da Política de imigração*. Praia.

UCI (2012). *Estratégia Nacional de Imigração – ENI*. Resolução N.º 3/ 2012 de 23 de Janeiro. Praia.

____ (2014). *Promoção da Integração Social das Comunidades Imigradas. Manual de Procedimentos para o Apoio Financeiro às Associações*. Praia.

4.4. En tiempos de Sóngoro cosongo: memorias de los encuentros interculturales migrantes en la ciudad de Rio de Janeiro

Catalina Revollo Pardo¹³⁶

Mohammed Elhajji¹³⁷

Resumen

Los flujos migratorios en la ciudad de Rio de Janeiro han generado la configuración de modos asociativos por parte de los sujetos inmigrantes, inherentes a las características culturales, políticas y urbanas de la ciudad, lo cual no es novedad para los fenómenos migratorios urbanos, sin embargo, para los estudios migratorios cariocas existe la necesidad de consolidar legados de memoria sobre estas iniciativas. Siendo así, el objetivo de este artículo es dibujar una red de los colectivos culturales inmigrantes en la ciudad de Rio de Janeiro. Partiendo de la experiencia fundante de la Banda Musical Sóngoro cosongo, la cual fue configurada en 2005 por inmigrantes latinoamericanos y brasileños en la ciudad de Rio de Janeiro.

Palabras-clave: Movilidad; Colectivos culturales; Rio de Janeiro; Interculturalidad; Memoria; ciudadanía.

Em tempos de Sóngoro cosongo: memórias dos encontros interculturais migrantes na cidade do Rio de Janeiro

Resumo

Os fluxos migratórios na cidade do Rio de Janeiro têm gerado a configuração de diferentes formas associativas por parte dos sujeitos imigrantes, inerentes às características culturais, políticas e urbanas da cidade, fato que não é novidade para os estudos migratórios urbanos. Mesmo assim, para os estudos migratórios cariocas, existe a necessidade de consolidar legados de memória sobre essas iniciativas. O objetivo deste artigo é desenhar uma rede de coletivos culturais imigrantes na cidade do Rio de Janeiro, partindo da experiência de criação da Banda Musical Sóngoro cosongo, a qual foi configurada em 2005 por imigrantes latinoamericanos e brasileiros na cidade do Rio de

¹³⁶ Pósdoctoranda en Psicosociología de Comunidades y Ecología Social, Profesora colaboradora del Programa de Pós Graduação em Psicosociologia de Comunidades y Ecología Social EICOS - Universidad Federal de Rio de Janeiro, Doctora en Psicosociología de Comunidades y Ecología Social. E-mail: carevollo@gmail.com

¹³⁷ Profesor Titular de la Escola de Comunicação ECO de la Universidad Federal de Rio de Janeiro. Doctor en Comunicación y Cultura de la UFRJ, con pós doutorado en UNISINOS, profesor permanente de Programas de Pós-Graduação em Comunicação y Cultura de la UFRJ y de Psicosociología de Comunidades y Ecología Social (EICOS) de la misma institución. E-mail: mohahajji@gmail.com

Janeiro.

Palavras-chave: mobilidade; coletivos culturais; Rio de Janeiro; Interculturalidade; Memória; cidadania.

À l'époque du cosongo de Sóngoro : souvenirs de rencontres interculturelles de migrants dans la ville de Rio de Janeiro

Résumé

Les flux migratoires dans la ville de Rio de Janeiro ont généré la configuration de modes associatifs de la part des sujets immigrants, inhérente aux caractéristiques culturelles, politiques et urbaines de la ville, ce qui n'est pas nouveau pour les phénomènes migratoires urbains. Pour les études sur les migrations à Rio de Janeiro, il est nécessaire de consolider les héritages de mémoire liés à ces initiatives. L'objectif de cet article est donc de constituer un réseau de collectifs culturels d'immigrés dans la ville de Rio de Janeiro. Sur la base de l'expérience de fondation du groupe musical Sóngoro cosongo, créé en 2005 par des immigrants d'origine latino-américaine et brésilienne à Rio de Janeiro.

Mots-clés : Mobilité ; Collectifs Culturels ; Rio de Janeiro ; Interculturalité ; Mémoire ; Citoyenneté.

In times of Sóngoro cosongo: memories of migrant intercultural encounters in the city of Rio de Janeiro

Abstract

Migratory flows in the city of Rio de Janeiro have generated the configuration of associative modes from the immigrant subjects, typical of the cultural, political and urban characteristics of the city, which is not new for urban migratory phenomena, however, for Carioca migratory studies there is a need to consolidate memory legacies about these initiatives. Thus, the objective of this article is drawing a network of immigrant cultural collectives in the city of Rio de Janeiro. Based on the founding experience of the Sóngoro Cosongo Musical Band, which was set up in 2005 by Latin American immigrants and Brazilians in the city of Rio de Janeiro.

Keywords: Mobility; Cultural Collectives; Rio de Janeiro; Interculturality; Memory; Citizenship.

4.4.1 Introducción

El importante subsidio metodológico de los estudios de la memoria es el eje que articula el análisis intercultural que propone este artículo, con la intención de contribuir a los legados de memoria sobre el contexto migratorio brasileño y latinoamericano, siendo así, la propuesta es describir las actividades de los colectivos culturales de los inmigrantes latinoamericanos en Rio de Janeiro, con la perspectiva crítica de los estudios de la memoria en clave intercultural, con la intención de desvendar los procesos de reivindicación de los grupos de inmigrantes, en contrapunto a las narrativas hegemónicas de los discursos oficialistas e institucionales que recae

sobre esta población.

Este análisis pretende evidenciar el cotidiano de los inmigrantes latinoamericanos en tierras cariocas; en las calles y fiestas de esta emblemática ciudad, analizando materias periodísticas, entrevistas y material audio-visual, para alcanzar el objetivo arriba propuesto. El texto está dividido en tres secciones: (a) en la primera se trabajará la trayectoria de la palabra, Sógoro Cosongo, destacando la importancia de legado negro para la construcción intercultural de los procesos asociativos culturales en Rio de Janeiro; (b) en la segunda sección se presentará la red de colectivos culturales de inmigrantes latinoamericanos que actúan en Rio de Janeiro; (c) en la última sección se analizará el comportamiento de esta red en relación con las propuestas teórico metodológicas de la interculturalidad (Walsh, 2009, 2010) y el multiculturalismo (Baumann, 2001), comprendiendo que la presencia de Sógoro Cosongo ha sido punto de referencia para la articulación y acción de esta red de colectivos de inmigrantes.

4.4.2 Las Memorias de Sógoro cosongo

Segundo Jelin (2012), la memoria como construcción social implica el estudio de las propiedades de quien está narrando, y prestar atención a los procesos de construcción del reconocimiento concedido socialmente por el grupo al cual se dirige, ya que la recepción de los hechos transmitidos por narrativas no es un proceso pasivo. Existe una lucha por las representaciones del pasado, centradas en el debate del poder, de la legitimidad y del reconocimiento, esta lucha implica que los diversos actores utilicen estrategias para cuestionar las narrativas oficiales e institucionales de los legados de memoria, con la finalidad de desestabilizar los legados hegemónicos sobre el pasado.

Relacionado a lo anterior, es fundamental destacar que este artículo pretende reconocer que el legado de la producción cultural de estos colectivos sucede dentro del contexto del proyecto intercultural latinoamericano, que reivindica el legado de los negros y de los indígenas en América. Pues las narrativas históricas nacionalistas, tradicionalmente se han dedicado a blanquear por medio de la democracia racial, los legados de memoria en Sur América, Walsh (2009. p. 25) explica cómo las políticas de mestizaje en todo el continente han “dado inicio a una serie de políticas y prácticas dirigidas al ‘mejoramiento de la raza’, y a la adopción de valores, costumbres, actitudes y conocimientos ajenos y universales”.

Siguiendo este flujo de ideas, destacó que la palabra Sógoro cosongo es el nombre que el escritor cubano, Nicolás Guillén, usa para titular su libro de poemas de 1931. Según Carmen Galindo (2012), al poeta le gustaba introducir palabras africanas a sus poemas y también explotaba los sonidos de las onomatopeyas. Por esto la palabra no llegó del África o ni es una onomatopeya, es una invención lingüística que el autor la identifica como jitanjáfora.

Guillén en su propio epílogo resalta el interés de que su obra resuene a Negro,

No ignoro, desde luego, que estos versos les repugnan a muchas personas, porque ellos tratan asuntos de los negros del pueblo. Diré finalmente que estos son unos versos mulatos. Participan acaso de los mismos elementos que entran en la composición étnica de Cuba, donde todos somos un poco níspero. ¿Duele? No lo creo. En todo caso, precisa decirlo antes de que lo vayamos a olvidar. La inyección africana en esta tierra es tan profunda, y se

cruzan y entrecruzan en nuestra bien regada hidrografía social tantas corrientes capilares, que sería trabajo de miniaturista desenredar el jeroglífico (Guillen. 2002).

La intención de construir un legado de memoria, destacando el componente afro e indígena es norteador para comprender la construcción de las estrategias asociativas de los colectivos culturales de inmigrantes en Rio de Janeiro. La red de colectivo presentada en este estudio, está tejida por la musicalidad afro amerindia.

El poeta Guillén, que se invento la palabra Sóngoro Cosongo, no sabía que después se convertiría en el nombre de una famosa canción de salsa del cantante puertorriqueño Héctor Lavoe, que en 1978 dio a conocer en su álbum *Comedia*, y que luego en la primera mitad del siglo XXI, un grupo de amigos inmigrantes latinoamericanos en Rio de Janeiro, encontraría en la sonoridad de esta palabra el recurso perfecto para llamar a su banda musical.

La Banda Musical Sóngoro cosongo surge en Rio de Janeiro en agosto de 2005, entre las paredes del bar llamado “taberna diferente”, en el Barrio Santa Teresa, en el centro de la ciudad. La mayoría de los integrantes de la banda, son músicos inmigrantes latinoamericanos provenientes de Argentina, Brasil, Chile, Colombia y Venezuela. Algunos de ellos dedicados (en la época) a viajar por América latina haciendo investigación musical, pero que para el año 2005 estarían radicados en este barrio, por motivos personales y políticos.

La banda Sóngoro cosongo en febrero de 2006 lanza en Brasil, Argentina y Chile, su primer disco llamado: *Misturado com cachaça fica muito bom*, con 12 músicas originales. También se inaugura en el carnaval de 2006 con el Bloco Sóngoro Cosongo, que contaba con más de treinta músicos interpretando el repertorio de la banda por las calles del barrio. En el carnaval de 2007, su ritmo ya animaba a más de 1000 personas y lanza, con el sello disquero *Bolacha Records*, el disco *Psicotropicalmusik Vol. II*.

Los carnavales siguieron y los años pasaron, tocaban en casas de shows y centros culturales en Brasil y América Latina, en prestigiosos escenarios como el *Circo Voador* de Rio de Janeiro y en fiestas-show auto gestionadas por la banda en las antiguas mansiones de Santa Teresa. En varios de sus shows, contaron con la participación de reconocidos músicos como Carlinhos Brown, Davi Moraes, Chico Chagas y Gustavo Contreras, entre otros. Para el año de fue 2015 realizado su último show y desde entonces a recibido varios homenajes, como en el último Festival Internacional de Fanfarrias llamado Rio-Honk Festival.

Las materias de la prensa de la época, revelan que inicialmente el público no identificaba la propuesta musical, según *Lina* inmigrante colombiana dice en 2009 para el *Jornal do Brasil* “no conseguí un nombre único para clasificar el estilo de música, pero estaba adorando.” Esto se debe a que la propuesta musical es una mezcla entre cumbias, merengue, frevo, chorinho, candombe, afro-beat, reggae, jazz, salsa y otros ritmos, lo cual la banda denominó como estilo psicotropical musik (Diario La Nación, 2008).

La creación de su propio género musical, la psicotropical musik, es un elemento de la banda que merece destaque, como lo dice uno de los músicos de la banda Arturo Cussen en el video producido por Santa Filmes (2007), “No estamos intentando explicar cómo es que es, nosotros estamos tocando lo que creemos que suena bien y el criterio es 100% musical”.

Los encuentros lingüísticos y la madura investigación rítmica de los legados afrolatinoamericanos, afrobrasileños y otras sonoridades no comprendidas en la música afro, llevó

a la banda a generar un estilo propio, con el que expresan sus trayectorias migratorias. Las canciones tienen letras en español y portugués simultáneamente, tal como Guillén, juegan con las sonoridades de estas palabras, un ejemplo es esto puede ser apreciado en la canción Pin Pirin Hey. Los elementos de sus letras, están relacionados con los asuntos sencillos y cotidianos de sus trayectorias; nombres de frutas y verduras o análisis de sus situaciones diarias como: Nunca digas nunca o Se siente bien.

Sí las letras pudieran sonar, este texto estaría completo. Relatar las calles, la música y los procesos creativos, ha implicado insertar recursos audiovisuales en las notas de pie de página del manuscrito. Links que recomiendo observar y escuchar, para que cuando se perciban el alto nivel de las fusiones musicales, no se deje llevar por la idea de que este análisis está haciendo oda al mestizaje en desde la perspectiva de la democracia racial. Al contrario, este análisis pretende destacar las complejas, violentas y paradójicas dinámicas interculturales del territorio latinoamericano, ya que la presencia negra e indígena en estas músicas, generalmente es devorada por la metáfora del mestizaje. La presencia de las gaitas y maracas (de los indígenas), de los llamadores, alegres, Djembês y tamboras (de los negros), se entrecruzan con una didáctica reivindicación migratoria, por medio del escandaloso *portuñol*, que en estas canciones y carnavales, resulta agradable al brasileño. Lo que se complementa con la afirmación del profesor ElHajji (2012), en la que explica que el referencial extra-estatal de la cultura de origen sirve como catalizador semántico simbólico para la activación y aprobación de los discursos de reconocimiento, identificación y diferenciación de esas comunidades, que salen del cuadro comunitario local de pertenencia étnico-cultural.

4.4.3 La Red de Colectivos Culturales inspirados en Sóngoro cosongo

Para empezar, destacamos que el análisis de redes para los estudios migratorios cuestiona los análisis que se restringen a los aspectos económicos de la migración. Las redes sociales son relevantes para los migrantes por su centralidad en los procesos de integración y organización. Según Scherer-Warrem (2006) es menester marcar la diferencia entre las redes sociales y redes migratorias (las primeras preexistentes en la sociedad, soportan la articulación de las segundas), las redes de migrantes pueden operar para soportar: la decisión de migrar, las dinámicas de instalación, manutención, creación del vínculo con los locales y la articulación de procesos de movilización por derechos y ciudadanía.

En este estudio, las funciones de las redes migratorias propuesto por Scherer-Warrem (2006), serán relacionadas con las interpretaciones del enfoque intercultural para las migraciones, entendido como un proyecto social, político, ético y epistémico que pretende transformar y construir condiciones de pensar, conocer, ser, estar y convivir, radicalmente distintas; cuestionando los legados eurocéntricos coloniales e imperiales (Walsh, 2010, p. 221).

En el presente estudio se identificó la configuración de una red de 8 colectivos articulada sobre el legado cultural de la banda Sóngoro cosongo. Es menester destacar que la banda también generó una original propuesta de gestión y producción, basada en la autogestión local y transnacional, por medio convocatorias de fomento cultural y acciones a través de sus redes locales y transnacionales, en diferentes lugares de América Latina, esta es una característica fundante para comprender la red de colectivos configurada alrededor de Sóngoro cosongo, que será explicada a

continuación.

Los colectivos que destacados que articularon la red son: El Circo da Silva, Kumbiamba, BalKumbia, La Clandestina, Saoko, Saudades de Cumbia, Bésame Mucho y La Fanfarrada.

El Circo da Silva fue configurado en el año 2016 por miembros de Sóngoro cosongo, otros músicos y circenses. Cuenta con un número variable integrantes (que oscila entre 4 o 8) brasileños e inmigrantes latinoamericanos. Es una propuesta circense musical que tiene como objetivo el público infantil. Componen canciones propias con una profunda mezcla de ritmos musicales, destacando las posibilidades estéticas del portuñol.

La banda musical Makumbia y más recientemente llamada Kumbiamba, se consolidó en 2009, configurada por 6 integrantes brasileños y de América latina, algunos miembros de la banda Sóngoro cosongo. Se dedican a interpretar el legado musical afrocolombiano. Reivindican la presencia de los ritmos afro-latinos en Rio de Janeiro, a través de la difusión de la cumbia de raíz y sus derivados, con interpretaciones que mezclan toques y sonoridades de otras latitudes como la música brasileña y a peruana.

El Colectivo de Djs BalKumbia está compuesto por tres integrantes: inmigrante argentina y brasileños. Balkumbia Sounds presenta ritmos que surgen de la mezcla entre la Balkan y la cumbia. Promueven fiestas en la calle, en las que se resalta la fusión de los ritmos de varias latitudes, estas fiestas son un punto de encuentro para la noche de los inmigrantes y turistas que disfrutan la escena alternativa. Se configuró en 2006 con la unión de los proyectos *Festa Balkanica* (Br) y *Kumbia Nena* (Ar).

El colectivo latino-americanos de Djs y artistas La Clandestina, está configurado por 7 integrantes de América latina, el cual se articula en 2012 por un grupo de amigos inmigrantes que adoran poner música para que las personas bailen en las calles. Desarrollan mix tapes inspirados en las producciones tradicionales, experimentales, independientes y alternativas de Nuestra América. Promueve en el territorio carioca espacios contra hegemónicos para el intercambio entre las diferentes culturas que componen esta ciudad, realizando intervenciones urbanas alternativas con música, gastronomía y danza en plazas y parques. Reivindicando la libre expresión de la población inmigrante en el Brasil. En el año 2012 realizaron una gran fiesta con la Banda Sóngoro cosongo.

La banda musical Saoko es una conformación del 2017, compacta y versátil de brasileños e inmigrantes latinoamericanos (integrantes de Sóngoro cosongo), que se juntaron con el deseo de trabajar con el rico repertorio latinoamericano, especialmente son cubano, rumba, bolero y cumbia. El grupo invoca la magia de la música latina, con acento carioca, pues también realiza la relectura *choros* y clásicos del repertorio brasileño con sazón latina.

Saudades de Cumbia está conformada por dos hermanos argentinos radicados en Rio de Janeiro, para el año 2013. Nace en formato de fiesta autogestionada en un casaron de Santa Teresa que, según sus organizadores, tenía el objetivo de matar las *saudades* de nuestro ritmo latino más popular: la cumbia. Ahora se presenta en el formato de Banda, con su primer material discográfico lanzado en 2017.

El Bloco Bésame Mucho, se funda en el año 2012 por un grupo de inmigrantes latinoamericanos y brasileños, que interpreta músicas esencialmente latinoamericanas. En sus palabras afirman que “traemos un poco de la diversa cultura de la Patria Grande al carnaval de

calle de Rio de Janeiro”. El repertorio tiene una gran variedad de ritmos latinos, brasileños y afro-caribeños.

La Fanfarrada es una banda de 15 integrantes brasileños e inmigrantes latinoamericanos (miembros de Sóngoro cosongo) que nace en 2012, tiene su repertorio basado en las tradiciones futuristas de América Latina, Balcánicas, Africanas, del Mississippi, y del Caruarú, entre otras. Posee instrumentación de vientos y percusión, reconoce que ha sido influenciada por varias bandas entre ellas; Sóngoro cosongo. La Fanfarrada es una Fanfarria, que tiene el orgullo de ser fanfarriasta y presentar su abundante baile de tradición post vanguardista.

En términos generales, se puede observar que esta red de colectivos está conformada por inmigrantes latino-americanos. Son colectivos mixtos, que desarrollan actividades culturales con y sin fines lucrativos. Sus estrategias de acciones culturales son a la vez políticas, estando íntimamente relacionadas con la sobrevivencia y reivindicaciones de la población de inmigrante en el Brasil.

También es importante resaltar que la localización geográfica de las actividades de la mayoría de los colectivos está en la región central y sur de la ciudad, y también en el ciberespacio. En la actualidad, la migración no corresponde solo al acontecimiento de desplazarse de un lugar a otro, según ElHajji (2012), los sujetos y colectivos diaspóricos en la actualidad se configuran por los desplazamientos mediáticos o/y territoriales. El uso de TICs, es fundamental y diverso en narrativas e imágenes, destacando el valor de las fotografías y videos de los eventos y la producción gráfica en torno de los mismos, con elementos de identificación de una estética común de la red de colectivos. Según Cogo (2012), la articulación de las redes sociales, relacionada a la interfase de las TICs, ha reorganizado las maneras en que sucede el transnacionalismo migratorio. Los medios de transporte y el acceso a las tecnologías de comunicación son factores que articulan las experiencias multiterritoriales y revolucionaron la dinámica socio espacial contemporánea.

Como ya se dijo, esta red de colectivos no está solo articulada en el ciberespacio, ella está articulada en el territorio; las calles los parques, los carnavales, los bares, las casas de shows, las mansiones y los espacios para ensayar. A la vez estos territorios pasan al ciberespacio en formato de video o imagen, como parte de la estrategia de autogestión de los colectivos.

Otra importante característica de la red, es que está construida en la dinámica intercultural, en la cual los inmigrantes generan un juego de espejos, para abrir sus propios colectivos en el territorio y en la web, sin pretender una “integración nacional” y sí una ciudadanía activa intercultural, donde el contexto social es comprendido en su diversidad, con múltiples significados y pluralidad de manifestaciones existenciales, más delimitado por lo imaginado, que por las fronteras temporales y artificiales que los definen oficial y formalmente (ElHajji, 2008).

4.4.4 Sóngoro cosongo y la red, entre el proyecto latinoamericano intercultural y la praxis multicultural

Para cerrar este análisis, se propone nadar entre las turbias aguas de los conceptos de multiculturalismo e interculturalidad de Catherine Walsh y Gred Bauman, para comprender los procesos de acción y gestión del movimiento cultural de inmigrantes en Rio de Janeiro. Según Walsh (2010, p. 42),

La multiculturalidad se refiere a la multiplicidad de culturas existentes dentro de un determinado espacio: local, regional, nacional o internacional, sin que necesariamente tengan una relación entre ellas. En estos contextos el multiculturalismo se entiende como un relativismo cultural, es decir una segregación entre culturas demarcadas y cerradas sobre sí mismas sin aspecto relacional.

La misma Walsh (2010, p.43) nos explica que este el multiculturalismo se constituye dentro de dos contextos políticos diferentes; (a) las demandas de los grupos culturales subordinados dentro de la sociedad, que claman por justicia e igualdad y (b) las bases del Estado liberal; en el que todos supuestamente comparten los mismos derechos en una sociedad nacional monocultural, lo que en América Latina se aproxima a la democracia racial, que tolera las diferencias sin problema o resistencia, ocultando la permanencia de las desigualdades e inequidades sociales.

La presencia de los colectivos de inmigrantes pretende cuestionar el concepto moderno de ciudadanía; por medio de una práctica artística que se articula desde abajo, para arriba; partiendo de las calles y de la autogestión, creando un legado propio sobre el lugar donde se está, articulado dialógicamente al lugar de donde se vino.

El aporte de Gerd Baumann (2001), para analizar la praxis multicultural, inicialmente critica el multiculturalismo global (tal como lo hace Walsh), problematizando que las formas de multiculturalismo con que el occidente está familiarizado son la representación organizada de la diferencia cultural, y su género más emblemático, son los desfiles multiétnicos, ya en lo que define como praxis multicultural procesual;

Nos encontramos no es un mosaico de cinco o de cincuenta culturas determinadas, cada una de ellas definida sin referencia a la otra, sino precisamente esa red elástica entrecruzada llena de identificaciones circunstanciales que demanda el concepto de nuestra teoría (Baumann, 2001, p. 115).

Sóngoro cosongo y la red de colectivos, no parece tener la problemática multicultural del desfile multiétnico. Por medio de su producción y gestión cultural, consiguen configurar una praxis multicultural procesual (en los términos de Baumann), llegado hasta generar su propio género musical; psicotropical musik y consolidarse como la primera orquesta de fanfarria de la ciudad. Este proceso multicultural dialógico va a derivar en la configuración de otros colectivos culturales, que pretenden reivindicar su lugar de inmigrantes en su propia condición migratoria (ElHajji, 2012) con un producto propio, el cual dialoga con la escena local.

Conseguir un discurso sobre la cultura de carácter procesual, deriva en una praxis dialógica, donde ninguna comunidad y ninguna cultura se pueden definir sin hacer referencia a las demás. La praxis del multiculturalismo no se ocupa de las diferencias entre ellas sino del pensamiento multirelacionado, consideramos a los llamados otros como una parte necesaria de lo que somos (Baumann, 2001, p. 115).

Lo más importante para Sóngoro cosongo y los demás colectivos culturales analizados, es conseguir fusionar, sin blanquear, los distintos ritmos con los que sus músicos vienen viajando, para así convertirlos en parte del legado de la música carioca.

El proyecto intercultural de Walsh (2010), no es sinónimo de la praxis multicultural de Baumann (2001). Cada autor defiende sus ideales e intereses, de acuerdo con su lugar de enunciación, y en lo que concierne a este artículo, el proyecto de la praxis multicultural de Bauman

(2001), no puede ser comprendido en el contexto latinoamericano sin la presencia del proyecto intercultural latinoamericano.

Para el contexto latinoamericano el multiculturalismo global sustenta la producción y administración de la diferencia dentro del orden nacional, para la expansión del neoliberalismo. La interculturalidad como es entendida en esta geografía, pasa primero por los grupos históricamente subalternizados, hacia arriba, apuntando cambios radicales en este orden. Su proyecto no es simplemente reconocer, tolerar o incorporarlo diferentes, dentro de la matriz y estructuras establecidas. Por el contrario su proyecto es implosionar desde la diferencia, a las estructuras coloniales de poder. Con el reto, propuesta, proceso y proyecto de es reconceptualizar y refundar las estructuras sociales, epistémicas y existenciales que generen una escena y relación equitativa, entre: lógicas, prácticas y modos culturales diversos, de pensar, actuar y vivir (Walsh, 2010, p. 44).

Es necesario subvertir la herida colonial y la democracia racial que tanto caracteriza al Brasil; resaltando la presencia, acción y trayectorias del movimiento de inmigrantes, en los tiempos de Sóngoro cosongo. Lo cuales, por medio de expresiones armónicamente caóticas, ocupan de abajo para arriba, los espacios de la escena cultural carioca, por medio de la exaltación del legado afroamerindio; hilo conductor y articulador del encuentro intercultural de corazón abierto (recuerden que estamos en carnaval) entre inmigrantes y cariocas.

Concordando, con Walsh (2010), a nivel institucional, la interculturalidad en América latina aún no existe, es un proyecto en proceso, pero sí la podemos encontrar en los libros de poesía, en las canciones y en las calles del carnaval carioca; con el legado que ha dejado Sóngoro cosongo, desde Nicolás Guillén, pasando por los miles de bailadores de la inolvidable canción de Hector Lavoe, hasta el serio y amoroso trabajo de la banda musical de latino-carioca de psicotropical musik.

Para cerrar, nos gustaría agradecer a todas las/os inmigrantes que participaron directa o indirectamente con las fuentes primarias de este trabajo, y resaltar que esta producción es un sentido homenaje a la banda Songoro cosongo y a la red de colectivos aquí diseñada, que apuesta cotidianamente por la construcción de una ciudadanía intercultural desde el arte y la cultura en las calles.

Bibliografía / Bibliografia / Bibliographie / References

- Baumann, G. (2001). La praxis multicultural: lo banal y lo óptimo de los desfiles culturales al multiparentesco. In: G. Baumann, *El enigma multicultural: un replanteamiento de las identidades nacionales, étnicas y religiosas*. Barcelona: Ed. Paidós, 149-162.
- Braga, A. (2013). Entrevista en el documental: Barrio de Santa Teresa – Rj. In: Ana Paula Van Onselen. Oficina de comunicación, curso de Jornalismo. Universidad Vega Almeida. Acceso: <https://www.youtube.com/watch?v=ezGSwLWBIaA>
- Cogo, D. ElHajji, M. Huertas, A (Orgs). (2012). *Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais*. Bellaterra: Institut de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona.

- ElHajji, M. (2008) Papel da Comunicação Comunitária Cultural na Construção de Espaços Identitários Transnacionais. In: B. Fuser. (Org.). *Comunicação para a Cidadania*. Rio de Janeiro: E-paperes.
- _____. (2012). Rio de Janeiro-Montreal; conexões transnacionais ruídos interculturais. In: C. Denise, M. ELHAJJI, A. HUERTAS (Orgs.). *Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais*. Bellaterra: Institut de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona.
- Galindo, C. (2012). Nicolás Guillén: vanguardia y compromiso social. *Revista Siempre*. En: <http://www.siempre.mx/2012/07/nicolas-guillen-vanguardia-y-compromiso-social/>
- Guillén, N. (2002). *Sóngoro cosongo y otros poemas*. Madrid: Ed Alianza Editorial.
- Jelin, E. (2012). *Los trabajos de a Memoria*. Lima: Ed IEP Instituto de Estudio Peruanos.
- RAE. (2017). *Diccionario de Lengua Española. Edición del Tricentenario*. Acceso: <http://dle.rae.es/?id=MUZjPaR>
- Rubim, A. (2008). Políticas culturais do governo Lula / Gil: desafios e enfrentamentos. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. 31, (1), 183-203.
- Santa Filmes. (2007). *Sóngoro cosongo: com seu disco misturado com cachaça fica muito bom*. Tomás Magariños. ECO -UFRJ
- Sarlo, B. (2007). *Tempo passado, cultura da memoria e guinada subjetiva*. São Paulo; Belo Horizonte: Editorial Companhia das Letras, Editorial UFMG.
- Schere-Warren, I. (2006). Das Mobilizações às Redes dos Movimentos Sociais. *Revista Sociedade e Estado*, 21(1), 109-130.
- Walsh, C. (2009). *Interculturalidad, Estado y Sociedad; Luchas (De)coloniales de Nuestra Época*. Quito: Editorial Abya-Yala.
- _____. (2010). Estudios (Inter)culturales en clave De-colonial. *Revista Tabula Rasa*, 12, 209-227.

4.5 Diáspora cabo-verdiana no Rio de Janeiro: identidade (trans) cultural, integração e cidadania

Maria de Fátima Carvalho Alves¹³⁸

Resumo

O presente texto versa sobre a diáspora cabo-verdiana que chegou ao Rio de Janeiro no início do século XX, fixando aí residência e recriando novos padrões de vida, que influenciaram na (re)construção de novas identidades culturais. Os estudos empíricos realizados junto à comunidade apontam-nos que esses cabo-verdianos experimentaram mudanças de ordem psicossocial e cultural, resultado da interação constante com os brasileiros, tornando-se, assim, mais próximos de padrões culturais que, até então, não faziam parte de suas experiências de convívio. Esses imigrantes defendem que possuem várias formas de identificação com o Brasil, que podem ser percebidas através dos traços culturais, hábitos e costumes, formação étnica, língua e literatura. Tais semelhanças com o país de destino, de fato, contribuíram para uma fácil inserção social dos cabo-verdianos na sociedade brasileira, na carioca em particular. Verifica-se que essa interação, associada a uma coexistência pacífica entre os dois grupos, sem maiores choques ou conflitos identitários e/ou culturais, favoreceu a construção e/ou reconstrução de uma identidade cultural positiva por parte desses imigrantes. Essa nova identidade é expressa a partir das representações sociais construídas pelos distintos grupos de cabo-verdianos residentes no Rio de Janeiro, sobre diversos objetos que estão implicados no processo de construção de suas identidades, no entrecruzamento das culturas e identidades cabo-verdianas e brasileiras. É em tal perspectiva que os cabo-verdianos nessa cidade – tomados tanto como sujeitos quanto como objetos de representação – têm construído um conhecimento ao mesmo tempo prático e reflexivo da sua inserção no contexto brasileiro, através do contato face a face com a sociedade receptora, bem como a partir das representações que já haviam elaborado no país de origem, sob a influência dos meios de comunicação de massa.

Palavras-chave: Imigração; Cabo-verdianos no mundo; Representações sociais; Identidade cabo-verdiana; Diáspora cabo-verdiana.

¹³⁸ Doutoranda em Processos Psicológicos e Comportamentos Sociais – Universidade de Santiago de Compostela - USC. www.usc.es. Mestre em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ www.uerj.br. Professora Graduada do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais – ISCJS www.iscjs.edu.cv E-mail: marialves648@gmail.com

Diáspora cabo-verdiana en Río de Janeiro: identidad (trans) cultural, integración y ciudadanía

Resumen

El presente texto aborda el tema de la diáspora caboverdiana que llegó en Río de Janeiro a principios del siglo XX, fijando allí residencia y recreando nuevos patrones de vida, que influyeron en la (re)construcción de nuevas identidades culturales. Los estudios empíricos realizados en esta comunidad apuntan a que estos caboverdianos experimentaron cambios psicosociales y culturales resultado de la interacción constante con los brasileños, volviéndose así más cercanos a patrones culturales que hasta entonces no formaban parte de sus experiencias de convivencia. Estos inmigrantes defienden que poseen varias formas de identificación con Brasil, que pueden ser percibidas a través de los rasgos culturales, hábitos y costumbres, formación étnica, lengua y literatura. Estas semejanzas con el país de destino, de hecho, contribuyeron a una fácil inserción social de los caboverdianos en la sociedad brasileña, carioca en particular. Se constata que esta interacción, asociada a una coexistencia pacífica entre los dos grupos, sin mayores choques o conflictos de identidad y / o culturales, favoreció la construcción y / o reconstrucción de una identidad cultural positiva por parte de estos inmigrantes. Esta nueva identidad cultural se expresa a partir de las representaciones sociales construidas por los distintos grupos de caboverdianos residentes en Río de Janeiro sobre diversos objetos que están implicados en el proceso de construcción de sus identidades que se producen en el cruce de las culturas e identidades caboverdianas y brasileñas. Es en esta perspectiva que los caboverdianos en esta ciudad - tomados tanto como sujetos tanto como objetos de representación- han construido un conocimiento al mismo tiempo práctico y reflexivo de su inserción en los contextos brasileños, a través del contacto cara a cara con la sociedad receptora, así como a partir de las representaciones que ya habían elaborado en el país de origen, bajo la influencia de los medios de comunicación de masas.

Palabras clave: Inmigración; Caboverdianos en el mundo; Representaciones sociales; Identidad caboverdiana; Diáspora caboverdiana.

Diaspora cap-verdienne à Rio de Janeiro : identité (trans)culturelle, intégration et citoyenneté

Résumé

Ce texte discute la diaspora cap-verdienne arrivée à Rio de Janeiro au début du XXème siècle, y établissant une résidence et créant des nouveaux standards de vie qui ont influencé la (re)construction des nouvelles identités culturelles. Les études empiriques menées auprès de cette communauté indiquent que ces Cap-Verdiens ont connu des changements d'ordre psychosocial et culturel, conséquence de leur interaction constante avec les Brésiliens, se rapprochant ainsi de modèles culturels jusque-là inconnus et qui ne faisaient pas partie de leurs expériences d'interaction sociale. Ces immigrants soutiennent qu'ils ont des différentes formes d'identification avec le Brésil, qui peuvent être perçues à travers des traits culturels, des us et coutumes, une formation ethnique, une langue et une littérature. En effet, ces similitudes avec le pays de destination ont contribué à une insertion sociale facile des Cap-Verdiens dans la société brésilienne, en particulier à Rio. Cette interaction, associée à une coexistence pacifique entre les deux groupes, sans conflit majeur ni conflit identitaire et/ou culturel, a favorisé la construction et/ou la reconstruction d'une identité culturelle positive de la part de ces immigrants. Cette nouvelle identité culturelle s'exprime à travers

les représentations sociales construites par les différents groupes de Cap-Verdiens résidant à Rio de Janeiro sur divers objets impliqués dans le processus de construction de leurs identités, dans l'enchevêtrement des cultures et des identités cap-verdiennes et brésiliennes. C'est dans cette perspective que les Cap-Verdiens de cette ville - à la fois sujets et objets de représentation - ont construit une connaissance, à la fois pratique et reflétant leur insertion dans des contextes brésiliens, par le biais d'un contact direct avec la société d'accueil, ainsi que des représentations qu'ils avaient déjà fait dans le pays d'origine, sous l'influence des médias.

Mots-clés : Immigration ; Capverdiens dans le monde ; Représentations sociales ; Identité cap-verdienne ; Diaspora cap-verdienne.

Cape verdean diaspora in Rio de Janeiro: (trans) cultural identity, integration and citizenship

Abstract

This text looks at the Cape Verdean Diaspora that arrived in Rio de Janeiro at the beginning of the 20th century, establishing residence there and recreating new living standards that influenced the (re) construction of new cultural identities. The empirical studies carried out with this community point out that these Cape Verdeans experienced psychosocial and cultural changes, a result of their constant interaction with Brazilians, thus becoming closer to cultural patterns that until then were not part of their experiences of social interaction. These immigrants defend that they have various forms of identification with Brazil, which can be perceived through cultural traits, habits and customs, ethnic formation, language and literature. Indeed, these similarities with the destination country contributed to an easy social insertion of Cape Verdeans in the Brazilian society, especially in Rio. This interaction, coupled with a peaceful coexistence between the two groups, without major conflicts or identity and / or cultural conflicts, has favored the construction and / or reconstruction of a positive cultural identity on the part of these immigrants. This new cultural identity is expressed through the social representations built by the different groups of Cape Verdeans residing in Rio de Janeiro on various objects that are involved in the process of building their identities, in the intertwining of Cape Verdean and Brazilian cultures and identities. It is in this perspective that Cape Verdeans in this city - taken both as subjects as well as objects of representation, have constructed a knowledge, both practical and reflective of their insertion in Brazilian contexts, through face-to-face contact with the receiving society, as well as from the representations they had already made in the country of origin, under the influence of the mass media.

Keywords: Immigration; Cape Verdeans in the world; Social representations; Cape Verdean identity; Cape Verde diaspora.

4.5.1 Introdução

O trabalho ora apresentado baseia-se nos resultados do estudo empírico realizado junto da comunidade cabo-verdiana residente no Rio de Janeiro-Brasil, no ano de 2008, no âmbito da dissertação de mestrado sobre: *Representações Sociais e Construção de Identidades da Comunidade Cabo-verdiana Residente no Rio de Janeiro: Estudantes, Imigrantes e descendentes*, onde a autora, a partir da teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici (1961), procurou descrever e analisar as representações sociais construídas pelos distintos grupos de cabo-verdianos residentes no Rio de Janeiro sobre o seu país de origem, a sua identidade, bem como as representações sociais que tenham construído acerca do Brasil e o Rio de Janeiro em particular, e diversos outros aspetos das duas culturas – a brasileira e a cabo-verdiana. Deste modo, o presente texto cingir-se-á sobre as representações sociais e a construção da identidade (trans)cultural, construída a partir das relações sociais destes imigrantes com a sociedade de acolhimento, bem como as que construíram no país de origem sob a influência dos meios de comunicação de massa.

4.5.2 Breve historial sobre a emigração cabo-verdiana

Cabo Verde, desde sempre, foi tido como o país de emigração (Carreira, 1977). A emigração foi, durante várias décadas, uma via de escape para os cabo-verdianos contornarem as adversidades económicas, sociais, políticas e climáticas do arquipélago. Segundo Grassi (2006), a história das migrações do povo das ilhas tem características próprias que são melhor percebidas quando se analisa a história de origem do arquipélago, bem como as suas condições naturais adversas¹³⁹.

De acordo com a autora (*op.cit.*), a emigração livre dos cabo-verdianos para o mundo teve início quase em simultâneo com o processo do povoamento do arquipélago, quando, em 1466, o Rei de Portugal concedeu o monopólio do comércio e tráfico de escravos em toda a costa do rio de Senegal a Serra Leoa, e a Guiné Bissau foi tida como distrito dependente de Cabo Verde. Deste modo, muitos cabo-verdianos emigraram para a Guiné Bissau e Senegal. Não obstante a isso, a emigração livre de cabo-verdianos para Estados Unidos da América do Norte, que marca o início da história das migrações dos cabo-verdianos, teve início nos finais do século XVII. António Carreira (1977, p. 63), diz-nos que a emigração de cabo-verdianos para América do Norte teve início entre 1685 a 1700, com o emprego dos pescadores cabo-verdianos nos baleiros norte-americanos, que atracavam no arquipélago para se abastecerem. Foi assim que os Estados Unidos da América do Norte se tornou no primeiro país de destino dos cabo-verdianos, através da pesca da Baleia. A partir daí, vários outros cabo-verdianos de todas as ilhas seguiram o mesmo destino, tornando a emigração um importante elemento cultural, um fator de identidade nacional¹⁴⁰.

¹³⁹ O arquipélago de Cabo Verde foi descoberto pelos portugueses em 1460 e, em 1962, deu-se o início do processo de colonização/povoamento com escravos trazidos da costa ocidental africana e portugueses. Desde o seu descobrimento e povoamento, o arquipélago é marcado por período de grandes adversidades, decorrentes de catástrofes naturais originadas pelas secas prolongadas e recorrentes que desimaram grande parte da população, levando, muitas vezes, ao repovoamento das ilhas. Uma das formas encontradas para minimizar a situação foi o incentivo à emigração livre da população para diferentes destinos.

¹⁴⁰ A diáspora é um termo bastante utilizado para se referir à primeira, segunda e terceira geração de imigrantes cabo-verdianos residentes nos quatro cantos do mundo. Um termo muito utilizado também para a definição de políticas públicas destinadas aos emigrantes. A emigração é um aspeto importante da nossa cultura e identidade e um grande fator económico. As remessas dos emigrantes têm um peso elevado no PIB do arquipélago. Dos 72 deputados que constituem a assembleia legislativa do arquipélago temos três representações da diáspora cabo-verdiana, sendo uma para as Américas, outra para a Europa e resto do mundo e um para África, sendo que o representante para América é um cidadão brasileiro – filho de pais caboverdianos, nascido no Brasil. Além de representantes no parlamento, os sucessivos governos têm dado atenção especial à diáspora e à comunidade cabo-verdiana no mundo, criando ministérios das comunidades, que são departamentos destinados aos emigrantes e representações diplomáticas no exterior, através de embaixadas e consulados.

4.5.3 Cabo-verdianos no Brasil

Segundo Carreira (1977), a imigração de cabo-verdianos para o Brasil começou no início do século XIX. Para este estudioso das migrações cabo-verdianas, os cabo-verdianos chegaram à América do Sul no ano de 1903. Segundo os dados do autor, naquele ano, saíram mais de três mil cabo-verdianos com destino aos países da América do Sul (Argentina, Brasil, Uruguai, Chile e Venezuela). Esses emigrantes eram designados de portugueses das metrópoles. Entretanto, os registros oficiais de entrada de cabo-verdianos no Brasil datam do período de 1920 a 1970. Constatam nos relatos de António Carreira (1977) que, em 1927, o cônsul de Portugal em Pernambuco – Brasil, enviou um comunicado ao governador de Cabo Verde informando-lhe da chegada de 15 (quinze) cabo-verdianos naquele Estado, tendo desembarcados num navio brasileiro que mantinha ligação frequente com o arquipélago. Naquela época, o cônsul fez recomendações ao governador de Cabo Verde no sentido de incentivar esses imigrantes a escolherem outras cidades brasileiras como destino, uma vez que, em Pernambuco, não havia facilidade de emprego para esses imigrantes.

Estudos mais recentes, como a de Bento (2005) e Hirchs (2007), confirmam a tese de que os primeiros imigrantes de origem cabo-verdiana chegaram ao Brasil no início do século XX, sendo que, os períodos de maior fluxo desses imigrantes foram entre 1950 a 1970, na sequência da emigração em massa de portugueses para o Brasil. Segundo Bento (2005), os cabo-verdianos que fixaram residência no Brasil nesse período chegaram com a nacionalidade portuguesa, condição mantida por alguns desses imigrantes, porém grande parte adquiriu a cidadania brasileira.

O fato de esses imigrantes terem chegado ao Brasil com a nacionalidade portuguesa justifica, por um lado, a dificuldade na recolha de suas informações oficiais e, por outro lado, a razão por que são pouco (re)conhecidos no seio da sociedade de acolhimento. No Rio de Janeiro, nas comunidades onde residem esses imigrantes, quando reconhecidos são associados a imigrantes portugueses.

O Censo Geral da População de Cabo Verde (INE, 2002) e dados do Instituto das Comunidades (IC, 2003) apontam que há cerca de dois mil imigrantes cabo-verdianos no Brasil, incluindo os descendentes. Esses imigrantes encontram-se, sobretudo, nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Paraná e Pernambuco.

4.5.4 Caracterização dos cabo-verdianos no Rio de Janeiro

De acordo com Bento (2005) e Alves (2008), no Rio de Janeiro, a comunidade cabo-verdiana subdivide-se em dois grupos: os imigrantes que chegaram ao Brasil no início do século XX e fixaram residência nos municípios da Baixada Fluminense, mais precisamente em Mesquita, Nova Iguaçu e Nilópolis, São Gonçalo, Niterói e nos bairros da cidade do Rio de Janeiro: Tijuca, Vila Isabel e Botafogo; e os estudantes, que ocupam os espaços universitários, residindo na região norte e sul da cidade do Rio de Janeiro. Segundo fonte de dados do Departamento da Superintendência da Polícia Federal do Rio de Janeiro, em 2005, residiam cerca de 700 cabo-verdianos no Estado do Rio de Janeiro¹⁴¹. A partir da década de 1970 houve uma redução do fluxo

¹⁴¹ É importante frisar, aqui, que esses dados, talvez, se refiram aos estudantes, uma vez que os imigrantes chegaram no Brasil na condição de portugueses e não como imigrantes cabo-verdianos. Ademais, essas informações foram recebidas verbalmente, com base nas fontes de dados da

migratório para o Brasil, dando início, no mesmo período, a um novo movimento migratório de cabo-verdianos para o Brasil, com o objetivo de estudos, no âmbito do programa de estudantes convênio de graduação PEC-G, destinado aos estudantes dos países em desenvolvimento da África, América Latina e Caribe. É assim que, em 1979, chegam ao Brasil os primeiros estudantes cabo-verdianos do programa PEC-G. Centenas de jovens cabo-verdianos concluíram licenciaturas em diversas áreas nas universidades públicas brasileiras a partir desse convênio. O programa existe até o presente momento, entretanto, atualmente, o número de estudantes é bastante reduzido, em função das mudanças de políticas entre os governos de Cabo Verde e do Brasil. Com a criação das instituições de ensino superior em Cabo Verde, houve uma redução do número de bolsas de estudo atribuídas aos estudantes para estudarem fora do país. Associada a estas ações, a classificação de Cabo Verde como país de desenvolvimento médio fez com que o país perdesse alguns programas de ajuda pública ao desenvolvimento e isso veio limitar as ações do estado em algumas áreas de intervenção, nomeadamente nos gastos com a formação de nível superior fora do país.

4.5.5 (Re)construção de identidades inter (trans)cultural

Os resultados do estudo empírico realizado com a população de imigrantes cabo-verdianos no Rio de Janeiro apontam para uma boa integração desses imigrantes no seio da sociedade de acolhimento. Os cabo-verdianos estabeleceram residências em diferentes pontos do estado do Rio de Janeiro, familiarizam-se com os hábitos e os costumes da população local, criando laços afetivos e transformando-se juntamente como a nova sociedade de acolhimento. Muitos desses imigrantes construíram famílias com brasileiros, o que fez com que criassem novos hábitos e costumes, distanciando-se um pouco dos hábitos e costumes do país de origem, mas sem nunca perderem as suas origens crioulas. Para isso, os primeiros grupos de imigrantes cabo-verdianos no Rio de Janeiro criaram, em 1983, no Município de Mesquita, a Associação de Imigrantes Cabo-verdianos no Rio de Janeiro. É na Associação que se realizam os encontros de socialização entre os imigrantes e seus descendentes e, também, é o espaço onde os hábitos e os costumes do país de origem se misturam com os hábitos e os costumes da sociedade de acolhimento e (re)criam novas formas de ser e estar e novas identidades se formam a partir desta fusão cultural.

Nota-se que estes imigrantes vêm construindo diferentes formas de ser e de estar em função da boa integração na sociedade de acolhimento, interiorizando novos hábitos e costumes, (re)construindo, desta feita, uma identidade cultural auto-referenciada. Presume-se que essas mudanças devem-se à apropriação de novas práticas sociais que, à mercê da sua hegemonia no novo ambiente, se imponham inexoravelmente a eles no seu quotidiano, o que nos leva a pressupor que o que se faz coletivamente determina, em grande parte, o que se compartilha em termos de pensamento, ocorrendo a formação de novas representações sociais – ou transformação de antigas representações sociais.

Assim, quando se refere a uma possível (re)construção de identidades culturais, esta remete as suas causas às relações sociais que se estabelecem entre duas culturas que são, por alguma razão, postas em estreito contato, mas, também, as caracterizam como um processo de recriação dos produtos culturais e de transformação das representações sociais dos grupos envolvidos.

seção de imigração e fronteira da Subintendência Regional da Polícia Federal do Rio de Janeiro. Não foi permitido fazer cópia do documento apresentado. Segundo o Delegado-chefe da delegacia, somente com o DPF de Brasília ele poderia disponibilizar tais dados. Houve tentativas junto a esse órgão, porém foram mal-sucedidas.

Acredita-se que esta rápida adaptação por parte dos cabo-verdianos a outros modos de vida, por meio da interação social, se deva às características híbridas da cultura cabo-verdiana e à forma de ser do seu povo, que aceita com facilidade o novo e o diferente, facilitando assim a ocorrência de mudanças na sua própria identidade social. A cultura cabo-verdiana é mestiça, assim como o seu povo, fruto da sua formação histórica e cultural desde o povoamento das ilhas. Segundo Lima (2014:3), o arquipélago de Cabo Verde sempre esteve sintonizado com a recetibilidade que, ao longo do tempo, se traduziu em uma capacidade de assimilação e moldagem do alheio, consoante as necessidades e os contextos, a ponto de conseguir transformr o arquipélago em algo totalmente diferente e novo. Ainda, de acordo com a autora, esta capacidade de recetibilidade ao novo explica a singularidade de algumas manifestações culturais cabo-verdianas em que se notam laivos da África e da Europa, ao mesmo tempo que delas se distanciam. A formação cultural do cabo-verdiano é mestiça, assim como o seu povo, e essa miscigenação facilita a transformação desses imigrantes na sociedade brasileira.

Segundo Bento (2005), as culturas híbridas resultam da mistura de elementos contraditórios e não possuem uma feição “original” própria. Além disso, estão sempre em movimento contínuo e em processo de transformação. Nesse sentido e para a exploração da dinâmica da construção e reconstrução de identidades e da formação e transformação de representações sociais, presume-se que as características híbridas da cultura cabo-verdiana encontram uma hibridéz comparável na cultura brasileira, o que favorece a assimilação cultural e as adaptações identitárias e representacionais.

Numa análise mais ampla e consubstanciada, o fenómeno migratório constitui uma identidade cultural do povo cabo-verdiano, transmitida de geração em geração em função das conjunturas económicas, sociais e políticas do país. A emigração, além de causar no seio da população cabo-verdiana uma “*cultura de migrar*”, constitui um importante elemento de produção cultural e de afirmação da identidade nacional. Certos componentes da cultura cabo-verdiana, como a música, dança, literatura, pintura, escultura, entre outras manifestações culturais e artísticas, tiveram na emigração a sua “*musá*” inspiradora. Grandes autores, compositores e intérpretes cabo-verdianos, tais como: Eugénio Tavares, Manuel Lopes, Teixeira de Souza, Manuel de Nova, Luís Morais, Ildo Lobo, Bana, Cesária Évora, entre outros, tiveram na emigração a sua fonte de inspiração para as criações literárias, artísticas e culturais. Dos vários temas que retratam a temática das migrações destacam-se a “*Sandade*”, a “*Partida*” e o “*Mar*”. Nesse sentido, verifica-se que a imigração cabo-verdiana é um processo híbrido que facilita o encontro com as diferentes expressões e manifestações culturais em que se dão os cruzamentos inter(trans)culturais e multirraciais. Isto tudo, facilita a compreensão e a interpretação dos modos de vida da comunidade cabo-verdiana residente no Rio de Janeiro, bem como a sua facilidade em assimilar e adaptar-se aos novos comportamentos e padrões de vida diferentes do seu contexto de origem.

4.5.6 Construção de redes sociais, integração, alteridade e cidadania

Os encontros proporcionados pelos conterrâneos na sede da Associação dos Imigrantes em Mesquita, na baixada fluminense, constituem um importante fator de (re)criação de redes sociais, representações sociais, e identidades. Esses encontros são essenciais para manter as redes sociais, a união e a coesão grupal, além de simbolicamente servirem para encurtar a distância para com o país de origem, procurar manter vivos as tradições, os hábitos e costumes do país de origem. Por

outro lado, serve de elo de ligação com a sociedade de acolhimento, com os hábitos e costumes brasileiros. Essas reuniões sociais na sede da Associação permitem aos imigrantes interagirem entre si e, também, demonstrarem um pouco da sua cultura, seus hábitos e costumes. Quando há confraternização na sede, os imigrantes convidam os amigos brasileiros e de outras nacionalidades para participarem do evento como o objetivo de demonstrá-los à cultura, aos hábitos e costumes do país de origem. Nessas festas, procuram evidenciar o que há de melhor na cultura cabo-verdiana, desde a gastronomia, a música, a dança, entre outras manifestações culturais e identitárias. São, nesses momentos de muita cumplicidade, nostalgia e emoções que a memória individual e coletiva do grupo se manifesta. Os principais eventos memoráveis do grupo são as lidas do campo, a infância, as gentes da terra¹⁴². Além de ser um ponto fulcral de construção de memórias, os convívios são importante fator de (re)construção de identidades, pois, a partir dos relatos mnemônicos, o grupo passa a conhecer mais e melhor as diferentes especificidades culturais e identitárias do povo cabo-verdiano.

De acordo com as observações do estudo empírico realizado por Alves (2008), constatou-se que grande parte dos imigrantes cabo-verdianos casara entre si, tendo em médias três a quatro filhos. Quanto aos descendentes, a maioria é solteira, alguns são casados e outros divorciados. Observou-se que descendentes mais jovens tendem a procurar parceiros brasileiros; no entanto, os de idade mais avançada (40 a 45 anos) casaram-se com filhos de cabo-verdianos ou imigrantes cabo-verdianos.

4.5.7 Influência das mídias na construção de representações sociais sobre o Brasil

Os estudantes cabo-verdianos, mesmo antes de conhecerem o Brasil, tinham construído, por influência das mídias, uma imagem positiva sobre esse país, o que se traduz num conjunto de referências positivas fortemente influenciadas pela mídia televisiva, principalmente as telenovelas brasileiras transmitidas em horário nobre pela televisão de Cabo Verde. Para estes estudantes, o Brasil era um país lindo e maravilhoso, de belas paisagens e gentes bonitas e alegres. Por outro lado, tinha-se também a imagem de um país violento.

Comparativamente, os imigrantes, pelo fato de na época da sua vinda ao Brasil terem menos acesso aos meios de comunicação social, registaram-se poucas referências à imagem do país de destino. A referência mais comum construída pelos imigrantes antes da sua vinda ao Brasil foi a imagem de um “país maravilhoso”, “não muito pobre” e “violento”. Entende-se que a presença de poucas representações sociais do país de destino por parte dos imigrantes deve-se, talvez, ao acesso limitado às informações acerca do país de destino. Até 1950, período em que esses cabo-verdianos deixaram o país com destino ao Brasil, a mídia televisiva não era uma realidade no arquipélago. As informações que o grupo tinha chegavam por meio de cartas e informações verbais dos familiares e amigos que residiam no Brasil.

Os estudantes construíram de forma mais diversificada as representações sociais sobre o Brasil. Um país *lindo*, um *paraíso*, era a representação nitidamente predominante entre esses participantes, embora metade deles incorpore a violência a essas representações. Quase todos reconheceram que o que conheciam e apreciavam era “*o Brasil das telenovelas*”. Quase metade deles

¹⁴² Muitos desses imigrantes são procedentes de famílias humildes do meio rural, onde é costume os pais colocarem os filhos para os ajudar nas lavouras, bem como nas lidas domésticas. As crianças em Cabo Verde, sobretudo no meio rural, começam a trabalhar muito cedo e os pais não consideram tais atividades desempenhadas por elas como sendo exploração infantil. Para os pais, colocar o filho para ajudar nas lidas domésticas ou no campo seria uma forma de os educar para serem adultos responsáveis, fortes e bem-sucedidos.

mencionaram a imagem do Brasil como “*um paraíso*”. É interessante notar que era essa a imagem que os imigrantes portugueses, chegados ao Brasil no início do século XX, tinham do país, antes de aqui aportar, segundo os cronistas da época.

Fica assim demonstrada a influência que a mídia teve na construção de representações sociais acerca do Brasil pelos imigrantes cabo-verdianos nesse país. De fato, segundo Moscovici (2005), a comunicação social desempenha um papel importante na criação e propagação das representações no seio da sociedade, como um vetor de transmissão da linguagem e das imagens que consubstanciam as representações.

Segundo Halbwachs (2004), a memória e a identidade só são possíveis a partir do social, tendo como referência os padrões que fazem parte do coletivo. A memória torna-se um elemento constitutivo do sentimento de identidade, seja ela individual ou coletiva, ao mesmo tempo em que se torna um fator importante de continuidade e coerência de uma pessoa ou grupo no processo da sua própria construção identitária. Para o autor, a memória é essencialmente coletiva, e a memória individual existe somente a partir da memória coletiva, pois “o homem se caracteriza essencialmente por seu grau de integração no tecido das relações sociais” (Halbwachs, 1990:121).

Nesse sentido, Sá (2005), afirma que a memória humana não se resume tão-somente a uma reprodução das experiências passadas, pois, trata-se de uma construção a partir daquelas, em consonância com a realidade do presente e apoiada pela sociedade e pela cultura. Ainda segundo o autor (*op. cit.*), “a construção, manutenção e atualização da memória social, mesmo em suas manifestações mais individualizadas, dependem estritamente da interação social ou da comunicação intra e intergrupar, erudita e/ou de massa” (p. 68).

Como uma representação do passado, a memória coletiva é sumamente importante na construção da identidade do grupo. A identidade, assim como a memória, faz parte de um diálogo social e ambas são construídas a partir de parâmetros que não são exclusivamente do indivíduo. Para Halbwachs (*op. cit.*), a memória coletiva é elaborada a partir de quadros sociais, como a família, a religião, a profissão, o local de trabalho, dentre outros. E é justamente nesses quadros sociais que os imigrantes cabo-verdianos no Rio de Janeiro se apoiam para elaborar as memórias do grupo. Em suma, os indivíduos identificam a si e aos outros tendo como referência as suas origens, definidas através de uma memória compartilhada e transmitida de uma geração a outra, expressando, deste modo, os valores culturais do grupo

A identidade cabo-verdiana é mestiça, híbrida, assim como o seu povo, sendo a sua cultura diversificada de ilha para ilha. Essa diversidade cultural constitui-se num importante meio de aproximação, de conhecimento e de descoberta do *outro* e de abertura ao diferente, traduzindo-se na capacidade de assimilar o novo. É a isto, provavelmente, que se deve a facilidade com que os cabo-verdianos, quando fora de Cabo Verde, recriam seus hábitos e se integram à cultura do país de acolhimento.

4.5.8 Considerações finais

Os cabo-verdianos no Rio de Janeiro acreditam que possuem várias formas de identificação com o Brasil, que podem ser percebidas através dos traços culturais, hábitos e costumes, formação étnica, língua, literatura, etc. Essas semelhanças, de fato, contribuíram para uma fácil inserção social dos ilhéus na sociedade brasileira, carioca em particular. Verifica-se, nessa interação, uma coexistência pacífica entre as duas culturas, sem maiores choques ou conflitos identitários, o que favoreceram a construção e/ou reconstrução de uma identidade cultural positiva. É nessa perspectiva que os imigrantes cabo-verdianos no Rio de Janeiro – tomados tanto como sujeitos quanto como objetos de representação – têm construído um conhecimento – ao mesmo tempo, prático e reflexivo – da sua inserção nos contextos brasileiro, através do contato face a face com a sociedade receptora, a partir das representações que já haviam elaborado no país de origem, sob a influência dos meios de comunicação de massa. Parafraseando Lima (2014), a identidade e a nação cabo-verdianas consubstanciaram-se muito antes da Independência nacional em 1975, reconstruindo no momento em que o crioulo, o primeiro elemento cultural e mestiço de Cabo Verde, ganhou maturidade, tornando-se a língua de comunicação do cabo-verdiano, ao mesmo tempo em que se configuraram o temperamento e a consciência do Homem ilhéu, com uma filosofia de vida própria e maneira singular de estar e de ver o mundo.

Bibliografia / Bibliografía / Bibliographie / References

- Alves, Maria de Fátima C. (2008) *Representações Sociais e Construção de Identidades da Comunidade Cabo-verdiana no Rio de Janeiro: Imigrantes, Estudantes e Descendentes*, in Dissertação de Mestrado, PPGPS, UERJ. Memeo.
- Bento, A. M. (2005). *Memória Híbrida Identidade e Diferença: uma Visão Múltipla da Comunidade Cabo-verdiana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado 190 p.
- Carreira, A. (1977). *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- _____, (1977). *Cabo Verde - Classes sociais, Estrutura familiar, Migrações*. Lisboa: Ulmeiro Edições.
- Grassi, M. (2006). *Género e Migrações Cabo-verdianas*. Lisboa: ICS, 63-98.
- Halbwachs, M. (2004). *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.
- Halbwachs, Maurice (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.
- Hisch, O. (2007): “Hoje eu me sinto africana”: Processo de (re) construção Identitária em um grupo de Estudantes Cabo-verdianos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUCRJ- Dissertação de mestrado.
- IC (2006). *Estimativas dos destinos dos emigrantes cabo-verdianos*. Praia: Instituto das Comunidades de Cabo Verde
- INE (2002). *Características sociodemográficas*. Cabo Verde: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2000). *Censo Geral da População*. Cabo Verde, Instituto Nacional de Estatística.

Lima, Norma Sueli Rosa (2014). *Literatura Caboverdiana e hibridismo: diálogos com a Literatura Modernista Brasileira e criouliização*. IN: II Congresso Nacional Africanidades e Brasilidades: culturas e territorialidades: GT Africanidades e Brasilidades em Literatura; Universidade Federal do Espírito Santo, 4 a 6 de agosto de 2014.

Moscovici, S. (2005): *Representações Sociais: Investigação em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 3ª Ed.

Sá, C. P. (2005). As memórias da memória social. In C. P. Sá (Org.). *Memória, imaginário e representações sociais*. Rio de Janeiro: Museu da República. 63-86.

4.6 Movimentos de solidariedade em trânsito: a experiência do coletivo Malinalli

Jimena de Garay Hernández¹⁴³

Andrea Santos Baca¹⁴⁴

Lívia Moreira de Alcântara¹⁴⁵

Resumo

Neste texto oferecemos algumas anotações sobre as práticas contemporâneas de solidariedade internacional, radicados(as) temporariamente no Rio de Janeiro. No caso aqui resgatado, da condição de migrantes se desenvolve a necessidade e a preocupação por denunciar a violência e injustiça que perpassa o povo mexicano. O grupo, atualmente chamado coletivo Malinalli, atua desde 2011 e tem consolidado uma trajetória composta por uma coleção de atividades político-culturais e alianças com outros coletivos, com o objetivo de tecer pontes entre as realidades do México e do Brasil. As diversas experiências de violência de Estado e a falta de democracia na América Latina têm sido os veículos dessas pontes de solidariedade internacional.

Palavras-chave: Migração; Solidariedade internacional; México; Violência de Estado; Ativismo.

Movimientos de solidaridad en tránsito: la experiencia del colectivo Malinalli

Resumen

En este texto presentamos apuntes sobre las prácticas contemporáneas de solidaridad internacional, radicadas(os) temporalmente en Río de Janeiro. En el caso abordado, la condición de migrante produce la necesidad y la preocupación por denunciar la violencia e injusticia que atraviesa al pueblo mexicano. Este grupo, actualmente llamado Colectivo Malinalli, trabaja desde 2011 y ha consolidado una trayectoria compuesta por una colección de actividades político-culturales y alianzas con otros colectivos, con el objetivo de tejer puentes entre las realidades de

¹⁴³ Doutora em Psicologia Social pela UERJ. Professora do Instituto de Psicologia da UERJ.
E-mail: jime_degaray@hotmail.com.

¹⁴⁴ Doutora em Economia pela Universidade Federal Fluminense. Professora da Universidade Federal do ABC. E-mail: santos.baca@ufabc.edu.br.

¹⁴⁵ Doutora e mestre em sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos.
E-mail: livia04alcantara@gmail.com.

México y Brasil. Las diferentes experiencias de violencia de estado y la falta de democracia en Latinoamérica han sido los pilares de dichos puentes de solidaridad internacional.

Palabras clave: Migración; Solidaridad internacional; México; Violencia de estado; Activismo.

Mouvements de solidarité en transit : l'expérience du collectif Malinalli

Résumé

Dans ce texte, nous proposons quelques notes sur les pratiques de solidarité internationales contemporaines, résidant temporairement à Rio de Janeiro. Dans le cas présenté, à partir de la condition des migrants se développe le besoin et la préoccupation de dénoncer la violence et l'injustice que le peuple mexicain souffre. Le groupe, maintenant appelé « Collectif Malinalli », travaille depuis 2011 et a consolidé une trajectoire composée d'un ensemble d'activités et d'alliances politico-culturelles et d'autres alliances avec d'autres collectifs visant à rapprocher les réalités du Mexique et du Brésil. Les différentes expériences de violence de l'État et l'absence de la démocratie en Amérique latine ont été les vecteurs de ces ponts de la solidarité internationale.

Mots-clés : Migration ; Solidarité internationale ; Mexique ; Violence d'Etat ; Activisme.

Movements of solidarity in transit: the experience of Malinalli collective

Abstract

In this text, we present observations on contemporary international solidarity practices, based on the group temporarily living in Rio de Janeiro. In this case, the migrant condition generates the necessity and the concern for denouncing the violence and injustice that has permeated the Mexican people's life. Since 2011 this group, that recently adopted the name of Malinalli Collective, has developed a trajectory composed of political-cultural activities and alliances with local and others migrant's collectives with the aim of forge, bridges between Mexican and Brazilian realities. The different experiences of State violence and the lack of democracy in Latin America have been the cement of these international solidarity bridges.

Keywords: Migration; International solidarity; Mexico, State violence; Activism.

4.6.1 Introdução

Ser estrangeiro(a) não é uma experiência fácil, inclusive nos casos em que a migração foi desejada e parte de um projeto de vida. Nela, por uma ou outra causa se estabelecem vínculos estreitos com pessoas do mesmo país ou que compartilham a mesma condição de migrante como, por exemplo, a identificação com os(as) falantes do espanhol num país de fala portuguesa como o Brasil. Os laços que se criam, em alguns casos, não são apenas afetivos, festivos e/ou culturais, ainda que estes sejam fundamentais. Certas posições políticas, preocupações e necessidades de organização também podem ser partilhadas.

Neste texto, tecemos algumas reflexões a respeito da experiência do coletivo Malinalli, um grupo de mexicanos(as)¹⁴⁶ residentes no Rio de Janeiro que juntou-se a fim de divulgar/denunciar os acontecimentos de violência e injustiça ocorridos no México, em um exercício peculiar de solidariedade internacional. Primeiramente, refletimos sobre os conceitos de solidariedade internacional e ativismo transnacional no contexto atual e mais especificamente desde a perspectiva dos(as) mexicanos(as). Em seguida, mergulhamos na experiência do coletivo Malinalli, resgatando as dificuldades enfrentadas, bem como algumas estratégias que deram resultados na mobilização dos sentimentos de solidariedade entre a população que habita o Rio de Janeiro, tanto brasileira quanto migrante de outros países.

O texto tem por objetivo compartilhar e registrar as práticas desenvolvidas pelo coletivo Malinalli desde 2011 até mediados de 2016 e pelo tanto tem um caráter descritivo. Embora o objetivo não seja uma contribuição teórica, achamos relevante sistematizar e refletir sobre os nossos próprios passos a fim de reconhecer neles as formas que a solidariedade internacional assume no século XXI.

4.6.2 Solidariedade internacional e ativismo transnacional

A prática da militância transnacional dispõe, hoje em dia, de condições materiais que a favorecem como nunca antes. Por um lado, as ferramentas comunicativas atuais permitem receber na distância, quase de forma imediata, as notícias do que acontece no mundo, ao mesmo tempo em que oferecem meios para uma rápida organização local e internacional num nível que dificilmente os autores do chamado comunista “Trabalhadores do mundo, uni-vos!”, realizado há mais de 150 anos, poderiam ter imaginado.

Por outro lado, o panorama social nesta segunda década do século XXI se apresenta pouco alentador. Estamos defronte de um cenário de violenta devastação, de ataque sistemático aos direitos sociais coletivos, de retomada escancarada de posições reacionárias misóginas, racistas, LGBTfóbicas, xenofóbicas e antidemocráticas. Soma-se a isso, uma crescente violência de Estado contra a população civil. Neste panorama o ataque parece provir de todos os lados, do omnipresente capital globalizado, e diante o qual cada dia é mais evidente que as lutas devem ter um caráter global.

Se bem o chamado realizado pelos(as) comunistas do século XIX parece ganhar uma vigência única, é indispensável também reconhecer que o caráter da solidariedade internacional tem se transformado, sendo protagonizado por uma diversidade de atores sociais e manifestações que ultrapassam o espaço delimitado pelo sindicalismo tradicional dominante no século XX.

Um exemplo, dentre muitos, é a experiência do movimento Zapatista (EZLN), movimento indígena mexicano que mistura e potencializa o caráter local, o de ser indígenas e mexicanos(as), com o caráter internacional da luta contra o capitalismo. Os(as) Zapatistas, depois de um rápido levantamento armado, se apropriaram das redes e meios de comunicação para se “rearmar” comunicativamente e fazer escutar sua palavra, sua luta, no mundo inteiro. O chamado foi atendido gerando densas e extensas redes transnacionais de apoio e solidariedade ao movimento

¹⁴⁶ Participa da escrita deste artigo uma brasileira, que se engajou com atividades do coletivo de 2014 a 2016, motivada inicialmente pela sua pesquisa acadêmica sobre a solidariedade internacionalista com o México (Alcântara, 2018).

na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina. Essa estratégia foi crucial numa guerra em que o Estado mexicano empreendeu e que caminhava para o aniquilamento dos(as) indígenas rebeldes (Passa-palavra, 2009). A luta zapatista perdura por mais de 20 anos.

Como mexicanas e mexicanos radicados no Brasil, temos fácil acesso a informação sobre os inumeráveis atos de injustiça que sofre o povo mexicano por conta de um Estado cujas práticas se confundem com as do crime organizado. A impotência derivada de conhecer os fatos, nas consciências, leva à necessidade de realizar qualquer tipo de ação, ainda que nos encontremos no exterior.

Mas também, ao estar no exterior é mais evidente a forma em que operam os meios de comunicação internacionais e, em específico, a forma na qual a imagem do México é promovida no exterior. Como mexicanas(os) no exterior é frustrante reparar no cerco midiático que existe ao redor do Estado mexicano, aliado estratégico dos Estados Unidos, como foi amplamente denunciado pelo Tribunal Permanente dos Povos - Capítulo México (TPP-México, 2014).

Desta forma, nos deparamos também com a imagem do México predominante no Brasil, como um país democrático, com elementos exóticos culturais como, por exemplo, o Dia dos Mortos, a comida apimentada, praias paradisíacas como Cancún e com o invencível referente do programa de televisão “Chaves”. Todo esse conjunto de imagens aumenta a frustração de estar do outro lado do mundo conhecendo a “verdadeira” realidade mexicana. Em resumo, a distância e a impotência se conjugam com essa imagem caricata do México para potencializar a necessidade de juntar, organizar e circular as denúncias internacionais de violência e injustiça no México.

4.6.3 Malinalli: tecendo pontes

O coletivo Malinalli, nome adquirido de 2014 a 2016, nasce da organização de mexicanas(os) que residem, temporal ou definitivamente, no Rio de Janeiro, embora conte com a participação de pessoas de outros países latino-americanos, incluindo brasileiras(os). É relevante apontar que a composição desse grupo tem se caracterizado por estar em constante fluxo, dado que as e os participantes têm se locomovido de formas diferentes, diante das situações particulares de migração. No entanto, como característica comum, muitos das(os) participantes vieram ao Brasil para realizar estudos de pós-graduação. Pessoas chegam à cidade, ao mesmo tempo em que outras voltam para o México ou vão para outros países por término dos cursos e dos vistos. Além disso, algumas pessoas se afastam do coletivo por demandas acadêmicas ou pessoais ou assumem tarefas diversas nas ações e projetos, dependendo das possibilidades e interesses. Por esta característica, é que optamos por identificar-nos como um grupo flutuante, num fluxo constante de amizade e militância.

Em sua última fase mais ativa até o momento, de 2014 a 2016, o objetivo principal do grupo tem sido visibilizar os diferentes conflitos que o povo mexicano experimenta e suas semelhanças e diferenças com o quadro brasileiro, tentando criar um sentido de solidariedade regional e de construção de pontes de aprendizado e mobilização. Não pretendemos que a espécie de linha do tempo aqui narrada seja considerada uma verdade irrefutável, mas apenas um mapeamento do processo, a partir do nosso ponto de vista.

Um primeiro momento remonta a 2011, quando no México surge o *Movimiento por Justicia y Dignidad*, liderado pelo poeta Javier Sicilia, cujo filho foi assassinado pelo narcotráfico (Azaola,

2012; Jacinto, 2011). Nessa época o México se encontrava governado pelo *Partido de Acción Nacional (PAN)*, em uma tentativa de alternância frente ao partido historicamente hegemônico, o *Partido de la Revolución Institucional (PRI)*. Durante os 12 anos do governo do PAN, partido de direita, foi declarada uma “guerra às drogas”, que buscou, de forma falida e com consequências gravíssimas para a população, combater a coalizão histórica entre o PRI e o narcotráfico. Esta guerra levou à militarização do país, aumento da violência, dos assassinatos, das desapareições e à generalização de um estado de impunidade das forças armadas diante de um suposto inimigo interno. Todos(as) os(as) mortos(as) vêm sendo transformados, de forma imediata, em bandidos(as), justificando assim o assassinato e impossibilitando qualquer investigação posterior.

Neste contexto, dada a similitude com o que acontece nas favelas do Rio de Janeiro e em diálogo com alguns movimentos desta cidade, em 2011 foram realizados um ato em Copacabana e algumas participações em rádios comunitárias falando sobre a violência derivada da guerra ao narcotráfico no México.

Figura 1. Passeata Não mais Sangue em Copacabana, Rio de Janeiro (2011)



Em 2012, um movimento com maior fôlego internacional configurou-se a partir do *Yosoy132* no México, iniciado na *Universidad Iberoamericana*, uma instituição privada situada na Cidade do México. O protesto estudantil denunciava a manipulação da mídia hegemônica a favor do PRI e a corrupção do processo eleitoral em curso (Modonesi, 2013; Rovira, 2012; Treré, 2013). O PRI se colocava novamente como candidato forte e favorecido por essa mídia (com Enrique Peña Nieto como candidato). Apesar de compreender que o *Yosoy132* como movimento de resistência não era o primeiro e nem o mais potente na história da juventude mexicana, é importante destacar que ele conseguiu se articular internacionalmente. Assim, não demorou em

surgir o movimento *Yosoy132-Internacional*, conformado por estudantes mexicanos(as) no exterior (Alcântara, 2018). No Rio de Janeiro, ele também chegou com força. Campanhas, eventos e vídeos foram realizados com grupos e divulgados na mídia local alternativa.

Infelizmente, Peña Nieto foi eleito, novamente através de um processo corrupto. Diante disso, foi realizado um ato na rua, próximo ao dia da independência do México (16 de setembro) e inspirado no Dia dos Mortos mexicano. Além da crítica ao processo de eleição, que trouxe de novo o PRI ao poder, eliminando qualquer esperança na democracia mexicana, foi realizada uma homenagem-denúncia aos(as) desaparecidos(as) e assassinados(as) da “guerra às drogas”. Este momento foi interessante, no sentido de uma grande adesão de pessoas. Articulou-se com a comunidade cultural local e de migrantes de outros países latino-americanos.

Figura 2. A morte da democracia, Rio de Janeiro (2012)



Em 2013 foi novamente organizado um evento semelhante, em um espaço cultural da cidade, em comemoração ao Dia dos Mortos com caráter de denúncia política, homenageando os(as) desaparecidos(as) e assassinados(as) da guerra contra o tráfico. Explorava-se assim um modo particular de divulgação dos acontecimentos através de expressões culturais particulares da cultura mexicana, que atraíam não apenas as pessoas próximas ao coletivo, mas a transeuntes e frequentadores(as) desses espaços.

Em setembro de 2014, um trágico evento fez com que a indignação acumulada do povo mexicano explodisse. Estudantes da escola Raúl Isidro Burgos, em Ayotzinapa, Guerrero foram atacados pela polícia municipal, estadual e o exército, deixando três mortos e 43 desaparecidos. Guerrero é um dos estados mais pobres e dos mais afetados pelo conflito armado e o modelo de

escola normal rural em questão se caracteriza por um histórico de luta revolucionária e, conseqüentemente, de sistemática repressão (Santos, 2014). Desde aquele momento, familiares e colegas desses jovens provindos de comunidades camponesas, indígenas e/ou empobrecidas, em articulação com movimentos mexicanos, se articularam intensamente para visibilizar o caso e pressionar o governo mexicano para entregar os jovens com vida, reivindicação mantida até hoje (Bizberg, 2015; Hernandez & Fisher, 2015; Reynoso & Alonso, 2015, 2016).

No Rio de Janeiro, algumas atividades foram imediatamente realizadas pelo coletivo a fim de chamar a atenção ao caso. Fez-se a entrega de uma carta ao consulado mexicano e realizaram-se atividades informativas em lugares movimentados da cidade, bem como nas universidades públicas. Foi realizado também um vídeo e um folheto informativo. Nestas atividades, foi possível observar que, apesar do apoio de alguns movimentos, as energias locais estavam voltadas às eleições presidenciais do Brasil. Apesar da empatia expressa por pessoas que se aproximavam para conhecer o caso, foi possível perceber a dificuldade em entender a reivindicação de “desaparecimento” e não “assassinato”, mesmo ela tendo sido uma prática comum na ditadura civil-militar do Brasil e no contexto atual, tal como no “caso Amarildo” no Rio de Janeiro.

Em 2015, o *Ejército Zapatista de Liberación Nacional*, com sua grande e poderosa rede de solidariedade internacional, fez um chamado às (aos) seus aderentes e simpatizantes a organizar “caravanas” para a rede de familiares de Ayotzinapa. Alguns coletivos no Brasil começaram a se articular com coletivos na Argentina e no Uruguai para realizar uma caravana pela América do Sul¹⁴⁷. O grupo Malinalli foi procurado para participar dessa articulação devido às atividades organizadas no ano anterior. Este momento foi muito importante para o coletivo, pois a articulação com movimentos não só do Rio de Janeiro, mas também de São Paulo, Porto Alegre, da Argentina e do Uruguai começou a se solidificar.

No Rio de Janeiro, diversos movimentos, nem todos aderentes à *Sexta Declaración de la Selva Lacandona* (EZLN), mas todos simpatizantes do trajeto do movimento indígena e partilhando a importância da internacionalização das lutas, começaram a se organizar em rede. Coletivos e grupos de mídia alternativa, indígenas e de movimentos de luta contra a violência de Estado, que em outros momentos já tinham realizado ações de apoio a movimentos mexicanos, se reuniram, durante vários meses, para construir a *Caravana 43 Sudamérica*.

Nesse contexto, as pessoas do coletivo, que naquele momento conseguiram participar da organização, foram mulheres, mexicanas, brasileiras e francesas. Um desafio acontecido no processo foi a insistência das outras pessoas da organização ao grupo definir se era ou não um coletivo e qual era exatamente sua história. Havia uma dificuldade de explicar as mobilidades e fluxos que perpassam as integrantes que não possuíam uma forma institucionalizada de atuação. Assim, se por um lado existia uma disposição a construir uma solidariedade e de reconhecer de certa forma a nossa representatividade enquanto mexicanas(os) e conhecedoras(es) da realidade lá, existia uma demanda de nos posicionarmos de forma legítima na gramática militante do Rio de Janeiro. Foi nesse processo que foi sugerido o nome *Malinalli*, palavra na língua náhuatl que significa “erva para fazer cordas”, destacando assim o objetivo de tecer pontes entre as nossas realidades.

De forma a sensibilizar o contexto carioca para a chegada da Caravana 43 e arrecadar fundos para tal tarefa, foram realizadas várias atividades, sendo a maioria de cunho cultural, em

¹⁴⁷ Infelizmente, a caravana ficou apenas nesses três países. Mas existia interesse de movimentos do Equador e do Peru em participar.

articulação com instituições educativas e grupos participantes da organização. Novamente, foi percebido um grande interesse da comunidade artística e cultural latino-americana, assim como de colegas que não necessariamente estavam participando da organização da Caravana 43, mas que se solidarizaram a partir de atividades.

Com muitos esforços, a *Caravana 43 Sudamérica* foi realizada, tendo como último ponto de visita o Rio de Janeiro. Foram recebidas(os) duas mães, um pai (marido de uma delas) e um jovem colega dos estudantes. Todas(os) bastante debilitadas(os) do processo, cansadas(os) pela viagem, mas esperançosas(os) com as mostras de solidariedade e com vontade de conhecer o contexto local. Construir uma agenda local, própria da dinâmica do Rio de Janeiro, foi importante.

No primeiro dia, organizou-se uma conferência de imprensa, com mídias alternativas, no Sindicato dos Jornalistas, onde, de maneira nítida, o pai da Caravana expressou que apesar de ter sido o movimento Zapatista que convocou a organizar as caravanas, eles(as) não eram necessariamente zapatistas, quebrando uma certa idealização que se tem dentro do ativismo brasileiro sobre o ativismo mexicano, como se ele se resumisse ao zapatismo. Foi interessante também a troca com pessoas que vivenciaram a ditadura brasileira, por meio do Grupo Tortura Nunca Mais, diálogo semelhante ao que a Caravana teve no Uruguai e na Argentina.

No segundo dia, foi preparada uma série de atividades com os movimentos de mães e familiares de vítimas de violência do Estado nas favelas, realizadas no Complexo da Maré, que naquele momento estava sendo ocupado pelo exército. Foi um momento extremamente emotivo de troca de sentimentos e táticas para lidar com o sofrimento e se articular. Por um lado, apareceu novamente a dificuldade dos movimentos cariocas reconhecerem a noção política de “desaparecimento”, pois, diferente das(os) familiares das favelas, as famílias mexicanas reafirmam que até não verem os corpos dos filhos, eles seguirão vivos. Por outro, a militarização da Maré gerou um forte impacto na Caravana mexicana. Assim, a partilha das violências extrapolou o plano narrativo, pois atingia as vivências mais profundas das pessoas ali envolvidas.

No terceiro dia, foram realizadas atividades com o movimento indígena da cidade da Aldeia Maraka'nà. Esses encontros foram interessantes, no sentido de perceber as diferentes trajetórias de reivindicação indígena tanto das pessoas quanto dos territórios, no México e no Brasil. No quarto dia, aconteceu um ato no consulado, um debate na Universidade do Estado do Rio de Janeiro sobre a participação da escola Raúl Isidro Vargas no movimento estudantil e um evento cultural na praça pública da Cinelândia.

A intensa e desafiadora experiência com a Caravana revelou as dores e a esperança de pessoas que não necessariamente eram engajadas politicamente antes do acontecimento, mas que naquele momento, na busca pelos filhos, se tornaram as e os porta vozes da indignação do povo mexicano, dentro e fora do México. Igualmente, o processo mobilizou a rede de coletivos logisticamente, emocionalmente e politicamente, apresentando desafios referentes, por exemplo, às diferentes formas de ocupar os espaços e de se relacionar com os ativismos e com os representantes dos governos.

Figura 3. Atividade da Caravana 43 no Complexo da Maré. Sudamérica no Rio de Janeiro (2015)



Depois da *Caravana 43*, que ocupou muitas energias, outras atividades menores foram realizadas, ainda com essa temática. Houve a participação do coletivo na curadoria de uma seção no festival Curta Cinema, no qual foram selecionados filmes sobre Ayotzinapa (Vigna, 2015). A exibição foi acompanhada de um debate e evento, lembrando o primeiro ano do desaparecimento dos estudantes. Também se realizou no Museu da Maré uma oferenda de Dia de Mortos em homenagem-denúncia aos filhos das mães do movimento de favelas que participaram na atividade com a Caravana. Posteriormente, organizou-se um número do periódico mexicano *Jornada del Campo* (Santos, Aguilar, de Garay Hernández, & Alcântara, 2015), sobre movimentos e lutas brasileiras, aproveitando a rede que tinha sido estabelecida durante a Caravana e tentando circular as experiências brasileiras no México, acionando diferentes direções das pontes tecidas.

Figura 4. Oferenda de Dia dos Mortos no Museu da Maré aos assassinados nas favelas (2015)



Em 2016, o grupo recebeu convites para rodas de conversa e oficinas em escolas ocupadas pelo movimento estudantil secundarista de Rio de Janeiro¹⁴⁸. As(os) estudantes organizadas(os) expressaram seu interesse pela experiência da *Escola Normal Rural de Ayotzinapa*, bem como pelo movimento Zapatista, gerando uma oportunidade de contribuir com um movimento juvenil pulsante, desmistificando algumas noções, apresentando experiências inspiradoras. Também foi realizado um evento de lembrança dos dois anos de Ayotzinapa, como um esforço para rearticular as redes com os coletivos do Rio de Janeiro.

Figura 5. Arte produzida com estudantes na ocupação de uma escola. Niterói (2016)



Em 2017, o ritmo de atividade do coletivo diminuiu bastante, novamente, pela condição fluida do processo coletivo. Aconteceram participações pontuais em eventos acadêmicos na UFRJ e na UFRRJ, mas ações coletivas consolidadas, tais como um apoio à candidatura à presidência do México da mulher indígena Marichuy, têm sido difíceis de operacionalizar. Isso está relacionado à participação das integrantes em outro tipo de trincheiras e não significa a redução da vontade política em continuar a construção de pontes entre o México e o Brasil.

É interessante pensar que, apesar de que a violência de Estado no México não cessar (dificilmente cessará no modelo neoliberal que vivemos), o cenário no momento de elaboração deste texto é bem mais esperançador do que o brasileiro, diante do fato de que foi eleito para presidente o representante do partido de esquerda *MORENA*, finalmente quebrando a tradição antidemocrática mencionada anteriormente e com a pretensão de dar resposta aos diferentes casos de desaparecimento forçado e assassinatos extra-oficiais. Os esforços dos coletivos cariocas, por sua vez, estão completamente concentrados no assolador quadro que se vivencia no Brasil. Talvez

¹⁴⁸ Este movimento começou em São Paulo como reação à tentativa do governo em fechar escolas e reduzir o orçamento dessas, mas ocorreu, por motivos diferentes em outros estados do Brasil.

seja o momento do Brasil acionar essas redes de solidariedade internacionais e, inclusive, pensar formas mais contínuas, fluídas e abrangentes de ativismo regional e internacional.

4.6.4 Considerações finais

Para nós, é necessário e útil ressignificar todos aqueles símbolos com os quais México é identificado no exterior, como o Dia dos Mortos, dentro de uma perspectiva de denúncia e militância política. Na nossa experiência, explorar estes recursos culturais foi muito importante como estrangeiras(os) que não contamos com histórico de militância e cujas redes de apoio no Brasil são escassas. Igualmente, as sensações de insegurança e medo têm, de certa forma, sido interessantes, no sentido de exercitar um outro tipo de ativismo que não passe pelo protagonismo, mas pelo fortalecimento nos bastidores da rede de solidariedade internacional.

Assim, a experiência do coletivo Malinalli neste breve período de tempo oferece exemplos das dificuldades na construção de uma solidariedade internacional. Seja pela própria instabilidade das(os) integrantes do coletivo como migrantes, muitas vezes temporais ou pelas dificuldades de encaixar problemáticas de outro país em contextos nacionais, que também sofrem conjunturas tão complexas, tais como Brasil. Contudo, a lamentável coincidência nas expressões da violência de Estado no México e no Brasil contribuiu para tecer pontes, ainda que frágeis, no que concerne às experiências de resistência a essa violência.

Consideramos que a experiência de ser migrante, seja internacional ou nacional, necessariamente, às vezes até por sobrevivência, nos coloca em uma posição de abertura a outros cenários, pessoas, línguas, sotaques, práticas culturais, costumes, possibilidades e impossibilidades. Apesar de ser um exercício desafiador, ele parece ser fundamental na hora de pensar estratégias de ação e de instrumentalizar redes de solidariedade e de ativismo internacional. A disposição à tradução do que outras coletividades e outros territórios nos trazem, ou seja, à criação de sentidos comuns, é talvez uma ferramenta política que devemos acionar cada vez mais no contexto em que nos encontramos atualmente, se queremos enfrentar o voraz capitalismo globalizado.

Bibliografia / Bibliografía / Bibliographie / References

- Alcântara, L.M. (2018). Indignadas e Indignados do mundo, uni-vos!: Provas ativistas e os desafios da solidariedade internacionalista com o México na era da individualização. (Tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Azaola, E. (2012). El Movimiento por la Paz con Justicia y Dignidad. *Desacatos*, 40, 159–170.
- Bizberg, I. (2015, maio 27). Ayotzinapa: the events that shook the Mexican youth. *OpenDemocracy*. Acesso em 07/05/2018. Disponível em <https://www.opendemocracy.net/ilan-bizberg/ayotzinapa-events-that-shook-mexican-youth>.
- Hernandez, A., & Fisher, S. (2015, janeiro 15). Governo mexicano participou do ataque contra estudantes de Ayotzinapa. *Agência Pública*. Recuperado de

<http://apublica.org/2015/01/gobierno-mexicano-participou-do-ataque-contra-estudiantes-de-ayotzinapa/>

- Jacinto, L. (2011). Javier Sicilia: el Movimiento por la Paz con Justicia y Dignidad en México. *iMex. México Interdisciplinario. Interdisciplinary*, 1, 58–73.
- Modonesi, M. (2013). De la generación zapatista al #YoSoy132. Identidades y culturas políticas juveniles en México. *OSAL*, (33), 155–170.
- Passa-palavra (2009). Zapatismo: Entre a guerra de palavras e a guerra pela palavra. Disponível: <http://passapalavra.info/2009/04/2677> (Consultado 15/02/2018).
- Reynoso, C. A., & Alonso, J. (2015). *Una fuerte indignación que se convirtió en movimiento: Ayotzinapa*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara.
- Reynoso, C. A., & Alonso, J. (2016). *Ayotzinapa: la incansable lucha por la verdad, la justicia y la vida*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara.
- Rovira, G. (2012). La primavera mexicana YOSOY132, la comunicación y el proceso electoral del 2012 en México. *Fundacion Betiko*. Recuperado de <http://fundacionbetiko.org/wp-content/uploads/2013/03/Articulo-Yosoy132-Guioamar.pdf>
- Santos, A. (2014). A desapareção forçada de 43 estudantes mexicanos: a história de um crime de Estado que mostrou ao mundo a barbárie existente no México. *Marx e o Marxismo*, 2(3), 426–432.
- Santos, A., Aguilar, B. M., Hernández, J. de G., & Alcântara, L. M. (Orgs.). (2015). La Jornada del Campo - Brasil. *La Jornada*.
- Treré, E. (2013). #YoSoy132: la experiencia de los nuevos movimientos sociales en México y el papel de las redes sociales desde una perspectiva crítica. *Educación Social, Revista de Intervención Socioeducativa*, 55, 112–121
- Tribunal permanente de los pueblos-CAPÍTULO MÉXICO (TPP-México) (2014). Libre comercio, violencia, impunidad y derechos de los pueblos en México (2011-2014) Sentencia Final. Disponível: <[http:// www.tppmexico.org/](http://www.tppmexico.org/)>. Acesso em 27/04/2019.
- Vigna, A. (2015). Proyectan 11 cortos sobre Ayotzinapa en “Curta Cinema”, en Río de Janeiro. *O Processo*. Disponível em: <<http://www.proceso.com.mx/420587/proyectan-11-cortos-sobre-ayotzinapa-en-curta-cinema-en-rio-de-janeiro>>. Acesso em 27/04/2019.

4.7 Migrantes Empreendedores: um estudo sobre ONGs e inclusão econômica de imigrantes no Brasil

Sofia Cavalcanti Zanforlin¹⁴⁹

Resumo

Este artigo discute a atuação de coletivos voltados para a integração de migrantes à sociedade brasileira via treinamento, profissionalização e inserção no mercado de trabalho, tendo a culinária típica de seus países de origem como meio dessa inserção. Como objetos de estudo, mapeamos o trabalho de três coletivos em três capitais brasileiras: o Migraflif (São Paulo), o Refoodgees (Rio de Janeiro) e o Bambu (Brasília). Este trabalho está fundamentado nas entrevistas realizadas com os organizadores e diretores dos coletivos situados no recorte da pesquisa. Buscamos problematizar a relação entre migrantes e a aposta no empreendedorismo como solução de integração, bem como conexões dessas atuações no âmbito da ação humanitária global.

Palavras-chave: Comunicação; Migração; Empreendedorismo.

Migrantes Empreendedores: Un estudio sobre ONGs e inclusión económica de inmigrantes en Brasil

Resumen

Este artículo se centra en la actuación de colectivos interesados en la integración de migrantes de los migrantes en la sociedad brasileña a través de la capacitación, profesionalización e inserción en el mercado de trabajo, teniendo como medio de esta inserción la cocina típica de sus países de origen. Como objeto de estudio, mapeamos el trabajo de tres colectivos en tres capitales brasileñas: Migraflif (São Paulo), Refoodgees (Río de Janeiro) y Bambu (Brasilia). Este trabajo se basa en entrevistas con los organizadores y directores de los colectivos situados en el contexto de la investigación. Buscamos problematizar la relación entre los migrantes y la apuesta por el emprendimiento como solución para la integración, así como las conexiones de estas acciones en el contexto de la acción humanitaria global.

Palabras clave: Comunicación; Migración; Emprendedurías.

¹⁴⁹ Professora da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Departamento de Comunicação. Doutora em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: szanforlin@gmail.com

Entrepreneurs migrants : une étude sur les ONG et l'inclusion économique des immigrants au Brésil

Résumé

Cet article traite du travail de groupes visant à l'intégration des migrants dans la société brésilienne par le biais de la formation, de la professionnalisation et de l'insertion sur le marché du travail, en ayant pour base la cuisine typique de leur pays d'origine. Comme objets d'étude, nous avons cartographié le travail de trois groupes dans trois capitales brésiliennes : Migraflix (São Paulo), Refoodgees (Rio de Janeiro) et Bambuo (Brasília). Ce travail est basé sur les entretiens avec les organisateurs et les directeurs de ces collectifs. Nous cherchons à problématiser la relation entre les migrants et l'entrepreneuriat en tant que solution d'intégration, ainsi que les liens entre ces actions dans le cadre de l'action humanitaire globale.

Mots-clés : Communication ; Migration ; Entrepreneuriat.

Migrant Entrepreneurs: A Study of NGOs and the Economic Inclusion of Immigrants in Brazil

Abstract

This article discusses the work of groups focused on the integration of migrants into Brazilian society via training, professionalization and insertion in the labor market, having the typical cuisine of their countries of origin as a means of this insertion. As objects of study, we mapped the work of three groups in three Brazilian capitals, Migraflix (São Paulo), Refoodgees (Rio de Janeiro) and Bambuo (Brasília). This work is based on the interviews with the organizers and directors of the work of groups, which are located in the research cut. We seek to problematize the relationship between migrants and the bet on entrepreneurship as an integration solution, as well as the connections of these actions in the scope of global humanitarian action.

Keywords: Communication; Migration; Entrepreneurship.

4.7.1 Introdução

Este trabalho possui caráter ensaístico, e parte de estudo em andamento, investigativo de coletivos dedicados à integração de migrantes/solicitantes de refúgio e refugiados na sociedade brasileira, por meio de treinamento, profissionalização e inserção no mercado de trabalho. A contrapartida é o convite a uma experiência cosmopolita e o engajamento a uma causa humanitária aos brasileiros que se engajam em seus eventos. A partir de 2015, a pesquisadora observou a atuação de coletivos com a intenção de promover inclusão econômica de migrantes, solicitantes de refúgio e refugiados à sociedade brasileira. O envolvimento de ONGs com migrantes no Brasil não é novo, destacam-se nesse setor as ONGs parceiras do governo e afiliadas à igreja católica, como por exemplo as Cáritas, em São Paulo e Rio de Janeiro, e Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH), em Brasília. O que particulariza essas *novas* atuações é que nascem na sociedade civil, a partir da iniciativa de jovens que se engajam em causas humanitárias globais. Este trabalho está fundamentado na apresentação e problematização do trabalho dos coletivos as quais se situam no recorte da pesquisa.

Nossa hipótese partilha do núcleo da discussão desenvolvida por Martha Nussbaum (2002) de que, na era da conectividade global, o *ethos* cosmopolita tornou-se necessidade moral, uma vez que não se pode mais estar alheio às crises humanitárias globais visibilizadas por meio dos fluxos de imagens e informação que circulam nos meios de comunicação. Em consequência da experiência das migrações internacionais contemporâneas, Michel Agier (2016) defende a ideia de um cosmopolitismo comum, que inclui aqueles cujas experiências cotidianas se situam na fronteira, tanto geográfica como cultural. Ambos autores apontam a mídia como dispositivo capaz de possibilitar trocas de sensações e experiências comuns. Dessa forma, o cidadão do mundo contemporâneo está vinculado ao advento da mídia global, sendo possível o conhecimento e acompanhamento em tempo real de acontecimentos e das atrocidades ocorridas. Nesse contexto, situar-se-iam as apostas dos coletivos destacados na pesquisa, na construção de um cosmopolitismo do comum a partir da troca de experiências com pessoas em situação de vulnerabilidade (os migrantes e refugiados), que por sua vez, seriam os símbolos da pré-dica moral de envolvimento com uma alteridade ao mesmo tempo marca de superação e enriquecimento cultural.

Como objetos de estudo mapeamos o trabalho de três coletivos em três capitais brasileiras, o Migraflif (São Paulo), o Refoodgees (Rio de Janeiro) e o Bambuo (Brasília). A ONG Migraflif vem sendo objeto de estudo desde a pesquisa de pós-doutoramento desenvolvida durante o período de agosto a junho (2016-2017) no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Práticas de Consumo (ESPM-SP).

4.7.2 Apresentação das ONGs e de seus projetos

O Migraflif (www.migraflif.com.br) apresenta-se como uma organização não governamental sem fins lucrativos, que começou a sua atuação na cidade de São Paulo no segundo semestre do ano de 2015 a partir da realização de “workshops culturais, serviços de alimentação de comidas do mundo, palestras motivacionais e eventos ministrados por imigrantes e refugiados. A atuação da ONG está delimitada a migrantes e refugiados contemporâneos no Brasil e se utiliza das mídias sociais para divulgação e interação de seus eventos, com o objetivo de influenciar o aspecto social na vida de pessoas vulneráveis, e no caso específico, de migrantes no Brasil com foco nos que vivem em São Paulo. Os eventos promovidos pelo Migraflif têm se ampliado e, para além dos workshops, novas atividades com novos parceiros têm se desenvolvido. Como exemplo, têm-se serviços de *catering* para empresas, palestras motivacionais dadas por migrantes nas sedes do Google, LinkedIn, PayPal, a campanha #MeuAmigoRefugiado, em que brasileiros se inscreviam para receberem refugiados na noite de Natal, com grande repercussão na mídia nacional. Além desses há eventos como o Impact Hub São Paulo, em que se destaca o *Dream-makers Creatathon: facilitando o sonho de Novos Brasileiros*, com o apoio e envolvimento do ACNUR, agência da ONU para refugiados, Sebrae e o próprio Google. O objetivo do evento foi “mapear problemas e propor soluções para além da atuação do Estado”, além de “reunir novos brasileiros - migrantes e refugiados - à comunidade local de mentes criativas, empreendedores sociais e *makers*, que irão sensibilizar, discutir e propor soluções aos desafios de integração desta população na maior metrópole da América Latina”. À frente da equipe está Jonathan Berezovsky, argentino de origem judaica, radicado no Brasil.

O coletivo Bambuo atua em Brasília desde 2015 de maneira difusa. Em sua apresentação

na página da rede social Facebook, descreve-se como um coletivo que “promove marketing de experiência para o impacto social”, cujo objetivo é “dar visibilidade pra ONGs e projetos sociais, com foco em engajamento de redes em causas de interesse coletivo em busca da concretização de futuros comuns desejáveis”. Segundo o coletivo, seu principal projeto é o Mais Pontes Menos Muros e é apresentado com a “missão promover ações de apoio aos migrantes do Distrito Federal”.

Dentre os eventos promovidos, destacam-se o Mulheres que Inspiram o Mundo, em que remodelaram uma banca de revistas transformada em ateliê por um grupo de mulheres migrantes e refugiadas, e o MigrArte. Lá, imigrantes situados no DF são convidados a trabalhar nos quiosques para venda de produtos ligados às suas culturas de origem, com destaque para artesanatos e feira gastronômica. À frente da equipe está Marina Miranda, brasileira, moradora da quadra 313 Norte em Brasília, onde se situa a banca que se tornou ateliê. Apesar de insistentes tentativas de contato por parte da pesquisadora, não houve nenhuma resposta por parte do coletivo, nem de sua coordenadora, a um pedido de entrevista.

O coletivo Refoodgees, no Rio de Janeiro é o mais recente dentre os três e começou sua atuação em 2017. O Refoodgees apresenta-se em sua página na rede social Facebook com o objetivo de “reunir refugiados que são envolvidos com culinária, para oferecer suporte de profissionalização e inserção no mercado de trabalho, promover trocas de conhecimento e intercâmbios culturais”. Por meio de entrevista, consentida apenas por e-mail, o coletivo confirma a aposta na relação entre empreendedorismo e comida como meio de inserção econômica do migrante: “Acreditamos na força da gastronomia para unir pessoas e promover uma troca cultural importante para romper barreiras e preconceitos. Temos como objetivos a inserção do refugiado no mercado de trabalho, sua integração econômica e social na nova sociedade. Além da expansão do debate sobre refúgio, imigração, preconceito e discriminação”. A equipe é coordenada Gabriela Sales, Vitoria Faoro e mais três amigos, Iara Nogueira, Catherine Queiroz e Pedro Breyer, e a ideia surgiu a partir de um encontro, como relata Vitoria (respondente da entrevista via e-mail): “Tudo começou a partir de um almoço entre amigos, em que a nigeriana Lateefat Hassan foi contratada para cozinhar a gastronomia de sua terra natal. A partir daí as duas criaram um laço com nigeriana e começaram a ajudá-la a participar de eventos gastronômicos.” Ainda, Vitoria afirma que o Refoodgees é um coletivo “com a intenção de virar um negócio social. Estamos participando de uma incubadora, e em processo de nos transformar em pequena empresa”. O recrutamento dos migrantes é feito por rede de contatos, com o suporte da Caritas do Rio de Janeiro, e o coletivo conta com seis migrantes em seu quadro, cujas situações migratórias “variam”.

4.7.3 Relações entre comunicação, capitalismo e empreendedorismo

O empreendedorismo social, terreno onde se encontram as ações do Migraflif, do Refoodgees e do Bambu, diferencia-se de um negócio qualquer pela defesa de uma causa: “é caracterizado pela criação de produtos e serviços que tem o foco principal na resolução, ou minimização, de problemas em áreas como educação, violência, saúde, alimentação, meio ambiente, etc. Mais do que obter o simples lucro, o objetivo destas empresas é gerar transformação nas comunidades em que estão inseridas”, segundo definição encontrada na página do Sebrae (<http://blog.sebrae-sc.com.br/empreendedorismo-social/>).

Sua origem, segundo Casaqui e Sinato, “guarda relação com o aprofundamento dos processos da globalização econômica e com o enfraquecimento do Estado” (2014, p. 189). Para

esses autores, o empreendedorismo social deve ser observado como “fenômeno essencialmente comunicacional, por meio dos discursos que alimentam a significação de seu papel social” (2015, p. 1), propiciando, assim, elaboração de ideologia que justifique o engajamento ao capitalismo cujos “processos globalizados se estabelecem como paradigma de uma sociedade pautada pelos fluxos comunicacionais difundidos através do suporte das tecnologias digitais” (CASAQUI, SINATO, 2014, p. 189).

O próprio Migraflif já conta em seu “casting” de migrantes com uma narrativa de empreendedor de sucesso baseado na trajetória migratória de Talal Al-Tinawi, migrante sírio que inaugurou um dos primeiros workshops de comida árabe promovido pelo Migraflif, como discutido em trabalho anterior (ZANFORLIN, COGO, 2017). No mês de lançamento do Migraflif, em setembro de 2015, Talal ministrou o workshop chamado “Sabores da Síria”. Desde então, uma multiplicidade de eventos foram realizados a partir da parceria entre Talal e Migraflif. A ONG parece ter escolhido o refugiado sírio para ser a vitrine do negócio social, como confirma Jonathan Berezovski em entrevista para a pesquisadora. Talal é o eleito por Jonathan quando se trata de palestras para empresas, como as já mencionadas Google, TEDx, além de Refettorio Gastromotiva e PayPal.

4.7.4 Empoderamento econômico ou o migrante como produto

Os eventos organizados pelos três coletivos, portanto, são apresentados com o mesmo discurso: pretendem “empoderar os imigrantes economicamente, integrá-los por meio da riqueza em conhecimento e experiências de vida, promover as diferentes culturas e visões de mundo. Estes serviços são oferecidos tanto a pessoas que se inscrevem nos workshops, como também a empresas, no caso específico do Migraflif. O que há em comum nos eventos criados pelo Migraflif, Refoodgees e Bambuo é a utilização da história pessoal e cultural do migrante/refugiado como fator de atração de atenção tanto a partir da criação de afetos como de um sentimento moral em torno da causa humanitária do refúgio e da chamada “crise das migrações”, termo cunhado na mídia brasileira e internacional. Estes migrantes e refugiados são apresentados a partir de um discurso que destaca o potencial de transformação e inspiração que suas trajetórias ensejam.

O relatório *Tendências Globais*, divulgado em 20 de junho de 2017 pelo ACNUR, atesta que um total de 65,3 milhões de pessoas foram deslocadas por guerras e conflitos desde o final de 2015. Ainda segundo o relatório, esta é a primeira vez que os números de deslocamento forçado ultrapassaram 60 milhões de pessoas no mundo. No Brasil, o número de refugiados reconhecidos aumentou 12% em 2016, chegando a 9.552 pessoas de 82 nacionalidades. Esta realidade conduz a uma diversidade maior de pessoas compartilhantes de experiências entre locais e estrangeiros, desde o ambiente de trabalho às esquinas das cidades, nos mercados, nas vizinhanças, nas escolas.

A partir desse mapeamento, pretendemos discutir a promoção do empreendedorismo para migrantes como possibilidade de empoderamento, autonomia e construção de uma cidadania no cenário do capitalismo global, em que o tema da migração e do refúgio figuram como candentes dos discursos midiáticos. Nos discursos dos três coletivos o empreendedorismo é apontado como solução possível para integrar economicamente migrantes e refugiados e está em sintonia com as recomendações dos órgãos internacionais que lidam com o tema. A ideia de convocar a sociedade civil e empresas privadas para participação ativa da gestão das causas humanitárias, passou,

inclusive, a ser pauta da agenda da Organização das Nações Unidas em documento lançado após reunião sobre tema em setembro de 2016, em Nova Iorque, em que se destaca o artigo 69:

Creemos que la Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados debe preparar y poner en marcha la respuesta integral para los refugiados en estrecha coordinación con los Estados pertinentes, incluidos los países de acogida, y con la participación de otras entidades competentes de las Naciones Unidas, en cada situación en la que haya grandes desplazamientos de refugiados. Esa respuesta debe incluir la participación de múltiples interesados, a saber, las autoridades nacionales y locales, las organizaciones internacionales, las instituciones financieras internacionales, los asociados de la sociedad civil (entre ellos, organizaciones confesionales, organizaciones de la diáspora y el mundo académico), el sector privado, los medios de comunicación y los propios refugiados.

As ações dos coletivos guardam semelhanças entre si, uma vez que visam à promoção de uma experiência cosmopolita a partir da valorização da diversidade cultural como um elemento de distinção e engajamento a uma causa. No entanto, esta apresentação dos migrantes como *superadores* de uma realidade adversa, se inicialmente subverte a condição inicial de vítima pode também vir a se assemelhar à construção de uma imagem tal qual a de um produto, capaz de produzir uma experiência de consumo exótica e fugaz, ao mesmo tempo em que traz consigo a possibilidade de exercício de empatia a causas sociais.

Deve-se atentar para o fato de que as campanhas dos coletivos podem também sugerir o apagamento ou generalização das individualidades, das particularidades culturais num “cardápio” de pessoas e histórias pessoais de sofrimento que se diluem pelo rótulo, “refugiados”. Dessa forma, sírios, venezuelanos, congolese, haitianos, etc. se amalgamam para se tornarem artefatos, potências de uma experiência ligada ao cosmopolitismo do turista, próximo, portanto, do consumo cultural, como explicitados pelos autores Cohen e Vertovec (2010, p. 284): “a transferência massiva de alimentos, produtos artísticos, música, literatura e moda. Os autores chamam a atenção para a associação entre cosmopolitismo e consumo cultural, uma vez que ambos os conceitos são associados a um hábito da elite, ou de colecionadores de experiências e artefatos de culturas ao redor do mundo.

Turismo cosmopolita inclui a busca por experiências variadas, um deleite na compreensão dos contrastes entre as sociedades e não um desejo por uniformidade ou superioridade, e o desenvolvimento de certa habilidade de interpretação de sentidos culturais. É uma tendência indiscutivelmente baseada no exotismo, mercantilização e cultura de consumo (Cohen & Vertovec, 2010, p. 282).

Tais processos representam não só a multiculturalização da sociedade, mas também a avançada globalização do capitalismo”.

4.7.5 Considerações finais

A visibilidade midiática que a chamada crise das migrações internacionais conquistou a partir de 2015 é o contexto que alimenta o nascimento das ações e organizações que surgem na

esteira desse acontecimento.

A pesquisa em andamento questiona a associação entre empreendedorismo social a partir da experiência migratória como possibilidade de inclusão econômica dos migrantes na sociedade brasileira sem o amparo ou em associação com ações de Estado. Até que ponto pode-se apostar em ações via sociedade civil, sem considerar ações de Estado via políticas públicas? Acreditamos ser necessário problematizar a relação entre migração, precarização no âmbito do trabalho, e da cidadania, e a dificuldade de inclusão laboral dessas pessoas a partir da lógica neoliberal, em que as ONGs e organizações similares passam a atuar no espaço deixado pelo Estado e o discurso e estímulo ao empreendedorismo surge como “solução” rápida para a ausência de políticas públicas.

Demonstramos que os discursos que fundamentam e justificam os projetos estão fundados em valores caros aos princípios do neoliberalismo. Primeiro, na perspectiva do êxito individual, portanto, exemplo de sucesso da construção individual de si e de empreendedor, ou como apontam os autores Dardot e Laval (2016, p. 151), do homem como empresa. Segundo, baseados na ideia de superação, passíveis de se somarem às narrativas dos migrantes que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Observamos que os coletivos destacados neste trabalho, ampliam e complexificam suas atuações. No entanto, indagamos, podemos de fato falar em inclusão econômica a partir de campanhas e eventos sazonais promovidos pelos coletivos? Estas ações serão capazes de superar a precariedade laboral e econômica enfrentada pelos migrantes e refugiados? Estas perguntas deverão ser respondidas a partir do desenvolvimento da segunda parte da pesquisa, por meio de realização de entrevistas em profundidade e acompanhamento dos migrantes e do desenvolvimento de seus negócios.

Bibliografia / Bibliografía / Bibliographie / References

- Agier, Michel. (2016) *Borderlands: Towards an Anthropology of the Cosmopolitan Condition*. Malden, MA: Polity Press.
- Casaqui, Vander; Sinato, Angelina. (2015) Empreendedorismo social em perspectiva global: bem comum, trabalho e engajamento na retórica do capitalismo contemporâneo. *Revista Eptic*, Volume, 17, 186-198.
- Dardot, Pierre; Laval, Christian. (2016) *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- Nussbaum, Martha C. (2002) Education for Citizenship in an Era of Global Connection. *Studies in Philosophy and Education*, Volume, 21, 289–303.
- Roque, T. (2017) Subjetividades no ponto cego da esquerda. *Le Monde Diplomatique Brasil* <<http://diplomatique.org.br/subjetividades-no-ponto-cego-da-esquerda/>>.
- Vertovec, Steve; Cohen, Robin. (2010) Conceiving Cosmopolitanism. In: *The Creolization Reader. Studies in Mixed Identities and Cultures*. COHEN, Robin; TONINATO, Paola (eds). New York, Routledge.

Zanforlin, Sofia; Cogo, Denise. (2017) Mídia, migrações e cidadania possível: reflexões a partir da trajetória do refugiado sírio Talal Al-Tinawi. In: ENCONTRO DA COMPÓS – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 26, 2017, São Paulo. Anais: São Paulo: Faculdade Cásper Líbero.

4.8 Um olhar antropológico sobre a comida chinesa em Salvador, Bahia

Ana Claudia de Sá Teles Minnaert¹⁵⁰

Resumo

Palavras-chave: Comida chinesa; Cozinha chinesa; Diáspora chinesa.

No mundo contemporâneo, a cozinha chinesa está experimentando muitas adaptações. Muitos pratos, símbolos da “chinesidade”, são produtos culinários de diferentes regiões da China adaptados às preferências alimentares dos clientes (consumidores) no país de refúgio e já não são identificados pelos chineses como pertencentes à sua cozinha. O objetivo do artigo é compreender a formação da cozinha chinesa em Salvador, Bahia, tendo como objeto a comida chinesa servida nos restaurantes chineses situados no centro da cidade e a comida chinesa consumida por imigrantes, donos desses restaurantes. A comida que se vende como chinesa não é a equivalente a que se come como chinesa; são duas preparações distintas que representam a mesma cozinha. Na sua comida, os chineses revivem as recordações, marcam seu espaço no novo território, constroem seu futuro, o velho se funde como novo, as fronteiras são fluídas, e os limites entre o eu e o outro se confundem.

Una mirada antropológica sobre la comida china en Salvador, Bahia

Resumen

En el mundo contemporáneo la cocina china está sufriendo muchas adaptaciones. Muchos platos símbolos de la "chinesidad" son productos de la culinaria de diferentes regiones de China adaptados a las preferencias alimentarias de los comedores del país de abrigo, ya no siendo mas identificados como pertenecientes a su cocina por los chinos. El objetivo de este trabajo es comprender la formación de la cocina china en Salvador, Bahía, teniendo como objeto la comida china servida en los restaurantes chinos ubicados en el Centro de esta ciudad y la comida china consumida por los inmigrantes propietarios de estos restaurantes. Para estos inmigrantes, la comida que se vende como china no es la misma que se come como tal, son dos preparaciones distintas que representan una misma cocina. En su comida, los chinos reviven sus memorias, marcan su espacio en el nuevo territorio, construyen su futuro, donde el nuevo y el viejo se mezclan, donde los límites son fluidos y las fronteras entre el yo y el otro se confunden.

Palabras clave: Comida china; Cocina china; Diáspora china.

¹⁵⁰ Doutora em Antropologia, Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
E-mail: venegeroles@yahoo.com

Un point de vue anthropologique sur la cuisine chinoise à Salvador, Bahia

Résumé

Dans le monde contemporain, la cuisine chinoise souffre de nombreuses adaptations. Beaucoup de plats considérés comme symboles de "chinoiserie" sont issus de la cuisine de différentes régions de la Chine. Adaptés aux préférences alimentaires de différents pays, ils ne sont plus identifiés par les Chinois comme appartenant à leur cuisine. L'objectif de ce travail est de comprendre la constitution de la cuisine chinoise à Salvador de Bahia, au Brésil. Son objet est la nourriture chinoise servie dans les restaurants chinois situés dans le centre de cette ville et la nourriture consommée par les immigrants chinois propriétaires de ces restaurants. Pour ces immigrants, la nourriture qui est vendue comme chinoise n'est pas la même que celle qui se mange en tant que chinois – ce sont deux préparations distinctes qui représentent une même cuisine. Dans leur alimentation, les chinois revivent leurs souvenirs, marquent leur espace dans un nouveau territoire et construisent leur avenir, où l'ancien et le nouveau se mélangent, où les limites sont fluides et les frontières entre le moi et l'autre se confondent.

Mots-clés : Cuisine chinoise ; Diaspora chinoise ; Nourriture Chinoise.

An anthropological view at Chinese food in Salvador, Bahia

Abstract

In the contemporary world, Chinese food went through a lot of adjustments. Many of plates symbols of the "chineseness" are products from the different regions of China. But their composition has been adapted to the preferences and taste of the consumers of the country where the plate is produced, and it isn't recognized for the Chinese immigrants as being Chinese food. The purpose of this article is to understand the formation of Chinese cuisine in Salvador, Bahia, with the subject of the differences between the Chinese food served in the Chinese restaurants in the center of the capital of Bahia and the food consumed by the immigrated Chinese owners of those restaurants. For these immigrants, the food that is sold as Chinese is not the same as they eat as such. They are two different preparations which present for the same cuisine. In his food, the Chinese people relives his memories, mark his space in the new territory, build his future, where the new and the old blend, where the limits are fluid and the boundaries between the self and the other are confused.

Keywords: Chinese diaspora; Chinese cuisine; Chinese food.

4.8.1 Introdução

Eu sempre fui uma apaixonada pela comida chinesa e pelos restaurantes chineses. Adoro o crocante da casquinha do rolinho primavera, o abacaxi cozido com o molho agridoce que vem com o camarão empanado, o sabor do molho de soja do frango xadrez e a mistura de carnes e verduras da família feliz.

Até a década de 1990, a presença chinesa não era expressiva em Salvador, mas a partir do início do ano 2000, ela passou a ser mais evidente, causando mudanças significativas no mapa demográfico e comercial da região central da cidade.

Desde 1997 trabalho na Vigilância Sanitária e as inspeções aos restaurantes chineses eram comuns na minha rotina de trabalho. Em uma dessas visitas, encontrei um grupo de chineses utilizando a cozinha de um restaurante para preparação de uma refeição. Como eles não faziam parte do quadro de funcionários, questionei ao proprietário a presença dessas pessoas no local¹⁵¹. Ele me informou que era um grupo de amigos que pediu para utilizar a sua cozinha, pois eles não conseguiam comer as refeições que vendiam em seu estabelecimento e em outros da mesma categoria, pois tinham um sabor “estranho” ao seu paladar. O que eles cozinhavam para si era outro tipo de preparação, diferente daquela oferecida no cardápio dos restaurantes chineses da cidade.

Essa situação me fez refletir acerca do que seria esta comida que nós habitualmente identificamos como chinesa, com seus molhos de soja ou vermelhos agridoces, condimentadas com gengibre, cebolinha, cebola.

No meu imaginário, a comida chinesa seria o *chop suey*¹⁵², prato representante da chinesidade americana, ou o frango xadrez - um cozido de frango picado, com legumes e molho de soja; ou mesmo a família feliz, um refogado com carnes de boi, porco e frango cozidas com molho de soja e legumes. Mas, qual seria o prato reconhecido como identitário pelos chineses imigrantes e por aqueles que buscam os restaurantes chineses na cidade de Salvador? E como se caracteriza a cozinha chinesa que foi construída nesta cidade?

Foram esses questionamentos que me levaram a este estudo antropológico, tendo como objeto a comida chinesa. A partir do entendimento da comida, como um símbolo cultural e uma marca de identidade, busquei compreender a formação da comida chinesa em Salvador, tendo como objeto a comida chinesa servida nos restaurantes chineses localizados no Centro desta cidade e a comida chinesa consumida pelos imigrantes proprietários destes restaurantes.

A cozinha chinesa foi construída dinastia a dinastia, a partir das influências locais e estrangeiras, em um contexto permeado por guerras, invasões, mudanças territoriais e climáticas, desastres naturais, períodos de escassez e de abundância de alimentos, o que afetou diretamente a relação dos chineses com a comida e contribuiu para a formação de uma cozinha marcada pela flexibilidade, adaptabilidade e abertura para o novo.

Com a intensificação da diáspora chinesa, a cozinha desse povo sofreu um processo de desterritorialização, transnacionalização e translocalização (Wu e Cheung, 2002). Os chineses que saíram da China, em busca de melhores condições de vida, carregaram consigo não apenas sua força de trabalho, mas também seus alimentos e conhecimentos culinários, construindo uma nova cozinha nos territórios ultramar. Roberts (2002) utiliza o termo ‘glocalização’ para se referir à

¹⁵¹ Pelas normas da Vigilância Sanitária para adentrar a área de produção de um estabelecimento da área de alimentos você deve estar devidamente uniformizado, de forma a evitar possíveis contaminações do alimento manipulado no local.

¹⁵² Preparação comum na cozinha chino-americana que consiste em uma combinação de carnes de frango, porco e camarão, com vegetais, geralmente milho, cenoura, brócolis, ervilha, castanha, cebola e cogumelos salteados no óleo de gergelim e molho de ostras (feito com extrato de ostras, açúcar, amido e soja).

situação da comida chinesa, pois, ela não foi simplesmente transportada ou homogeneizada, e sim adaptada e marcada com as características da sociedade hospedeira.

Os dados que sustentam o cenário aqui apresentado foram oriundos do trabalho de campo junto aos chineses proprietários de restaurante e lanchonetes no Centro da capital baiana, desenvolvido entre 2012 a 2014. Nesse período, visitei os 23 estabelecimentos de alimentos de propriedade de chineses localizados no Centro da cidade, analisei seus cardápios, entrevistei seus proprietários, filhos de imigrantes e consumidores desses espaços.

O material obtido através das entrevistas semiestruturadas, da observação do campo e das conversas informais com os interlocutores, chineses e baianos, me auxiliaram também a reconstruir o processo de migração chinesa para Salvador, a partir das falas dos chineses que trabalham no Centro e de soteropolitanos que acompanharam a chegada dos primeiros restaurantes chineses na cidade.

Os dados provenientes dessas diversas fontes: entrevistas, caderno de campo, livro de receitas, documentos, cardápios e receitas das preparações foram correlacionados e analisados à luz do referencial teórico que trata da temática, a fim de compreender a formação da cozinha chinesa em Salvador- Bahia.

4.8.2 A comida que se vende como chinesa

Segundo os entrevistados, os primeiros chineses chegaram à capital baiana na década de 1960 e se instalaram, preferencialmente, no centro da cidade com seus restaurantes e lavanderias, como ocorreu em outros locais (Roberts, 2002; Silva, 2008; Mung, 2000). Muitos vieram diretamente da China, outros migraram inicialmente para o Rio de Janeiro ou São Paulo, principais polos de destino, e posteriormente mudaram para Salvador.

De acordo com o sistema de registro de estrangeiros da Polícia Federal da Bahia, em 2014, residiam em Salvador 392 chineses, sendo 384 provenientes da República Popular da China (RPC), 02 de Taiwan e 06 da Hong Kong, o que correspondia a 60,87% dos chineses que viviam na Bahia. Contudo, o chefe do Departamento salientou, em entrevista, que este número não retrata a realidade, pois engloba apenas os imigrantes registrados na cidade de Salvador e muitos vieram de outras cidades brasileiras, além disso, os registros não consideram aqueles que ainda estão em processo de legalização.

Segundo os imigrantes e baianos entrevistados, um dos primeiros restaurantes chineses em Salvador foi aberto no Centro dessa cidade, na década de 1960, por um imigrante proveniente de Cantão. Nesse período, Salvador não tinha muitos restaurantes de comida estrangeira e esse estabelecimento se destacava pelos seus pratos agrídoces, se transformando logo em uma referência da culinária chinesa na cidade.

À medida que o fluxo migratório foi se intensificando, novos restaurantes foram abrindo no Centro e em bairros da Orla. Esses estabelecimentos se caracterizavam como empresas familiares. Muitos proprietários traziam, inclusive, parentes da China para ajudar na cozinha. Elementos decorativos marcavam a *chinesidade* do espaço, como os grandes aquários de carpas, as lanternas vermelhas decorando o salão, cardápio em duas línguas (português e cantonês) e os

*hashis*¹⁵³ sobre a mesa. As preparações servidas eram pratos típicos da culinária chinesa ou uma reprodução do que era servido nos restaurantes dos Estados Unidos, como o *chop suey*, *chow mein*¹⁵⁴, pratos populares junto à população local, assim como a família feliz, a carne acebolada, o camarão agridoce, o peixe e o frango empanados. Os sabores predominantes eram o agridoce, obtido através de um molho preparado com vinagre, corante vermelho, açúcar, água e amido de milho, e o salgado, decorrente do uso de molho de soja.

Sem uma grande comunidade chinesa na cidade, que servisse de clientela, esses espaços se voltaram cada vez mais para a população local e foram perdendo, paulatinamente, o seu caráter étnico.

Mung (2000) destaca que o exotismo foi utilizado inicialmente pelos chineses como uma estratégia econômica, através de uma imagem de comida exótica, eles buscavam dar visibilidade a sua cozinha e ganhar espaço no mercado. Contudo, com o tempo e à medida que desejavam se inserir mais na sociedade local, os restaurantes se distanciavam dessa imagem e se aproximavam da população da cidade.

E foi o que ocorreu em Salvador, os restaurantes chineses foram cada vez mais se distanciando da sua cozinha e perdendo a *chinesidade* que demarcava sua comida. As preparações servidas receberam nomes mais próximos do vocabulário local, ingredientes e formas de preparo da cozinha local foram inseridos em receitas e novas preparações passaram a compor o cardápio desses restaurantes, como o *yakisoba*.

Os baianos entrevistados não recordam dessa preparação nos cardápios dos restaurantes chineses até a década de 1990, apesar de atualmente a terem como a mais representativa da comida chinesa, principalmente a população mais jovem, com menos de 30 anos.

O *yakisoba* foi visto inicialmente nos restaurantes a peso e delivery, depois passou a compor o cardápio dos restaurantes chineses a la carte e atingiu os restaurantes do Centro.

A palavra *yakisoba* significa literalmente macarrão de sobá¹⁵⁵ frito e consiste em uma preparação feita com macarrão, legumes e carnes, podendo ser de frango, de boi, de porco e/ou de camarão, salteados em óleo quente, tradicionalmente óleo de gergelim e acrescido de molho de soja.

Apesar da origem chinesa¹⁵⁶, esta preparação foi introduzida no Brasil pela comunidade japonesa, no início do século XX e surgiu nos restaurantes de Salvador na década de 1990, com a intensificação do fluxo migratório, principalmente interno, com chineses vindos de outras cidades brasileiras, se transformando no símbolo da culinária chinesa junto aos comedores baianos.

Segundo Maria¹⁵⁷, o *yakisoba* é uma variação do tradicional macarrão frito, contudo adaptado ao gosto local. O caldo grosso, encorpado com adição de amido de milho é adicionado

¹⁵³ Varetas feitas de bambu, madeira, marfim, metal ou plástico utilizadas como talheres.

¹⁵⁴ Versão do chop suey com a adição de macarrão frito.

¹⁵⁵ Tipo de massa japonesa preparada com farinha de trigo sarraceno.

¹⁵⁶ Ele é uma variação do tradicional macarrão frito

¹⁵⁷ O nome dos entrevistados foi modificado. Quando eles se apresentavam com um nome brasileiro, cantonês ou inglês, manteve a língua escolhida por ele para dar um pseudônimo.

à preparação, pois em Salvador, segundo ela, as pessoas preferem comidas com caldo e que este seja grosso, daí os chineses adicionarem amido de milho.

No cenário culinário do Centro de Salvador, este prato reflete a representação que cada grupo possui do outro. Para os chineses entrevistados, a comida baiana é fortemente condimentada, com uma mistura de sabores e ingredientes e sem uma preocupação estética com a apresentação. Por outro lado, para a população local, ela representa a comida chinesa, que é definida por eles como gordurosa, condimentada, com muito molho de soja. Assim, o *yakisoba* servido nos restaurantes chineses da cidade atende a representação que cada grupo tem do outro, ele é: gorduroso, salgado, devido ao uso abundante de molho de soja, é feito a partir de uma mistura de ingredientes e possui um caldo grosso.

O frango xadrez¹⁵⁸ é outra preparação popular junto à população local, cuja forma de preparo foi adaptada. A preparação servida nos restaurantes locais consiste em pedaços de frango refogado no alho e óleo, acrescido de vegetais como pimentão, cenoura, cebola cozidos no molho de soja. Mas, segundo Wesley, essa forma de preparo difere muito tradicional:

o frango xadrez aqui usa cebola, cenoura e frango e molho de soja, castanha e maisena para engrossar o caldo. Na China, você pega o frango, tempera, frita até dourar, tira e depois usa pimenta de dedo de moça seca, cebolinha, só a parte branca, e amendoim, molho shoyo, açúcar e sakê depois¹⁵⁹ (Wesley).

Mary e Lucy dizem que modificam as formas de preparo utilizadas na cozinha de seus restaurantes para que a comida esteja mais parecida com a comida habitual dos soteropolitanos, uma comida que elas consideram salgada e muito “misturada”, pois assim, ela não será rejeitada pelos seus clientes.

Segundo Cho (2010), com a utilização de ingredientes locais baratos e de formas de preparo mais simples e rápidas, os chineses reduziram os custos de seus restaurantes, baixaram os preços de seus pratos e popularizaram sua comida. Esse processo foi fundamental, não apenas para que o imigrante conquistasse seu espaço na nova sociedade, mas, também, para a construção da sua identidade.

Para Wu (2002), as mudanças nos tipos de preparações oferecidas, nas formas de apresentação dos alimentos e nos ingredientes utilizados podem demonstrar, dentre outros fatores, a alteração do estatuto dos chineses na sociedade hospedeira, bem como, as mudanças de comportamento da população local em relação a esse grupo.

À medida que foram se inserindo na nova sociedade, os chineses foram conhecendo os gostos locais e incorporando novos elementos a suas receitas tradicionais para que as preparações servidas fossem melhor aceitas, como ocorreu em Salvador.

¹⁵⁸ Tradicional *gong bao ji ding*, ou *kung pao chicken*, em inglês, comum nos restaurantes ocidentais é originário da cozinha de Sichuan.

¹⁵⁹ Entrevista realizada pela autora a Wesley (nome fictício), imigrante chinês com estabelecimento comercial no Centro de Salvador, 14 de julho de 2014.

4.8.3 Os restaurantes do centro

Salvador é uma cidade com forte influência africana em sua culinária, a sua população tem orgulho da gastronomia e não se apresenta muito aberta às alterações, quando se trata dos alimentos cotidianos.

Segundo Cascudo (2004), diferente da chinesa, que se tornou elaborada e requintada, utilizando uma gama variada de alimentos que eram cultivados especialmente para servir aos cozinheiros e aos banquetes imperiais, a cozinha brasileira se estruturou nas casas, a partir da despensa e dos alimentos que ali eram depositados para uso posterior.

A comida denominada caseira compõe o cardápio dos restaurantes populares da região e os chineses oferecem esse tipo de comida em seus restaurantes, demonstrando a sua inserção no cenário alimentar local. Contudo, buscam introduzir preparações da sua cozinha como um elemento diferenciador, em relação aos demais restaurantes dos não chineses, mas homogeneizante, em relação a sua identidade grupal, como rolinho primavera e de queijo, frango xadrez, *yakisoba*. Daí esses pratos serem apontados pelos soteropolitanos entrevistados como os representantes da cozinha chinesa.

A homogeneização dos cardápios é algo comum nas comunidades chinesas. A repetição de menus leva a uma padronização das receitas, que vão se institucionalizando. Nesse contexto, novos pratos surgem como representante da *chinesidade*. Cho (2010) acredita que os recém-chegados copiam os menus dos chineses já estabelecidos, aprendem as receitas e suas adaptações para se manter no negócio.

Segundo Ling, uma das imigrantes entrevistada, a sua clientela tem resistência em aceitar a comida chinesa. Ela fala que tentou introduzir no cardápio do restaurante algumas preparações, mas não foram bem aceitas, por isso sempre mantém as mesmas preparações, para, desta forma, não perder clientes.

Collaço (2003; 2004) destaca que mesmo comendo no ambiente da rua, as pessoas tendem a buscar a familiaridade nas suas escolhas alimentares. Ela demonstra como a motivação do comer fora é fundamental na definição do local onde fazer a refeição. Nesse contexto, as pessoas que circulam pelos restaurantes do Centro buscam nesses espaços a familiaridade da casa para definir suas escolhas alimentares.

Dos 30 entrevistados, apenas um disse que vai aos restaurantes do Centro em busca de comida chinesa. Os demais vão pelas demais opções que esses espaços oferecem.

Para Roberts (2002), foi fundamental para uma mudança na relação com a comida chinesa o maior contato dos ocidentais com os chineses, o que ocorreu com a intensificação do fluxo migratório. Assim, a popularidade da comida chinesa se deve mais a convivência e ao seu baixo custo, do que a questões estéticas ou gustativas.

4.8.4 A comida chinesa que se come

Para os imigrantes chineses¹⁶⁰ que moram e trabalham em Salvador, a comida que se vende como chinesa não é a mesma que se come como tal, são duas preparações distintas que representam uma mesma cozinha.

Para Chang (1977), o que a caracteriza a cozinha chinesa são os princípios que regem todo o processo de preparação de cada pedaço que será levado à boca, os princípios do *Yin/Yang* e *fan/ts'ai*.

O princípio *fan/ts'ai* passou a ser constituído a partir da dinastia Shang (séculos 18 a 12 a. C.), período em que a agricultura começou a se desenvolver e o cultivo de cereais se intensificou com o sistema de irrigação.

O termo *fan* significa arroz cozido, mas ele pode ser qualquer alimento rico em amido, inclusive tubérculos. Ele é o alimento primário, que dá saciedade e varia de acordo com cada região ou classe social. No Norte, pode ser o sorgo, o trigo, o painço ou o milho; no Leste, além do arroz, do trigo, pode ser o painço, a batata doce e o milho; no Sul é o arroz e no Oeste, o arroz e o macarrão, milho e batata branca, entre a população mais pobre.

Já o termo *ts'ai* significa verdura e se refere a porção de vegetais e/ou de carnes da refeição. Ele é o alimento suplementar ou secundário, que concede sabor. A porção *ts'ai* caracteriza-se como uma mistura de sabores decorrente da combinação de vários ingredientes e técnicas de preparo.

Já o princípio *Yin/Yang* foi introduzido no pensamento chinês a partir da dinastia Chow, especificamente no período denominado Reino Combatentes (421-221 a. C), uma época de forte profusão filosófica.

De acordo com o Tao, no início, o Universo era dividido em *Yin/Yang*, os dois sopros primordiais, o princípio da diferença que gera a atração. O Yang seria o princípio dinâmico e o *Yin* o repouso. A alternância entre esses dois polos criaria o ritmo fundamental que anima o princípio vital, o *Qi*. Para Chang (1977), a dualidade *Yin/Yang* é uma característica do pensamento chinês que concebe os contrários como elementos complementares e não excludentes.

As funções corporais seguem os princípios do *Yin/Yang*, assim como os alimentos, que devem ser escolhidos no intuito de manter a energia do corpo em equilíbrio e, conseqüentemente, a saúde do indivíduo.

Esses princípios, segundo os teóricos sobre cozinha chinesa (Chang, 1977; Andersen, 1988; Wu e Cheung, 2002) sustentam essa cozinha e estão presentes desde a escolha de cada ingrediente, até a forma como uma refeição é montada e os alimentos são consumidos.

Eles estão enraizados nas memórias culturais dos chineses e se manifestam de forma inconsciente nas suas escolhas e preferências alimentares, como dizem os entrevistados:

¹⁶⁰ Considero imigrantes chineses aqueles oriundos da República Popular da China (RPC), de Taiwan e Hong Kong.

“não sei por que, só sei que não como”, ou “ arroz pra chinês é como farinha pra baiano, a gente não sabe por que, mas tem que comer todo dia”; “desde pequeno a gente aprende que não come fritura, que faz mal pra chinês, se come tem que beber chá” (Ling).¹⁶¹

Quando dizem que o arroz cozido sem sal, de consistência empapada é à base da sua refeição, os chineses entrevistados reconhecem o *fan*, o alimento que dá saciedade, sem interferir no sabor da preparação, que deve ser concedido pelo *t'sai*. Quando Ling me fala que cada pessoa tem um tempero, que devemos escolher os ingredientes de uma preparação tendo como referência o organismo de cada indivíduo, ela traz o princípio do *Yin/Yang*, segundo o qual os alimentos devem estar de acordo com a energia dos corpos, cujo equilíbrio não deve ser abalado pelos alimentos ingeridos, a fim de não provocar danos à saúde dos indivíduos.

A cozinha chinesa, mais do que os fundamentos que a estruturam e a definem, se apresenta nas mesas das casas, no cotidiano onde são feitas as escolhas por determinados alimentos e outros são rejeitados, no que define uma preparação a ser festiva e outra cotidiana. É na prática cotidiana que a teoria culinária, base da cozinha chinesa, é vivenciada, transmitida e institucionalizada e que seus princípios são vivenciados e reafirmados pelos chineses.

Nesse contexto, o jantar se apresenta como a refeição onde são mantidas as práticas culinárias desse grupo. Como passam o dia nos seus restaurantes, os chineses e seus filhos comem a comida que servem no local, que está adaptada ao paladar brasileiro. Mas no jantar, quando fazem a refeição em família, eles mantêm a comida cotidiana, tipicamente chinesa, seguindo a ordem e as formas de preparo e consumo tradicionais, mesmo com a introdução de alimentos locais.

No entanto, para que a cozinha se preserve, o novo espaço deve propiciar as condições para manutenção ou mesmo reprodução das tradições e oferecer novos elementos para a construção de um novo arsenal culinário. Assim, a falta de um mercado local que atenda às demandas do grupo é considerado, pelos entrevistados, um fator importante para que ocorram alterações nos pratos, acarretando em adaptações nas receitas e conseqüentemente na estrutura da cozinha.

Assim, o arroz parboilizado foi inserido, a carne bovina, que não é muito comum na tradicional cozinha chinesa, ganhou mais espaço, vegetais como o feijão mulatinho, o quiabo e a abóbora foram incorporados à dieta, que passa a ter menor variedade de produtos, quando comparada com a dieta mantida antes da imigração.

Para suprir a carência de gêneros alimentícios e utensílios culinários característicos de sua cozinha, os chineses recorrem a diversas estratégias. Muitos compram produtos em mercados de São Paulo que disponibilizam sites de venda. Outros recorrem a parentes que moram em outros países ou mesmo na China para enviar condimentos ou utensílios importantes em sua cozinha.

Mas, para os entrevistados, além de ingredientes, técnicas de preparo, regras culinárias, formas de corte ou cocção, o que identifica sua comida como chinesa é a relação que eles estabelecem com o alimento e todo o significado concedido a refeição em família.

¹⁶¹ Trecho de entrevista realizada com Ling (nome fictício), imigrante da RPC (Cantão), proprietária de restaurante de comida a peso no Centro de Salvador, 19 de maio de 2014.

A comida chinesa é muito diferente, o sabor é mais suave. Na China, as coisas são cozidas no óleo quente antes de preparar e aqui é diferente, vocês refogam (...) Para mim, a diferença entre a comida daqui e de lá é mais por causa da forma de fazer a comida, do que por causa dos ingredientes.¹⁶² (Marina)

Para os baianos, a cozinha chinesa é condimentada, com molhos, muitos vegetais, frituras e molho de soja e para os chineses ela é saudável, leve, sem frituras e de sabor suave, com poucos condimentos. Duas visões de uma mesma cozinha, porém um elemento perpassa os dois grupos, o molho de soja (*xi yao*, em cantonês). Este ingrediente surge como um elemento identificador da cozinha chinesa tanto por baianos como por chineses e está presente em muitas preparações, como *yakisoba*, frango xadrez.

Para Schlotter e Spilmanns-Rome (2010), a cozinha chinesa conta com um grande número de molhos e pastas que são usados para marinar, temperar e dar sabor aos alimentos; são os molhos que, muitas vezes, concedem o sabor característico de cada preparação. Entre esses molhos, o molho de soja vem sendo um dos que mais tem caracterizado a cozinha chinesa.

Há uma grande variação de tipos de molhos de soja, a depender do nível de fermentação e do processo de elaboração. Mas, em Salvador, os chineses utilizam o industrializado. Eles mencionam não se adaptar as marcas comuns no mercado soteropolitano, pois as consideram muito salgadas e sem sabor. Assim, compram nos mercados especializados de São Paulo, marcas importadas, produzidas na China. O molho de soja adquirido no mercado local é utilizado apenas para as preparações do seu restaurante.

4.8.5 A memória na mesa

De acordo com Muxel (1996), através da repetição do ritual de uma refeição, a vida em grupo vai ganhando sentido e a memória familiar vai sendo construída.

No entanto, apesar do processo de construção da memória alimentar dos indivíduos ser iniciado na vida em família, é nas experiências que eles vivem fora do ambiente doméstico que essas memórias vão sendo alimentadas ou mesmo modificadas.

Durante uma das minhas visitas a um restaurante, enquanto conversava com sua proprietária, ela recebeu a visita de um chinês proprietário do restaurante vizinho, que havia chegado da China. Ele trazia alguns presentes para sua amiga: um saco com um tipo de fritura e uma pequena melancia nas mãos. Como ele disse, “*coisas para matar a saudade de casa*”. Ao ver o saco nas mãos dele, ela sorriu e pegou logo um petisco para saborear, ofereceram um para a adolescente que pegou e comeu. Questionei o que era aquele alimento, eles responderam que era uma iguaria da terra natal e consistia em pele de porco frita. Quando a adolescente ouviu, ela nos olhou e fez cara de repulsa e deixou o resto na mesa, saindo em seguida para beber água.

Para eles, aquele alimento trazia a sensação de estar em casa, reativava suas memórias, contudo para a filha, que nasceu e cresceu em Salvador, ele não tinha significado, era apenas algo, que na sua memória não era comestível.

¹⁶² Entrevista feita pela autora a Marina (nome fictício) a imigrante oriunda de Taiwan, proprietária de restaurante de comida a peso no Centro de Salvador, 19 de setembro de 2014.

Sutton (2001) destaca que os alimentos acompanham as pessoas em suas viagens através das fronteiras nacionais. Ele considera os alimentos sítios culturais importantes para a identificação dos indivíduos, principalmente no caso das pessoas que estão deslocalizadas, devido ao processo de migração, pois ele traz de volta a sensação de plenitude, de pertencimento perdido.

Para este autor, o sabor e o aroma dos alimentos podem ser universais, mas eles são culturalmente elaborados em diferentes níveis e de diferentes formas, estando mais associados à vivência do que à memória semântica, com o simbólico do que com a linguística, com reconhecimento ao invés de recordação. Assim, quando o imigrante come os alimentos de casa é como se ele reconstruísse o mundo que ficou para trás, no tempo e no espaço.

Quando os chineses do Centro de Salvador me relataram suas memórias culinárias, eles demonstraram como estas lhes davam o sentido de pertencimento, religando-os ao passado que ficou em sua terra natal. É essa sensação que buscam nas refeições em família, nos almoços de domingo quando fazem suas preparações festivas, muitas vezes com receitas procuradas na Internet e com produtos trazidos por um recém-chegado.

4.8.6 Os novos chino-baianos

De acordo com Mintz (2008), o principal fator que causa mudanças nos padrões alimentares de um grupo é o contato com o outro. Apesar do gosto ser algo individual, sua formação é social, é em grupo que aprendemos como e o que comer. É no contato social que as novas gerações vão coletando elementos para definição das suas preferências alimentares e construção das suas memórias gustativas.

Nesse contexto, as novas gerações surgem como as grandes causadoras de mudanças nos padrões alimentares dos grupos. Elas fazem a fusão entre o novo e o tradicional, selecionam aquilo que melhor lhes convêm, adquirem novos gostos e padrões de consumo.

Os chineses da segunda geração entrevistados disseram não manter muito as tradições alimentares de seus pais. Com uma atitude mais cosmopolita, eles transitam pela tradição e pelo novo, absorvendo elementos de ambas as culturas. Para eles, não há uma identificação com a cozinha chinesa, como um traço da sua identidade.

Para esse grupo, que cresceu em Salvador, estudou aqui, tem amigos não chineses, frequentou os restaurantes chineses e não chineses da cidade, construiu suas referências gustativas a partir da vivência nos dois grupos: da comunidade chinesa, com quem convivia em casa, e da comunidade soteropolitana, como quem convivia na rua, ambas referências são familiares, ao mesmo tempo que estranhas, a depender do contexto onde se encontram. A sensação de estranhamento só surge quando usam uma referência diferente daquela do contexto onde estão inseridos.

As crianças e adolescentes crescem almoçando nos restaurantes dos pais, onde é servida a culinária local, frequentam escolas, onde são minorias, seus amigos são os soteropolitanos, são com eles que saem quando adolescentes, frequentam lanchonetes; assim por mais que vivam isolados no núcleo familiar, as crianças estão em constante contato com a cultura local. Nesse contexto, eles não percebem uma diferenciação da sua comida com a comida local.

4.8.7 Conclusão

Nas mesas de suas casas, os chineses reforçam suas memórias alimentares quando mantêm a estrutura de suas refeições, quando cozinham seus alimentos utilizando as técnicas de preparo comuns à sua cozinha, quando utilizam ingredientes comprados nos mercados de São Paulo, ou mesmo quando preparam os vegetais locais da forma chinesa. Mas é nessa mesma mesa que novos elementos são introduzidos, principalmente pela influência das novas gerações ou por falta de um mercado que atenda sua demanda culinária.

Mas, apesar da inserção de novos elementos às receitas tradicionais, a comida que preparam em seus fogões continua sendo identificada como chinesa, pois ela mantém os princípios fundamentais que a caracterizam e que se fazem presente na vida dos chineses não através de teorias ou paradigmas culinários, mas na relação que estabelecem com os alimentos e o comer, são eles: *Ying/Yang, fan/ts'ai*.

As formas de preparo se mantêm e são reinscritas nas memórias das novas gerações. No almoço, a comida vendida é consumida, mas é nos fogões das casas que a cozinha dos antepassados ressurgiu e é reinventada, a partir de receitas vindas da Internet e do que se observou nas cozinhas domésticas com as mães. Apesar de não haver mais a disponibilidade de ingredientes, é a relação com o alimento e a forma de prepará-lo que caracteriza esta cozinha que se inscreve no cenário soteropolitano, a identificando como chinesa.

Bibliografia / Bibliografía / Bibliographie / References

- Andersen, E.N. (1988). *The Food of China*. New Haven and London: Yale University Press.
- Cascudo, Luís da Câmara (2004). *História da Alimentação no Brasil* (3ª ed.). São Paulo: Global Ed.
- Chang, K. C. (1977). Introduction. In: Chang, K.C. *Food in Chinese Culture: Anthropological and historical perspectives* (1-21). London: Yale University Press.
- Cho, Lily (2010). *Eating Chinese: culture on the menu in small town Canada*. Toronto: Cultural Spaces.
- Collaço, Janine Helfst Leicht (2003). Um olhar antropológico sobre o hábito de comer fora. *NAU*, 4, 171-194.
- _____. (2004). Restaurantes de comida rápida, os fast-foods, em praças de alimentação de shopping centers: transformações no comer. *Estudos Históricos*, 33, 116-135.
- Mintz, Sidney (2008). Food and Diaspora. *Food, Culture and Society*, 4 (11), 511-23.
- Mung, Emmanuel Ma. (2000). *La Diaspora chinoise, géographie d'une migration*. Paris : Ophrys.
- Muxel, Anne (1996). *Individu et Mémoire Familial*. Paris :Nathan.
- Roberts, J.A.G (2002). *China to Chinatown: chinese food in the West*. London: Reaktion Book.

- Silva, Marcos de Araújo (2008). *Guanxi nos trópicos: um estudo sobre a diáspora chinesa em pernambuco*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil.
- Schlotter, Karin e SpielmannS-Rome, Elke (2010). *Culinaria China: cuisine, country, culture*. Cambridge: h.f.ullmann.
- Sutton, David E (2001). *Remembrance of repast: an anthropology of food ad memory*. New York: Berg.
- Wu, David Y. H. (2002). Improvising Chinese Cuisine Overseas. In: Wu, David Y. H.; Cheung, Sidney C. H. (Ed.). *The Globalization of Chinese Food* (Cap. 3, 56-66). New York: Routledge.
- Wu, David Y. H; Cheung, Sidney C. H. (2002). The Globalization of Chinese Food and Cuisine Markets and Breakers of Cultural Barriers. In: Wu, David Y. H.; Cheung, Sidney C. H. (Ed.). *The Globalization of Chinese Food* (Introduction, 1-180). New York: Routledge.



Institut de la Comunicació
Universitat Autònoma de Barcelona

incom.uab.cat